ISBN: 2318-4817

FACULDADE
CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

ALTUS CIÊNCIA

REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

V.6
N.6
jan. a dez.
2018

ALTUS CIÊNCIA

Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

ISSN: 2318-4817

Estrutura Organizacional

Direção Geral:

Dr. Paulo Cesar de Sousa

Instituição de Ensino

Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

Diretorias

Direção de Projetos: Dr. Sandro Pereira de Carvalho

Direção Jurídica: Dr. Cláudio Márcio Pessoa Giansanti

Coordenação Administrativa: Porfa. Dra. Daniela Cristina Silva Borges

Direção de Clínicas: Dr. Paulo César Segundo de Sousa

Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica: Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves

ALTUS CIÊNCIA

Revista Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

ISSN 2318-4817

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

ALTUS CIÊNCIA - ISSN 2318-4817
Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

EDITORA RESPONSÁVEL
Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves –FCJP- IFTM

CONSELHO EDITORIAL:
Profa. Alexandra Maria Pereira – Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP/Universidade de São Paulo- USP
Profa. Dra. Alice Fátima Martins- Universidade Federal de Goias UFG
Profa. Dra. Anna Christina de Almeida- Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG
Profa. Dra. Antónia Fialho Cnde- Universidade de Évora (EU) - Portugal
Prof. Dr. Carlos Ângelo de Meneses Sousa- Universidade Católica de Brasília- UCB
Prof. Dr. César Francisco de Moura Couto- Instituto Federal do Trinagulo Mineiro- IFTM
Profa. Dra. Cláudia Matos Pereira- Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, FBAUL - Portugal
Profa. Dra. Daniela Cristina Silva Borges- Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP.
Profa. Ms. Giselda Shirley da Silva- Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP
Profa. Msc. Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral- Universidade de Iguaçu-UNIG
Profa. Dra. Jaqueline Santos Barradas- Escola superior de Guerra-ESG
Profa. Dra. Jeane Medeiros Silva –Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN
Prof. Dr. João Brigola- Universidade de Évora (EU) - Portugal
Prof. Dr. José Alberto Carvalho dos Santos Claro –Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP
Profa. Dra. Karla Denise Martins- Universidade Federal de Viçosa (UFV)
Prof. Dr. Leonardo Valandro Zanetti- Universidade Federal do Espírito Santo-UFES
Profa. Dra. Letícia Costa Rodrigues Vianna - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
Prof. Dr. Luiz Síveres - Universidade Católica de Brasília – UCB
Profa. Dra. Magda Fonseca Queiroz Mota- Universidade de Salamanca- Espanha
Prof. Dr. Marcelo Marques Araújo- Universidade Federal de Uberlândia- UFU
Prof. Dr. Marcelo Santiago Berriel- Universidade Feral Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ
Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves – Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP/ Instituto Federal do Trinagulo Mineiro- IFTM
Prof. Dra. Marilena Aparecida de Souza Rosalen- Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP
Profa. Dra. Margareth Vetis Zaganelli-Universidade de Federal do Espírito Santos-UFES
Prof. Dr. Manoel Ramírez Sánchez – Universidade de Las Palmas de Gran Canaria -España
Profa. Dra. Priscilla Cardoso Rodrigues- UFRR
Profa. Dra. Olga Magalhães- Universidade de Évora (EU) - Portugal
Prof. Dr. Raimundo Márcio Mota de Castro- Universidade Estadual de Goías - UEG
Prof. Dr. Rafael Reis Ferreira- UFRR

Profa. Ms. Rosa Jussara Bonfim Silva- Universidade de Católica de Brasília-UCB
Profa. Dra. Rossella Del Prete - Università degli Studi del Sannio- Benevento -Italia
Profa. Dra. Silvia Salardi- Università degli Studi di Milano-Bicocca- Milão –Itália
Profa. Dra. Sônia Maria dos Santos- Universidade Federal de Uberlândia -UFU
Prof. Ms. Vandeir José da Silva - Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP
Profa. Dra.Vera Lúcia Caixeta –Universidade Federal do Tocantis- UFT

CAPA:
Marcelo Araújo

Correspondências e artigos para a publicação deverão ser encaminhados a

ALTUS CIÊNCIA

Av. Zico Dornelas, 380 - Santa Cruz II - CEP 38770-000 - João Pinheiro/MG - Fone: (38) 3561-3900

E-mail: altusciencia.fcjp@gmail.com

FICHA CATALOGRÁFICA

Catalogação na fonte: Biblioteca central da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP

H918
ALTUS CIÊNCIA -Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP, ano 6 n 56 v.1. Jan a Dez.2018
512 p.
Periodicidade: Anual**- ISSN 2318-4817**
1. Ciências da Saúde 2.Ciências Sociais
CDU: 3+ 61

1.Ciências da Saúde 2.Ciências Sociais

ISSN 2318-4817

SUMÁRIO

EDITORIAL **11**

CADERNO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE **20**

PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO: Estratégias e Elementos da Prática Educativa **21**

Fernanda Bicalho Amaral 21

Virgínia Mascarenhas Nascimento Teixeira 21

COBERTURA VACINAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE: Um Estudo de Revisão Integrativa **38**

Edson Geraldo Fagundes 38

Luiz Fernando Dall' Piaggi 38

TABAGISMO NA GRAVIDEZ: uma revisão de literatura **49**

Rogéria Alves Rosa 49

CUIDADO DE ENFERMAGEM COM O COTO DA AMPUTAÇÃO DE MEMBROS INFERIORES CAUSADA POR ACIDENTE DE TRABALHO **60**

Isamara Reis da Silva 60

Michelle Barra Caixeta Leão 60

Patrícia Helena da Silva 60

A CURA PELO AFETO NO OLHAR DA ENFERMAGEM: **88**

COMO A AFETIVIDADE INFLUENCIA NA PROMOÇÃO DE MELHORA E CURA EM PACIENTES COM INTERNAÇÃO NA CLÍNICA MÉDICA **88**

Lilian Vieira dos Santos Silva 88

Patrícia Helena da Silva 88

Michelle Barra Caixeta Leão 88

A FAMÍLIA E O PERÍODO GESTACIONAL: UM ESTUDO A PARTIR DA COMPOSIÇÃO DO GENOGRAMA E ECOMAPA, EM MULHERES USUÁRIAS DE DROGAS **111**

Maria Luiza Soares Veloso 111

Luciana de Araujo Mendes Silva 111

Gilmar Antoniassi Júnior 111

LIMITES ÉTICOS DO PROLONGAMENTO DO PROCESSO DE MORTE A PEDIDO DO PACIENTE EM FIM DE VIDA **131**

Larissa de Paula Ferreira 131

Leila Maria Tinoco Boechat Ribeiro 131

Alinne Arquette Leite Novais 131

Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral 131

Carlos Henrique Medeiros de Souza 131

A EUTANÁSIA SOB UMA PERCEPÇÃO JURÍDICA E BIOÉTICA **154**

ALTUS CIÊNCIA: Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP-ISSN 2318-4817. Ano VI, vol. 06- Jan-Dez 2018

Mônica Queiroz de Morais 154
Hugo Christiano Soares Melo 154
CADERNO DE CIÊNCIAS SOCIAIS 166
HATE SPEECH E O RACISMO NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS 167
Ari Gonçalves Neto 167
Alinne Arquette Leite Novais 167
Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral 167
Shirlena Campos de Souza Amaral 167
Carlos Henrique Medeiros de Souza 167
INFORMÁTICA EMPRESARIAL: uma análise sobre a importância da tecnologia da informação nos processos de tomada de decisão de instituições de ensino superior 201
Marcelo Ferreira de Araújo 201
Daniela Cristina Silva Borges 201
LIDERANÇA ESTRATÉGICA 220
Pedro Henrique Tomás 220
Márcio Silva Andrade 220
Maria Aparecida da Silva Gomes 220
Raquel Barbosa Machado 220
Adriana Santos Prado Sadoyama 220
Vaston Gonçalves da Costa 220
O PAPEL DO ADMINISTRADOR NA GESTÃO E PROSPERIDADE DOS NEGÓCIOS: uma revisão de literatura 237
Osnir Martins Rodrigues 237
GESTÃO DE PESSOAS E TALENTOS: uma organização analisada em João Pinheiro 2004 a 2017 256
Raiane Batista Alves Santos 256
Bráulio Emílio Maciel Faria 256
AS DIFICULDADES DAS PEQUENAS EMPRESAS DE JOÃO PINHEIRO-MG EM RECRUTAMENTO E SELEÇÃO 273
Núbia Alves Dos Santos 273
Renata Suzelli Gonçalves 273
QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PERCEBIDA EM UM INSTITUTO FEDERAL 307
Márcio Silva Andrade 307
Pedro Henrique Tomás 307
Maria Aparecida da Silva Gomes 307
Raquel Barbosa Machado 307
Vaston Gonçalves da Costa 307

Adriana Santos Prado Sadoyama 307

GESTÃO ESCOLAR: O perfil comparativo dos gestores de duas escolas de Patos de Minas 323

Unilson Gomes Soares 323

Humberto Correa dos Santos 323

PERCEPÇÃO DE COOPERADOS E COLABORADORES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO SICOOB CREDIPINHO PARA O CRESCIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM JOÃO PINHEIRO-MG 346

Rosimere Rodrigues da Silva Beltrão 346

Renata Suzelli de Souza Gonçalves 346

***MARKETING* DE RELACIONAMENTO: qualidade do atendimento ao associado da cooperativa de crédito de livre admissão do noroeste de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Credipinho 376**

Bárbara Torres de Souza 376

Unilson Gomes Soares 376

A IMPORTÂNCIA DO *MARKETING* PESSOAL NO MERCADO DE TRABALHO: um estudo de caso com os formandos da Faculdade Cidade de João Pinheiro 402

Douglas Antônio Sales Moura 402

Bráulio Emílio Maciel Faria 402

O ENSINO DE GEOCIÊNCIAS NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA NO NORDESTE BRASILEIRO 429

Paulo Ricardo de Lima Martins Araújo 429

Bruno Ferreira 429

OS ESTUDOS DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA 439

Monique Hellen de Souza Silva 439

Alesandra Pereira da Silva 439

Luciana Gomes Mariano 455

Rosangela Soares Braga Indelécio 455

Margareth Vetis Zaganelli 455

Maria Zeneide Carneiro M. de Almeida 455

EDUCAÇÃO FÍSICA E OS PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL 482

Eliana da C. M. Vinha 482

A MUSICALIDADE COMO RECURSO PEDAGÓGICOFACILITADOR PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NAEDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ESCOLA DA REDE PRIVADA DE JOÃO PINHEIRO (MG) 493

Bárbara Caroline Gomes de Sousa 493

Giselda Shirley da Silva 493

Maria da Conceição Ferreira 493

REPRESENTAÇÕES DE SUPERVISORES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS NO PROCESSO EDUCATIVO DOS ALUNOS DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO/MG 516

Heloísa dos Reis Pereira Rocha 516

Marilda de Souza Almeida 516

A CONTRIBUIÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA VISÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I DE UMA ESCOLA X DE JOÃO PINHEIRO MG 536

Marcelo Pereira de Souza 536

Suênia Lima de Fátima Silva 536

IRMANDADES RELIGIOSAS: reflexões e análise das confrarias portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências da investigação, na visão de Pedro Penteado 556

Vandeir José da Silva 556

SOBRE ETNOBOTÂNICA: uma ferramenta inovadora na construção do conhecimento científico 573

Daisa Cristina da Silva Barbosa Almeida 573

Maria Célia Veiga França 573

Júlio César Rodrigues da Silva 573

O TEOREMA DE PITÁGORAS, E SUA CONTRIBUIÇÃO NA HISTÓRIA DA MATEMÁTICA 591

Leandro Gontijo Rodrigues 591

Túlio Guimarães 591

Roseline Martins Sabião 591

Caderno de Resenhas 607

AMOR E FRAGILIDADE DOS LAÇOS HUMANOS NA SOCIEDADE LIQUIDA: visitando a obra de Zygmunt Bauman 608

Resenhado por / Reviewed by: Carlos Eugenio Veloso Novelino 608

Maria Célia da Silva Gonçalves 608

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 613

EDITORIAL

A Faculdade cidade de João Pinheiro (FCJP) se mantém como uma instituição de ensino que valoriza a tríade: o ensino, a extensão e a pesquisa. A prova disso é a sexta edição da revista ALTUS CIÊNCIAS. Em meio a uma época de crise e contenções de gastos, a publicação desse número é prova de compromisso da instituição com a produção científica no Noroeste de Minas.

Para facilitar a leitura, a revista foi dividida em três cadernos, a saber: Ciências da Saúde, Ciências Sociais e resenhas, e os cadernos estão subdivididos em seções temáticas.

Caderno de Ciências da Saúde foi constituído por seções de **Enfermagem, Psicologia e Bioética.**

A seção da **Enfermagem** está composta por **cinco** artigos assim distribuídos:

Fernanda Bicalho Amaral e Virgínia Mascarenhas Nascimento Teixeira buscaram discutir as estratégias metodológicas utilizadas por docentes de enfermagem no processo ensino aprendizagem, assim como os elementos que envolvem a prática educativa na formação dos enfermeiros. Segundo as autoras o trabalho trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cuja coleta dos dados foi realizada por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com a utilização dos descritores: docentes de enfermagem, ensino e educação em enfermagem.

Edson Geraldo Fagundes e Luiz Fernando Dall' Piaggi objetivaram averiguar a cobertura vacinal dos profissionais de saúde, tendo em vista a relevância da imunização para essa classe profissional. De acordo com os autores trata-se de uma pesquisa bibliográfica fundamentada na revisão integrativa de literatura com utilização de descritores do banco de dados da Biblioteca Virtual em Saúde, no período compreendido entre 2005 e 2015.

Rogéria Alves Rosa fez um levantamento bibliográfico que visava informar à sociedade e principalmente as gestantes que fazem uso do tabaco os riscos a que elas e seu feto estão expostos, uma vez que são crescentes os efeitos nocivos do tabagismo, efeitos esses que a ciência tenta ao máximo reduzir, e que os profissionais da área da saúde devem "combater". De acordo com a enfermeira este foi um estudo de revisão bibliográfica e abordou estudos publicados na última década por intermédio de buscas utilizando os bancos de dados: Google, INCA, Jornal Estadão, Lei Antifumo 13.541, Ministério da Saúde, Scielo.

Isamara Reis da Silva, Michelle Barra Caixeta Leão e Patrícia Helena da Silva tiveram por objetivo estudar as amputações de membros inferiores ocasionadas por acidente

de trabalho e saber quais os cuidados de enfermagem com o membro residual, em um Hospital Municipal da cidade de João Pinheiro entre o período de 2016 e 2017

Lilian Vieira dos Santos Silva, Patrícia Helena da Silva e Michelle Barra Caixeta Leão expuseram quão valiosos são os mediadores de cura através de Afeto, cognição, toque e atendimento humanizado. Tal pesquisa desperta um olhar diferenciado para a atuação do profissional no âmbito hospitalar, mais objetivamente na clínica médica, setor de maior permanência de internação da unidade de saúde, trazendo uma nova percepção de pacientes, familiares, e equipe de enfermagem. A metodologia foi qualitativa pautada em Patrício (2005) em que expõe que o cuidado deve ser um processo contínuo dos indivíduos, possui abrangências humanísticas, éticas, sociais, culturais, espirituais, que estreitam o elo e fulmina em uma ajuda mútua, para a eficiência e desenvolvimento do enfermeiro e do ser cuidado.

Segunda seção é constituída por um artigo oriundo da **Psicologia,** nele **Maria Luiza Soares Veloso, Luciana de Araújo Mendes Silva e Gilmar Antoniassi Júnior** estabeleceram como objetivo verificar no período gestacional o tipo de família em que a gestante está inserida frente às características da: Dinâmica global familiar – Relação Conjugal – Relação Parental, em mulheres usuárias de álcool e outras drogas atendidas na Rede de Saúde do SUS, em uma cidade da região do Alto Paranaíba, estado de Minas Gerais, Brasil. Segundo os pesquisadores trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativo transversal do tipo exploratório por meio de estudo de caso.

Terceira seção vem da **Bioética** e conta com dois artigos:

O grupo de pesquisadores, **Larissa de Paula Ferreira, Leila Maria Tinoco Boechat Ribeiro, Alinne Arquette Leite Novais, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral e Carlos Henrique Medeiros de Souza,** objetivou com o presente trabalho refletir sobre os limites éticos do prolongamento do processo de morte a pedido do paciente em fim de vida. O progresso da medicina, bem como o avanço da tecnologia tem se tornado um álibi para a sutil e não benéfica prática de tratamentos fúteis. Justifica-se esta abordagem pela atual atenção e discussão acerca do tema, uma vez que tal prática é compreendida como um problema contemporâneo e que atenta contra a dignidade humana.

Mônica Queiroz de Morais e Hugo Christiano Soares Melo fizeram um estudo com objetivo de descrever exposições teóricas gerais relacionadas à eutanásia, de forma a compreender quais questões dependeria a sua legalidade. Os dados apontam que, com relação a eutanásia, alguns prós têm como base o Princípio da Dignidade Humana, considerando o estado de qualidade de vida da pessoa com doença grave em fase terminal. Contrariamente,

tem-se como base o art. 5°, da Constituição Federal Brasileira, em que trata da inviolabilidade do direito à vida.

O caderno **de Ciências Sociais** foi dividido em seções **do Direito, Administração, Educação, História, Etnobotânica , ensino de Matemática** e foi assim constituído:

A primeira seção é do **Direito** e contém um artigo escrito pelo grupo de pesquisadores**: Ari Gonçalves Neto, Alinne Arquette Leite Novais, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral, Shirlena Campos de Souza Amaral e Carlos Henrique Medeiros de Souza,** de acordo com ele o objetivo deste trabalho é demonstrar a utilização das redes sociais para a disseminação do discurso do ódio, influenciando pessoas, fomentando adesões ao racismo, sempre criando situações de humilhação direcionadas às minorias. Conclui-se que a única forma de mudar esse aspecto negativo criado pelas redes sociais digitais é a disseminação de discursos diversos, como por exemplo, educacionais, sobre equidade, paz social e equilíbrio das relações, a fim de garantir o seu uso adequando, tornando o homem também dominador deste meio de interações e não o contrário, extinguindo com quaisquer discursos de conotação racista, como corolário da dignidade da pessoa humana.

Segunda seção é de **Administração** e está composta por oito artigos da área, assim distribuídos:

Marcelo Ferreira de Araújo e Daniela Cristina Silva Borges, objetivaram com tal estudo analisar a importância da tecnologia da informação nos processos de tomada de decisão de instituições de ensino superior, conforme os autores essa pesquisa justifica a relevância e questões acerca da utilização dos sistemas tecnológicos do ponto de vista do administrador ou gestor. O estudo foi realizado por meio de revisão literária de forma exploratória e qualitativa. Para eles a evolução da tecnologia trouxe progressos notórios nas áreas de gestão e conhecimento, tornando-se fator determinante para a exatidão nos processos de tomadas de decisão, buscando maior qualidade e confiabilidade, bem como a diferença na competitividade das instituições de ensino.

O grupo de pesquisadores composto por **Pedro Henrique Tomás, Márcio Silva Andrade, Maria Aparecida da Silva Gomes, Raquel Barbosa Machado, Adriana Santos Prado Sadoyama e Vaston Gonçalves da Costa** teve por objetivo evidenciar a importância da liderança estratégica nos dias atuais para qualquer organização. Enfatizando alguns tipos de liderança, a diferença entre elas e a importância de cada uma.

Para **Osnir Martins Rodrigues** administrar uma empresa seja ela de pequeno, médio ou grande porte, é direcioná-la por caminhos às vezes cheios de obstáculos e perigos que

surgem a todo momento. Com o passar dos anos aumentam cada vez mais as incertezas sobre a sobrevivência dos negócios. Portanto, o objetivo principal deste artigo é o de contribuir e alertar empresários, empreendedores e gestores de um modo geral a importância de se ter a frente das organizações, de setores, e departamentos a presença de um Administrador qualificado que tem um papel relevante no sucesso e prosperidade dos negócios, o que certamente resultará em ganhos extraordinários para as empresas nas mais diversas áreas como gestão financeira, gestão de pessoas, gestão de marketing, planejamento e consequentemente no aumento dos seus ativos. De acordo com o autor para realização deste trabalho, utilizou-se como metodologia a revisão de literatura com um rigoroso estudo e análise de conceitos de diversos autores, pesquisas realizadas pelo SEBRAE e outras fontes.

Os administradores **Raiane Batista Alves Santos e Bráulio Emílio Maciel Faria** afirmaram que os objetivos da pesquisa foram analisar se os gestores consideram os colaboradores como talentos, bem como identificar de que forma a empresa retém os talentos dentro da organização pesquisada; investigar qual a maior dificuldade que os gestores enfrentam ao identificar talentos; e ainda pesquisar o motivo pelo qual os profissionais demitem-se da empresa. O estudo foi realizado por meio de pesquisa qualitativa, sendo utilizado o instrumento de entrevistas com os três gestores que fazem a gestão da instituição. Estas foram planejadas com o roteiro previamente elaborado, levando em consideração os objetivos e os problemas de estudo. Dentre os resultados obtidos, percebe-se que os talentos são fundamentais e que fazem a diferença na empresa.

Núbia Alves Dos Santos e Renata Suzelli Gonçalves tiveram como propósito analisar as dificuldades das pequenas empresas de João Pinheiro-MG em recrutamento e seleção, no ano de 2017, para tanto foi realizada uma pesquisa de campo, qualitativa com instrumentos quantitativos, pois o estudo versou uma pesquisa que demonstrasse resultados numéricos e informativos demonstrando como tem sido as contratações nas pequenas empresas de João Pinheiro, sendo aplicados questionários mistos, com questões abertas e fechadas proporcionando maior clareza e expressão dos entrevistados, sendo os objetivos da pesquisa identificar quais as maiores dificuldades enfrentadas pelas pequenas empresas no momento de recrutar e selecionar pessoas; analisar se o salário oferecido pelas pequenas empresas é um fator que interfere no momento da contratação; averiguar se as pequenas empresas utilizam alguma ferramenta para atrair futuros colaboradores; indagar se estas empresas possuem plano de cargos e salários.

Márcio Silva Andrade, Pedro Henrique Tomás, Maria Aparecida da Silva Gomes, Raquel Barbosa Machado, Vaston Gonçalves da Costa e Adriana Santos Prado Sadoyama retrataram os resultados de uma pesquisa exploratória, aplicada e com abordagem quantitativa com o objetivo de avaliar a qualidade percebida nos serviços educacionais prestados pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro em um curso Superior de Tecnologia, utilizando como ferramenta básica para análise, a escala SERVQUAL, desenvolvida por Parasuraman, Zeithaml e Berry (1988). Para a coleta de dados, foram aplicados questionários estruturados com questões fechadas e pré-definidas pelos pesquisadores adaptado aos serviços educacionais.

Unilson Gomes Soares e Humberto Correa dos Santos expõem os resultados da pesquisa "Gestão Escolar: O perfil comparativo dos gestores de duas escolas de Patos de Minas" desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educación da Universidad Del Salvador, para obtenção do grau de Mestre em Educação. De acordo com os autores esse estudo buscou uma forma de adquirir conhecimento sobre o perfil dos gestores de duas escolas, uma pública e uma privada e como a gestão democrática se coloca frente a esse desafio. Para eles o objetivo principal da pesquisa foi desenvolver estudos sobre o perfil do gestor educacional e foram pesquisados o conceito, a definição, as características e atribuições, visando conhecer o perfil democrático dos administradores escolares de duas escolas do município de Patos de Minas.

Rosimere Rodrigues da Silva Beltrão e Renata Suzelli de Souza Gonçalves tiveram como objetivo analisar e demonstrar a contribuição da Cooperativa de Credito de Livre Admissão do Noroeste de Minas Gerais Ltda - Sicoob Credipinho para o crescimento do agronegócio em João Pinheiro. A pesquisa foi realizada através de conceitos e estudos sobre o cooperativismo, o histórico do Sicoob Credipinho. Os dados para análise foram coletados por meio de questionário entregues na respectiva Cooperativa. Trata-se, pois, de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, pois ao passo que fez revisão de literatura, analisou e quantificou-se os dados coletados.

Bárbara Torres de Souza e Unilson Gomes Soares tiveram como finalidade avaliar a qualidade do atendimento ao associado como diferencial competitivo da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Noroeste de Minas Gerais LTDA - Sicoob Credipinho. A pesquisa foi realizada na sede matriz da Cooperativa que está situada no município de João Pinheiro – MG, no ano de 2016. Para realização do trabalho, os pesquisadores utilizaram o tipo de pesquisa qualitativa utilizando instrumentos quantitativos. Foi desenvolvido um

estudo de caso na empresa com a aplicação de 20 entrevistas, sendo as mesmas registradas através da escrita. No decorrer das análises realizadas foram utilizadas comprovações através de falas de grandes autores que escreveram sobre o tema em questão.

Para os administradores **Douglas Antônio Sales Moura e Bráulio Emílio Maciel Faria** essa pesquisa teve como objetivos estudar a importância desta ferramenta para os formandos e como irão aplicá-lo no desenvolvimento de suas carreiras profissionais, averiguar as dificuldades encontradas pelos acadêmicos em desenvolvê-la, pesquisar quais são as vantagens no ensino acadêmico e profissional e identificar o nível de conhecimento e a percepção dos formandos sobre *marketing* pessoal.

A segunda seção é de **Educação** e está composta por sete artigos, a saber:

Paulo Ricardo de Lima Martins Araújo e Bruno Ferreira prosperam a realizar uma análise de como configura-se a atual formação de professores de Geografia na área de Geociências, especificamente nas disciplinas de Geologia e Geomorfologia, de todas as instituições públicas da região nordeste do Brasil. O trabalho se deu com um prévio levantamento de informações que comprovassem a necessidade desse trabalho, sendo esta abordagem, neste formato, totalmente inédita, logo após a constatação iniciamos o estado da arte, lendo diversos materiais que viessem ajudar a servir de base ao referido artigo

Monique Hellen de Souza Silva e Alesandra Pereira da Silva afirmam que o artigo em questão se propõe a discutir a relevância dos estudos da segregação socioespacial para o ensino de geografia, com o objetivo de contribuir para a promoção de um processo de ensino e aprendizagem crítico, e voltado para a formação cidadã. Metodologicamente, este estudo é pautado em revisões bibliográficas que apontam como causas principais para a não efetivação desse conteúdo, no ensino da geografia nas escolas da rede pública de educação básica, as discrepâncias entre ciência geográfica e geografia escolar, e a precariedade do sistema nacional de educação.

Luciana Gomes Mariano, Rosangela Soares Braga Indelécio, Margareth Vetis Zaganelli e Maria Zeneide Carneiro M. de Almeida objetivaram verificar os dilemas representados pelos professores no exercício da sua função na ambiência escolar, assim como verificar e se entre eles o encanto ou o desencanto interferem na sua identidade como profissionais; elas também averiguaram como os professores percebem sua preparação no âmbito da formação/profissão e buscaram identificar se os aspectos relacionados ao contexto social, como indisciplina, sobrecarga de trabalho, falta de apoio da família, são fatores geradores da insatisfação com a profissão docente..

A educadora **Eliana da C. M. Vinha** afirma que paradigmas da exclusão, da segregação e da integração, ao longo dos históricos sociais, vêm sofrendo mudanças e influenciando atitudes, costumes e hábitos de vida diária de pessoas com desenvolvimento típico e atípico. Ela se propõe compreender o panorama de atendimento às pessoas com deficiência no campo da Educação Física, relacionar os tipos de tratamentos oferecidos às pessoas com deficiência com aspectos histórico-sociais e identificar os paradigmas histórico-sociais (exclusão, segregação e integração) de atendimento às pessoas com desenvolvimento atípico. Este estudo foi realizado por meio de revisão bibliográfica fundamentada em livros e artigos nas bases de dados Scielo, no período de 2006 a 2016.

Bárbara Caroline Gomes de Sousa, Giselda Shirley da Silva e Maria da Conceição Ferreira Procuram verificar como a musicalidade pode ser inserida tanto no espaço escolar, quanto no ambiente familiar, visando o desenvolvimento nas atividades sociais, motoras e comportamentais das crianças. A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo com recursos quantitativos Como instrumentos de pesquisa foram utilizados a entrevista com grupo focal gravada em áudio (quatorze alunos), entrevista com a representante da equipe pedagógica da escola (gestora)também gravada em áudio, a observação participante com registro no caderno de campo e os questionários (aplicados para quatorze pais), além de se utilizar da pesquisa-ação (em que o pesquisador atua também como participante e observador) para dar embasamento às ações descritas.

As pedagogas **Heloísa dos Reis Pereira Rocha e Marilda de Souza Almeida** tiveram como objetivo apresentar as contribuições e desafios na função de Supervisor Escolar no processo educativo na visão dos Supervisores de escolas do Município de João Pinheiro. De acordo com elas a pesquisa objetivou conhecer as contribuições e a importância do trabalho do Supervisor Pedagógico no processo de ensino e aprendizagem e no contexto educacional de atuação, averiguar de que maneira é feita a intervenção pedagógica escolar, assim como entender a sua eficácia e analisar de que forma o supervisor percebe a sua atuação como organizador do espaço de aprendizagem.

Marcelo Pereira de Souza e Suênia Lima de Fátima Silva tiveram como objetivo apresentar uma análise que versa sobre a contribuição da família no processo de ensino aprendizagem na visão dos professores do Ensino Fundamental I, o mesmo visa contribuir para a reflexão a respeito de atitudes educativas e suas influências, estas promovidas por ambos os responsáveis por educar cidadãos para atuarem na sociedade. Objetivou-se de forma específica, verificar as representações de professores sobre as contribuições/importância da

família na formação dos alunos e no processo de ensino aprendizagem evidenciando que a participação de ambas contribui para que o processo de aprendizagem seja mais eficiente.

A terceira seção conta com um artigo de **História de** autoria de **Vandeir José da Silva,** nele o autor apresenta como objeto de estudo as irmandades religiosas proporcionando reflexões e análise acerca das confrarias portuguesas: problemas, resultados e tendências da investigação, na perspectiva do pesquisador português, Pedro Penteado.

A quarta seção se filia à **Etnobotância** e contém um artigo escrito por **Daisa Cristina da Silva Barbosa Almeida, Maria Célia Veiga França e Júlio César Rodrigues da Silva,** para os autores este estudo busca retomar a trajetória do conhecimento cultural e etnobotânico ao longo da história da ciência, apontando para as sucessivas valorizações e desvalorizações sofridas por eles. Bem como mostrar em que sentido a etnobotânica poderia auxiliar na construção do conhecimento científico do aluno, sendo realizado por meio de revisão literária.

A quinta seção traz um artigo de **Matemática** de autoria de **Leandro Gontijo Rodrigues, Túlio Guimarães e Roseline Martins Sabião,** os quais apresentaram o Teorema de Pitágoras e sua contribuição na história da matemática, envolvendo algumas demonstrações, aplicações e a progressão de um objeto de aprendizagem, cujo objetivo é apoiar, de modo lúdico, no entendimento geométrico do Teorema no ensino básico. Nessa perspectiva a proposta, é uma abordagem deste teorema em sala de aula onde incluem os materiais didáticos manipuláveis que fortalecem a motivação do aluno para a aprendizagem, aumentam a autoconfiança e a concentração e contribuem no desenvolvimento das competências cognitivas e lógicas.

O **Caderno de Resenhas** está composto por uma resenha de autoria de **Carlos Eugenio Veloso Novelino e Maria Célia da Silva Gonçalves ,** os autores resenharam o livro **Amor Líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos, para eles o sociólogo Polonês, naturalizado inglês, Zygmunt Bauman traz em toda sua obra o que nomeia de modernidade líquida, como uma continuidade da Idade Moderna ou, segundo o autor, modernidade sólida, que trouxe transformações geradas pelo capitalismo e pela revolução industrial fazendo gerar tramas sociais diferentes das que existiam anteriormente. Na teoria da liquidez as relações tornam fluidas e incertas tanto nas relações com instituições tradicionais ou interpessoais, fazendo valer a incerteza, perdendo assim o sentido dos planos de longo prazo, antes tão palpáveis.

Agradecemos a valiosa colaboração dos autores desse volume, e, reafirmamos a importância do debate acadêmico/científico provocado por esses diálogos interdisciplinares promovido pela revista da Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). Convidamos toda a comunidade acadêmica a participar deste projeto editorial e desejamos a todos uma boa leitura!

CADERNO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO: Estratégias e Elementos da Prática Educativa

Fernanda Bicalho Amaral*
Virgínia Mascarenhas Nascimento Teixeira**

Resumo: As estratégias de ensino na enfermagem representam um desafio para os professores-enfermeiros na formação de profissionais críticos e reflexivos e com capacidade de relacionar a teoria e a prática. O presente estudo busca discutir as estratégias metodológicas utilizadas por docentes de enfermagem no processo ensino aprendizagem, assim como os elementos que envolvem a prática educativa na formação dos enfermeiros. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cuja coleta dos dados foi realizada por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com a utilização dos descritores: docentes de enfermagem, ensino e educação em enfermagem. Foram considerados os artigos disponíveis no idioma português, publicados no período de 2010 a 2014. A amostra foi composta de 12 artigos. Os resultados apontaram que, mesmo com as dificuldades em romper com os métodos tradicionais, os docentes de enfermagem estão buscando novas mudanças no desenvolvimento das metodologias. Deste modo, espera-se que este estudo possa contribuir para que docentes/enfermeiros repensem as metodologias utilizadas. Considera-se relevante a realização e divulgação de novos estudos sobre o assunto abordado.

Palavras-chave: Docentes de Enfermagem. Ensino. Educação em Enfermagem.

Abstract: The teaching strategies in nursing are practices that represent a challenge for teachers-nurses in training professionals and reflective and critical ability to relate theory and practice. The present study seeks to discuss the methodological strategies used by teachers in the teaching learning process nursing, as well as the elements that involve the educational practice in the training of nurses. It is an integrative review of literature, whose data collection was carried out through the Virtual Health Library (BVS), with the use of descriptors: faculty, nursing; teaching and education, nursing. Were considered the items available in the Portuguese language, published in the period from 2010 to 2014. The sample was composed of 12 articles. The results showed that, even with the difficulties in breaking with the traditional methods, the Faculty of nursing are seeking new changes in the development of

* Fernanda Bicalho Amaral. Enfermeira, Orientadora dos Cursos Técnicos em Enfermagem e Segurança do Trabalho do SENAC Minas CEP Três Marias/MG – Brasil. Enfermeira Pós Graduada em Saúde Pública e da Família (UNIASSELVI), Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas (SENAC), Especialista em Formação Pedagógica para os Profissionais da Área da Saúde – Enfermagem (UFMG).Email: febicalho3m@hotmail.com

** Graduada em Enfermagem pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutorado em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Quotidiano em Saúde (NUPEQS-MG) e do Grupo Scientia e Technica. Principais temas de trabalho: História da Enfermagem e da Saúde, com ênfase para História da Enfermagem em Minas Gerais; História das escolas de enfermagem; Cotidiano.Email: virginiamascarenhas19@gmail.com

methodologies. In this way, it is hoped that this study can help teachers/nurses rethink the methodologies used. It is considered relevant to implementation and dissemination of new studies on the subject.

Key-Words: Faculty, Nursing. Teaching. Education, Nursing.

1 INTRODUÇÃO

A inovação científica e tecnológica tem estabelecido novas abordagens de construção do conhecimento na sociedade moderna. Nesse sentido, vem crescendo a demanda para a formação de profissionais críticos e reflexivos que sejam capacitados para relacionar a prática e a teoria, durante o processo de ensinar e cuidar em saúde (SCHVEITZER et al., 2013).

O processo de educação envolve a organização para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, mas ainda é necessária a transformação das instituições de ensino, para que possam acompanhar as mudanças impostas pela globalização. Nesse contexto, formar um profissional para atuar na área da saúde exige uma corresponsabilização do sistema educacional e do serviço de saúde, o que envolve a atuação dos profissionais nesses cenários e constitui-se em um desafio da prática assistencial.

Em relação à enfermagem, por meio da assistência e do cuidado, os profissionais desta área exercem suas funções e têm suas responsabilidades. Uma delas é ser educador, não apenas na educação em saúde, mas na formação de novos profissionais, que estejam preparados para enfrentar uma sociedade globalizada e em constantes avanços tecnológicos (SEBOLD; CARRARO, 2013).

A enfermagem é a área do conhecimento que se desenvolveu durante séculos, sofrendo várias influências, caracterizando-se, inicialmente, por práticas primitivas e empíricas e, posteriormente, foi assumindo características de cientificismo e ensejando mudanças consistentes na forma de atuação dos seus profissionais, com uma demanda cada vez mais crítica e reflexiva (LAZZARI et al., 2011).

Neste contexto, foi aprovada a Resolução CNE/CES n. 3, de 7 de novembro de 2001, que determinou a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual. Esta lei está pautada em princípios éticos e fundamenta o processo de formação de profissionais com competências, habilidades e atitudes, com capacidade para intervir nas necessidades da população, considerando o contexto histórico-social em que está inserido, contribuindo para a formação de profissionais

comprometidos com atenção às necessidades sociais da saúde, assegurando a integralidade, a qualidade e humanização do atendimento (BRASIL, 2001).

Assim, a formação de enfermeiros requer um aprendizado além do científico. Nesse sentido, os professores do curso de enfermagem devem ter a capacidade de ensinar para as práticas educativas, resgatando a dignidade e a cidadania e incorporando um novo papel, o de mediador do conhecimento, de facilitador do processo de transformação, de instigador da dúvida e da criticidade de forma dialogada e reflexiva.

Ainda mais quando se trata do ensino clínico na prática em saúde, que se constitui de um ponto importante para a formação dos enfermeiros, já que propicia aos educandos a oportunidade de refletir sobre a ação propedêutica e terapêutica específica e suscita no futuro profissional o compartilhamento de saberes e a construção coletiva da aprendizagem (MERIGHI et al., 2014).

Neste sentido, torna crescente a demanda por uma educação proativa e inovadora, com inovação metodológica no sentido de apresentar roteiros, caminhos e estratégias para conduzir as diferentes situações do processo de ensino/aprendizagem, permitindo às discentes ações que instiguem uma postura crítica e competente diante do mundo, da profissão e da vida (BACKES et al., 2012).

Além disso, a formação de profissionais da saúde deve estar associada a práticas sociais emancipadoras e inovadoras, desencadeando a motivação para novas experiências. Nesse sentido, o conhecimento e as teorias de enfermagem precisam ser abordados de forma crítica e reflexiva buscando desenvolver no educando a competência profissional numa perspectiva holística, o que contribui para a aquisição não apenas do conhecimento (saber-saber) e da habilidade técnica (saber-fazer), mas também de uma atitude ética mais humanizada (saber-ser) do cuidado em saúde (CAVEDGNE, 2013).

Mas, as práticas na formação de enfermeiros devem incluir uma disposição, por parte dos docentes, da inclusão de novas metodologias, de mudanças, às vezes paradigmáticas e estruturais, que proponham novos métodos de ensino, que passem a ser centradas na aprendizagem, em nova visão de trabalho, no desenvolvimento de pensamento crítico e reflexivo e nas habilidades em aprender mediante o exercício profissional, transformando o método tradicional de ensino, cuja função primordial remete à transmissão de conhecimento de forma mecânica e prescritiva (BACKES; MOYA; PRADO, 2011).

Vale ressaltar que, o reconhecimento e a utilização dessas novas tendências pedagógicas e de diferentes estratégias de ensino na enfermagem ainda são relativamente

recentes e o método tradicional prevalece no processo de ensino/aprendizagem, muitas vezes utilizado no sentido de formar pessoas para atender às necessidades do mercado de trabalho de forma rápida, prática e repetitiva. Porém, já se percebe uma crescente mudança na ação pedagógica em algumas instituições de ensino em enfermagem, contribuindo para a troca de experiências e, consequentemente, a aquisição de novos saberes tanto entre docentes quanto entre discentes. O que ainda precisa ser sistematizado é o conhecimento sobre o que tem sido utilizado pelos docentes como estratégias de ensino/aprendizagem e, também, a necessidade de ampliar a discussão relacionada aos elementos que englobam a prática educativa na formação dos profissionais. É nesse sentido que se questiona: quais as estratégias metodológicas utilizadas na prática cotidiana de docentes de enfermagem no processo de ensino/aprendizagem? Quais os elementos envolvem essa prática educativa?

O presente estudo busca discutir as estratégias metodológicas utilizadas por docentes de enfermagem no processo ensino aprendizagem, assim como os elementos que envolvem a prática educativa na formação dos enfermeiros.

A aprendizagem não é fruto apenas de uma acumulação de novos saberes pelos alunos e sim de uma reestruturação desses conhecimentos, a partir do estabelecimento de relações entre os que já possuem e os novos, com os quais se defrontam. Assim, espera-se, cada vez mais, que os alunos consigam aprender a aprender e a viver, organizando seus próprios seus próprios saberes, estabelecendo relações, utilizando-se dos novos conhecimentos para enfrentar futuros problemas e atuar no mundo.

Espera-se que este estudo possa fornecer subsídios aos docentes para a reflexão e melhoria em relação às práticas pedagógicas na enfermagem, possibilitando o aprimoramento e a transformação da aprendizagem e despertando uma visão inovadora, no intuito de formar profissionais com competência para o cuidado em saúde, com qualidade na assistência, responsabilidade e autonomia, demonstrando um trabalho humanizado, solidário e ético.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que possibilita ao pesquisador a inclusão e a síntese de publicações anteriores sobre um delimitado tema ou questão norteadora, contribuindo para uma análise aprofundada do assunto a ser investigado. A revisão integrativa segue basicamente as seguintes etapas: 1) Identificação do tema ou

formulação da questão norteadora, 2) Estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos e realização da amostragem ou busca na literatura, 3) Categorização dos estudos, 4) Avaliação dos estudos incluídos na revisão, 5) Discussão e interpretação dos resultados, 6) Síntese do conhecimento evidenciado nos artigos analisados (JENAL et al., 2012).

A elaboração do tema de estudo partiu das seguintes questões norteadoras: Quais as estratégias metodológicas utilizadas na prática cotidiana de docentes de enfermagem no processo de ensino/aprendizagem? Quais os elementos envolvem essa prática educativa?

O levantamento bibliográfico foi realizado pela Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e foram utilizados os seguintes descritores: Docentes de Enfermagem, Ensino, Educação em Enfermagem.

Como critérios de inclusão dos trabalhos, foram definidos que: os artigos deveriam estar disponíveis on-line com acesso livre, no idioma português, com texto completo, publicados no período de 2010 a 2014, produções que abordassem o assunto em revistas de enfermagem referente às estratégias metodológicas aplicadas na formação do enfermeiro. Os critérios de exclusão foram: teses, dissertações e publicações repetidas.

Na seleção dos estudos os descritores escolhidos para a busca foram abordados na base de dados, com a utilização do cruzamento dos descritores. As publicações foram caracterizadas e organizadas de acordo com a relevância do conteúdo, sendo realizada uma seleção inicial a partir dos títulos e resumos e, em seguida, uma leitura completa dos artigos.

Com o cruzamento dos descritores Docentes de enfermagem e Ensino, foram encontrados 99 trabalhos científicos. Após leitura dos títulos, resumos e texto completo, foram selecionadas seis publicações. Já na busca com os descritores Docentes de Enfermagem e Educação em Enfermagem localizou-se 96 artigos, sendo escolhidos sete após as leituras correspondentes. Com os descritores Ensino e Educação em Enfermagem foram encontrados 330 artigos, destes optou-se por onze após a seleção a partir das leituras, totalizando 24 artigos selecionados em um primeiro momento.

Contudo, dos 24 artigos encontrados, quatro se repetiram nos três cruzamentos e três artigos se repetiram consecutivamente em dois cruzamentos. Deste modo, a amostra final para o desenvolvimento da pesquisa foi composta por 12 artigos.

A discussão e avaliação dos estudos resultaram da análise dos artigos selecionados, a partir do objetivo e da questão norteadora da pesquisa. Os dados foram analisados a partir da ordenação, fechamento e classificação dos textos. Nesse sentido, o conteúdo foi dividido em três temas: Desafios na formação do profissional enfermeiro; Estratégias metodológicas no

ensino de enfermagem; e Elementos relevantes para o ensino/aprendizagem do enfermeiro, que serão apresentados a seguir.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa foi realizada baseada na análise de 12 publicações. O quadro que se segue indica o ano de publicação, título, autor, metodologia utilizada e o periódico em que os artigos foram publicados.

Quadro 1 – Estudos selecionados por ano, título, autor, metodologia e periódico.

Ano	Título	Autor	Metodologia	Periódico
2010	Práticas pedagógicas no ensino de enfermagem: um estudo na perspectiva da análise institucional	PEREIRA, Wilza Rocha; TAVARES, Cláudia Mara Melo.	Qualitativa, comparativa e de campo.	Rev. Esc. Enferm.
2010	Repensando o ser enfermeiro docente na perspectiva do pensamento complexo	BACKES, Dirce Stein et al.	Estudo qualitativo com características de pesquisa-ação.	Rev. Bras. Enferm.
2010	Processo de formação da(o) enfermeira(o) na contemporaneidade: desafios e perspectivas	SILVA, Mary Gomes et al.	Pesquisa bibliográfica	Texto & Contexto Enferm.
2011	Posturas pedagógicas adotadas no ensino de enfermagem e saúde na Região Sul do Brasil	LINO, Mônica Motta et al.	Revisão da Literatura.	Rev. Bras. Enferm.
2011	Estratégias de ensino-aprendizagem em cursos de graduação em Enfermagem	WATERKEMPER, Roberta; PRADO Marta Lenise do	Revisão Integrativa	Avances en Enfermería.
2011	Processo de construção do conhecimento pedagógico do docente universitário de enfermagem	BACKES, Vânia Marli Schubert; MOYA, Jose Luis Medina; PRADO, Marta Lenise do.	Descritiva, exploratório-analítica, de natureza qualitativa.	Rev. Latino-Am. Enfermagem.
2012	Práticas pedagógicas, processos de subjetivação e desejo de aprender na perspectiva institucionalista	PEREIRA, Wilza Rocha et al	Abordagem qualitativa, tipo estudo de caso comparativo e de campo.	Acta Paul Enferm.
2012	Produção do conhecimento acerca da formação do enfermeiro na América	CANEVER, Bruna Pedroso et al.	Revisão de literatura.	Rev. Gaúcha Enferm.

	Latina			
2012	Utilização de metodologia ativa no ensino e assistência de enfermagem na produção nacional: revisão integrativa	SOBRAL, Fernanda Ribeiro; CAMPOS, Claudinei José Gomes.	Revisão integrativa	Rev. Esc. Enferm. USP.
2013	Expressões do conhecimento didático do conteúdo de um professor experimentado de enfermagem	BACKES, Vânia Marli Schubert et al.	Qualitativo	Texto & Contexto Enferm.
2013	Tendências pedagógicas: conflitos, desafios e perspectivas de docentes de enfermagem	RODRIGUES, Jéssica de Alcântara et al.	Abordagem qualitativa do tipo estudo de caso	Rev. Bras. Educ. Med.
2014	Ensinar e aprender no campo clínico: perspectiva de docentes, enfermeiras e estudantes de enfermagem	MERIGHI, Miriam Aparecida Barbosa et al.	Qualitativo	Rev. Bras. Enferm.

Fonte: elaborado pela pesquisadora para fins desta pesquisa, Corinto, 2015.

No período deste estudo, verifica-se que os anos de 2010, 2011 e 2012 foram os que apresentaram o maior número de publicações, com três artigos em cada ano. Foi possível selecionar dois artigos em 2013 e um no ano de 2014.

Em relação à categorização dos artigos, verificou-se que sete deles correspondem à Pesquisa Qualitativa, dois são de Revisão Integrativa, um de Pesquisa Bibliográfica e dois foram descritos como Revisão da Literatura.

Destaca-se que, seis (50%) artigos foram publicados apenas por profissionais da Enfermagem, dois (16,67%) por Enfermeiros e outro profissional da Educação e quatro (33,33%) artigos não especificaram a área de atuação dos autores.

Já em relação aos periódicos utilizados, destaca-se a Revista Brasileira de Enfermagem que publicou três artigos, a Revista da Escola de Enfermagem da USP com dois (16,67%), a Texto & Contexto – Enfermagem dois, a Revista Latino Americana de Enfermagem um, a Avances em Enfermería um, a Acta Paulista de Enfermagem um, a Revista Gaúcha de Enfermagem um e a Revista Brasileira de Educação Médica um artigo.

Para compreender o que os trabalhos abordam como resultados e quais as estratégias metodológicas e elementos relevantes na prática educativa os assuntos foram agrupados em três temas centrais: Desafios na formação do profissional enfermeiro; Estratégias

metodológicas no ensino de enfermagem; e Elementos relevantes para o ensino/aprendizagem do enfermeiro.

3.1 Desafios na formação do profissional enfermeiro

O estudo de Silva et al. (2010) buscou refletir acerca do processo de formação em enfermagem na contemporaneidade, seus desafios e perspectivas na busca de formar sujeitos éticos, críticos e reflexivos, capazes de articular saberes e práticas no enfrentamento aos desafios da atenção à saúde da população. Os autores entendem que a formação do enfermeiro na contemporaneidade constitui um grande desafio, que é de formar profissionais com competência técnica e política, dotados de conhecimento. Isso requer uma reestruturação pedagógica, fundamentada nos pilares da educação, e relacionada ao aprender a aprender, aprender a conhecer e aprender a fazer. Segundo os autores, baseado nesses pilares, tem-se a possibilidade de garantir a capacitação dos enfermeiros com competência para atuar com autonomia, a fim de assegurar a integralidade da atenção à saúde.

Reconhecemos assim, que as estratégias pedagógicas que estimulam o pensamento crítico e reflexivo, como métodos de simulação, dinâmicas de grupos, educação baseada em problematização, estudo de caso e outras ferramentas, permitirá a reestruturação e a acumulação de novos conhecimentos pelos alunos. Dessa forma, espera-se que os discentes consigam aprender a aprender e a viver, organizando seus próprios saberes, estabelecendo relações, utilizando-se dos novos conhecimentos para enfrentar futuros problemas e atuar no mundo.

Backes et al. (2010) realizaram estudo com o objetivo de repensar o ser enfermeiro docente na perspectiva do pensamento complexo, apresentando as metodologias de ensino aprendizagem com os discentes e docentes do curso de enfermagem. Os autores indicam que a formação do enfermeiro requer que os processos metodológicos valorizem a aplicação do conhecimento adquirido nas aulas teóricas, juntamente com as práticas desenvolvidas.

Segundo estes autores, todo o conhecimento estabelece uma tradução e uma reconstrução, a partir de símbolos, sinais e signos, sob a forma de ideias, discursos e teorias, reformando o pensamento para reformar o ensino. Dessa forma, o docente deve ser capaz de encantar, seduzir o estudante à busca do conhecimento e apontar possibilidades que ultrapassem as fronteiras do saber, sendo conduzido por meio de metodologias participativas, como a realização de trabalhos em grupos, o uso de tecnologias, jogos pedagógicos,

simulação de práticas com o auxílio de softwares, vídeos, entrevistas, estudo de casos, dramatização, entre outros, despertando, no discente, a criatividade e a interação entre a teoria e a prática, permitindo a troca de experiências e, consequentemente, a contribuição para a aquisição de novos saberes entre educador e educando, pois, neste processo, todos são atores envolvidos na construção do saber.

Backes, Moya e Prado (2011) destacaram o processo de ensino interativo nas sessões de aula, onde verificaram o diálogo reflexivo, os exemplos e as relações usadas constantemente de modo coerente, proporcionando ao aluno uma aprendizagem significativa. Os autores indicam que as metodologias devem ser adaptadas ao contexto social dos educandos, visando despertar o interesse e a motivação, incentivando-os a buscarem a solução de suas próprias dificuldades, tornando a ação educativa mais eficiente e eficaz. Também relatam a influência do educador Paulo Freire, no sentido de proporcionar uma prática pedagógica crítica, reflexiva e participativa na atuação do docente, fortalecida pelo diálogo crítico, pela escuta atenta e pela participação do aluno.

Deste modo, percebe-se que a troca de experiências, crenças e valores são de suma importância para o bom desempenho profissional. Os atores envolvidos no processo ensino/aprendizagem contribuem para a produção do conhecimento individual e coletivo.

Canever et al. (2012), desenvolveram um estudo no qual buscaram conhecer o panorama da produção científica latino-americana sobre a formação do enfermeiro no período de 2005 a 2012. Os autores discorrem sobre a necessidade de estruturar um novo currículo a partir dos princípios da Reforma Sanitária Brasileira e do SUS, refletindo sobre a importância da relação entre educação e saúde para o desenvolvimento de um profissional que, além da competência científica e técnica, seja generalista, humanista, crítico e reflexivo. Nesse sentido, a educação tem como papel resgatar a dignidade e a cidadania em meio à sociedade, pois as práticas educativas estão integradas ao convívio social.

Estes autores ressaltaram a importância da existência de uma reorientação da postura do docente, assumindo o papel de facilitador e estimulando o processo ensino-aprendizagem, inserindo novas formas de saber e fazer, utilizando metodologias ativas que possibilitam o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico e reflexivo dos futuros profissionais. Para os autores, o ensino tem a característica de intervir na realidade, ou seja, tentar criar, organizar e transmitir novas ideias desenvolvidas na prática social.

Canever et al. (2012), concluíram que há necessidade de maior investimento na formação, incentivo ao aperfeiçoamento do docente-enfermeiro e integração do ensino com o

serviço de acordo com a perspectiva do SUS. É preciso proporcionar aos colaboradores ambientes de educação permanente em saúde a partir do trabalho cotidiano, de forma a considerar os cenários de prática de formação real.

A pesquisa publicada por Merighi et al. (2014), trata do conhecimento e discussão das expectativas dos docentes, enfermeiras e estudantes com relação ao ensino em campo clínico. Constatou-se que o professor-enfermeiro-aluno, são indivíduos que estão envolvidos no processo ensino-aprendizagem, integrando a teoria e a prática e tendo como objetivo a aplicação do conhecimento técnico e científico, já que o aprender a ser enfermeiro exige do discente o desenvolvimento do conhecimento para mediar à integração das habilidades técnicas, científica e interpessoais necessárias ao cuidar em enfermagem.

Portanto, a prática educativa deve envolver todos os indivíduos que estejam comprometidos com o ensino, despertando-o uma visão inovadora, reflexiva, crítica no ensino da enfermagem, no intuito de formar profissionais com competência para o cuidado em saúde, com qualidade na assistência, responsabilidade e autonomia, demonstrando um trabalho humanizado, solidário e ético.

3.2 Estratégias metodológicas no ensino de enfermagem

A pesquisa desenvolvida por Backes et al. (2010), verificou que o docente em enfermagem deve apresentar as competências científicas e as habilidades didática e pedagógica. Destacam-se a necessidade de repensar o ser docente-enfermeiro, já que o conhecimento nesta área se torna cada vez mais complexo e desafiador. Neste sentido a construção do conhecimento, necessita ser conduzido por meio de metodologias, que despertem a iniciativa e a imaginação criativa, integrando a teoria e a prática.

O docente deve introduzir atividades de interação como simulações em bonecos, debates, resenhas, estudo de casos, atividades de grupos, propiciando a discussão coletiva e a participação dos educandos como sujeitos responsáveis pela construção do seu conhecimento. Isso favorece a atuação dos futuros profissionais de enfermagem em diferentes cenários políticos e sociais.

Já Canever et al. (2012), ressaltam a importância de o enfermeiro docente ter o domínio na área do conhecimento e a necessidade de realizar uma formação pedagógica, favorecendo a transmissão do conhecimento. Abordam a superação dos educadores em relação à tendência tradicional, em que as ações estão concentradas sobre si mesmos. É

preciso buscar superar o ensino tradicional, permitindo a liberdade de expressão, o diálogo, a exposição de ideias e opiniões, permeando, assim, a construção de novas concepções e dos próprios processos de aprender e de ensinar.

Os autores discorrem sobre a relação professor-aluno, envolvendo o diálogo, a empatia e a preocupação com o outro. Enfatizam que os saberes dos docentes devem ser lapidados sempre, possibilitando a construção e reconstrução da prática pedagógica, englobando docente/discente no processo de ensino-aprendizagem. Acrescentam, ainda, que é necessário que os enfermeiros docentes conheçam e estudem as diretrizes do projeto pedagógico de cada curso, desenvolvendo métodos de ensino inovador.

No estudo de Backes et al. (2013), sobre a relação entre trajetória de formação e expressões do conhecimento didático de um docente experimentado de enfermagem da região sul do Brasil, os resultados apontaram que a educadora entrevistada iniciou a docência sem preparo profissional, conduzida por modelos de prática que vivenciou durante seu curso de graduação. Foi a partir do momento que começou a lecionar, que buscou uma qualificação educativa.

Os autores ressaltam que a educação apresentará êxito quando o educador buscar crescimento profissional de forma contínua, procurando aperfeiçoar-se no processo de educar e instruir-se. Possibilitando que os alunos não se sintam oprimidos, mas livres e estimulados a desafiarem o novo, a correrem riscos, a construírem novas alternativas para aprenderem a aprender, aprenderem a fazer, a viver e a conviver com dignidade.

Para o estudo em questão, o relato da educadora expôs a inexistência de preparo pedagógico durante a formação profissional, justificando a necessidade de especialização no campo da docência. Ela destacou, também, que após o primeiro curso, iniciou a construção de sua trajetória formativa, cursando mais tarde o mestrado e doutorado na área da educação. Percebe-se, então, que foi durante a docência que o professor compreendeu a necessidade de uma formação pedagógica. No relato da entrevistada, esta ressalta que a partir das experiências e das práticas é que ela sentiu a necessidade de estar atualizada, conhecendo e adotando um referencial teórico para as aulas a serem ministradas e buscando uma formação permanente (BACKES et al., 2013).

Neste contexto, faz-se necessário que os docentes, apresentem não apenas o domínio na área de atuação, mas que o mesmo esteja sempre atualizado, possibilitando a condução do processo educativo. Diante disso, torna-se indispensável à formação permanente, para que o educador possa estabelecer conexões entre os diferentes saberes e fazeres. Propondo novas

ações no caminho da educação em saúde, favorecendo a formação de profissionais capazes de estimular a autonomia, a criatividade, o trabalho em equipe e a liderança, atuando de maneira articulada.

3.3 Elementos relevantes para o ensino/aprendizagem do enfermeiro

Para Pereira e Tavares (2010), em pesquisa sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas no ensino de Enfermagem, a prática de ensinar na enfermagem está ligada à percepção de mundo, saúde e educação das pessoas. Os docentes são responsáveis pelo processo de formação de indivíduos éticos e compromissados com a sociedade em que estão inseridos ou irão trabalhar e, nesse sentido, a importância de o docente refletir sobre o que ensina, seus objetivos, saberes e procedimentos. Sendo um profissional que faz da atividade de educar um aprendizado contínuo, as experiências vividas, quando auto-analisadas, provocam a necessidade de mudança e são aprimoradas no cotidiano do ensinar. Deste modo, faz-se necessário valorizar o docente inovador.

No estudo de Lino et al. (2010), que objetivou analisar as posturas pedagógicas apresentadas nas produções científicas em educação em enfermagem da região Sul do Brasil, os autores mencionaram as relações entre os sujeitos no processo ensino aprendizagem, sendo que estas ocorrem por meio do diálogo franco e crítico, em que todos os componentes assumem responsabilidades e interagem de forma participativa. Apontaram que a maioria dos estudos publicados retrata um processo educativo de mão dupla, no qual a aprendizagem pode ocorrer não apenas na sala de aula, mas em qualquer lugar.

Nesse sentido, a transmissão do saber pode ocorrer de diversas maneiras, dependendo da função, intenção e dos objetivos dos participantes. Pode ser um mecanismo de transformação e libertação da sociedade. Todavia, os autores ressaltam que um docente mediador, oportunizando e reconhecendo os aspectos que precisam ser reforçados no processo da aprendizagem é a premissa fundamental na pedagogia libertadora-criativa, não interferindo na autonomia dos indivíduos.

Em relação ao processo ensino-aprendizagem, Waterkemper e Prado (2011), desenvolveram um estudo com o objetivo realizar uma revisão integrativa dos artigos publicados no período de 2005 a 2009, apresentando relatos de experiência e de pesquisas sobre estratégias de ensino desenvolvidas em cursos de graduação em Enfermagem e delineando os objetivos e resultados a partir da pesquisa realizada em diferentes países.

Ressaltam que o docente tem o exercício permanente do trabalho reflexivo e da disponibilidade para o acompanhamento da pesquisa e do cuidado, estando preparado para situações inesperadas e desconhecidas. O ensino/aprendizagem deve estar articulado a um conjunto de atividades, em que os docentes e discentes possam compartilhar momentos de responsabilidades e comprometimento.

Os autores também abordaram as metodologias que estimulam o pensamento crítico: a simulação em laboratório, estudo de caso, dramatização, painel interativo, jogos criativos, filmes, trabalho em equipe, portfólio, programas on-line e oficina pedagógica. Desta forma, essas estratégias de ensino proporcionam aos discentes serem atuantes e, aos professores, intermediários da educação.

Sobral e Campos (2012) realizaram uma pesquisa como objetivo identificar e analisar as publicações científicas desenvolvidas pela Enfermagem brasileira sobre o uso das metodologias ativas no ensino e na assistência. Relataram que os artigos que mencionavam as metodologias participativas e ativas apresentavam maior variedade de métodos pedagógicos: dinâmicas de grupo, dramatização, jogos educativos, discussões em grupo e recursos tecnológicos. Para os autores, as novas metodologias são um desafio, já que demandam do professor a seleção de práticas pedagógicas que favoreçam a participação ativa do aluno na aprendizagem, tornando-se necessário que os docentes conheçam vários métodos pedagógicos. Assim, não existe a melhor atividade, o importante é saber desenvolver a prática adequada, para atingir os objetivos da proposta de ensino.

Pereira et al. (2012), evidenciaram que o docente precisa identificar, visibilizar e valorizar as várias práticas pedagógicas que levam à motivação e ao envolvimento dos alunos produzindo conhecimentos, já que os processos de subjetivação dos sujeitos são únicos e funcionam agregando ou desagregando novos saberes. No entanto, vale ressaltar, que a educação precisa produzir sujeitos autônomos, com competências formais e políticas, para que estes possam vir a exercer, de fato, o seu papel de cidadãos.

Rodrigues et al. (2013), que desenvolveram estudo sobre as tendências pedagógicas que norteiam a prática educativa dos professores de Enfermagem, relatam que as estratégias de ensino adotadas pelos entrevistados foram diversificadas. Eles utilizam-se tanto de metodologias tradicionais, quanto ativas. Em relação aos instrumentos ativos, foram relatados o uso de estudo de casos, portfólio, trabalho em grupo, jogos criativos e teatro, visando a participação do discente em seu processo de aprendizagem. E, em relação aos métodos

tradicionais, há relatos de aulas expositivas, exercícios e seminários, acentuando a transmissão de conhecimento a partir de uma perspectiva mais conservadora.

Os autores destacam, ainda, a participação dos discentes, permitindo a democratização, a liberdade de expressão a respeito dos métodos, das estratégias e do conteúdo abordado na disciplina, possibilitando uma reflexão crítica da prática docente e favorecendo a relação professor-aluno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do material pesquisado, constatamos que os docentes devem reconhecer a importância de fundamentar as práticas pedagógicas na saúde, promovendo uma ação transformadora. Cabe a esses profissionais, observar e reconhecer as novas tendências pedagógicas no processo educacional, proporcionando a formação de profissionais capazes de desenvolverem as habilidades e as competências para a inclusão social e atuação no mercado de trabalho.

Os resultados encontrados apontaram poucas informações sobre os métodos pedagógicos adotados pelos educadores. Mas, percebe-se a necessidade da implementação de práticas inovadoras, estabelecendo conexões entre os diferentes saberes e fazeres, propondo novas ações no caminho da educação em saúde.

Além disso, a criação de estratégias de educação denominadas inovadoras requer mais do que a simples utilização de metodologias ativas de aprendizagem, faz-se necessário que esses métodos de ensino favoreçam a participação ativa do educando. Assim, o aluno torna-se o protagonista do seu aprendizado e, o professor, o facilitador e estimulador do processo ensino/aprendizagem.

As considerações desenvolvidas até aqui apontam que, mesmo com as dificuldades para romper com os métodos tradicionais, os docentes de enfermagem estão buscando novas mudanças no desenvolvimento das metodologias. Mas, é relevante destacar, que os docentes precisam estar preparados diante da transformação do mundo moderno, devem pensar de forma crítica sobre o que se ensina, como se ensina, porque e para que se ensina no campo teórico e prático da enfermagem.

Esperamos com esta investigação, estimular os docentes/enfermeiros a repensarem as metodologias utilizadas, permitindo que os alunos ampliem suas possibilidades humanas de conhecer, refletir e interagir com o mundo por meio de novas maneiras de educar.

Contribuir para que o educando busque novas respostas, de forma crítica e reflexiva, possibilitando desenvolver ações de organização, de cooperação individual e social é uma busca que deve ser constante para os docentes.

Por fim, sugere-se a realização de estudos sobre os estilos pedagógicos adotados pelos docentes, já que não fica claro nos artigos como se estabelece a relação metodológica. Considerando que é importante a disseminação desse conhecimento, para contribuir com a formação em enfermagem. Faz-se necessária maior participação dos profissionais da enfermagem e divulgação do assunto.

5 REFERÊNCIAS

BACKES, Dirce Stein et al. Repensando o ser enfermeiro docente na perspectiva do pensamento complexo. **Rev. bras. enferm**, Brasília , v. 63, n. 3, p. 421-426, Jun 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672010000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Maio 2015.

BACKES, Dirce Stein et al. **Vivência teórico-prática inovadora no ensino de enfermagem**. Esc. Anna Nery Revista de Enfermagem, Rio de Janeiro, v.16, n. 3, Set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141481452012000300024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar.2015.

BACKES, Vânia Marli Schubert; MOYA, Jose Luis Medina; PRADO, Marta Lenise do. **Processo de construção do conhecimento pedagógico do docente universitário de enfermagem**. Rev. Latino-Am. Enfermagem. Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 421-428, Abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692011000200026&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr. 2015.

BACKES, Vânia Marli Schubert et al. **Expressões do conhecimento didático do conteúdo de um professor experimentado de enfermagem**. Texto contexto - enferm., Florianópolis , v. 22, n. 3, p. 804-810, Set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072013000300029&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Maio 2015.

BRASIL. **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 3/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de Novembro de 2001. Seção 1, p. 37.

CANEVER, Bruna Pedroso et al . **Produção do conhecimento acerca da formação do enfermeiro na América Latina**. Rev. Gaúcha Enferm., Porto Alegre , v. 33, n. 4, p. 211-220, Dez. 2012 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472012000400026&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Maio 2015.

CAVEDGNE, Léa dos Santos. **Caminhos Pedagógicos do SENAC**. SENAC/MG/ SEMD, Belo Horizonte, 2013.

JENAL, Sabine et al .**O processo de revisão por pares: uma revisão integrativa de literatura**. Acta paul. enferm., São Paulo , v. 25, n. 5, p. 802-808, 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002012000500024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Maio 2015.

LAZZARI, Daniele Delacanal et al**.** Estratégias de ensino do cuidado em enfermagem: um olhar sobre as tendências pedagógicas**. Rev. Gaúcha Enferm.,** Porto Alegre , v. 32, n. 4, p. 688-694, Dez. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472011000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Fev. 2015.

LINO, Mônica Motta et al. Posturas pedagógicas adotadas no ensino de enfermagem e saúde na Região Sul do Brasil. **Rev. bras. enferm**., Brasília , v. 64, n. 1, p. 152-159, Fev. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672011000100022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Maio 2015.

MERIGHI, Miriam Aparecida Barbosa et al. **Ensinar e aprender no campo clínico: perspectiva de docentes, enfermeiras e estudantes de enfermagem**. Rev. bras. enferm. v. 67, n.4, p. 505-511.Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2014670402. Acesso em: 18 Maio 2015.

PEREIRA, Wilza Rocha et al. **Práticas pedagógicas, processos de subjetivação e desejo de aprender na perspectiva institucionalista**. Acta Paul Enferm, v.25, n.6, p. 962-8, Maio 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v25n6/v25n6a21.pdf> Acesso em: 15 Maio 2015.

PEREIRA, Wilza Rocha; TAVARES, Cláudia Mara Melo. Práticas pedagógicas no ensino de enfermagem: um estudo na perspectiva da análise institucional**. Rev. esc. enferm**. USP, São Paulo , v. 44, n. 4, p. 1077-1084, Dec. 2010 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000400032&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Maio 2015.

RODRIGUES, Jéssica de Alcântara et al. Tendências pedagógicas: conflitos, desafios e perspectivas de docentes de enfermagem. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro , v. 37, n. 3, p. 333-342, Sept. 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022013000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Maio 2015.

SCHVEITZER, Mariana Cabral et al. **Estilos de pensamento em educação em enfermagem: a produção científica de três regiões do Brasil**. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro , v. 17, n. 1, p. 60-67, Mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141481452013000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em:26 Abr. 2015.

SEBOLD, Luciara Fabiane; CARRARO, Telma Elisa. **Modos de ser enfermeiro-professor-no-ensino-do-cuidadode-enfermagem: um olhar heideggeriano**. Rev. bras. enferm., Brasília , v. 66, n. 4, p. 550-556, Aug. 2013 . Disponívelem:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672013000400013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Maio 2015.

SILVA, Mary Gomes et al. **Processo de formação da(o) enfermeira(o) na contemporaneidade: desafios e perspectivas**. Texto contexto - enferm., Florianópolis , v. 19, n. 1, p. 176-184, Mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072010000100021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Maio 2015.

SOBRAL, Fernanda Ribeiro; CAMPOS, Claudinei José Gomes. Utilização de metodologia ativa no ensino e assistência de enfermagem na produção nacional: revisão integrativa. **Rev.esc. enferm.** USP, São Paulo , v. 46, n. 1, p. 208-218, Fev. 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342012000100028&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Maio 2015.

WATERKEMPER, Roberta; PRADO Marta Lenise do. **Estratégias de ensino-aprendizagem em cursos de graduação em Enfermagem**. Avances en Enfermería, v.29, n. 2, p.234-246, 2011. Disponível em: <http://www.bdigital.unal.edu.co/35461/1/35793-142613-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 Maio 2015.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

COBERTURA VACINAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE: Um Estudo de Revisão Integrativa

Edson Geraldo Fagundes*
Luiz Fernando Dall' Piaggi**

Resumo: Este estudo objetivou averiguar a cobertura vacinal dos profissionais de saúde, tendo em vista a relevância da imunização para essa classe profissional. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica fundamentada na revisão integrativa de literatura com utilização de descritores do banco de dados da Biblioteca Virtual em Saúde, no período compreendido entre 2005 e 2015. Após análise e leitura das publicações selecionadas o que se percebe é que as ações relacionadas à imunização dos profissionais da saúde ainda possuem inúmeras lacunas tanto no que se refere à escassez de produções literárias quanto na limitação do tema que muitas vezes estavam direcionados apenas a imunização contra Hepatite B. É preciso que fortaleçam as estratégias de Vigilância em Saúde do Trabalhador e sejam dadas ênfase por parte dos gestores e trabalhadores da importância da imunização e da significação dessa ação para a melhoria da qualidade da assistência ao paciente e na proteção dos trabalhadores.

Palavras-chave: Imunização. Profissional da Saúde. Cobertura Vacinal.

Abstract: This study aimed to determine the vaccination coverage of health professionals, in view of the importance of immunization for this professional class. This is a literature based on the literature of integrative review to use descriptors of the Virtual Library Database Health, in the period between 2005 and 2015. After analysis and reading of the publications selected what we see is that the actions related to immunization of health workers still have many gaps both in terms of the shortage of literary productions as the theme of limitation that were often directed only immunization against Hepatitis B. it is necessary to strengthen the worker's health surveillance strategies and are given emphasis by managers and workers of the importance of immunization and the significance of that action to improve the quality of patient care and the protection of workers.

Keywords: Immunization. Healthcare Worker. Vaccination Coverage.

1 INTRODUÇÃO

* Orientador dos Cursos Técnicos em Enfermagem e Segurança do Trabalho do SENAC Minas CEP Três Marias/MG – Brasil. Enfermeiro e Especialista em Gestão da Clínica na Atenção Primária da Saúde (SENAC), Especialista em Formação Pedagógica para os Profissionais da Área da Saúde – Enfermagem (UFMG), Especialista em Enfermagem do Trabalho (UNIASSELVI). edsongfagundes3m@gmail.com

** Enfermeiro Auditor do Hospital São Paulo – UNIMED – Araraquara/SP - Brasil. Professor da Escola Técnica Ana de Oliveira Ferraz. Especialista em Urgência e Emergência (CEEN). Especialista em Educação em Saúde. Especialista em Metodologia do Ensino Superior (FIOCRUZ) e Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA/Araraquara/SP.

Os profissionais das instituições de saúde estão sujeitos a contraírem doenças infecto contagiosas na prestação de cuidados com clientes e na manipulação de matéria orgânica, portanto, estão expostos aos riscos biológicos; além disso, podem ter sua saúde comprometida em função dos riscos químicos, físicos (radiações ionizantes), ergonômicos e de acidentes (VIEIRA et al, 2013).

Essa vulnerabilidade de acordo com Vieira et al (2013) referem também as condições inadequadas e insalubres (...) gerando situações que podem ser danosas à manutenção da saúde do trabalhador, constituindo um problema de saúde pública, haja visto que muitas doenças são imunopreveníveis e a fragilidade da cobertura vacinal dos profissionais desse setor contribui para a incidência de muitas dessas patologias.

Araújo et al (2006) enfatizam que a proteção específica é necessária a manutenção da imunidade e fundamental nos Programas de Controle e Prevenção de Infecção para todos os profissionais, bem como aqueles que exercem atividades de promoção e assistência a saúde em geral.

O Ministério da Saúde em seu Manual de Normas de Vacinação, através do PNI – Programa Nacional de Imunização considera que os trabalhadores, em especial os da saúde devem estar imunizados contra Hepatite B, Dupla viral (Sarampo e Rubéola), Influenza e Tétano, e os estabelecidos no PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, ou sempre que houver vacinas eficazes contra outros agentes biológicos a que os trabalhadores estão, ou poderão estar, expostos, cabendo ao empregador fornecê-las gratuitamente (...) como Tríplice Viral (Sarampo, Rubéola e Caxumba), Varicela, e Febre Amarela em caso de trabalhadores de município pertencente à área de risco (BRASIL, 2001; BRASIL, 2005).

Santos et al (2011) em seus estudos, destacam a proteção a saúde dos trabalhadores frente aos fatores de riscos potencializados pela presença de bioagentes que se encontram em toda cadeia laboral e que determinam a incidência, prevalência ou morbimortalidade, incluindo agravos e doenças ocupacionais transmissíveis, pois, imunizar os trabalhadores é uma das ações que contribuem para evitar o adoecimento.

Dentro desse contexto Cabrera e Merege (2011) afirmam que os profissionais de saúde ao adentrarem no ambiente hospitalar têm maiores chances de serem acometidos por doenças imunopreveníveis, aumentando a possibilidade de transmissibilidade intra-hospitalar, pois além de contraí-las, podem transmití-las em detrimento da suscetibilidade, sendo considerável que mesmo os colaboradores que não estão em contato direto com o paciente, mas exercem

atividade nesses ambientes também estão sujeitos ao adoecimento e a disseminação de doenças.

A necessidade da realização desse trabalho sobre a avaliação da cobertura vacinal dos profissionais de saúde é justificada tendo em vista que as doenças constituem causa de absenteísmo e transmissibilidade entre profissionais e usuários dos serviços de saúde, o que resulta em custos significativos e interferências no processo saúde/doença que envolve os clientes e os trabalhadores (SANTOS et al, 2010).

Com base nesses pressupostos e considerando a Norma Regulamentadora – NR 32 cujo intuito é ampliar a cobertura vacinal dos trabalhadores, torna-se significativo obter dados relativos à situação vacinal antes dos exames ocupacionais conforme proposto pela Portaria Nº 3.214 do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2005), assim, o objetivo desse estudo é averiguar a situação vacinal dos profissionais de instituições de saúde baseando-se em publicações à luz da literatura científica.

2 METODOLOGIA

2.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo através de pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa fundamentada na revisão integrativa de literatura, sobre a cobertura vacinal dos profissionais de saúde, possibilitando ao pesquisador através do levantamento de publicações incluir estudos com delineamentos de pesquisas experimentais e não experimentais, sobre um tema delimitado ou questão norteadora, que favoreça o alcance do objetivo do estudo, tendo em vista a amplitude do método no que refere-se as revisões (JENAL et al, 2012; CAMELO, 2012).

2.2 Identificação das fontes bibliográficas

A revisão bibliográfica foi realizada através do levantamento e compilação de artigos por meio eletrônico nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde, caracterizadas como Literatura Latinoamericana em Ciências da Saúde (LILACS), Base de dados Bibliográficos Especializada na Área de Enfermagem do Brasil (BDENF), e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), utilizando os seguintes descritores controlados - DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) na língua portuguesa: Imunização, Profissional da Saúde e Cobertura Vacinal.

Como critério de busca e seleção, adotou-se artigos publicados na íntegra, eletronicamente e com acesso livre on-line, em português, publicados nos anos de 2005 a 2015 em periódicos nacionais que abordam o assunto. Os critérios de exclusão foram: teses, dissertações, publicações duplicadas e em outra língua.

A discussão, interpretação, síntese e exposição dos dados resultaram da análise dos artigos selecionados à luz dos autores para a redação do artigo e as considerações finais do autor da presente pesquisa, baseando-se no tema do objeto de estudo, independentemente do tipo de pesquisa utilizada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi analisada e discutida com base nas informações contidas nos 19 artigos selecionados e apresentada na forma descritiva, com o uso de tabelas que agregam: as fontes virtuais, o idioma, os anos e os meios de publicações em que os periódicos foram encontrados.

Tabela 1 – Distribuição das fontes virtuais das publicações relacionadas à cobertura vacinal dos profissionais de saúde

ITEM	F.A	F.R(%)
SCIELO	10	52,5
LILACs	06	31,7
BDENF	03	15,8
TOTAL	**19**	**100**

Fonte: Dados da pesquisa

Contatou-se que 10 (52,63%) das 19 (100%) publicações foram do SCIELO, tendo em vista que o acesso a base de dados virtuais contribui para o conhecimento e aperfeiçoamento dos profissionais, além da obtenção em tempo imediato do acesso às pesquisas (SEVERINO, 2002).

A tabela 2 aponta a distribuição dos artigos relacionados à cobertura vacinal dos profissionais de saúde de acordo com os idiomas.

Tabela 2– Distribuição das publicações relacionadas à cobertura vacinal dos profissionais de saúde de acordo com o idioma

IDIOMA	F.A	F.R(%)
Português	19	100
TOTAL	**19**	**100**

Fonte: Dados da pesquisa

Observou-se na tabela 2 que todos os artigos versam o mesmo idioma, língua portuguesa em virtude de utilizarmos para busca e seleção somente os periódicos nacionais.

A Tabela 3 apresenta a distribuição dos anos das publicações relacionados à cobertura vacinal dos profissionais de saúde.

Tabela 3 – Distribuição dos anos das publicações relacionadas à cobertura vacinal dos profissionais de saúde

ANOS	F.A	F.R(%)
2005	00	00
2006	01	5,3
2007	00	00
2008	01	5,3
2009	00	00
2010	02	10,5
2011	05	26,3
2012	04	21
2013	04	21
2014	01	5,3
2015	01	5,3
TOTAL	**19**	**100**

Fonte: Dados da pesquisa

Notou-se que nos anos de 2011 (26,3%), 2012 (21%) e 2013 (21%), houve um aumento nos periódicos, o que pode estar associado à publicação da Norma Regulamentadora 32 em novembro de 2005 pelo MTE, através da portaria Nº 435, sendo, portanto, a primeira NR no mundo a regulamentar a saúde e segurança dos profissionais em estabelecimentos de saúde (BRASIL, 2005), por outro lado, a necessidade de qualificação estimulou o aumento da demanda nos cursos de pós graduação e mestrado, o que destaca a relevância e o maior número de artigos nos anos compreendidos entre 2011 e 2013 num contexto que envolve a saúde do trabalhador, haja visto que essas produções são requisitos para a conclusão do curso.

Tabela 4 – Distribuição dos artigos relacionados à cobertura vacinal dos profissionais de saúde de acordo os meios de publicações

TIPO DE PUBLICAÇÃO	F.A	F.R(%)
Revista de Enfermagem	06	31,7
Revista de Medicina	02	10,5
Revista de Saúde Ocupacional	02	10,5
Revista de Epidemiologia	03	15,8
Revista Saúde Coletiva e Pública	04	21
Outros	02	10,5
TOTAL	**19**	**100**

Fonte: Dados da pesquisa

A tabela 4 apresenta a distribuição dos artigos de acordo com os meios de publicações em que foram encontrados relacionados à cobertura vacinal dos profissionais de saúde. Observou-se que 31,7% (6) dos artigos foram encontrados em Revistas de Enfermagem, 10,5% (2) em Revistas de Saúde Ocupacional, 15,8% (3) em Revistas de Epidemiologia, 10,5% (2) em Revista de Medicina, 21% (4) em Revista de Saúde Coletiva e Pública e 10,5% (2) em outros periódicos, o que denota que, embora o assunto esteja intimamente relacionado à Saúde Ocupacional, ele está presente em outras publicações da área da saúde.

3.1 Análise de Dados

Através dos artigos analisados no período de 2005 a 2015, referentes à cobertura vacinal dos profissionais da área da saúde, realizou-se a leitura sistemática e crítica, o que resultou na produção do texto fundamentando-se nas 19 publicações pesquisadas.

Os estudos de Santos et al (2010) objetivam identificar as vacinas de maior relevância e interesse para os profissionais da área da saúde recomendadas pela legislação nacional e internacional vigentes, bem como os aspectos inerentes a imunização de profissionais dessa área.

Pinto et al (2011) descrevem em seus estudos o status vacinal de todos os profissionais de nível superior atuantes nas unidades de ESF para as doenças ocupacionais com imunizações disponíveis atualmente, no sentido de investigar a susceptibilidade as doenças imunopreveníveis desses profissionais, assim como Silveira et al (2011) e Neto et al (2010), que propuseram avaliar a situação vacinal dos discentes do Curso de Medicina das Universidades Federal de São Paulo e de Juiz de Fora com ênfase na percepção sobre o risco biológico que estão expostos.

Os estudos de Araújo et al (2006), Cabrera e Merege (2011), Silveira et al (2011) e Vieira et al (2013) tiveram como finalidade, levantar, descrever e avaliar a cobertura vacinal dos alunos de um Curso Superior de Medicina, de Enfermagem e de Especialização em Saúde da Família, destacando a necessidade de implantação e manutenção de protocolos de inquérito vacinal e imunização para estudantes da área da saúde e de estratégias educativas de incentivo à vacinação, o que torna importante o cumprimento da legislação através da obrigação do empregador conforme determina a NR32 (BRASIL, 2005).

O que se percebe é que os estudos em sua maioria estão direcionados aos profissionais de nível superior, sendo que todos profissionais que estão inseridos nos serviços de saúde ou cursos de capacitação na área se tornam expostos a diversas patologias.

Ao contrário dos estudos apresentados por Pinto et al (2011); Araújo et al (2006) e Santos et al (2011) que discorrem sobre a experiência de imunização em trabalhadores através da implantação do projeto Ações Integradas de Enfermagem em Vigilância da Saúde do Trabalhador, o que torna a abordagem mais humanística e abrangente, permitindo destacar a importância da ação em ambientes de formação antes do ingresso em campos de estágio, garantindo a qualidade de vida do aspirante ao trabalho.

Já Rossato et al (2012), Silveira et al (2011), Ferreira et al (2012), Martins et al (2015) e Assunção et al (2012) fazem referência a estimativa da cobertura vacinal contra hepatite B entre os trabalhadores dos serviços de saúde investigando os fatores associados a vacinação ou a não vacinação, bem como a incompletude do esquema vacinal, diante do conhecimento desses profissionais sobre sua situação vacinal e a ocorrência de acidentes com pérfurocortantes em sua atividade laboral, corroborando com os estudos de Araújo et al (2014), Fraguás et al (2013) e Neto et al (2013) que também analisam a ocorrência de acidentes envolvendo pérfurocortantes e materiais biológicos bem como as medidas preventivas associados a proteção contra o HBV entre estudantes de odontologia e profissionais de enfermagem atuantes em serviços de urgência e emergência.

É evidente que muitos estudos dão ênfase a vacinação e a sorologia da hepatite B, implicando negativamente na imunização contra outras doenças, em virtude da preocupação sobre a transmissão e contaminação apenas pelo HBV – Vírus da Hepatite B (SILVA et al, 2011).

Santos et al (2010) e Lages et al (2013) afirmam que a avaliação do processo de vacinação deve ser observada constantemente, tendo em vista as atualizações frequentes nos esquemas vacinal, tanto da população em geral, quanto dos profissionais da área da saúde,

porém, a baixa adesão a vacinação por parte desses trabalhadores a nível mundial é bem acentuada e pode ser evidenciada nos estudos de Vieira et al (2013) em função da carência de ações de sensibilização e de promoção que despertem o interesse de se vacinar.

Para Vieira et al (2013) um instrumento educativo, na modalidade de cartilha é uma excelente fonte de informação, mas é preciso destacar que a imunização deve abranger todos os profissionais da saúde em cumprimento à NR 32 e os requisitos estabelecidos pelo PCMSO (BRASIL, 2005) e não apenas os profissionais da área de enfermagem.

Dentro desse contexto Vieira et al (2012), Pinto et al (2011), Lages et al (2013) e Santos et al (2011), consideram em seus estudos que a maximização da cobertura vacinal está associada estruturação dos programas de imunização que envolvem os profissionais da área da saúde e a adoção de estratégias operacionais e educativas capazes de motivá-los a vacinação, tais como: campanhas nas unidades, imunização específica para trabalhadores, grupos operativos e palestras voltadas para a educação em saúde, valorização das ações diárias, uso adequado de informações sobre vacinas de forma planejada individual e coletiva, já que parte desses colaboradores não conhecem as vacinas preconizadas pelo PNI (ARAÚJO et al, 2006), estimulando o desenvolvimento de pesquisas sobre o assunto e o amento da cobertura vacinal.

Assunção et al (2012) e Garcia e Facchini (2008) apresentam em seus estudos que a não imunização está associada ao menor nível de escolaridade e as relações de trabalho, pois, somente os profissionais de saúde que atuam diretamente na assistência dão importância a imunização; o que contraria os estudos de Silveira et al (2011) onde um percentual significativo de residentes em medicina não se vacinaram ou apresentavam atraso vacinal, fortalecendo a ideia de que a informação é um instrumento produtor de conhecimento e mobilizador para a tomada de decisão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos artigos pesquisados e com base no objetivo e metodologias propostas, podemos afirmar que foi possível dentro dos limites das publicações encontradas averiguar a cobertura vacinal dos profissionais de saúde, mas o que se percebe é que embora não hajam inquirições sobre os riscos que os profissionais da saúde estão expostos no cenário laboral e diante da ocorrência de acidentes com pérfurocortantes, também não há questionamento sobre os benefícios da vacinação para esse grupo.

Diante desse contexto, sugere-se o fortalecimento de ações de imunização e de intervenções com redução dos riscos biológicos no ambiente de trabalho, balizadas pela Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (PNSST) e Vigilância em Saúde do Trabalhador, estimulando gestores e profissionais a adoção de medidas de biossegurança que refletirão na qualidade da assistência prestada ao paciente e na proteção dos trabalhadores, da família e da sociedade.

Espera-se que este trabalho sirva de instrumento para subsidiar o entendimento dos profissionais de saúde e gestores da relevância da cobertura vacinal no que diz respeito à conscientização frente às condições insalubres e o potencial de risco de serem infectados por diversos microorganismos, inclusive os imunopreveníveis, em virtude da fragilidade do esquema e cobertura vacinal, além de contribuir para estudos que explorem e discutam as informações apresentadas, essenciais à formação acadêmica e a consolidação das ações direcionadas à Saúde do Trabalhador.

5 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Telma Maria Evangelista de. PAZ, Elizabete pimenta Araújo. GRIEP, Rosane Harter. **Cobertura Vacinal dos profissionais de um Curso de Especialização em Saúde da Família do Piauí.** Escola Anna Nery. http://www.scielo.br/pdf/ean/v10n1/v10n1a12.pdf. Acessado em 29/06/2015. Revista Enfermagem. Abril; 2006.10 (1): 95-100.

ARAÚJO, Telma Maria Evangelista de. SILVA. Nayra da Costa e. **Acidentes pérfurocortantes e medidas preventivas para hepatite B adotadas por profissionais de Enfermagem nos serviços de urgência e emergência de Teresina, Piauí.** Rev. bras. Saúde Ocupacional. São Paulo. 2014. 39 (130): 175-183.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila. ARAÚJO, Tânia Maria de. RIBEIRO, Rafael Brito Nery. OLIVEIRA, Sérgio Vinícios Soares. http://www.scielo.br/pdf/rsp/v46n4/aop3554.pdf Acessado em 29/09/2015. **Vacinação contra hepatite B e exposição ocupacional no setor saúde em Belo Horizonte, MG.** Revista Saúde Pública. 2012. 46 (4):665-73.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Normas de Vacinação.** 3ª Ed. Brasília/DF. 2001.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora 32 – NR32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.** Brasília: Ministério do Trabalho e emprego, 2005.

CABRERA, Eliana Márcia Sotello. MEREGE, Carolina Elisabete da Silva. **Inquérito vacinal dos alunos da Graduação em Medicina e Enfermagem da Faculdade de medicina**

de São José do Rio Preto (SP, Brasil) nos anos de 2006 e 2007 e suas possíveis implicações na atuação discente. Ciência e Saúde Coletiva. 2011. 16 (2): 522-547.

CAMELO, S. H. H. **Competências profissionais de enfermeiro para trabalhar em Unidades de Terapia Intensiva: uma revisão integrativa.** Rev. Latino-Am. Enfermagem. Ribeirão Preto. Jan./fev. 2012. Volume 20.

FERREIRA, Raquel Conceição. GUIMARÃES, André Luiz Senna. PEREIRA, Rodrigo Dantas. ANDRADE, Roberta Maia. XAVIER, Renata Pamponet. MARTINS. Andrea Maria Eleutério de Barros Lima. **Vacinação contra hepatite B e fatores associados entre cirurgiões-dentistas.** Revista Brasileira de Epidemiologia. 2012. 15(2): 315-23.

FRAGUÁS, Suzana Almeida. SILVINO, Zenith Rosa. FLACH, Diana Mary Araújo de Melo. COUTO, Ingrid Ramos Reis. ANDRADE, Marilda. **Imunização contra Hepatite B: uma questão de saúde do trabalhador de enfermagem.** Revista pesq.: Cuidado é Fundamental Online. Jan./mar. 2013. 5(1): 3150-58.

GARCIA, Leila Posenato. FACCHINI, Luiz Augusto. **Vacinação contra hepatite B entre trabalhadores da atenção básica a saúde.** Cadernos Saúde Pública. http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n5/20.pdf acessado em 29/06/2015. Rio de Janeiro. Maio. 2008. 24 (5): 1130-1140.

JENAL, Sabine. VITURI, Dagmar Willamowius. EZAÍAS, Gabriela Machado. SILVA, Luiz Almeida da. CALIRI, Maria Helena Larcher **O processo de revisão por pares: uma revisão integrativa de literatura.** http://www.scielo.br/pdf/ape/v25n5/24.pdf acessado em: 29/06/2015. Acta Paul. Enferm., São Paulo. 2012. v. 25, n. 5, p. 802-808.

LAGES, Annelisa Santos. FRANÇA, Elisabeth Barboza. FREITAS, Maria Imaculada de Fátima. **Profissionais de saúde no processo de vacinação contra hepatite B em duas unidades básicas de Belo Horizonte: uma avaliação qualitativa.** Revista Brasileira de Epidemiologia. http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v16n2/1415-790X-rbepid-16-02-00364.pdf acessado em 29/09/2015. 2013. 16(2): 364-75.

MARTINS, Andréa Maria Eleutério de Barros Lima. COSTA, Fernanda Marques da. FERREIRA, Raquel Conceição. SANTOS-NETO, Pedro Eleutério dos. MAGALHÃES, Tatiana Almeida de. SÁ, Maria Aparecida Barbosa de. PORDEUS, Isabela Almeida. **Fatores associados à imunização contra Hepatite B entre trabalhadores da Estratégia Saúde da Família.** Revista Brasileira de Enfermagem. Jan-fev. 2015. 68(1):84-92. http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2015680112p.

NETO, Epitácio Pessoa de Andrade. DUTRA, Caio de Santiago. LIMA, Vilma Lima. GOES, Paula. **Prevalência de acidentes ocupacionais e perfil de vacinação contra Hepatite B entre estudantes e profissionais da odontologia: um estudo piloto.** Arquivo de Odontologia. Belo Horizonte. Jan/mar 2013. 49(1): 32-38.

NETO, José Antônio Chehuen. SIRIMARCO, Mauro Toledo. LEITE, Isabel Cristina Gonçalves. GONÇALVES, Mariana P. Cunha. DELGADO, Áureo Augusto de Almeida. CAMILO, Gustavo Bittencourt. ABREU, Nayara Almeida de. **Situação Vacinal dos Discentes da Faculdade de Medicina da UFJF–MG.**

http://www.scielo.br/pdf/rbem/v34n2/a11v34n2.pdf Acessado em 29/06/2015. Revista Brasileira de Educação Médica. 2010. 34 (2) : 270 – 277.

PINTO, Agnes Caroline Souza. ALMEIDA, Maria Irismar de. PINHEIRO, Patrícia Neyva da Costa. **Análise da susceptibilidade as doenças imunopreveníveis em profissionais de saúde a partir do status vacinal.** Revista Rene. Fortaleza. Jan/Mar. 2011. 12 (1):104-10.

ROSSATO, Estela Maris. FERREIRA, Jair. **Acidentes com pérfurocortantes e cobertura vacinal contra hepatite B entre trabalhadores da Saúde no Município de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 2008**.** Epidemiol. Serv. Saúde. Brasília. 2012. 21(3):487-496, jul-set. DOI: 10.5123/S1679-49742012000300014.

SANTOS, Paula Raquel dos. NORONHA, Nathália Henrique. MATTOS, Ubirajara Aluizio de oliveira. SILVA, Delson da. **Enfermagem e atenção a saúde do trabalhador: a experiência da ação de imunização na Fiocruz/Manguinhos**. Ciência e Saúde Coletiva. 2011. 16(2) 553-565.

SANTOS, Silvana de Lima Vieira dos. ALVES, Sergiane Bisinoto. SOUSA, Adenicia Custodia Silva. TIPPKE, Anaclara Ferrerira Veiga. MENDONÇA, Katiane Martins. **A Imunização dos Profissionais da área de saúde: Uma Reflexão necessária.** remE – Rev. Min. Enfermagem. Out./dez. 2010. 14(4): 595-601.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 22ª Ed. São Paulo: Cortez; 2002.

SILVA, Flávia Janólio Costacurta Pinto da. SANTOS, Paulo Sérgio Faro, REIS, Francisco do Prado. LIMA, Sônia Oliveira. **Estado vacinal e conhecimento dos profissionais de saúde sobre hepatite B em um hospital público do nordeste brasileiro*.** Rev. bras. Saúde ocup. http://www.scielo.br/pdf/rbso/v36n124/a09v36n124.pdf acessado em 29/06/2015. São Paulo. 2011. 36 (124): 258-264.

SILVEIRA, Mariana Bernardi Viviani, PEREZ, Deborah Ascar. YAMAGUTI, Alessandra. SARAIVA, Eduardo Zegna. BORGES, Maria Gabriela. MORAIS-PINTO, Maria Isabel de.. **Imunização de residentes em Pediatria da Universidade Federal de São Paulo, Brasil.** Rev. Inst. Med. Trop. São Paulo .Mar/Abr. 2011. 53(2): 73-6. DOI 10.1590/50036-4665211000200003.

VIEIRA, Raquel Heloisa Guedes. ERDMANN, Alacoque Lorenzini. ANDRADE, Selma Regina de. FREITAS, Paulo Fontoura. **Vacinação contra Influenza em profissionais de enfermagem: realidade e desafios.** Acta Paul Enferm. 2012. 25 (Número Especial 2):104-9.

VIEIRA, Raquel Heloisa Guedes. ERDMANN, Alacoque Lorenzini ANDRADE, Selma Regina de. **Vacinação contra influenza: construção de um instrumento educativo para maior adesão dos profissionais de enfermagem.** Texto contexto. Enfermagem. Florianópolis. Julho/Setembro. 2013. 22(3): 603-609.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

TABAGISMO NA GRAVIDEZ: uma revisão de literatura

Rogéria Alves Rosa*

Resumo: O objetivo deste levantamento bibliográfico visa informar a sociedade e principalmente às gestantes que fazem uso do tabaco os riscos a que elas e seu feto estão expostos, uma vez que são crescentes os efeitos nocivos do tabagismo, efeitos esses que a ciência tenta ao máximo reduzir, e que os profissionais da área da saúde devem "combater". Este estudo de revisão bibliográfica abordou estudos publicados na última década por intermédio de buscas utilizando os bancos de dados: Google, INCA, Jornal Estadão, Lei Antifumo 13.541, Ministério da Saúde, Scielo e acervo bibliográfico da Faculdade Cidade de João Pinheiro. Sempre que uma grávida inicia seu pré-natal é necessário, que em especial o enfermeiro a oriente a cerca dos riscos de complicações durante a gestação, visando cessar o hábito de fumar, pois no momento gestacional a mulher está motivada e preocupada com a sua saúde e a fetal, mas por falta de orientação acaba continuando ou iniciando o hábito. O estudo considera o impacto registrado em literatura sobre estados patológicos maternos e fetais oriundos do uso de tabaco durante o período gestacional, e apresenta tais patologias e complicações como baixo peso, parto prematuro, aborto espontâneo, aumento do risco de morte subida, complicações respiratórias e outros. Ao fim do estudo concluí-se que de fato o tabagismo na gravidez altera o ciclo fisiológico materno e fetal e que se faz necessário a insistência em levar informação a todos, visando diminuir o número crescente de grávidas fumantes e aqueles que se classificam como fumantes passivos.

Palavras chave: Tabaco. Gravidez. Saúde materna e fetal.

Abstract: The objective of this bibliographic survey is to inform the society and especially the pregnant women who use tobacco the risks to which they and their fetus are exposed, since the harmful effects of smoking are increasing, effects that science tries to the maximum reduce, and that health professionals must "fight". This study of bibliographic review approached studies published in the last decade through searches using the databases: Google, INCA, Jornal Estadão, Lei Antifumo 13.541, Ministry of Health, Scielo and bibliographic collection of the Faculty of João Pinheiro City. Whenever a pregnant woman starts her prenatal care, it is necessary for the nurse to orient them about the risks of complications during pregnancy, in order to stop smoking, because at the gestational moment the woman is motivated and worried about her health and fetal, but for lack of guidance ends up continuing or beginning the habit. The study considers the literature impact on maternal and fetal disease states from the use of tobacco during the gestational period, and presents such pathologies and complications as low birth weight, preterm birth, spontaneous abortion, increased risk of death, respiratory complications and others. At the end of the study, it was concluded that in fact, smoking during pregnancy alters the maternal and fetal physiological cycle and that it is

* Enfermeira, graduada em 2007 pela Faculdade Cidade de João Pinheiro. Pós-Graduada em Ginecologia e Obstetrícia pelo Instituto Máximo. Coordenadora do curso de Enfermagem na Faculdade cidade de João Pinheiro (FCJP). E- mail: rogeriarosa@hotmail.com

necessary to insist on bringing information to all, aiming to reduce the growing number of pregnant smokers and those who are classified as passive smokers.

Keywords: Tobacco. Pregnancy. Maternal and fetal health.

INTRODUÇÃO:

Nos últimos anos, o hábito de fumar se aproximou consideravelmente das nossas famílias, o que trouxe inúmeros transtornos e preocupações para a ciência, principalmente quando o uso do tabaco é concomitante a uma gravidez. Durante o período gestacional, a mulher apresenta-se sob constantes modificações, tanto físicas, quanto psicológicas. Este é um momento de grande reflexão a cerca da saúde materna e fetal e muitas vezes em meio a esse turbilhão de novidades, muitas mulheres se veem de uma forma negativa, o que proporciona o surgimento de transtornos mentais ou o início do hábito de fumar, que segundo elas propicia um relaxamento, seguido de sensações de bem-estar.

No entanto, existem outras mulheres que já são fumantes e mantém esse hábito durante a gravidez. Este fato é preocupante, pois um feto exposto às substâncias do cigarro pode nascer com prevalência de inúmeras patologias respiratórias, distúrbios mentais, dentre outras, ou apresentá-las ao longo dos anos, dificultando a sua qualidade de vida e das pessoas que vivem ao seu lado.

O profissional de enfermagem que atua junto à mulher, deve se munir de muitas informações e orientações a fim de reduzir a crescente incidência de partos prematuros, complicações respiratórias, óbito fetal e materno dentre outros. Tais medidas devem fazer parte da rotina.

Essas medidas devem ter abordagem individual e coletiva de modo concomitante uma vez que alguns determinantes se limitam a cada fumante, mas por outro lado outros determinantes inferem no conceito de ética, pois trazem sérias consequências para a sociedade e o meio ambiente.

O Ministério da Saúde junto ao Inca, Instituto Nacional do Câncer, matem um programa contra a crescente venda de cigarros, o programa consiste em alertar à população por meio de imagens de situações fisiopatológicas, as quais usuários da nicotina são expostos.

> O tabagismo, se é o consumo de cigarros superior a 10 por dia, é causa de hipodesenvolvimento fetal, elevando, por conseguinte, a mortalidade

> perinatal. A grávida há de ser encorajada a não fumar. (MONTENEGRO, 2006, p. 147)

As crianças podem ser fumantes passivos desde a vida intra-uterina, o que traz inúmeros prejuízos para as mesmas, pois elas são mais sensíveis à poluição atmosférica provocada pela fumaça do cigarro.

O presente trabalho tem como objetivo mostrar a mulher que tendo o privilégio de dar a luz a um filho (a) ela deve fazer escolhas conscientes e condizentes com o momento vivido, visando assim uma saúde reforçada durante o período gestacional e o pós-parto. Diante das perspectivas mundiais, o cigarro já tomou conta das vidas de muitas pessoas, mas com trabalhos multidisciplinares, com força de vontade e objetivos pode-se sim levar a informação a grandes e distantes localidades a fim de contribuir para o bem-estar físico e mental das pessoas.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo a base foi a pesquisa em estudos publicados na última década e acervo literário da biblioteca da Faculdade Cidade de João Pinheiro. Como se trata de um artigo de revisão, o presente estudo não necessitou da submissão do Comitê de Ética em Pesquisa.

A busca eletrônica foi realizada nos sites: Google, INCA, Jornal Estadão, Ministério da Saúde, Scielo utilizando os seguintes descritores: Gravidez x Tabaco, Tabagismo na gravidez, Efeitos do fumo na gravidez, Malefícios do cigarro, Complicações na gravidez pelo tabaco; sendo a mesma realizada no dia 04 de junho de 2009.

A seleção dos artigos foi realizada conforme o assunto proposto, sendo descartados os estudos que, mesmo constando no resultado da busca, não apresentavam dados de interação entre tabagismo e complicações na gravidez.

DISCUSSÕES

MALEFÍCIOS DO CIGARRO

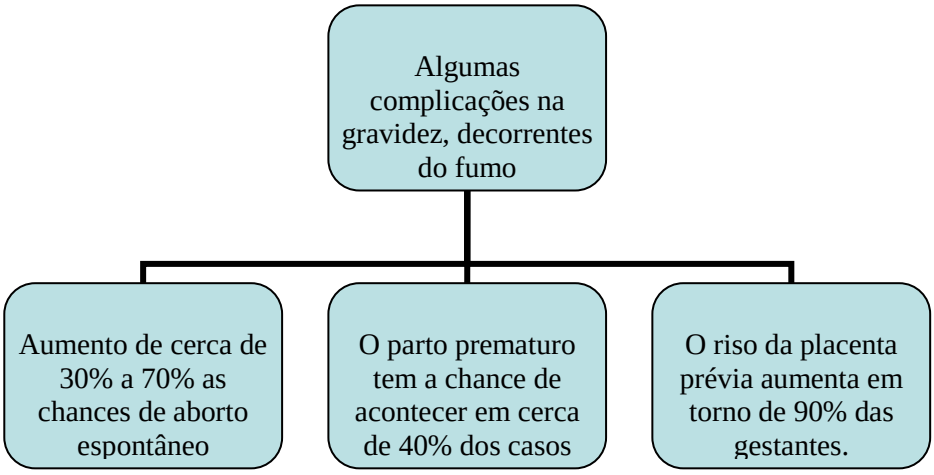
Segundo RANG E DALE (2004) cerca de quatro mil setecentos e vinte elementos diferentes já foram identificados na fumaça do cigarro, sendo que muitos deles são farmacologicamente ativos, mutagênicos e carcinogênicos.

> O fumo de cigarros contribui com aproximadamente 30% de todos os cânceres de boca, faringe, laringe, esôfago, pâncreas, colo e bexiga. [...] Estudos mostram riscos de câncer aumentados associados à inalação de fumo secundário por não-fumantes (principalmente crianças). (LIPPINCOT, 2006, p.03)

Esses elementos podem variar conforme o local em que o cigarro é produzido, mas os efeitos são os mesmos. O hábito de fumar atua de forma negativa nas diferentes fases da reprodução na mulher, através da ação direta das principais substâncias tóxicas que compõe o cigarro, sendo elas a nicotina e o monóxido de carbono. Essas substâncias antes de uma gestação reduzem significativamente as taxas de fertilidade feminina. Quando a mulher já está grávida, os efeitos se concentram no comprometimento da duração natural do período gestacional, baixo peso do feto, diminuição da produção do leite e lactação, comprometendo ainda mais o peso do recém-nascido.

Tais efeitos não devem ser comparados aos mesmos que acometem os fumantes passivos (aqueles que apenas inalam a fumaça proveniente da combustão de um cigarro próximo), pois os mecanismos envolvidos procedem de formas diferentes, e o feto neste caso é considerado como um fumante crônico. Quando a mulher fuma, a nicotina age no sistema cardiovascular provocando a liberação de catecolaminas, que tem como consequência: taquicardia, vasoconstrição periférica e redução do fluxo sanguíneo placentário.

Os riscos de uma gravidez associada ao fumo são inúmeros, e muitas deles interferem de forma significativa na saúde da mãe. Abaixo temos índices de complicações maternas.



Dados: Rang [et al.] (2004)

O hábito de fumar interfere mais ainda na gravidez quando a mulher fuma há muitos anos. A quantidade de cigarros por dia influi significativamente na saúde materna e fetal.

O momento da gravidez é propenso para a suspensão e abolição do hábito de fumar, mas muitas mulheres não o conseguem devido às sensações de bem-estar que segundo elas o cigarro proporciona. A orientação por parte de profissionais durante o pré-natal faz-se ainda mais importante, pois algumas mulheres desacreditam nos malefícios causados pelo cigarro e continuam fazendo o seu uso.

EFEITOS TÓXICOS DOS COMPOSTOS DO CIGARRO

A nicotina causa vasoconstrição dos vasos na placenta e no útero, o que reduz consideravelmente a oferta de oxigênio, nutrientes e fluxo sanguíneo para o feto. Quando há uma hipóxia placentária, os efeitos neurológicos tornam-se presentes. Segundo Rang [et al.] (2004) existem evidências que crianças cujas mães fizeram o uso de tabaco durante a gravidez, permanecem atrasadas em seu desenvolvimento físico e mental, por um período de pelo menos sete anos, sendo que próximo aos onze a diferença não é mais significativa.

> A nicotina é excretada no leite materno em quantidades suficientes para causar taquicardia no lactente. Há relatos de acidentes mais graves como palidez, cianose, taquicardia e crises de parada respiratória, logo após a mamada, em recém-nascidos, filhos de mães fumantes [...] (ACHUTTI, 2001, p.83)

O CO2, monóxido de carbono é um gás tóxico, na ligação materno-fetal ele eleva os níveis de carboxihemoglobina uma vez que a hemoglobina possui afinidade bem maior para o monóxido de carbono em relação ao oxigênio. Altas concentrações de carboxihemoglobina causam de imediato hipóxia tecidual e em médio prazo elevam o valor do hematócrito materno, que aumenta o riso de infarto cerebral no feto.

> [..] tabagismo crônico, durante a gestação, provavelmente induz à hipóxia fetal através de dois caminhos independentes, porém, aditivos. O primeiro seria devido ao efeito agudo de liberação de catecolaminas, induzido pela nicotina, resultando em hipóxia fetal episódica consequente a vasoconstricção materna e perfusão uterina reduzida. O segundo caminho seria através de um aumento prolongado da carboxihemoglobina fetal, resultando em uma hipoxemia fetal sustentada. (MELLO et. all, 2001, p. 260)

Quando o monóxido de carbono atinge o sistema nervoso fetal o monóxido de carbono pode causar lesões neurológicas irreversíveis. Alguns outros compostos do cigarro comprometem o sistema imunológico fetal e maximizam o risco de abortamento.

PRINCIPAIS COMPLICAÇÕES MATERNAS E FETAIS

São grandes as complicações a cerca do uso de tabaco no período gestacional, algumas complicações se limitam a disfunções fisiológicas já outras se tornam estados patológicos graves, tanto para a mulher quanto para o feto. A cerca das principais complicações materno/fetal temos aumento para o risco de aborto espontâneo, placenta prévia, deslocamento prematuro da placenta e parto prematuro, no feto o baixo peso se faz presente junto ao aumento de risco para morte súbita, infecções e complicações respiratórias dentre outras.

> O bebê que respira a fumaça do cigarro apresenta um risco maior do que os bebês de mães que não fumam de desenvolver bronquite, pneumonia e infecções respiratórias em geral. Os filhos cujas mães fumam durante a gestação têm maiores riscos de prejuízos no desenvolvimento, que pode se refletir no rendimento escolar. (SANTOS, 2008, p. 02)

De acordo com Porto (2001) o aborto é uma interrupção da gravidez com a expulsão do feto imaturo e inviável. Para se enquadrar na condição de aborto o feto deve ter menos de 20 semanas ou pesar menos de 500g, caso não se enquadre nesses valores o ocorrido passa a ser um parto prematuro.

Partos prematuros ocorrem com uma rotura prematura das membranas, evento que expulsa o feto antes do seu tempo hábil, sendo assim, ele vem à vida extra-uterina de uma forma totalmente desproporcional.

A placenta prévia é uma condição em que qualquer parte da placenta está implantada no segmento inferior do útero. Sua característica é um sangramento indolor. A placenta se encontra em um posicionamento inadequado o que prejudica significamente a oxigenação fetal. Os sangramentos são inevitáveis, em prevalência da placenta prévia o feto pode vir a óbito dentro do útero. O fator de risco aumenta se a mulher é fumante há muitos anos.

DPP (Deslocamento Prematuro da Placenta) é a separação da placenta da parede uterina antes do tempo hábil, que seria o deslocamento pós-parto. O uso de tabaco maximiza o risco de DPP, pois o útero fica vulnerável à necrose da decídua basal.

O tabagismo é um dos principais fatores que contribuem para o CIR (Crescimento Intra-uterino Restrito), pois ele provavelmente resulta dos efeitos da combinação de nicotina e monóxido de carbono. Fetos que sobrevivem apresentam maior probabilidade de apresentar complicações tardias como retardo no desenvolvimento neuronal, paralisia cerebral dentre outras.

O baixo peso fetal pode resultar em parto prematuro e é grande determinante na mortalidade do recém-nato. Algumas literaturas indicam que o baixo peso está intimamente relacionado à quantidade de cigarros/dia consumidos pela grávida.

Estudos indicam que o tabagismo durante a gravidez pode elevar as chances de morte súbita do feto, isto porque o feto fica exposto muito tempo aos efeitos da nicotina o que prejudica fisiologicamente seus reflexos e o sistema de "luta ou fuga".

ADVERTÊNCIAS PUBLICADAS EM MAÇOS DE CIGARRO

"Mostre a verdade. Advertências Sanitárias salvam vidas", esse foi o tema que a Organização Mundial da Saúde escolheu para celebrar o dia 31 de maio, dia Mundial sem Tabaco.

As advertências com fotos que "ilustram" os maços de cigarro são de suma importância para contribuir com a redução do número de fumantes. Segundo estudo realizado pelo Inca (Instituto Nacional do Câncer), as advertências fizeram com que quase a metade dos entrevistados ficasse propensa a deixar de fumar. A indústria utilizava até então somente embalagens que eram atraentes e despertavam no consumidor o hábito de fumar, por muito tempo, fumar era uma ação sofisticada.

> [...] o estudo indica que o Brasil vem alcançando bons resultados com as imagens de advertência nos maços, que provocam reações emocionais em quem as vê. A aversão às imagens, de acordo com a pesquisa, não faz o fumante evitar apenas olhar para o maço, mas também pensar sobre os riscos envolvidos e evitar o próprio cigarro. (Jornal Estadão online)

Faz-se necessário alertar a população a cerca dos malefícios e riscos a que um fumante se expõe, não só ele, mas a toda a sociedade que está em sua volta. O alerta contido nos maços de cigarro é um programa que está contribuindo cada vez mais para que crianças e adolescentes não se tornem tabagistas. Segundo o Inca:

> Exigir advertências nas embalagens de produtos de tabaco é uma estratégia simples, barata e eficiente. Elas transmitem uma mensagem clara e imediata, e reduzem a aparência atraente dos maços e boxes de cigarros. (Ministério da Saúde- Inca, 2008, p. 06)

LEI 13.541 DE 07 DE MAIO DE 2009

O tabaco é uma questão de saúde pública, que traz inúmeros gastos, problemas, complicações e visando estabelecer a mudança de comportamento social com reflexos diretamente na saúde pública o governo do Estado de São Paulo criou a Lei 13.541 de 07 de maio de 2009 que restringe, mas não proíbe o ato de fumar. Está proibido fumar em ambientes fechados de uso coletivo no estado de São Paulo como: interiores de bares, restaurantes, boates, escolas, museus, áreas comuns, farmácias, hospitais e outros. No site da lei encontramos o seguinte dizer:

> A nova lei que cria ambientes livres de tabaco em São Paulo visa defender a saúde, principalmente, das pessoas que não fumam, mas acabam obrigadas a inalar a fumaça do cigarro daquelas que fumam. O tabagismo passivo, fumo de segunda mão, tabagismo involuntário ou exposição à fumaça do tabaco ambiental são diferentes conceituações do mesmo fenômeno. (LUCIANO, 2008, p. 01)

Tal lei em pouco tempo acabará sendo adotada em outros estados, pois vários estudos realizados estão apontando as melhorias em questão de saúde, gastos e outros. Em caso de desrespeito à lei o estado mexe no boldo do proprietário do estabelecimento veja:

> [...] desrespeito à lei, o estabelecimento receberá multa, que será dobrada em caso de reincidência. Se o estabelecimento for flagrado uma terceira vez, será interditado por 48 horas. E, em caso de nova reincidência, a interdição será de 30 dias. (FONSI, 2009, p. 02)

PREVENÇÃO DO TABAGISMO DURANTE A GRAVIDEZ

A atenção básica no atendimento é o primeiro passo para que o profissional da saúde possa orientar o cliente a cerca dos efeitos do tabaco. Perguntar na anamnese os hábitos da mulher na primeira consulta do seu pré-natal é essencial, pois a partir deste determinante o enfermeiro que atua junto ao binômio materno-fetal, pode traçar os fatores de risco frisando sempre que uma grávida exposta mesmo que passivamente ao tabaco deve ser considerada como cliente de risco aumentado. Cabe então ao profissional iniciar seu processo de

orientação a fim de sensibilizar a mulher, deve-se dar o apoio necessário para acompanhar o processo e munir-se de técnicas e estratégias adequadas.

> Várias etapas no processo de controle do hábito de fumar já foram conquistadas graças, em grande parte, à contribuição dos médicos e de outros profissionais da saúde. (Guia Nacional de Prevenção e Tratamento do Tabagismo, INCA, 2001, p. 27)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise de todos os estudos publicados, das experiências, das conversas de corredor percebe-se que o tabagismo durante a gravidez é um sério risco à saúde materna/fetal.

Embora a mídia e os profissionais em postos de saúde ou não trabalhem na prevenção constante do tabagismo, a maioria das grávidas ignora tudo que lhes é apresentado, não percebendo o tamanho do risco à que elas estão se expondo. Todas pensam que nada vai lhes acontecer, é como se pensassem: “Isso não acontece comigo, só com os outros, por isso posso fumar tranqüila, nada vai acontecer com o meu bebê”. Esse é um pensamento que nenhuma grávida deve manter, os pensamentos devem se concentrar em bem-estar tanto materno quanto fetal.

A qualidade de vida da gestante é primordial para um bebê saudável, visando tal fato, a grande preocupação e dificuldade dos profissionais da saúde estão em informar à gestante tudo que poderá acontecer com ela e com o bebê a curto, médio e longo prazo e tornar seu trabalho válido com a retribuição da grávida cessando o hábito de fumar.

No artigo que utilizou pesquisas e estudos da última década, torna-se visível os efeitos maléficos do tabaco, mas ainda assim é necessário dizer que as suas consequências podem se tornar incalculáveis, pois convivemos diariamente com novas mutações, novas patologias, complicações. Sendo assim quanto mais à informação chegar de forma insistente à população interessada por menos problemas de saúde as pessoas irão passar e vale salientar que os custos para os cofres públicos irão ser reduzidos.

Analisando a pesquisa pode-se perceber que o tabaco é prejudicial a qualquer indivíduo, mas nesse estudo a atenção se concentrou em gestantes. Os malefícios para os fumantes ativos ou passivos não tem uma localização definida ou limitada, o que pode se tornar um problema generalizado acometendo e comprometendo a continuidade/qualidade de

vida. Cabe ao fumante formar uma consciência social, se informar, perceber os avisos constantes que os profissionais da saúde e as outras pessoas falam, como por exemplo, as imagens nas cartelas de cigarro e avaliar o que é melhor para si e para as pessoas que convivem ao seu lado.

No entanto todos os profissionais da área devem continuar todos os dias lutando nessa "batalha" incansavelmente com o intuito de erradicar o tabaco. Parafraseando um dizer popular "um beija flor sozinho não consegue apagar o incêndio", mas apaga algumas chamas, pensando assim, cada indivíduo deve fazer sua parte, visando apagar as luzes do cigarro de um amigo, um parente, uma grávida.

Resta então levar informação à todas as classes, todos os cantos, municípios, vilarejos visando diminuir ao máximo o número de tabagistas e quanto as gestantes, manter a postura de fazê-la não usar o tabaco durante seu período gestacional, já que a mesma não valoriza seu corpo então respeite o seu filho isentando-o da obrigatoriedade de fazer uso de uma química indesejável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIPIINCOTT, W. W. **-Enfermagem médico-cirúrgica, série incrivelmente fácil-** traduzido por: José Eduardo Ferreira de Figueiredo- Ed. Guanabara Koogan- 2006- Rio de Janeiro.

MELLO, Paulo Roberto Bezerra de; PINTO, Gilberto Rodrigues e BOTELHO, Clovis. **Influência do tabagismo na fertilidade, gestação e lactação**. J. Pediat. (Rio J.) [online]. 2001, vol.77, n.4, pp. 257-264 – Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-5572001000400006&script=sci_abstract&tlng=pt acesso dia: 04/06/2009.

POLIT, Denise F. et. all- **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização-** 5.ed. traduzido por: Ana Thorell. Ed. Artmed- 2004 – Porto Alegre

Site **Tabagismo- Ministério da Saúde**, disponível em : http://www.inca.gov.br/tabagismo/atualidades/ver.asp?id=729 acesso dia 04/06/2009.

Site **Jornal Estadão,** disponível em: http://www.estadao.com.br/vidae/not_vid377857,0.htm acesso dia 04/06/2009.

Site do **INCA,** disponível em :http://www.inca.gov.br/tabagismo/frameset.asp?item=31maio2009&link=dmst2009.htm acesso dia 04/06/2009.

AROSO, ANA et all. Conselho de Prevenção do Tabagismo, Newsletter **Tabagismo e Gravidez** Nº 3, Fev. 2006 disponível em: http://www.bips.uni-bremen.de/euro-scip/nl_portugal3.pdf acesso dia 04/06/2009.

PINTO, Gilberto Rodrigues and BOTELHO, Clovis. Influência do Tabagismo no Sistema Vascular Materno-fetal: estudo com Dopplervelocimetria**. Rev. Bras. Ginecol. Obstet.** [online]. 2000, vol.22, n.10, pp. 641-646.
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032000001000007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt acesso dia 04/06/2009.

LEOPÉRCIO, Waldir. GIGLIOTTI, Analice. **Tabagismo e suas peculiaridades durante a gestação: uma revisão crítica**. TBP- 2004 vol. 30 nº2 pag. 176 a 185, São Paulo.
Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/jbpneu/v30n2/v30n2a16.pdf acesso dia 04/06/2009.

POSSATO, Marina et all. **Representação de gestantes tabagistas sobre o uso do cigarro: estudo realizado em hospital do interior paulista**- REU USP 2007, vol. 41 nº3, pag. 434 a 440, São Paulo. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v41n3/13.pdf acesso dia 04/06/2009.

KROEFF, R. Lucimara et all. Fatores associados ao fumo em gestantes avaliadas em cidades brasileiras- **Rev. Saúde Pública** 2004- vol. 38 nº 2- pag. 261 a 267, São Paulo. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v38n2/19787.pdf, acesso dia 04/06/2009.

RANG H. P et all. **Farmacologia** 5.ed**.** Traduzido por: Patrícia Lydie Voeux, Antônio José Magalhães da Silva Moreira. Ed. Elsevier, 2004 Rio de Janeiro

PORTO, C.C. **Semiologia Médica** 4.ed. Ed. Guanabara Koogan S.A, 2001 Rio de Janeiro

Site da **Lei Antifumo do Estado de São Paulo 13.541 de 07 de maio de 2009** disponível em http://www.leiantifumo.sp.gov.br/ acesso dia 01/07/2009.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

CUIDADO DE ENFERMAGEM COM O COTO DA AMPUTAÇÃO DE MEMBROS INFERIORES CAUSADA POR ACIDENTE DE TRABALHO

Isamara Reis da Silva*
Michelle Barra Caixeta Leão**
Patrícia Helena da Silva***

Resumo: Estamos diante de uma sociedade onde o desenvolvimento tecnológico, automobilístico e industrial acontece de forma rápida, e com isso cresce a exposição dos trabalhadores a agentes causadores de danos. Amputação é a remoção cirúrgica ou traumática, total ou parcial de um membro. Sendo utilizada em situações diversas, tem como finalidade de reparar, minimizar sintomas e preservar a função. As amputações por causas traumáticas vêm apresentando números expressivos e o que mais chama atenção é o fato desse agravo acometer uma parcela da população adulta jovem, considerada economicamente ativa e em plena atividade laboral, com impacto socioeconômico e principalmente na qualidade de vida do indivíduo vítima do trauma. Este artigo teve o objetivo de estudar as amputações de membros inferiores ocasionadas por acidente de trabalho e saber quais os cuidados de enfermagem com o membro residual, em um Hospital Municipal da cidade de João Pinheiro entre o período de 2016 e 2017, através da modalidade de pesquisa qualitativa com uso de pesquisa documental e aplicação de questionário. Os resultados desta pesquisa mostram que as amputações prevalecem no sexo masculino ((67%). Acometem principalmente idosos por doença vascular crônica, adultos jovens por causas trabalhistas e acidente motociclístico, como apontado na literatura. Das complicações, a mais vivenciada com o membro residual é a infecção da ferida cirúrgica e a assistência de enfermagem tem o objetivo de evita-las, prestar cuidados de modo a produzir um coto funcional e zelar pela completa recuperação da vítima.

Palavras-chave: Amputação. Causas trabalhistas. Extremidades inferiores.

Abstract: Abstract: We are on a society where technological, automotive and industrial development happens quickly, and with this increases the exposure of workers to agents that cause damages. Amputation is the surgical removal or traumatic, total or partial removal of a limb. Being used in traumatic and pathological situations, its purpose is to repair, minimize symptoms and preserve function. Amputations due to traumatic causes are showing

* Bacharel em Enfermagem da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP. E-mail: isamarareis_silva@hotmail.com

** Enfermeira graduada pela Faculdade Talentos Humanos - FACTHUS, Uberaba. Enfermeira Assistencial do Abrigo Sant'ana (SSVP). Especialista em UTI Geral, Urgência e Emergência e Enfermagem do Trabalho pela Faculdade do Vale Itajaí Mirim – FAVIM, Uberaba. Professora Orientadora da Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP. E-mail: michelly_barra@hotmail.com

*** Enfermeira graduada pela Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP, João Pinheiro-MG. Especialista em Urgência, Emergência e Trauma pela PUC MINAS, Belo Horizonte. Professora Orientadora da Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP. E-mail: patriciahelena.jp@hotmail.com

significant numbers and what is most striking is the fact that this aggravation affects a portion of the young adult population, considered economically active and in full labor activity, with socioeconomic impact and mainly on the quality of life of the victim of the disease. The purpose of this article was study the amputations of lower limbs caused by work accidents and to know which are the nursing care with the residual limb, in a Municipal Hospital of the city of João Pinheiro between the period of 2016 and 2017, through the qualitative modality with use of documentary research for the exploitation of notebooks, medical records and questionnaire application to the professionals of the institution. The results of this research show that amputations predominate in men (67%). They mainly affect the elderly due to chronic vascular disease, young adults due to labor causes and motorcycle accidents, as reported in the literature. Of the complications, the most experienced with the residual limb is the infection of the surgical wound and the nursing assistance has the objective of avoiding them, providing care in order to produce a functional stump and to ensure the complete recovery of the victim.

Keywords: Amputation. Labor causes. Lower extremities.

INTRODUÇÃO

Um dos recursos terapêuticos mais antigos, que faz parte da história há séculos são as amputações, as quais tiveram seu ápice nos primórdios das duas grandes Guerras Mundiais, representando por um longo período a única solução cirúrgica para o homem, devido à escassez de recursos próprios da época. Com o término do período das guerras, esperava-se que as amputações viessem a se tornar eventos raros, todavia o que houve foi uma mudança da origem do trauma. Com o desenvolvimento tecnológico, automobilístico e industrial esses números vêm aumentando na mesma proporção ao índice de deficientes físicos no país.

"Amputação é a retirada cirúrgica ou traumática, parcial ou total de um segmento corpóreo. A palavra amputação deriva do latim *ambi-* em volta, e *putatio-* retirada" (LIANZA, 2015, p. 237).

Quando utilizado isoladamente esse termo é entendido apenas como mutilação e perda, porém esse conceito foi desmistificado e encarado como meio de reparação do órgão ou membro afetado, tendo como finalidade minimizar sintomas, impedir complicações graves e melhorar a qualidade de vida.

Segundo Patrício (1999), qualidade de vida são as características e condições de um objeto ou fenômeno que lhe definem e levam ao estado de completo bem-estar. É o sentido que o viver tem para cada ser humano, diz respeito à peculiaridade do fenômeno de construir vida e arquitetar as relações humanas.

Apesar de todos os avanços em relação às técnicas e procedimentos que geram possibilidades para restabelecer o estado de saúde do indivíduo, as amputações continuam sendo utilizadas como tratamento em situações traumáticas e patológicas.

Os índices de amputações registradas em membros inferiores nos levam a perceber que elas atingem desde a população jovem até a idosa, podendo ser realizada em diversos níveis que serão escolhidos de acordo com a melhor capacidade de adequação funcional e onde há menos risco durante o período operatório e estágios adjacentes. Na população idosa elas são desencadeadas em decorrência de doenças vasculares e complicações diabéticas, em contrapartida os jovens passam por esse dano em virtude de tumores, acidentes de trabalho, acidentes por meios de transporte e pela própria exposição à violência urbana.

Em relação ao complexo processo que envolve as amputações de membro inferior, devemos, portanto, levar em consideração não apenas a perda física, mas também os abalos estéticos, psicológicos, sociais e principalmente o longo processo de adaptação. Em relação a essa perspectiva, o enfermeiro assume um papel primordial e essencial durante todas as etapas que serão percorridas pelo indivíduo amputado.

A pesquisa se desenvolveu no município de João Pinheiro-MG em um Hospital Municipal, no período de julho a novembro, através da exploração documental de cadernos, prontuários referentes aos anos de 2016 e 2017 que forneceram dados referentes à temática, para complementar os resultados foi aplicado um questionário aos profissionais, onde os mesmos puderam expressar a sua vivência e conhecimentos sobre o tema proposto.

João Pinheiro é um município brasileiro do estado de Minas Gerais. Localizado na porção noroeste de Minas Gerais, é o maior em extensão territorial do Estado, com 10.717 km², tendo quase o dobro da área de todo o Distrito Federal. Possui acesso fácil pela BR-040, responsável pela ligação Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, com uma população aproximada de 48,472 habitantes. (IBGE, 2016)

A justificativa pela escolha do tema é oriunda do campo de estágio supervisionado em uma Estratégia de Saúde da Família, onde foi possível perceber que na população de cobertura da unidade havia uma parcela considerável de amputados. Durante visita e diálogo com um destes clientes, foi despertado um grande interesse em pesquisar mais sobre o assunto, pois a história da forma como o trauma aconteceu, do processo de readaptação funcional é bastante marcante e tendo em vista também que é um assunto pouco abordado durante a graduação.

A partir dessa reflexão aguçou-me o desejo de contribuir para que a sociedade de uma forma geral venha através desta pesquisa conhecer mais sobre os procedimentos que norteiam as amputações de membros inferiores, e também poder contribuir para a diminuição dos agravos e complicações nos pós-amputados e que melhorará a adaptação de tantas pessoas que ainda estão em plena atividade laboral, que são economicamente ativos e que acabam tendo seu cotidiano afetado e mudado radicalmente em razão deste evento.

A pesquisa em enfermagem é de suma importância para a descoberta de novos horizontes, que vão além dos cuidados básicos com o paciente. É necessário que seja dada relevância ao ser holístico onde o indivíduo seja visto como único em suas particularidades, o pesquisador deve usar a sensibilidade para lidar com as perdas, as dores e as emoções do próximo.

> Minha insatisfação estava justificada pela utilização de um referencial mecanicista, fragmentário, centrado na doença e não na pessoa, descontextualizado do ser e neutro perante as diferenças sociais (PATRÍCIO,2005, p.13).

Para a referida pesquisa propõe-se as seguintes problematizações:
Qual o papel do enfermeiro no cuidado com o coto da amputação? Principais causas de amputação em membros inferiores e por que motivo as causas traumáticas vem tendo este aumento expressivo? Quais os cuidados e procedimentos o enfermeiro realiza com um paciente amputado de membro inferior? Qual a contribuição da enfermagem na formação de um coto totalmente funcional? Qual o nível de amputação mais comum?

A pesquisa tem como objetivo geral adquirir conhecimentos acerca dos cuidados de enfermagem aos pacientes com amputações de membros inferiores, principalmente o cuidado com o membro residual, com o objetivo de evitar complicações e gerar um coto completamente funcional, descobrindo qual o papel do enfermeiro em relação a este processo. Os objetivos específicos pretendem: Identificar as principais causas de amputações em membros inferiores; averiguar os cuidados e procedimentos realizados pelo enfermeiro diante de um paciente amputado em membro inferior; pesquisar a contribuição da enfermagem na readaptação com formação de um coto funcional às pacientes vítimas de amputação de membro inferior por acidente de trabalho; analisar através dos dados qual o nível de amputação mais comum nos clientes vítimas desse tipo de trauma.

A princípio as hipóteses se acertaram na seguinte ideia:

Uma assistência adequada aos pacientes vítimas de amputação de membros inferiores causada por acidente de trabalho é fundamental e tem um impacto grande em sua reabilitação. Os cuidados de enfermagem são aplicados nas fases pré, intra e pós-operatória para que se evite intercorrências e visam à preservação do estado de saúde do paciente.

Os fatores causadores de amputações em membros inferiores são diversos e variam em sua grande maioria por faixa etária, condições sociais em que se vive e regiões analisadas.

> A amputação de um membro inferior torna-se frequentemente necessária através de doença vascular periférica progressiva (com frequência, uma sequela do diabetes mellitus), gangrena gasosa fulminante, trauma (lesões por esmagamento, queimaduras, geladuras, queimaduras elétricas), deformidades congênitas osteomielite crônica ou tumor maligno (SMELTZER; BARE, 2005, p.2224).

O coto requer cuidados próprios, essenciais para evitar complicações maiores e para que o paciente tenha uma boa cicatrização. Diante disso as atividades contínuas de enfermagem exercidas nessa situação devem incluir minimização das percepções sensoriais alteradas, promoção da recuperação da ferida através da realização de curativos e administração de medicações para alívio da dor.

> O objetivo do tratamento consiste em alcançar a recuperação da ferida por amputação, sendo o resultado em membro residual indolor (coto) com pele saudável para o uso da prótese. A recuperação é estimulada por manuseio delicado do membro residual, controle do edema do membro residual, através de curativos de compressão rígidos ou macios, e uso de técnica asséptica no cuidado da ferida para evitar infecção. (SMELTZER; BARE, 2005, p.2225).

Os cuidados e procedimentos que devem ser realizados com pacientes vítimas de amputação se baseiam em monitorização contínua, prevenção de infecções e contraturas, preparação do coto para receber a prótese e apoio emocional ao mesmo. Um acompanhamento profissional adequado pode ajudar o paciente a lidar com as consequências da amputação. “Não se esquecer de que ele vai perder uma parte do seu corpo, como também sofrerá alterações na imagem corporal. Lembre-se de que a perda pode ser para ele devastadora; proporcionar-lhe suporte emocional” (GOLDENZWAIG, 2004, p.9).

O enfermeiro tem funções primordiais na readaptação funcional das pacientes vítimas de amputação, tendo em vista que a maioria são pessoas em plena atividade

laboral/economicamente ativos, o que gera um impacto muito grande e acaba sendo uma característica alarmante o envolvimento de indivíduos dessa faixa etária neste tipo de trauma.

A escolha do nível de amputação é realizada pelo médico cirurgião que irá avaliar diversos fatores até chegar à decisão correta. O nível ideal não é selecionado apenas pelo seu tamanho, mas sim pela sua capacidade funcional e sempre cogitando os riscos durante o processo cirúrgico, dependerá do estado em que se encontra o paciente, bem como das patologias associadas, se estas implicaram na decisão.

A possibilidade de busca e obtenção de conhecimento através da pesquisa está transformando o ser humano e o meio em que ele vive, trazendo a oportunidade de melhorar a percepção geral de vida por meio do saber.

Pesquisar é desvelar, descobrir, é elaborar questionamentos e através do estudo de determinado tema se obter respostas para tais indagações. “Pesquisar tem sido o caminho humano para se responder questões e para se construir novas ideias e ideais, seja no mundo acadêmico, seja no mundo da vida cotidiana. ” (PATRÍCIO, 1995, p.2).

A pesquisa oferece a oportunidade de se trazer à tona não apenas assuntos nunca antes pesquisados, mas sim utilizar conhecimentos produzidos outrora e que tenham utilidade para solucionar dúvidas, dificuldades e enriquecer a própria realidade e dos demais que o cercam. Diante disso ela tem tido destaque no meio acadêmico, pois incorpora e prepara indivíduos sociais, dotados de capacidades e motivados a viverem em uma busca contínua de informações, de descoberta de novos caminhos, novos horizontes e assim contribuir e de alguma maneira deixar o seu legado para a sociedade.

> Para dar conta da complexidade da vida, é imprescindível estimular a exploração de conhecimentos, no meio acadêmico e em outros contextos públicos ou privados, que tenham como base pressupostos que incorporem princípios éticos e estéticos de viver saudável individual-coletivo, posto a emergência de compreender e transformar a realidade que construímos até hoje. (PATRÍCIO, 2005, p.3).

A Enfermagem como ciência, profissão e arte necessita de métodos de pesquisa que estejam aptos e que possam ser aplicados ao ser holístico, integrando sensibilidade e rigor científico. Neste referencial ele é tido como único em suas particularidades, com direitos e deveres, que deve ser respeitado e resguardado durante o processo de pesquisa segundo todos os preceitos éticos.

Para a realização deste estudo optou-se pelo método qualitativo, por se acreditar que seja o mais indicado para lidar com as situações humanas, com as particularidades e experiências individuais e da coletividade. Este método leva em consideração o desenvolvimento completo da pesquisa, todas as etapas são seguidas passo a passo, os sujeitos e o ambiente de pesquisa são elementos essenciais e que trarão riqueza ao trabalho, portanto é imprescindível que a exploração seja feita de maneira cautelosa, que haja sigilo e preservação da integridade física e moral dos participantes. Desse modo segundo Patrício,

> Esses métodos buscam conhecer e compreender o significado e a intencionalidade dos atos individuais e coletivos, expressos pela comunicação verbal e não-verbal, favorecendo a leitura da diversidade das inter-relações e da complexidade das estruturas sociais e suas repercussões no ambiente natural e construído. Essas particularidades tornam os estudos qualitativos apropriados para abordagens dialéticas, holísticas e sistêmicas que envolvem situações do processo de viver em diferentes contextos (PATRÍCIO,2005, p.23).

Na modalidade de pesquisa qualitativa as crenças, os valores, sentimentos, expectativas, frustrações, emoções e a compreensão do viver são prezados, existe uma troca de experiências e ideias, portanto é necessário que o pesquisador apresente certas características para utilizar-se da mesma. A comunicação é a chave principal e que trará bons frutos e dados mais precisos e fidedignos.

> Os métodos qualitativos consideram que os fenômenos são construídos pela subjetividade humana em seus significados culturais e afetivos, particulares e coletivos. Concebem a não-neutralidade do pesquisador no processo de pesquisa, valorizando a objetivação e não a objetividade dos dados, pois, em seus princípios, tal como explica a física quântica, fica claro que isso é impossível. O que se concebe é a necessidade do pesquisador ter consciência das possíveis interferências que possa haver pela sua subjetividade e que busque, já na fase exploratória da pesquisa, subsidiar-se através de estratégias que impeçam, na medida do possível, o viés de sua participação no contexto estudado. Com isso, os métodos qualitativos valorizam o processo de produção de conhecimento tanto quanto seus resultados (PATRÍCIO, 2005, p.26).

Com o intuito de se adquirir melhores resultados, foi utilizada pesquisa documental nos cadernos de internação, cadernos de senso e prontuários de pacientes internados nos anos de 2016 e 2017 de um Hospital Municipal, com a intenção de saber qual a incidência desse tipo de trauma e se as causas trabalhistas vêm realmente tendo relevância. Foi aplicado

também um questionário contendo questões dissertativas e de múltipla escolha a 5 profissionais técnicos e 5 enfermeiros, desta mesma instituição, uma vez que se pretendia saber como é a assistência às pacientes vítimas deste tipo de lesão, como é o cuidado com o coto, que tipo de curativo é o mais adequado para possibilitar uma melhor cicatrização da ferida, que tipo de monitorização é feita e quais os cuidados são os mais indicados a fim de se evitar complicações com o membro residual.

A proposta foi conhecer e descobrir como a assistência adequada aliada à interação e a relação entre a enfermagem e pacientes vítimas de amputação de membros inferiores provocadas por acidente de trabalho contribuem para a recuperação plena do doente.

I. REVISÃO DE LITERATURA

Amputação é uma forma de tratamento cirúrgico radical utilizado quando há risco de vida eminente, em casos de necrose tecidual ou dano permanente. Elas são descritas ao longo dos tempos e nos remetem as primeiras possibilidades de intervenção cirúrgica de um ser humano no outro, é possível acompanhar a evolução dos procedimentos utilizados para essa finalidade cirúrgica através da descrição do desenvolvimento das técnicas aplicadas.

A humanidade tem presenciado diversas formas de cuidar no decorrer da história, a profissão de enfermagem não existia e os cuidados eram praticados por pessoas comuns do convívio ou de vínculo familiar.

No início das civilizações não havia muitas escolhas de tratamentos e medicamentos, quando um agravo acometia determinada pessoa a conduta a ser adota era ditada por pessoas mais idosas, guardiãs de conhecimentos empíricos adquiridos com os antepassados, transmitidos de geração a geração e aplicados conforme tal.

Utilizava-se ervas, raízes, flores medicinais fornecidas pela natureza para tratar uma infinidade de enfermidades, não havia explicação científica para as patologias, que acabavam sendo interpretadas de maneira supersticiosa e errônea. Pela falta de compreensão e cuidados muitos doentes eram banalizados, marginalizados e abandonados à própria sorte até a morte.

As pessoas com deficiência eram mal-encaradas pelas sociedades e passaram por um longo processo até serem aceitas, respeitadas e vistas como parte da mesma, com seus valores e seu lugar no mundo. Em relação à deficiência de cunho amputativo a ideia de castigo divino prevalecia, segundo a crença das sociedades antigas a pessoa perdia parte do seu corpo, sendo

submetida à penumbra extrema como uma maneira de pagar por um ato ruim que ela veio a cometer.

"Historicamente as amputações são descritas desde o início da humanidade e encontradas em pinturas rupestres na Europa, e é descrito uso de prótese (pé de cabra) em esqueletos de 2.300 a.C" (LIANZA, 2015, p.237). Nesta época este tipo de procedimento visava tratar sequelas do trauma ou malformações congênitas. Métodos bárbaros e cruéis eram aplicados na tentativa frustrada de salvar vidas, utilizavam-se diversas técnicas (guilhotina, serra, cauterização com óleo quente ou amarrias etc.), a agilidade era fundamental. Geralmente essas atividades eram malsucedidas pelas altas taxas de infecção, pela precariedade e a falta de noções de técnicas assépticas e pelo desconhecimento da existência de microrganismos patogênicos. Considerava-se uma conquista sobreviver a uma operação.

Segundo Carvalho (2003) a mais antiga descrição técnica de amputação é de Hipócrates (460–377 a.C.), considerado o pai da medicina. As amputações eram realizadas ao nível das articulações com guilhotinas, sempre em tecidos necróticos sem sensibilidade. Para Hipócrates, a gangrena era a única indicação para amputações. Quando necessária, a cauterização era feita com óleo ou ferro quente. A segunda mais antiga descrição é de Celsus (25 a.C. – 50 d.C.), conhecido também pela formulação dos sinais flogísticos que indicam processos inflamatórios como dor, calor, rubor e tumefação. Celsus realizou amputações em planos mais proximais, com secções ósseas e de tecidos vivos, utilizando ligadura dos vasos por amarria. De acordo com suas descrições, apenas em casos de gangrena a amputação era indicada.

Em muitas sociedades as pessoas tinham membros amputados como forma de punição judicial por atos graves cometidos e que descumpriam os preceitos e regras estabelecidos por entidades superiores ao povo que ali vivia. Como consequência disto aqueles que eram submetidos a tal ação acabavam sendo rejeitados e excluídos do convívio popular.

Segundo Boccolini (2000), a descrição da maior quantidade de casos de amputações foi registrada no auge da 1ª Guerra Mundial, onde apenas na Europa estimou-se uma variante de 300.00 amputações. Todavia foi na 2ª Guerra Mundial que se estabeleceram programas para pesquisar membros artificiais, que são utilizados até hoje, para a criação de membros artificiais mais funcionais, mais leves, adaptáveis e de custo mais acessíveis.

Com a escassez de alternativas para lidar com situações que estivessem causando dor e angustia, a conduta era retirar aquele membro afetado de forma rápida a fim de evitar que o sofrimento fosse prolongado. Muitos faziam uso de cachaça até ficarem embriagados, como

forma de anestesiar e suportar a dor. Na grande maioria das vezes o método era ineficaz, pelo fato das pessoas submetidas a isto evoluírem instantaneamente para óbito.

Na atualidade, no entanto, com a modernização dos métodos cirúrgicos e as novas possibilidades de tratamento as indicações para amputação estão se tornando mais criteriosas e quando há indicação a readaptação e o prognóstico são bons em comparação com o início da aplicação da técnica, possibilitando ao amputado a reassumir suas atividades e levar uma vida perfeitamente normal. "Amputação é a remoção cirúrgica total ou parcial de um membro. A amputação é considerada um procedimento cirúrgico reconstrutivo" (NETTINA, 2012, p.1092). Contudo ainda existe um número elevado de amputações primárias no trauma.

Após o desenvolvimento da anestesia em 1846 as amputações começaram a ser utilizadas com resultados melhores e novas técnicas foram desenvolvidas. O anestésico veio para revolucionar, o que antes era tido como um método doloroso agora não mais causava tanto sofrimento ao indivíduo enfermo.

Segundo Carvalho (2003), a contribuição mais grandiosa em relação as amputações e próteses foi de Ambróise Pare (1510-1590), um cirurgião francês, que reintroduziu o uso das ligaduras proposto inicialmente por Celsus e Hipócrates, e Wihelm Fabry, um dos primeiros cirurgiões da Alemanha, descreveu amputações com nível acima do tecido necrótico e o uso de torniquete em 1593.

Com as novas pesquisas e descobertas sobre o assunto, com os avanços da medicina os cuidados com esse paciente passaram a ser direcionados e específicos ao problema apresentado. Levando em conta o preparo mais preciso dos profissionais, com melhoria na estrutura, nos equipamentos, com o desenvolvimento das técnicas operatórias e do cuidado com o sítio cirúrgico, simultaneamente ocorre melhor capacidade de cicatrização e diminuição dos comprometimentos estruturais proporcionando assistência de qualidade.

1.1 Etiologia

As causas que comumente levam a amputação de membros inferiores são: traumatismo grave, infecções, doenças vasculares periféricas, tumores malignos. De acordo com Lianza (2015) as amputações têm causas diferentes por grupos etários, condições socioeconômicas e países estudados. Em decorrência disso a ênfase nas causas amputativas por acidente de trabalho deve-se a elevação de seu índice em uma parcela da população jovem

adulta em plena atividade laboral, desta forma surge então o desejo de conhecer o que está causando o aumento dos indicadores de acometidos por estas lesões.

Independente do agente causal da amputação, quando ela é realizada, se torna necessário que se faça um preparo e uma avaliação detalhada das condições de quem sofreu. Desta forma segundo Lianza,

> Ao avaliar o paciente amputado é importante, inicialmente, determinar todas as incapacidades resultantes e a capacidade funcional do indivíduo, para orientar o tratamento reabilitacional o mais precoce possível. (LIANZA, 2015, p.238).

Os desenvolvimentos dos diversos setores trabalhistas cresceram na mesma proporção que a exposição a fatores causadores de acidentes de trabalho. Apesar da existência de condutas e conscientização sobre sua prevenção a cada dia eles crescem mais e com isso se torna necessário que os profissionais diretamente ligados a assistências destes estejam preparados, qualificados e saibam contornar todas as situações e intercorrências originárias nestes tipos de trauma.

O Acidente de Trabalho é conceituado pela Lei 8.213/1991 em seu artigo 19, e determina:

"Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, ou ainda pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause morte, a perda ou redução da capacidade para o trabalho permanente ou temporário".

Pacientes vítimas de amputação de membros inferiores por causas traumáticas são classificados como graves, com risco alto de morte e necessitam de atendimento de emergência, a fim de impedir que decorram fatalidades. Em primeiro momento este paciente precisa receber cuidados de qualidade, com rapidez para que sua vida seja preservada. Em decorrência disso, decisões rápidas precisam ser tomadas e mais ainda, decisões que trarão uma vida futura onde o indivíduo possa realizar suas atividades cotidianas, que possa se tornar independente novamente.

1.2 Tipos de Amputação

O tipo de amputação deve ser escolhido de acordo com seu agente causal e com as condições em que se encontra o membro lesionado. Segundo Nettina (2012) ela pode ser de dois tipos: A Céu Aberto (Guilhotina) e fechada (Mioplástica ou com Retalho).

Na amputação a céu aberto o cirurgião deixa aberto o local da amputação, a cicatrização ocorre no tempo médio de uma semana, com a formação de tecido granuloso (cicatrização por segunda intenção). É indicada na presença de infecção e para os pacientes com alto risco cirúrgico.

A Fechada (mioplásica ou com retalho) é mais comumente utilizada para vítimas de doença vascular e causas traumáticas o membro residual é coberto com retalho de pele, que posteriormente é suturado.

1.3 Níveis de Amputação

Uma avaliação minuciosa se torna necessário quando o cirurgião precisa decidir qual o nível de amputação mais adequado, tendo em vista que é preciso determinar todas as incapacidades resultantes bem como a capacidade funcional da vítima do trauma. Diante disto segundo Smeltzer e Bare (2005) o nível da amputação é escolhido conforme dois fatores: circulação na região e funcionalidade do coto que irá ser formado.

Apesar do conjunto de instrumentos tecnológicos e da conscientização dos profissionais, a escolha do nível de amputação não é nada fácil. Ele é escolhido não seguindo apenas a ordem de se preservar a maior fração do membro e sim também onde irá gerar uma recuperação mais bem-sucedida, pensando-se nos riscos intraoperatórios e nas implicações posteriores ao procedimento.

A prática cirúrgica é realizada de forma a causar o menor dano possível, complicações como sepssemias, hemorragias, rupturas cutâneas são evitadas. O risco de infecção aumenta, pois se trata de uma ferida contaminada quando a mesma é causada por um meio traumático. Como há o comprometimento da rede vascular e muitas vezes de vasos importantes pode ocorrer sangramento intenso e incontrolável. A ruptura cutânea pode estar associada a uma má manipulação e cuidados errados com o membro residual.

Segundo Lianza (2015), os níveis das amputações podem variar desde a amputação dos pododáctilos e metatarsos até a desarticulação do quadril e hemipelvestomias. Podemos citar:

- Amputação de pododáctilo e metatarsos: considerado um nível ideal para reabilitação. Amputações do hálux mudam o padrão de marcha, já a perda de outros pododáctilos gera mudanças na postura e dificuldade de equilíbrio.
- Amputação de Lisfranc: amputação tarsometatarsal que tem origem vascular e traumática, onde é possível protetização com palmilha compensatória.
- Amputação de Chopart: amputação mediotarsal ou talotarsal como consequência de um distúrbio vascular, causa deformidade em equino. Nível que dificulta o uso de prótese, pois apresenta um baixo prognóstico deambulatório e com reaparecimento de lesões na região cicatrical devido á carga do membro residual.
- Amputação de Syme: é a desarticulação do tornozelo. Este nível favorece rápida deambulação e protetização, sendo muito funcional. Neste nível quando o calcâneo é inserido à tíbia verticalmente dá-se a denominação de Amputação de Pirogoff e Boyd, são consideradas técnicas mais complexas e que demandam um tempo cirúrgico maior e ainda dificultam a protetização pela extensão do coto.
- Amputação Transtibial: nível escolhido comumente em várias etiologias, com excelente prognóstico para reabilitação e consequentemente protetização.
- Desarticulação do Joelho: nível que apresenta grandes possibilidades de reabilitação, pois permite uma boa junção da prótese com o coto.
- Amputação Transfemoral: realizada a partir de 8 cm do trocanter menor, permite protetização com gasto energético moderado, necessitando que o paciente fique de pé para colocar a prótese. Quando a amputação é bilateral exige um grande gasto de energia. O uso de prótese neste nível de amputação em idosos se torna impossível.
- Desarticulação do Quadril e Hemipelvestomias: trata-se de um procedimento radical, que consiste na retirada dos MMII (membros inferiores), se torna comum quando o paciente é acometido por neoplasias, nível de difícil protetização.

O médico cirurgião desempenha um papel primordial e sugere técnicas que permitam a preservação do membro e que torne possível a cicatrização da ferida, onde será produzido um coto funcional, indolor e que tolere pressão.

1.4 Assistência de Enfermagem

A assistência de enfermagem visa à realização de práticas de saúde de extrema necessidade ao completo estado de restabelecimento de saúde do cliente, tendo em vista que

estes cuidados são ferramentas do seu cotidiano de trabalho onde o enfermeiro aplica seu conhecimento técnico-científico fundamental ao paciente e que possibilita ações cada vez mais efetivas. Assim sendo, observa-se o quanto é necessário à prestação de cuidados por intermédio da dedicação e zelo pelo outro, considerando as dimensões científica e humana, atuando nas necessidades de saúde e momentos de doença, por meio de uma visão do ser como um todo em suas particularidades.

Quanto aos cuidados de enfermagem, estes se dividem em duas etapas: pré-operatória e pós-operatória. A equipe de enfermagem deverá assistir o paciente em todas as suas necessidades nesta fase tão difícil.

Na fase pré-operatória qualquer dúvida que reste precisa ser sanada, suporte emocional deve ser oferecido e os cuidados e exames devem ser realizados de maneira adequada. A avaliação hemodinâmica é feita através da monitorização de sinais vitais e exames, o que determina o nível ideal da amputação. Observar sinais flogísticos e adotar medidas gerais de higiene corporal como limpeza e tricotomia da região, a fim de se evitar infecção neste período. Realizar completo exame físico de todos os sistemas corporais é necessária para minimizar os riscos da cirurgia e otimizar a funcionalidade. É de suma importância a avaliação do membro sadio em busca de alterações de sensibilidade e postura, lesões e deformidades, levando em consideração que todos estes fatos podem prejudicar o processo futuro de reabilitação.

> Antes da cirurgia a enfermeira deve avaliar os estados neurovascular e funcional do membro através da história e exame físico. Se o paciente sofreu amputação traumática, a enfermeira avalia a função e a condição do membro residual. A enfermeira também avalia o estado circulatório e a função do membro não afetado. (SMELTZER; BARE, 2005, p.2226).

Na fase pós-operatória monitorar parâmetros vitais, oferecer medicações prescritas e realizar cuidados gerais com o coto, explicar que o pós-operatório pode ser longo tanto quanto a reabilitação e orientar que sensações dolorosas, câimbras e coceira podem ocorrer no membro amputado, as quais aparecem e desaparecem com o tempo. O membro deve ficar em extensão plena e se possível pode ser elevado, pode ser indicada uma tala imobilizadora. As possíveis complicações devem ser monitoradas: dificuldades de cicatrização da ferida, sangramentos maciços, sinais de infecção, dor fantasma persistente. Os cuidados de

enfermagem com o sítio cirúrgico devem ser contínuos, a fim de se evitar complicações que poderão trazer prejuízos maiores ao cliente, promovendo uma perfeita cicatrização.

Após a fase da amputação resta o membro residual que precisa ser cuidado e tratado de maneira adequada, em decorrência disso os cuidados intensivos continuam. O membro residual é tratado de forma delicada, com manipulação suave dos tecidos, para a criação de um coto bem cicatrizado e que possibilite uma viabilidade maior para protetização ou não, é sempre importante explicar que o cuidado contínuo e correto com o local da amputação durante a fase de cicatrização acelera o uso de prótese. Monitorar o curativo e realizar a trocar conforme necessidade, relatando as características da ferida operatória, presença de secreção e a situação do processo de cicatrização. Estimular a deambulação e explicar a importância deste ato.

O paciente deve ser acompanhado o tempo todo por uma equipe de saúde que se comunica positivamente e participa ativamente do plano de reabilitação, fornecendo conhecimentos de como modificar e adaptar as atividades da vida diária e como melhorar a mobilidade. Neste momento a família tem papel muito importante, ela precisa se unir, dar suporte, apoio e encorajá-lo a enfrentar todas as dificuldades advindas da situação que está vivenciando.

O processo de reabilitação exige um trabalho árduo tanto da equipe multidisciplinar que irá acompanhar este paciente como dele próprio, mas que no final trará resultados satisfatórios. Há um período longo para aceitação da imagem corporal e para voltar a desempenhar suas atividades cotidianas com a falta do membro.

> Os pacientes que precisam de amputação por causa do trauma grave são em geral, mas nem sempre, jovens e saudáveis, recuperem-se rapidamente e participam de um vigoroso programa de reabilitação. Como a amputação é o resultado de uma lesão, o paciente precisa de suporte psicológico para aceitar a alteração súbita na imagem corporal e para lidar com os estresses da hospitalização em longo prazo e modificação no estilo de vida. (SMELTZER; BARE, 2005, p.2226).

O paciente deverá receber e colocar em prática as orientações de alta, cuidados específicos deverão ser destinados à pele do coto. Orientar o paciente a examinar de forma cautelosa o coto diariamente, estar atento a sinais como edema, secreção e dor, se existentes procurar uma unidade de saúde. Incentivar o paciente a manter adequada higiene local com a finalidade de prevenir irritação, deiscência no local da sutura e infecção, lavar com agua e

sabão neutro e secar bem, nunca aplicar substâncias oleosas ou creme no local, pois isto pode retardar o processo de cicatrização. Orientar ao paciente que ele faça o curativo utilizando técnica asséptica para evitar quaisquer complicações, se este estiver usando atadura explica que prejudica a circulação sanguínea.

As etapas pré-operatória e pós-operatória exigem cuidados específicos e que farão toda a diferença no desenvolvimento para melhora completa do paciente. Em questão de orientações para alta, estas são essenciais para a formação de um coto funcional e que permitirá uma maior qualidade de vida e possibilitará viver uma vida normal onde poderá desempenhar as atividades da vida diária.

II. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O conjunto de informações apresentadas nos gráficos 1, 2, 3 e 4 é referente à pesquisa documental. Os gráficos 5 e 6 se referem à informações colhidas através das respostas dadas pelos profissionais participantes do estudo para questões de múltipla escolha dos questionários aplicados. Através da análise de dados coletados, foram obtidos os resultados expostos na seção de gráficos a seguir.

Gráfico 1: Sexo das Vítimas

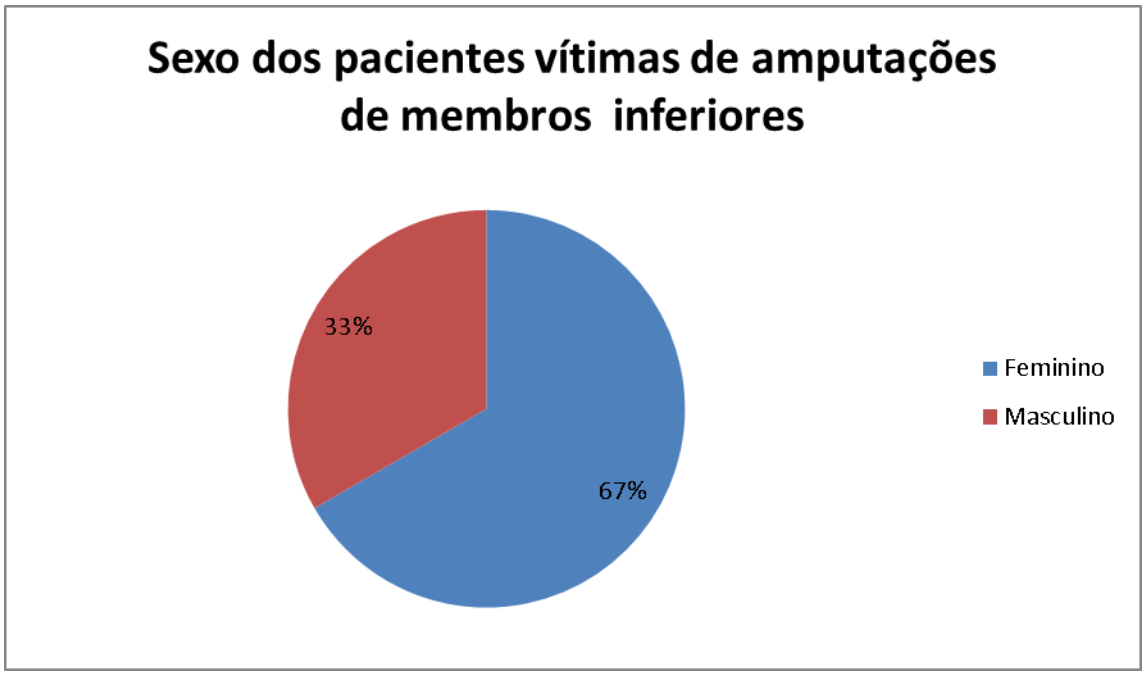


Gráfico 1: Sexo dos pacientes vítimas de amputações de membros inferiores.
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Como pode ser observado no gráfico acima 67% dos pacientes vítimas de amputações de membros inferiores são do sexo masculino e 33% do sexo feminino.

Nas literaturas utilizadas como embasamento teórico para esta pesquisa, não existe nenhum relato que confirme o motivo das amputações de um modo geral serem vistas com maior incidência em vítimas do sexo masculino.

Apenas acredita-se que seja pelo fato do homem estar mais exposto a agentes causadores de danos pelos cargos ocupados, pela própria violência urbana e pelo fato de não estarem muito atentos aos cuidados com a saúde que podem prevenir patologias que levam a este tipo de trauma.

Gráfico 2: Idade das Vítimas

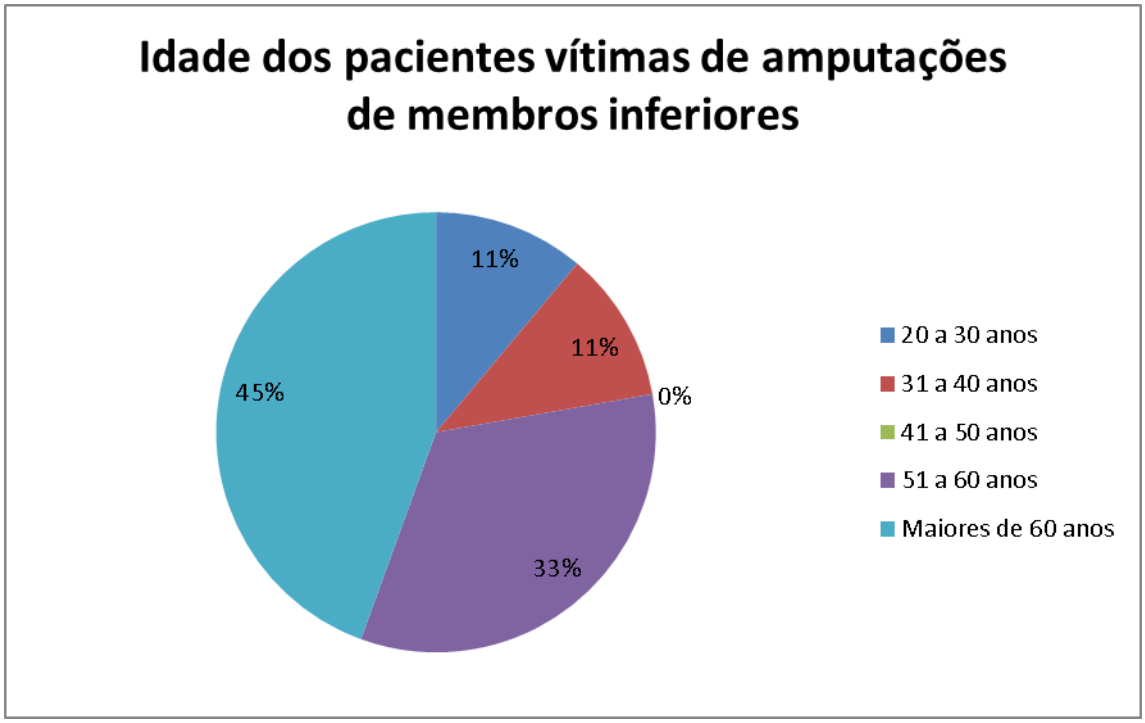


Gráfico 2: Idade dos pacientes vítimas de amputações de membros inferiores.
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Observa-se no gráfico acima que 11% dos pacientes amputados tem de 20 a 30 anos, 11% possuem de 31 a 40 anos, nenhum paciente na faixa dos 41 a 50 anos, 33% tem de 51 a 60 anos e 45% possuem mais de 60 anos de idade.

> As etiologias das amputações são dinâmicas e diferentes por faixas etárias, condições sociais e países estudados. Em relação às de membros inferiores

> as causas mais frequentes são as vasculares, principalmente entre os idosos, e as traumáticas. (LIANZA, 2015, p.237).

As amputações atingem as mais diversas faixas etárias, e esta se relaciona com a origem da lesão, se a mesma é de cunho traumático ou patológico. As patologias vasculares atingem geralmente a população idosa e em sua forma crônica não tratada pode levar a perda do membro. As populações economicamente ativas compostas por jovens estão mais susceptíveis a ter este tipo de trauma por acidentes de trabalho e automobilísticos. Segundo Nettina (2012), a amputação de membro inferior pode ser um procedimento fatal, com baixa taxa de sobrevida à pacientes com idade superior a 60 anos de idade por refletir no estágio avançado da patologia primária à amputação.

Gráfico 3: Causas das Amputações

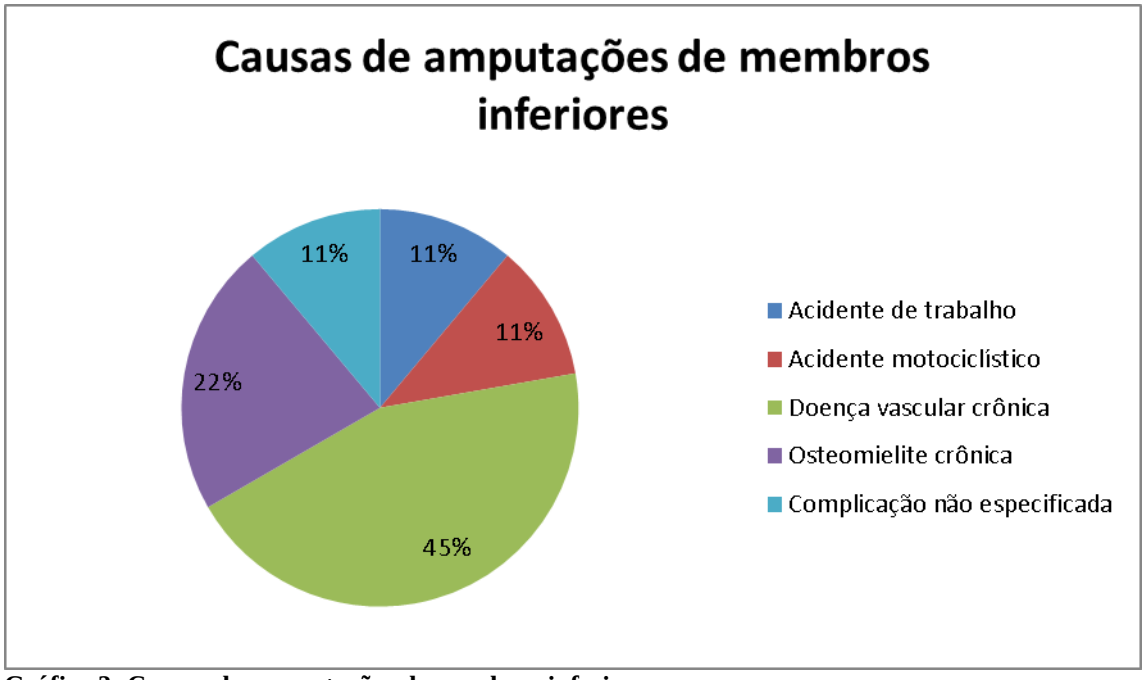


Gráfico 3: Causas das amputações de membros inferiores.
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Fazendo a análise do gráfico acima verificamos que 11% dos pacientes sofreram amputações por acidente de trabalho, 11% em razão de acidente motociclístico, 45% por complicações de doença vascular crônica, 22% por osteomielite e 11% em decorrência de complicações não especificadas.

> A amputação de um membro inferior torna-se frequentemente necessária através de doença vascular periférica progressiva (com frequência, uma sequela do diabetes mellitus), gangrena gasosa fulminante, trauma (lesões por esmagamento, queimaduras, geladuras, queimaduras elétricas), deformidades congênitas osteomielite crônica ou tumor maligno. Dentre todas essas causas, a doença vascular periférica contribui para a maioria das amputações dos membros inferiores. (SMELTZER; BARE, 2005, p.2224).

Esperava-se que os índices de amputações por acidente de trabalho fossem mais elevados, porém essa porcentagem se deve ao fato de o munícipio e distritos de cobertura do Hospital Municipal, campo desta pesquisa, serem pequenos em extensão territorial e em nível populacional. Os setores trabalhistas se restringem em sua maioria a trabalho em áreas rurais, setor logístico e também pelo fato do trânsito não ser excessivamente intenso ao ponto de ser um fator relevante para os trabalhadores do setor de transportes. Em decorrência disto, os mesmos não estão tão expostos a agentes causadores de amputações traumáticas por acidente de trabalho.

Gráfico 4: Nível das Amputações

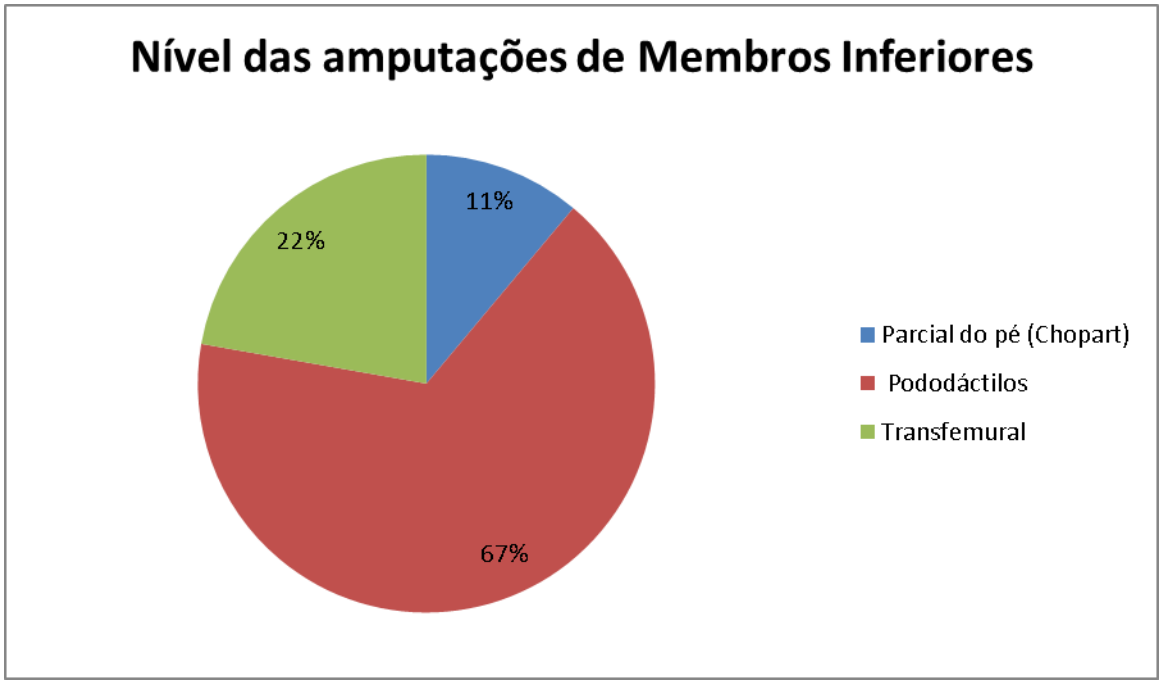


Gráfico 4: Nível das amputações de membros inferiores.
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

De acordo com o gráfico exposto acima, conclui-se sobre os níveis de amputação que 11% das amputações é parcial do pé (Amputação de Chopart), 67% de pododáctilos e 22% transfemural.

"O melhor nível de amputação deve ser escolhido não apenas pelo seu tamanho, mas sim pela sua capacidade funcional pensando-se nos riscos pós-operatórios". (LIANZA, 2015, p.238)

> A amputação é realizada no ponto mais distal, que irá gerar a recuperação bem-sucedida. O sítio da amputação é determinado por dois fatores: circulação na região e utilidade funcional (que satisfaz as exigências para uso da prótese). (SMELTZER; BARE, 2005, p.2224).

A escolha adequada do nível é essencial e faz parte das considerações cirúrgicas feitas pelo médico, onde é preciso que seja produzido um membro residual funcional, livre de sensações dolorosas e passível de protetização.

Gráfico 5: Complicações mais comuns com o membro residual

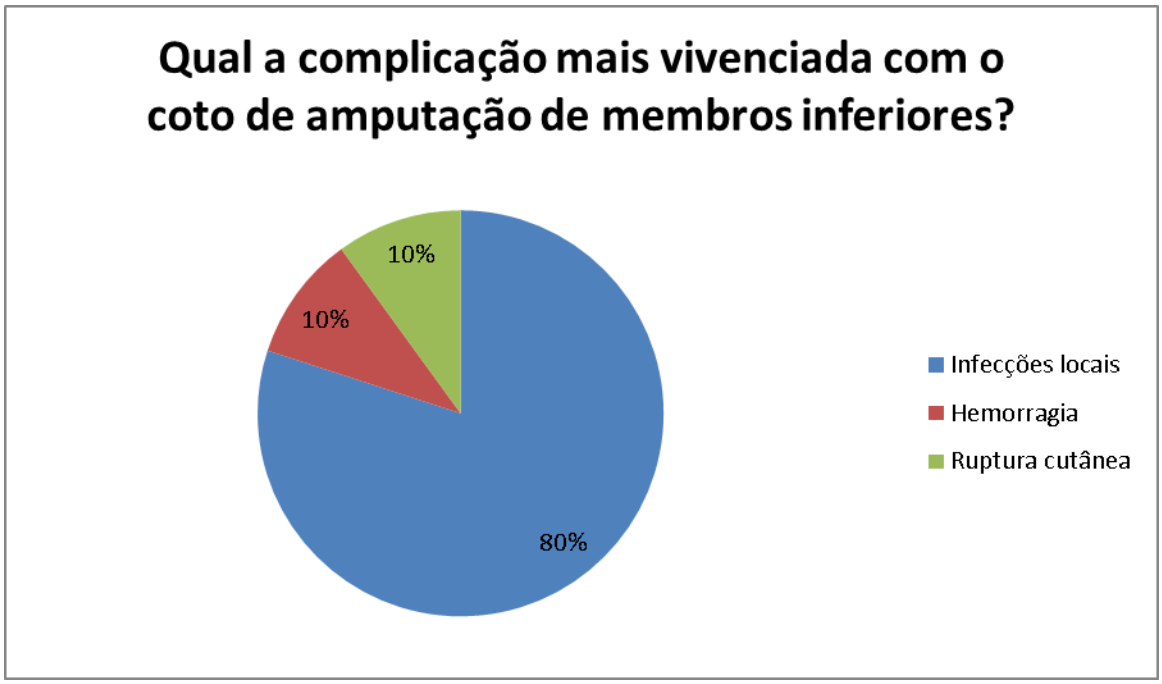


Gráfico 5: Complicações mais vivenciada com o coto de amputação de membros inferiores.
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Foi questionado aos profissionais qual a complicação mais comum vivenciada em seu cotidiano hospitalar, com o membro residual de amputações de membros inferiores causadas por acidente de trabalho. Pelos dados registrados no gráfico acima vê-se que 80% dos entrevistados afirmam que são infecções locais, 10% hemorragia e 10% ruptura cutânea.

> As complicações que podem acontecer com a amputação incluem a hemorragia, ruptura cutânea, dor do membro fantasma e contratura articular. Como vasos sanguíneos importantes foram seccionados pode ocorrer sangramento maciço. A infecção é um risco com todos os procedimentos cirúrgicos. O risco de infecção aumenta com as feridas contaminadas depois da amputação traumática. (SMELTZER; BARE, 2005, p.2224).

Diversas são as complicações que podem ocorrer no sítio cirúrgico. Como é exposta por diversos autores e também pelo conhecimento técnico científico dos sujeitos de pesquisa, a infecção é a mais grave e a de maior incidência, pelo fato de se tratar de uma lesão contaminada. Deste modo, é primordial que haja monitorização das manifestações que podem indicar esse tipo de complicação e também todas as outras que por ventura possam atingir o indivíduo amputado.

Gráfico 6: Objetivo principal dos cuidados de enfermagem com o coto

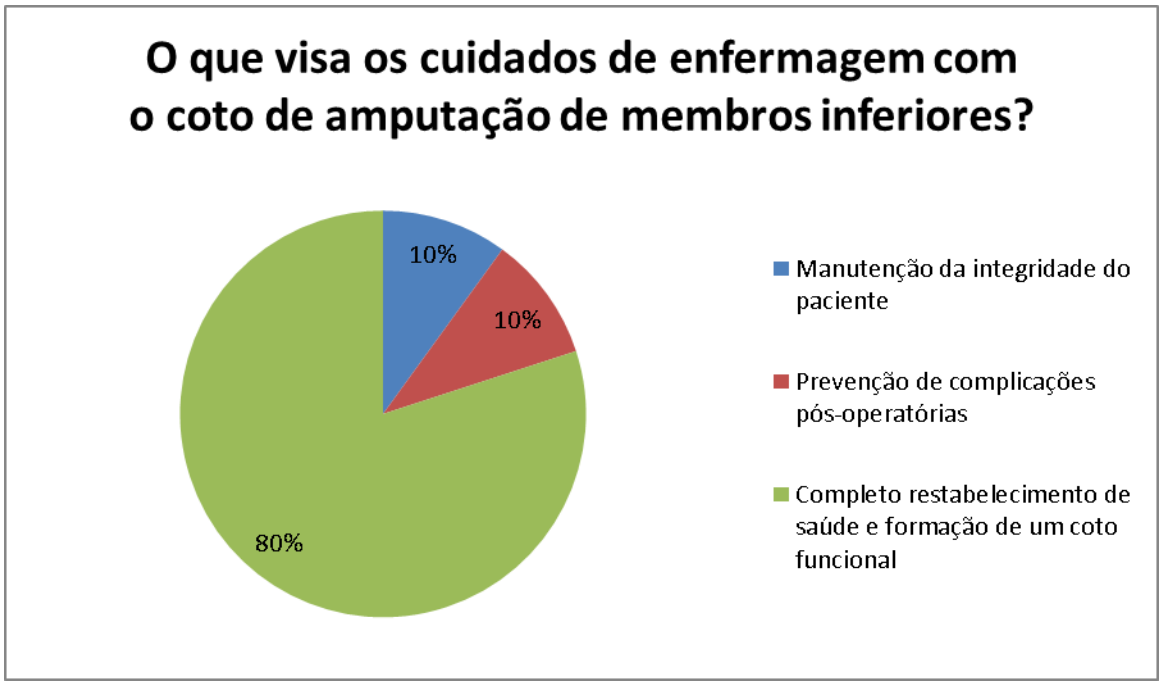


Gráfico 6: Objetivo principal dos cuidados de enfermagem com o coto de amputação.
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Como pode ser observado 10% dos entrevistados afirmam que o cuidado de enfermagem com o coto da amputação visa a manutenção da integridade do paciente, 10% dizem que visa a prevenção de complicações pós-operatórias, enquanto que 80% dizem visar o completo restabelecimento de saúde e a formação de um coto funcional.

> As principais metas do paciente podem incluir o alívio da dor, ausência das percepções sensoriais alteradas, recuperação da ferida, aceitação da imagem corporal alterada, resolução do processo de luto, independência no autocuidado, restauração da mobilidade física e ausência de complicações. (SMELTZER; BARE, 2005, p.2226).

Conforme as palavras do autor, vemos que é um conjunto de metas a serem alcançadas com pacientes vítimas deste tipo de trauma, para que o mesmo obtenha um completo estado de bem-estar tanto físico como psicológico.

Através da análise das perguntas dissertativas do questionário obtivemos os seguintes dados:

Foi questionado aos profissionais da instituição quais os cuidados devem ser destinados no período pré-operatório aos pacientes vitimas de amputação de membros inferiores causadas por acidente de trabalho.

> *Avaliar estado nutricional, hidratação e ingestão proteica para otimização da cicatrização. Avaliar sinais de infecção e se a mesma pode elevar risco de osteomielite no pós-operatório. Verificar jejum. Exames solicitados. Checar sinais vitais. Comunicar com o paciente sobre o procedimento e como será o pós-operatório. Limpeza rigorosa e a remoção e a remoção dos pelos da área. As unhas devem ser aparadas e rigorosamente limpas, o esmalte deve ser removido, porque impede a verificação de cianose, se esta ocorrer. (Entrevistado 1)*
>
> *Orientações quanto ao procedimento, sinais vitais, verificar se tem sangue disponível na Unidade para possível hemotransfusão, relatar cuidados com o membro afetado. (Entrevistado 2)*
>
> *São muitos os cuidados com os pacientes no pré-operatório, desde o psicológico, assistindo o paciente, identificando cada uma das suas reações e o ajudando nesta fase tão difícil. Ouvir suas queixas, conhecer seus medos e esclarecer todas suas dúvidas. Realizamos os cuidados físicos também, tendo em vista que a prevenção de infecção pós-cirúrgica se inicia no pré-operatório, quando as medidas gerais de higiene corporal deverão ser seguidas. Tricotomia cuidadosa e limpeza rigorosa da região oferecem maior segurança ao paciente. (Entrevistado 3)*

> *Monitorização contínua do estado geral do paciente, visando identificar o mais rápido possível qualquer tipo de anormalidades. (Entrevistado 4)*
>
> *Avaliar sinais vitais, comunicar o médico se anormalidades, chamar o ortopedista de plantão, fazer punção venosa calibrosa, lavar se possível antes de encaminhar para o bloco. (Entrevistado 5)*
>
> *Estratégias de conforto físico, farmacológico e psicológico. Avaliar função adequada, traumas, edema que podem diminuir a circulação do membro, promover conforto espiritual. (Entrevistado 6)*
>
> *Primeiramente cabe ao profissional orientar a esse paciente no seu estado mental e social e prestar os cuidados gerais necessários prescritos no pré-operatório. (Entrevistado 7)*
>
> *Preparo psicológico. Controlar temperatura, pressão arterial, frequência cardíaca, oximetria de pulso. Orientar quanto aos procedimentos que serão realizados. (Entrevistado 8)*
>
> *Cuidados de higiene, alívio da dor. Não pôr o coto perdurado fora da cama ou cruzado sob as pernas. Evitar pancadas ou ferimentos para não prejudicar a cicatrização. (Entrevistado 9)*
>
> *Evitar hemorragia, infecção. Saber o estado psicológico do paciente. (Entrevistado 10)*

De acordo com as respostas dos sujeitos de pesquisa, nota-se que as condutas efetuadas em suas rotinas de trabalho e de acordo com seus conhecimentos se assemelham e todas visam preservar a integridade do paciente apesar da perda e danos sofridos.

> Antes da cirurgia, a enfermeira deve avaliar os estados neurovascular e funcional do membro através da história e exame físico. Se o paciente sofreu amputação traumática, a enfermeira avalia a função e a condição do membro residual. A enfermeira também avalia o estado circulatório e função do membro não afetado. (SMELTZER; BARE, 2005, p.2226).

Em conformidade com a afirmação do autor, vemos que o profissional de enfermagem participa ativamente do período pré-operatório, promovendo maior conforto físico e psicológico, evitando complicações graves que podem até mesmo levar a vítima à óbito.

Foi perguntado aos profissionais da instituição que condutas e cuidados são aplicados a estes pacientes na fase pós-operatória

> *Imobilizar a área afetada para evitar traumas. Monitorar quanto a hemorragias, choque. Monitorar o estado neurovascular. Prevenir infecções. Alívio da dor. Promover padrão respiratório eficaz. (Entrevistado 1)*

> *Verificar cicatriz operatória, monitorar os sinais vitais, solicitar acompanhamento psicológico, explicar à família quanto a síndrome do membro fantasma, aplicar medicações para prevenção de trombos, orientações para prevenção de úlcera de pressão. (Entrevistado 2)*
>
> *Além dos cuidados gerais que são prestados durante todo o período que o paciente fica sob nossos cuidados, prestamos também cuidados específicos como posição da cama e controle do curativo, posições do coto, cuidados com a pele do coto, membro remanescente, etc. (Entrevistado 3)*
>
> *Proporcionar suporte de enfermagem eficaz, minimizando o sofrimento físico e psicológico do paciente. (Entrevistado 4)*
>
> *Manter prescrição médica, membro elevado, limitação em quantidade de visitas, manter técnicas estéril. (Entrevistado 5)*
>
> *Observar estado de consciência, observar estado do curativo, aliviar a dor através de posicionamento adequado, fazer controle da diurese para avaliar a função renal. Observar sinais de choque. (Entrevistado 6)*
>
> *Dentro do hospital prestar toda assistência que possa deixar esse paciente bem e após sua alta orientar o mesmo a procurar apoio psicológico. (Entrevistado 7)*
>
> *Observar curativo e fazê-lo se necessário. Orientar como deve ser a maneira de lidar com sua limitação. Observar sinais vitais e sinais de choque ou reações pós-anestésicas. Executar a prescrição médica. (Entrevistado 8)*
>
> *Manter o coto sempre em posição funcional, não pôr o coto pendurado fora da cama. Tomar banho de sol para receber vitamina D, fortalecer o osso e a pele do coto. (Entrevistado 9)*
>
> *Monitorar dados vitais, fazer curativos, evoluções, observar o psicológico do paciente entre vários cuidados. (Entrevistado 10)*

Depois da cirurgia são feitos esforços e ações para restabelecer a homeostasia e para evitar problemas ligados ao procedimento cirúrgico. Pelas respostas obtidas nesta questão, verifica-se que os entrevistados aplicam cuidados que vão evitar complicações geradoras de risco à vida do cliente, procuram prestar uma assistência eficaz e que traga conforto físico e psicológico ao paciente. Enfatizam bem o cuidado com a ferida operatória (coto da amputação) que é a peça principal para uma recuperação bem-sucedida onde é possível prover um tratamento reabilitacional o mais precocemente possível.

> A prevenção das complicações associadas a uma grande cirurgia e a facilitação da reabilitação precoce são essenciais para evitar uma incapacitação prolongada. É necessário o monitoramento frequente das

> respostas fisiológicas do paciente à anestesia, cirurgia e imobilidade. (NETTINA, 2012, p. 1093).

Diante das palavras do autor citado, o cuidado no pós-operatório tem o objetivo de prevenir as complicações advindas do trauma. Por isto a assistência de enfermagem deve ser contínua e que vá além dos cuidados em si, como exame físico geral, monitorização de dados vitais, administração de medicamentos prescritos, promoção de conforto e cuidados com o membro residual, outro fator que deve ser levado em conta é a comunicação entre a equipe e o paciente, pois possibilita maior sucesso do tratamento.

Fez-se a indagação aos profissionais de como é realizado o curativo da ferida operatória do paciente vítima deste tipo de trauma.

> *Deverá ser estéril, pois o risco de desenvolver osteomielite é muito grande. Lavar com solução degermante caso a ferida for fechada, soro fisiológico, secar bem, usar gaze estéril como cobertura. Deve-se manter o local seco e livre de umidade. (Entrevistado 1)*
>
> *Manter ocluído, utilizar apenas PVPI tópico nos locais de pontos de sutura, manter curativo seco. (Entrevistado 2)*
>
> *O curativo será de acordo com a prescrição médica e evolução da ferida operatória. (Entrevistado 3)*
>
> *O curativo é realizado com técnica asséptica, conforme a prescrição do médico responsável pelo paciente. (Entrevistado 4)*
>
> *Lavar com soro fisiológico, fazer cobertura com gaze estéril e finalizar com atadura de crepom. (Entrevistado 5)*
>
> *Limpeza e oclusão da ferida cirúrgica, com a finalidade de promover a limpeza da ferida, prevenir infecção, aliviar a dor, promover proteção contra traumas mecânicos, oferecer imobilização e sustentação à ferida. (Entrevistado 6)*
>
> *Primeiro orientar o paciente o que será feito durante o curativo. Lavar com soro fisiológico, não se usa pomada, porque no local dos pontos pode gerar infecção e pode haver deiscência de sutura, após a lavagem secar bem, com gaze estéril e sempre fazer antissepsia da forma e técnica correta. Orientar sempre o paciente. (Entrevistado 7)*
>
> *Se estiver sem sinais de infecção, basta somente lavar com PVPI degermante ou clorexidina e soro fisiológico. Enquanto estiver com pontos manter o curativo seco, sem passar pomadas, após retirada dos pontos se necessário pode colocar pomada, dependendo do estado da ferida. (Entrevistado 8)*
>
> *O coto deve ser protegido após a amputação. Fazer a antissepsia do local, cobrir com faixa, começando pelo local mais distante do coto e terminando*

> *em cima do coto. Não apertar muito para não comprometer a circulação sanguínea. (Entrevistado 9)*
>
> *É retirado todo material que está em uso, lavado o coto com bastante soro fisiológico 0,9%, observar sinais flogísticos, os fios de sutura, sinais de hemorragia e após fechar novamente com gazes e faixa. (Entrevistado 10)*

Percebe-se que existem semelhanças nos relatos de como é realizado o curativo da ferida operatória do paciente vítima de amputações de membros inferiores por acidente de trabalho. Afirmam que se utiliza de técnica estéril, afim de, evitar complicações e que o mesmo deve ser lavado com solução fisiológica, mantido seco, ocluído conforme prescrição médica, onde foi dado relevância pelos entrevistados que é interessante que a mesma seja sempre seguida à risca.

> O membro residual deve ser manuseado de modo suave. Sempre que o curativo é trocado, é necessária a técnica asséptica para evitar a infecção da ferida e possível osteomielite. A modelagem do membro residual é importante para a adaptação da prótese. A enfermeira instrui o paciente e a família a enfaixar o membro residual com curativos elásticos. Depois que a incisão está curada, a enfermeira ensina o paciente a cuidar do membro residual. (SMELTZER; BARE, 2005, p.2227).

Em conformidade com a fala do autor, constata-se que é essencial monitorar a incisão, curativo e drenagem caso indique infecção ou outra intercorrência. O curativo deve ser inspecionado quando for realizar a troca, estando atento a sangramentos, sinais flogísticos, edema e qualquer manifestação que fuja do padrão, deve ser realizado de forma estéril, mantido sempre seco para que não tenha possibilidade de ocorrer deiscência de sutura e para acelerar o processo de cicatrização. O membro residual deve ser modelado de forma cônica para facilitar à adaptação a prótese, caso o paciente tenha esse desejo. Todos os cuidados devem ser desempenhados conforme prescrição médica descrita no prontuário da vítima do trauma.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a análise dos dados coletados é nítido a relevância da participação da equipe de enfermagem nas fases pré-operatória, intraoperatória e pós-operatória. Um bom plano assistencial é traçado e colocado em prática, sempre levando em consideração a recuperação plena da vítima. É evidenciado que existe a necessidade de interação e comunicação clara e

efetiva entre a equipe multidisciplinar, afim de, se obterem bons resultados. Este conjunto de cuidados será fundamental para que ocorra uma adequada cicatrização, sem existência de complicações principalmente infecciosa que é a de maior incidência, contribuindo para a formação de um membro residual funcional, indolor e que tolere pressão, possibilitando uso de prótese.

As causas que levam a amputação seja ela parcial ou total de um membro são diversas e se apresentam mais acentuadamente em determinadas faixas etárias. Este tipo de trauma tem indicadores mais elevados em pessoas do sexo masculino. As doenças vasculares crônicas, como a exemplo do diabetes, ainda continuam sendo as principais causas de amputações de membros inferiores em idosos com idade superior a 60 anos, principalmente de pododáctilos. Já as causas trabalhistas que são o foco desta pesquisa têm uma incidência elevada em jovens de 20 a 30 anos que habitam os grandes centros urbanos, como pôde ser confirmado nas fontes de pesquisas bibliográficas e na pesquisa documental. Porém no campo onde a pesquisa se desenvolve o índice amputativo por causas trabalhistas é pequeno, em decorrência do crescimento populacional lento, baixa intensidade de circulação de veículos e pelas áreas de emprego em oferta que não oferecem tantos agentes causadores de traumas.

A enfermagem precisa sempre estar se capacitando para lidar com situações que causam um misto de sentimentos a vítima e ao próprio profissional e que muitas vezes são demasiadamente complexas. É fundamental criar estratégias que insiram a vítima de amputação a participar de forma ativa do tratamento, buscando saber o que ela expressa sobre a situação vivenciada, quais suas perspectivas em relação às intervenções que estão sendo realizadas e estar atenta não apenas à perda física ou à mudança da imagem corporal. A autoestima, a aceitação da nova imagem é difícil e por vezes dolorosas. Desse modo é necessário olhar o paciente como o todo em suas particularidades, promovendo uma assistência de qualidade.

V. REFERÊNCIAS

BOCCOLINI, F. **Reabilitação:** Amputados, amputações, próteses. 2.ed. São Paulo, SP: Robe, 2000.

CARVALHO, J. A. **Amputações de membros inferiores.** 2.ed. Barueri SP: Manole, 2003.

CHINI, Gislaine Cristina de Oliveira; BOEMER, Magali Roseira. **A amputação na percepção de quem a vivencia:** Um estudo sob a ótica fenomenológica. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 28 de mar. 2017.

COMARÚ, Marlúda N.; CAMARGO, Celina de Arruda. **Pacientes com amputação de membros inferiores. Problema de Enfermagem.** Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/reben/v27n2/0034-7167-reben-27-02-0164.pdf>. Acesso em: 10 de set. de 2017

GABARRA, Letícia Macedo; CREPALDI, Maria Aparecida. **Aspectos psicológicos da cirurgia de amputação.** Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>. Acesso em: 28 de mar. 2017.

GOLDENZWAIG, Nelma Rodrigues Soares Choiet. **Manual de Enfermagem Médico Cirúrgica**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2004.

LIANZA, Sergio. **Medicina de Reabilitação**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

MAGRI, Antonio. **Guia Trabalhista**, Lei Nº 8.213, De 24 De Julho De 1991. <http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/lei8213.htm>. Acesso em: 17 de jun. de 2017.

NETTINA, Sandra M. **Brunner Prática de Enfermagem**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

PATRICIO, Zuleica Maria. **Introdução à prática de pesquisa socioambiental**. Curso de Especialização em Gestão de Recursos Hídricos. Florianópolis: UFSC/UFAL/FUNIBER, 2005.

SANTOS, Leonardo Fernandes dos; Et.al. **Perfil das amputações de membros inferiores de pacientes cadastrados na Associação de Deficientes Físicos de Apucarana**.<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/1327>. Acesso em: 22 de abr. 2017.

SENEFONTE, Flavio Renato de Almeida. Et.al. **Amputação primária no trauma:** perfil de um hospital da região centro-oeste do Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 28 de mar. 2017.

SMELTZER, Suzanne C.; BARE, Brenda G. **Brunner e Suddart:** Tratado de Enfermagem Médico Cirúrgica. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A CURA PELO AFETO NO OLHAR DA ENFERMAGEM: COMO A AFETIVIDADE INFLUENCIA NA PROMOÇÃO DE MELHORA E CURA EM PACIENTES COM INTERNAÇÃO NA CLÍNICA MÉDICA

Lilian Vieira dos Santos Silva*
Patrícia Helena da Silva**
Michelle Barra Caixeta Leão***

Resumo: O presente estudo expõe quão valiosos são os mediadores de cura através de Afeto, cognição, toque e atendimento humanizado. Tal pesquisa desperta um olhar diferenciado para a atuação do profissional no âmbito hospitalar, mais objetivamente na clínica médica, setor de maior permanência de internação da unidade de saúde, trazendo uma nova percepção de pacientes, familiares, e equipe de enfermagem. A metodologia utilizada foi a qualitativa pautada em Patrício (2005) onde expõe que o cuidado deve ser um processo contínuo dos indivíduos, possui abrangências humanísticas, éticas, sociais, culturais, espirituais, que estreitam o elo e fulmina em uma ajuda mútua, para a eficiência e desenvolvimento do enfermeiro e do ser cuidado. Foram coletadas 10 (dez) entrevistas com a equipe de enfermagem do exposto hospital, com propósito de avaliar e observar as abordagens dos profissionais para com os hóspedes da clínica. A reflexão sobre a afetividade associada aos procedimentos padronizados da unidade de saúde demonstra que os profissionais de saúde têm uma valiosa ferramenta em seu alcance que por inúmeras vezes não é utilizada, e que traz para o cliente um atendimento digno, com sentimento de confiabilidade e uma integração entre todos os envolvidos no processo de doença-saúde.

Palavras-chave: Afetividade. Cura. Holístico. Atendimento Humanizado

Abstract: The present study shows how valuable the mediators of healing through affection, cognition, touch and humanized care. This research awakens a differentiated view for the professional's performance in the hospital, more objectively in the medical clinic, a longer stay in the health unit, bringing a new perception of patients, relatives, and nursing staff. The methodology will be qualitative based on Patrício (2005), where he explains that care must be

*Graduada do curso de Enfermagem pela FCJP - Faculdade Cidade João Pinheiro – João Pinheiro MG, Currículo Lattes http://lattes.cnpq.br/2336435507757052 lilianvieira.seguros@gmail.com

** Enfermeira graduada pela Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP. Pós-Graduada em Urgência, Emergência e Trauma pela PUC Minas. Especializada pelo Estado de Minas Gerais em Assistência Perinatal e Cuidados na Assistência a vítimas de Acidentes com materiais biológicos. Docente na Faculdade Cidade de João Pinheiro, em Minas Gerais. Foi Enfermeira Assistencial no Pronto atendimento e posteriormente assumiu a Responsabilidade Técnica de Enfermagem no Hospital Municipal Antônio Carneiro Valadares, em João Pinheiro - MG.

*** Enfermeira graduada pela Faculdade Talentos Humanos - FACTHUS, Uberaba. Enfermeira Assistencial do Abrigo Sant'ana (SSVP). Especialista em UTI Geral, Urgência e Emergência e Enfermagem do Trabalho pela Faculdade do Vale Itajaí Mirim – FAVIM, Uberaba. Professora Orientadora da Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP. E-mail: michelly_barra@hotmail.com.

a continuous process of individuals, has humanistic, ethical, social, cultural, spiritual, that narrow the link and fulminous in a mutual aid, for the efficiency and development of the nurse and of being cared for. Ten (10) interviews were collected with the nursing team of the exposed hospital, with the purpose of evaluating and observing the professionals' approaches to the clinic's guests. The reflection on the affectivity associated to the standardized procedures of the health unit demonstrates that health professionals have a valuable tool in their reach that is not used for many times and that brings to the client a dignified service, with a sense of reliability and a integration among all those involved in the disease-health process.

Keywords: Affectivity. Cure. Holistic. Humanized Service

INTRODUÇÃO

A afetividade é um estado psicológico que tendência direta ou indiretamente pelo; meio, convívio interpessoal, ambiente familiar, profissional e social, e que pode ser modificado de acordo com as situações impostas. Nesse aspecto, Piaget (1988) defende que este estado psicológico influência diretamente no comportamento e no desenvolvimento afetivo dos indivíduos, assim como o desenvolvimento cognitivo. A afetividade sempre está interligada a todos os momentos vividos por cada ser o que reflete diametralmente em sentimentos, valores, estímulos, escolhas, emoções, estado de tranquilidade, saúde, ou seja, em todos os campos emocionais e físicos da vida. Associada diretamente ao sentimento de emoção, a afetividade consegue abranger e determinar o modo com que as pessoas sentem o mundo e também como se manifesta diante do seu cotidiano, principalmente em relações interpessoais.

Cada momento de vivência de uma pessoa acomete recordações e experiências que lhes remetem um sentimento de alegria, tristeza ou apatia que carregam consigo por toda a sua história. Sendo assim, a presença ou ausência do afeto culminará a forma com que um indivíduo se desenvolve e reage diante de cada circunstância. Este estado também determina a autoestima das pessoas a partir da infância, pois quando uma criança recebe afeto dos outros consegue crescer e desenvolver com segurança e determinação. A afetividade é de extrema importância para a saúde mental e física de todos os seres humanos por influenciar num todo, e determina o comportamento e o desenvolvimento cognitivo.

De acordo com Henri Wallon;

> O espaço não é primitivamente uma ordem entre as coisas, é antes uma qualidade das coisas em relação a nós próprios, e nessa relação é grande o papel da afetividade, da pertença, do aproximar ou do evitar, da proximidade ou do afastamento. (WALLON 1979, p. 209)

Existem alguns transtornos que ocorrem devido ao pouco recebimento ou completa ausência de afeto, tais como depressão, fobias, ansiedade e bipolaridade. Geralmente pessoas com recordações e experiências negativas ou tristes se tornam insensíveis para com os outros, podem limitar-se no estado de afetividade em sua vida ou se tornam ausentes de emoção. Quando uma pessoa não consegue excluir a afetividade de sua vida podem também tornar-se incontinentes emocionais. A incontinência emocional é uma alteração da afetividade onde a pessoa não consegue se dominar emocionalmente.

O paciente doente e principalmente em processo de internação hospitalar pode vivenciar inúmeras experiências dolorosas e desagradáveis, além de submeter-se a um rompimento brusco em sua rotina. Este afastamento sócio afetivo poderá suscitar aos clientes reações como mudanças comportamentais, agressividade, revolta, depressão, insegurança, medo, culpa, rejeição afetiva, ou dependência. (ELSEN & PATRICIO, 1989)

Independente da razão patológica no qual uma pessoa é hospitalizada na clínica médica, este período de hospedagem será para ela uma experiência de medo, incertezas e apreensão, e em suma tal condição os deixam muito vulneráveis. A mudança da rotina pré-patológica, o afastamento das pessoas de seu convívio, e a permanência em ambiente desconhecido, cheio de incertezas e pelo momento marcado por novas rotinas terapêuticas, assim como a interrupção dos projetos de vida caracteriza a hospitalização como uma situação ameaçadora e geradora de ansiedade. A equipe de enfermagem se torna um elo entre o paciente, a doença e a cura almejada por ele. Os clientes de uma unidade de Clínica médica hospitalar depositam a confiança de que o tratamento recebido será o mediador entre o processo doença-saúde, contudo a forma de recepção de cada indivíduo pode estreitar relações de confiança e esperança trazida pelas mãos do profissional.

Todo profissional deve ter a consciência de que a rotina hospitalar não pode trazer um sentimento de normalidade em ver diversas patologias diariamente, o que de certa maneira é avaliado como frieza e insensibilidade. O enfermeiro deverá individualizar cada cliente, trazendo para o atendimento o olhar holístico e tendo a consciência de que o que é rotineiro a ele, para o paciente são fatos individuais e muitas vezes vivenciados pela primeira vez. Contudo é importante que o Enfermeiro tenha sobriedade para que não traga para si os fardos

de seus pacientes. É imprescindível que a ética esteja sempre em evidência em todas as situações vivenciadas pelo profissional, além do preparo emocional e técnico da área, conhecimento razoável de patologias, seu tratamento, evolução e intercorrências, podendo assim ser um canal de comunicação entre a equipe, o paciente e a família e/ou responsáveis, evitando que a falta ou a inadequação das informações possam gerar ainda mais ansiedade (PALOTTI & RIBEIRO, 2008).

A afetividade no convívio hospitalar terá o objetivo de trazer a pacientes, familiares e/ou responsáveis e membros da equipe multidisciplinar a possibilidade de encarar atendimentos nas mais diversas patologias, promovendo esperança de uma cura breve e amenizando o sofrimento causado pela doença e suas repercussões, assim como contribuir para uma melhora na qualidade de vida, sem que isso dependa exclusivamente de seu prognóstico.

Patrício (1990) expõe que o cuidado deve ser um processo contínuo dos indivíduos, possui abrangências humanísticas, éticas, sociais, culturais, espirituais, que estreitam o elo e fulmina em uma ajuda mútua, para a eficiência e progresso do enfermeiro e do ser cuidado. O cuidar exige habilidade e desenvolvimento pessoal, social, espiritual e moral. O resultado desse acompanhamento pode ser verificado pela melhor adesão ao tratamento proposto, repercutindo assim numa recuperação mais rápida, menor tempo de permanência no hospital, menor utilização de serviços hospitalares e por consequência, redução de custos com assistência médica, entre outros (BOTEGA & SMAIA, 2002).

Minha avaliação sobre a escolha do tema, foi referenciada por situações vivenciadas em todas as óticas hospitalares no qual me submeti, sendo como Paciente, Acompanhante, Acadêmica de Enfermagem em estágios e visitas assistidas, e também como voluntária sobre um trabalho social ao qual faço parte que é desenvolvido pelo Grupo JP Consciente, mais precisamente pelo JP Alegria que atua na distribuição de carinho e afeto aos pacientes de diversos centros de internações, sendo provisórias ou não, onde o retorno dos pacientes e familiares é bastante positivo, evidenciando que tais ações influenciam diretamente no processo de melhora do adoecido.

Diante de uma variedade de temas direcionados à enfermagem, o Afeto me despertou uma necessidade exploratória e divulgatória para que se tenha a consciência de que tais atos de cuidado e amor podem mudar ou auxiliar na melhoria da condição patológica do indivíduo. Foi escolhido um hospital Municipal, mais precisamente a Clínica Médica como solo de pesquisas e desenvolvimentos das práticas trabalhadas neste contexto. O referido Hospital

está localizado no município de João Pinheiro, cidade do Noroeste Mineiro, que está a 401,3 km via BR-040 da Cidade de Belo Horizonte e 338 km da Capital Nacional Brasília. Sua população estimada é de 48.472 habitantes (IBGE, 2016).

A intenção social da pesquisa é minimizar o tempo de internações na clinica médica, e exaltar as práticas de conduta afetiva no meio hospitalar como mediador de cura aos pacientes. Segundo as linhas de pesquisa remete-se a tais questionamentos: Como o profissional pode quebrar os paradigmas de que a Enfermagem é uma área onde atua em sua maioria, de maneira silenciosa e individualizada? De que maneira a equipe de Enfermagem traçará estratégias e mudanças de atitudes, levando a afetividade para as práticas e o meio hospitalar? Que mecanismos podem ser utilizados pelo Enfermeiro neste ambiente sem que comprometa a rotina e funcionamento da unidade? Porque a afetividade reflete em um processo de melhora e cura dos Pacientes internados na Clínica Médica? Quais dificuldades os profissionais enfrentam para colocar em prática o contato cognitivo e a afetividade com seus pacientes?

O objetivo geral deste trabalho tem por finalidade promover dentro da Clínica médica hospitalar ações envolvendo o contato pessoal-afetivo dos enfermeiros para com os pacientes internados neste ambiente, trazendo evolução na recuperação do quadro clínico e patológico do adoecido, mostrando que gestos de afetividade associados ao tratamento prescrito podem evoluir para uma melhora e/ou cura mais rápida e eficaz.

Por sua vez os objetivos específicos são:

- Avaliar se o profissional que atua na clínica médica utiliza de algum método cientifico ou empírico para auxiliar no processo de cura do paciente hospitalizado
- Estimular o profissional a desenvolver métodos que não comprometam o andamento da unidade, com a finalidade de estreitar o contato com o paciente e promover situações que venham auxiliar no tratamento do paciente internado.
- Avaliar a receptividade por parte dos pacientes em ações de afeto desenvolvidas pelo enfermeiro no contato durante o período de internação.
- Comparar pacientes que receberam cuidados afetivos e contato interpessoal, aos que tiveram exclusivamente o atendimento de protocolo, e fazer um apanhado geral sobre a evolução de ambos.
- Avaliar as principais barreiras encontradas pelo profissional para colocar em prática a “Cura pelo Afeto”, buscar mediadores para a solução dos conflitos.

A Enfermagem na maioria das vezes tem como perfil o cuidado de maneira mais silenciosa, onde evidencie a serenidade e observação do profissional, agindo até por vezes de maneira individualizada. Tal condição pode identificar um perfil introvertido que, diretamente dificulta a aceitação dos tratamentos ofertados aos clientes. Muitos enfermeiros atualmente têm se despertado a cuidados mais humanizados e cognitivos, sendo que deste modo estreitará um contato com mais aceitação e confiança do paciente. Para isto o profissional deve ter um poder de comunicação e interação, buscando identificar meios que o aproxime do paciente e acompanhante do hospitalizado.

O Ministério da Saúde criou o PNH – Politica Nacional de Humanização, que incentiva a comunicação entre os gestores, usuários e trabalhadores para desenvolver mecanismos coletivos de enfrentamento e relações de poder, trabalho e afeto, em que sua ausência muitas vezes produz atitudes e práticas desumanizadoras que dificultam a autonomia e a corresponsabilidade dos profissionais de saúde em seu trabalho e a aceitação dos usuários no cuidado recebido. Esta tem sido uma das principais ferramentas para o cuidado de qualidade em unidades de Saúde, se seguida como o roteiro esta cartilha remete resultados satisfatórios na promoção de cura através de afeto e cuidados humanizados. O profissional, contudo, deve também analisar e identificar métodos pessoais não invasivos para que o auxilie no vínculo entre o enfermo.

Com sutileza e simplicidade o enfermeiro pode buscar mediadores para promoção de saúde utilizando gestos de afeto com seu paciente. Seja através de um toque, diálogo, uma oportunidade de integração por algum objeto trazido de casa, ou uma preferência por algo evidenciado ou exposto, então até mesmo de maneira didática com cartazes espalhados ou panfletos distribuídos aos pacientes. O afeto tem o poder de auxiliar não somente em patologias diretamente ligadas ao lado emocional ou psicológico. Nossa mente conduz estímulos que produzem hormônios e anticorpos que são fundamentais na vida de qualquer indivíduo. Quando o paciente está na clínica médica sabe-se que, é para uma analise mais apurada de sua patologia. O enfermo espera ao adentrar em uma Unidade de Saúde que seja brevemente atendido, liberado para casa, e que tenha uma rápida resolução de sua queixa, contudo algumas circunstâncias merecem uma maior atenção. O afeto dedicado ao paciente intervém de maneira direta na busca da confiança e promove a aceitação do tratamento, que é um dos mediadores para a alta hospitalar.

Infelizmente o profissional de Enfermagem encontra inúmeras barreiras que o impede de exercer com excelência o tratamento humanizado e diferenciado ao seu cliente. Dentre os

fatores temos a demanda de pacientes e a escassez de profissionais que é notória principalmente em hospitais do SUS – Sistema Único de Saúde, o que se torna um empecilho para que o atendimento seja devidamente dispensado. Temos também as funções que o enfermeiro exerce, onde não é exclusivamente do Cuidado direto ao paciente, mas também integrada à parte de Gestão, que se faz necessária, contudo requer tempo dispensado e concentração, pois cada protocolo registra na íntegra tudo que acontece na Unidade. Outro fator é a desconfiança no qual o paciente já entra na unidade, que por vezes é ocasionada diante de atendimentos desumanizados recebidos em outras ocasiões. Não menos importante temos o meio sociocultural de cada cidadão que em suma não está habituado com tal contato de aproximação de "desconhecidos".

Foi escolhido um hospital Municipal, mais precisamente a Clínica Médica como solo de pesquisas e desenvolvimentos das práticas trabalhadas neste contexto. A metodologia será qualitativa pautada em Patrício (2005) que expõe que o cuidado deve ser um processo contínuo dos indivíduos, possui abrangências humanísticas, éticas, sociais, culturais, espirituais, que estreitam o elo e fulmina em uma ajuda mútua, para a eficiência e desenvolvimento do enfermeiro e do ser cuidado. Foram coletadas 10 (dez) entrevistas com a equipe de enfermagem do exposto hospital, com propósito de qualificar e observar as abordagens dos profissionais para com os hóspedes da unidade.

I. Do afeto ao cuidado em sua origem histórica

Em todo mundo o ***Afeto*** em tese tem o mesmo significado; disposição de alguém a alguma coisa, impulso do ânimo, manifestação ou contato, sentimento, amor, amizade, simpatia. Sua origem vem do latim. *affēctus, a um* afetado, cheio, tomado de, comovido, afetado de vários modos; e, o ***Cuidado*** que, em inglês tem seu significado preocupação, consideração, interesse, afeição, importar-se, gostar, proteger, em português significa atenção, cautela, zelo, responsabilidade, preocupação. Em resumo o verbo cuidar integra conotação de atenção. Em sentido religioso ou místico o cuidado ao próximo caracteriza-se por prestar ajuda ser caridoso, ou até, oferecer apoio físico e espiritual. Inicialmente, após Cristo era prestado aos pobres e aos doentes, oferecido pelas pessoas que se dispunham a cuidar em sentido de fortalecer sua fé e adquirir salvação para sua alma. O **Holismo** (de *holos* = todo) abrange a ideia de conjunto, numa totalidade, não engloba apenas a esfera física, mas entende-se também o espírito e meio.

Uma importante consideração a ser evidenciada neste estudo é de que são poucas as teorizações do ato de cuidar. Neste contexto a enfermagem tem se destacado como uma das únicas áreas fora a filosofia a se dedicar de forma mais intensa e ampla na investigação e discussão sobre o cuidado. Se buscarmos a origem do cuidar ela vem desde a gênese, é uma característica humana. Mesmo entre os animais notamos instintos cuidadores, tanto na higiene, em seu comportamento descendente, no sentido de posse, até em sua busca por alimentação e cura de enfermidades. Já o ser humano também induz formas de desenvolver-se através de expressões diferenciadas e até sofisticadas de cuidado.

As mulheres foram os primeiros seres a praticar a medicina, não somente por serem parturientes, ou cuidadoras de filhos e seus homens, mas por sua conexão ao solo que acontecia através da agricultura, experiência tal que motivou conhecimento de plantas, frutos, raízes, e sementes, e capacitando habilidades na arte de cura.

Na Alemanha no século XIX, foi onde se iniciou um movimento para recuperar práticas de enfermagem. E veio de lá a inspiração fundadora da Enfermagem Moderna Florence Nightingale, que fez um estágio no país e implementou uma reforma de cuidados nos hospitais da Inglaterra. Em 1860 Florence abriu sua escola de enfermagem, que serviu de referência em vários países do mundo. O modelo nightingaleano enfatiza as práticas religiosas e principalmente expressões de cuidado afetivo associados às práticas específicas de enfermagem e de tratamento e cura da medicina. Ainda hoje muitas influências de Florence Nightingale estão presentes nos métodos de trabalho e ensino de profissionais de enfermagem, o que auxilia no perfil dualista da enfermagem: organização, disciplina, autoritarismo por um lado; e obediência, docilidade e servilismo por outro.

Entre outras características citadas em diversos trabalhos da literatura de enfermagem, contudo estudos recentes apontam problemas evidenciados em estudantes de enfermagem no processo de formação e na condução da prática no campo de atuação do profissional. (GASTALDO & MEYER 1989). Waldon (2010) conclui que existe uma idolatria indutiva para que a técnica seja exclusiva em atendimentos de enfermagem tornando assim a enfermagem eficiente, porém menos afetiva, deste modo o cuidado técnico prevalece ao cuidado humanizado, de maneira que não aconteça nem mesmo um equilíbrio de ambos. As atividades relativas a tratamento técnico deixaram o cuidado “humano” menos visível.

Temos importantes autores no âmbito da Saúde na Psicologia como; Jean Piaget, Lev S. Vygotsky e Henry Wallon, que focam de maneira direcionada seus fundamentos com argumentação teórica que abrange não somente áreas da saúde bem como educação e cultura.

Ambos apresentam, concepções sobre a afetividade como fundamento e desenvolvimento do indivíduo, e, principalmente exploram este sentido como essencial para que a integridade e lucidez sejam preservadas.

O afeto traz definições abrangentes, contudo singularizam em um mesmo contexto de relações humanas, que definido por Sawaia (1999) com a singela comparação as cores que saem da escuridão e atraí alegria como a tonalidade, e a cor emocional que define a existência do ser humano, e compreende emoções e sentimentos. Existe uma variedade de explicações para afetividade. Emoções e sentimentos têm sido estudados formas abrangentes, em circunstancias aceitos e em outros casos rejeitados como item na produção do conhecimento científico. Conforme a cultura ocidental, a emoção é distinta da razão, pode ser até evidenciada como atraso e atrapalha o homem a pensar com sensatez e de forma imparcial.

Discordantes de tal concepção, temos inúmeros autores, Bomfim e Pinheiro (2005), Espinosa (1996), Vygotsky (1991) que categoricamente afirmam que com a emoção existe um elo do homem com a realidade. Estes estudiosos comungam da ideia de que o indivíduo mesmo que emocionalmente mobilizado apodera-se da realidade.

Damásio (1998) defende que emoções e sentimentos são mediadores dos processos racionais e não racionais ligados à biologia terrestre e humana sem qualifica-lo como um todo único ou menosprezá-lo. Lane (1994) influi que quando o ser humano apodera-se de afetividade mantém de forma solidificada aos relacionamentos duradouros. Atraí a consciência que possa espalhar afeto pelo mundo e diz que somos instrumentos da afetividade.

Vygotsky (1991, p.52) diz:

> Todas as funções psicológicas superiores estão inter-relacionadas, o sentimento, o pensamento e a vontade. Não existe um pensamento sem sentimento ou vice-versa. Há uma interconexão funcional permanente na consciência, pela qual os sentimentos, quando conscientes, são atravessados pelos pensamentos, e os pensamentos são permeados pelos sentimentos. O movimento processual do pensamento, dos sentimentos e da vontade é orientado por estes últimos. Constitui-se um produto das relações sociais e uma atividade psicológica construtiva, no mecanismo de potencialização e de realização da condição do ser humano.

Segundo Waldow (2010) o cuidar institui como uma prática que vai muito além de simplesmente técnicas de enfermagem protocoladas, é uma fonte de sentimentos, afeto e sensibilidade. O real cuidar dedicado pelos enfermeiros corresponde em atender às

necessidades agindo responsavelmente e promovendo ações que restauram e potencializam o sentimento do cuidado. Nestas interações os pacientes não somente são tratados como também estimulados a promover o seu autocuidado de maneira que ele possa enfrentar a incapacidade física e/ou emocional, além da vulnerabilidade do indivíduo com a patologia. O papel do enfermeiro é encorajar e orientar a busca continuada da cura. A enfermagem agirá assim com ética ao se caracterizar num todo como em sua prática de cuidados.

Observa-se forte orientação para que se predomine no Brasil o lado técnico, mesmo em meio às dificuldades da atuação de enfermagem o país serve de referência mundial, apesar de baixos salários, falta de reconhecimento e representação política ineficiente. Uma característica marcante da enfermagem no Brasil é relativa ao afastamento gradativo dos enfermeiros no atendimento direto ao paciente, pois de acordo com a formação universitária um perfil de liderança a equipe de enfermagem, na organização e planejamento das tarefas, domínio da equipe, controle de custos e gastos, de forma a tornar o serviço mais voltado chefia. O contato direto tem sido função das demais categorias de enfermagem tais como, técnicos e auxiliares de enfermagem o que afasta e restringe ao enfermeiro às práticas relativas ao cuidado e que promovam de fato com afeto. Fundamental neste âmbito apontar que isso contribuiu ainda mais para a desvalorização do cuidado de enfermagem no Brasil, que, por um durável tempo foi predominante por atendentes de enfermagem, categoria não profissional, sem graduação e por vezes despreparada. (WALDOW 2010).

Nos centros educacionais aprende-se bastante acerca da técnica de enfermagem, de princípios de administração e clínica patológica, chamados de “Cuidados de enfermagem”, que são executados por auxiliares, técnicos e enfermeiros, evidenciando cada vez mais um protocolo seguido. No que tange a este relato os livros *Fundamentos de enfermagem* e os *Manuais de técnicas de enfermagem* eram verdadeiras Bíblias para os estudantes, levando a uma prática de habilidade manual, capacidade de memorização das técnicas que se tornam fundamentais. O objetivo da enfermagem “não estava centrado no cuidado ao paciente, mas na maneira de ser executada a tarefa” (ALMEIDA, 1997).

Por volta de 1950, temos o reflexo da introdução pelos “princípios científicos” na enfermagem, fator que foi mais abordado para todas as ações efetuadas pela classe. Era dada ênfase em aspectos biológicos e psicossociais, contudo era evidenciado que a anatomia e fisiologia eram bem mais cobradas, seguidas por microbiologia, física e química. Já em contrapartida os reflexos comportamentais, psicológicos e sociais eram mais vagos, porque não haveria um protocolo a seguir sendo que variavam de indivíduo a individuo. Ou seja,

havia um atendimento padronizado para todos os pacientes. Ainda nesta década surge o cuidado de enfermagem num olhar holístico que evidencia o atendimento num todo, analisando cada particularidade. Neste contexto Horta (1979) explica que a interação enfermeiro-paciente depende deste conjunto sistemático de percepção. Voltado a cada situação, a cada particularidade de anormalidade, e que o indivíduo deve alinhar-se ao ambiente, e em face das atuais condições pela atual condição submetida, cuja capacidade está intimamente relacionada às informações que ele recebe.

Com a teoria holística, a enfermagem se caracterizou com o objetivo intensamente humanizado. Brunner e Suddarth (2005) evidenciam que tal tratamento se busca o equilíbrio e integração no uso da medicina sendo de alto teor de complexidade e tecnologia e possui a influência da mente e do espírito sobre a mediação da cura. A conduta holística na saúde visa integrar as condutas tradicionalmente distintas à mente e ao corpo. Fatores como o ambiente físico, estado emocional, relações interpessoais, condições socioeconômicas e socioculturais, funcionam como sistemas de apoio podem auxiliar, em conjunto ou separadamente na promoção à saúde e possibilita o desenvolvimento do plano de cuidados de enfermagem.

Nas décadas de 1960 e 1970 existe um despertar em todo mundo por lideranças de enfermagem que buscam um atendimento mais humanizado, é a fase denominada “teorias de enfermagem”. Neste momento a enfermagem busca sua identidade como ciência. Dentre estas destaco a teoria defendida por fundamentos e princípios de Wanda Horta que reporta à teoria da motivação humana de Maslow. Horta(1979) também buscava o equilíbrio quando analisado holisticamente. Tal teoria tem por objetivo assistir o ser humano no atendimento de suas necessidades básicas, torná-lo independente desta assistência, quando possível incentivar o autocuidado, sempre com a mediação de toda equipe, e família.

A conclusão da revisão será por Horta (1979 p.27) que retrata:

> A enfermagem como parte integrante da equipe de saúde implementa estados de equilíbrio, previne estados de desequilíbrio e reverte desequilíbrios em equilíbrio pela assistência ao ser humano no atendimento de suas necessidades básicas: procura sempre reconduzi-lo à situação de equilíbrio dinâmico no tempo e no espaço.

Tal trecho demonstra o importante papel da equipe de Enfermagem para manter o equilíbrio na assistência ao paciente, e a integração de todos os envolvidos no processo de melhora e cura do paciente acometido pela doença, analisando suas necessidades básicas e harmonizando com a condição de saúde do mesmo, evitando fatores que possam

desequilibrar seu estado de saúde e psicológico. Observando individualmente a necessidade de cada paciente, respeitando o tempo e disposição de recursos da unidade.

II. ANÁLISE DE DADOS - PERFIL SOCIAL

A pesquisa de campo foi realizada em meados de outubro de 2017, nas dependências da unidade hospitalar, com depoimentos de 10 (dez) profissionais da equipe de enfermagem no plantão noturno. Por já fazer visitas voluntárias no âmbito da repartição com os palhacinhos do JP Alegria, grupo envolto do JP Consciente assim que expus o tema a ser abordado ao questionário, tive excelente recepção e, os funcionários reforçaram a necessidade de capacitação para um atendimento mais eficiente aos clientes. Vale ressaltar que a pesquisa de campo é por demais enriquecedora, não somente no que concerne ao trabalho investigativo, contudo para crescimento pessoal e intelectual. Com base no questionário chegamos aos seguintes dados:

1- Sexo dos entrevistados:

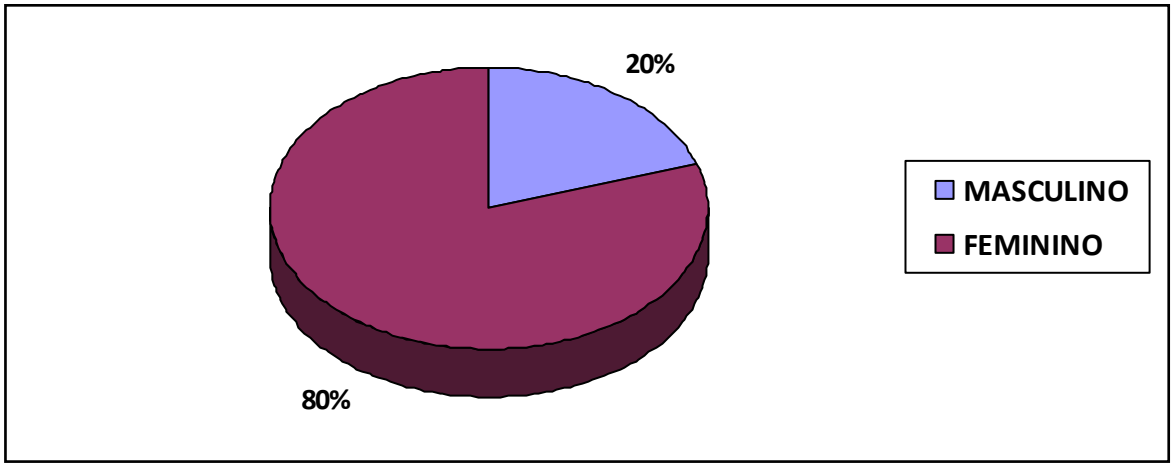


Gráfico 1: Sexo dos entrevistados
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Retrata o gênero dos Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem entrevistados, sendo que foram distribuídos 10 questionários, e todos foram respondidos pela equipe de enfermagem do Hospital sede da pesquisa. Como fora representado graficamente acima. Nota-se ainda que, existe uma maior quantidade de profissionais de Enfermagem do sexo Feminino, sendo 80% dos entrevistados mulheres, e 20% homens, fator este que historicamente sempre foi

evidenciado nas literaturas. A enfermagem é uma atividade que sempre foi vista como relacionada ao sexo feminino, antigamente eram as freiras em conventos que dominavam as práticas de enfermagem, e viam o cuidado ao próximo como vocação ou um chamado de Deus para servir ao próximo

Segundo Lopes (1992, p.34),:

> São as mulheres (...) que ensinam e são responsáveis em casa pelas práticas saudáveis: higiene pessoal e ambiental e ainda a tutela de saúde de todos os membros da família. Crianças, velhos e doentes são personagens do cotidiano das mulheres.

Associando aos cuidados diretamente relacionados ao gênero, identificamos que tais práticas adjuntas ao fazer/saber da Enfermagem, está vinculado na maioria dos casos às mulheres. Todavia os homens estão aos poucos buscando seu espaço na área da saúde, mais especificamente citado na equipe de enfermagem. Tal fator é fundamental para que exista uma distinção de gênero na classe. Em todas as profissões é fundamental que exista uma diversificação de sexos, para que não se restrinja ao atendimento.

2- Idade dos entrevistados:

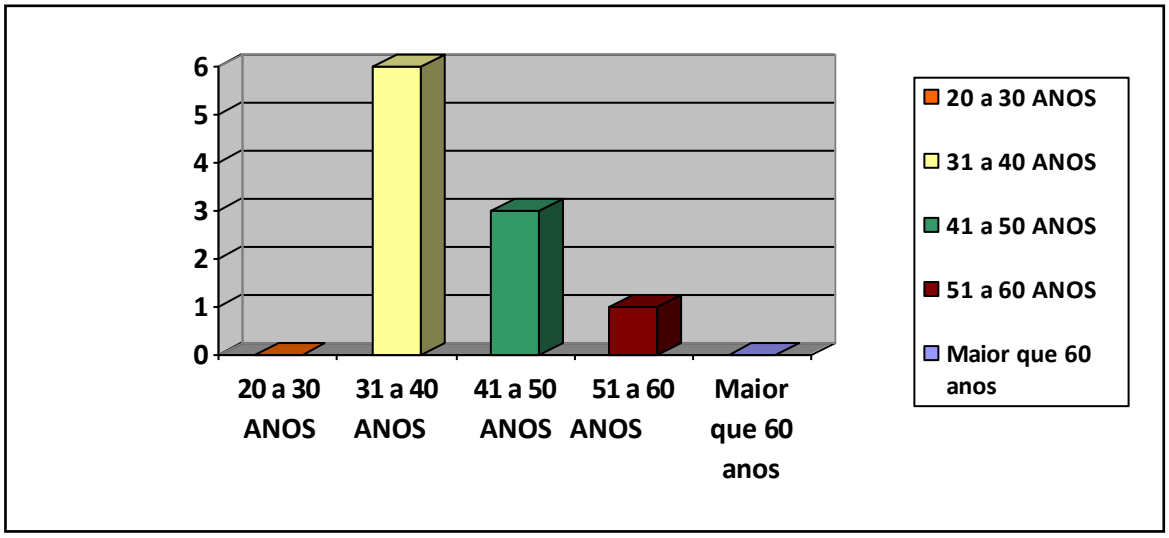


Gráfico 2: Idade dos entrevistados
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Analisando a idade de média dos profissionais da Equipe de Enfermagem, sendo assim, neste parâmetro podemos analisar que a maioria dos entrevistados estão na faixa etária entre 31 a 40 anos, e em segundo lugar de 41 a 50 anos o que indica uma maior maturidade.

Se formos considerar, nesta fase de vida a maioria já possuem um lar formado, filhos, e estão em busca de seu sustento e realização profissional. Contudo, quando aprofundarmos nos quesitos voltados ao tema da pesquisa; Afetividade notará que esta faixa de idade demostra certa insatisfação em referência ao trabalho laborado, seja por baixos incentivos em capacitação, seja para os profissionais recém-integrados na unidade quanto aos com vasta experiência na unidade que expuseram a falta de treinamento e qualificação, principalmente em referência ao tema abordado na pesquisa.

De acordo com o Ministério da Saúde:

> A gestão dos recursos humanos é uma das dificuldades para implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) desde a sua criação. A falta de profissionais com perfil adequado, problemas de gestão e organização da atenção são alguns dos principais obstáculos para a melhoria da qualidade da atenção e para a efetividade do SUS. É necessária a formulação de novas estratégias voltadas para a transformação desses trabalhadores em profissionais comprometidos, capacitando-os aos princípios de uma gestão humanizada e qualificada que compõem a nova ordem do SUS. (BRASIL 2000 p.44)

Contudo presenciamos que inerte a idade dos entrevistados a impugnação geral era mediante a falta de capacitação, e incentivos para inserção dos métodos humanizados e aos atuais programas assistenciais que o Ministério da Saúde disponibiliza. Sendo estes comprovadamente eficazes para o processo de melhora e/ou cura do paciente.

3- Posição Religiosa:

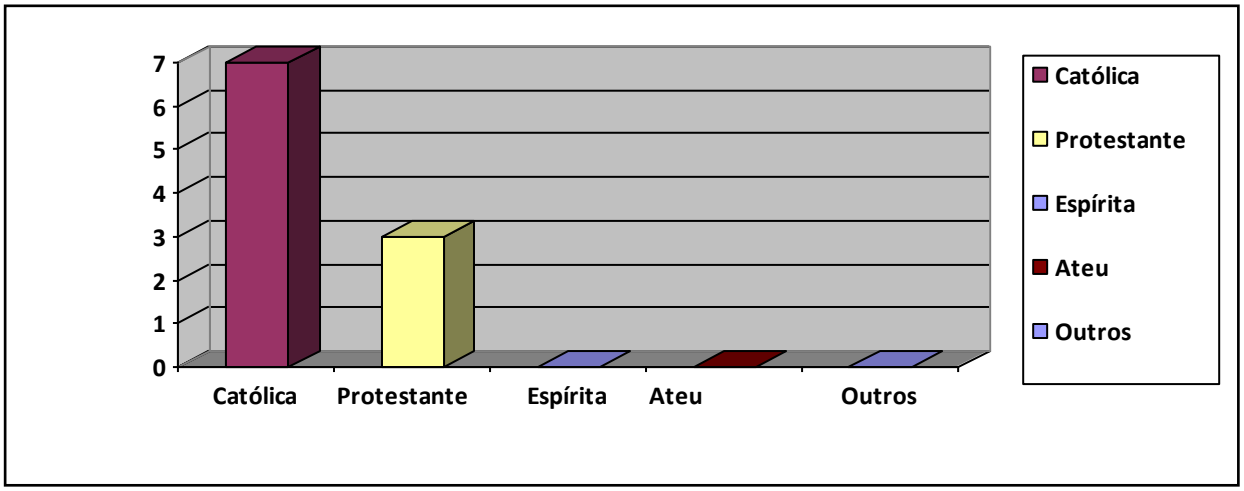


Gráfico 3: Religião dos Entrevistados
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Este gráfico indica a opção Religiosa dos entrevistados, dos 10 entrevistados 7 são católicos, 3 Protestantes e as demais religiões não foram citadas. A escolha de tal análise se dá ao intuito de assimilar as práticas religiosas e suas influencias no cuidado do profissional com seus clientes, tendo em vista que desde a origem da enfermagem o ato de cuidar está diretamente ligado com a fé, seja do paciente ou até mesmo do profissional que ministra cada procedimento.

Para Levin, (2003, p. 141):

> "As implicações da fé, pura e simples, para a saúde e para a doença são intrigantes. Quer Deus ou dimensão espiritual sejam ou não objetivamente reais ou verdadeiros, e independentemente da nossa afiliação religiosa, da frequência com que assistimos aos serviços religiosos, do nosso culto ou da nossa crença, o mero fato de pensarmos ou afirmarmos que somos 11 religiosos ou espiritualistas, ou simplesmente de termos fé ou confiança em Deus, num poder superior, ou nos princípios de uma religião, pode beneficiar a nossa saúde e o nosso bem-estar. A razão disso é o fato de que a fé religiosa pode nos dar esperança. "

Levin expõe que a esperança é fator intrigante em processos de saúde ou doença, em numerosas ocasiões ouvimos relatos que a fé curou o paciente da enfermidade. A fé não caminha sozinha, é movida por bons sentimentos como o amor, afeto, o carinho, a paz e associado ao tratamento clínico que é de suma importância na evolução física do indivíduo. Destarte, o profissional que tem bases e princípios religiosos tende a manter um atendimento mais humano a seus clientes, em consequência, dedicam mais pensamentos de intercessão de cura a estes.

4- Foram levantadas algumas dificuldades que o Profissional de Enfermagem enfrenta em seu cotidiano no trabalho. E graficamente representado da seguinte forma:

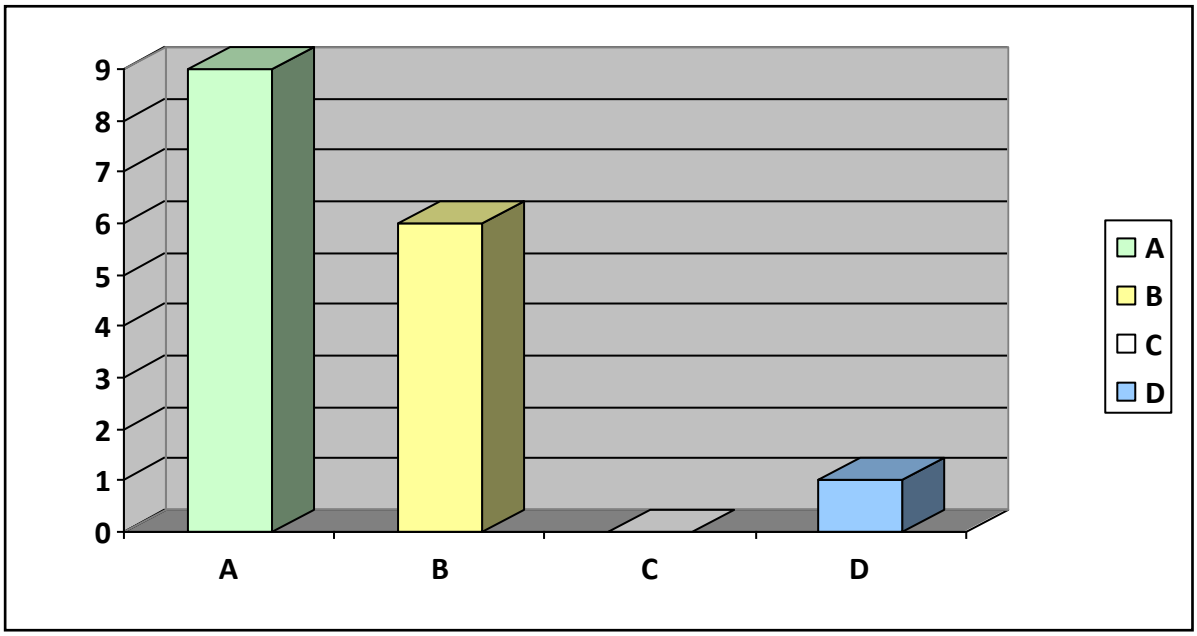


Gráfico 4: Dificuldades que o profissional de enfermagem enfrenta no cotidiano
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

	DIFICULDADES APRESENTADAS	Nº VEZES CITADAS
A	Falta de recursos Materiais, estrutura física e humana, e, más condições nos equipamentos.	9
B	Fluxo de Pacientes maior que o que a Unidade comporta para acolhimento.	6
C	Baixo Salário, e baixa valorização na classe dos Profissionais.	
D	Outros. *(Citado: Desrespeito institucional hierárquico)*	1

Tabela: Descrição das dificuldades apresentadas pelo profissional em referência ao gráfico 4

Por 9 vezes, foi citada a falta recursos materiais, estrutura física e humana, e, más condições nos equipamentos, e outras 6 feitas que o fluxo de pacientes é maior que o que a Unidade comporta para acolhimento. Percebem-se nesta argumentação que a maioria dos profissionais buscam melhores condições e estrutura para desenvolver seu trabalho com eficiência. Infelizmente a realidade dos hospitais e unidades de atendimento Público é de escassez em vários sentidos, e tal precariedade desmotiva alguns profissionais de desenvolver ou aprimorar o atendimento humanizado. Diante das queixas apresentadas levantamos um breve pensamento sobre o papel do enfermeiro na liderança que o mesmo deve exercer na unidade de saúde:

> A liderança do profissional de enfermagem é fundamentada no conhecimento das necessidades dos pacientes; no conhecimento das habilidades, características individuais e necessidades dos membros da equipe; e nos objetivos traçados pelo grupo. Uma característica importante deste método é o estimulo para que cada membro desenvolva o seu potencial, uma vez que, ao ser designado para cuidar de determinado paciente, o funcionário sabe que foi considerado o melhor qualificado para proporcionar-lhe uma assistência que atenda as suas necessidades (TREVIZAN et al., 1998).

É contundente falar em liderança, mas deve-se analisar se existem condições para que ela seja exercida com êxito. Em virtude dos levantamentos foi notória a queixa sobre a má estrutura, o que infelizmente não é uma particularidade do município. Os recursos que deveriam ser destinados à saúde que por inúmeras ocasiões são ceifados geram um impedimento da eficiência no trabalho prestado. Em referência ao tema abordado no presente artigo, o profissional deve buscar superar tais barreiras e exercer com amor e ética suas atribuições para minimizar os efeitos ao paciente, sabendo que tal anseia sua cura.

5- Foi perguntado a todos os entrevistados, o que eles entendiam sobre atendimento humanizado:

> *Tratamento humano é tratar o paciente com respeito, ética, escutar o paciente e orientá-lo.* Entrevistado 1
>
> *Tratamento com equidade e carinho.* Entrevistado 2
>
> *Até o momento o que sei foi visto em programa de televisão, penso que a instituição deveria fazer uma reciclagem com os profissionais pelo menos uma vez por ano.* Entrevistado 3
>
> *Nunca tive treinamento sobre o assunto dentro da unidade que trabalho nem em outras unidades do município, em 6 anos de profissão. Entrevistado 4*
>
> *Para mim, o atendimento humanizado é aquele que eu me coloco no lugar do paciente. O trato com respeito e carinho, como eu gostaria de ser tratada e atendida.* Entrevistado 5
>
> *Com presença de Parentes próximos e procurar ser mais tranquilo e compreensivo.* Entrevistado 6
>
> *Atender todos da melhor forma possível. Como se você fosse o paciente.* Entrevistado 7
>
> *É atender o cliente de acordo com sua necessidade, dando o "conforto" diante da situação da qual ele vive.* Entrevistado 8

> *Não conheço atendimento humanizado, Trabalho com recurso próprio.* Entrevistado 9
>
> *Atendimento individual que o paciente recebe de acordo com seu problema. Acho que falta mais orientação do assunto para os profissionais.* Entrevistado 10:

O resultado desta questão é bastante frustrante. Demostrou que a grande maioria sequer sabe da existência da PNH – Politica Nacional de Humanização, ou aqueles que conhecem o termo "Atendimento Humanizado" foram através de mídias sociais. Em suma todos expuseram a escassez de treinamentos de capacitação e incentivos para aprimoramento na área. O Atendimento Humanizado tem demostrado uma elevação em casos de melhora e cura de pacientes, além de ser um dever do profissional, gestor hospitalar e usuário que deve manter o respeito para com o profissional. O Sistema Único de Saúde criou em 2003 uma cartilha da PNH, que detalha a importância da Política de Humanização e mecanismos para que aconteçam, como amostra aponto o trecho;

> A PNH estimula a comunicação entre gestores, trabalhadores e usuários para construir processos coletivos de enfrentamento de relações de poder, trabalho e afeto que muitas vezes produzem atitudes e práticas desumanizadoras que inibem a autonomia e a corresponsabilidade dos profissionais de saúde em seu trabalho e dos usuários no cuidado de si. (BRASIL PNH 2008)

A cartilha da PNH – Politica Nacional de Humanização tem sido pouco utilizada no município, e tal fator impede que os profissionais aumentem seus conhecimentos e coloquem em prática todos os métodos que nela são abordados. A eficiência no tratamento é de responsabilidade da gestão municipal, dos profissionais e da coordenação da unidade hospitalar. Como parte integrante da equipe de saúde não podemos nos limitar nas informações repassadas pela secretaria de saúde local, devemos buscar conhecimentos e capacitação que por vezes é de livre acesso e gratuito. Através do atendimento humanizado ocorre um estreitamento entre o enfermeiro e o paciente e toda a proposta de cuidados afetivos será cumprida.

6- Você utiliza alguma técnica ou habilidade para estreitar o relacionamento com os pacientes quando efetua algum procedimento? Exemplifique.

Diálogo, respeito ao paciente. Entrevistado 1

Sim, tento deixa-los à vontade e sempre tenho uma piadinha pra animar. Entrevistado 2

Sim diálogo, brinco muito pra tentar alegrar um pouco os pacientes. Às vezes conto histórias que passou comigo e até superei Graças a Deus! Entrevistado 3

O bom humor, tento ganhar a confiança do paciente e da família com meu bom humor. Entrevistado 4

Gosto de conversar, sempre que tenho oportunidade, procuro interagir, tento acalmar e distrair um pouco, já que o ambiente hospitalar é bastante sofrido e triste para os que procuram atendimento. Entrevistado 5

Sim, eu me coloco na posição do paciente, trato como gostaria de ser tratado com muito carinho, compreensão e elevo a autoestima deles. Entrevistado 6

Orientar o paciente quando for fazer o procedimento. Orientando para o mesmo ficar tranquilo tentando sempre acalmar da melhor forma possível. Entrevistado 7

Sim, sempre que vou realizar algum procedimento tento passar tranquilidade para o paciente e explicar como tal deve ser, digo, tem sua necessidade para seu tratamento. Entrevistado 8

Acalmo eles conversando. Entrevistado 9

Diálogo e amizade. Busco ser paciente e amigo deles. Ter compaixão. Entrevistado 10

Analisando as respostas dos entrevistados, cada profissional utiliza de uma maneira pessoal para interagir com os pacientes, a maioria expos que o diálogo é o principal método para tal aproximação. O intrigante é que voltando ao manual da PNH – Política Nacional de Humanização, onde existem inúmeros mecanismos que facilitam a interação entre equipe, pacientes, e familiares nenhum dos profissionais por não ter conhecimento deste programa tem habilidades técnicas para esse estreitamento para com os pacientes e familiares, e até mesmo dos pacientes para com os profissionais. A escolha da abordagem na clínica médica foi justamente pelo tempo médio de internação que, em suma é maior que nas demais clínicas da unidade hospitalar, o que por consequência deveria se criar um vinculo dos profissionais

aos pacientes e vice-versa. Observo uma dificuldade dos profissionais na parte didática para o desenvolvimento de habilidades na aproximação com o adoecido, e tal situação acaba resultando numa interpretação de que o profissional está ali tão somente para realizar procedimentos, o que de acordo com todas as pesquisas deste artigo demostra que com mediadores de Afeto, a promoção de melhora e cura é consideravelmente benéfica não só para o paciente, mas também para o mediador que através de tal postura tem seus plantões mais prazerosos e com a melhora de seus clientes o sentimento de retorno e satisfação ao seu trabalho prestado. Deverá existir um envolvimento de toda equipe multidisciplinar assim como afirma Pereira (2006, p. 118);

> (…) compreende-se que são responsáveis pela humanização não apenas as administrações, mas todos os serviços, não apenas os diretores, mas todos os profissionais, não apenas os profissionais especializados, mesmo administrativos, mas também os auxiliares de ação médica, os maqueiros, os recepcionistas, os porteiros. E até mesmo os doentes, também eles são responsáveis pela humanização da saúde, na forma como se relacionam com os técnicos e com os outros doentes, nos diversos serviços por onde vão passando.

A dedicação ao próximo é uma via dupla em que o afeto gera afeto, e na unidade hospitalar a humanização gera humanização. Compreende-se que tais práticas vão além de apenas respeito, que é imprescindível, mas é, todavia, uma reciprocidade que poderá resultar na condição esperada, a cura. Por maiores que sejam as limitações impostas pelos profissionais existem possibilidades de adequação na prática do afeto, principalmente levando em consideração os benefícios obtidos ao longo das internações.

7- Foi pedido aos entrevistados que definisse a afetividade:

> *Amor ao próximo, fenômenos afetivos (emoções, paixões, sentimentos).* Entrevistado 1
>
> *Cuidar, preocupar e pensar no próximo.* Entrevistado 2
>
> *Carinho, toque, palavras amigas, fé em Deus, e muito Amor*. Entrevistado 3
>
> *Respeito, carinho, educação, com essas palavras fazemos trocas de afetividade*. Entrevistado 4

> *Afetividade para mim é a maneira de tratar as pessoas, com respeito e amor, é querer confortar e trazer o bem.* Entrevistado 5
>
> *Seria paciência, sorriso, toque faz toda a diferença, um abraço caloroso e um sorriso feliz com alegria.* Entrevistado 6
>
> *Acolher da melhor forma possível. Até mesmo com diálogo!!!* Entrevistado 7
>
> *Eu entendo afetividade me colocando no lugar do paciente.* Entrevistado 8
>
> *Eu entendo assim, um sorriso e um carinho, uma conversa amiga, tudo faz parte do nosso trabalho.* Entrevistado 9
>
> *Amar e respeitar o próximo. Ser amigo, se colocar no lugar do outro.* Entrevistado 10

O que cada indivíduo sente interfere na sua maneira de agir em cada ambiente, sendo nesta ótica a ideia de que a ação gera uma transformação, e imputa em mudanças de atitudes e práticas que podem ser sutilmente aplicadas no cotidiano na unidade hospitalar. Durante as pesquisas foi unanime o posicionamento dos profissionais que o tema é de grande relevância para a área da saúde, alguns até disseram que precisam refletir mais sobre sua postura adotada enquanto profissional.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha busca ao longo deste artigo foi demostrar a importância da afetividade como mediador de cura e melhora das condições patológicas do enfermo na clínica médica. Neste âmbito ressaltar a cognição, o toque, o cuidado, paciência, carinho entre outros aspectos ligados diretamente ao Afeto que deve ser dispensado ao cliente. Através das experiências pessoais adquiridas não tenho dúvidas da relevância deste trabalho, que por sua vez poderá contribuir ricamente para amenizar situações de conflitos que ocorrem entre equipe de enfermagem e pacientes ou familiares, além da facilidade para ministrar os procedimentos necessários durante a internação na clínica médica.

Pude vivenciar na prática que a cura pelo afeto é real, é possível, e está ao alcance de todos os profissionais, contudo é necessário entendimento, dedicação e principalmente compreensão de que a condição do enfermo poderá culminar na aceitação do tratamento imposto, e o profissional deverá ter um olhar holístico para que analise suas necessidades

individualmente. Avaliando num primeiro instante pode parecer complexo tal interpretação, mas diante do aperfeiçoamento e práticas diárias se tornará habitual manter um atendimento afetivo.

Em todas as ocasiões na unidade hospitalar pude colocar em prática a afetividade associada aos conhecimentos técnicos repassados durante a graduação, e pude visualizar na prática o resultado da pesquisa e diversos pacientes. A intenção desta obra é ser multiplicadora desta concepção, e não paro por aqui meu norte de pesquisas relacionadas ao tema.

IV. REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de; ROCHA, Semiramis Melani Melo. **O trabalho de enfermagem.** São Paulo Cortez, 1997.

BOTEGA, N.J., & Smaia, S.I. (2002). Morbidade psiquiátrica no hospital geral. In N.J. Botega (Org.), **Prática Psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e emergência** (pp.31-42). Porto Alegre: Artmed.

BRAGA, Cristiane Giffoni; SILVA, José Vitor. **Teorias de enfermagem**. São Paulo: Iátria, 2011. p. 137

BRASIL. Ministério da Saúde. A Implantação da Unidade de Saúde da Família/Milton Menezes da Costa Neto, org. _Brasília: Ministério da Saúde; Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2000 p.44

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização. Cartilha da PNH: acolhimento nas práticas de produção de saúde. Brasília, 2008b

BRUNNER; SUDDARTH. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 10ºed. Vol 1. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DAMÁSIO, A. R. **O erro de Descartes**: Emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras,1998.

ELSEN, I.; PATRICIO, Z.M. Assistência à criança hospitalizada: tipos de abordagem e suas implicações para a enfermagem. In: SCHIMITZ et al. **A enfermagem em pediatria e puericultura**. São Paulo: Atheneu, 1989. p.169-196.

ESPINOSA, B.**. Ética demostrada segun el orden geométrico.** México, DF: Fundo de Cultura Económica, 1996.

GASTALDO, D.M.; MEYER, D.E. “A formação da enfermeira: ênfase na conduta em detrimento do conhecimento”. Ver. **Bras. De Enf**., vol 42, n 1-4, jan.-./1989.

HORTA, Vanda de Aguiar. **Processo de Enfermagem**, com a colaboração de Brigitta E. P. Castellanos. – São Paulo. EPU 1979. P 27-32

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em < http://www.ibge.gov,br> Acesso em 20 de abril de 2017.

LANE, S. T. M.A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In **Novas veredas da psicologia social** (pp. 55-63). São Paulo: Brasiliense,1994

LEVIN, J. Deus, fé e saúde**: Explorando a conexão espiritualidade-cura.** Editora Pensamento-Cultrix LTDA., São Paulo, 2003.

LOPES, Marta Júlia. Pensando mulher, saúde e trabalho no Hospital. **Revista Gaúcha de Enfermagem,** Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 34-36, jan. 1992.

PIAGET, VYGOTSKY E WALLON, Teorias Psicogenéticas Em Discussão,.992, editora Summus, parte II **Afetividade e Cognição**, p. 47.

PATRÍCIO, Z. M. **A prática do cuidar/cuidado à família da adolescente grávida e seu recém-nascido através de um marco conceitual de enfermagem de enfoque sóciocultural.** Florianópolis, 1990. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina.

PIAGET, J. **Psicologia da Inteligência**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

PINHEIRO, Glícia Rodrigues; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Afetividade na relação paciente e ambiente hospitalar**. Rev. Mal-Estar** Subj., Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 45-74, mar. 2009. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v9n1/03.pdf> acessos em 21 de maio 2017.

Política Nacional de Humanização – PNH Humaniza SUS. Portal da Saúde – Ministério da Saúde. Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/sas/humanizasus Acesso em 10 de agosto de 2017.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão (pp.97-118). In **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

VIGOTSKI. L. S. *A* **formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes,1991.

WALDOW VR. Cuidar: **expressão humanizadora da enfermagem**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 2010.

WALLON, Henri**. Do ato ao pensamento**. Lisboa: Moraes, 1979.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A FAMÍLIA E O PERÍODO GESTACIONAL: UM ESTUDO A PARTIR DA COMPOSIÇÃO DO GENOGRAMA E ECOMAPA, EM MULHERES USUÁRIAS DE DROGAS

Maria Luiza Soares Veloso*
Luciana de Araujo Mendes Silva**
Gilmar Antoniassi Júnior***

Resumo: Esse estudo teve como objetivo verificar no período gestacional o tipo de família em que a gestante está inserida frente às características da: Dinâmica global familiar – Relação Conjugal – Relação Parental, em mulheres usuárias de álcool e outras drogas atendidas na Rede de Saúde do SUS, em uma cidade da região do Alto Paranaíba, estado de Minas Gerais, Brasil. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativo transversal do tipo exploratório por meio de estudo de caso. Os casos foram selecionados por meio de levantamento aleatório envolvendo mulheres no período gestacional atendida em UBS e no Centro de Atendimento às Mulheres em gestação de risco, sendo inclusas duas gestantes entre o primeiro ao oitavo mês, maiores de 18 anos e que fizeram e/ou fazem uso de álcool e outras drogas. Para coleta de dados utilizou do genograma e ecomapa, entrevista familiar e o Inventário de Percepção de Suporte Familiar. As participantes são mulheres de classe baixa, com pouca escolaridade sem uma profissão específica. Observa-se em ambos os casos, aspectos semelhantes no tocante contexto de vida das participantes que, socialmente são mulheres que mantem relações instáveis e o ambiente físico em situação precária expostas a falta de higienização. Seus filhos se encontravam sob os cuidados de outrem, que consigam garantir estabilidade emocional para as crianças. Constata-se que as dinâmicas familiares, seus conflitos inter-relacionais afetam diretamente as gestantes e consequentemente seu entorno e a futura pessoa.

Palavras-chave: Gestação. Drogas. Sistema Familiar.

Abstract: This study with the objective To verify in the gestational period the type of family in which the pregnant woman is inserted in front of the characteristics of the: Familial global dynamics - Conjugal Relationship - Parental Relationship, in women users of alcohol and

* Graduada em Psicologia pela Faculdade Patos de Minas (FPM).

** Doutorado e Mestrado em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca (UNIFRAN). Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Cidade de Coromandel (FCC), Especialista em Histologia Humana pelas Faculdades Integradas de Patrocínio (FIP) e graduada em Biologia pela mesma instituição. laraujo32016@gmail.com

*** Doutorado em andamento em Psicologia pela Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales, UCES, Argentina. Mestre em Promoção a Saúde pela Universidade de Franca. Especialista em Saúde Pública e do Trabalhador pela Faculdade Cidade Patos de Minas (FPM). Especialista em Docência do Ensino Superior pela FPM. Graduado em Psicologia pela Fundação Educacional de Fernandópolis. Docente e coordenador do Curso de Graduação em Psicologia da FPM bem como docente dos Cursos de Pós-graduação na mesma IES. jrantoniassi@hotmail.com

other drugs attended at SUS Health Network, in a city of the region of Alto Paranaíba, state of Minas Gerais, Brazil. This is the field work of a qualitative cross-sectional nature of the exploratory type through a case study. The cases were selected by means of a random survey involving women during the gestational period attended at the UBS, two pregnant women were included between the first to eighth month, over 18 years of age and who made and / or used alcohol and other drugs. For data collection he used the genogram and ecomap, family interview and the Family Support Perception Inventory. In both cases, there are similar aspects regarding the life context of the participants, who socially are women who maintain unstable relationships and the physical environment in a precarious situation exposed to lack of hygiene. When the children are about the care of others, they can guarantee emotional stability for the child. They are women of the lower class, with little schooling without a specific profession. It is observed that family dynamics, their interrelationships conflicts directly affect pregnant women and consequently their environment and the future person.

Keywords: Gestation. Mothers. Drugs. Family System.

1 INTRODUÇÃO

Um relacionamento conflituoso provoca constantes atritos, gerando muita ansiedade e desorganização familiar, onde a chegada de filhos traria um emaranhamento maior pela comunicação e afetos disfuncionais a que a criança dependeria para um bom desenvolvimento. Quando os pais se relacionam de maneira harmônica, nutrindo-se de sentimentos positivos, buscando valores em comum, certamente estariam protegidos e preparados psicologicamente na chegada de um novo ser no meio familiar, bem como, o receberiam num contexto de maior segurança emocional.

No período gestacional, uma boa qualidade de relacionamento do casal e interfamiliar configura um ambiente emocionalmente favorável para que a gestação transcorra com maior tranquilidade, predizendo assim a chegada de uma criança com melhor perspectiva de desenvolvimento. Este período engloba os aspectos fisiológico, psicológico e social podendo ser compreendido de forma natural pela sequência de acomodamento ocorrido no corpo feminino. O ambiente pré-natal desempenha papel importante na determinação das características do recém-nascido, uma vez que o início precoce da assistência permite a possibilidade de prevenir agravos para a saúde da mulher e do bebê (DOMINGUES et al., 2012; MANN et al., 2010).

Neste período a mulher passa por diferentes mudanças, que interferem em seu mundo intrapsíquico e relacional, provocando transformações na forma de si perceber e de perceber a relação com o mundo. Uma vez que a gravidez provoca intensas emoções na vida da mulher

incitando mudanças em diversos contextos, o que, por si só, faz com que esse momento seja vivenciado com possíveis dificuldades, intensificado quando dilemas familiares se fazem presente (PICCININI et al., 2008; MARIN et al., 2011).

A ausência de procedimentos básicos no período gestacional representa a perda de oportunidade de diagnóstico e tratamento de agravos passíveis de controle e/ou evitamento, principalmente quando este se refere às questões de ordem psíquica e social. Se bem que, todos os cuidados neste período são direcionados a mulher, o pai exerce papel importante durante a gestação. Atenta-se pouco para a paternidade como aspecto co-influenciador nas vivências deste período, principalmente devido ao apoio que pode prestar a mãe. O ambiente familiar em que a gestante está inserida atualmente na sociedade ocidental não contam com a presença paterna, mas se tem o aporte familiar. As experiências vivenciadas pela grávida contribuem de maneira significativa no desenvolvimento do feto e nos aspectos emocionais da gestante neste período (DOMINGUES et al., 2012; MARIN et al., 2011).

A família neste momento pode ser avaliada como fator de proteção ou de risco, recebendo a culpabilidade da má educação, não conseguindo evitar conflitos afetivos e abrindo portas para que haja inter-relações adoecidas com o ambiente extrafamiliar, onde abre-se espaço para uma gravidez indesejada, ou seja o começo de um novo drama psicofísico e emocional.

Sendo que, o período gestacional se mostra como momento que requer total atenção para com a mãe e o bebê, pois, no momento do nascimento de um filho há uma reatualização e reedição dos aspectos constitutivos da própria mãe, que convergem para o estabelecimento da relação com o bebê, por isso a necessidade de cuidados que se vão além da saúde física, mas que contemple a saúde psíquica e social desta mulher, que possa interagir com a dinâmica familiar em que ela está inserida (MARIN et al., 2011). Neste prospecto, é necessário ater-se para aquelas gestantes que se encontram no grupo de risco devido o abuso do álcool e outras drogas, a repercussão é maior pelo comprometimento irreversível da saúde mãe e o feto (GRACIELA et al., 2013).

Nessa perspectiva, o uso do álcool e outras drogas no período gestacional podem influenciar nas atitudes da gestante e nos cuidados requerentes do período. Além do mais, de acordo com os relacionamentos interfamiliares associados a rede social vinculada a prática abusiva das drogas, várias complicações podem aparecer no feto devido a exposição do uso, como: prematuridade, baixo peso ao nascer, diminuição do perímetro cefálico, deslocamento

de placenta, acarretando, em alguns casos, o aborto. Por isso a necessidade de um pré-natal acompanhado de forma que rastreie o contexto de vida da gestante para se prevenir os riscos e agravos e promover a qualidade de vida do feto e do futuro bebê (CUNHA; SANTOS; GONÇALVES, 2012; GRACIELA et al., 2013).

Embora se saiba dos problemas das drogas e da necessidade do pré-natal, é preciso que as instituições de saúde se atente para a fundamental importância do contexto sócio familiar em que a gestante está inserida. Uma vez, que para lidar com tal complexidade, é preciso perceber a dinâmica familiar, as relações conjugais e a relação parental que se é estabelecida.

Nas sociedades modernas as famílias se organizam numa relação parental, uma forma de se desenvolver física e subjetivamente, bem como para obtenção de aprendizados culturais. É um espaço indispensável para a sobrevivência, o desenvolvimento e a proteção integral dos filhos destacando-se como uma instituição socializadora primária, assegurando afeto e cuidados essenciais. Nesta relação se coloca a responsabilidade da construção moral dos filhos e de suas personalidades. Dentro de uma dinâmica familiar, pode ocorrer fatores de proteção citado acima ou de riscos como a experimentação e continuidade do uso de drogas, gravidez indesejada, abortos, crimes, abusos, suicídios e outros que levam a um desequilíbrio na vida familiar (MEDEIROS et al., 2013).

Quando surge uma gestação, está dinâmica fica alterada pois envolve a inserção de um novo membro, o pai da futura criança. Os estudos mencionados no artigo sobre a percepção da gestante sobre o consumo de drogas ilícitas na gestação, obtiveram resultados importantes, suposições de que a estrutura familiar e as relações instáveis com o parceiro provocam fatores de riscos que levam a gestante a praticarem atos insanos relacionados ao filho que espera. Essa instabilidade associada ao uso de drogas mostra cada vez mais o quanto essas mulheres encontram-se susceptíveis e despreparadas para assumir a responsabilidade da maternidade (KASSADA; MARCON; WAIDMAN, 2014).

O presente trabalho se justifica por entender-se que as emoções têm papel relevante na vida familiar e acreditar-se que estas podem afetar a gestante e posteriormente o bebê. Diante das leituras decorrentes da temática, verifica-se a importância de se estudar os aspectos que envolvem o período pré-natal, frente às repercussões do relacionamento do casal e o vínculo construído na gestação, bem como a afetividade entre os membros familiares, frente as expectativas que contempla este novo ser. Acredita-se que este estudo facilitará a

compreensão do complexo universo familiar podendo nortear novas formas de intervenção, prevenção e promoção da saúde familiar.

O objetivo deste estudo é de verificar no período gestacional o tipo de família em que a gestante está inserida frente as características da: Dinâmica global familiar – Relação Conjugal – Relação Parental, em mulheres usuárias de álcool e outras drogas atendidas na Rede de Saúde do SUS, em uma cidade da região do Alto Paranaíba, estado de Minas Gerais, Brasil.

2 MÉTODO

Trata-se do trabalho de campo de natureza qualitativo transversal do tipo exploratório por meio de estudo de caso, em busca de dados que referem aos fatores da conjuntura familiar frente ao período pré-natal e o sistema familiar. Realizado na Rede de Atenção Primária e Secundária de um Município da Região do Alto Paranaíba, estado de Minas Gerais.

Os casos foram selecionados por meio de levantamento aleatório envolvendo mulheres no período gestacional atendida na Unidade Básica de Saúde (UBS) e no Centro de Atendimento às Mulheres em gestação de risco. Sendo inclusos aqueles com gestantes entre o primeiro ao oitavo mês de gestação, maiores de 18 anos e que fizeram e/ou fazem uso de álcool e outras drogas. Excluídos aqueles que não atenderam ao critério de inclusão, onde as gestantes não demonstraram disponibilidade para participarem das entrevistas e responderem os instrumentos de pesquisa. Resultante na participação de 2 (dois) casos.

Um do instrumento de coleta de dados utilizado foi o *Genograma Familiar e Ecomapa*: um instrumento de avaliação familiar que consiste num sistema de colheita e registro de dados e que integra a história biomédica e a história psicossocial dos membros. O genograma constitui na representação gráfica da família por meio de simbologia. Amplamente utilizado na Antropologia do Parentesco e na prática de cuidados primários de saúde. Reúne diversas informações que vão desde os aspetos genéticos, médicos, sociais, comportamentais, relacionais e culturais (REBELO, 2007; ROSALINA, 2013). O *ecomapa* é um desenho complementar ao genograma na compreensão da composição e estrutura relacional da família, que consiste na representação dos contatos dos membros da família com os outros sistemas sociais, incluindo a rede de suporte sócio-sanitário. O que pode representar a presença ou ausência de recursos sociais, culturais e econômicos, sendo eminentemente, um retrato de um

determinado momento na vida dos membros da família e, portanto, dinâmico (NASCIMENTO et al., 2014) (Anexo – A).

Também foi utilizado o *Inventário de Percepção de Suporte Familiar* (IPSF): esse instrumento foi desenvolvido por Baptista (2005), cujo objetivo consiste em construir, validar e fornecer - maneiras de mensurar o construto de suporte familiar. As questões são do tipo likert de três pontos, nas quais o respondente assinala nunca (0), quase nunca (1) ou quase sempre (2). O fator 1 – Adaptação Familiar é pontuado de maneira inversa aos outros fatores, sendo que ao final da avaliação quanto maior a pontuação, maior o nível de suporte familiar percebido pelo respondente. Composto por 42 itens que contempla três dimensões de avaliação denominadas de: Afetivo-Consistente, Adaptação Familiar e Autonomia (BAPTISTA, 2005, 2007).

Foi utilizada também a *Entrevista Familiar*: adaptada à proposta de Barbosa (2001) de forma semiestruturada que contempla as informações relevantes sobre as inter-relações afetivas da gestante nos laços familiares, categorizada em: identificação; histórico familiar; histórico gestacional; contexto social; risco e vulnerabilidade do uso do álcool e outras drogas (SILVA; GÓIS, 2011).

O presente estudo atendeu-se aos princípios éticos da Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) Nº.466/2012 e Nº. 510/2016 para pesquisa com seres humanos. Para tanto foi submetida a análise ética e acompanhamento do Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) da Faculdade Patos de Minas (FPM), aprovada por meio do Parecer nº. 1.929.302.

Os dados foram coletados por meio de atendimentos individualizados agendados com as gestantes, sendo disponibilizados dois encontros de até 2 horas. No primeiro encontro foi lhe entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a fim de esclarecer as dúvidas e dar ciência da pesquisa, informando-a sobre a possibilidade de a entrevista ser gravada para melhor fidedignidade das informações coletadas. Após estabelecido *rapport* com a gestante iniciou-se a entrevista familiar para fins de identificação e obter as informações necessárias para a construção do Genograma e o Ecomapa. No segundo encontro foi aplicado o inventário de percepção familiar e deu-se a possibilidade de esclarecer as dúvidas originárias da entrevista afim de clarificar as informações.

Para as análises dos dados coletados, as entrevistas foram transcritas na integra e categorizadas conforme – contexto social; indicadores de saúde envolvimento com álcool e outras drogas; contexto gestacional e a relação familiar. Averiguando – *Tipo de Família;*

Sentimentos; Apoio e/ou Suporte de Enfretamento; Representação Gestacional; Significado Gestacional; Afetividade; e Esperança. A classificação da tipologia familiar ocorreu por meio de modelos referente à *Estrutura e Dinâmica Global; Relação Conjugal; e Relação Parental*, tomada como base o Roteiro de Tipologia Familiar, levando em conta a identificação da presença de variáveis de interesse nesse estudo. Já o inventário de percepção de suporte familiar foi analisado conforme a padronização do instrumento.

3 RESULTADOS

3.1 CASO 1: Margarida

3.1.1 **O Histórico Familiar:** o genograma e Ecomapa

Margarida (nome fictício) é uma jovem usuária de drogas desde os 15 anos de idade, hoje com 23 anos. Residente sozinha em uma casa cedida pela tia materna próxima à casa de sua mãe. Estava na época da pesquisa na 37ª semana da terceira gestação, filha única por parte da Mãe e a primogênita por parte de Pai. Possui emprego como camareira.

Os dados do Genograma indicam que Margarida passou por três relacionamentos com ligações passageiras, sendo com o primeiro, apenas três meses, o segundo morou junto por cinco anos e o terceiro também chegou a morar junto ao companheiro por três meses, mas este foi levado para prisão. Teve um filho de cada relacionamento, sendo o primeiro filho com 4 anos do primeiro relacionamento, o segundo filho com 2 anos do segundo relacionamento e o terceiro em fase gestacional. Atualmente os filhos estão sob a responsabilidade do ex-companheiro (segundo relacionamento) que se encarrega dos estudos destes, pois a mãe e avó trabalham e as crianças visitam a mãe aos finais de semana.

Na linha correspondente a geração dos Pais indica que se casaram no civil, tiveram dois filhos, o primeiro aborto e se separaram ainda durante a gravidez de Margarida. Seu primeiro contato com o pai, foi aos 7 anos de idade. O Pai é natural do Piauí e o pai já estava em outro relacionamento, deste, dois filhos, uma menina de 28 anos e um menino de 26 anos, hoje residente em Brasília. A relação de Margarida com os avós paternos não existe, pois se viram apenas uma única vez, mantendo um vínculo distante do núcleo familiar paterno. Com a família materna, o vínculo familiar é maior, Margarida conta que sua Mãe possui nove irmãos, sendo a mãe, a filha do meio. No histórico de vida familiar materno, apontam para os

óbtos decorrentes do câncer, (avó e seu tio o primogênito). O relacionamento de Margarida com seu Avô, não ocorreu, pois, o mesmo faleceu quando sua mãe tinha 7 anos, devido aos problemas decorrentes do uso de álcool.

Os vínculos sociais de Margarida são restritos ao sistema de saúde devido a necessidade de consultas rotineiras de cuidados com os filhos. Há uma proximidade eventual com vizinhos e familiares do núcleo materno, não demonstrando relação conflitosa.

Margarida residia com a mãe anteriormente quando teve o segundo relacionamento. Em 2015 para 2016 foi morar sozinha com os filhos, mas por precisar trabalhar o ex companheiro cuida dos filhos na casa da outra avó. A relação familiar paterna é distante, M.F.G relata que foi criada pela mãe e não possui relações com o pai, não fazendo questão, pois tem a mãe como referência. Estudou até 8ª série (9ºano) do ensino fundamental e quis parar por sentir que "nunca fui de escola". Começou a trabalhar com 20 anos como camareira em motéis e já trabalhou também em churrascarias, padaria e lanchonete. No momento recebe ajuda financeira da mãe.

3.1.1.1 A Gestação e a Maternidade

Margarida está na 37ª semana de gestação, possui outros dois filhos de relacionamentos anteriores, afirma que as gravidezes não foram planejadas, porém foram bem-vindas. Mas relata explicitamente que se pudesse nascer novamente, preferiria ser homem que mulher, *"[...] é muito mais fácil*." Afirmando, não achar graça em um relacionamento homem – mulher "*[...] não acho graça nenhuma."* Descreve a experiência de ser mãe *"[...] como muito boa, mas é difícil, vale a pena."* Sua preocupação maior está no futuro dos filhos em relação a escola. Margarida afirma "*[...] o mais importante são meus filhos, eles nunca vão me abandonar."*

Em relação à atual gestação, Margarida afirma não ter sido planejada, reconhecendo desespero quando ficou sabendo "[...] *queria morrer."* M.F.G quando engravidou estava em uso frequente das drogas juntamente com seu parceiro e pai da criança "*[...] hoje não uso mais."* Ao ficar sabendo da gravidez M.F.G afirma que o parceiro se sentiu alegre e empolgado, devido ao seu desejo de ser pai. Chegaram a morar juntos. Mas se separaram devido o companheiro ter se envolvido com assalto e estar preso, afirmando que ele usa droga excessivamente "*[...] usa mais que eu."*

No que refere aos métodos contraceptivos Margarida conta que é descontrolada e que nunca se preveniu, e não teve nenhum caso de aborto. Nota que está sendo uma gravidez diferente das outras, sente mal, mais dores na barriga, enjoo e no momento da entrevista estava gripada. E diz "*[...] eu recebo apoio do postinho de saúde."*

Em relação ao uso de álcool e outras drogas, Margarida disse no momento somente fazer uso de cigarro e saber dos riscos para o bebê, afirmando "[...] *as drogas não acrescenta em nada, busquei por diversão. "* Sente-se ansiosa pela chegada do novo filho e apesar de acostumada com a gravidez, e diz " [...] *nunca gostei de pegar bebezinho."* E fala nunca ter se sentido discriminada pelo estilo de vida que se leva, e complementa "[...] *estou me afastando das drogas e de quem está envolvido com ela, meu maior sonho é ter a minha casa própria. "*

3. 2 CASO 2: Luana

3.2.1 **O Histórico Familiar:** o genograma e Ecomapa

Luana (nome ficiticio) faz uso de drogas desde os 16 anos de idade, hoje com 38 anos seu uso é frequentemente diário. A primeira droga de uso foi a maconha. Residente atualmente em casa compartilhada com a mãe de 82 anos. Os filhos residem o mais velho de 11 anos com o pai e o de 5 anos com o tio "[...] *meu tio cria meu filho como se fosse dele..."*, eles a visitam em finais de semana. Atualmente Luana está na 23ª semana de gestação do terceiro filho. Luana relata "[...] *tenho bom relacionamento com meus familiares, não possuo conflito. "* Quanto as atividades laborais, Luana se diz "[...] *sou diarista, mas vivo de bicos, nada fixo... não consigo criar eles... mas eu dou carinho quando estão comigo. "*

Os dados do genograma indica que Luana manteve um relacionamento conjugal por 10 anos, sendo 9 anos amasiada. Mas relata "[...] *tive dois outros relacionamentos, mas não lembro certo as datas, o último foi passageiro nem relacionamento foi. "* Com estes parceiros Luana teve um filho, "[...] *meus filhos é cada um de um pai, o mais velho 11 anos do primeiro relacionamento, o segundo com 5 anos do segundo e o terceiro que ainda não nasceu é do outro. "* Atualmente Luana está sozinha, os seus relacionamentos conjugais se dizem tranquilos "[...] *nem tenho relacionamento com o pai deste que estou esperando. "*

As separações ocorreram devido divergências religiosas e condição de saúde, "[...] *separei do primeiro porque ele sofreu acidente e por estar grávida não tinha como cuidar*

dele. O segundo foi por conta da religião adventista dele, é muito severa... tentei seguir, mas não dei conta, muito rigorosa. O terceiro, este nem foi nada, foi uma paquera só." A convivência de Luana com os pais de seus filhos é difusa, segundo relata "[...] *um não tem condição de ajudar no cuidado do filho, o outro tem a guarda do filho, mas é o tio que cuida do meu mais velho... mas vejo eles sempre aos finais de semana.... Deste que estou esperando não tenho convivência, a gente não fazia plano junto e nem tinha afinidade de amigos"*. E prossegue dizendo sobre o pai do terceiro filho "[...] *ele é desligado, ficou feliz, mas não houve alteração na nossa relação e não tenho contato com ele não."*

Na linha correspondente à geração dos pais, Luana conta que é filha única, e diz "[...] *fui criada pela minha avó, convivi com minha mãe após meu casamento."* Sua mãe tivera cinco relacionamentos e cinco filhos, mas nenhum casamento. Luana é a filha caçula entre os irmãos e do quinto relacionamento da mãe "[...] *meu primeiro irmão era homem, mas nasceu e morreu, os outros são todas mulheres. "*

Os vínculos sociais de Luana são estreitos e relacionados à família, vizinhos, serviço de saúde e na igreja evangélica. Quanto à escola, houve rompimento quando cursava a 1ª série do ensino fundamental, "[...] *desisti de estudar por que a professora puxou minha orelha."* E prossegue, "[...] *comecei a trabalhar com 12 anos de babá, na casa da tia, às vezes doméstica, e no salão de beleza, que é meu sonho o salão... Não recebia ajuda de ninguém e na época não existia bolsa família, tinha que me virar."*

3.2.2 A Gestação e a Maternidade

Na 23ª semana de gestação do terceiro filho, Luana afirma que "[...] *meu primeiro filho foi desejado, o segundo não desejei mais recebi bem..."* Sobre o terceiro diz estar sendo diferente, "[...] *estou com dor dente, os outros não tive dor de dente... este é muito amado, apesar de não planejado... Quando fiquei sabendo, senti medo e felicidade ao mesmo tempo."*

Na atual gestação suas expectativas sobre o novo filho, se diz "[...] *sem explicação... estou motivada e feliz com sentimento de esperança de que meu bebê me traga felicidade."* Luana relata que nasceria de novo como mulher se pudesse escolher, pois, "[...] *a mulher tem o dom especial de ser mãe.*" Sobre a relação homem e mulher ela afirma "[...] *acho uma palhaçada... principalmente a mulher engravidar para segurar homem, percebo que muitas não gostariam de ser mãe e até abortam... tem dó, muitas desejam e não conseguem."* Para

Luana, ser mãe vale a pena "[...] *é um dom de Deus... o mais importante é os filhos fruto que Deus me deu... mas não me preocupo com o futuro."* E diz que seu sonho como mulher é abrir um salão de beleza "[...] *ainda não consegui nem ter meu salão e nem a minha casa que é outro sonho meu."*

Sobre o uso das drogas Luana diz "[...] *acho isso uma porcaria... estou parada com a droga... mas usei crack até saber que estava grávida e com dois meses já... agora estou somente usando o cigarro... maconha."* Luana demonstra saber dos riscos para o bebê decorrente dos danos do uso frequente das drogas e do cigarro no período gestacional, e "[...] *meu primeiro filho nasceu com sete meses, e está saudável... eu usei droga na época."* Socialmente Luana reforça o sentimento de discriminação social devido ao uso das drogas, "[...] *fui humilhada já por ser usuária de droga, nos serviços... fico triste, mas não sou agressiva... toma clonazepam."*

4 DISCUSSÃO

É possível observar em ambos os casos, aspectos semelhantes no tocante contexto de vida das participantes que, socialmente são mulheres que mantem relações instáveis e o ambiente físico em situação precária expostas a falta de higienização. Estando os filhos sobre os cuidados de outrem, que consigam garantir estabilidade emocional para criança. São mulheres de classe baixa, com pouca escolaridade sem uma profissão específica.

Embora no ambiente familiar demonstre uma precariedade social, a adversidade em torno ao envolvimento paterno é um dilema envolto aos casos, uma vez que, diversos estudos apontam para os aspectos emocionais – afetivo da relação materna-paterna para criança que refletem na constituição do sujeito, por meio da relação simbólica. A criança não tem relação simplesmente com um objeto que a satisfaz ou não a satisfaz, mas graças ao mínimo de espessura de irrealidade dado pela primeira simbolização, já existe um referenciamento triangular da criança, uma relação não com aquilo que traz satisfação para sua necessidade, mas uma relação com o desejo do sujeito materno que ela tem diante de si (LACAN, 1999).

A gravidez é um momento de importantes reestruturações na vida da mulher e nos papéis que esta exerce. São vividas, neste período, mudanças de diversas ordens - biológicas, somáticas, psicológicas e sociais. Em primeiro momento a criança tem com a mãe uma relação simbiótica, ou seja, há a crença de que um é parte do corpo do outro, em uma relação

de dependência (PICCININI et al., 2008).

A dependência química caracteriza-se pela presença de um agrupamento de sintomas cognitivos, comportamentais e fisiológicos, os quais visualizados em nossa pesquisa como moradias com higiene precária, predispondo a vários problemas relacionados à saúde da gestante e futuro bebê. Isso indica que o indivíduo continua utilizando uma substância, apesar dos graves problemas relacionados a ela. Uma vez estabelecida a dependência, o usuário acaba priorizando o uso da droga em detrimento de outras atividades e obrigações como o reconhecimento das próprias necessidades de sobrevivência (OMS, 1993; KAPLAN; SADOCK; GREBB, 2017).

Em virtude de ser um problema bastante complexo, no qual estão envolvidas várias dimensões, deve-se entender a dependência química como uma doença biopsicossocial, em que os modelos de tratamento necessitam de procedimentos ecléticos, que incluam diversas estratégias de abordagem do problema, considerando elementos biológicos, psicológicos e sociais (KAPLAN; SADOCK; GREBB, 2017).

Pode-se notar no caso 1, que o tipo de família ao qual configura-se a constituição de Margarida de *estrutura familiar múltipla e gravídica*. Com características *flutuante e descontrolada*, devido às mudanças de moradia, emprego, bem como de parceiros. Somado a fatores e problemas crônicos relacionados ao uso de drogas, por si e seu último parceiro. Na relação conjugal, mostra-se então um modelo de família *paralela* devido ao não compartilhamento de atividades cotidianas, sem objetivos de vida e dificuldades em modificação de seus hábitos. As relações parentais apresentam características *instáveis*, não sabendo enfrentar seus próprios conflitos conjugais, bem como seus propósitos de vida não definidos e claros.

A família é entendida como um grupo de pessoas no qual seus membros dizem fazer parte dela, podendo essas pessoas ser ou não ligadas por consanguinidade e aliança, caracterizada como co-construtora de valores e sentimentos que influenciam na constituição da parentalidade de acordo com a cultura transmitida ao longo das gerações (BORDIGNON et al., 2013).

No caso das *famílias reconstituídas* ou *recompostas* há estatísticas que indicam um crescente aumento de crianças que vivem nesta configuração de lar com apenas um genitor. No passado, a existência de famílias constituídas por um genitor decorria, geralmente, da morte do pai. Hoje, na maioria delas, o pai está vivo, mas não presente, sendo essa presença

substituída algumas vezes pela do padrasto. Esta configuração de família é cada vez mais habitual em nossa sociedade. Mas não podemos esquecer que as *famílias reconstituídas*, por sua vez, requerem considerável ajustamento por parte de todos os seus membros e as dificuldades podem continuar por muitos anos após a inserção do padrasto ou madrasta na família (BOTTOLI et al., 2012).

No caso 2, nota-se que o tipo de família ao qual configura-se a constituição de Luana também é de *estrutura familiar múltipla e gravida, flutuante e descontrolada*, devido relações inconsistentes com descendentes diversos, incluindo problemas crônicos da adicção. Em contextos conjugais, Luana possui uma *família paralela*, pois os parceiros são flutuantes e sem vínculos não partilhando de atividades cotidianas, de objetivos de vida, possuindo dificuldades de modificar hábitos desajustados. A relação parental é *instável* com ausência de objetivos que impedem um ajustamento social e emocional.

As transformações paradigmáticas, ocorridas principalmente a partir de meados do século XX, no que diz respeito à configuração e ao funcionamento familiar, provocaram alterações na estrutura e na dinâmica de suas relações, contribuindo para a concepção contemporânea de família. Essas modificações têm acarretado mudanças nos padrões de funcionamento entre seus membros, levando a um processo de assimilação e de construção de novos modos de relacionamento (BOTTOLI et al., 2012).

Contudo, não podemos deixar de lado e esquecer que mesmo com essa diversidade de configurações familiares as famílias influenciam o futuro de uma pessoa e não importa se há ou não casamento, se é monoparental ou biparental, ela existe de variadas formas e arranjos, o importante é que ela exista (BORDIGNON et al., 2013; BOTTOLI et al., 2012).

O uso de drogas lícitas e ilícitas durante a gestação sempre foi uma questão de difícil abordagem. A expansão do consumo de drogas psicoativas atingiu as mulheres em idade fértil aumentando o consumo nessa população específica consideravelmente. Isso gerou diferentes desafios em várias esferas, no que tange ao campo da saúde, família e sociedade em geral (MAIA; PEREIRA; MENEZES, 2015; SILVA et al., 2016).

Em relação ao genograma e o ecomapa percebe-se no caso 1, que Margarida é filha única e existe presença de aborto na família. O avô materno faleceu devido a complicações consequente ao abuso do álcool. Um relacionamento distante do vínculo paterno. Não apresenta pudor social e preocupações conseguinte ao tipo de vida que se leva, com diferentes homens e diferentes pais de seus filhos. Entretanto, consegue estabelecer laços estreitos entre

aqueles que a cerca, mas distante da religião.

O papel do pai na Sociedade tem se transformado, sobretudo, nas últimas décadas. De fato, a condição de Pai evoluiu e continua em franco processo de evolução, devido às transformações culturais, sociais e familiares, passando pela fase em que os filhos eram propriedades do pai (com as mães quase sem direitos), e pela fase em que o pai era apenas o suporte financeiro da família (BENCZIK, 2011).

Embora o pai exerça papel importante durante a gestação, principalmente devido ao apoio que pode prestar a mãe, algumas configurações familiares que co-existem atualmente na sociedade ocidental não contam com a presença paterna, como as famílias de mães solteiras.

Estudos brasileiros realizados com mães solteiras têm indicado que, de modo geral, a gravidez dessas mulheres ocorre de forma não planejada e transcorre sem o apoio do pai da criança. Buscando pelo genograma familiar, pode-se visualizar um esquema seguido por gerações anteriores, mães que também não tiveram relações estáveis, ou seja, a normalidade de múltiplos parceiros, como exemplo o caso 2, onde vemos que é filha do quinto relacionamento de sua mãe. O uso de drogas talvez seja uma forma de conseguir manter laços não sabendo seu lugar, onde uma nova criança chega como mais um fio que se entrelaça, mas não sabendo onde começa ou termina aquele emaranhado familiar. História e a vivência de mães solteiras de classes populares brasileiras, depoimentos em temas referentes à desumanização, preconceito, estigma, solidão, humilhação, pobreza e desamparo, apontavam para uma vivência negativa da maternidade (BENCZIK, 2011; MARIN et al., 2011).

No caso 2, o genograma e o ecomapa indicam que Luana mantém enredo de vida similar ao de sua mãe. Observado na filiação, um de cada pai, o envolvimento com o uso abusivo do cigarro por parte de sua mãe e de Luana com as demais drogas. A multiplicidade de parceiros em relações instáveis e curta duração, entretanto, consegue estabelecer laços estreitos entre aqueles que a cerca.

A família tem um papel importante na criação de condições relacionadas ao uso abusivo de drogas agindo tanto como fatores de risco ou proteção. Uma vez que a família é um dos elos mais fortes dessa cadeia multifacetada. O uso abusivo de drogas instaurado, os dilemas decorrentes se perpetuam no adoecimento em todo o seu núcleo envolvente (FREIRES; GOMES, 2012).

As mudanças significativas na família escrevem a história atual em que os problemas das drogas, tem envolvido. A contemporaneidade tem criado formas particulares de

organização, não mais se limitando no modelo de família nuclear *pai, mãe e filhos*, mas a uma forma distinta e decorrente dos tempos modernos, onde os casais se unem e se desunem por diversas vezes e passam a conviver ou não, com filhos, frutos de antigas relações conjugais e filhos que nascem de suas novas uniões (BOTTOLI et al., 2012).

No envolvimento com as drogas, observa-se que Margarida (caso 1) aproximou-se por diversão e pelo contexto social em que vive, direcionada à relacionamentos confusos e sem perspectivas de futuro para si e para seus filhos. Luana (caso 2) envolveu-se pelas frustrações ao longo da vida, apesar de não assumir. O uso excessivo tem causado danos à sua saúde comprometendo a gestação, pois seus sintomas físicos denotam grande risco para o feto, 'futuro' bebê.

Gestantes que consomem crack ou cocaína possuem risco aumentado de desfechos desfavoráveis, tanto maternos como fetais, em relação à população obstétrica, caracterizando esse grupo de pacientes como gestantes de alto risco. Acredita-se que crianças nascidas de gestações desfavoráveis ou incompletas e vindas de situação socioeconômica adversa são expostas a vários riscos, como atrasos no crescimento e desenvolvimento motor. Sendo assim, possuem uma maior tendência de ocorrência de atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor. Os prejuízos ocorrem com maior frequência nas funções cognitivas. Estudos com crianças na faixa etária de dois a sete anos demonstram problemas para a manutenção da atenção. Há relatos de deficiência mental leve e prejuízos da memória e do aprendizado, com maior deficiência ou retardo do desenvolvimento cognitivo em crianças de até dois anos. As alterações cognitivas foram mais evidentes entre as gestantes que fizeram uso combinado de álcool associado a outras drogas (MAIA; PEREIRA; MENEZES, 2015; SILVA et al., 2016).

Margarida, mantem um perfil de pessoa tranquila e focada em continuar a trabalhar, no entanto os filhos necessitam constantemente de ajuda de outros. Luana, apesar de dizer que trabalha sempre, com bebê recém-nascido e com possíveis sequelas, será mais complicado, ainda com o agravante das drogas e da falta de higiene em sua moradia.

Estudo apresenta quão grave é o uso de drogas durante a gestação que além de interferir no meio social da gestante, restringindo seu meio de sustento, ainda potencializa as sequelas causadas na saúde do bebê. Com isso haverá ainda maior dificuldade financeira, bem como agravos sociais onde será inserido a futura criança, dentre eles a instabilidade familiar (BENCZIK, 2011).

Assim, em ambos os casos se constata discernimento quanto a relevância na relação

parental para o desenvolvimento psicossocial do bebê. Convivem em dinâmicas familiares emaranhadas em diferentes níveis, e com fronteiras difusas e não conscientes que isto trará novos conflitos relacionado ao pertencimento do grupo. Pois o vínculo entre mãe e bebe é compreendida como alicerce para o desenvolvimento infantil como um todo, e marcada desde o início pelas concepções sobre o parto, devendo ser considerada como um processo que se estabelece de forma dual e gradual, no qual a mãe e bebê participam ativamente (FREIRES; GOMES, 2012; RIBEIRO et al., 2015).

O vínculo mãe-bebê proporcionará à criança experimentar sentimentos de confiança e sensação de segurança e bem-estar, sendo de importância vital para o desenvolvimento infantil. Logo, esse laço afetivo deve, sempre que possível, ser estável e harmônico a fim de se prevenir possíveis ameaças à construção do vínculo de apego entre mãe e bebê. Nessa relação, o bebê precisa se sentir desejado e amado para que seu desenvolvimento possa ocorrer de forma protegida, preservando-se os riscos acarretados por situações de vulnerabilidade na gravidez que podem gerar consequentes atrasos no desenvolvimento e dificuldade na relação da díade mãe-bebê (CUNHA; SANTOS; GONÇALVES, 2012).

Diante disso, as famílias com fronteiras difusas e múltiplos relacionamentos, trazem o risco de que seus descendentes se sintam carentes afetivamente e mesmo que implícitos, os conflitos internos direcionam estes novos membros a caminhos incertos. A droga em si é o maior fator de risco para a saúde dos bebês e das mães, mas, as relações conjugais instáveis servem de catalizadoras para um ambiente não favorável ao crescimento de qualquer criança. Tais relações, em ambos os casos não poderão dar suporte aos filhos, diante de suas próprias vulnerabilidades. Os fatores de proteção que acerca os casos é o desejo do trabalho e a disposição afetiva dos familiares em auxiliar no cuidado.

É certo que cada família se adapta a seus inter-relacionamentos. Nos dois casos há um fator protetivo importante que são os membros da família que se dispuseram a cuidar de cada criança, mesmo que cada uma em um local diferente, mantendo um vínculo maternal mesmo que transitório. Aquelas que convivem também com seus pais também se beneficiaria emocionalmente, mas na atual gestação, no caso 1, em que o pai se encontra encarcerado, certamente este desenvolvimento emocional da criança será afetado. O fator de risco se amplia quando conjugado ao uso de drogas e devido a isto, ambas as crianças em gestação se encontram em prejuízos relacionado a sua saúde física e mental.

Em virtude de ser um problema bastante complexo, no qual estão envolvidas várias

dimensões, deve-se entender a dependência química como uma doença biopsicossocial, em que os modelos de tratamento necessitam de procedimentos ecléticos, que incluam diversas estratégias de abordagem do problema, considerando elementos biológicos, psicológicos e sociais (KAPLAN; SADOCK; GREBB, 2017). Devido à relação simbiótica com a droga, marcada por perdas e destruições, esta questão atinge não apenas o dependente, mas todos que, direta ou indiretamente, têm relações com ele.

Toda a sociedade sofre com as questões que envolvem o uso abusivo das drogas, especialmente os dependentes e seus familiares, pois sofrem perdas e prejuízos em sua saúde física, mental e social. Os familiares, especificamente, sofrem por terem um laço afetivo muito forte e por serem vistos como corresponsáveis pela formação dos filhos, estando diretamente atrelados ao seu desenvolvimento saudável ou doentio (MEDEIROS et al., 2013; MACIEL et al., 2014; RIBEIRO et al., 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que a amostra de casos no estudo seja contida, o referencial teórico utilizado como aporte na discussão mostra nos dados identificados correlações a uma ampla parcela da sociedade que vive em condições de dinâmicas familiares semelhantes e/ou diferentes. Os achados do presente estudo apontam para a necessidade de atenção aos diferentes conflitos que cercam as famílias com padrões disfuncionais, pois independente das condições sociais e de saúde, os estilos conflituosos, difusos, multirelacionamentos, filhos criados distantes dos pais e tantos outros, fazem parte da atual conjuntura dos arranjos familiares.

Foi possível por meio deste estudo constatar que as dinâmicas familiares, seus conflitos inter-relacionais afetam diretamente as gestantes e consequentemente seu entorno e a futura pessoa. Demonstrando assim no uso do genograma, facilidade no reconhecimento dos danos implicados a saúde e o bem-estar do sujeito para entendimento global das situações psico-físico-social composta na origem do núcleo familiar por meio de sua descendência, facilitando o trabalho no campo da saúde pública.

Por fim, considera-se importante a identificação da dinâmica das relações parentais e seus hábitos psicossociais originários na família, relevante para o papel daqueles que exercem atividades profissionais no campo da saúde pública, pois, compreender a origem do sujeito adoecido, favorece estratégias que implicam melhor no acolhimento e nos cuidados que

requerem. Assim, os dados deste estudo podem servir para diversos programas que abranjam a prevenção do uso de drogas, visto que este potencializa os conflitos familiares, trazendo sequelas para as próximas gerações e ações que possam cuidar das gestantes que estão em vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, M. N. Desenvolvimento do Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF): estudos psicométricos preliminares. **Psico-USF**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 11-19, jun. 2005.

BAPTISTA, M. N. Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF): estudo componencial em duas configurações. **Psicologia Ciência e Profissão,** São Paulo, v. 27, n. 3, p. 496-509, jul./set. 2007.

BENCZIK, E. B. P. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Revista Psicopedagogia.**, São Paulo, v. 28, n. 85, p. 67-75, jan./abr. 2011.

BORDIGNON, S. S. et al. Participação paterna e reação familiar frente à gravidez na adolescência. **Revista de Enfermagem UFPE**, Recife, v. 7, n. 6, p. 4459-4465, jun. 2013.

BOTTOLI, C. et al. Transformações da família nuclear para família contemporânea: novas configurações. In: INTERFACES NO FAZER PSICOLÓGICO: DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDDE E DIFERENÇA, 5., 2012. Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10:** descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993. 352p.

COSTA, R. P. Representação gráfica de famílias com recurso ao Genopro®: (re) descobrir o genograma familiar no contexto da investigação qualitativa. **Indagatio Didactica,** v. 5, n. 2, p. 724-733, out. 2013.

CUNHA, A. C.B.; SANTOS, C.; GONÇALVES, R. M. Concepções sobre maternidade, parto e amamentação em grupo de gestantes. **Arquivos Brasileiros de Psicologia,** Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 139-155, set./dez. 2012.

DOMINGUES, R. M. S. M. et al. Avaliação da adequação da assistência pré-natal na rede SUS do Município do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 425-437, mar. 2012.

FREIRES, I. A.; GOMES, E. M. A. O papel da família na prevenção ao uso de substâncias psicoativas. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 99-104, jan./fev. 2012.

KAPLAN, H.; SADOCK, B.; GREBB, J. **Compêndio de psiquiatria:** ciência do comportamento e psiquiatria clínica. 11. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2017.

KASSADA, D. S.; MARCON, S. S.; WAIDMAN, M. A. P. Percepções e práticas de gestantes atendidas na atenção primária frente ao uso de drogas. **Escola Anna Nery,** Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 428-434, jul./set. 2014.

LACAN, J. O. **Seminário 5:** as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

MACIEL, S. C. et al. Sintomas depressivos em familiares de dependentes químicos. **Psicologia:** teoria e prática, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 18-28, ago. 2014.

MAIA, J. A.; PEREIRA, L. A.; MENEZES, F. A. Consequências do uso de drogas durante a gravidez. **Revista Enfermagem Contemporânea**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 121-128, jul./dez. 2015.

MANN, L. et al. Alterações biomecânicas durante o período gestacional: uma revisão. **Motriz,** Rio Claro, v. 16, n. 3, p. 730-741, jul./set. 2010.

MARIN, A. H. et al. A constituição da maternidade em gestantes solteiras. **Psico:** PRUCS, Porto Alegre, v. 2, n. 42, p. 246-254, abr./jun. 2011.

MEDEIROS, K. T. et al. Representações sociais do uso e abuso de drogas entre familiares de usuários. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 2, p. 269-279, abr./jun. 2013.

NASCIMENTO, L. D. et al. Genograma e ecomapa: contribuições da enfermagem brasileira. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 211-220, jan./mar. 2014.

PICCININI, C. A. et al. Gestação e a constituição da maternidade. **Psicologia em Estudo,** Maringá, v. 13, n. 1, p. 63-72, jan./mar. 2008.

PORTELA, G. L. C. et al. Percepção da gestante sobre o consumo de drogas ilícitas na gestação. **SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 9, p. 58-63, maio/ago. 2013.

REBELO, L. Genograma familiar: o bisturi do médico de família. **Revista Portuguesa de Clínica Geral**, Lisboa, v. 23, n. 3, p. 309-317, maio/jun. 2007.

RIBEIRO, J. P. et al. Participação do pai na gestação, parto e puerpério: refletindo as interfaces da assistência de enfermagem. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 73-82, jul./set. 2015.

SILVA, A. P. R.; GÓIS, J. B. H. Entre a acusação e aceitação: um estudo das percepções de uma equipe de saúde sobre a mulher gestante com HIV/AIDS. **Revista Gênero**, Niterói, v. 11, n. 2, p. 9-28, jan./jun. 2011.

SILVA, F. M. et al. Crack na gestação: consequências no crescimento/desenvolvimento do

feto e recém-nascido. **Revista Enfermagem UFPE**, Recife, v. 10, n. 6, p. 4934-4941, dez. 2016.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

LIMITES ÉTICOS DO PROLONGAMENTO DO PROCESSO DE MORTE A PEDIDO DO PACIENTE EM FIM DE VIDA

Larissa de Paula Ferreira*
Leila Maria Tinoco Boechat Ribeiro**
Alinne Arquette Leite Novais***
Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral****
Carlos Henrique Medeiros de Souza****

Resumo: objetivou-se com o presente trabalho refletir sobre os limites éticos do prolongamento do processo de morte a pedido do paciente em fim de vida. O progresso da medicina, bem como o avanço da tecnologia tem se tornado um álibi para a sutil e não benéfica prática de tratamentos fúteis. Justifica-se esta abordagem pela atual atenção e discussão acerca do tema, uma vez que tal prática é compreendida como um problema contemporâneo e que atenta contra a dignidade humana. No uso de metodologia qualitativa, baseia-se em análise de obras e artigos científicos de teóricos no assunto, bem como em dispositivos legais vigentes. Conclui-se que o prolongamento do processo de morte pelo médico, mesmo que seja esta a vontade do paciente em fim de vida, constitui infração médica ético-disciplinar.

Palavras-chave: Paciente em fim de vid. Autonomia. Atuação médica. Limites éticos.

Abstract: This paper aims propose a reflection about how ethical limits of the prolongation of the death process at the request of the end-of-life patient. The progress of medicine as well as the advancement of technology has become an alibi for the subtle and not beneficial practice of futile treatments. This approach is justified by the current attention and discussion on the subject, since said practice is understood as a contemporary problem and that undermines human dignity. Using qualitative methodology, it is based on the analysis of works and scientific articles of theorists in the subject, as well as in current legal dispositions. It is

* Egressa do Curso de Direito – Universidade Iguaçu, Itaperuna. E-mail: larissadepaulaf@gmail.com

** Estudante de Mestrado do Programa de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Uenf. Oficial de Justiça Federal da Vara Federal de Itaperuna. E-mail: leilaboechat@yahoo.com.br

*** Mestra em Direito Civil – UERJ. Juíza de Direito Titular do TJMG – 4ª Vara Cível da Comarca de Muriaé. E-mail: alinnearquette@yahoo.com.br

**** Mestra e estudante de doutorado em Cognição e Linguagem – Uenf. Docente dos Cursos de Direito e Medicina. E-mail: hildeboechat@gmail.com

**** Coordenador e docente do Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* do Programa de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte fluminense Darcy Ribeiro – Uenf. Doutor em Comunicação. E-mail: chmsouza@gmail.com

concluded that the extension of the death process by the physician, even if it is the will of the patient at the end of life, constitutes an ethical-disciplinary medical infraction.

Keywords: End-of-life patient. Autonomy. Medical practice. ethical limits

> "*O paradigma de curar facilmente torna-se prisioneiro do domínio tecnológico da medicina moderna. Se algo pode ser feito, logo deve ser feito. Também idolatra a vida física e alimenta a tendência de usar o poder da medicina para prolongar a vida em condições inaceitáveis. Esta idolatria da vida ganha forma na convicção de que a inabilidade para curar ou evitar a morte é uma falha da medicina moderna. A falácia dessa lógica é pensar que a responsabilidade de curar termina quando os tratamentos estão esgotados*" (PESSINI, 2007, p. 217).

Considerações iniciais

Prolongar o processo de morte com investimentos terapêuticos que não beneficiam o paciente configura, pacificamente, a prática da distanásia. Se observada a teoria tridimensional do direito idealizada pelo filósofo e jurista brasileiro Miguel Reale (1940), segundo a qual o Direito precisa ser interpretado sob o prisma do fato, do valor e da norma, deduz-se que a intervenção distanásica não possui dispositivo legal específico, omissão que não impede a certeza de reconhecer tal fato como problema contemporâneo indubitavelmente ligado aos objetivos da medicina. O presente trabalho tem a finalidade de examinar o contexto, bem como os elementos que compõem o dilema da distanásia, ou seja, analisar os limites éticos do prolongamento do processo de morte à luz da deontologia médica, mesmo que seja esta a vontade do paciente em fim de vida.

Este estudo se justifica pela contemporânea atenção e infinitas discussões explícitas acerca da obstinação terapêutica, do tratamento fútil ou distanásia, tendo em vista o progresso da medicina, bem como o avanço da tecnologia, se fazendo necessário discernir eticamente, a partir dos valores humanos, se as intervenções terapêuticas implementadas em situações críticas, de forma obstinada, são benéficas ao paciente ou se somente o submetem a mais dores e infortúnios.

Por meio de metodologia qualitativa, a abordagem do trabalho proposto está baseada em diversas obras e artigos científicos de teóricos sobre o assunto como Moraes (2013), Reale

(2002), Herkenhoff (2010), Vieira (2012), Pessini (2007), Sertã (2005), entre outros. Também foram analisados dispositivos legais de notória relevância, a saber, CRFB/1988, Resoluções nº. 1.931/2009 (Código de Ética Médica), e nº. 1.805/2006 (disciplinadora da ortotanásia) do Conselho Federal de Medicina e ainda, o Código Civil /2002.

O conteúdo do trabalho, objetivando melhor compreensão, foi delimitado em três capítulos, abordando o primeiro, logo após as considerações iniciais, a deontologia médica e a Resolução n°. 1.931/2009 (Código de Ética Médica), analisando-se também a inviolabilidade da garantia constitucional à vida frente a autonomia assegurada pela Resolução nº. 1.805/2006, disciplinadora da ortotanásia. O capítulo seguinte examina o direito à autodeterminação e à distanásia. Por fim, são tratados os limites éticos da atuação médica em relação à obstinação terapêutica, ao que se segue, o fechamento, pelas considerações finais.

1 A DEONTOLOGIA MÉDICA E AS RESOLUÇÕES Nº. 1.931/2009 (CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA) E N°. 1.805/2006 (ORTOTANÁSIA)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assegura o direito à vida, proclamando-o como direito fundamental em seu artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (CRFB, 1988).

Neste sentido, Moraes (2013) aponta que os direitos humanos fundamentais previstos são essencialmente direcionados à proteção da dignidade humana, o que permite compreender que tanto o poder legislativo quanto o poder judiciário precisam consolidar o seu reconhecimento e criá-los a partir do desenvolvimento de consciência moral e social, baseando-se em aspectos políticos, religiosos, sociais e econômicos. Ainda, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948) tem por objeto concretizar plenamente a eficácia de direitos básicos como dignidade, vida, saúde, segurança, liberdade, igualdade, cultura, religião, honra, moral e demais bens mínimos existenciais por meio de normas gerais que os tutelam, prevendo, outrossim, instrumentos políticos e jurídicos para implementação dos mesmos. Tais direitos, mundialmente reconhecidos como fundamentais, transformaram-se em uma disciplina autônoma e inter-relacionada com diversas outras, a saber: Filosofia, História, Direito, Política, Economia, Sociologia, Arqueologia, Antropologia e

consequentemente a Medicina.

Incontroversa é a evolução da consciência social e individual nos últimos anos e, paralelamente, das múltiplas ciências que as permeiam. Questões ligadas ao desenvolvimento da medicina e ao progresso dos respectivos conhecimentos voltados à manutenção da saúde, à cura, ao tratamento ou à prevenção de enfermidades, ampliam novas reflexões sob o prisma da moral e demandam singulares exames acerca dos fatos e de suas consequências éticas.

A esse respeito, conforme João Baptista Herkenhoff, há valores e fatores que, em face do caso concreto, preexistem à "interpretação abstrata da norma, num artigo ou livro doutrinário", os quais abarcam "o homem e a dramaticidade da vida, à luz da norma e das diretrizes do sistema legal" (HERKENHOFF, 2010, p. 100).

Os estudos e progressos científicos são indispensáveis, contudo, no tocante aos avanços medicinais, há que se considerar notadamente os resultados éticos e legais intensamente refletidos no homem e integralmente afetos à sociedade. Neste seguimento, Miguel Reale apresenta:

> Por mais que o homem descubra e certifique verdades e seja capaz de atingir leis ou princípios, seus conhecimentos da realidade, *sic et simpliciter*, não envolvem a obrigatoriedade da ação. [...] As ciências positivas, com suas leis e teorias, não deixam, é claro, de exercer influência sobre nosso comportamento, assim como sugerem caminhos a serem seguidos ou evitados, tanto como fornecem meios adequados à consecução de fins. Estes resultam, porém, do reconhecimento de valores objetivos que são a razão de ser da conduta. A atitude do homem perante o homem e o mundo, e a projeção dessa atitude como atividade social e histórica [...] (REALE, 2002, p. 34).

Desse modo, esclarece Reale (2002) que a ação está intimamente ligada àquilo que o indivíduo entende como valor e este interfere na sua atuação perante o outro e o mundo, tendo como consequência a atividade social e histórica, ou seja, todo ser humano em sua existência é guiado por um algum valor, um foco, positivo ou negativo, "de estimativa que dá sentido à sua concepção da vida" (REALE, 2002, p. 36), que rege o seu modo de ser.

A deontologia médica e a Resolução nº. 1.931/2009 do CFM – O Código De Ética Médica (CEM)

"O Direito, como experiência humana, situa-se no plano da Ética, referindo-se a toda problemática da conduta humana subordinada a normas de caráter obrigatório" (REALE,

2002, p. 36). Deontologia é entendida como o "estudo ou tratado dos deveres ou das regras de natureza ética" ou o "conjunto de deveres e regras de natureza ética de uma classe profissional" (DEONTOLOGIA, 2016), tornando compreensível o fato de que no exercício da medicina, assim como em outras diversas profissões, há diretrizes de natureza ética fundamentais para a atuação.

A formação de profissionais eticamente competentes para o melhor exercício da arte e ciência médica de curar (ou proporcionar qualidade de vida) tem sido cada vez mais almejada por todos. Não há como negar que este anseio possui notória relevância, sendo certo que, no Brasil, conforme destacam Dantas e Souza (2008), o Conselho Federal de Educação (CFE) tornou imprescindível o ensino da Deontologia médica nas instituições que ministram curso de medicina, através da Resolução n°. 08/1969.

Nesse entendimento, Ávila (*apud* Lazzarini, 1996, p. 58) ensina que a "Deontologia, em verdade, é a ciência do que é justo e conveniente que o homem faça, do valor a que visa e do dever da norma que dirige o comportamento humano, no que coincide a Deontologia com a ciência da moralidade da ação humana ou com a ética". Firma-se, portanto, que a crescente educação em ética médica e a relevância do seu ensino nos cursos de graduação, reforçam a Deontologia como a ciência que além de estabelecer diretrizes normativas para a atuação do profissional exige que a mesma seja exercida com honestidade, observando a moral e tendo como objeto "o bem a fazer e o mal a evitar", culminando no exercício consciente da profissão (ÁVILA *apud* LAZZARINI, 1996, p. 59).

O Conselho Federal de Medicina, responsável por normatizar e fiscalizar o exercício regular, com auxílio dos Conselhos de Medicina, órgãos que, simultaneamente, supervisionam a ética profissional em toda a República, julgam e disciplinam a classe médica, editou no uso das suas atribuições legais o Código de Ética Médica (CEM), cujo preâmbulo preconiza preceitos a serem observados pelos respectivos profissionais, sejam para o ensino, sejam para atividades voltadas "à pesquisa e à administração de serviços de saúde, bem como no exercício de quaisquer outras atividades em que se utilize o conhecimento advindo do estudo da Medicina" (CFM, CEM, 2009).

O próprio CEM, em seu Capítulo II, inciso IX, estatui ser direito do médico "recusar-se a realizar atos médicos que, embora permitidos por lei, sejam contrários aos ditames de sua consciência" (CFM, CEM, 2009), afirmando ser necessário o trabalho consciente, não vinculado apenas à interpretação literal ou nas lições de Herkenhoff (2010), ao momento

filológico da lei, uma vez que interpretar um dispositivo legal exclusivamente pela gramática ou iniciar por ela para depois buscar compreendê-lo axiologicamente, é considerado pela doutrina processamento de interpretação ultrapassado.

A responsabilidade profissional e a consequente sujeição do facultativo infrator às penas disciplinares legalmente previstas, quando este transgredir normas deontológicas, são ressaltadas, outrossim, pelo referido código em seu capítulo III, artigo 1°, ao estabelecer expressa vedação ao médico de "causar dano ao paciente, por ação ou omissão, caracterizável como imperícia, imprudência ou negligência", bem como:

> Art. 20. Permitir que interesses pecuniários, políticos, religiosos ou de quaisquer outras ordens, do seu empregador ou superior hierárquico ou do financiador público ou privado da assistência à saúde interfiram na escolha dos melhores meios de prevenção, diagnóstico ou tratamento disponíveis e cientificamente reconhecidos no interesse da saúde do paciente ou da sociedade (BRASIL. CEM, 2009).

Com efeito, nota-se que a redação textual do CEM está fundamentada em valores, que não conduzem simplesmente ao desempenho ético e profissional da medicina, aos procedimentos e tratamentos, mas também ao bem-estar dos pacientes, de seus familiares e, por conseguinte, de toda a sociedade.

Observa-se que o próprio CEM determina, no art. 41, que é vedado ao médico, ainda que a pedido do paciente, abreviar sua vida, bem como utilizar ações terapêuticas excessivas (inúteis ou obstinadas), deixando clara a discordância da obstinação terapêutica ou tratamento fútil que caracterizam as condutas distanásicas.

> Art. 41. Abreviar a vida do paciente, ainda que a pedido deste ou de seu representante legal.
> Parágrafo único. Nos casos de **doença incurável e terminal**, deve o médico oferecer todos os cuidados paliativos disponíveis **sem empreender ações diagnósticas ou terapêuticas inúteis ou obstinadas, levando sempre em consideração a vontade expressa do paciente** ou, na sua impossibilidade, a de seu representante legal (BRASIL.CFM, 2009, grifo nosso).

A inviolabilidade da garantia constitucional à vida frente à autonomia assegurada pela resolução nº. 1.805/2006, disciplinadora da ortotanásia

O direito à saúde encontra-se preservado pelo princípio da dignidade da pessoa humana, estabelecido no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal de 1988 e dele decorre o primo dos direitos, "o pré-requisito à existência e exercício de todos os demais", o direito à

vida (MORAES, 2013, p. 87). A vida é garantia constitucional e inerente à condição humana, tendo assegurada sua inviolabilidade pelo artigo 5º da CRFB/88. Contudo, não se trata de um direito oponível *erga omnes*, ou seja, não está sujeito à arbitrariedade ou à obrigação de viver, cabendo ao Estado assegurá-lo não somente quanto ao sentido de continuar vivo, mas também quanto à qualidade de vida, adequada à condição humana, respeitando outro princípio fundamental, o de liberdade, também inerente à dignidade de toda pessoa humana (GONÇALVES NETO, 2015, p. 34).

Segundo Alexandre de Moraes (2013**,** p. 88), "ninguém pode ser privado arbitrariamente de sua vida". Entende-se que Carta Magna não comanda um dever supremo de vida, mas um direito atrelado à liberdade de escolha e à autonomia do detentor para renunciá-lo caso privado de condições mínimas para o seu desfruto (MORAES, 2013). Nesse cenário, percebe-se que, privando o paciente do seu direito à escolha e, ainda, inferiorizando sua liberdade, há transgressão ao direito à vida e também à sua dignidade. A dignidade humana e a liberdade de determinar-se frente à morte sob a ótica do Estado Democrático de Direito Brasileiro, dentre outros diplomas legais, encontra-se firmada na Resolução n.º 1.805/2006 do Conselho Federal de Medicina, que trata da prática da ortotanásia e considera caber ao médico zelar pelo bem-estar dos pacientes, estabelecendo, igualmente, que:

> Na fase terminal de enfermidades graves e incuráveis é permitido ao médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente, garantindo-lhe os cuidados necessários para aliviar os sintomas que levam ao sofrimento, na perspectiva de uma assistência integral, respeitada a vontade do paciente ou de seu representante legal (BRASIL. CFM. RESOLUÇÃO Nº 1.805, 2006).

Etimologicamente, ortotanásia é uma palavra grega formada pelos prefixos *orto* (correto, certo) e *thanatos* (morte), os quais transmitem o conceito de morte no momento certo em que ela deveria ocorrer, não havendo antecipação nem adiamento da hora derradeira da pessoa enferma (CABRAL, 2016). Segundo Lopes (2015) percebe-se a ortotanásia como produto da concreta e consciente manifestação volitiva do paciente em concordância com a equipe médica, optando por não se render a tratamentos brutais, mas conquistar a morte digna, humanizada, pacífica, buscando sempre o bem-estar físico, emocional, social e espiritual, conforme anela o enfermo.

A prática legal da ortotanásia prevista na Resolução supramencionada, similarmente vige no CEM, corroborando em seu Capítulo I, XXII, dos Princípios Fundamentais, que

havendo "situações clínicas irreversíveis e terminais, o médico evitará a realização de procedimentos diagnósticos e terapêuticos desnecessários e propiciará aos pacientes sob sua atenção todos os cuidados paliativos apropriados". Em conformidade com o dispositivo legal, Vieira (2012, p. 245) conceitua a ortotanásia como "a única prática aplicada ao paciente no final da vida que pode efetivamente garantir o respeito à sua dignidade, ajudando-o a enfrentar com o mínimo de medo possível a aproximação da morte e a recuperar o sentido da vida".

Desse modo, a discussão do evento morte como inevitável na existência humana permite compreender a ortotanásia como a conduta de não simplesmente "'deixar morrer', mas 'permitir' que a morte aconteça de forma leve e serena, com o mínimo de dor possível, preservando ao máximo o direito à autodeterminação da pessoa doente" (CABRAL, 2016, p. 54). Estando a doença em fase terminal, a clara, lúcida e expressa vontade do doente ou de seu representante legal – nos casos em que o enfermo não a possa fazer – acompanhada dos cuidados atenuantes indispensáveis ao fim da vida, tornam evidente a proteção do morrer sob amparo da dignidade, conforme advertem Pessini e Barchifontaine (2014) *apud* Cabral (2016), para os quais o ser humano deve ser cuidado para morrer com o mesmo zelo que é cuidado para nascer.

Isto posto, no que se refere à autodeterminação daquele que necessita de cuidados médicos e, principalmente, à garantia de ter assegurada sua dignidade humana, é vedado ao clínico em conformidade com o art. 24, capítulo IV, do CEM "deixar de garantir ao paciente o exercício do direito de decidir livremente sobre sua pessoa ou seu bem-estar, bem como exercer sua autoridade para limitá-lo", fundamentando a relevante questão no que tange à relação entre o profissional médico, o enfermo e a família, pois o exercício da medicina está voltado, sob juramento, para o bem-estar do doente, incluindo respeito pela sua decisão de completar os seus últimos dias como livremente escolheu, garantindo-lhe um findar de vida humano e justo.

2 Direito à autodeterminação e a distanásia

Não se contesta o desejo de viver mais tempo, entretanto o de empregar atos extremos a fim de viver a qualquer preço ou de qualquer forma. O que se questiona é a manutenção artificial, a vida artificial: eis o cotidiano da distanásia. Renato Lima Charnaux Sertã a identifica como "fenômeno típico da sociedade atual e decorrente da evolução da medicina",

tratamento que se encontra ligado atualmente, "mais do que à própria morte lenta, às suas causas, que protraem de forma dolorosa o momento final da existência", ou ainda aquele "ministrado em pacientes portadores de graves moléstias, para as quais não há solução facilmente identificável pela ciência médica" (SERTÃ, 2005, p. 32).

Léo Pessini (2004, p. 252) designa a palavra como "uma ação, intervenção ou procedimento médico que não atinge o objetivo de beneficiar a pessoa em fase terminal e que prolonga inútil e sofridamente o processo do morrer, procurando distanciar a morte". Mônica Silveira Vieira (2012, p. 233) afirma que a distanásia "atenta contra a dignidade da pessoa humana, devendo ser evitada", pois ao final se trata "de existência antinatural, totalmente mantida de forma mecânica".

No mesmo sentido, a intervenção para impedir, adiar ou prorrogar o estado irreversível – a morte breve – à pessoa que não detém esperança de qualidade de vida e para a qual certamente foi negada a expectativa de vida normal, o Dr. Daniel Deheinzelin, médico pneumologista (CRM-SP 48.317), enfatiza o notório contraste de tal procedimento com as práticas de caráter humanista, ao examinar que tal esforço ocorre quando há uma perspectiva de falecimento próximo e a extensão da vida artificialmente (*apud* VARELLA**,** 2014).

Tal ideia traduz o conceito de distanásia, futilidade médica, tratamento fútil, obstinação irracional ou ainda, "obstinação terapêutica", designando a ação de promover tratamentos médicos com implicações mais prejudiciais ao bem-estar do paciente final do que a própria doença que se procura tratar, resultando em um tratamento inútil, inviável, inconveniente e frustrante (VIEIRA, 2012, p. 233-234).

Abordando sobre a complexidade da distanásia, Mônica Vieira (2012, p. 235) esclarece que "se deve evitar que a medicina e a tecnologia tornem-se um fim em si mesmas, verdadeiras armas na inútil batalha de preservar a vida que, do ponto de vista natural, praticamente não existe mais". Ressalta-se que de nenhum modo, o recurso tecnológico pode ser concebido negativamente, mas como instrumento que possibilita numerosos benefícios para o bem-estar do ser humano (VIEIRA, 2012, p. 234). Assim, entende-se que tratar cada paciente apenas como mais um caso o torna como objeto da prática médica em vez de senhor desta, deslocando todos os esforços, por essência, direcionados ao enfermo para a enfermidade. Esta conduta atenta contra o princípio da dignidade ao fazer da hospitalização, muitas vezes crucial, medida objetiva, exclusivamente técnica e desprovida de amparo emocional, psicológico, familiar e/ou religioso, peculiaridades fundamentais e inerentes ao

doente (VIEIRA, 2012).

Quando morrer é certo e inevitável, ainda que haja pela equipe médica especial dedicação e o melhor desempenho possível, errôneo é pensar no exercício da medicina como uma guerra contra as enfermidades, tomando-a como perdida no momento em que o paciente morre, conforme adverte Leonard C. Martin:

> Com a modernização da medicina, novos estilos de praticar a ciência e novas atitudes e abordagens diante da morte e do doente terminal emergiram. O paradigma tecnocientífico da medicina se orgulha, com bastante razão, diante dos significativos avanços obtidos nos últimos cem anos nas ciências e na tecnologia biomédica. Atualmente, doenças e feridas antigamente letais são curáveis desde que tenham tratamento adequado. O orgulho, porém, facilmente se transforma em arrogância e a morte, ao invés de ser o desfecho natural da vida, transforma-se num inimigo a ser vencido ou numa presença incômoda a ser escondida (MARTIN, 1998, p. 173).

A *contrario sensu*, pode-se compreender que entre todos os objetivos da atuação médica, não há o prolongamento indefinido da vida, mas a luta contra a morte antecipada e a busca pelo findar em paz (SERTÃ, 2005). No capítulo dedicado à reflexão sobre "evitar a morte prematura e buscar uma morte em paz", Léo Pessini (2007, p. 59) ensina que, paralelo à luta dos médicos contra a morte antecipada, se encontra o dever de aceitá-la como sina de todos, afirmando claramente que:

> O tratamento médico deve ser usado de tal forma que aumente a possibilidade de uma morte em paz. A medicina contemporânea tem tratado a morte como sua suprema inimiga. Fez isso ao dar as doenças de condição mortal uma priorização excessiva em termos de pesquisa e de dinheiro, e algumas vezes estendeu a vida para além de qualquer benefício humano, consequentemente negligenciando o cuidado humano dos que estão morrendo (PESSINI, 2007, p. 59).

A persistência em adotar condutas que sequer trazem benefício algum, com potenciais nulos, mínimos ou incertos e que, evidentemente, não superarão malefícios, gera o tratamento médico fútil.

A partir da segunda metade do século XX, com a intensidade dos tratamentos, emergiu ampla discussão sobre "o tradicional papel da medicina de prolongar a vida a qualquer custo" (SERTÃ, 2005, pp. 33-34). Com maior empenho no dever de respeitar a morte, considera Pessini:

> No curso de uma doença que não pode ser curada, e quando a morte está

> próxima e é inevitável, existem situações em que prolongar a vida não é aconselhável. Prolongar a vida a todo custo pode ser desumano para os pacientes. Isso tem sido reconhecido desde a introdução da terapia intensiva na segunda metade do século XX. De outra forma, o abençoado progresso da medicina facilmente se transformaria numa maldição se negasse o que chamamos de morte com dignidade. Isso significa que a responsabilidade do médico não se limita a sustentar a vida, mas abarca também o dever de oferecer cuidados paliativos se manter a vida não é mais razoável. Se um tratamento torna- se não-razoável não significa que todo o tratamento vá ser interrompido. Significa uma mudança de objetivos de tratamento. Neste ponto, quando uma terapia é interrompida, os objetivos do tratamento devem ser definidos novamente. Manter a vida não é mais o objetivo principal, e alívios e cuidados humanos passam a ser as preocupações exclusivas (PESSINI *apud* SERTÃ, 2005, p. 34).

Desta forma, alerta o autor ser necessário o equilíbrio terapêutico diante de uma situação irremediável, humanizando-a para que o processo morte flua espontaneamente, no seu curso natural ou no momento certo (SERTÃ, 2005).

Não há como predeterminar os casos em que o trato ministrado ao paciente pode ser considerado uma obstinação irracional. Conforme Deheinzelin, "os limites não são claros e bem estabelecidos, isto é uma coisa dinâmica que vai acontecendo no dia-a-dia […]. A terapêutica para a distanásia é conversar" (*apud* VARELLA, 2014). O diálogo franco, salienta Sertã (2005), entre todos os envolvidos – doente, médico, familiares ou não familiares – constitui fonte imprescindível para a implementação de caminhos que levem a decisões morais e juridicamente defensíveis frente as dificuldades no proceder médico. Acerca da posição perante o tratamento, Arnaldo Pineschi de Azeredo Coutinho enfatiza:

> Por toda a polêmica que este assunto suscita e por toda a gravidade que ele carrega, acreditamos estar longe ainda um consenso e vislumbramos que mudanças deverão ocorrer para que a morte possa ser vista como um acontecimento previsível e livre de traumas. O morrer exige o respeito total à pessoa, respaldado numa prática clínica que a livre da dor quanto possível, que valoriza suas decisões a respeito do próprio cuidado, bem como se valorize seus medos, sentimentos, valores e esperanças, viabilizando a continuidade dos cuidados e dando a chance a ela de morrer onde quiser morrer (COUTINHO, 2001, p. 12).

Maior do que a chance de escolher onde se deseja morrer é determinar como e quando se deseja morrer. Neste sentido o CEM traz expressa vedação, no teor do artigo 13, capítulo III, a todo médico de "deixar de esclarecer o paciente sobre as determinantes sociais, ambientais ou profissionais de sua doença", evidenciando a importância da comunicação verdadeira e eficiente entre ambos, comunicação que cotidianamente se torna cada vez mais

necessária (SERTÃ, 2005). Ao encontro desse postulado, "tem o paciente o direito de tomar conhecimento desde os fatos mais corriqueiros acerca de sua doença, até questionamentos mais aprofundados sobre as opções que surgirem no tratamento" (SERTÃ, 2005, p. 94). Nesse diapasão, assegura o ordenamento jurídico brasileiro, no artigo 15 do Código Civil, a autodeterminação do enfermo ao preceituar que "[...] ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica" (BRASIL. CCB, 2002). Assim, depreende-se que o paciente não está obrigado a se sujeitar à realização de terapia, assim como "o médico não pode se omitir no dever de convocar o paciente para a 'triste notícia' e recomendar o tratamento adequado, sob pena de incorrer na 'perda de uma chance de cura' ou de 'prolongamento da vida com alguma qualidade'" (SEBASTIÃO, 2003, p. 71).

Evidentemente, ressalvadas as situações emergenciais ou que envolvam risco iminente de morte, detém o enfermo, em regra, a garantia de submeter-se ou não ao tratamento que lhe é ofertado, seguida de devida informação e aconselhamento (SERTÃ, 2005, p. 97). A esse respeito, comenta Maria Helena Diniz que "o consentimento esclarecido emitido pelo paciente é, portanto, manifestação do princípio da autonomia da vontade, fundamental para guiar as ações no campo da saúde" (DINIZ, 2001, p. 332).

Sob a ótica do estado terminal de doença, a pessoa com grave moléstia pode manifestar sua opinião sobre o tratamento, direcionando conjunta e conscientemente, com toda a equipe médica, os métodos ou técnicas possíveis, atendendo o princípio da autonomia da vontade.

Todavia, verifica-se problema grave, conforme considera Renato Lima Charnaux Sertã (2005, p. 101), quanto ao enfermo inconsciente, visto que não se pode aferir com facilidade vontade deste a fim de aplicar o valor bioético da autonomia. Quando as condições do paciente apontam inequivocamente para a morte, pode a pessoa antever o que deseja após a retirada de sua consciência *a posteriori*, evitando medidas extremas que poderiam ser tomadas se não "houvesse formas de se detectar o verdadeiro alcance da vontade do paciente (no futuro quando a lucidez já não estivesse presente) e assim respeitá-la procedendo da forma por ele desejada" (SERTÃ, 2005, p. 103).

Desse modo, em qualquer caso – "mormente nos casos em que o paciente ingressa em estado de inconsciência, faltando-lhe meios para expressar sua vontade" – evidentemente, é imprescindível "traçar as diretrizes principiológicas que orientem as partes envolvidas nas

decisões a serem tomadas" (SERTÃ, 2005, p. 103), reforçando, outrossim, tal pensamento, o douto Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Diaulas Costa Ribeiro, comentou o seguinte julgado:

> O acórdão que passo a comentar introduz o tema fundamental deste artigo. Foi proferido pela Corte de Apelo de Londres, no dia 24 de Outubro de 1996, tendo participado do julgamento o Lord Justice Butler-Sloss, relator, e os Lords Justices Waite e Roch, vogais. O recurso interposto contra a decisão de um juiz singular teve, como apelante, a mãe de uma criança de um ano e meio de idade, nascida com atresia biliar provocada por uma enfermidade incurável do fígado. Necessitava de um transplante, mesmo assim com reduzidas possibilidades de sobrevida. Sem ele, era certo que não viveria mais do que dois ou três anos. A parte recorrida era a municipalidade, representando um hospital infantil londrino. Intervieram dois curadores de menores (guardian ad litem). Os pais, médicos ingleses radicados na África do Sul, já tinham feito várias tentativas de minimizar o mal. Sem sucesso, deslocaram-se a Londres em busca de melhores recursos, recusando-se, contudo, a autorizar a cirurgia, tão logo os pediatras chegaram a um diagnóstico definitivo. Como é costume na Inglaterra, o próprio hospital buscou a autorização judicial concedida em primeira instância. Nesse ínterim, a família retornou ao país de residência, ficando os pais obrigados a apresentar a criança. Apresentou-se apenas a mãe, mas para recorrer. Para os médicos, o transplante poderia prolongar a vida da criança. Para os pais, entre a certeza e a dúvida, era preferível que o filho mantivesse uma boa qualidade de vida pelo tempo provável que lhe restava, sem a dor e sem o stress produzidos pelo pós-operatório e o longo sofrimento que a intervenção provocaria, inclusive porque nada disso asseguraria a cura e a sobrevivência. As complicações imediatas e mediatas, comuns em qualquer transplante, poderiam até mesmo reduzir a expectativa de vida que se tinha. Mas o juiz acolheu as opiniões médicas e supriu o consentimento solicitado. A Corte de Apelo ponderou todos esses argumentos e deixou de lado o caminho mais curto que a sentença havia encontrado. Decidiu que no confronto entre as razões médicas e as razões dos pais deveria prevalecer o interesse do menor, o seu bem-estar. Os médicos buscavam prolongar sua vida. Os pais queriam qualidade de vida. E manter a criança viva, afirmou-se, não implicava mantê-la vivendo bem. A vida pela vida não era a certeza da melhor opção em seu favor. E a difícil decisão dos pais não poderia ser substituída pela frieza de uma solução técnica, até porque não seria sincero afirmar que o juiz pudesse melhor assegurar o interesse do menor do que os seus próprios pais, ambos com formação acadêmica, o que lhes permitia plena consciência da gravidade do quadro. Inclusive, estes é que sofreriam com o filho a dor imposta pela justiça (RIBEIRO, 1998).

Pereira defende o direito à escolha do médico e a autodeterminação, que envolve à autonomia da pessoa, apresentando duas posições:

> A autonomia do paciente, que poderá optar entre várias possibilidades como o prolongamento máximo da vida, seu não prolongamento artificial e, em algumas situações, sua abreviação. A autonomia do médico, de não realizar

> procedimentos que considere inadequados, de atender a vontade do paciente de não lhe causar sofrimento inútil e até mesmo a objeção de consciência por parte do médico caso não concorde com as escolhas manifestadas (PEREIRA, 2015, p. 44).

Assim, autonomia do paciente, que significa autodeterminação, segundo Pereira decorre de ações autônomas da pessoa, como independência e liberdade para agir, (PEREIRA, 2015, p. 43-44), para traçar "planos de vida e realizá-los", ou seja, a livre escolha para os "caminhos que deseja trilhar" assumindo as responsabilidades derivadas de suas atitudes.

3 LIMITES ÉTICOS DA ATUAÇÃO MÉDICA EM RELAÇÃO À DISTANÁSIA

O conhecimento medicinal adquirido desde a antiguidade tornou a morte um evento digno ou ainda mais complexo? Pessini confronta tal indagação, ao destacar a fragilidade do processo do morrer, afirmando que:

> O conhecimento biológico e as destrezas tecnológicas tornaram o morrer humano mais problemático; difícil de prever, ainda mais exigente ao se lidar, fonte de complicados dilemas éticos e escolhas dificílimas, mais gerador de angústia, ambivalência e incertezas (PESSINI, 2007, p. 331).

À vista de tais considerações, procura-se refletir sobre qual o melhor caminho a ser seguido pelos profissionais médicos, no âmbito ético e jurídico, tendo como certeza o caráter extremamente delicado dessa questão e a "premissa básica da arte médica: *primum non nocere* (em primeiro lugar, não causar o mal)" (DADALTO; SAVOI, 2017, p. 155).

Identificar o exato momento em que o tratamento se torna dispendioso, fútil, sofrido, ou ainda, quando caminha para se tornar tal, é uma tarefa árdua para os teóricos do biodireito, que "têm tentado vislumbrar caminhos para homogeneizar as soluções e minimizar os impasses", sendo certo que "como se sabe, não há respostas definidas para tão angustiante indagação" (SERTÃ, 2005, p. 35).

Não se pode negligenciar que o temor da enfermidade pode causar tanto dor quanto sofrimento. Ainda assim, de acordo com Léo Pessini (2007, p. 58) "mesmo com a existência de um amplo conhecimento de abordagens farmacêuticas efetivas para aliviar a dor, o sofrimento mental e emocional que acompanha a doença é frequentemente negligenciado".

Acompanhando este sentido, indaga-se o real desempenho da medicina no resgate da dignidade humana e, consequentemente, até onde se pode intervir no alívio do sofrimento,

uma vez que a prática da distanásia é certamente uma questão que "começa a ser inquietante hoje e será ainda mais no futuro, à medida que a medicina tiver de trabalhar os seus deveres, bem como os limites de tais deveres para com os que sofrem. " Ter consciência, prudência e bom senso constrangem a medicina "a reconhecer seus próprios limites e a perceber que nem toda a vida pode ser por ela controlada" (PESSINI, 2007, p. 58).

Acerca do dever de "visão do valor da vida humana, sem idolatrar sua dimensão física" claramente ensinado por Pessini (2007, p. 284), Sertã reafirma:

> Verdadeiro sacerdócio, a atividade do médico exige, a par da utilização dos conhecimentos científicos já apreendidos ao longo de sua carreira acadêmica e profissional, o exercício a todo instante, de numerosas escolhas de conduta, que abrangem a indicação dos medicamentos a serem ministrados ao paciente, o intervalo de tempo a cada dose, a opção pela intervenção cirúrgica ou pelo tratamento clínico, e muitas outras. Tarefa das mais difíceis será tentar identificar a licitude ou a ilicitude dos atos praticados pelos profissionais de saúde nas opções terapêuticas que fazem. A situação se torna dramática quando tais opções se realizam em histórias clínicas delicadas, mormente em doentes terminais ou portadores de moléstias de dificílimo tratamento (SERTÃ, 2005, p. 77).

Instrui o autor que no exercício profissional, diariamente, cada ato clínico corresponde ao cumprimento de uma obrigação de meio, de um dever de esmero inerente à profissão, o que, todavia, não se equivale à certeza de obtenção do resultado esperado pelo paciente. Embora esteja o médico resguardado de responsabilidade *a priori* pelo resultado "não desejado pelo enfermo ou sua família, dúvida não resta de que todos os atos do esculápio deverão ser pautados pela ética", bem como "pela humildade, só devendo aplicar procedimentos terapêuticos dos quais já tenha suficiente certeza de sucesso" (SERTÃ, 2005, p. 78-79).

As bases da discussão sobre a obstinação terapêutica e suas consequências têm como origem a Grécia Antiga. Platão e Hipócrates ministraram acerca da posição a ser tomada pelos médicos e das respostas adequadas aos doentes frente aos limites da medicina (PESSINI, 2007). Desse modo, para os estudiosos:

> Os médicos excelentes eram aqueles que se recusavam a intervir quando enfrentavam limites, independentemente dos desejos do paciente ou da possibilidade de pagamento deste. O médico tinha o dever de não utilizar um tratamento quando a aplicação da arte médica fosse inútil para curar uma doença prolongada, restaurar funções, aprimorar a qualidade de vida ou impedir a morte. O paciente virtuoso não solicitaria uma intervenção médica nessa circunstância, mas, se ele o fizesse, mesmo sendo extremamente rico,

> o médico era obrigado a recusar. Os médicos na Grécia eram obrigados a serem humildes na arte da medicina (PESSINI, 2007, p. 77).

A coisificação do paciente é um acontecimento indesejado e que tem tomado a paz daqueles que zelam pela ética médica (SERTÃ, 2005). Assimilar dor e sofrimento como sinônimos é uma perspectiva equivocada, pois a dor remete ao extremo incômodo físico e apresenta-se de diversas formas, ao contrário do sofrimento que, representado pelo medo e/ou ansiedade, atinge o estado psicológico ou aprisiona em uma opressão. Um dos objetivos, se não o mais antigo, do médico, é o compromisso de buscar aliviar a dor, como também o sofrimento e, lamentavelmente, "por uma série de razões, a medicina contemporânea tem falhado nesse objetivo" (PESSINI, 2007, p. 57).

"A tradição hipocrática advertiu os médicos para não curar pacientes que estivessem total e irreversivelmente tomados pelas doenças. A interpretação contemporânea é a de que os médicos não devem prover tratamentos considerados fúteis" (PESSINI, 2007, p. 64).

Atualmente, o CEM no parágrafo único do artigo 41, em vigor, torna clara a imperatividade de tal advertência, que, segundo Pessini (2007, p. 64), "não é uma diretriz nem uma mera sugestão", mas determina "o que deve ser feito", esclarecendo a prática da distanásia como infração ético-disciplinar (DADALTO e SAVOI, 2017, p. 156):

> Art. 41. Abreviar a vida do paciente, ainda que a pedido deste ou de seu representante legal.
> **Parágrafo único**. Nos casos de doença incurável e terminal, deve o médico oferecer todos os cuidados paliativos disponíveis **sem empreender ações diagnósticas ou terapêuticas inúteis ou obstinadas**, levando sempre em consideração a vontade expressa do paciente ou, na sua impossibilidade, a de seu representante legal (CFM, CEM, 2009, grifo nosso).

Atualmente, em razão da prática e do avanço medicinais modernos, as instruções gregas podem parecer não aplicáveis ou até em nada construtivas, contudo, esses parâmetros "primordiais do problema da futilidade continuam a informar a compreensão da profissão médica nas suas obrigações em face dos limites e estão atualmente no fundamento do debate contemporâneo sobre futilidade" (PESSINI, 2007, pp. 77-78).

De acordo com Dadalto e Savoi (2017, p. 153), a extensão do processo de morte, e "não da vida em si", é uma grande questão a ser enfrentada cotidianamente, uma vez que se busca "definir qual o limite para a atuação médica ou até quando é razoável investir recursos terapêuticos para salvar o paciente". Tal entendimento é firmado, ainda, pela recente

Resolução n°. 2.156/2016 do CFM, que demonstra haver critérios para admissão de paciente em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), notadamente no que se refere àqueles com doença sem possibilidade de recuperação, para os quais há proteção explícita da medicina ante a prática distanásica (CABRAL, 2017).

Pode-se afirmar a proibição, sob a ótica ético-jurídica, da prática da distanásia. Embora não exista em âmbito federal nenhuma legislação sobre o tema, o CFM esclarece a proibição da obstinação terapêutica construindo-a como infração ético-disciplinar. Sendo assim, o CEM veda expressamente o excesso de tratamento, indicando como infração, através do artigo 35, a conduta do médico de "[...] exceder-se no número de visitas, consultas ou quaisquer outros procedimentos médicos".

Malgrado não haja legislação específica, forçoso é reconhecer a inconstitucionalidade da distanásia, tendo em vista a constitucionalidade da ortotanásia – em "sentença proferida por ocasião do julgamento da Ação Civil Pública n.º 2007.34.00.014809-3, junto à Justiça Federal do Distrito Federal" (DADALTO e SAVOI, 2017, p. 155-156).

Enfatizando a importância da avaliação ética na intervenção do processo de morrer a fim de humanizá-lo e não prolongá-lo inutilmente, Léo Pessini assevera que:

> Embora as referências indiretas à futilidade médica tenham uma longa história, somente na contemporaneidade essa questão se tornou objeto de atenção explícita e crítica. A discussão evoluiu de várias formas e enfoques diversos. Hoje, as referências explícitas encontram-se nas diretrizes estabelecidas para não utilizar ou descontinuar determinados tratamentos, no posicionamento de organizações de especialidades médicas, nas normas de investimentos terapêuticos, na área de cuidados críticos de muitas instituições de saúde e até na legislação. A emergência do debate sobre futilidade pode ser vista como um desafio direto ao modelo de decisões de tratamento geralmente estabelecido do ponto de vista médico, ético e legal (PESSINI, 2007, p. 78).

E ainda, que:

> A vida, por ser um bem fundamental, se apresenta como algo pré-mora. Isto se justifica pela existência de conflitos entre a vida e outros bens ou valores. A possibilidade de a vida ser um valor moral absoluto só se daria se ela nunca entrasse em conflito com outros bens e valores e superasse sempre em valor a todo bem ou conjunto de bens que conflitassem com ela. [...] Se a vida é um bem pré-moral, isso significa que ela ainda carece de uma valorização a ser dada pela intencionalidade do agir humano. Quando existe uma ação em relação à vida, emerge a moralidade. A avaliação ética de uma intervenção na vida vai depender da intencionalidade do agente e do resultado da ação. A intervenção em si é neutra em relação à vida. Vai

depender da intencionalidade e dos resultados (PESSINI, 2007, p. 305).

A prática da distanásia é, sem dúvida, um dilema, uma polêmica e conduta que deve ser pautada em seriedade, diante de uma sociedade cuja realidade está visivelmente cada vez mais diversa em se tratando de valores. Não enfrentar a questão desencadeia o surgimento de ocorrências no mínimo incoerentes, de busca pela cura de pacientes terminais (PESSINI, 2007). Especial solução em relação ao problema do tratamento inútil é o documento redigido pelo paciente quando este ainda se encontra em pleno domínio e gozo de suas faculdades mentais dispondo, assim, do que seria a sua vontade nas circunstâncias em que não mais puder manifestá-la. Tal documento, a saber, o testamento vital, contém as diretrizes de exclusivo desejo do enfermo acerca dos cuidados, tratamentos e procedimentos a que deseja ou não submeter-se quando diagnosticado com doença que prometa findar a sua vida, esgotadas as possibilidades terapêuticas (DADALTO e SAVOI, 2017).

Contudo, alerta Léo Pessini (2007, pp. 330-331) que a futilidade de um tratamento, "além de ser um problema técnico, é ao mesmo tempo um desafio ético". Explica seguramente o autor que "o conhecimento biológico e as destrezas tecnológicas tornaram o morrer humano mais problemático; difícil de prever, ainda mais exigente ao se lidar, fonte de complicados dilemas éticos e escolhas dificílimas, mais gerador de angústia, ambivalência e incertezas".

Na busca pela sabedoria, o teólogo e filósofo brasileiro Rubem Alves (*apud* Pessini, 2007, pp. 332-333) incentiva uma sincera reflexão sobre a certeza da companhia da morte:

> Houve um tempo em que nosso poder perante a morte era muito pequeno, e de fato ele se apresentava elegantemente. E, por isso, os homens e as mulheres dedicavam-se a ouvir a sua voz e podiam tornar-se sábios na arte de viver. Hoje, nosso poder aumentou, a morte foi definida como a inimiga a ser derrotada, fomos possuídos pela fantasia onipotente de nos livrarmos de seu toque. O empreendimento tecnológico em grande parte nos seduz porque encarna hoje o sonho da imortalidade. Com isso, nós nos tornamos surdos às lições que ela pode nos ensinar. E nos encontramos diante do perigo de que, quanto mais poderosos formos perante ela (inutilmente, porque só podemos adiar...), mais tolos nos tornaremos na arte de viver. E, quando isso acontece, a morte que poderia ser conselheira sábia transforma-se em inimiga que nos devora por detrás. Acho que, para recuperar um pouco da sabedoria de viver, seria preciso que nos tornássemos discípulos e não inimigos da morte. Mas, para isso, seria preciso abrir espaço em nossas vidas para ouvir a sua voz[...]. A morte não é algo que nos espera no fim. É companheira silenciosa que fala com voz branda, sem querer nos aterrorizar, dizendo sempre a verdade e nos convidando à sabedoria de viver. Quem não pensa, não reflete sobre a morte, acaba por esquecer da vida. Morre antes, sem perceber [...] (ALVES *apud*

PESSINI, 2007, pp. 332-333).

Essencialmente, a preservação, "ao menos, da aparência de vida", contraria o nobre objetivo da medicina, pois ao recorrer insistentemente a todos as formas disponíveis e possíveis para manutenção biológica da vida, tem-se a visão da morte como inimiga e não da mortalidade como fato natural do ser humano (PESSINI, 2007, p. 332).

O testamento vital, uma vez escrito, orientará tranquilamente a conduta da equipe médica, em especial por prevalecer sobre o desejo de terceiros (DADALTO; SAVOI, 2017).

O cuidar da vida, como um bem fundamental, necessita de maior discussão. André Hellegers, participante ativo na fundação do Instituto Kennedy de bioética esclarece:

> Perto do fim da vida, uma pretensa cura significa simplesmente a troca de uma maneira de morrer por outra[...]. Cada vez mais nossas tarefas serão acrescentar vida aos anos a serem vividos e não acrescentar anos à nossa vida[...]. Nossos problemas serão cada vez mais éticos e menos técnicos (HELLEGERS *apud* PESSINI, 2007, p. 335).

Finalizando a vida, a intervenção distanásica substitui simplesmente um cenário de morte por outro. O processo de morrer continua, o sofrimento continua. Não há cura, nem "chance de cura", apenas esperança de uma recuperação.

Luciana Dadalto e Cristiana Savoi (2017, p. 157) enfatizam que a esperança de uma vida normal é considerada numa "especial celeuma" nas ocasiões em que "o paciente deixa explícito no documento que deseja ser submetido a procedimentos típicos da prática de distanásia." Percebe-se que a súplica do paciente manifestada por meio do testamento vital, neste caso, "será contrária às normas éticas dos profissionais". O disposto no documento de última vontade do paciente acerca de sua vida será tido como não escrito, limitado, portanto, por contrariar as normas ético-disciplinares do médico que lhe está a cuidar.

Assim, a dimensão da vida se fundamenta no valor de sua fragilidade, o que não desmerece o fato de ser única. O único critério para morrer é estar vivo.

Para Léo Pessini (2007, p. 333):

> Não somos nem vítimas nem doentes de morte. É saudável sermos peregrinos. Podemos ser sim curados de uma doença classificada como mortal, mas não de nossa mortalidade. Quando esquecemos isso, acabamos caindo na tecnolatria e na absolutização da vida biológica pura e simplesmente. É a obstinação terapêutica adiando o inevitável, que acrescenta somente vida quantitativa, mas não qualidade de vida, sacrificando a dignidade humana em nome da quantidade de vida biológica questionável, eticamente falando (PESSINI, 2007, p. 333).

Por que a conduta distanásica é eticamente censurável? Percebe-se que a distanásia hoje é uma conduta que não pode ser aplicada a um paciente mesmo a seu pedido, em prejuízo de outras vidas. Tanto é que outros pacientes em situação de saúde viável, recuperável, do ponto de vista da cura, não podem ser prejudicados em detrimento de outro incurável. Prova disso é a recente Resolução do CFM 2.156/2016 sobre critérios de admissão do paciente em Unidade de Terapia Intensiva. A Resolução determina que pacientes com doença sem possibilidade de recuperação não devem ser admitidos em UTI. Essa medida demonstra que um paciente só pode ser tratado em estado de obstinação terapêutica até o limite em que essa conduta não causar lesão ao direito de outrem.

O peregrino realiza uma grande jornada, e essa, ao contrário do senso comum, não termina com a morte. Seja própria ou de alguém muito querido, ela permanece na vida daquele que está ao redor, perpetuando-se através dos frutos de uma especial caminhada em comum. Vencer a morte física – o, talvez, tão desejado triunfo da humanidade, é algo que a espécie humana espera conquistar. E viver a vida?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender que há significativos valores éticos nas questões e debates envolvendo a distanásia. A intervenção obstinada tem sido alvo crescente de reflexões e obras bibliográficas, porém, ainda há desconforto perceptível em sua abordagem que não apenas acompanha, mas colabora para o despreparo ético.

A partir do conceito de deontologia médica, tendo como um de seus fundamentos a Resolução n°. 1.931/2009 (o Código de Ética Médica), seguiu-se com a análise da autonomia do paciente em estado terminal, efetivada pela Resolução n°. 1.805/2006, disciplinadora da ortotanásia, também do Conselho Federal de Medicina, comparada à garantia de inviolabilidade da vida, direito assegurado pelo poder constituinte genuíno e previsto no artigo 5° da vigente Constituição (1988).

Pontualizando objetivamente os argumentos que decorrem de tal reflexão, conclui-se que existem também desafios éticos a serem enfrentados e não apenas os relacionados ao dilema contemporâneo de prestação de serviços médicos como sói ocorrer.

Desta forma, depreende-se que a morte é, certamente, um momento a ser vivenciado por todos, incluindo o médico – independentemente do tratamento oferecido – e, à vista disso,

a medicina precisa proporcionar condições para que ela aconteça com cuidado humanizado, em paz, isto é, como o mínimo possível de sofrimento e/ou dor. Os limites éticos do prolongamento do processo de morte pelo médico a pedido do paciente em fim de vida são, sem dúvida, um parâmetro para compreender que intervir no curso da vida humana, através da ciência e arte da medicina, é um convite ao médico para reconhecer no remetente, ou seja, no seu paciente, a limitação como um ser mortal, um ser finito.

O desejo de viver mais é, na maior parte, externado por todos, ao contrário do desejo de viver mais se sujeitando a qualquer preço. Logo, ao estabelecer esta vontade por meio do testamento vital, o enfermo, ainda que no exercício do direito de sua autonomia, não terá efetivada tal aspiração, pois como infração ético-disciplinar, o limite da atuação médica está determinado, tendo o facultativo a premissa de interpretar essa disposição de vontade presente no testamento vital como não escrita.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Igor Antônio Michallene. **O que é a Teoria Tridimensional do Direito.** Filosofia. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11825>. Acesso em: 09 nov. 2017.

BRASIL. Código Civil Brasileiro, **Lei n° 10.406 de 10 de janeiro de 2002.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 07 set. 2017.

_____. CRFB. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Lex. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 31 ago. 2017. (ISBN: 978-85-224-7863-7).

_____. Resolução nº 1.805/2006, de 09 de novembro de 2006. **Ortotanásia**. Brasília, DF, 28 nov. 2006. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2006/1805_2006.htm>. Acesso em: 01 set. 2017.

_____. Resolução nº. 1.931/2009, de 17 de setembro de 2009. **Código de Ética Médica**. Brasília, DF, 13 out. 2009. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/novocodigo/integra_14.asp>. Acesso em: 01 set. 2017.

CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat. Ortotanásia: Permitir Morrer Não Significa Simploriamente Deixar Morrer. **Revista Brasileira de Direitos Humanos,** Porto Alegre, v.

18, pp. 53-61, jul./set. 2016. Mensal. **Cap. 2 Mono e artigo para usar.** [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <larissadepaulaf@gmail.com>. em: 04 set. 2017.

CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat. **Sem assunto.** [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <larissadepaulaf@gmail.com>. em: 28 out. 2017.

COUTINHO, Arnaldo Pineschi de Azeredo. **Eutanásia e Distanásia:** Qual o compromisso com a vida? In: Jornal do CREMERJ. Rio de Janeiro: abril, 2001, p. 12.

DADALTO, Luciana; SAVOI, Cristiana. Distanásia: entre o Real e o Ideal. In: GODINHO, Adriano Marteleto et al (Coord.). **Tratado brasileiro sobre o Direito Fundamental à Morte Digna.** São Paulo: Almedina, 2017. Cap. 8. pp. 151-165. (ISBN 978-858-49-3214-6).

DANTAS, Flávio; SOUZA, Evandro Guimarães de. **Ensino da Deontologia, Ética Médica e Bioética nas Escolas Médicas Brasileiras:** Uma revisão sistemática. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v32n4/v32n4a14>. Acesso em: 01 set. 2017.

DEBATE sobre EUTANÁSIA, ORTOTANÁSIA e DISTANÁSIA. Realização de Tv Justiça. Intérprete: Diaulas Ribeiro. [s.i.]: Youtube, 2015. (24:03 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gSqlG6aHlXI>. Acesso em: 10 out. 2017.

DINIZ, Maria Helena. **O Estado Atual do Biodireito.** São Paulo: Editora Saraiva, 2001. p. 341.

DISTANÁSIA - Dr. Daniel Deheinzelin. Realização de Dráuzio Varella. Intérprete: Dr. Daniel Deheinzelin. [s.i.]: Youtube, 2014. (8:33 min.), online, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ohq-uTjh588>. Acesso em: 10 out. 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio de Português Online.** Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/deontologia>. Acesso em: 12 set. 2017.

GONÇALVES NETO, Ari. Princípios Norteadores da Ortotanásia. In: CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat et al (Coord.). **Ortotanásia:** Bioética, Biodireito, Medicina e direitos de personalidade. Belo Horizonte: Del Rey, 2015. Cap. 5. pp. 31-40. (ISBN: 978-85-384-0421-7).

HERKENHOFF, João Baptista. **Como aplicar o direito:** (À luz de uma perspectiva axiológica, fenomenológica e sociológico-política). 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. (ISBN: 978-85-309-3048-6).

LAZZARINI, Álvaro. **Ética e sigilo profissionais.** 1999. Disponível em: <http://www.rtonline.com.br/>. Acesso em: 01 set. 2017.

LOPES, Carlos Felipe Felix Ventura. Considerações sobre a legalidade da ortotanásia: Aspectos Jurídicos. In: CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat. **Ortotanásia:** Bioética, Biodireito, Medicina e direitos de personalidade. Belo Horizonte: Del Rey, 2015. Cap. 10. pp. 75-111.

MARTIN, Leonard C. **Eutanásia e Distanásia.** Iniciação à Bioética. In: COSTA, Sergio

Ibiapina Ferreira et al (Coord.). Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998, p. 173.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais:** teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. 10. ed. -São Paulo: Atlas, 2013.

PARIS. ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 31 ago. 2017.

PEREIRA, Rodrigo Moreira. A Morte na Perspectiva da Humanização da Medicina. In: CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat et al (Coord.). **Ortotanásia:** Bioética, Biodireito, Medicina e direitos de personalidade. Belo Horizonte: Del Rey, 2015. Cap. 12. pp. 121-128. (ISBN 978-85-384-0421-7).

PESSINI, Léo. Distanásia: Algumas reflexões bioéticas a partir da realidade brasileira. In: LEITE, Eduardo de Oliveira (Coord.). **Grandes temas da atualidade:** Bioética e Biodireito. Rio de Janeiro: Forense, 2004. p. 252.

PESSINI, Léo. **Distanásia:** Até quando prolongar a vida. 2. ed. São Paulo: Centro Universitário São Camilo: Loyola, 2007. 430 p. (ISBN 978-85-15-02400-1).
REALE, Miguel. **Filosofia do direito.** 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. (ISBN 978-85-02-04147-9).

RIBEIRO, Diaulas Costa. **Eutanásia**: Viver bem não é viver muito. Site Direito Médico e Biodireito. Disponível em http://www.diaulas.com.br/artigos.asp?id=209&p_ch Acesso em 15/11/2017

SEBASTIÃO, Jurandir. **Responsabilidade Médica:** Criminal, civil e ética. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 91.

SERTÃ, Renato Lima Charnaux. **A distanásia e a dignidade do paciente.** Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

VIEIRA, Mônica Silveira. **Eutanásia:** Humanizando a visão jurídica. Curitiba: Juruá, 2012.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A EUTANÁSIA SOB UMA PERCEPÇÃO JURÍDICA E BIOÉTICA

Mônica Queiroz de Morais *
Hugo Christiano Soares Melo**

Resumo: A eutanásia ocorre quando uma pessoa causa, deliberadamente, a morte de outra, que está acabrunhada ou em estado de mortificação. O presente estudo tem o objetivo de descrever exposições teóricas gerais relacionadas à eutanásia, de forma a compreender quais questões dependeria a sua legalidade. Os dados apontam que, com relação a eutanásia, alguns prós têm como base o Princípio da Dignidade Humana, considerando o estado de qualidade de vida da pessoa com doença grave em fase terminal. Contrariamente, tem-se como base o art. 5°, da Constituição Federal Brasileira, em que trata da inviolabilidade do direito à vida. A legalidade da Eutanásia dependeria da aprovação do Congresso Nacional com o aderir da sociedade, mas, sabe-se que apesar de o sistema jurídico ser laico, existe uma corrente político-religiosa, que acaba por impedir um debate mais democrático sobre o tema, cujos representantes sejam de toda a sociedade para se obter direito de expressão e se chegar a um consenso. Conclui-se que é indiscutível o valor da vida uma humana e a necessidade de proteção da mesma, no entanto, pensa-se que nenhuma determinação deve ser absoluta, sendo necessário analisar as situações especificas, de forma a entender as particularidades de cada caso.

Palavras-chave: Direito a Morrer; Bioética; Eutanásia. Ética Médica.

Abstract: Euthanasia occurs when a person deliberately causes the death of another, which is crushed or mortified. The present study aims to describe general theoretical expositions related to euthanasia, in order to understand which issues would depend on its legality. The data found indicate that the pros are based on the Principle of Human Dignity, considering the quality of life status of the person with severe terminal illness. In contrast, there are the art. 5, of the Brazilian Federal Constitution, which deals with the inviolability of the right to life. The legality of Euthanasia would depend on the approval of the National Congress and the adherence of society, but it is known that although the laic legal system, there is a political-religious current, which ends up impeding a more democratic debate on the subject, whose representatives of society as a whole to reach a consensus about the subject. It is concluded that the value of a human life is indisputable and the need to protect it, however, it is believed that no determination should be absolute, it is necessary to analyze the specific situations, in order to understand the particularities of each case.

Keywords: Right to Die. Bioethics. Euthanasia. Medical Ethics

INTRODUÇÃO

* E-mail: monik.morais@hotmail.com

** Doutor em Genética e Bioquímica. Orientador e docente do curso de Biomedicina da Faculdade Patos de Minas – FPM. E-mail: hugo.some@gmail.com

A expressão Eutanásia é derivada do grego e compreende a noção de "boa morte" ou "morte apropriada". Esta expressão foi sugerida por Francis Bacon, no ano de 1623, na obra de sua autoria intitulada "*Historia vitae et mortis*", cuja acepção, incide no "tratamento adequado as doenças incuráveis". De forma genérica, a eutanásia ocorre quando uma pessoa causa, deliberadamente, a morte de outra, que está acabrunhada ou em estado de mortificação (GOLDIM, 2000). Discussões relacionadas aos valores sociais, culturais e religiosos associados à Eutanásia derivam desde a Grécia antiga, transcorreu ao longo da história da humanidade e ainda prevalece na atualidade.

A Eutanásia é admitida em diferentes legislações, porém ainda provoca grandes discussões e controversas na sociedade como um todo, pois de um lado, exalta-se o direito à vida, e do outro, como bem indaga Gramstrup (apud PAGANELLI, 1997, p. 5) "Somos obrigados ética e juridicamente a prolongar, em vão, a agonia dos mortos-vivos? "

Muito embora a Constituição Federal em seu art. 5° ordene a inviolabilidade do direito à vida, no presente estudo busca-se descrever as características da Eutanásia e as suas repercussões na sociedade. Prática esta, tida como Crime de Homicídio tipificado no art. 121 do Código Penal Brasileiro, não sendo, desta forma, permitida pela atual legislação (BRASIL, 1988)

Neste estudo tem-se a intenção de analisar a problemática da eutanásia e suas repercussões na sociedade de modo geral, tendo em vistas que este é um assunto que levanta muitas controvérsias sendo, portanto, merecedor de reflexões que visem seu melhor entendimento. Sabe-se que as opiniões referentes à eutanásia são longínquas, controversas, mas, instigantes, por dissentir conceitos nos mais diferentes grupos sociais, este tema convida a compreender como estabelece os seus entremeios.

A eutanásia é uma prática realizada em alguns países desenvolvidos que busca antecipar sem dor ou sofrimento, a morte de um doente reconhecidamente sem cura, por isso, se trata de um tema que divide opiniões devido ao direito natural, religioso e jurídico, e nesta perspectiva, esse tema é importante, na medida em que se questiona a permanência do indivíduo em estado de total morbidade, e sem probabilidade de ter uma vida digna referente à sua própria subsistência. Nota-se ser este tema desafiador e digno de um tratamento teórico que permita, ao menos, obter uma percepção melhor delineada ao seu respeito, baseado no fato do estudo ser pouco debatido e muito importante.

O objetivo geral deste estudo é descrever exposições teóricas gerais relacionadas à eutanásia, de forma a compreender de quais questões dependeria a sua legalidade.

METODOLOGIA

Quanto aos seus fins, trata-se de uma revisão descritiva, focando em considerações teóricas relacionadas à eutanásia, para compreender a sua legalidade. O enfoque da pesquisa foi de natureza qualitativa. Investiu-se no tratamento qualitativo, devido a buscar compreender as questões que envolvem o fenômeno da eutanásia (GIL, 1991).

A coleta das informações teóricas foi feita a partir de pesquisa bibliográfica, que envolveu o uso de publicações diversas respectivas ao tema. A pesquisa bibliográfica foi feita com banco de dados como Scielo, BVS, Google Acadêmico, etc., utilizando livros, revistas, jornais, boletins, artigos, monografias, teses. Foram consultados ainda artigos procedentes da internet, em fontes como homepage do governo federal, bancas acadêmicas do Jus Navigandi e bibliotecas digitais de universidades.

EUTANÁSIA: considerações gerais

Breve histórico

Vários povos, a exemplo dos celtas, costumavam matar os pais, quando estivessem velhos ou doentes. Na Índia as pessoas acometidas de enfermidades incuráveis eram obstruídas pela boca e narinas com barro e jogadas no rio para morrerem. Em realidade, os debates sobre Eutanásia já ocorriam desde Grécia antiga, em que se destacam Platão, Sócrates e Epicuro que acreditavam que o suicídio se justificava em caso de doença dolorosa. Em Marselha, havia a disposição de todos um depósito de cicuta (GOLDIM, 2004).

> Para os gregos, a morte era determinada pela parada cardíaca. Não obstante Hipócrates já atribuísse à razão, a emoção e a sensação ao cérebro, era o coração o indicador de vida ou morte. Para a tradição judaico-cristã, era o pulmão o indicador do critério de morte, e a pessoa estava morta quando exalava o último suspiro. Até três ou quatro séculos atrás, a morte era rejeitada antes da constatação das fases da putrefação cadavérica. No século XVII, em Paris, Marie François-Xavier Bichat dá a primeira definição científica de morte, afirmando ser um processo cronológico que conduz a uma catástrofe fisiológica, o homem está morto quando cessam coração, pulmão e cérebro (Trípode de Bichat) (RASTELLI, 2017, p.1)

As discussões referentes à Eutanásia não se limitaram a Grécia, pois Cleópatra VII (69aC-30aC) estabeleceu no Egito uma "Academia", cuja finalidade consistia em estudar maneiras menos dolorosas de morte. Essa discussão persistiu no decorrer da história da humanidade, com a participação de Karl Marx (Medical Euthanasia), Schopenhauer, Thomas Morus (Utopia), David Hume (On suicide) e Lutero. Mas, o seu ápice ocorreu no ano de 1895, na Prússia, na qual o Estado teria que fornecer meios para o cumprimento de eutanásia (GOLDIM, 2004).

A eutanásia remete à análise das questões adormecidas na sociedade e que, portanto, não são levantadas, mas, que necessitam ser refletidas de forma mais ampla e separada do meio em que se desenvolvem. Atualmente este tema divide a opinião mundial quanto à eutanásia ser justa ou ilegal e, justamente por essa particularidade, suscita uma nova percepção social sobre a justiça e a legalidade de um ato, no centro dos debates envolvidos. Considera-se que o crime, na realidade, não é o errado, entretanto aquilo que se acorda ser errado em algumas sociedades; já a punição significa o castigo conferido ao infrator desse mesmo acordo, em que a eutanásia, se coloca na posição de busca do seu enquadramento como um ato criminoso ou, ao oposto, como um direito (RASTELLI, 2017).

A partir do século XX sucederam-se novos acontecimentos assim como se observa no Quadro 1.

Quadro 1 – Breve histórico da Eutanásia

1920-40	Discussões sobre a eutanásia ganharam força no mundo
1914-35	Incontáveis teses foram desenvolvidas a respeito desse tema no Brasil. Na Europa, foi bastante difundida a questão da Eutanásia ser harmonizada com a eugenia, vista como um aparelho de "higienização social", por meio do qual buscava-se justificar a eliminação de deficientes, pacientes terminais e portadores de doenças consideradas indesejáveis a fim de buscar refinamento em uma "raça"
1931	Na Inglaterra o Dr. Millard foi proposta uma Lei para Legalização da Eutanásia Voluntária, mas esta foi exonerada
1934	O Uruguai por meio da perspectiva do "homicídio piedoso" envolveu a Eutanásia em seu Código Penal, a qual continua em vigor até a atualidade
1936	O médico real Lord Dawson, divulgou que tinha "facilitado" a morte do Rei George V, valendo-se de morfina e cocaína.
1939	Consolidou-se o alvitre teórico da “higienização social”, o programa nazista de Eutanásia, teve seu início sob o código "Aktion T 4". Inicialmente, o objetivo era eliminar os indivíduos que tinham uma "vida que não merecia ser vivida"
1954	Foi publicado um livro denominado "*Morals and Medicine*", do teólogo episcopal Joseph Fletcher, que dedicava-se um capítulo com título "*Euthanasia: our rigth to die*"
1956	A Igreja Católica Apostólica Romana demonstrou-se desfavorável a eutanásia por ser contra a "lei de Deus”
1968	A Associação Mundial de Medicina apresentou uma decisão desfavorável à eutanásia.

1973	Dra. Geertruida Postma uma médica geral, na Holanda, praticou a Eutanásia em sua mãe com uma dose letal de morfina e, foi julgada, processada e condenada por homicídio, com uma pena de prisão de uma semana (suspensa), e liberdade condicional por um ano.
1980	Foi anunciada pelo Vaticano uma Declaração a propósito da Eutanásia, na qual, consta a sugestão do duplo efeito e a da cessação do tratamento avaliado como frívolo.
1981	Foi revisado e constituído pela Corte de Rotterdam os critérios para subsidiar a morte.
1990	A Real Sociedade Médica dos Países Baixos e o Ministério da Justiça formaram notificações para os casos de eutanásia, desprovidas de caráter legal, somente desobrigando o profissional de procedimentos criminais.
1991	Na Califórnia/EEUU o ensaio de inserir a eutanásia no Código Civil foi frustrado. Ainda neste ano, a Igreja Católica, manifestou desfavorável ao aborto e a eutanásia, enfatizando a vigilância de discussão de tais temas em hospitais católicos e instituições escolares.
1996	Territórios do Norte da Austrália, aprovaram uma lei que aprova convencionalmente a eutanásia, mas tal lei foi revogada. Levantou-se a probabilidade de cumprimento de procedimentos de eutanásia no Brasil, proposto por um projeto de lei no Senado Federal (projeto de lei 125/96), que por sua vez não prosperou.
1997	A Corte Constitucional da Colômbia determinou que "ninguém pode ser responsabilizado criminalmente por tirar a vida de um paciente terminal que tenha dado seu claro consentimento". Tal posicionamento suscitou um expressivo debate nacional entre as correntes favoráveis e contrárias. A Colômbia foi o primeiro país sul-americano a estabelecer um movimento de Direito à Morte. Em outubro de 1997, foi legalizado o suicídio assistido no estado do Oregon, nos Estados Unidos que, equivocadamente, foi confundido como tendo sido permitida a prática da eutanásia. Ainda na década de 1990 vigorou, na Austrália, por alguns meses uma lei que permitia a eutanásia formalmente.
2000	Em novembro de 2000, a Câmara de Representantes dos Países Baixos, mesmo com uma parte do plenário ter manifestado desfavorável, foi aprovada uma legislação referente a morte assistida, Em tal lei, até mesmo os menores de idade podem solicitar o procedimento. A repercussão mundial acerca dessa lei foi vasta, a qual, o Vaticano asseverou, veementemente estar contra a dignidade humana.

Fonte: Goldim (2004).

Classificação da Eutanásia

A morte é um tema de abordagem difícil, onde a repulsa ao tema vem do sentimento de angústia e desamparo diante da ideia de um fim definitivo. A morte está diretamente relacionada ainda ao sofrimento de uma doença grave, ou à crueza de um acidente ou de outra causa violenta que ceifa a vida. A eutanásia como uma maneira de se provocar o óbito, mas, a fim de livra o paciente de extremos sofrimentos (BATISTA, 2004).

O termo Eutanásia tem sua origem na língua grega, "eu" + "thantos", que significam "morte sem sofrimento", "morte fácil e sem dor", "morte boa e honrosa", "morte suave". A eutanásia pode ser classificada de diferentes formas. Quanto ao agente ela pode ser eutanásia homicídio, quando realizada por terceiro (médico ou por familiar); ou eutanásia-suicídio, onde o próprio paciente atenta contra a vida (BIONDO et al., 2009).

Já no que se refere ao tipo de ação, esta pode ser dividida em eutanásia ativa, quando há uma ação que provoca a morte; em eutanásia passiva, onde a morte ocorre por uma

omissão, um não agir que visa minorar o sofrimento; ou ainda, eutanásia de duplo efeito, quando a morte decorre de ações médicas que visam o alívio do sofrimento. No que tange ao consentimento da pessoa, a eutanásia pode ser voluntária, atendendo a uma vontade do paciente; involuntária, contra a vontade do paciente e, não voluntária, sem que o paciente se manifeste sobre ela (BIONDO et al., 2009).

Ao abordar a temática da eutanásia, é importante distingui-la da “distanásia” e “ortotanásia”. A distanásia é o tratamento fútil ou inútil, que não traz benefícios para o paciente em sua fase terminal, trata-se do prolongamento da vida por meio de uma morte prolongada, lenta e, normalmente acompanhada de dor e sofrimento. A Ortotanásia está ligada ao conceito de morrer bem, de forma humana e sem ser vitimado pela distanásia, por outro, e sem abreviar a vida. O que se busca é o resgate da dignidade do ser humano em seus dias finais, zelando pela promoção do bem-estar do paciente em fase terminal (APOLIANO,1999).

A principal questão acerca da eutanásia é o desejo, a vontade e o "direito de morrer". Refere-se a indagação se uma pessoa tem o direito de decidir sobre o sofrimento que está preparada a suportar, e quando atingido esse patamar, se ela tem o "direito de morrer", com a finalidade de pôr fim ao sofrimento e não mais se submeter a terapias inoportunas (HORTA, 1999, p.2). A negação ao direito de colocar fim à própria vida se fundamentou em considerações filosóficas, morais e religiosas. Hoje, o valor ético da vida humana é reconhecido independentemente do valor atribuído pelas religiões.

O DIREITO À VIDA SOB OS ASPECTOS: Direito natural, Religioso e Jurídico

A vida é um direito fundamental do ser humano, sem ela, não há o que se considerar nos demais direitos. A vida é um conceito de simples compreensão que se refere à existência de um ser vivo entre o nascimento e a morte; ou ainda, ao conjunto de acontecimentos relevantes na existência de alguém (DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2015).

A vida é o bem jurídico mais valioso, por isso é indisponível, inalienável e intransferível. Logo, é vedada a disposição desse bem jurídico, e mesmo o consentimento válido não retira a ilicitude do ato, nem a responsabilidade penal daquele que põe fim a vida de outro, mesmo que a seu pedido e motivado por um sentimento de compaixão a fim de amenizar os sofrimentos daquele que almeja a morte. A eutanásia é entendida nos tribunais

brasileiros como homicídio privilegiado, aquele que é cometido por motivo de relevante valor moral, justificando uma atenuação da pena prevista para o crime (DODGE, 1999).

O direito à vida é previsto constitucionalmente, dentro do título Dos Direitos e Garantias Fundamentais, no Art. 5º que determina a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

O Estado é o responsável por garantir o direito à vida, razão pela qual as normas proíbem a morte provocada. No entanto, a eutanásia não deve ser compreendida como uma ameaça ao direito à vida, já que ocorre quando morte é iminente e inevitável, visando antes de tudo, minimizar o sofrimento daquele que não mais goza do direito a vida em sua plenitude, se encontrando privado de sua liberdade, do exercício de seus direitos, e sem funções vitais autônomas (GOETTEN, 2002).

Desde o ano de 2001 a eutanásia é permitida na Holanda, seguindo o exemplo, na Bélgica, a eutanásia é aceita desde 2002. De modo contrário, no território norte da Austrália, a eutanásia voluntária ativa foi permitida de 1995 até 1997. Na maioria dos estados dos Estados Unidos e do Canadá há legislações que permitem a suspensão de tratamentos com a autorização do paciente. Ainda nos Estados Unidos, em Oregon em 1999 foi aprovada uma lei que permite o suicídio assistido por médicos. Já no Brasil, a eutanásia, bem como o suicídio assistido são contrários e lei e punidos com penas privativas de liberdade (ROBERTI, 2000).

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ÉTICA MÉDICA E O BIODIREITO

A Constituição Federal e a Eutanásia

O direito à vida é resguardado pelo estado e garantido a todos, sem distinção de qualquer natureza. Em situações específicas, o Estado consente que um indivíduo tire a vida de outro, como na Legítima Defesa, no Estado de Necessidade e no Aborto Legal. A eutanásia é uma forma de mitigação desse direito a vida, trata-se do direito de morrer, quando o indivíduo portador de enfermidades incuráveis, tem que lidar com inúmeros sofrimentos, a eutanásia seria então um gesto de solidariedade com aquele que não mais tem forças e nem esperança para sobreviver (ROBERTI, 2000).

A eutanásia no Brasil é crime, tida como homicídio doloso. Há quem argumente que à prática da eutanásia não se dá por piedade ou a compaixão, mas sim por um propósito egoísta

de poupar-se da dor alheia, que não visa o alívio do enfermo, e sim o próprio. Acredita-se ainda, que a vida não pode ser abolida por determinação médica, pois o que é incurável hoje poderá ter cura no dia seguinte (BORGES, 2005).

O direito à vida é o mais fundamental dos direitos, dele derivam todos os demais e não pode ser desrespeitado ou renunciado. Razão pela qual, ao garantir o direito à vida, o Estado proíbe a morte provocada. No entanto, acredita-se que a eutanásia não deveria ser tida como uma ameaça ao direito à vida, pois só se aplica a indivíduos em de morte iminente e inevitável, como uma forma de evitar um sofrimento causado por um longo período de doença (MARTINS, 2016).

O Código de Ética Médica

A luta de médica para salvar vidas é permeada delimitações de cunho ético e legal, devendo o profissional de medicina aceitar os limites de seu exercício. A atuação médica na interrupção terapêutica para não prolongar uma vida valendo-se de meios artificiais, é diferente da provocação direta da morte e a aceitável. Nesse sentido, em doentes terminais, o uso de recursos extraordinários para prolongar a vida que não mais é viável não é justificável, de mesmo modo que não é compreensível não se valer desses recursos em casos que há chances de recuperação. A dignidade humana deve ser respeitada a todo custo, não é certo admitir o sofrimento desumano, pois o direito de morrer é tão importante como a liberdade de expressão e o indivíduo sem esperança alguma de recuperação não poderia ser obrigado a viver (RODRIGUES, 1993)

Nem o melhor modelo de cuidados paliativos é capaz de impedir que os pacientes em fase terminal, por vezes, desejem a morte antecipada. Mas há enorme diferença entre a eutanásia e os cuidados paliativos. Os profissionais de cuidados paliativos, diante aos pedidos de eutanásia precisam compreender a motivação desse desejo do doente e buscar a melhor forma de controle sintomático, bem como oferecer aconselhamento psicossocial (READBRUCH, 2016)

No ano de 2012, o Conselho Federal de Medicina aprovou a Resolução CFM 1.995 27, que assegura ao paciente o direito de não prolongar seu sofrimento, dando-lhe autonomia, para junto ao médico, decidir sobre a não realização de procedimentos inúteis em fase terminal de vida. Essa prerrogativa busca garantir a saúde do paciente e o seu bem-estar, sem

prolongar a vida de pacientes incuráveis, que já se encontram em extremo sofrimento físico, emocional e psíquico (SANTOS, 2014).

Nesse sentido, o fato de a eutanásia ser considerada ilícita no Brasil, implica na negação de princípios éticos importantes no campo da medicina, como a beneficência e a não maleficência. Pois embora os profissionais sejam capacitados para atuar visando o bem-estar e a manutenção da vida dos pacientes. Em nome da manutenção da vida, muitas vezes, acabam por prolongar o sofrimento de pacientes terminais, negando-lhes um processo de morte mais harmonioso (SANTOS, 2014).

O Biodireito e a Bioética

O biodireito é um ramo do Direito que se dedica às normas de conduta humana frente aos avanços da biologia, biotecnologia e da medicina, tais como: eutanásia, transplante de órgãos, reprodução assistida, manipulação genética e clonagem. Trata-se da área que se dedica ao estudo jurídico da relação entre a biogenética e o direito, buscando compreender as implicações dos avanços das ciências no dia-a-dia da sociedade (MIRANDA, 2007).

Há certo conflito entre o progresso da medicina e a integridade da pessoa humana que precisam ser analisados sob o ponto de vista jurídico, médico e filosófico, para uma solução socialmente mais adequada, no caso concreto. Existe um limite legal para a utilização do corpo humano, seja para experimentos científicos, transplante de órgãos, conduta médica curativa ou aliviadora de sofrimento (DODGE, 1999).

A bioética é um ramo dentro biologia, medicina e ética, que estudas as condições para uma administração da saúde no âmbito da vida em geral, bem como da dignidade humana. Ciência essa que se relaciona diretamente com o biodireito, que por sua vez, corresponde ao ramo direito que se dedica às relações jurídicas acarretadas pelos avanços da medicina, da biotecnologia e do próprio direito (MOTA, 2011).

As evoluções no campo da engenharia genética contribuíram para o surgimento da bioética, no intuito de definir critérios éticos a fim de estabelecer limites científicos, considerando antes de tudo a dignidade e a vida humana. Porém, esses princípios éticos por si só não bastam para regular essas questões, necessitando do apoio do biodireito para criar normas que se adequem aos princípios da ética em inerentes à vida humana (SANTOS, 1999).

Nesse contexto, a eutanásia tem sido amplamente discutida dentro da bioética e

biodireito, uma vez que a questão envolve o Estado, responsável pela proteção da vida, um bem jurídico de extrema importância e de outro lado o interesse de indivíduos que em razão de seu estado de saúde, desejam antecipar a morte (STAUB, 2015).

A eutanásia é umas das questões do biodireito que merece uma considerável atenção, principalmente pelo fato em razão da legislação atual, envolver implicações de cunho criminal. Diante disso, acredita-se que uma reforma na lei penal seria de grande ajuda para flexibilizar a indisponibilidade do direito à vida a fim de permitir que os indivíduos, quando for o caso, possam optar por fim à vida e ao sofrimento (CARVALHO, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre as questões envolvendo a Eutanásia é séria, pois envolve a vida, o principal e maior bem que se possui, razão pela qual, o Estado, ao criar suas leis, assegura uma proteção maior ao direito a vida do que a qualquer outro direito. No entanto, essa proteção cria um obstáculo quase intransponível para aqueles que por questões de saúde, se encontram em situações extremas de debilidade, onde a vida em sua plenitude não mais é possível.

Ocorre que quando esses indivíduos, já impossibilitados de lutar pela vida, em situação de dependência junto aos entes queridos, enfrentando ainda uma condição de sofrimento físico e mental imensuráveis, decidem em por fim as suas angustias, optando pelo fim da vida, encontram uma barreira de âmbito legal que os impede de dispor da própria vida, gerando ainda responsabilidade criminal para aqueles que os auxiliarem de alguma forma.

O presente estudo permitiu confirmar a hipótese levantada *a priori* aquela que a eutanásia tem como prós a base o Princípio da Dignidade Humana, considerando o estado de qualidade de vida da pessoa com doença grave em fase terminal. E como contra tem-se como base o art. 5°, da Constituição Federal Brasileira, em que trata da inviolabilidade do direito à vida. A legalidade da Eutanásia dependeria da aprovação do Congresso Nacional com o aderir da sociedade, mas, sabe-se que apesar de o sistema jurídico ser laico, existe uma corrente político-religiosa, que acaba por impedir um debate mais democrático sobre o tema, cujos representantes sejam de toda a sociedade para se obter direito de expressão e se chegar a um consenso.

Conclui-se que é indiscutível o valor da vida uma humana e a necessidade de proteção

da mesma, no entanto, acredita-se que nenhuma determinação deva ser absoluta, sendo necessário analisar as situações especificas, entendendo as particularidades de cada caso. E em relação a pacientes que não mais possuem condição de voltar a viver, estando condenados a uma cama ou dependendo de aparelhos para manutenção da vida, acredita-se que deve sim haver uma flexibilização do direito, a fim de permitir que essas pessoas tenham autonomia para optar pelo fim da vida se assim quiserem.

REFERÊNCIAS

APOLIANO, G. **Eutanásia** – algumas considerações. Juiz do TRF da 5ª Região. Faculdade de Direito do Recife (UFPE), 1999.

BATISTA, R. S., SCHRAMM, FR. Eutanásia: pelas veredas da morte e da autonomia. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, v.9, n.1, p.31-41, nov., 2004.

BIONDO, C. A., SILVA, M. J. P., SACCO, L. M. D. Distanásia, eutanásia e ortotanásia: percepções dos enfermeiros de unidades de terapia intensiva e implicações na assistência. **Rev Latino-am Enfermagem**, Ribeirão Preto; v.17, n.5, p.613-619. set./out.,2009.

BORGES, L. F. **A eutanásia no direito brasileiro**. Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo. Artigo publicado no Diário do Grande ABC, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** – Promulgada em 05 de outubro de 1988.

CARVALHO, F. Q. M., HORTA, A. F. S. **Breves reflexões sobre a eutanásia**. São Paulo, 2011.

DODGE, R. E. F. Eutanásia. Aspectos Jurídicos. **Revista Bioética**. Brasília-DF, maio, v.7, n.1, p.1-4,1999.
DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOETTEN, G. F. M. **O direito à vida x Eutanásia**. Rio de Janeiro, 2002.

GOLDIM, J. R. **Breve Histórico da Eutanásia.** São Paulo, 2000.

GOLDIM, J. R. **Eutanásia**. São Paulo, 2004.

Horta, M.P. Eutanásia. Problemas éticos da morte e do morrer. **Rev. Bioética.** Brasília-DF,v.7,n.1,p.1-8,mar.1999.

GOMES, E.C., MENEZES, R.A. Aborto e Eutanásia: Dilemas Contemporâneos sobre os Limites da Vida. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18. n.1, p. 77-103, out., 2008.

RASTELLI B. Eutanásia passiva: uma análise jurídico-social. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v.22, n.5087, jun., 2017.

ROBERTI, M. **Eutanásia e Direito Penal**. Instituto Brasileiro de Advocacia Pública. 2000.

MARTINS, S. C. Eutanásia e direito a vida. ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA. v.12, n.12, p.1-1, nov., 2016.

MIRANDA, R. **Aspectos Gerais da Eutanásia**. 2007,31f. Monografia (Bacharel em Direito) Campo Grande – FCG, 2007.

MOTA, T. S., SILVA, J. K. B. Dignidade da Pessoa Humana e Eutanásia: Breves Considerações. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande; ago., XIV, v.91, n.19, ago., 2011.

PAGANELLI, W. A eutanásia. **Jus Navigandi**, Teresina; v.2, n.21, p.1-5, nov, 1997. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1861>. Acesso em: 26. Jun. 2017.

RODRIGUES, P. D. **Eutanásia**. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

READBRUCH, L; et al. Eutanásia e suicídio medicamente assistido: A white paper - "Livro Branco"- da European Association for Palliative Care - EAPC (Associação Europeia de Cuidados Paliativos). **Palliative Medicine**. v.30, n.2, p.104-16, feb., 2016.

SANTOS, D. A., et al. Reflexões bioéticas sobre a eutanásia a partir de caso paradigmático. **Rev. bioét.** v. 22, n. 2, p. 367-72, jul, 2014.

SANTOS, M. C. C. L. Contornos atuais da eutanásia e da ortotanásia: bioética e biodireito. a necessidade do controle social das técnicas médicas. **Rev. Fac. Dir. Univ.** São Paulo, v.94. n.2, p.1-18, ago., 1999.

STAUB, V, SUSKI, L.M.F. Eutanásia: um olhar sob a perspectiva da bioética. Núcleo de Pesquisa e Extensão do Curso de Direito – NUPEDIR VIII MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (MIC). 2015.

CADERNO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

HATE SPEECH E O RACISMO NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Ari Gonçalves Neto*
Alinne Arquette Leite Novais**
Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral***
Shirlena Campos de Souza Amaral****
Carlos Henrique Medeiros de Souza*****

Resumo: A terminologia rede social surgiu a partir de estudos relativos à convivência humana de um determinado grupo de noruegueses em 1953. No entanto, a expressão se tornou mundialmente conhecida por meio da criação do ciberespaço notadamente com o surgimento da internet no período da Guerra Fria. A internet revolucionou as pessoas e o mundo, seja pela ubiquidade, seja pela desterritorialidade. Com isso, as disseminações de discursos se tornam rápidas, contagiando inúmeras pessoas em curto prazo. O objetivo deste trabalho é demonstrar a utilização das redes sociais para a disseminação do discurso do ódio, influenciando pessoas, fomentando adesões ao racismo, sempre criando situações de humilhação direcionadas às minorias. Conclui-se que a única forma de mudar esse aspecto negativo criado pelas redes sociais digitais é a disseminação de discursos diversos, como por exemplo, educacionais, sobre equidade, paz social e equilíbrio das relações, a fim de garantir o seu uso adequando, tornando o homem também dominador deste meio de interações e não o contrário, extinguindo com quaisquer discursos de conotação racista, como corolário da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Redes sociais digitais. Ciberespaço. Discurso do ódio. Racismo.

Abstract: The terminology social midia arose from studies related to the human coexistence of a certain group of Norwegians in 1953. However, the expression became worldwide known through the creation of cyberspace notably with the emergence of the Internet in the period of the Cold War. The internet has revolutionized people and the world, whether by ubiquity or by deterritoriality. As a result, the dissemination of spaces festered, infecting countless people in the short term. The objective of this paper is to demonstrate that the use of social networks for the dissemination of hate speech, influencing people, fomenting adhesions to racism,

* Egresso do Curso de Direito da Universidade Iguaçu, Campus Itaperuna, RJ. Estudante de Mestrado do Programa de Cognição e Linguagem da Uenf. E-mail: arigneto@gmail.com

** Mestra em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Uerj. Juíza do TJMG. E-mail: alinnearquette@yahoo.com.br

*** Mestra e estudante de Doutorado do Programa de Cognição e Linguagem da Uenf. Professora dos Cursos de Direito e Medicina da Universidade Iguaçu. E-mail: hildeboechat@gmail.com

**** Docente do Curso de Pós-Graduação de Políticas Sociais do CCH – Uenf. Doutora em Sociologia Política. E-mail: shirlenacsa@gmail.com

***** Coordenador e Docente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu de Cognição e Linguagem – Uenf. Doutor em Comunicação. E-mail: chmsouza@gmail.com

always create situations of humiliation directed at minorities. It is concluded that the only way to change this negative aspect created by social media is the dissemination of diverse discourses, such as education, about equity, social peace and balance of relationships, in order to ensure its use, a man who also dominates this medium of interaction and not the other way around, extinguishing it with any discourse with racist connotation, as a corollary of the dignity of the human person.

Keywords: social midia; cyberspace; hate speech; racism.

Considerações iniciais

O Brasil se constitui um Estado Democrático de Direito, na forma que estabeleceram os legisladores constituintes em 5 de outubro de 1988, instituindo como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana. E como um Estado de Direito, são asseguradas todas as formas de manifestação do pensamento, a liberdade encontra-se inserida no rol dos direitos fundamentais, sendo assegurado o direito de reprimir na medida legalmente prevista todo excesso que tendente ao radicalismo.

Parece que a liberdade de pensamento e a de expressão se tornaram muito mais acessíveis a todos os brasileiros a partir da criação das redes sociais digitais, e as redes de interação *online*, como frutos de longas pesquisas científicas intensificadas durante o período da Guerra Fria. Assim, com o passar do tempo e considerando as inovações tecnológicas, as redes sociais e a rede mundial de computadores interligados modificaram, sobremodo, as relações e interações dos seres humanos. Atualmente fala-se com qualquer pessoa, em qualquer lugar do globo terrestre, a qualquer momento. As informações circulam quase que instantaneamente.

Nessa perspectiva, o homem mudou, não em sua essência, mas em sua forma de ver o mundo, exercendo agora mais do que nunca seu poder dominador. Porém, ao mesmo passo dessa dominação global oportunizada pela internet e suas redes sociais, o homem tornou-se escravo de muitos avanços, pois contemporaneamente tudo o que se faz, depende das redes mundiais de computadores. E mais: muitos a utilizam, ainda, para disseminar os estereótipos culturalmente concebidos, bem como difundir o discurso do ódio, o qual é quase sempre direcionado às minorias. Neste aspecto, em especial, o presente artigo busca demonstrar que a liberdade de expressão do pensamento, uma garantia constitucionalmente assegurada, não é absoluta, ante o que, o cidadão não o pode exercê-la indistintamente, nas redes sociais digitais. Assim, a esfera de direitos fundamentais do próximo deve ser respeitada, sob pena de

se violar um dos fundamentos deste Estado de Direito que é a dignidade da pessoa humana de outros titulares.

A justificativa parte do pressuposto de que atualmente muito se tem debatido a respeito do discurso do ódio difundido por meio das redes sociais digitais, não só no Brasil, mas também em muitas cortes internacionais.

A metodologia adotada é qualitativa, baseada em doutrinadores expertises no tema, como por exemplo, Carlos Henrique Medeiros de Souza, Daniel Sarmento, Raquel Ricuero e Pierre Lévy, bem como baseada na jurisprudência e ordenamento jurídico pátrios e convenções e declarações internacionais afetas ao tema.

Salienta-se, por oportuno, que a fim de facilitar a compreensão da temática proposta, o presente artigo aborda a importância do tema, eis que se trata de um das mais importantes temáticas discutidas não somente no âmbito nacional, mas também pelas cortes internacionais, analisando o direito fundamental à liberdade de expressão do pensamento, além de refletir de forma pontual o conceito das redes sociais digitais oportunizadas pelo advento da internet, e também a influência que elas exercem na formação da opinião pública, notadamente no que diz respeito a difusão do discurso do ódio. A fim de elucidar as questões afetas ao discurso do ódio, apresenta-se o *hate speech*, a sua ocorrência, sobretudo, por meio das redes sócias digitais objetivando fomentar o racismo. Por fim, conclui-se que a única forma de se combater efetivamente o *hate speech* e o racismo nas redes sociais digitais é por meio do discurso reverso, termos em que os são trazidas as considerações finais.

1 Direito de expressão e o *hate speech*

Os direitos fundamentais são todos aqueles básicos, por meio dos quais todas as pessoas têm assegurada a existência digna. A liberdade de expressão é uma das ramificações do direito fundamental à liberdade, e instrumentaliza o exercício desse direito.

Liberdade de expressão como direito fundamental

Os direitos fundamentais constituem direitos ligados à natureza humana e, em última análise, necessários a propiciar vida com dignidade. Pinho ensina que “Os direitos fundamentais são aqueles considerados indispensáveis à pessoa humana, necessários para

assegurar a todos uma existência digna, livre e igual" (PINHO, 2011, p. 96). Assim, com o transcurso das evoluções históricas, esses direitos foram sendo aos poucos, escritos, positivados. Muitas foram as conceituações de direitos fundamentais desde a Revolução Francesa (1789) até a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (COSTA, 2016). Após a Segunda Grande Guerra que dizimou milhões de vidas e que, consequentemente, deu causa à criação da Organização das Nações Unidas (ONU) que, em 1948, editou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), ressaltando a grande preocupação referente aos direitos humanos em todo o planeta (SIMON, 2008). Desde essa fase, as Constituições de grande parte dos Estados modernos incorporaram essas ideias e ao longo dos anos estabeleceram positivamente a afirmação desses direitos que são universais. As Constituições dos Estados Democráticos e Sociais de Direito encontram-se adstritas a essas universais concepções de direitos fundamentais. Pinho assevera que

> As Constituições escritas estão vinculadas às declarações de direitos fundamentais. A própria Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada após a Revolução Francesa, em 1789, estabelecia que o Estado que não possuísse separação de poderes e um enunciado de direitos individuais não teria uma Constituição (PINHO, 2011, p. 96).

Assim, uma vez estruturados esses direitos fundamentais, são considerados por suas características peculiares, eis que são históricos, bem como inalienáveis, irrenunciáveis, universais e limitados (PINHO, 2011). Estado brasileiro, por sua vez, subscreveu este chamamento, bem ainda estabeleceu em praticamente todas as suas Constituições múltiplos direitos fundamentais, dentre os quais, pode-se destacar o direito à liberdade. Pode-se dizer, ainda, que esse direito corresponde a um braço forte da liberdade de expressão – um dos sustentáculos da integridade dos direitos fundamentais do homem.

O professor Cláudio Chequer (2011), ao dispor sobre o direito fundamental de liberdade de expressão, em seu sentido lato, justifica-a por vários motivos determinantes. E dentre eles, aloca esse universal direito de acordo com duas grandes categorias. A primeira, diz respeito à importância essencial desse direito, eis que se trata de um eficaz instrumento. Sua importância, em verdade, não se limita as consequências positivas que trouxe, mas a sua função social propriamente dita. Já no que se refere ao sentido estrito, a liberdade de expressão "por se referir a ideias, opiniões, pensamentos, não está condicionada à verdade" (REVEL apud CHEQUER, 2011, p. 12).

Cabe salientar, assim, que os fundamentos utilizados à proteção do direito

fundamental à liberdade de expressão, já anteriormente consignados, notadamente na forma do entendimento do professor Chequer, encontram-se estabelecidos em quatro grandes núcleos. Inicialmente, como assegurador das satisfações de cada indivíduo enquanto pessoa humana; ao depois, como forma de se obter a verdade; em terceiro lugar, como fórmula de se efetivar a participação social, econômica e política; e, por fim, como garantidora da estabilidade e das transformações pelas quais constantemente perpassa a sociedade.

Registra-se, com toda propriedade, que, no Brasil, inicialmente a liberdade de expressão nunca foi um direito absoluto, eis que sempre houve certa responsabilização do autor dos abusos, de acordo com a Lei. No entanto, era vedada a censura, na forma que já dispunha o artigo 179, da Constituição Imperial:

> Art. 179 – A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte:
> [...]
> IV – Todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura; contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar.

No contexto republicano, que iniciou-se a partir de 1889, verifica-se que os textos constitucionais a partir de então trouxeram em seu bojo uma vasta lista de direitos e garantias consideradas fundamentais. Já no ano de 1934, e sob estupenda influência da centralização do poder estatal, característica do movimento iniciado imediatamente após a Primeira Grande Guerra Mundial, a Constituição Federal daquele período trouxe a afirmação da garantia da liberdade de pensamento livre, bem como consciente. A censura, no entanto, estava limitada aos espetáculos e diversões públicas. Cabe registrar que neste período era vedado, assim como atualmente, o anonimato, bem como já era garantido o direito de resposta (MEYER-PFLUG, 2009).

A Constituição de 1937, elaborada pelo operador do Direito Francisco Campos, responsável pelo Ministério da Justiça do Governo de Getúlio Vargas, e mediante a aprovação deste, abarcou, pode-se dizer, a maior parte das ideologias disseminadas durante a vigência do Estado Novo. Ressalta-se, inclusive, que a referida norma ficou conhecida como “Polaca”, ante a forte influência da Carta Política Polonesa (FERNANDES, 2017).

Por outro lado, a Constituição de 1967, constituída ante as fortes pressões exercidas

pelos Governos Militares decorrentes do Golpe de 1964, foi criada com vistas a legitimar a centralização do poder, bem assim da função legiferante, ambas nas mãos do Chefe do Poder Executivo da União. Durante este período, a Constituição Federal foi emendada por diversas vezes, mediante a expedição dos Atos Institucionais. O mais gravoso dos suso Atos foi o de n. 5, eis que censurou a maior parte dos meios de comunicação, inclusive a música, teatros e cinemas (MEYER-PFLUG, 2009).

Verifica-se, então, o grande retrocesso pelo qual perpassou o direito fundamental de liberdade de expressão. Neste sentido, importante registrar que dispunha a Lei n. 5.250, de 1967, sobre o seu principal objetivo de regulamentar a liberdade de manifestação do pensamento e da informação (MEYR-PFLUG, 2009). Em verdade, limitando irrestritamente a atuação individual dos verdadeiros titulares desse direito.

Foram mantidas, inclusive, as proibições de veiculação de propagandas. A censura foi abolida, com exceção daquela afeta aos espetáculos e diversões públicas, na forma constante das já revogadas Constituições Federais de 1937 e 1946, assim compreendidas as publicações contrárias a moral e aos bons costumes.

Neste diapasão, e considerando o longo período de limitação do exercício dos direitos tidos como fundamentais, a democracia brasileira renasce, notadamente com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A suso Carta Política trouxe múltiplos direitos e garantias fundamentais e, segundo o entendimento de Samantha Meyer-Pflug (2009) esses direitos encontram-se na órbita tanto dos direitos sociais, como políticos e econômicos.

Importante consignar, que, a alcunhada Constituição Cidadã, com créditos ao Dr. Ulisses Guimarães, então presidente da Assembleia Constituinte, trouxe em seu texto um rol de proteção do qual se destaca o direito à liberdade de pensamento e expressão, vedado o anonimato, na forma estabelecida no art. 5, inciso IV (BRASIL, CRFB, 1988), proibindo qualquer censura, tendo sido garantido, inclusive, o direito de resposta proporcional ao agravo.

E, nas palavras de Pinho (2011), a CRFB/88 estabelece certas e determinadas formas de exercício relativamente no que diz respeito à livre expressão artística vinculada à comunicação social e pública, posto que, nestes casos, há a real possibilidade de se alcançar e atingir um número indistinto de indivíduos.

Constata-se, portanto, que a trajetória do direito fundamental de expressão, e não só

este, mais também os demais direitos considerados fundamentais, foram marcados por sérios e difíceis marcos históricos até que se estabelecessem como direito de toda pessoa humana. Ainda se faz importante assentar, que, os direitos fundamentais foram considerados absolutos, bem assim ilimitados até o século XVIII, sendo que a base foi o Direito Natural pregado por John Locke, no qual o Estado exercia o papel de mero garantidor. Há que se ressaltar, no entanto, que os direitos fundamentais não mais comportam aquela conceituação absoluta de outrora. Em verdade, atualmente são restringidos essencialmente por seu caráter universal. E também considerando que a razão de se viver em um contexto plural e democrático, no qual os direitos precisam ser compatibilizados com os interesses dos demais cidadãos, afinal, todos são titulares de direitos e deveres na ordem jurídica.

Neste sentido, Gilmar Mendes (2009, p. 04) assevera que "Não se pode atribuir primazia absoluta à liberdade de expressão, no contexto de uma sociedade pluralista, em face de valores outros como os da igualdade e da dignidade humana".

A Declaração Universal dos Direitos dos Homens, aduz a necessidade de equilíbrio entre direitos fundamentais, eis que

> Art. XXIV – [...] 2. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

Assim, depois anos de repressão ao direito de se expressar, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 resgatou a preocupação com a manifestação de pensamento, dando o espaço que o cidadão merece nesta sociedade democrática e plural. Em verdade, considerando as proposições de Meyer-Pflug (2009) e Pinho (2011), a liberdade de expressão é, em última análise, a materialização da liberdade de pensar e suas derivações respectivas. E não só isso, mas ainda a manifestação de sentimentos e sensações desse pensamento, que deve ser preservada e garantida, como corolário da dignidade da pessoa humana.

Discriminação racial

Inicialmente, deve-se registrar que, segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, discriminação corresponde ao

> Ato ou efeito de discriminar; tratamento pior ou injusto dado a alguém por causa de características pessoais; ato que quebra o princípio da igualdade, como distinção, exclusão, restrição ou preferência, motivado por raça, cor, sexo, idade, trabalho, credo religioso ou convicções políticas (HOUAISS, 2009, p. 693).

Em verdade, a discriminação surge imediatamente quando se detecta a existência de diferenças entre os diversos grupos sociais que formam a sociedade. Decorre do preconceito e se manifesta em relação a membros de grupos estereotipados visando, sempre, a sua respectiva segregação. Decorre em sua grande maioria por razões de raça, cor, bem como de questões políticas e de opiniões públicas (VARGAS, 2011). Neste diapasão, Bobbio apud Meyer-Pflug dispõe que

> A discriminação é mais forte do que a simples diferença, pois ela é utilizada em um sentido pejorativo e tem por fundamento critérios ilegítimos, normalmente relacionados à ideia de superioridade de um grupo em relação ao outro (BOBBIO apud MEYER-PFLUG, 2009, p. 109-110).

Samantha Meyer-Pflug, por sua vez, ensina que

> [...] está-se diante de uma situação de discriminação quando um determinado grupo, segundo critérios adotados naquela sociedade, deve receber um determinado tratamento isonômico e não o obtém, porque uma parcela da sociedade entende que eles não fazem jus a esse tratamento (MEYER-PFLUG, 2009, p. 111).

A prática discriminatória é expressamente vedada no âmbito das relações de emprego, conforme estabelece a Convenção n. 111, da Organização Internacional do Trabalho. Considera-se, assim, neste aspecto, discriminação toda e qualquer distinção, exclusão, bem como preferência que tenha o fim de alterar as igualdades de ofertas de postos de emprego (VARGAS, 2011).

Ainda cabe ressaltar, que a discriminação apresenta-se de duas formas: direta e indireta. A primeira se materializa a partir do momento em que há a configuração de impedimento a certos e determinados grupos de exercerem seus direitos individuais fundamentais, uma vez que são tratados de forma desigual. Já a discriminação indireta corresponde aquela que se baseia em condutas aparentemente neutras, mais que possuem forte impacto, devido à carência de justificação (MEYER-PFLUG, 2009).

Assim, imediatamente após as conceituações já expostas, passa-se, então a entender melhor o discurso do ódio em determinados casos concretos, tornando-se mais fácil identificar

o exercício do direito à livre expressão. Nesse diapasão, tem-se o *hate speech*, como um tema em evidência no mundo, inclusive, trazido às cortes internacionais, sendo uma prática proibida aos signatários dos tratados internacionais que versam sobre os direitos humanos, que devem coibir qualquer ação que estigmatize ou menospreze determinadas pessoas ou grupos de pessoas. Sobre esse tema, restou avençado o denominado Pacto Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 1968, que teve como objetivo maior, tratar sobre o discurso do ódio. Dispõe o art. 4º do mencionado Pacto que

> Art. IV – Os Estados-partes condenam toda propaganda e todas as organizações que se inspirem em idéias ou teorias baseadas na superioridade de uma raça ou de um grupo de pessoas de uma certa cor ou de uma certa origem étnica ou que pretendam justificar ou encorajar qualquer forma de ódio e de discriminação raciais, e comprometem-se a adotar imediatamente medidas positivas destinadas a eliminar qualquer incitação a uma tal discriminação, ou quaisquer atos de discriminação com este objetivo, tendo em vista os princípios formulados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e os direitos expressamente enunciados no artigo V da presente Convenção, *interalia*: a) a declarar como delitos puníveis por lei, qualquer difusão de idéias baseadas na superioridade ou ódio raciais, qualquer incitamento à discriminação racial, assim como quaisquer atos de violência ou provocação a tais atos, dirigidos contra qualquer raça ou qualquer grupo de pessoas de outra cor ou de outra origem étnica, como também qualquer assistência prestada a atividades racistas, inclusive seu financiamento; b) a declarar ilegais e a proibir as organizações, assim como as atividades de propaganda organizada e qualquer outro tipo de atividade de propaganda que incitarem à discriminação racial e que encorajarem e a declarar delito punível por lei a participação nestas organizações ou nestas atividades; c) a não permitir às autoridades públicas nem às instituições públicas, nacionais ou locais, o incitamento ou encorajamento à discriminação racial.

Daniel Sarmento (2010) afirma que o direito fundamental à liberdade de expressão constitui um direito de proteção às opiniões de consenso, bem como daquelas, que, de certo ponto de vista, causa certa repressão, um susto social propriamente dito. Neste sentido, importante ressaltar que, embora o Brasil constitua um Estado Democrático de Direito, o qual é marcado desde a sua gênese pela pluralidade, não se deve perder de vista que a sociedade modernizou-se e, o Estado, não deve reprimir a mais singular liberdade de expressão do povo, sob pena de materializar-se um estado de retrocesso social e cultural, retroagindo aos moldes ditatoriais, quiçá medievais. Neste sentido, Gilmar Mendes assenta que "Liberdade e igualdade constituem os valores sobre os quais está fundado o Estado Constitucional. [...] Não há como negar, portanto, a simbiose existente entre liberdade e igualdade e o Estado Democrático de Direito" (MENDES, 2009 p. 01). Ressalta-se, por oportuno, que em uma

sociedade que se pretende plural e democrática como a brasileira, a tolerância é a forma materializadora do combate ao *hate speech*. Assim, o fato de ser uma sociedade plural e igualitária, sendo os cidadãos distintos entre si, porém iguais perante a Lei, todos devem ter protegidos e respeitados seus básicos e fundamentais direitos, e dentre eles, encontra-se a liberdade de expressão. E mais: são todos pensantes e formadores de suas próprias opiniões. Existem posicionamentos diferentes relativamente à livre expressão e seus efeitos na sociedade, porém todos devem ser efetivamente respeitados, com vistas ao supraprincípio da dignidade da pessoa humana. Aliás, o entendimento doutrinário e jurisprudencial que defende a liberdade de expressão mesmo em seu aspecto agressivo e incitador do ódio, o faz na medida em que considera que as diferenças necessitam de ser expostas. E também necessitam de ser confrontadas e discutidas, com vistas a possibilitar a todos os sujeitos de direitos acessá-las livremente e, por si só, formarem suas próprias opiniões.

Bobbio apud Sarmento ensina, neste sentido, que

> É melhor uma liberdade sempre em perigo, mas expansiva, do que uma liberdade protegida, mas incapaz de se desenvolver. Somente uma liberdade em perigo é capaz de se renovar. Uma liberdade incapaz de se renovar transforma-se mais cedo ou mais tarde, numa escravidão (BOBBIO APUD SARMENTO, 2010, p. 244).

A liberdade de expressão, pode-se dizer, está adstrita à tolerância necessária frente ao contexto social plural e pelo direito de cada um manifestar sua expressão livremente. Assim, esse caráter livre de manifestação do pensamento deve ser exercido em sua plenitude, desde que haja tolerância da parte que está recebendo o discurso, eis que essa exposição do pensar traz as ideias que acabam levando a maioria das pessoas a não se agradarem com o teor do discurso. E se se considerar a outra linha de pensamento que caminha no sentido de que se deve analisar com o devido cuidado todas as questões ligadas à liberdade de expressão, posto que há, sim, preocupação quanto à forma de uso desse fundamental direito constitucionalmente assegurado. Também, há que se atentar para os possíveis incentivos ao discurso de ódio.

Nessa linha de intelecção, Sarmento assinala que “A verdade é que nem sempre a tolerância é a resposta moralmente correta diante de um conflito social” (SARMENTO, 2010, p. 243). Assim, quando se tolera demasiadamente o intolerável provoca-se, em efeito reverso, ameaça e também violação aos direitos humanos assim considerados. E a resposta correta do Estado nesses casos é, com certeza, a intolerância com vistas à prevenção contra a destruição

e eventual sanção aos culpados, sem prejuízo de proteção às vítimas. O *hate speech*, em verdade, causa disseminação de discussões mais calorosas, bem como de práticas de atos extremamente violentos. A grande parte das guerras e conflitos que aconteceram ao longo da história da humanidade, por exemplo, estão embasados em questões religiosas, bem como políticas. E todas de cunho odioso.

Ressalta-se que no caminho do discurso de ódio encontra-se o preconceito. E, segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009, p. 1539), trata-se de "qualquer opinião ou sentimento concebido sem exame crítico; ideia, opinião ou sentimento desfavorável formado sem conhecimento abalizado, ponderação ou razão". Bobbio apud Meyer-Pflug diferencia-o em duas classes:

> [...] Enquanto os preconceitos individuais estão relacionados às crenças e às superstições, os sociais são aplicados por um determinado grupo social contra outro. O mais grave é o preconceito social, pois tem o poder de disseminar até mesmo guerras, na medida em que esses grupos sociais acreditam no conteúdo preconceituoso e se enfrentam (BOBBIO apud MEYR-PFLUG, 2009, p. 105).

E no que diz respeito às consequências do preconceito, Samantha Meyer-Pflug alerta que

> São inúmeras, uma delas é a discriminação jurídica, pois a despeito de assegurar o princípio da isonomia, alguns cidadãos são excluídos da fruição de determinados direitos. Outra consequência é a marginalização social, ou seja, esses grupos ficam isolados do convívio social (MEYER-PFLUG, 2009, p. 108).

Um clássico exemplo que ilustra esse fato é a política de segregação racial ocorrida na África do Sul, em 1948, o denominado *Apartheid.* O Brasil, por sua vez, semeia uma lamentável realidade de racismo que ocorre de forma mascarada, o que dificulta a constatação, especialmente, pelos meios de comunicação, grandes vetores de propagação das violações dos direitos constitucionalmente assegurados. Em verdade, atualmente não se chega a condutas muito claras, sequer à agressão física. Pratica-se o racismo contemporâneo de forma sutil, como por exemplo, o uso de elevadores de serviço, quartos ínfimos disponibilizados aos empregados domésticos, que em sua maioria, são negros e pobres.

O hate speech e os limites da liberdade de expressão

Toda forma de discriminação, incitação à intolerância e do desrespeito caracterizará um discurso odioso que, geralmente, é direcionado às minorias. À época do Governo Ditatorial brasileiro (1963-1985), tudo o que ofendia à honra era considerado agressivo e perigoso, ante o que, merecia uma forte repressão por meio dos órgãos governamentais. Além dos jornais de grande circulação, o meio musical também foi afetado. Aconteceu o mesmo com os grandes teatros e com diversas classes que, por meio da liberdade de expressão, tentassem mostrar as ações do então Governo como, por exemplo, as duras intervenções do DOI-Codi do Governo de Médici.

O *hate speech* que também é denominado discurso de ódio é todo ato que, de alguma forma, discrimine ou incite à discriminação e, geralmente, destinada, repita-se, às minorias. Segundo Samantha Meyer-Pflug (2009), o discurso do ódio representa um comportamento odioso e polêmico que envolve o direito fundamental de expressão, o que pode-se considerar, com toda propriedade, uma apologia ao hate speech eis que resume o desprezo e discriminação a certos e determinados grupos. A referida pesquisadora ainda considera que "O discurso de ódio não é voltado apenas para a discriminação racial" (MEYER-PFLUG, 2009, p. 98).

O professor Daniel Sarmento ensina que o hate speech é um tema ligado ao limite da liberdade de expressão relacionado à "Manifestação do ódio, desprezo, ou intolerância contra grupos, motivadas por preconceitos ligados à etnia, religião, gênero, deficiência física ou mental e orientação sexual, dentre outros fatores" (SARMENTO, 2010, p. 208). Neste sentido, a desqualificação social referente à raça, cor, crença, sexo, etnia, entre outros, é considerada manifestação de um pensamento raivoso, provocando assim, o denominado discurso de ódio. A doutrinadora Samantha Meyer (2009) assevera que outra manifestação do hate speech é a da teoria revisionista cujo objetivo é questionar o acontecimento do holocausto nazista. Neste diapasão, apresenta-se uma importante indagação. Até que ponto o discurso de uma pessoa pode afetar outra?

O *hate speech*, para Samantha Meyer-Pflug (2009) está basicamente no campo das ideias, na liberdade do pensamento e da consciência, sendo, em verdade, considerado apenas um monte de palavras que poderão ou não atingir outras pessoas. Afinal, partindo do raciocínio inicial de que inexiste verdade absoluta, algo que não possa ser contestado ou visto de outra forma, o que engendra abertura para o exercício da liberdade de expressão. Assim, conclui-se que não é por meio de opiniões e ideias extremistas que se chegará à verdade real,

bem como não constitui o *modus operandi* de sua busca. Ainda segundo Samantha (2009), tem-se que todas as manifestações do discurso de ódio são originadas tanto da livre expressão do pensamento quanto pelos grupos que já sofreram algum tipo de violação em seus fundamentais direitos enquanto pessoas humanas ao longo da história. Exemplo do anteriormente dito é a indignação demonstrada por um negro direcionando um discurso odioso a um branco, em razão da escravidão sofrida por seus antepassados.

Salienta-se, por oportuno, que, em verdade, não se trata de agressões verbais dirigidas a determinada pessoa, de forma individual. Pelo contrário. Segundo Samantha (2009), o *hate speech* não pode se confundir com um insulto individual, pois na verdade ele será direcionado a um determinado grupo ou classe de pessoas. E envolto nessa questão subjetiva, ou seja, se se considera que o discurso atinge ou não o outro, surge a dificuldade na caracterização ou identificação do hate speech, pois em alguns casos os insultos podem ser subliminares, não sendo perceptíveis numa simples leitura.

Dessa forma, para se verificar a ocorrência do discurso do ódio, faz-se necessário conceituar preconceito, racismo e discriminação. E esta conceituação, por sua vez, consta do subtópico anterior. Dessa forma, pode-se, então, analisar, na hipótese, as formas pelas quais se dá o exercício da liberdade de expressão, bem como a incitação à prática, repita-se, do discurso de ódio.

Neste ponto, registra-se que o ordenamento jurídico brasileiro protege a liberdade de expressão e outros direitos fundamentais, como o supraprincípio da dignidade da pessoa humana, que estão intimamente ligados ao *hate speech*. Assim, analisando-se as proposições de Meyer-Pflug (2009) e Sarmento (2010), verifica-se que a importância dirigida a esses direitos foi desenvolvida ao longo da história do Brasil através dos inúmeros fatos ocorridos, a exemplo da Ditadura Militar, que reprimiu de forma significativa o direito da livre expressão e manifestação do pensamento.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, apesar de atribuir grande importância à liberdade de expressão, eis que a considera como sendo um direito fundamental, não estabeleceu a ela caráter absoluto. Em verdade, a limitação encontra-se adstrita ao fato daquele que exceder os limites legais de fruição do referido direito deverá reparar o dano efetivamente causado.

A prática do racismo, da intolerância e da discriminação ou outro tipo de preconceito não é vedado apenas ao cidadão, mas também ao Estado brasileiro (lato senso), bem ainda a

qualquer entidade privada.

A esse despeito, Daniel Sarmento (2010) salienta que a Constituição de 1988 possibilita que a liberdade e suas variações sejam efetivamente exercidas, enfrentando os possíveis obstáculos sociais encontrados, fazendo com que as vítimas do hate speech possam denunciar, apontando qualquer manifestação que venha ferir ou oprimir a dignidade da pessoa humana. No momento em que colidirem direitos fundamentais de mesma ou inferior grandeza. A título de exemplo, tem-se o pronunciamento do STF, em 17.09.03, ao manifestar-se a respeito do HC 82.424/RS, que tratava de uma ação penal por crime de discriminação racial proposta contra Siegfried Ellwanger que além de autor de livros de conteúdo caracterizado como antissemita, também era sócio da Revisão Editora Ltda. que publicou os livros.

O posicionamento da Corte Maior, segundo Sarmento (2010) foi preponderante para chancelar a jurisprudência brasileira que começou então, a delimitar qual o tratamento empregado a esse tipo de relação fática. A impetração do Habeas Corpus suso referido se deu inicialmente junto ao STJ em consequência à condenação proferida pelo TJRS. O pedido foi indeferido e subiu ao STF (MEYER-PFLUG, 2009). Verifica-se que, de fato, o hate speech foi configurado neste caso concreto, conforme sustenta Samantha Meyer-Pflug (2009, p. 198), devido à constatação de que estavam presentes "o conceito de raça e o conflito entre a liberdade de expressão, a dignidade do povo judeu e a prática do crime de racismo".

Ressalta-se, por oportuno, que o crime informado quando dos parágrafos anteriores foi denunciado em 14.11.91, tendo sido o paciente absolvido em 01ª instância e condenado em 02ª instância a cumprir pena mínima, dois anos de reclusão. O crime em comento está tipificado na Lei n. 7.716/89, em seu art. 20. A pena estabelecida pela norma penal é de reclusão de 2 a 5 anos, e multa. A referida norma legal recebeu redação da Lei n. 9.459/97, a qual modificando o art. 20 daquela Lei estabeleceu que considera-se racismo toda conduta hábil a

> Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)
> Pena: reclusão de um a três anos e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)
> § 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

> Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)
> § 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza: (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)
> Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)
> § 3º No caso do parágrafo anterior, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência: (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)
> I - o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo; (Incluído pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)
> II - a cessação das respectivas transmissões radiofônicas, televisivas, eletrônicas ou da publicação por qualquer meio; (Redação dada pela Lei nº 12.735, de 2012) (Vigência)
> III - a interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na rede mundial de computadores. (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)
> § 4º Na hipótese do § 2º, constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 15/05/97).

No entendimento de Samantha Meyer-Pflug, a grande discussão do HC apreciado pelo Supremo, cingiu-se ao fato de relacionar e estender o crime de racismo ao povo judeu, indagando [...] judeu é raça ou religião? [...] é possível a prática de crime de racismo contra os judeus, uma vez que a realidade histórica do Brasil não demonstra qualquer perseguição a esse povo? (MEYER-PFLUG, 2009, p. 199).

Percebe-se, então, a importância de alargar ou não, neste caso, o conceito de racismo, já que o referido crime, pela sua natureza, tem caráter imprescritível e inafiançável, na forma a que dispõe o art. 5, inciso XLII, da Constituição (BRASIL, CRFB, 1988). A partir disso, o provimento jurisdicional da Corte Maior jamais poderia ser negativa, sob pena de se reconhecer a prescrição do ato ilícito praticado, visto que a temática não estaria vinculada ao cometimento do crime de racismo, mas sim de outro tipo penal. Outra questão levantada se relaciona a previsão constitucional do direito à liberdade de expressão materializada pela manifestação do pensamento e sua exteriorização, o que permitiria considerar praticamente toda manifestação do pensamento como sendo possível crime de racismo. Este apontamento foi realizado de ofício pelo então Ministro Sepúlveda Pertence. E o Pleno assentou que o supraprincípio da dignidade da pessoa humana e princípio da igualdade estão em um plano que exige maior tutela estatal, relativamente considerando o direito à liberdade de expressão.

Os Ministros Gilmar Mendes e Marco Aurélio, lançaram mão do princípio da ponderação de interesses. Em verdade, Mendes assentou que a eventual condenação era, sim,

perfeitamente, constitucional, bem como que não existia, na hipótese, outro meio menos gravoso a fim de atingir o mesmo objetivo, o que em suas palavras concluiu pela "preservação dos valores inerentes a uma sociedade pluralista", e "da dignidade humana" compensavam "o ônus imposto à liberdade de expressão do paciente" (HC 82.424/RS). Melo ressaltou a importância da manifestação de ideias dos grupos minoritários, bem ainda da existência de certas divergências com vistas a não somente garantir, mais também efetivar o direito à liberdade de expressão, como corolário da democracia (HC 82.424/RS).

Porém, de acordo com o pensamento do Ministro Marco Aurélio (HC 82.424/RS), o ato de punir o paciente apenas e tão somente configuraria uma decisão simbólica, ante o fato do STF relativizar *a posteriori* a liberdade de expressão. A necessidade institucional na visão do multicitado Ministro era de passar "uma imagem politicamente correta perante a sociedade" (SARMENTO, 2010).

Ao final, os Ministros Melo e Aires Brito, apenas, seguiram o voto do Ministro relator do Habes Corpus, Moreira Alves, com o fim de deferir o requerimento formulado no *mandamus*, declarando, por fim, a inexistência, do crime de racimo no caso concreto. Os demais integrantes do colegiado denegaram a ordem formulada (MEYER-PFLUG, 2009). Assim, verifica-se que o combate ao hate speech deve cada vez mais ser materializado não apenas pelas instituições efetivamente constituídas para o cumprimento deste fim, mais também por todos os cidadãos, na medida em que os discursos de integração social, promoção do bem-estar de todos são os únicos instrumentos democráticos que podem ser lançados à mão no combate ao discurso de ódio.

2 Redes sociais digitais e suas influências

As redes sociais surgiram como uma experiência da convivência humana de um determinado grupo de noruegueses. E com o surgimento da internet durante a Guerra Fria essa rede transferiu-se do mundo concreto para aquele o qual não se pode tocar, mas apenas vivenciar todas as interações e comunicações que o ambiente virtual das redes sociais digitais oportuniza.

Conceito

Ante a implementação do uso das redes digitais e das novas conexões, é

imprescindível destacar a Internet, notadamente por dois aspectos distintos: em um primeiro plano, o conjunto tecnológico que liga os milhões de computadores aos componentes físicos; em outro, tem-se o espaço de interação virtual criado. Pierre Lévy (1999, p. 92) conceitua o ciberespaço sendo "o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores". Assim, a conceituação vai além do aspecto material propriamente dito. Vai além, ainda, da infraestrutura da comunicação, e destaca o universo de informações e interações que são estabelecidas. Continua o autor afirmando:

> Quanto ao neologismo "cibercultura", especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 1999, p. 17).

Lévy comenta, ainda, que ao se estabelecer uma ligação com a denominada cibercultura, o conceito de virtualização não configura o diverso do real. Pelo contrário. Ele existe independente de se estar no presente. Trata-se, em última análise, de uma "fonte indefinida de atualizações" (LÉVY, 1999). Dessa forma, diz-se que o ambiente virtual é desterritorializado, o que não constitui uma irrealidade, mas uma realidade que não pode ser estabelecida de acordo com as coordenadas tempo-espaço. Por sua vez, Recuero (2009) aponta para as grandes modificações das formas de organização social, decorrentes de toda interação estabelecida, ou mesmo mediada, pela rede mundial de computadores. A autora afirma, ainda, que, o crescimento da capacidade de se estabelecer conexões permite a criação de novas redes, as alcunhadas redes sociais digitais, eis que "conectam não apenas computadores, mas pessoas" (RECUERO, 2009, p. 17). Destaca-se que a expressão rede social foi alcunhada pelo pesquisador J. A. Barnes, que reconheceu o ser humano como membro de uma organização, sociedade, e, por conseguinte, possuidor de múltiplas relações dentro do contexto no qual se insere.

> Rede social é uma expressão cunhada do pesquisador J. A. Barnes, apresentada pela primeira vez em uma comunicação em 1953 e publicada em 1954. Foi empregada para descrever como noções de igualdade de classes eram utilizadas e de que forma indivíduos usavam laços pessoais de parentesco e amizade em Bremnes, uma comunidade da Noruega (SOUZA; CARDOSO, 2011, p.67).

Rede social para Recuero (2009, p. 24) significa "o conjunto dos elementos atores, que são os indivíduos ou os nós da rede, e suas conexões, as interações ou laços sociais".

Ainda salienta que a distância criada entre os referidos atores postos nas interações, característica esta peculiar às relações *on line*, faz com que se tenha apenas representações de indivíduos, ou mesmo "construções identitárias do ciberespaço". Neste sentido, o denominado "ator" é, no ciberespaço, o construtor de sua própria identidade, notadamente a partir das relações que dispõe e de suas características no ambiente virtual criado pelas redes sociais.

Para o ingresso em uma específica rede social, torna-se imprescindível que o indivíduo cria sua identidade, por meio de seu perfil. E este perfil possui ampla liberdade para se colocar o que bem deseja. Os perfis, em última análise, constituem-se em "múltiplas facetas de sua identidade" (RECUERO, 2009, p. 30).

Por fim, as conexões são definidas como os laços sociais, os quais se estabelecem através da rede; e essas interações, por sua vez, são as ações que "tem um reflexo comunicativo entre o indivíduo e seus pares, com reflexo social" (RECUERO, 2009, p. 31). Portanto, no ciberespaço, as interações acontecem dos mais diversificados modos de comunicação, ante o que, permite que ela permaneça mesmo quando não se está *on line*.

A influência das redes sociais digitais

Atualmente, gradativamente as pessoas tem se organizado não mais em torno do que fazem, mas sim naquilo que elas efetivamente são ou, ainda, acham que são. Noutro passo, as redes sociais digitais de ligações, pode-se dizer, instrumentais aproxima e repelem os indivíduos, grupos de indivíduos e até mesmo países. E a peça motriz refere-se à realização de certos e determinados interesses construídos na própria rede social digital.

Nas palavras de Castelis há uma "divisão fundamental entre o instrumentalismo universal abstrato e as identidades particulares historicamente enraizadas. Nossas sociedades são cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a Rede e o Ser" (CASTELIS, 2006, p. 41).

Nesse contexto, tem-se que a sociedade contemporânea vem utilizando para praticamente todas as suas atividades hodiernas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TCIs). A internet é a principal delas. E é lançada à mão para a realização de quase todas as atividades da vida, quer seja para vida social, econômica ou mesmo pública, posto que corresponde a um lugar adequado para o fomento aos debates relativos a temas que outrora eram discutidos apenas de forma presencial.

Entrementes, com o surgimento das redes sociais digitais, surge por consequência lógica e sequencial a necessidade de se repensar essenciais aspectos relativos à organização social, especialmente à liberdade de expressão do pensamento.

No que diz respeito às transformações pelas quais a sociedade humana vem passando, notadamente a partir do surgimento das redes sociais, pode-se destacar o conteúdo e limite que a liberdade de expressão e comunicação vem sofrendo em um contexto global cada vez mais conectado pela internet, por meio das redes.

Neste diapasão, a internet restou inicialmente utilizada pelos Estados Unidos da América com fins estritamente bélicos, ante o que, passou de simples mecanismo de transmissão de informações a condição de local de debates cada vez mais vinculados à defesa de movimentos sociais, bem como políticos.

A internet, portanto, é vista como instrumento de comunicação que interliga todos ao redor do globo terrestre, permitindo o acesso a uma quantidade inesgotável de informações, e, por fim, encurtando toda a distância de tempo e lugar. Assim, sob o aspecto técnico, a internet constitui uma imensa rede que interliga milhões de computadores, e essas ligações originam-se de várias maneiras, quer seja pelo uso de redes de telefone, cabos e satélites. Assim, a rede telemática configura uma oportunidade de encontros e confrontos, de troca de opiniões, de crescimento de relações interpessoais, com todas as vantagens e riscos das relações sociais (PAESANI, 2013, p. 12).

As redes sociais digitais e a formação da opinião pública

Da forma como surgiram as redes sociais, notadamente com o advento da internet, oportunizou uma interação social *on line* em que não apenas os brasileiros, mas outros cidadãos dos diversos países do mundo possuem acesso às informações de forma quase imediata. Há, assim, a transmissão de informações a todo tempo, e em tempo real. No entanto, percebe-se que tem havido um desvio da função originária das redes sociais digitais, por aqueles que a utilizam atuando de forma a adentrar a esfera privada uns dos outros, ante o que, passaram a violar direitos fundamentais. E os danos ocasionados por esta atitude são de todas as ordens, mas sobretudo social, política e econômica (CARVALHO, 2013). Verifica-se, assim, que há uma extrapolação do direito fundamental à liberdade de expressão do pensamento. Segundo sustenta Martha Gabriel (2010), as redes sociais digitais constituem

uma das formas de comunicação que mais cresce e se difunde ao redor do globo terrestre, de modo a alterar a grande maioria dos relacionamentos e comportamentos humanos. A escritora salienta, ainda, que a rede social pode ser definida como uma estrutura social formada por indivíduos, bem assim por empresas, que se encontrem interligadas por um ou mais tipos específicos de interdependência. Em verdade, trata-se de uma reunião da sociedade em um ambiente globalmente conhecido. O ambiente social digital são páginas criadas com o fim de facilitar a interação social entre os usuários, nos mais remotos lugares da Terra (GABRIEL, 2010). E ainda segundo a autora, importante se faz distinguir os conceitos de redes sociais e as mídias sociais:

> Se por um lado, redes sociais relacionam-se a pessoas conectadas em função de um interesse comum, mídias sociais associam-se a conteúdos (textos, imagem, vídeo etc) gerados e compartilhados pelas pessoas nas redes sociais. Dessa forma, tanto redes sociais como mídias sociais, em sua essência, não têm nada a ver com tecnologia, mas com pessoas e conexões humanas. A tecnologia apenas facilita e favorece a interação das pessoas e a criação e compartilhamento de conteúdos por elas. Assim, as redes sociais, como o Facebook, por exemplo, são plataformas que possibilitam, facilitam e potencializam a conexão de pessoas com outras pessoas, ampliando o alcance das redes sociais pessoais, e ferramentas de armazenamento e compartilhamento que alavancam o volume de mídias sociais criadas pelas pessoas. Assim, um site de redes sociais on-line é apenas uma plataforma tecnológica que favorece a atuação das pessoas para interagir e compartilhar conteúdos em suas redes sociais (GABRIEL, 2010, p. 202).

As redes sociais no mundo virtual possuem atualmente uma grande importância, eis que são utilizadas a toda hora e para a realização das mais diversas atividades imagináveis. Não há, inclusive, concentração apenas de um único relacionamento, por exemplo, pelo contrário, há uma gama de espécies de interações. E uma marca dessas relações é a horizontalidade, posto que inexiste hierarquia entre os usuários-participantes. Dessa forma, as redes sociais, tais como o Facebook e o Instagran são formas bastante utilizadas pelas pessoas dia a dia, a fim de efetivar a integração com as demais pessoas, seja por questões profissionais, educacionais e até mesmo amorosas, vide por exemplo, a existência de formação de famílias *on line* (CARVALHO, 2013).

Oportuno esclarecer que a rede Facebook em 2013, em seu relatório anual concernente às informações solicitadas por diversos países, consta que limitou o teor das

respostas dos casos vinculados à difamação, bem como pleitos outros de cunho civil. Porém, não fez constar do suso relatório quantas remoções foram efetivadas.

Assim, tais conteúdos não podem ser removidos tão somente com base em denúncias anônimas ou não. Em verdade, deve se dar por meio de um sistema automatizado que excluem discursos públicos. E há casos, ainda, que os conteúdos foram removidos do Facebook supostamente porque violaram os termos do usuário, conforme o caso em que se excluíram fotos publicadas pelos integrantes da "Marcha das Vadias", que mostraram várias mulheres com os seios descobertos (BEATRIZ, 2014, p. 72 e 73).

Ademais, o que se verifica é apenas e tão somente que os grandes avanços na segurança disponibilizados não constituem meio hábil a não permitir que na internet as pessoas extrapolem seus direitos e, consequentemente, todo o potencial para as comunicações e interações. Neste sentido, Liliana Minardi Paesani, (2013, p. 98), afirma que "a internet introduziu outro elemento inovador: tornou a sociedade efetivamente transparente, possibilitando, a qualquer pessoa o acesso a uma quantidade máxima de informações em relação a qualquer outro aspecto da vida social".

Cabe salientar, que, vive-se a era da sociedade da informação – uma fase em que se mudam comportamentos e formas de enxergar o mundo a todo instante, alterando formas de comunicação, relacionamentos interpessoais, consumo e a própria vida em sociedade, o que acarreta alterações nos direitos fundamentais à liberdade de expressão e à privacidade daqueles que utilizam as redes sociais digitais, como se elas se tornassem capazes de superar própria pessoa.

É o que Zygmunt Bauman denomina de "danos colaterais da modernidade líquida, ao descrever os riscos da fusão entre espaços públicos e privados de maneira a arquitetar uma sociedade confessional", com graves restrições à liberdade (BAUMANN, 2013, p. 108).

Assim, a internet cria novos e difíceis problemas para a privacidade. E esse problema se agrava à medida em que mais informações são acrescentadas e compartilhadas na rede social digital. Os usuários se sentem tão à vontade que os mais íntimos detalhes de suas vidas pessoais são revelados. Há o irracional fornecimento de informações precisas de suas vidas privadas, bem como o compartilhamento de fotos. Vivencia-se o fetichismo e o exibicionismo de uma sociedade, em última análise, confessional (BAUMANN, 2013).

E a forma de enfrentar esse problema é repensando a privacidade, a fim de compartimentá-la a realidade da era da informação. Neste sentido, Martins assevera que

> [...] a privacidade, hoje, abandonou a concepção clássica, pela qual seria vista como o *direito de ser deixado em* paz, ou o *direito de estar* só, passando o seu centro de gravidade à possibilidade de cada um controlar o uso das informações que lhe dizem respeito" (MARTINS, 2014, p.9-10).

Neste contexto, a Lei denominada como o Marco Civil da Internet, sancionada pela presidente eleita Dilma Rousseff, trouxe uma grande previsão de direitos a todos aqueles que, de alguma forma, utilizam as redes digitais. A referida norma legal é considerada, inclusive, como uma Carta de Princípios para uma boa e coesa utilização da internet, notadamente por meio das redes digitais sociais. Assim, a internet tornou-se, em verdade, o principal meio de comunicação em todo o mundo. E com o constante uso das redes, surgiu também o livre acesso as publicações da vida privada de seus usuários, bem como seus gostos, preceitos e políticas. Enfim, uma variedade de informações antes inacessíveis. Torna-se então bendita ao passo que é uma forma rápida e prática de contatar com o restante do mundo, por quaisquer motivos que sejam; e também maldita, porque muitos a tem utilizado para denegrir a imagem humana, postando as mais horrendas fotos, violando os direitos alheios com ofensas morais, o que tem ocasionado, em última análise, ofensa aos direitos fundamentais propriamente ditos (TRENTIN, 2012).

Nesse contexto, constata-se que o Estado brasileiro depara-se atualmente com vários aspectos polêmicos relacionados ao exercício da liberdade de expressão nas redes sociais digitais e, dentre eles, o discurso do ódio.

3 O racismo no discurso do ódio nas redes sociais digitais

Em meio ao pleno desenvolvimento digital, bem como da ampla valorização da pessoa humana por parte de praticamente todos os Estados Democráticos de Direito, o racismo propagado por meio do discurso de ódio ainda é flagrante na realidade fática global, e, especialmente, no contexto brasileiro.

Assim, a única forma de efetivamente combater o hate speech é por meio de um discurso diverso do atualmente disseminado, o qual perpassa pela educação, informação, promoção da paz e do bem-estar social, todos com vistas a efetivar a dignidade da pessoa humana.

Ressalta-se inicialmente, que as interações nas redes sociais digitais podem se apresentar movidas por inúmeros objetivos, desde compartilhar informações, ideias e opiniões em determinado grupo, formando assim uma gama de conexões. Os fundamentos dessas interações exercem certa influência sobre o comportamento dos alcunhados pela ciência sociológica de atores sociais, bem ainda em sua maneira de se apresentar e, em última análise, se posicionar, notadamente no que diz respeito às redes sociais na Internet. Neste sentido, Souza e Cardozo dispõem que

> Na análise de redes, para se estudar como os comportamentos ou as opiniões dos indivíduos dependem das estruturas nas quais eles se inserem, a unidade de análise não são os atributos individuais (classe, sexo, idade, gênero), mas o conjunto de relações que os indivíduos estabelecem através das suas interações uns com os outros. (SOUZA; CARDOSO, 2011, p.71)

Outra realidade fática na qual se pode constatar o anteriormente dito, foi o processo de impeachment pelo qual submeteu a presidente eleita Dilma Rousseff, em que assumiu a presidência do país seu vice, Michel Temer. Em verdade, verificou-se que as redes sociais foram efetivamente tomadas pelas *hashtag* como, por exemplo, #foradilma, #forapt, #foratemer.

Registra-se, por oportuno, que o coordenador do Laboratório de estudos sobre Internet e Cibercultura (Labic), da Universidade Federal do Espírito Santo, Fábio Malini, publicou uma pesquisa em que comprovou os números de menções às duas personalidades públicas suso referidas durante o processo de apuração de crime de responsabilidade, devido ao volume de *tweets* sobre o assunto, conforme notícia veiculada pelo site eletrônico da Carta Capital (CARTA CAPITAL, 2016).

O objetivo dos referidos eventos iniciados nas redes sociais digitais era convocar e organizar a população civil para manifestações em razão da situação político-econômica do país, bem como social. O movimento ganhou um site próprio, e se intitulou como sendo "suprapartidário, democrático e plural", de combate à corrupção, alcunhado de movimento "Vem pra rua". No Twitter, a campanha ficou entre os *trending topics* (notícias mais comentadas) no Brasil e ocorreram também "tuitaços", ondas de tuítes, identificados por uma *hashtag* comum. Neste sentido, faz-se necessário registrar, ainda, que embora o Vem Pra Rua considere ter surgido da organização espontânea da sociedade civil, há muitas opiniões

divergentes. Neste diapasão Malini comenta que

> Se em 2013, os políticos e celebridades chegaram depois das manifestações; em 2015, nas redes sociais, eles nelas chegaram primeiro, convocando seus afiliados e fãs para a guerra das ruas, para a guerrilha nas redes. A mesma hashtag, #VemPraRua, no Twitter, ganhou outro design, marcada pela bipolaridade, devida a alta contaminação dos aloprados dos partidos, preocupados mais em defender seus governos do que ampliar a pauta de reivindicação de direitos aberta pela nova sociedade civil brasileira (MALINI, 2016, p. 25).

Ademais, a análise não se limita tão somente ao debate político. Pelo contrário. Verifica-se que é notório o fato dos usuários das redes sociais digitais se exporem de forma irrestrita e, em algumas hipóteses, até mesmo agressiva, o que mostra um lado antagônico dessas ferramentas. Já no que diz respeito ao aspecto das questões sociais propriamente ditas, outras situações podem ser citadas, como por exemplo, os casos de declarações racistas ou homofóbicas nas redes, algumas, já efetivamente citadas quando dos subtópicos anteriores. Tais situações extrapolam a finalidade das novas interfaces de interação e das novas tecnologias de informação e comunicação, trazendo aspectos negativos.

Em março de 2016, o portal de notícias G1, por sua vez, publicou matéria sobre operação realizada pela Polícia Civil a fim de conduzir ao cárcere os responsáveis pelos ataques racistas cometidos em face da atriz global Tais Araújo. Segundo a notícia, Agentes da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI) cumpriram quatro mandados de prisão e onze de busca e apreensão. Um dos suspeitos também teria participado de ataques racistas contra a jornalista do Jornal Nacional, da Rede Globo, Maria Júlia Coutinho, conforme noticiado pelos sites O dia, Rio, e o portal G1 de notícias (O DIA, 2016; O GLOBO, 2016).

Registra-se, ainda, por oportuno, que o levantamento realizado pelo Blog "ComunicaQueMuda", entre abril e junho de 2016, restou analisado temas polêmicos abordados nas redes, como racismo e posicionamento político. Corroboram esses argumentos trecho de reportagem publicada pelo site O Globo

> Foram identificadas 393.284 menções, sendo 84% delas com abordagem negativa, de exposição do preconceito e da discriminação. [...] Do total de mensagens analisadas, 219.272 tinham cunho político, sendo que 97,4% delas abordavam aspectos negativos. [...] O segundo tema com maior número de mensagens foi o ódio às mulheres. [...] Ao todo, foram coletadas 49.544 citações que abordavam as desigualdades de gênero, sendo 88%

> delas com viés intolerante. Pessoas com algum tipo de deficiência, que lutam no dia a dia por seus direitos, também são achincalhadas nas redes sociais. O levantamento captou 40.801 mensagens sobre o tema, sendo 93,4% com abordagem negativa. Termos como "leproso" e "retardado mental" e o uso da deficiência para "justificar" direitos são usados nessas citações. [...] O racismo também tem forte presença nas redes sociais brasileiras, com 17.026 menções, sendo 97,6% negativas (O GLOBO, 2016).

Termos pejorativos e xingamentos demonstram a intolerância que tem habitado as redes sociais, ante o que, está se operando o efeito reverso, notadamente no que diz respeito às principais características das redes, qual sejam, a interação, e a possibilidade de diversificar discursos.

Em verdade, trata-se de um lado negro do espaço virtual, que acentua os problemas de construção social vividos na vida fora da Internet, na vida real, promovido também e, especialmente, pelo anonimato de muitos que escrevem e pelo distanciamento havido entre os agentes usuários das redes sociais digitais.

Em paralelo a isso tudo, as redes não possuem exclusivamente este aspecto negativo. Muito pelo contrário, eis que possui, também, seu caráter solidário e positivo.

O Facebook, por exemplo, muitas vezes se apresenta como polo de apoio a determinadas causas com o recurso lançado de filtros nas fotos dos avatares, como uma marca d'água. A ferramenta supracitada identifica automaticamente a foto de perfil atual do usuário e aplica o filtro por cima, com direito à edição de legenda na imagem.

Pessoas de todo o mundo, por exemplo, passaram a se unir em prol de alguma questão, como nas manifestações coletivas a favor do casamento homoafetivo, em solidariedade à tragédia de Mariana, em Minas Gerais, e às vítimas dos atentados terroristas em Paris, na França. Outro exemplo impactante foi a frase criada "Je suis Charlie", que em tradução literal significa Somos todos Charlie, em homenagem às vítimas do ataque terrorista à sede do jornal satírico francês, Charlie Hebdo, ocorrido em janeiro do ano de 2015. Dessa forma, tem-se que as redes sociais digitais não foram criadas para a proliferação de quaisquer formas criminosas de violação à dignidade da pessoa humana. Mas sim para promoção da integração, e, em última análise, como marca da globalização, a fim de aproximar os povos e culturas, formando, então, uma grande aldeia global.

Manifestações do hate speech nas redes sociais

O denominado discurso de ódio nas redes sociais ganha relevância quando se tem em vista a velocidade pela qual ele é disseminado na internet. Trata-se de conteúdo facilmente divulgado por meio das redes sociais e, consequentemente, várias pessoas por todo o globo terrestre têm acesso ao conteúdo veiculado.

Entretanto, enquanto ele estiver no mundo das ideias, somente no campo abstrato, não deve ser censurado quer seja pela própria sociedade quer pelo Estado. Todavia, deve ser fortemente combatido por meio de discursos de conteúdo antagônico. Ou seja, por meio de discursos que promovam não ao ódio, à violência e à consequente segregação social, racial e econômica, mas sim à integração social, à defesa da dignidade da pessoa humana e à prevalência dos direitos humanos fundamentais. É só por meio da educação e da informação que se faz possível o combate eficaz do discurso de ódio. É preciso enfrentar a raiz do problema, ou seja, as razões que levam a manifestação do discurso do ódio. Somente desta forma torna-se possível destruí-lo.

Em verdade, o discurso do ódio, é genérico, direcionado a determinado grupo de pessoas, em razão da existência de um elemento comum existente entre eles, como por exemplo, a religião. Já as ofensas individuais não se encontram abrangidas pelo *hate speech*, essas se encontram tipificada como crimes no ordenamento penal pátrio, constituindo-se crimes contra a honra, quais sejam, a calúnia, difamação e injúria. Também são passíveis de repreensão no campo do Direito Civil, por meio do pagamento de reparação tendo em vista os danos morais e materiais que decorrem de sua divulgação.

Neste sentido, torna-se imprescindível assentar-se que o discurso do ódio é afeto a grupos de pessoas, e não a pessoas determinadas, ante o que, ônus maior recai notadamente no que diz respeito a sua caracterização e até mesmo para eventual sanção, fundamentando-se no preconceito e na discriminação e justamente por essa razão deve ser combatido por meio da educação e da informação. É imprescindível se dar voz às minorias para que elas possam ser ouvidas, bem ainda possam combater os argumentos falaciosos usados por aqueles que propagam o discurso do ódio.

Nesse contexto, no âmbito das redes sociais fica mais fácil promover a defesa das minorias que poderão livremente se expressar e desqualificar o discurso do ódio. É somente por meio da livre discussão de ideias, do pensamento e da opinião, num ambiente democrático que se faz possível o combate ao *hate specch*. Em um Estado Democrático de Direito, como o Brasil, não é possível fazer uso da censura ou licença, que, aliás, são constitucionalmente

vedadas. É importante preservar o livre mercado de ideias, ainda mais dentro das redes sociais, e munir os indivíduos de informações verdadeiras para combater o discurso de ódio.

No que diz respeito à vedação da censura, bem como exercício da liberdade de expressão do pensamento, o Supremo Tribunal Federal manifestou-se no seguinte sentido

> A uma atividade que já era "livre" (incisos IV e IX do art. 5º), a Constituição Federal acrescentou o qualificativo de "plena" (§ 1º do art. 220). Liberdade plena que, repelente de qualquer censura prévia, diz respeito à essência mesma do jornalismo (o chamado "núcleo duro" da atividade). Assim entendidas as coordenadas de tempo e de conteúdo da manifestação do pensamento, da informação e da criação *lato sensu*, sem o que não se tem o desembaraçado trânsito das ideias e opiniões, tanto quanto da informação e da criação. Interdição à lei quanto às matérias nuclearmente de imprensa, retratadas no tempo de início e de duração do concreto exercício da liberdade, assim como de sua extensão ou tamanho do seu conteúdo. Tirante, unicamente, as restrições que a Lei Fundamental de 1988 prevê para o "estado de sítio" (art. 139), o Poder Público somente pode dispor sobre matérias lateral ou reflexamente de imprensa, respeitada sempre a ideia-força de que quem quer que seja tem o direito de dizer o que quer que seja**. Logo, não cabe ao Estado, por qualquer dos seus órgãos, definir previamente o que pode ou o que não pode ser dito por indivíduos e jornalistas.**
> (...)
> Regulações estatais que, sobretudo incidindo no plano das consequências ou responsabilizações, repercutem sobre as causas de ofensas pessoais para inibir o cometimento dos abusos de imprensa. Peculiar fórmula constitucional de proteção de interesses privados em face de eventuais descomedimentos da imprensa (justa preocupação do Ministro Gilmar Mendes), mas sem prejuízo da ordem de precedência a esta conferida, segundo a lógica elementar de que não é pelo temor do abuso que se vai coibir o uso. Ou, nas palavras do Ministro Celso de Mello, **"a censura governamental, emanada de qualquer um dos três Poderes, é a expressão odiosa da face autoritária do poder público"**. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 130/DF. Relator: Min. Carlos Britto. Julgamento: 30/04/2009. Tribunal Pleno. Publicação. DJe-208 DIVULG 05-11-2009 PUBLIC 06-11-2009. EMENT VOL-02381-01 PP-00001. RTJ VOL-00213- PP-00020. (grifos nossos).

A dificuldade na verdade, notadamente para o Estado, bem ainda para a sociedade civil, é a garantia da liberdade de expressão propriamente dita, sem, contudo, constituir uma situação de intolerância, ou, em última análise, ocasionar danos à dignidade da pessoa humana e a isonomia constitucionalmente prevista. Deve-se apenas fortalecer a tolerância, que se trata, em verdade, de uma consequência lógica e sequencial do direito à liberdade de expressão. De igual modo, há que se considerar que não existe uma verdade absoluta ou

incontestável que possa justificar uma limitação à liberdade de expressão do pensamento do indivíduo. É neste sentido que se torna extremamente necessário assegurar a livre manifestação das ideias. A fim de elucidar o tema, o Ministro Marco Aurélio assenta que

> À medida que se protege o direito individual de livremente exprimir as ideias, mesmo que estas pareçam absurdas ou radicais, defende-se também a liberdade de qualquer pessoa manifestar a própria opinião, ainda que afrontosa ao pensamento oficial ou majoritário. (MELLO, 2004, p. 173)

Ademais, uma "ideia, por mais absurda que seja pode ser verdadeira, ou conter uma parcela de verdade" (MEYER-PFLUG, 2009, p.130).

Assim, e considerando os ensinos de Samantha (2009) não se pode negar que trata-se de meio de discussão, da existência de opiniões conflitantes que se chega não a verdade, mas a sua constante busca. Esse, portanto, é o caminho para se combater o hate speech junto às redes sociais digitais.

Hate speech, racismo e agressão à pessoa humana

O discurso de ódio – *hate speech* – significa para Samantha a "manifestação de ideias que incitam à discriminação racial, social ou religiosa em relação a determinados grupos, na maioria das vezes, as minorias" (MEYER-PFLUG, 2009, p. 93). Assim, em determinadas situações ele chega até mesmo a desqualificar certos e determinados grupos como não sendo detentores de direitos no âmbito não só jurídico, que é a máxima da preservação da dignidade da pessoa humana, mas também no plano social e econômico. No entanto, frisa-se que o *hate speech* não se limita à discriminação racial. Muito pelo contrário. Abrange, também, outros aspectos da vida em sociedade, como por exemplo, a religião, aspecto sexual, étnico e de nacionalidade.

Trata-se de uma apologia em abstrato ao ódio. Representa, ainda, o desprezo, a falta de apatia, bem como a discriminação propriamente dita a certos e determinados grupos de pessoas que possuem similitude em suas características, como por exemplo, os homossexuais, os árabes, islâmicos, judeus e mulheres (COWAN; RESENDEZ; MARSHALL, 2002).

O Discurso do ódio lança mão dos instrumentos disponibilizados pela teoria revisionista para se expressar, eis que possui por objetivo questionar e até mesmo negar a existência, por exemplo, do Holocausto ocorrido durante a Segunda Grande Guerra Mundial

(1939-1945).

Alguns países, como a Alemanha entendem que o questionamento acerca da existência dessa barbárie, acaba por incitar de alguma maneira o retorno daquele regime e de sua política discriminatória, ante o que, obstam legalmente a disseminação da teoria em comento (BOYLE, 2001).

O referido discurso se apresenta, em um primeiro plano, inapropriado a fim de garantir a preservação da dignidade da pessoa humana, sob o argumento de que ao se utilizar dessas expressões de ódio, consequentemente, se diminuiu a dignidade das pessoas, notadamente sua autoestima (FISS, 1999).

O Discurso do ódio também pode apelar para os sentimentos de cada indivíduo e até resultar em determinadas ações, mas ainda assim, são apenas palavras, eis que se concentra no campo das ideias (MEYER-PFLUG, 2009).

Na maioria dos sistemas constitucionais contemporâneos, o fato de se abordar as ideologias múltiplas existentes aprioristicamente junto ao tecido social não constitui infração ao ordenamento jurídico posto, ante o fato das Cartas Políticas garantirem a liberdade ideológica, como máxima da dignidade humana.

O discurso de ódio também pode ser manifestado por grupos que historicamente foram objeto de discriminação e se voltar contra um membro do grupo dominante, numa nuance de retaliação, como mencionado anteriormente no caso dos negros que porventura venham a se rebelar em face dos brancos, como forma de vingança pelos longos séculos de regime escravocrata a que seus ascendentes foram submetidos (CODERCH, 1993).

Nas manifestações de ódio os destinatários são agredidos por pertencerem a um determinado grupo que é discriminado. O indivíduo é violado exatamente naquilo que o identifica como pertencente daquele determinado setor da sociedade (CODERCH, 1993).

O que se verifica, em verdade, é que para não ser destinatário de ofensas é, ou mesmo deveria ser necessário que aquele grupo certo de pessoas “odiadas” não pertencessem ao grupo social que integram, em uma típica relação de negação da condição social originária. Isso se aplica também as questões concernentes aos grupos políticos, religiosos e de cunho sexual. Na realidade, é a perda de sua própria identidade (ARENDT, 1989).

Entretanto, em alguns casos é impossível ao indivíduo renunciar a essas características, pois elas compõem a sua personalidade, a sua identidade (MEYER-PFLUG, 2009). O discurso do ódio, na maioria das vezes, é um instrumento incitador do racismo, do

preconceito e da discriminação.

O preconceito, por ser uma opinião equivocada, a qual é considerada por determinadas pessoas como verdadeira acaba desaguando na proliferação do discurso de ódio (MEYER-PFLUG, 2009). Contudo, "nem toda manifestação equivocada pode ser considerada como preconceito" (BOBBIO, 2002), na forma constante do já efetivamente exposto quando dos tópicos anteriores.

A discriminação, por sua vez, é a decorrência do preconceito de grupo (BOBBIO, 2002). Ela é mais forte do que a simples diferença, pois é utilizada em um sentido pejorativo e tem por fundamento critérios ilegítimos, normalmente, relacionados à ideia de superioridade de um grupo em relação ao outro (BOBBIO, 2002).

Ocorre em relação aos membros de determinados grupos com o qual se identifica um estereótipo, um traço comum. É um comportamento que é acompanhado de um aspecto negativo, de atos que visem a exclusão de um grupo da sociedade (PÁEZ; GONZÁLEZ; 1996).

Trata-se, nas palavras de Jobim (2002) da atribuição de um valor negativo a um determinado segmento social, se valendo para tanto de características comuns existentes entre eles, que possa ser um traço identificador e como tal mereça um tratamento desigual.

Considerações finais

As redes sociais digitais fruto da intensificação dos avanços tecnológicos afetos ao ciberespaço oportunizou a todos os cidadãos brasileiros amplo acesso às diversificadas formas de informação e, especialmente, de interação humana, não só aos brasileiros, mas a todas as pessoas viventes no Planeta Terra. Sobretudo no contexto do Brasil, tem-se que as redes sociais digitais efetivaram um direito constitucional assegurado desde 1824 na Constituição Imperial – a liberdade de expressão do pensamento –, que ganhou novos contornos, notadamente porque a forma de sua concretização tornou-se muito mais fácil e acessível com o advento da internet. No entanto, o uso indiscriminado desse instrumento tem levado muitos a ultrapassarem o limite do razoável, chegando a violarem a esfera de direitos de seus semelhantes, permitindo à liberdade de expressão ganhar conotação quase absoluta.

Ressalta-se que nenhum direito fundamental é de caráter absoluto. Em verdade, o que se tem são apenas estereótipos culturalmente construídos e enraizados na conduta diária.

Essa discriminação remonta ao regime escravocrata, sendo a mais clara forma de racismo e segregação social vivenciada pelos brasileiros, revelando-se a nova modalidade de racismo ocorrida nos meios de interação digital. Neste diapasão, pode-se afirmar que o homem mudou. Sim, mudou, mas não em sua essência. Por outro lado, o discurso do ódio disseminado nas redes sociais digitais revela que embora a mudança vinculada aos avanços tecnológicos tenha levado o homem a um patamar de desenvolvimento elevado, a aceitação do outro, do diferente, do que não é padrão ainda persiste.

Por isso, negros, homossexuais, judeus, islâmicos e tantos outros grupos são diuturnamente segregados, bem como discriminados. A diferença nunca foi aceita. E sua expressão maior atualmente tem sido por meio das redes digitais. No contexto político também, posto que as atuais "diretas já" não mais acontecem nas avenidas paulistanas, mas por meio dos milhões de computadores interligados pela internet. Eleitores e candidatos disputam, ponto a ponto, seu espaço virtual, expondo seus posicionamentos, bem como suas benfeitorias em prol de uma pretensa coletividade.

O dilema, portanto, se impôs. Tem-se a liberdade de expressão do pensamento como um direito fundamental assegurado pela CRFB/88. De outro lado, têm-se os grandes avanços tecnológicos oportunizados pela internet e as redes sociais digitais. Como superar a utilização equivocada deste meio atualmente imprescindível para a vida em sociedade, a fim de se eliminar quaisquer formas de disseminação do discurso do ódio?

Por um lado, não se pode, em verdade, tolerar o intolerável, sob pena de se tutelar a torpeza alheia. Por outro lado, não se pode reprimir qualquer forma de expressão. Dessa forma, a saída para a erradicação do discurso do ódio direcionado, sobretudo às minorias, é o discurso reverso. Assim, tão somente por meio do discurso educacional nas redes sociais digitais, com vistas à promoção da paz social e da interação das relações digitais, se chegará à eliminação do discurso do ódio nas redes sociais digitais.

Por fim, esse desiderato paulatino e silencioso deve ser cumprido não pelo Estado (lato senso), mas por cada brasileiro, eis que ao se promover o discurso da integração se estará, cumprindo a eficácia horizontal dos direitos fundamentais e ainda, em última análise, coroando o supraprincípio da dignidade da pessoa humana, como máxima deste Estado Democrático de Direito. É o que cada um pode e deve fazer – a sua parte, conscientemente!

Referências:

BAUMANN, Zygmunt. **Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BEATRIZ, Celina. **Os direitos humanos e o exercício da cidadania no meio digital**. In: LEITE, Geroge Salomão; LEMOS, Ronaldo (coord.). Marco Civil da internet. Editora: Altas, São Paulo, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 02.10.2017.

_____. CONSTITUICÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em 02.10.2017.

_____.LEI FEDERAL Nº 7.716/89. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm. Acesso em 15.10.2017.

_____.LEI FEDERAL Nº9.459/97. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9459.htm. Acesso em 15.10.2017.

_____.STJ. **Acórdãos. HC 82424 / RS** - Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28Hate+Speech%29&base=baseAcordaos>. Acesso em 02.10.2017.

BRASIL ESCOLA. **A Constituição de 1937.** Disponível em: http://brasilescola.uol.com.br/historiab/constituicao-1937.htm. Acesso em 15.10.2017.

FISS, Owen M. La ironia de la libertad de expresíon. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Elogio à serenidade e outros escritos morais,** São Paulo: Unesp, 2002.

BOYLE, Kevin. Hate **Speech - The United States versus the rest of the world? In Maine Law Review**, v. 53:2, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura**; v.1. São Paulo: Paz e Terra, 9ª edição, Trad. Roneide Venancio Majer, 2006.

CARTA CAPITAL. **A direita abraça a rede.** Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/a-direita-abraca-a-rede-5817.html. Acesso em 15.10.2017.

CARVALHO, Antonia Rafaela Fernandes. **Twitter e facebook: liberdade de expressão e vida privada.** Revista Direito e Liberdade. Natal, 2013.

CHEQUER, Cláudio. **A Liberdade de Expressão como Direito Prima Facie - análise**

crítica e proposta de revisão ao padrão jurisprudencial brasileiro. RJ: Lumen Juris, 2011.

COSTA, Renata. **Como surgiu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão?** Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/320/como-surgiu-a-declaracao-dos-direitos-do-homem-e-do-cidadao. Acesso em 02.10.2017.

COWAN, Gloria; RESENDEZ, Mirian; MARSHALL, Elizabeth; QUIST, Ryan. **Hate Speech and Constitutional Protection: Priming values of equality and freedom. In Journal of Social Issues**, vol. 58, n.2, 2002.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em 02.10.2017.

EDUCA-TERRA**. Revolução Francesa 1789 -** Especial História por Voltaire Schilling Disponível em <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/especial/home_rev_francesa.htm>. Acesso em 02.10.2017.

GABRIEL, Martha. **Marketing na era digital**. São Paulo: Novatec, 2010.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1ª edição com a nova ortografia, 2009.

LÉVY, Pierre**. Cibercultura.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999;

MALINI, Fábio. **Um método perspectivista de análise de redes sociais: cartografando topologias e** temporalidades em rede. In Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Goiás.2016. Goiânia.

_____. **#ForaTemer já é maior que o #ForaDilma do auge dos protestos antipetistas.** Disponível em: <https://medium.com/@fabiomalini/foratemer-j%C3%A1 -%C3%A9-maior-que-o-foradilmado-auge-dos-protestos-antipetistas-b89e8d84761b#.3yhdwnfda>. Acessado em: 05.11.2017.

MARTINS, Guilherme Magalhães**. O direito ao esquecimento na internet**. In: MARTINS, Guilherme Magalhães (coord). Direito privado e internet. São Paulo:
Editora Atlas, 2014.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio**. São Paulo: RT, 2009.

MENDES, Gilmar. **A Jurisdição constitucional no Brasil e seu significado para a liberdade e a igualdade.** Disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaArtigoDiscurso/anexo/munster_port.pdf>. Acesso em 02.10.2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE**

A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL (1968). Disponível em: http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discriraci.htm. Acesso em 15.10.2017.

O GLOBO, G1 Online. **Homem é preso em operação contra ataques racistas a Taís Araújo e Maju.** Disponível em: http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/03/homem-e-preso-em-operacao-contra-ataques-racistas-tais-araujo-e-maju.html. Acesso em 15.10.2017.

O DIA, RIO. **Acusados de racismo contra Taís Araújo são soltos.** Disponível em: http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-03-20/acusados-de-racismo-contra-tais-araujo-sao-soltos.html. Acesso em 15.10.2017.

PAESANI, Lilliana Minardi. **Direito e internet. Liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil.** 6ª edição. Editora Atlas, São Paulo, 2013.

PÁEZ, Darío e GONZÁLEZ, José Luis. **Prejuicio: concepto y nociones diversas. In: BLÁSQUEZ-RUIZ, Javier (org.) 10 palabras clave sobre Racismo y Xenofobia.** Estella: Editorial Verbo Divino, 1996.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria Geral das Constituições e Direitos Fundamentais - Sinopses Jurídicas.** São Paulo: Saraiva, 11ª edição, volume 17, 2011.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009;

SARMENTO, Leila Lauar; TUFANO, Douglas. **Português - Literatura, Gramática e Produção de Text**o. São Paulo: Editora Moderna, 1ª edição, 2010.

SIMON, Pedro. **Declaração Universal dos Direitos Humanos - Ideal de justiça, caminho da paz**. Brasília, 2008. Disponível em <http://www.senado.gov.br/senadores/Senador/psimon/separatas/declaracao.pdf>. Acesso em 02.10.2017.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros e CARDOSO, Carla. **As Redes Sociais Digitais: Um mundo em transformação.** In Agenda Social. V.5, nº1, jan-abr/2011.

TRENTIN, Taise Rabelo Dutra; TRENTIN, Sandro Seixas. **Internet: publicações ofensivas em redes sociais e o direito à indenização por danos morais.** Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global. V.1, n.1, jan/jun/2012. ISSN 2316-3054, p. 81.

VARGAS, Isabel C.S. **Discriminação**. Disponível em <http://meuartigo.brasilescola.com/sociologia/discriminacao.htm>. Acesso em 02.10.2017.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

INFORMÁTICA EMPRESARIAL: uma análise sobre a importância da tecnologia da informação nos processos de tomada de decisão de instituições de ensino superior

Marcelo Ferreira de Araújo*
Daniela Cristina Silva Borges**

Resumo: Objetivou-se com tal estudo analisar a importância da tecnologia da informação nos processos de tomada de decisão de instituições de ensino superior, e esta pesquisa justifica a relevância e questões acerca da utilização dos sistemas tecnológicos ao ponto de vista do administrador ou gestor. O estudo foi realizado por meio de revisão literária de forma exploratória e qualitativa. A evolução da tecnologia trouxe progressos notórios nas áreas de gestão e conhecimento, se tornando fator determinante para a exatidão nos processos de tomadas de decisão, buscando maior qualidade e confiabilidade, bem como a diferença na competividade das instituições de ensino. Como a concorrência é um dos fatores mais importantes na elaboração de estratégias e decisões, a utilização de forma adequada dos softwares de planejamento de recursos empresariais (ERP), traz uma gama de possibilidades de melhoria na gestão com informações em tempo real e relatórios precisos. Administrar uma Instituição de ensino superior, baseia-se na aplicação do conhecimento à ação, transformando informação em conhecimento, que por sua vez, é aplicado à visão empresarial da mesma, para isso, o gestor deve ter a consciência plena que a tecnologia é a espinha dorsal nos processos informacionais e circunstanciais. Conclui-se que a tecnologia da informação é de fundamental importância nos processos de tomadas de decisões dos administradores dentro de uma instituição de ensino.

Palavras-chave: Tecnologia. Informação. Ensino Superior.Tomada de Decisão.

Abstract: The objective of this study was to analyze the importance of information technology in the decision-making processes of higher education institutions, and this research justifies the relevance and questions about the use of technological systems to the point of view of the administrator or manager. The study was carried out through literary review in an exploratory and qualitative way. The evolution of technology has brought significant advances in the areas of management and knowledge, becoming a determining factor for the accuracy in decision making processes, seeking greater quality and reliability, as well as the difference in the competitiveness of educational institutions. Because competition is one of the most important factors in devising strategies and decisions, the proper use of enterprise resource planning (ERP) software brings a range of management improvement possibilities with real-time information and accurate reporting. To administer an institution of

* Graduando em Administração da Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP. marceloferreiradearaujo@outlook.com

** Doutora em Saúde Animal; Mestra em Ciências Veterinárias pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade Patos de Minas (FPM), professora orientadora da Faculdade Patos de Minas (FPM). danybio@hotmail.com.

higher education, it is based on the application of knowledge to action, transforming information into knowledge, which in turn, is applied to the entrepreneurial vision of the same, for this, the manager must be fully aware that technology is the backbone in informational and circumstantial processes. It is concluded that information technology is of fundamental importance in the decision-making processes of administrators within an educational institution.

Keywords: Technology. Information. Higher Education . Decision Making.

INTRODUÇÃO

Durante as três últimas décadas, a informação e o conhecimento se tornaram os requisitos fundamentais para uma maior geração de riqueza e crescimento das instituições de ensino superior e também de seus acadêmicos, marcado principalmente pela revolução de uma economia industrial para uma economia da informação, gerando grandes mudanças aos diferentes estilos de vida de toda a população mundial (CASTELLS, 1999).

A Tecnologia da Informação envolve todos os dispositivos que consigam ou tenham a capacidade de transformar dados em informações relevantes para a tomada de decisões no produto, serviço ou pessoas, de um ponto de vista estrutural ou de um ponto de vista disperso CRUZ (2000). Para o processamento destas informações à velocidade das mudanças, conta-se principalmente com os microprocessadores, que estão presentes em nossa interação e praticamente todas as nossas atividades cotidianas (MCGEE; PRUSAK, 1994).

Segundo Costa (2008) as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são recursos tecnológicos utilizados para aplicar o conhecimento científico (técnicos) na execução de tarefas, e conforme Porter (1986), a utilização destes recursos tecnológicos está diretamente relacionada com as estratégias de competitividade das organizações bem como sua sobrevivência em mercado altamente globalizado e igualmente competitivo.

Nas instituições de ensino superior (IES) o ambiente não é diferente, pois as mesmas buscam um atendimento com melhoria contínua para atender as necessidades tecnológicas e satisfação de seus acadêmicos, também buscam por uma eficiência nos processos gerenciais internamente, para um processo de tomadas de decisão embasados nos resultados em tempo real e com exatidão fielmente obtidos (TACHIZAWA; ANDRADE, 2003).

Ainda segundo o autor supracitado, as tecnologias básicas utilizadas no ensino superior estão encaixadas no contexto da internet (e-mail), os hipertextos chamados de WWW

(World Wide Web) sistemas de transferência de arquivos, bibliotecas digitais, softwares administrativos, quiosques multimídia, obtendo economia de escala e uma maior produtividade da equipe docente e discente com serviços e recursos integrados, principalmente na utilização de sistemas de educação a distância (EAD), permitindo às IES estarem munidas administrativamente de informações para uma eficiente tomada de decisão, fator este, que faz com que as instituições façam investimentos altos em TI.

A tomada de decisão, é a conversão das informações analisadas e posteriormente colocadas em ação, e essa busca de informações que relatam fielmente a realidade das organizações é um dos desafios encontrados pelos gestores para ações ágeis e corretas, pois o correto gerenciamento e desempenho das organizações dependem dos processos decisórios acertados (OLIVEIRA, 2004)

Segundo Bazerman (2004), os administradores que tomam decisões costumam desfazer da solução mais viável para aquela que seja mais aceitável ou razoavelmente boa, ao invés de checar as particularidades das alternativas que lhes é apresentado, procurando soluções satisfatórias para um nível de desempenho aceitável.

Conforme Oliveira (2007), a essência da administração é a tomada de decisão como ação executiva, buscando viabilidades e o resultado eficaz. Ainda segundo o autor, o processo decisório envolve cinco momentos, o primeiro faz referência à forma de identificar a situação e sua definição; o segundo momento refere-se na análise da situação em si; no terceiro observam-se as alternativas existentes; no quarto definem-se as metas; e no quinto refere-se à implantação da meta definida.

Junior (2006), retrata a Tecnologia da Informação (TI) como uma seringa que possui um enfoque total ao se tratar de soluções de tecnologia, pois processa e trata as informações e incertezas, frisando nessa correlação entre tecnologia e administração, a forma mais correta para solucionar quaisquer problemas em um determinado setor ou área específica da empresa, colaborando em muito com uma tomada de decisão de alta precisão.

Sendo assim objetivou-se com tal estudo analisar a importância da tecnologia da informação nos processos de tomada de decisão de instituições de ensino superior.

Metodologia

O estudo foi realizado por meio de revisão literária de forma exploratória e qualitativa,

buscando fontes em livros, artigos científicos, monografias, dissertação, teses e revistas, de tal maneira foram feitas buscas em bibliotecas, bancos de dados em sites da internet como SCIELO E LILACS.

Foram utilizadas para a busca as palavras chaves: Tecnologia, Informação, Ensino Superior e Tomada de Decisão. Além de utilizar materiais com temas que estão relacionados com: Informática, Tecnologia e Administração.

Os materiais publicados ou registrados foram preferencialmente do ano de 2000 a 2017 e a pesquisa foi realizada de Abril de 2017 a Outubro de 2017.

Neste sentido, foram pesquisados os procedimentos básicos e avançados sobre os processos de utilização e gerenciamento da tecnologia da informação nas instituições de ensino superior.

O Uso da Tecnologia de Informação no Ensino Superior

Conforme Rezende e Abreu (2001), o termo Tecnologia da Informação, está relacionado a todos os recursos tecnológicos e computacionais para geração e uso da informação destinados a um fim específico. A Tecnologia da Informação envolve todos os dispositivos que consigam ou tenham a capacidade de transformar dados em informações relevantes para a tomada de decisões no produto, serviço ou pessoas, de um ponto de vista estrutural ou de um ponto de vista disperso (CRUZ, 2000).

No mercado recente, a sociedade vem se reorganizando de forma sistêmica e intensamente vem modificando as organizações Tapscoot (1997). Entre as diversas novas tecnologias que compõem esse novo cenário de competição e busca acirrada pela agilidade e qualidade, destaca-se a Tecnologia da Informação (TI), fator de suma importância no combate às incertezas e imprevisibilidades do futuro de qualquer organização (ALBANO, 2001).

Torquato; Silva (2000), ao relatarem a correlação da tecnologia e estratégia, esclarecem que a tecnologia aparece como uma principal ferramenta de identificador de pequenas disfunções operacionais, o que oferece uma ímpar distinção favorável às concorrências.

Os três principais papéis da Tecnologia da Informação, conforme relata Laudon e Laudon (2004), são definidos pelo uso bem praticado das tecnologias e um planejamento eficaz, e dá suporte ao Sistema de Informação na organização para compor a vantagem

competitiva, apoio à tomada de decisão gerencial e apoio às operações, pois a TI é utilizada como ferramenta principal no enfrentamento das mudanças e adaptações a curto, médio e longo prazo.

De acordo com Almeida; Oliveira (2002) a revolução da informação de maneira geral tem sido acelerada de maneira expressiva nos últimos anos, podendo trazer muitos benefícios para o desenvolvimento da sociedade e das empresas, desde que ela consiga obter um equilíbrio entre a informação, o conhecimento e a sabedoria.

Essa evolução iniciou-se com a revolução industrial e sua cronologia envolve a primeira revolução, que se iniciou pouco antes dos últimos trinta anos do século XVIII, e a segunda cerca de cem anos depois, destacando o aparecimento e desenvolvimento da eletricidade e também do motor de combustão interna (CASTELLS, 1999).

Esta revolução foi um período de destaque, em que se encaixou rápidas transformações no uso da tecnologia nunca apreciadas, segundo Castells (1999), uma série de grandes invenções tecnológicas abriu espaço para o aparecimento de pequenas invenções e adaptações que começariam a ser de fundamental importância no fator sustentabilidade em outros setores, como o setor primário, secundário e terciário.

Em meados dos anos 80, surgiram rumores sobre a confiabilidade na forma contábil utilizada nas empresas e organizações, onde os gestores e o público envolvido criavam uma imagem negativa sobre as informações dadas, o que reduzia a manutenção e a melhoria contínua empresarial, pois os fatores que realmente deveriam ser atentados foram desfocados pela mudança de atenção dos interessados (KOSIER; STRONG, 2006; FEIMAN, 2009; SANTOS *et al.*, 2010).

As mudanças técnicas, organizacionais e administrativas, em consequência dos rápidos avanços da microeletrônica e telecomunicação, são expressas por Werthein (2000), que afirma que nos últimos anos desse século, o termo ‘Sociedade da Informação’, começou a ser usado, substituindo o complexo ‘Sociedade Pós-industrial’, como maneira para repassar as informações detalhadas do ‘Novo paradigma Técnico-econômico’.

Com a evolução da TI, foram criados novos espaços e perspectivas relacionadas ao conhecimento na escola, nas empresas, espaços domiciliares, bem como os espaços voltados à sociedade como um todo, tornarem-se educativos, relata Gadotti (2000). Entretanto, Valente (2002) afirma que simplesmente informação em abundância não faz com que as pessoas tenham mais inteligência ou conhecimento.

Conforme Castro (2002), a população brasileira buscou alternativas de qualificação no mercado através do contexto socioeconômico exigido, e o Ensino Superior passou a enfrentar até os dias de hoje, o desafio de alocar uma quantidade crescente de acadêmicos buscando qualificação para o mercado, e estes geralmente são provenientes de diversas formações.

Para suprir esta busca crescente, conforme Dourado, Oliveira e Catani (2003), a educação superior no Brasil passou por uma expansão alimentada por prioridades governamentais na área educacional. Em 24 de abril de 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que indica a ampliação do acesso ao ensino superior, para atingir o objetivo de duplicar a quantidade de vagas e as Instituições de Ensino Superior (IES) foram incentivadas com promessa de mais verbas, para uma ampliação e abertura de cursos noturnos e uma maior redução dos custos dos alunos, o que ampliou significativamente a entrada ao curso superior desejado por muitos nesse período (BRASIL, 2007).

Drucker (2000) afirma que as escolas e universidades irão sofrer mudanças nos próximos anos bem mais acentuadas que em toda a sua existência, uma vez que outrora a sociedade estudantil se organizava baseada na mídia impressa e física, e que estas tecnologias vêm criando novas demandas sociais, o que exige de todas as organizações de ensino superior adequações igualmente inovadoras, dentro de um contexto da informática, telemática e da aprendizagem contínua.

De acordo com o autor supracitado, a instituição de ensino superior necessita que tenha uma alta escala de descentralização, pois as decisões devem ser tomadas rapidamente baseando-se na proximidade de um ótimo desempenho, alinhando-se com o mercado, com a tecnologia oferecida uma vez aplicada e com várias mudanças que a sociedade enfrenta diariamente, o que ditará uma real oportunidade para a inovação e que essas tecnologias tem um papel principal para toda e qualquer instituição de ensino superior que busque uma melhoria contínua com qualidade na gestão e tomadas de decisão aprimoradas.

O processo em que a empresa se informa sobre ela mesma e os ambientes externos e seu próprio ambiente é definida por um fluxo de informações, segundo Freitas e Lesca, (1992) que se torna conhecimento e é aplicada nos mais diversos formatos de gestão conhecidos atualmente (CORNELLA, 1994).

Entre 1970 e início de 1980, a aplicação de TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) no ensino superior, é um assunto que tem gerado uma abordagem crescente e relevante, e a partir de meados da década de 1990, os acessos à internet e aos

microcomputadores foram difundidos e ampliados, organizando a área com um propósito de unir as empresas, pessoas e conhecimentos (OLIVEIRA, 2001).

Nesse período, a falta de efetividade na operação dos dados e informações geradas destacavam-se pelo fato de apenas retornarem informações financeiras, e não relacionando o aumento de produção e consequentemente a redução de custos como um todo para auxiliar o gestor na tomada de decisão (RAMOS, 2004; DEGRAEVE ET AL., 2005; LIMA FILHO ET AL., 2011)

Castells (1999) mostra que a transição do período da revolução passada para a atual é importante porque sua compreensão propicia a troca de ideias e a solução de problemas, devido à interatividade dos sistemas de inovações tecnológicas

Segundo a descrição de Menegat (2006) através da notoriedade do progresso nas áreas de gestão, que vem sendo observadas a partir dos anos 90 em Instituições de Ensino Superior (IES) norte-americanas, por meio de melhorias nas maneiras em que os custeios eram processados e de técnicas para especificar como os recursos eram correlacionados aos conceitos de custo dos serviços e produtos oferecidos, permitiu-se a correta precificação dos produtos e serviços oferecidos aos seus consumidores e clientes, com o acompanhamento financeiro e econômico em praticamente todos os projetos que existem.

Através destas sistemáticas de trabalho, a gestão dos processos e recursos através das TICs foi auxiliada para uma melhor tomada de decisões e se tornou um fator determinante e crucial para que fossem tomadas medidas com exatidão, confiabilidade e previsibilidade através dos sistemas tecnológicos (MENEGAT, 2006).

Os sistemas computacionais são chamados de Sistema de Informação (SI) e são eles que gerem os dados e são capazes de capturar, transmitir, armazenar, recuperar, manipular e retornar informações com relevância para a tomada de decisão nos processos e negócios Laudon e Laudon (1996). Assim, vivemos em mundo tecido pela rede mundial de computadores não sendo mais possível controlar o fluxo de informações e um dos maiores desafios é justamente produzir conhecimento através deste fluxo gigantesco de informações (MORAES, 1999).

O avanço de tecnologias aplicadas à gestão da informação permite que as instituições incorporem para o apoio as suas atividades, a utilização de sistemas de gestão informatizados. Sendo assim, a TI na atualidade tornou-se uma área de apoio a implantação e operação desses sistemas de gestão, uma vez que seu uso eficiente pode significar a diferença no mercado

competitivo nas quais as instituições de ensino estão inseridas (PLATT; KLAES, 2010).

Taurion (1998) explica que os sistemas de planejamento de recursos corporativos devem ser vistos por definitivamente todas as empresas como a aplicação central e todas as demais serão baseadas neles, fortalecendo o negócio de praticamente qualquer empresa que busca competitividade e sustentabilidade, com um poder de tomada de decisão ímpar.

A importância da tecnologia da informação nos processos de tomada de decisão das instituições de ensino superior

A tomada de decisão, é a conversão das informações analisadas e posteriormente colocadas em ação, e essa busca de informações que relatam fielmente a realidade das organizações é um dos desafios encontrados pelos gestores, para ações ágeis e corretas pois o correto gerenciamento e desempenho das organizações dependem dos processos decisórios acertados (OLIVEIRA, 2004)

O processo de tomada de decisão é visto como parte vital do trabalho dos administradores, Fayol; Mintzberg, Simon (1972) destaca a conveniência da tomada de decisão envolvendo pequenas liberdades idiomáticas, e utilizando o termo 'Tomada de Decisão' como um direto sinônimo de administração.

O formato das tomadas de decisões racionais é um aspecto fundamental e um fator importantíssimo no seu campo, que se baseia em um aglomerado de premissas que ditam como uma decisão pode ou não ser tomada da forma correta (BAZERMAN, 2004).

Ainda sobre o autor supracitado, os administradores que tomam decisões costumam desfazer da solução mais viável para aquela que seja mais aceitável ou razoavelmente boa, ao invés de checar as particularidades das alternativas que lhes é apresentado, procurando soluções satisfatórias para um nível de desempenho aceitável.

Tais decisões, quase sempre tendem a trazer resultados a múltiplos objetivos, o que culmina em impactos que não são identificados de forma correta, se tornando uma das mais complexas atividades executadas por equipes de trabalho ou até mesmo individualmente, de acordo com (GOMES; ALMEIDA, 2002).

Grande parte do tempo gasto pelos executivos e gestores, é diretamente ligado sobre as análises de viabilidades e probabilidades em ambientes técnicos, econômicos, políticos e sociais à busca da criação e elaboração, delineando e desenvolvendo recursos e condições que irão lhe apresentar a melhor forma de decisão, se ocupando de uma menor parte do tempo em

soluções alternativas, já apresentados e consequentemente identificados Simon (1972). A necessidade do reconhecimento das decisões sempre é um assunto complexo porque ela propõe integrar as partes de informações para um resultado final (DAFT, 1997).

Para a integração da maioria dos processos de uma instituição de ensino superior, afim de obter resultados mais precisos e rápidos para uma tomada de decisão em tempo real, deve-se buscar a implementação de um software para uma melhor gestão das atividades da empresa, denominado Enterprise Resource Planning (ERP) ou Planejamento de Recursos Empresariais, que em sua definição envolve um pacote de softwares que automatizam os processos e os integram, produz e informa compartilhando informações em tempo real com toda a empresa através de módulos de acesso e relatórios precisos. Ainda segundo o autor, o ERP é considerado a espinha dorsal, que pode ser integrado a componentes e softwares de outros fornecedores e com essa miscigenação, poderá aumentar o desempenho consideravelmente e obter várias funções adicionais em sua aplicabilidade ou recursos extras (DELOITTE CONSULTING, 1998).

O ERP faz a automatização e integração dos processos de uma empresa ou instituição e os unifica em um único banco de dados, e possibilita a uniformização dos processos empresariais e utilização destas informações em tempo real. Ainda segundo o autor, o ERP revolucionou o formato administrativo das organizações, pois sistemas gerenciais anteriores tinham o foco somente em uma área da empresa e sua comunicação era mínima, havendo inconsistências de informações e conflitos entre os conceitos de aplicabilidade (COLANGELO FILHO, 2001).

Todas as áreas de qualquer empresa, abrangendo desde o setor produtivo ao setor de decisões estratégicas e empresariais no mercado estão diretamente ligadas e relacionadas a este sistema de apoio de tomada de decisão chamado ERP (COLANGELO FILHO, 2001).

Haberkorn (1999), descreve quais são as vantagens estratégicas obtidas através de um sistema de ERP, sendo:

- Maior controle e gerenciamento dos processos internos da empresa;
- Agilidade nos negócios com a integração dos processos empresariais e transações em tempo real;
- Melhor comunicação interna com a padronização da informação;
- Facilidade em integrar outras soluções de negócios como BI (*Business Intelligence*) e CRM (Relacionamento com o Cliente);

- Relatórios financeiros com mais precisão para tomada de decisão;
- Gestão mais rigorosa sobre o inventário para agilizar giros de estoque;
- Redução do custo da mão-de-obra com automação de processos, já que serão necessárias menos pessoas para suportar a operação da empresa.

Oliveira (2007) cita que o investimento em um ERP requer conhecimento sobre as reais necessidades da empresa e os objetivos que ela busca atingir antes de investir na aquisição de um sistema de gestão empresarial, pois com uma mudança desta magnitude, enfrenta esforços e dificuldades em sua implementação.

Segundo Borges (2004), há uma busca crescente por parte das instituições de ensino superior no Brasil para a informatização de seus processos e serviços oferecidos, investindo cada vez mais em TI, para aprimorar internamente os seus processos e fazendo com que os custos sejam reduzidos, também facilitando e melhorando o relacionamento com os clientes (acadêmicos).

A concorrência é um dos fatores mais importantes na elaboração de estratégias e decisões nas organizações, conforme Kotler (2000), o uso de informação acerca da concorrência tem se tornado elemento de análises e estudos conhecidos por Inteligência Competitiva (MILLER, 2002).

Este capitalismo informacional, segundo Castells (2003) é moldado devido à importância e origem do setor de TI nas instituições de ensino superior, criando um novo conceito do modo de produção de capital, que está relacionada na criação de um novo paradigma técnico-econômico com a difusão acelerada das informações, que proporcionada pelo início das TIC's, cria novas tendências e oportunidades para as empresas do setor educacional.

Segundo Serra (2003) a realidade percebida, as mais variadas formas de como agimos e a sociedade construída por nós está relacionada diretamente às informações que nos cercam. Para Silva et al. (2002), as definições destas informações dependem do tipo de processo que as cria, devendo ser vista através das diversas interações relativas ao processo informacional.

Fica destacada a consistência e integridade obtida através da criação de padrões de procedimentos e a correção e eliminação das consistências nos diversos tipos de sistemas com a integração da informação. Ainda segundo o autor, a fim de entender o procedimento formal dos sistemas, é primordialmente necessário conhecer o problema em que o sistema se propõe a resolver, que no geral é a forma fragmentada da informação em que as grandes empresas

operam conforme (DAVENPORT, 1998).

A globalização marcou o contexto econômico e fez com que as tomadas de decisão nas instituições de ensino superior ficassem bem mais complexas, e esse crescimento da competitividade valorizou o planejamento organizacional das instituições para definir seus objetivos, para a gerência aplicada de projetos e para as formas de obtenção de um resultado final dentro das organizações, conforme relata (ROCHA NETO, 2003).

As IES vem sendo cada vez mais adaptadas a estes novos conceitos com base nas Tecnologia da Informação, que apresenta soluções tecnológicas com alta relevância para o trabalho no âmbito científico, focado para a troca de informações e o intercâmbio de habilidades experimentais entre os pesquisadores (FLORES, 1999).

De acordo com o autor supracitado ao considerar o crescimento de números de IES na última década, as contratações e investimentos no setor de TI acompanha tal crescimento vertiginoso, e investir em tecnologia da informação em uma empresa, organização ou instituto de ensino superior é vital para o mercado globalizado e influi diretamente na velocidade e exatidão das informações necessárias, para decisivas tomadas de decisão que provocam uma efetividade e eficácia nos processos, causando crescimento e amplitude do negócio, alavancando a ascensão estrutural, tecnológica e econômica de uma instituição de ensino superior.

O papel do administrador e as tomadas de decisões relacionadas às tecnologias nas instituições de ensino

A origem da administração e as diversas formas de tomada de decisão tinham como principais características a forma rígida e coercitiva de lidar com as atividades, com o processo evolutivo da teoria geral da administração e sua prática, tais formas de controlar e tomar decisões foram estrategicamente se moldando para uma maior flexibilidade, participação e negociação, sendo compreendidas como uma forma de observação e monitoramento das práticas ou ações (PINHEIRO, 1998).

Segundo Park (1997), administrar é uma maneira de se transformar a filosofia em tomadas de decisão, pois, o simples ato de observar a realidade, constrói nossas ideias, transformando em ações embasadas no princípio criativo, e a administração prospecta um equilíbrio entre tal compreensão de nossas ideias e sua extensão.

Drucker (2001), explica que administrar e/ou gerenciar uma IES baseia-se na

aplicação do conhecimento à ação, transformando através desta administração, informação em conhecimento, que por sua vez, é revertido para a ação em prol da solidificação dos objetivos das organizações. São esses objetivos que alicerçam o trabalho, determinando estruturalmente as instituições, as atividades e a correta utilização dos recursos humanos nas mais variadas tarefas (DRUCKER, 1991).

A mudança dos conceitos de sociedade industrial para a sociedade do conhecimento, coloca a gestão das instituições de ensino superior e seu conhecimento como elementos responsáveis pela capacidade competitiva de países e empresas (PLONSKY, 1999). A globalização e crescimento exponencial tecnológico, possibilitou uma mudança gigantesca nas formas de comunicar e no fluxo de informação das instituições, e neste cenário, a informação emerge como principal elemento gerador de vantagem competitiva.

Conforme Costa Neto (2007), sucessões incontáveis de decisões são tomadas diariamente por qualquer gestor ou administrador dentro de uma IES, e que na sua maior parte são decisões a serem tomadas tão repetidamente que exige pouco esforço ou dedicação do raciocínio. Algumas outras decisões, segundo o autor, exigem uma certa dedicação e racionabilidade especial, pois tratam à novos rumos, visão exterior, competitividade e lucratividade.

Com isso, as IES estão sempre à procura de suprir as necessidades dos envolvidos para diminuir o nível de complexidade das tomadas de decisões utilizando meios de automatização e integração dos sistemas operacionais, criando normativas e rotinas padronizadas para evitar e cometer as falhas (ORASUNO, 1995).

Em um ambiente com constantes mudanças, as organizações e IES precisam fazer um acompanhamento do que rotineiramente se torna tendência, de forma significativa e sistêmica para estes âmbitos caracterizados com competitividade em constantes mudanças, pois deve-se observar os fatores relevantes à tecnologia de aplicação no ambiente externo (BARBOSA, 1997).

Meyer Jr. (2000), destaca que para a efetividade de uma gerencia profissional de uma instituição de ensino, existe um fator que exige que os gestores se tornem flexíveis para uma absorção maior de novos requisitos para provocar mudanças relevantes, unindo propriedades relacionados ao fator final para agregar à excelência dos serviços educacionais prestados um valor ao seu produto final.

Os principais ganhos estão relacionados à redução dos custeios indiretos, e à falta de

controle nas mais variadas atividades empresariais, e esta falta de controle pode criar problemas às necessidades dos clientes e gerar conflitos com dados e informações inconsistentes, um sistema torna mais eficaz a gama de informações empresariais e retorna à direção benefícios e relatórios diretos a uma vasta gama de informações em tempo hábil e estes benefícios se tornam ganhos exorbitantes de produtividade e agilidade (DAVENPORT, 1998).

Contudo, apenas investimentos com valor alto não são suficientes para que uma IES chegue ao seu efeito desejado, pois é necessário uma adoção e alimentação de informações das pessoas relacionadas neste processo (MCGEE e PRUSAK, 1994). Ainda segundo o autor supracitado, há uma diferenciação na relação entre o termo tecnologia da informação, competitividade e produtividade, pois tais investimentos não criam especificadamente por si apenas, mas o seu correto uso é que vai determinar e criar o valor adicional desejado.

A tomada de decisão é um processo onde são definidas alternativas para ações a serem realizadas, considerada como conversão de informação em ação (OLIVEIRA, 2004). Conforme Cícero (2006), a T.I. é um elemento que engloba quase que total assuntos relacionados às soluções tecnológicas de uma organização e a importância dessa ferramenta para o administrador é fundamental, pois irá processar informações e incertezas, ajudando diretamente na tomada de decisões.

As informações que precisam passar por um processo de sistematização em uma organização são acessíveis em vários formatos, e em sua maioria, a distribuição é feita de forma desorganizada, com o tratamento destas informações através dos recursos de computação pode ser aperfeiçoada, simplificando e agilizando o processamento e compartilhamento (CÍCERO C. JUNIOR, 2006).

As IES investem em T.I. buscando produtividade máxima com qualidade, racionalidade e lucratividade, e dentro de tal busca, se organizam fundamentando-se em suas tarefas básicas, planejando suas estratégias (RESENDE, 2010).

Ainda segundo o autor supracitado, para o êxito de uma organização, a mesma deve criar um processo administrativo interno e externo que compreenderá as suas funções e seu planejamento em relação aos procedimentos de implantação de um sistema gerencial para auxilio nas suas tomadas de decisões, caso isto não seja feito, o sucesso não será passível de ser conquistado, pois as funções não estarão concordando com suas funções básicas e seu planejamento não estará definido.

Davenport e Short (1998) relata sobre a pouca flexibilidade e adaptabilidade dos sistemas ERP às IES, o que força a adaptação da empresa ao software gerencial, e que, mesmo com um nível padrão de modularização ser passível de sucesso, a complexidade de alteração nos pacotes faz com que grandes ou sistêmicas alterações sejam literalmente impraticáveis.

O gerenciamento de mudanças em processos empresariais é formalmente igual a outros tipos de mudança, com a diferença da quantidade de colaboradores e envolvidos no processo final, o que acarreta ou não, em uma maior complexidade dos processos segundo (DAVENPORT; SHORT, 1998).

Conforme Bancroft et al. (1998) os fatores mais complexos de decisão e seleção corretamente aplicados e planejados em sua implementação de um ERP definem-se em:

- Comprometimento da alta direção com o processo desde o início
- Conhecimento e comunicação para todos os níveis dos benefícios possíveis e potenciais dificuldades dos sistemas ERP
- Entendimento de que será provavelmente necessário mudar a organização
- Envolvimento dos usuários desde o princípio e obtenção de seu comprometimento com a alternativa selecionada
- Escolha de um líder de projeto que possua habilidades de negociação e gerenciamento de projetos e experiência em realização de mudanças organizacionais

Em um cenário recente, as tomadas de decisão dos gestores e administradores apoiadas pela tecnologia da informação, tem se tornado fator predominantemente crucial em relação aos resultados esperados dentro de uma gama de processos nos diversos setores da economia fazendo com que as instituições e empresas aperfeiçoem ou implementem soluções tecnológicas em seus mecanismos para a adaptação ao novo contexto da realidade atual (ALAVI; JOACHIMSTHALER, 1992; BERGERON, BATEU; RAYMOND, 1991).

CONCLUSÃO

Conclui-se que a tecnologia da informação é de fundamental importância nos processos de tomadas de decisões dos administradores dentro de uma instituição de ensino, e que a correta implantação e gestão das tecnologias aplicadas à competitividade e qualidade com base em informações consistentes e em tempo real, implica diretamente no objetivo

estratégico e na visão empresarial no âmbito de uma instituição de ensino superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAVI, Mary; JOACHIMSTHALER, Erich A. **Revisiting DSS implementation research: A meta analysis of the Literature and suggestion for research**. MIS Quarterly, March 1992.

ALBANO, Cláudio S. **Problemas e ações na adoção de novas tecnologias de informação: um estudo em cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS, 2001.

ALMEIDA, Jocely Santos Caldas; OLIVEIRA, Maria De Fátima Lima Chaves Figueiredo De. **Tecnologia da informação (ti) e o desempenho competitivo das organizações**. VIII Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração. 2002

ALTER, S. Information Systems: **A Management perspective**. Menlo Park. Califórnia:Benjamin Cummings. 2. ed, 1998.

BARBOSA, R. R. **Monitoração ambiental: uma visão interdisciplinar, Revista de Administração**, v. 32, n. 4, p. 42-53, 1997.

BAZERMAN, M.H. **Processo Decisório:** para cursos de Administração, Economia e MBAs. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004.

BENAMATI, S.; LEDERER, A. L. Coping whit rapid change in information technology. In: **Proceedings of the 1998 ACM special interest group on Computer Personnel Research Conference,** Boston, MA: Março 1998.

BORGES, A. **A tecnologia no setor educacional.** Revista Computerworld, ed. 402, 2004.

BRASIL, Ministério de Educação. **Presidente e ministro querem participação da sociedade no PDE** [Plano de Desenvolvimento da Educação]. 2008.

CASTELLS, Manuel. ***A sociedade em rede*: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, M. H. G. de. et al**. Fórum nacional**: ensino superior particular brasileiro, os desafios da expansão do ensino superior. Rio de Janeiro: Consultor, 2002.

COLANGELO FILHO, L. **Implantação de Sistemas ERP**: Um Enfoque de Longo Prazo. São Paulo: Atlas, 2001.

CORNELLA, A. **Los recursos de información**. Madrid: MacGraw Hill, 1994.

COSTA NETO, P. L. O. (Org.). **Qualidade e Competência nas Decisões.** São Paulo: Edgarg

Blücher LTDA, 2007.

COSTA, José de Alcantara. **A Importância da Tecnologia da Informação no Auxílio à Administração**. Monografia. Faculdade de Alagoas (FAL). Curso de Bacharelado em Administração. Maceio. 2008.

CRUZ, Tadeu – **Sistemas de Informações Gerencias –** Tecnologia da Informação e a Empresa do Século XXI. São Paulo: Atlas, 2000.

DAFT, R. L. **Administração**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e científicos Editora 1997.

DEGRAEVE, Z., ROODHOOFT, F. E. &VAN DOVEREN,**The use of total cost of ownership for strategic procurement: a company-wide management information system.*Journal of the Operational Research Society***, 2005.

Deloitte Consulting. ***ERP's Second Wave: Maximizing the Value of ERP-Enabled Processes***. Relatório de pesquisa publicado pela Deloitte Consulting (1998)

DRUCKER, P. A nova sociedade das organizações. In: HOWARD, R. (Org.) **Aprendizado organizacional**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DRUCKER, P.F. **Introdução à administração**. São Paulo, Pioneira, 1991.

DRUCKER, P.F.**O melhor de Peter Drucker: a administração**. São Paulo, Nobel, 2001.

FLORES, L.C.S. **O Processo de informatização no Centro de Educação Superior de Ciências Sociais Aplicadas na Universidade do Vale do Itajaí.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

FREITAS, Angilberto S.; NARDUCCI, Viviane; DUBEUX, Veranise; BERTRAND, Hélène. **Projeto de capacitação docente e difusão do *e-learning*: uma investigação na busca de *champions***. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

FREITAS, H. M.; LESCA, H. **Competitividade empresarial na era da informação. Revista de Administração**. São Paulo, Vol. 27, Nº. 3. 1992.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais na educação**. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 2, 2000.

GOMES, F. A. M.; GOMES, C. F. S.; ALMEIDA, A. T. de. **Tomada de Decisão Gerencial:** Enfoque Multicritério. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

HABERKORN, E. ***Teoria do ERP: Enterprise Resource Planning***. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

HELMREICH, R. L. **Cokpit resouce management**. San Diego, California: Academic Press, 1995.

JUNIOR, Cícero C. **Sistema Integrado de Gestão ERP: Uma Abordagem Gerencial** - Curitiba: Ibpex, 2006.

KOSIER, J.M. & STRONG, D. **Supply/demand chain modeling utilizing logistical-based costing**. *Journal of Enterprise Information Management*, 2006.

LAUDON, K. C., LAUDON, J. P., **Sistemas de Informação Gerencias**: Administrando a empresa digital. 5. ed. São Paulo. Prentice-Hall, 2004.

Laudon, Kenneth C. e Laudon, Jane P. **Management Information System**.4.ed Upper Saddle River: Prentice Hall 1996.

MCGEE, J e PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MENEGAT, V. **Utilização dos sistemas de custos pelas Instituições de Ensino Superior do sistema ACAFE - SC**. USP - São Paulo 2006.

MEYER Jr., V.; MURPHY, P. **Dinossauros, gazelas & tigres: novas abordagens da administração universitária**. Florianópolis: Insular, 2000.

MILLER, S. PRESCOTT, J.; **Inteligência competitiva na prática**: **técnicas e práticas bem-sucedidas para conquistar mercados**. Rio de janeiro: Campus, 2002.

NADIM, J. P. A **Implantação de Sistemas ERPS como Estratégia Competitiva**. Artigo. Faculdade de Campo Limpo Paulista (FAACAMP). Campo Limpo Paulista, 2000.

OLIVEIRA, D.P.R **Sistemas de informações gerenciais**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas de Informações Gerencias: Estratégias, táticas, operacional**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, Maria R. N. S. **Do mito da tecnologia ao paradigma tecnológico; mediação tecnológica nas práticas didático-pedagógicas**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, 2001.

ORASUNO, J. M. Decisão no cockpit. In: WIENER, E. L.; KANK, B. G.; HELMREICH, R. L. **Cockpit resource management**. San Diego, CA: Academic Press, 1995.

PARK, K. H. (coord.) **Introdução ao estudo da administração**. São Paulo, Pioneira, 1997.

PINHEIRO, T. X. A. Administração Pública. **Rev. Adm. Públ.** Nº 3, v.11. 1998.

PLATT, A. A.; KLAES, L. S. Utilizando o Sistema Integrado de Gestão (ERP) no apoio ao Ensino de Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos**. Revista de Ciências da Administração**. v. 12, n. 28, 2010.

PLONSKI, G. A. "Cooperação universidade-empresa: um desafio gerencial complexo". **Revista de Administração**, v. 34, n. 4, 1999.

PONCHO, Claudia Lopes. **Tecnologia Educacional: descubra suas potencialidades na sala de aula**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

PORTER, M. E. Estratégia competitiva: **técnica para a análise da indústria e da concorrência**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

RAMOS, M.M. Interaction between management accounting and supply chain management.*Supply* ***Chain Management An international Journal***, 9, 2004.

REZENDE, A. D. **Tecnologia da Informação**: Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

REZENDE, Denis A., ABREU, Aline F. **Tecnologia da Informação Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROCHA NETO, I.: **Planejamento estratégico, estudos prospectivos e gestão do conhecimento nas IES**. In: Gestão de instituições privadas de ensino superior. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SERRA, P. **Informação e sentido**: **notas para uma abordagem problemática do conceito de informação**, 2003.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. **Das ciências documentais à ciência da informação**: **ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Afrontamento, 2002.

SIMON, H. A. **A Capacidade de Decisão e de Liderança**. Rio de Janeiro: Editora, Fundo de Cultura, 1972.

SIMON, Herbert A. **Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. de. **Tecnologias da informação aplicadas às instituições de ensino e às universidades corporativas.** São Paulo: Atlas, 2003.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. **Gestão de instituições de ensino.** 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

TAPSCOTT, D. Economia digital: **promessa e perigo na era da inteligência em rede**. São Paulo: Makron Books. 1997.

Taurion, Cezar. **"ERP: Como será o dia seguinte"**. *Computerworld Brasil*, 1998.

TORQUATO, P.R.G.; SILVA, G. P. **Tecnologia e estratégia: uma abordagem analítica e prática**. Revista de Administração, São Paulo: v. 35, 2000.

TOUMI, Iikka. **From periphery to center: emerging research topics on knowledge**

society. Technology Review, Helsinki, v. 16, 2001.

WERTHEIN, Jorge. APUD, Danilo Moura Pereira1, Gislane Santos Silva2. **As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento.** A sociedade da informação e seus desafios. *Ci. Inf.*, Brasília, 2000.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

LIDERANÇA ESTRATÉGICA

Pedro Henrique Tomás*
Márcio Silva Andrade**
Maria Aparecida da Silva Gomes***
Raquel Barbosa Machado***
Adriana Santos Prado Sadoyama****
Vaston Gonçalves da Costa*****

Resumo: O presente artigo tem por objetivo mostrar a importância da liderança estratégica nos dias atuais para qualquer organização. Enfatizando alguns tipos de liderança, a diferença entre elas e a importância de cada uma. O estudo tem por base, teorias encontradas em livros e em diversos artigos científicos que foram indispensáveis para a compreensão do tema escolhido e conclusão da pesquisa. Observando que a liderança estratégica é um ótimo investimento para ter uma empresa renovada e de crescimento constante, desde que as pessoas envolvidas para desempenhar este trabalho estejam comprometidas com os gestores e líderes para alcançar valores e metas estipuladas para a organização.

Palavras-Chave: liderança estratégica. Gerência. Valores. Liderança.

Abstract: The present article aims to show the importance of strategic leadership in the present day for any organization. Emphasizing some types of leadership, the difference between them and their importance. The study is based on theories found in books and in several scientific articles that were indispensable for the understanding of the chosen theme and the conclusion of the research. Noting that strategic leadership is a great investment to have a renewed and steadily growing business as long as the people involved to carry out this work are committed to managers and leaders to achieve values and goals stipulated for the organization.

Keywords: Strategic leadership. Management. Values. Leadership

Introdução

* Tecnólogo em Sistemas de Informação, Especialista em Informática na Educação, Mestrando em Gestão Organizacional. pedrohenrique@iftm.edu.br
** Administrador, Mestre em Gestão Organizacional. márcioandrade@iftm.edu.br
*** Administradora, Especialista em Gestão em Administração Empresarial, Mestranda em Gestão Organizacional. cidasilva@iftm.edu.br
*** Administradora, Especialista em Saúde Pública e Saúde do Trabalhador. raquelmachado@iftm.edu.br.
**** Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. drisadoyama@gmail.com
***** Doutor em Informática. vaston@gmail.com

As organizações são alvo de diversas transformações, onde precisam de diversas reconstruções dos processos produtivos e uma adaptação eficaz de seus líderes, devido a grande competitividade e globalização do mundo atual. O tema liderança estratégica é muito recorrente e importante, já que a liderança é um elemento vital para o sucesso de qualquer organização e essa preocupação sobre liderança já existe desde o começo da humanidade, onde diversos autores e historiadores já narraram biografias de líderes privilegiados, onde conseguiram implementar estratégias importantes e inovadores para seus povos e organizações.

O sucesso de uma empresa desenvolvida depende do comprometimento de seus colaboradores. Sabendo disso, houve a necessidade de implementar medidas para desenvolver um trabalho rentável e com retorno financeiro lucrativo. Então para ser uma organização renovada, estrategista, com ideias construtivas e em constante evolução é necessário que todos os membros estejam envolvidos, respeitando a pirâmide hierárquica e construir entre si, um relacionamento interpessoal respeitoso e confiável.

Como vantagem competitiva essencial do futuro, o fator liderança terá importância e responsabilidade pelo desenvolvimento de uma visão que condiz com a realidade, pela criação de estratégias para implementar essa visão, pela comunicação efetiva de uma visão no sentido de conquistar adeptos a ela, pela delegação de poder às pessoas que estão ao seu redor e, pelo depósito de confiança nas pessoas para que possam criar e implementar aquela visão.

Para isso, conta-se com um bom líder, onde o mesmo vai planejar, influenciar, atuar na criação de novos projetos, desenvolvê-los e por fim, coloca-los em prática. Mas para isso o líder não atua sozinho, todos devem estar comprometidos buscando o mesmo objetivo. É assim a liderança estratégica, antes de tomar decisões significativas, constitui ferramentas de suporte para a prática segura. Para alguns autores o planejamento estratégico é uma das etapas mais importantes para as grandes empresas. Pois é a partir dela que serão tomadas decisões a respeito dos mais simples assuntos até os mais complexos. (KICH e PEREIRA, 2010)

“O planejamento é primordial, necessário e imprescindível, mas os resultados vêm da execução. ” (NEVES, 2013, p.8).

Segundo Boris R. Drizin, a constante renovação de uma empresa está ligada as diversas formas de aprendizagem dos profissionais e a disposição para aprender. Dando autonomia e passando confiança para seus colaboradores, aumentando o diálogo entre os mesmos. Sendo assim, todos os funcionários se envolvem para solucionar problemas e

desenvolver ideias, tornando o ambiente agradável e a empresa constante crescimento.

A educação continuada faz parte e contribui consideravelmente para o desenvolvimento de uma instituição. Pois os colaboradores estarão sempre atualizados em relação a conhecimento para desempenhar um serviço capaz de alcançar o objetivo da corporação, trabalham como equipe visando sempre o melhor resultado para a empresa.

Para Máyra Reis Jordão David Silva, o líder desenvolve um trabalho de motivar a equipe e se a mesma o recebe bem, aceita e compreende as imposições, por exemplo, a equipe começa a retribuir as boas ações do líder, por isso fala-se tanto sobre o alto poder de influência que um líder possui. É uma espécie de seguimento, o grupo começa a seguir o líder em atitudes, por isso a necessidade de ser uma pessoa capacitada para tal cargo.

> Os seguidores são importantes, pois eles fazem parte integrante nesse grande contexto de liderança uma vez que a função do líder é unir os elementos do grupo, para que juntos possam alcançar os objetivos comuns. Dentre outras se destaca que bons seguidores devem ter características como: disciplina, paciência, compromisso, respeito e humildade. E bons líderes devem superar a mediocridade de seus seguidores dominando a artes de comandar pessoas, atraindo e influenciando de forma positiva mentalidades e comportamentos. E ainda lideres devem ter habilidades de envolvem carisma, paciência, respeito, disciplina e, principalmente, a capacidade de influenciar seus subordinados. (QUARESMA, et al., 2010, p.4)

Diante desta exposição, este artigo tem como objetivo a realização de uma reflexão referente ao papel e à importância da liderança na organização, através de uma despretensiosa revisão bibliográfica, pretendendo elencar algumas contribuições teóricas sobre o tema em questão, destacando os seguintes aspectos: (1) conceito de liderança estratégica (2) liderança gerencial; (3) liderança visionária; (4) pontos negativos da liderança estratégica; e (5) e características da liderança estratégica.

O que é Liderança Estratégica?

Para Rowe (2002), liderança estratégica é o poder de influenciar de forma voluntária as decisões que trarão benefícios para a organização em longo prazo e mantendo a estabilidade financeira em curto prazo. A liderança estratégica parte do princípio que busca o melhor retorno do investimento, esta liderança cria condições favoráveis para que este retorno financeiro seja efetivo. Onde, criam-se novas ideias, novas propostas de ação, opiniões são

ouvidas e estudadas para o melhor desenvolvimento das estratégias adotadas.

Ainda para Rowe (2002), a falta da liderança estratégica são problemas enfrentados pelas grandes empresas, pois veremos a frente que a liderança convencional é diferente de liderança estratégica e que não basta ter um líder dentro da empresa, é necessário à criação e desenvolvimento de projetos estratégicos feitos especialmente para cada empresa. Líderes que tenham perfil dinâmico, que interajam e o principal, que influencie positivamente seus colaboradores para que desenvolvam um trabalho capaz de atingir as metas e objetivos traçados pela organização.

Para colocar em prática a liderança estratégica é indispensável um líder de excelência, pois o líder trabalha fielmente com os objetivos estratégicos da empresa, visando alcançar metas estabelecidas e crescimento para a mesma. Porém, não basta o líder ser carismático, o que fará a diferença está na liderança que o mesmo vai desenvolver dentro da empresa. O objetivo da liderança é construir sistemas na empresa e efetuar na formação de novos líderes. Desenvolver projetos e contar com a participação de todos os membros da instituição, observando cada um em particular e influenciando-os a tornarem líderes de excelência também.

Os líderes devem atuar na criação de programas de desenvolvimento de liderança, que requer definir prioridades e objetivos, desenhar o programa, executar e por fim, avaliar e redesenhar. São ações base para desempenhar um projeto considerável de liderança estratégica que trará resultados positivos para a empresa. Onde o líder atuará diretamente com os demais profissionais da instituição para decidirem projetos e novos investimentos, o que diminui a incidência de resultados negativos para a empresa.

A diferença na liderança é a prática destas teorias que devem sair do papel e criar forma, atingindo as metas. Podemos citar alguns exemplos: Em 1987 a empresa Starbucks tinha seis lojas e 100 funcionários. Em 1996 passou para 1,300 lojas e 25 mil funcionários. Vejamos, foram nove anos de trabalho e aperfeiçoamento da mesma empresa para que outras pessoas, investidores tivessem interesse para contribuir. Nesses nove anos a empresa cresceu precisamente em 1,294 lojas e mais de 24 mil funcionários. Ou seja, um crescimento em longo prazo e que não estatizou, continua crescendo constantemente nos dias atuais também. Para obter tamanho sucesso, a empresa adquiriu a liderança estratégica, zela por seus funcionários e foi visionária, trazendo sofisticação do café num ambiente agradável e bastante aconchegante para os clientes. (Rowe, 2002)

Outro exemplo de sucesso da liderança estratégica:

> O Wal-Mart e a Coca-Cola são dois outros exemplos de empresas interessantes sob a perspectiva da liderança estratégica. De 1988 a 1992, o patrimônio dos acionistas do Wal-Mart teve uma valorização de US$ 50 bilhões sob a liderança de Sam Walton. Em contrapartida, de 1992 a 1996, o patrimônio dos acionistas sofreu uma desvalorização de US$ 30 bilhões sob a liderança de David Glass. De 1996 a 1997, o Wal-Mart retomou o crescimento e encerrou 1997 com um VAM de US$ 69,7 bilhões. Portanto, de 1992 a 1997, o Wal-Mart teve uma valorização de US$ 5,7 bilhões, cerca de um décimo do que Sam Walton gerou no mesmo período de cinco anos. Porém, ao final de 1998, o VAM do Wal-Mart era de US$ 213 bilhões, saltando para o terceiro lugar do ranking de VAM, e, de 1992 a 1998, seu VAM teve uma valorização de US$ 143 bilhões. (ROWE, 2002, p.11)

Sendo assim, podemos afirmar que a liderança estratégica é eficaz e seus resultados são visíveis. Para isso, os líderes devem estar em constante atualização, desenvolvendo todas as suas qualidades que possam contribuir com o grupo, aperfeiçoando-as para garantir segurança em suas decisões aos demais colaboradores e responsabilidade para que a organização consiga se desenvolver de forma positiva. Lucro e desempenho financeiro para a empresa e crescimento pessoal e profissional para os funcionários.

Com a economia mundial nos dias atuais, torna-se indispensável que uma empresa tenha uma liderança estratégica. Para um bom desempenho e para destacar-se das outras empresas, sendo assim, a liderança estratégica parte do planejamento até a obtenção dos resultados. Sendo assim, o líder deve estar em constante crescimento juntamente com a organização, oferecendo cursos, palestras, oferecendo interação para todo o grupo e permitindo que o mesmo opine e participe de decisões e criações de novas ideias por exemplo.

A liderança estratégica busca atingir conceitos, enquanto as outras formas de liderança focam no próprio conceito. O que torna a liderança estratégica mais flexível, abrindo um grande leque de possibilidades para o desenvolvimento de projetos que alcancem os objetivos traçados. As melhores empresas são aquelas que possuem os melhores líderes. Pois como observamos, o líder é o fator principal a ser seguido, e o caminhar da instituição vai depender muito da forma que ele vai atingir os demais colaboradores.

Para o Dr. Marco Antônio Pereira (2009), a liderança estratégica não está firmada nas empresas do Brasil, são poucas instituições que adotaram o método. Porém, grande parte das empresas privadas já aderiu à liderança estratégica. Os principais elementos da gestão estratégica são: missão, visão de negócios, diagnóstico interno, fatores críticos de sucesso,

definição dos objetivos, análise dos públicos de interesse, formalização do plano e auditoria de desempenho e resultados. Segundo PEREIRA (2009), estes são passos a serem seguidos para desenvolver a liderança estratégica e obter sucesso.

> Visto que o líder é impulsionador de resultados, elo interpessoal, e possuidor de traços de personalidade, capacidades, habilidades, ele deve delimitar e influenciar seus seguidores, confirmando a missão, a visão e orientando para maior difusão de fatos, de maneira a adaptar cada situação encontrada nos mais diversos conflitos organizacionais. A liderança é um sistema vivo, que necessita de mudanças fundamentais, perspectivas novas, que tracem os melhores vínculos entre liderados e o líder. Desta maneira, o líder, esse indivíduo capaz de motivar, atrair, concentrar, delegar, persuadir, necessita de aliar-se a seus liderados, que são a fonte de sucesso empresarial, a fim de uma melhor atuação em todos os níveis organizacionais. (ARAÚJO, SILVA e SOUSA, 2011, p.12)

Liderança Gerencial

Os líderes gerenciais são aqueles que têm o trabalho como um processo de interagir com ideias e pessoas, visando à tomada de decisões e principalmente o lucro em curto prazo. Estes líderes geralmente não se comprometem emocionalmente com as outras pessoas da organização. Líderes gerenciais só atuam influenciando nas atitudes e em decisões daqueles com quem trabalham para benefício da organização. O que pode ser arriscado, já que os colaboradores não estarão tão comprometidos em alcançar as metas junto com a empresa e sim, somente em realizar seu serviço individualizado. É o líder gerencial quem desenvolve o trabalho tanto com pessoas quanto com processos. O gerente visa resultados, são perfeccionistas e desejam exatidão. Enquanto o líder requer uma capacidade de influenciar, automotivação, ser bastante comunicativo e ter um bom relacionamento interpessoal. Tais qualidades são importantes para o desenvolvimento e para alcançar seus objetivos. Será o responsável por desempenhar um trabalho efetivo e capaz ou não de atingir resultados esperados para o futuro da organização, por isso a importância destes profissionais para liderar ou gerenciar uma empresa. (José Roberto Marques)

Para Schendel e Hambrick (1989), os líderes gerenciais influenciam apenas as pessoas que estão ao seu redor, ou seja, as que trabalham com eles e as que desempenham um papel rotineiro dentro da empresa. Os líderes preocupam-se com a troca de conhecimento e informações e em garantir que os deveres e obrigações sejam regularmente cumpridos. Priorizando metas e lucros a se atingir.

Liderança Visionária

Já a liderança visionária não é bem aceita pelas organizações, pois esta liderança requer autoridade e autonomia para agir e isso apresenta riscos para a empresa, podendo ser negativos ou não. Os líderes vão influenciar de uma forma que irá determinar a direção da empresa. E isso causa certa insegurança entre seus gestores. Porém as recompensas são altas, podendo também sofrer prejuízos significantes.

Os Líderes visionários influenciam opiniões causando desconforto no meio em que trabalham, podendo intensificar a motivação individual positivamente ou negativamente. Os líderes visionários trabalham bastante com os desafios, pois só assim os valores serão criados. Querem acrescentar valores à organização e inovação. (ZALEZNIK, 1977)

Os líderes tomam o controle e permitem que as coisas aconteçam, sonham e depois traduzem esses sonhos para a realidade; atraem o compromisso voluntário dos seguidores, energizando-os, e transformam as empresas em novas entidades, com maior potencial de sobrevivência, crescimento e excelência. Uma liderança eficaz energiza uma empresa maximizando a sua contribuição para o bem-estar de seus membros e da sociedade da qual faz parte. Se os gerentes são conhecidos por suas habilidades de solucionar problemas, os líderes são conhecidos por serem mestres em projetar e construir instituições; eles são os arquitetos do futuro da organização (NANNUS, 2000)

Para Kotter, 1990, o sucesso de uma organização seria necessário a junção dos líderes gerenciais e visionários, para trabalharem juntos e desenvolver os projetos, visando o mesmo objetivo. Pois os dois tipos possuem atribuições particulares e que juntas ganham mais forças por dependerem uma da outra para desempenhar a liderança estratégica alcançando o lucro desejado.

Segundo Nannus (2000), a primeira das quatro funções da liderança visionária é a seleção e articulação do alvo no ambiente externo, para onde a empresa deve dirigir as suas energias, contemplando, assim, o significado da visão. Perseguindo ser uma boa indicadora de direção, a liderança precisa estabelecer um curso em que os outros a reconheçam como símbolo de progresso real para a empresa, significando um claro passo à frente, em matéria de eficácia e eficiência. E quanto à atuação da liderança no processo de mudança, Pettigrew (1989) destaca os passos para a sua realização com base em quatro: disseminação, monitorização, política e adesão.

Para (ARAÚJO, et al, 2011, p.12), nenhuma instituição consegue se desenvolver sem a atuação de um líder, seja ele para realizar qualquer orientação ou ação dentro da empresa. A partir da missão que a instituição defende, o líder vai atuar influenciando e motivando os demais integrantes da empresa. Sendo assim, todos estariam seguindo os comandos do líder para alcançar o principal objetivo, podendo ser em curto ou longo prazo.

> Já o caso de liderança visionária descrita pelos referidos autores onde o líder não criou a principal idéia do negócio é o de Ray Kroc, presidente da rede de lanchonetes McDonalds. Kroc, percebendo o excelente atendimento (rapidez) e qualidade da rede de restaurante dos irmãos McDonalds, comprou a cadeia de lojas e as expandiu mantendo os princípios dos antigos donos para desenvolver o sistema de fast-food da marca de lanchonetes mais conhecida no mundo. Os processos de produção inovadores não foram criados por Kroc (pelo menos, não os primeiros processos, aqueles que deram ensejo ao surgimento do negócio), mas Anais do I EGEPE – Maringá – Paraná - 2000 194 foi ele quem teve a visão de que tais idéias poderiam construir a maior rede de lanchonetes do mundo. (FERREIRA, 2000, p.4)

Pontos Negativos da Liderança Estratégica

Porém há certa restrição dentro das organizações no quesito de haver a liderança estratégica. Onde preferem que os líderes exerçam a liderança gerencial, líderes gerenciais são aqueles que têm o trabalho como um processo de interagir com ideias e pessoas, visando à tomada de decisões e principalmente o lucro em curto prazo que requer uma ação mais particular do líder. Enquanto a liderança estratégica busca resultados para a empresa, funcionários e para os clientes também.

Para SOUZA (apud, ALENCAR, 1996), alguns fatores que podem influenciar negativamente o funcionamento de uma organização é a intransigência e o autoritarismo, que são alguns dos responsáveis por contribuir negativamente para o desenvolvimento de uma empresa. Ainda para SOUZA (apud PREDEBON,2010), lidando com os funcionários de forma arrogante, autoritária, sem motivá-los a novas ideias e não os apoiando a criatividade e a não interagir, não acrescentará nenhum valor a instituição, trazendo riscos para a mesma. Pois os colaboradores fazem somente o que lhe são impostos, sem rendimento algum.

“Portanto, a liderança quando associada a políticas autoritárias e individualistas pode gerar impactos negativos no potencial criativo das pessoas que representam uma determinada organização e consequentemente no seu grau de competitividade. ” (SOUZA,2011 p.13)

Características da Liderança Estratégica

Liderança estratégica capacita às pessoas para que trabalhem visando um só objetivo, a tomar decisões certas e de forma correta, fazendo parte de uma equipe, onde todos almejam alcançar os mesmos resultados, uma só visão. A liderança estratégica vai muito além de apenas visar o crescimento financeiro da empresa. E mesmo que este seja o principal foco, para uma organização se firmar, desenvolver e crescer, é necessário que se trabalhe todas as áreas da empresa, pois para chegar ao sucesso, o essencial é o investimento em educação continuada dos profissionais, é de suma importância o bom relacionamento interpessoal, que contribui bastante para todos os processos de desenvolvimento da empresa. (DRIZIN,2010)

O líder tem de saber exercer a sua influência dentro da organização pois este tem de ser ouvido e respeitado. Uma grande parte do seu poder deriva da sua posição da hierarquia organizacional, ou seja, um poder formal. Mas nos últimos tempos o líder tem ganho novas fontes de poder resultante da relação que estabelece com os elementos da empresa e da forma como encaminha e motiva os seus seguidores. (DIAS, 2010, p.10)

Diferente da liderança gerencial e visionária, a liderança estratégica é um pouco destes dois tipos de liderança, onde houve a necessidade de moldar em suas características para que melhorasse e diferenciasse esta liderança escolhida como tema da pesquisa. A liderança estratégica, podemos perceber que é uma das mais completas, torna-se flexível para que o líder possa atuar com todas as ferramentas que melhor ajudem no processo de desenvolvimento das idealizações da empresa.

A partir das informações coletadas percebe-se que o principal investimento a se fazer para a obtenção do lucro e desenvolvimento da organização é a atenção dada aos seus colaboradores, quando há um ambiente saudável, os profissionais trabalham melhor, criam mais, desenvolvem melhores ideias, assumem responsabilidades, trabalham como equipe, o serviço individual é reconhecido e valorizado, tornando um ambiente propício para crescimento.

“A palavra estratégia tem inúmeras conotações no mundo empresarial. Por estar intimamente ligada à essência dos negócios, significa sucesso garantido em eventos, cursos, treinamento de executivos, etc., ampliando seu uso para quase tudo que diga respeito a marketing. ” (JR. e LUCE, 2000, p. 2)

Sendo assim, a possibilidade de crescimento aumenta, porém, este crescimento só é

possível se as pessoas crescem também, se renovam e evoluem junto. Só assim, com o crescimento dos profissionais consequentemente a emprese se desenvolverá também. Por que é necessário que estejam comprometidos e focados num mesmo objetivo, aquele que foi determinado pelo líder da organização. E é este o grande objetivo da liderança estratégica, oferecer esse envolvimento entre os colaboradores para que haja crescimento em todas as áreas da empresa com a contribuição de todos.

A tomada de decisão numa organização implica em diversos fatores, um deles é a possível discordância entre os gestores e líderes, podendo tratar de decisões arriscadas e que comprometam o financeiro da empresa. Por isso, a importância da liderança estratégica, onde o líder vai atuar como um influenciador, apresentando os prós e contras para tal decisão. Sendo que, na liderança estratégica as decisões tomadas implicam na participação de todos os componentes da organização, atuando num ambiente democrático e com oportunidades para todos. No qual, o objetivo esperado, mesmo que arriscado seja visando o lucro e o crescimento da instituição.

Visto que, a importância e o valor que os colaboradores possuem na construção e desenvolvimento de uma instituição é imensurável. A liderança estratégica torna-se flexível por abrir um leque de oportunidades de possíveis ações. Sendo assim, os líderes contam com a participação dos colaboradores, para desenvolver, criar e inovar, atuando na criação de medidas de crescimento e constante transformação.

De acordo com Boris R. Drizin, a constante renovação da empresa está ligada a constante forma de aprendizagem dos profissionais. Dando autonomia e passando confiança aos seus colaboradores, desenvolvendo diálogo e um bom relacionamento interpessoal. Para que todos estejam dispostos para solucionar problemas e desenvolver novas ideias que levem ao constante crescimento e renovação empresarial.

Para entendermos a abrangência da liderança estratégica, precisamos entender o que é o processo de estratégia emergente. Para Henry Mintzberg(1978). Estratégia emergente é uma estratégia não planejada, como se fosse um "plano B", é um padrão a ser seguido quando não houve o planejamento para aquela ação específica. Quando os profissionais estão preparados para qualquer tipo de intercorrência e preparados para resolvê-las, sejam elas quais forem visando sempre o bom desempenho para a organização.

A liderança estratégica é a junção da liderança visionária e da liderança gerencial. Onde os três tipos de liderança devem estar juntos, cada um com suas respectivas qualidades e atribuições para contribuir positivamente para o desenvolvimento de todas as áreas da organização, tanto para o crescimento financeiro quanto para o pessoal, pois como um conjunto, só é possível que se desenvolvam se estiverem em sintonia. A única certeza é de que todos os tipos de liderança trabalham para que haja sucesso para a empresa.

Para (ARRUDA, CHRISÓSTOMO e RIOS, 2011, p.12), um aspecto muito importante da liderança é o método visionário. Quando o líder reverte situações adversas e atinge consequentemente as mudanças que são necessárias para alcançar um objetivo. Sendo assim, os principais responsáveis por esta transformação são os colaboradores da instituição, que passam a contribuir desempenhando um trabalho eficaz e lucrativo.

A criação de condições favoráveis para a obtenção de retorno financeiro é possível graças à liderança estratégica, que oferece ferramentas para que isso aconteça. Sendo assim, toda empresa precisa de uma pessoa responsável por representar o grupo que no caso é a empresa, e esta pessoa motiva os demais profissionais e influencia nas decisões importantes que será responsável pelo desempenho da organização. (Samuel Diamante e João Roberto Grahl-2012)

> Um líder estratégico cria desordem, comete erros e, às vezes, é repreendido por seus chefes e subordinados, precisando até desculpar-se com os funcionários por ter criado muita desordem sem que eles estivessem preparados para isso. Entretanto, as recompensas valem a pena, visto que as pessoas que trabalham com esse líder apresentam um aumento em termos de energia e produtividade, realizando mais tarefas em um tempo menor. Eles têm mais prazer no trabalho, tornando-se mais criativos, inovadores e mais propensos a correr riscos, pois sabem que isso aumentará a viabilidade em longo prazo. (ROWE, 2002, p. 12)

Juntamente com a equipe, o líder é responsável por fazer a organização avançar e se desenvolver financeiramente, criando e desenvolvendo projetos e medidas que permitam alcançar resultados positivos para a empresa. Resultados que só serão alcançados se

trabalharem todos com um só foco, buscando o mesmo objetivo. Por isso, além de lidar com projetos burocráticos e todos os meios de logística da empresa, o líder também precisa atuar com as pessoas, gerenciando as tarefas, observando os resultados apresentados, prestando atenção em cada membro da instituição, construindo não só valores lucrativos, mas valores pessoais no ciclo de convivência diário. Com o desenvolvimento pessoal do grupo, o desenvolvimento torna-se mais visível, visto que, com a participação dos colaboradores o crescimento da empresa pode ocorrer em curto, médio e longo prazo.

Os líderes estratégicos trabalham para alcançar os objetivos em curto, médio e longo prazo. E para NEVES (2013), essas três fazes devem estar em sincronia para que haja sucesso, alcançando cada objetivo no tempo certo, para que um processo dê base e suporte para que a instituição e seus colaboradores estejam preparados para os próximos objetivos alcançados.

Ainda para NEVES (2013), os valores pessoais devem ser maximizados e direcionados para conquistar resultados gerais. Cabendo aos líderes estratégicos observar, avaliar, compreender, oferecer educação continuada sobre temas consideráveis, estar focados na missão da empresa, além de transmitir aos outros profissionais a sua visão, influenciando o grupo para alcançar o melhor resultado para a organização.

Para continuar atuando de forma positiva no mundo capitalista e com tamanha concorrência, onde uma empresa para ganhar seu espaço precisa estar em constante mudança e evolução para alcançar este lugar no mercado atual. Buscando ferramentas que ajudem e contribua para alcançar este objetivo. Um trabalho diário e que necessita do comprometimento de todos os profissionais. Onde o líder deve agir para retirar o melhor de seus funcionários, realizando palestras, trazendo estudos de casos reais para que desenrolem e resolvam problemas reais, para saberem como agir na hora que precisar.

> A liderança é um processo, uma corrente de relacionamentos interpessoais em evolução, na qual os líderes estão continuamente evocando respostas emocionais em seus seguidores e transformando seus comportamentos quando existe uma falta de reação ou algum tipo de resistência, dentro de um processo sem fim de fluxo e refluxo. (SILVA, 2011, p. 5)

Por serem decisões relevantes a ser tomadas, o líder estratégico causa certo receio por parte da equipe, pois o líder age focado em seus objetivos traçados para a organização, a partir daí nascem as discordâncias e nesses momentos que o mesmo deve agir com pulso firme e influenciar na decisão que ele acredita ser a melhor a ser tomada no momento. Cria-se então

um ambiente democrático onde todos mostram opiniões e conhecimento sobre o assunto abordado e desenvolvem o melhor. Mostrando que mesmo com os riscos de toda decisão importante, é possível atingir as metas determinadas pela empresa. (DIAS, 2010)

Ainda para DIAS (2010), um clima democrático é importante para um desenvolvimento constante. E o responsável pela criação deste ambiente é o líder, ao optar pela contribuição de toda a equipe para a tomada de decisões e interagindo com o grupo. Mas também pode ocorrer um clima autocrático, que é quando o líder decide e toma as decisões por si só. O líder tem autonomia para agir e tomar decisões em que acredita. Podendo também decidir por meio de interação com os outros integrantes da empresa, solicitando reuniões, pedindo opiniões, utilizando meios que permitam a participação e contribuição de todos os seguidores da instituição antes de tomar qualquer decisão. Observamos que, com as referências teóricas desta pesquisa o caso citado acima é realmente eficaz quando se tem um ambiente onde todos participam quando se tem um único objetivo.

Para DIAMANTE e GRAHL (2012), um líder bem-sucedido desenvolve ideias e juntando qualidades de cada estilo de liderança, torna-se um líder estratégico. Enxergando a empresa e seus lucros, valorizando os colaboradores, atuando com todas as ferramentas disponíveis para alcançar objetivos tanto da empresa quanto sucesso de seus funcionários. Com isso, aumenta o interesse em contribuir com o desenvolvimento da empresa por parte dos colaboradores.

> Os seguidores são importantes, pois eles fazem parte integrante nesse grande contexto de liderança uma vez que a função do líder é unir os elementos do grupo, para que juntos possam alcançar os objetivos comuns. Dentre outras se destaca que bons seguidores devem ter características como: disciplina, paciência, compromisso, respeito e humildade. E bons líderes devem superar a mediocridade de seus seguidores dominando a artes de comandar pessoas, atraindo e influenciando de forma positiva mentalidades e comportamentos. E ainda lideres devem ter habilidades de envolvem carisma, paciência, respeito, disciplina e, principalmente, a capacidade de influenciar seus subordinados. (QUARESMA, 2011et al, p.4)

A liderança é o que impulsiona o desempenho de uma instituição, sendo assim, o mesmo é responsável para desempenhar uma resposta positiva para a empresa. Podendo usar diversas ferramentas para desenvolver este trabalho. Criando vínculos com as demais pessoas do ambiente profissional, tomar atitudes condizentes e responsáveis para que haja uma recepção aceitável sobre o líder. Para que se construa um ambiente confiável e com a base

sólida para que o processo e desenvolvimento de liderança sejam eficazes. (ARAÚJO, et al.2011)

"Liderar é uma arte. Além de talento, é preciso aperfeiçoamento constante. O líder deve ter uma visão privilegiada em relação aos demais componentes do grupo. Do contrário, perderá sua reputação de liderança e se tornará substituível pelo líder de fato. " (NEVES, 2013, p.7)

Para SOUZA, a gestão de pessoas faz a diferença, pois a mesma demonstra preocupação em relação à motivação dos colaboradores das instituições. Sendo assim, as empresas buscam manter as pessoas por mais tempo, passando a investir nelas, com educação continuada, motivando, valorizando o trabalho individual e coletivo. Investindo na gerência de pessoas o retorno será positivo, pois é fundamental a valorização dos profissionais e seus ideais em qualquer instituição que tenha visão e queira crescer.

> Lidar com o paradoxo de liderar e gerenciar é difícil, mas é possível para uma massa crítica em organizações que não perderam o controle estratégico. Os executivos dessas organizações devem começar a ver-se como líderes estratégicos que necessitam aceitar e unir líderes visionários e gerenciais. Devem combater as influências coercitivas do controle financeiro e lutar pelo exercício dos controles estratégicos e financeiros, com ênfase nos estratégicos. Devem entender os conceitos de conhecimento tácito e explícito, de pensamento linear e não linear e perceber como podem integrá-los para que a organização se beneficie. As recompensas frequentemente serão a criação de valor e a performance superior à média tanto nas organizações recém-criadas como nas já estabelecidas. (ROWE, 2002, p.18)

É visível que há mais pontos positivos sobre a liderança estratégica do que os pontos negativos. Sabendo que, qualquer empresa necessita de um líder que motive, influencie e que dê o exemplo para seus seguidores. E o desenvolvimento empresarial só é possível com a contribuição pessoal e profissional de cada membro. O sucesso de uma instituição está inteiramente ligado aos seus funcionários, pois é a partir do desempenho profissional que os valores da empresa serão destacados.

Conclusão

Com todo o material estudado, percebe-se a importância do trabalho coletivo. A liderança gerencial contribui com a visionária que contribui e ajudam na formação da liderança estratégica, e esta depende da gerência de pessoas para o alcance dos objetivos e metas de uma organização. Pois o líder fará com que os colaboradores sejam influenciados

pela missão da instituição, que passarão a colaborar quando enxergam que há interação entre os mesmos.

Vimos que para ser um líder estratégico é necessário muito mais que simplesmente liderar. Precisa-se que o mesmo seja uma junção de funções e virtudes que o líder gerencial e o visionário possuem. Sabemos que o líder gerencial é aquele que visa a tomada de decisão e o retorno financeiro em curto prazo. O mesmo não se compromete emocionalmente com os outros colaboradores da empresa Só atuam na tomada de decisões dos profissionais para que estejam no mesmo nível que o líder deseja. Influenciando somente as pessoas do ciclo profissional.

Já a liderança visionária, é aquela que requer autonomia para poder agir dentro da organização. Esta liderança vai influenciar de uma forma que irá determinar a direção da organização, atuam na criação de valores e motivam os funcionários. Têm visão, planejam e desenvolvem projetos para que a empresa alcance suas metas, e, por consequência, atingir as mudanças necessárias para a conquista de resultados. Assim, demonstra-se que determinadas teorias de liderança quando postas em prática desenvolvem maior desempenho por parte dos trabalhadores. Tanto a qualidade quanto a quantidade de trabalho dos empregados aumentam quando os seus supervisores adotam certos pressupostos de liderança, como transformacional, que vem sendo positivamente correlacionada com maiores desempenhos, e daí com maior sucesso organizacional.

Uma mescla da liderança gerencial e visionária, pois o líder visionário além de desenvolver trabalhos para que a empresa cresça e também desempenhar o trabalho com as pessoas. Para que haja crescimento da instituição é necessário que seus colaboradores estejam completamente sintonizados e comprometidos com a missão da empresa. Essas são atribuições que um líder estratégico deve ter para desenvolver um trabalho que atinja resultados positivos.

Dentro de uma organização, o líder, necessita ser polivalente,compreendendo as mudanças, criando estratégias, e implementando a mudança organizacional para enfrentar a imprevisibilidade, a incerteza e a instabilidade da organização, neste mundo competitivo e globalizado; pois quanto melhor a equipe de trabalho, maior o sucesso da missão da organização, já que nessas condições o líder poderá com sua experiência e autonomia conduzir a organização, enfrentando qualquer turbulência do mercado, pois a teoria da liderança quando postas em prática originam uma organização mais eficaz e bem sucedida.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M.I.R. e NOVAES, M.B.C. e YAMAGUTI, C. L. (2008). **Liderança e Gestão Estratégica de Pessoas: Duas Faces da Mesma Moeda.** Universidade Federal de Santa Maria, RS.

ARAÚJO, C. A. e SILVA, S. C. e SOUSA, F. G. (2011) **Estilo de Liderança Gerencial na Perspectiva dos Liderados: um Estudo na Via Leste Motos Ltda.**
CNEC/FACECA, MG.

DIAMANTE, S. e GRAHL, J. R. (2012) **Tipos de Liderança: Definições, Objetivos e Impactos.** Revista dos Alunos.
DIAS, M. A. S. **Liderança Estratégica – Reacção Face à Mudança e Orientação dos Comportamentos dos Líderes.**
DIAS, M. A.S. (2010) **Liderança Estratégica – Reacção Face à Mudança e Orientação dos Comportamentos dos Líderes.** Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão.

DR. PEREIRA, M. A. (2009) **Gestão Estratégica. Cusrso de Gestão Voluntária. IN:**
FERREIRA, F. V. (2000) **Liderança Visionária: Instrumento de Ajuste Grupal nas Organizações que Buscam a Inovação**, Universidade Estadual de Maringá – UEM.

JR, B. A. A e LUCE, F. B. (2000), artigo: **Estratégias emergentes ou deliberadas**: um estudo de caso com os vencedores do prêmio. Top de Marketing.

KICH, J. I. D. F. e PEREIRA, M. F. (2010) **A influência da liderança, cultura, estrutura e comunicação organizacional no processo de implantação do planejamento estratégico**. Rio de Janeiro.

NANUS, Burt. **Liderança Visionária**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

NEVES, A. (2013) **Os Pilares da Liderança Estratégica.** Rio de Janeiro – Barra Livros.
PETTIGREW, Andrew M. **A Cultura das Organizações é Administrável?** In: FLEURY, Maria Tereza L. et al. **Cultura e Poder nas Organizações. São Paulo: Atlas**, p. 145-153, 1989
QUARESMA, M. D. F e FIDALGO, A. e NEVES, L. e FADUL, J. **Liderança Gerencial: O Estudo de Caso na Empresa Clínica Barros.** Faculdade Estácio do Pará.

RIOS, S. S. e CHRISÓSTOMO, E. e ARRUDA, M. F.A. **A Importância da Liderança nas Organizações.** Universidade Federal do Ceará.2012.

ROWE, G. W. (2002). **Liderança Estratégica e Criação de Valor**. São Paulo.

SILVA, M. R. J. D. **Disseminação da cultura organizacional: Caso ABN AMRO Real.** Departamento de Sistema de Informações Faculdade Cenecista de Varginha.

SOUZA, L. R. S. **Liderança: Impactos Positivos e Negativos sobre o Potencial Criativo das Pessoas no Ambiente Organizacional.** Universidade Federal de Uberlândia.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

O PAPEL DO ADMINISTRADOR NA GESTÃO E PROSPERIDADE DOS NEGÓCIOS: uma revisão de literatura

Osnir Martins Rodrigues*

Resumo: Administrar uma empresa seja ela de pequeno, médio ou grande porte, é direcioná-la por caminhos as vezes cheios de obstáculos e perigos que surgem a todo momento. Com o passar dos anos aumentam cada vez mais as incertezas sobre a sobrevivência dos negócios. Portanto, o objetivo principal deste artigo é o de contribuir e alertar empresários, empreendedores e gestores de um modo geral a importância de se ter a frente das organizações, de setores, e departamentos a presença de um Administrador qualificado que tem um papel relevante no sucesso e prosperidade dos negócios, o que certamente resultará em ganhos extraordinários para as empresas nas mais diversas áreas como gestão financeira, gestão de pessoas, gestão de marketing, planejamento e consequentemente no aumento dos seus ativos. Para realização deste trabalho, utilizou-se como metodologia a revisão de literatura com um rigoroso estudo e análise de conceitos de diversos autores, pesquisas realizadas pelo SEBRAE e outras fontes. Concluiu-se que uma boa gestão com a atuação do Administrador contribui efetivamente para o sucesso e prosperidade dos negócios evitando assim a mortalidade precoce das empresas eliminando suas principais causas que são a falta de capital de giro, planejamento e conhecimento da gestão do empreendimento conforme demonstrado no presente estudo.

Palavras-chave: Administrar. Empresas. Planejamento. Gestão. Resultados.

Abstract: Administer a company be it small, medium or large, is to direct the blast by the times full of obstacles and dangers that arise all the time. Over the years more and more increasing uncertainties about the survival of the business. Therefore, the main purpose of this article is to contribute and alert business owners, entrepreneurs and managers in general the importance of having the front of organizations, sectors, and departments for the presence of a qualified Administrator who has a relevant role in the success and prosperity of business, which certainly will result in extraordinary gains for companies in various areas such as financial management, personnel management, marketing management, planning, and consequently the increase of its assets. For this study, it was used as the methodology literature review with a rigorous study and analysis of concepts of various authors, research conducted by SEBRAE and other sources. It was concluded that good management with administrator activities effectively contributes to the success and prosperity of the business thus avoiding premature mortality of companies eliminating their main causes are the lack of

* Graduado em Administração e Geografia pela Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. Pós-graduado em Gestão Pública pela Faculdade do Noroeste Mineiro – FINON e Gestão Empresarial e Recursos Humanos pela Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. Mestrado Profissional em Administração pela Fundação Pedro Leopoldo-FPL. É professor e Coordenador do curso de Administração da Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP. E-mail: osnirmartins2005@yahoo.com.br

working capital, planning and knowledge of management of the enterprise as demonstrated in this study.

Keywords: Administer. Companies. Planning. Management. Results.

1.INTRODUÇÃO

Na atualidade, a Administração se destaca como campo repleto de complexidades e desafios, onde cabe ao administrador estabelecer metas cruciais ao sucesso do negócio. No desempenho das suas atividades, o administrador define estratégias, efetua diagnósticos de situações, dimensiona recursos, planeja sua aplicação, resolve problemas, gera inovação e competitividade.

Observa-se que a grande causa da mortalidade precoce de diversos empreendimentos e insucesso dos negócios tem sido a falta de conhecimento do proprietário ou administrador quanto as boas práticas de gestão entre as quais o planejamento. Neste contexto, apresentar-se-á através da leitura e pesquisas em diversas fontes como em livros, artigos, revistas especializadas entre outras para identificar o papel do administrador na gestão dos negócios.

Pretende-se com o presente artigo como objetivo geral abordar e apresentar a importância do papel do Administrador e sua contribuição para o sucesso e prosperidade dos negócios. Percebe-se que há uma grande preocupação de nossas instituições, principalmente de nível superior assim como diversos órgãos entre os quais o Serviço de Apoio a Pequena e Micro Empresa – SEBRAE, na preparação e qualificação de profissionais de administração para que nossas organizações, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor possam ser geridas de uma forma eficiente, gerando resultados positivos para seus sócios, acionistas e demais *Stakeholders* que são os colaboradores, clientes, fornecedores, governo entre outros.

Acredita-se que este estudo seja relevante, pois irá apresentar características, técnicas e boas práticas administrativas objetivando o sucesso dos negócios. Ao final deste artigo pretende-se responder a seguinte questão geradora que irá nortear o presente trabalho: Qual é o papel do administrador na gestão dos negócios e quais são os ganhos de uma empresa tendo na sua gestão um administrador?

Direta ou indiretamente, observa-se que as pessoas estão sempre ligadas na área de administração, sempre preocupadas com o planejamento, execução e controle dos seus projetos pessoais, profissionais e seus empreendimentos. A todo momento estão traçando estratégias, acompanhando sempre tudo aquilo que foi planejado, fazendo as correções

necessárias, objetivando a busca de resultados.

É neste sentido que este pesquisador pretende desenvolver seu trabalho. Apresentar a seus leitores os prejuízos que podem ser causados às organizações pela ausência de um administrador com conhecimento das técnicas administrativas a frente dos negócios, do outro lado as vantagens e ganhos que as organizações podem obter em ter na gestão com administradores preparados e capacitados para gerir o negócio.

2.METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão de literatura. Quanto ao tipo, será qualitativa e finalmente quanto aos fins será descritiva.

Analisando-se conceitos de diversos autores, observa-se que a metodologia se trata do estudo detalhado do caminho a ser seguido para atingir um determinado objetivo. Segundo Gonçalves (2001, p.26) “metodologia significa o estudo dos caminhos a serem seguidos, incluindo aí os procedimentos escolhidos”.

Para Grossetti (2012) a Revisão da Literatura basicamente diz respeito à síntese de pesquisas dentro de um determinado período de tempo sobre um assunto de interesses relevantes que direciona para novos elementos relacionados ao contexto.

Da mesma forma, Castro (2001) também define a Revisão de Literatura como um método de pesquisa planejado que identifica, seleciona e avalia de forma crítica, estudos sobre um tema específico.

A pesquisa qualitativa é traduzida por aquilo que não pode ser mensurável, pois a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis. Assim sendo, quando se trata do sujeito, levam-se em consideração seus traços subjetivos e suas particularidades.

Segundo Marconi e Lakatos (2004):

> O método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. (MARCONI; LAKATOS, 2004, p.269).

Para a classificação da pesquisa, toma-se como base a classificação apresentada por

Vergara (2007), que qualifica a pesquisa em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Na realização deste trabalho quanto aos meios, foi feita uma pesquisa bibliográfica.

Segundo Vergara (2007, p.48) "A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, artigos, teses, redes eletrônicas, isto é, qualquer outro tipo de pesquisa" No presente estudo foi realizado leitura, analisando e interpretando diversos livros, autores renomados, revistas da área, artigos científicos, pesquisas e sites especializados no assunto abordado, evidenciando assim, que o tipo de pesquisa citado foi desenvolvido no decorrer do presente estudo.

Quanto aos fins, usa-se neste artigo o método explicativo. GIL (2002) nos ensina que "a pesquisa explicativa explica a razão, o porquê das coisas, o esclarecimento causal e o entendimento de determinados fenômenos". A proposta deste trabalho foi explicar a importância, o papel do administrador para o sucesso e prosperidade dos negócios, bem como explicar as principais causas que contribuem para a falência dos negócios.

3. O PAPEL ATUAL DE UM ADMINISTRADOR E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O SUCESSO E PROSPERIDADE DOS NEGÓCIOS

Para Chiavenato (2003) e Maximiano (2004), o papel principal da administração é a arte de planejar, organizar, dirigir e controlar de uma forma eficiente e eficaz os recursos financeiros, humanos, materiais e tecnológicos de uma organização, objetivando o máximo de resultados para seus proprietários, acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, governo entre outros.

O atual cenário global tem nos levado a vários questionamentos a respeito do papel do administrador neste novo milênio. As mudanças organizacionais ocorrem com o mesmo dinamismo com que a sociedade muda radicalmente seus comportamentos diante de certas circunstâncias, e a única certeza que temos é que a mudança vai ser constante.

A profissão do Administrador foi regulamentada pela Lei n° 4.769 de 09 de setembro de 1965. O Administrador pode ocupar os mais variados cargos e funções de gerência, no controle e na direção das organizações públicas, privadas e do terceiro setor. Suas tarefas e atividades no dia a dia objetiva proporcionar mais produtividade e lucratividade para as empresas, para os negócios. As tarefas e atividades desde profissional não se resume apenas

em funções teóricas, tem a responsabilidade pela implantação de tudo que planejou, sendo um profissional que define programas e métodos de trabalho, mensurando e avaliando resultados, corrigindo setores, departamentos que apresentarem problemas.

Na administração privada, o foco é o lucro. Na administração pública o foco é a boa aplicação do dinheiro público e consequentemente a prestação de serviços públicos de melhor qualidade para os cidadãos nas áreas de educação, saúde, segurança pública entre outras. Já na administração do terceiro setor (cooperativas, associações, sindicatos, igrejas, ONG's), o foco é produzir melhores resultados para seus cooperados e associados, bem como a prestação de serviços comunitários e sociais de boa qualidade.

Sendo que a principal função do administrador é gerar para as organizações e negócios a produtividade, lucros e resultados, este profissional também tem o papel de fiscalizar o processo produtivo e, para isto, é necessário a fiscalização de cada etapa do processo, acompanhando, controlando os equipamentos e material envolvidos na produção, objetivando evitar desperdícios e prejuízos para a empresa. O profissional de administração deve sempre estar atento, promovendo estudos para o aproveitamento racional da mão-de-obra, participando do processo de admissão, contratação, desenvolvimento e crescimento dos colaboradores, estabelecendo uma boa relação com estes com foco em um conjunto de ações, visando o sucesso e prosperidade da empresa.

É primordial que o Administrador saiba trabalhar em equipe, gerenciar de uma forma flexível os recursos humanos da empresa, seja afeto à inovação e novas tecnologias, capaz de sempre solucionar problemas, um empreendedor agressivo que tenha prudência e discernimento na tomada de decisões, tenha uma visão globalizada e estratégica no mundo dos negócios. Destaca-se que além as funções primordiais do Administrador já mencionadas, é importante que o Administrador minimize prejuízos (com foco nos custos e despesas), maximize lucros e resultados, tenha capacidade para solucionar problemas, gerenciar bem os recursos humanos trabalhando em equipe. O Administrador precisa buscar uma especialização e se capacitar sempre, pois são requisitos essenciais, uma ferramenta importante no desenvolvimento da carreira, diversificando sempre seu campo de atuação.

O profissional de administração graduado tem uma visão global e sistêmica dos negócios e estão sempre conectados com tudo que acontece dentro do ambiente interno e externo das organizações, identificando o que está dando certo e errado na empresa. O Administrador formado procura sempre se capacitar e se especializar no dia a dia participando

de congressos, seminários e uma infinidade de cursos na área. Devem ficar sempre atentos a todas as mudanças e inovações que ocorrem no mercado acompanhando noticiários, revistas especializadas, mantendo-se sempre atualizado. Com este comportamento tendem a levar ao sucesso seus empreendimentos.

O eixo central desta nova visão do mercado dos negócios gira em torno da seguinte questão: quais as expectativas para os próximos anos em termos do ambiente de negócios, das novas configurações organizacionais e do perfil do gestor frente a estas transformações.

O administrador neste contexto terá que gerir estas mudanças de forma ordenada de tal forma que possa ter como resultado o aumento dos dividendos de uma determinada organização, dispondo de novos e antigos recursos para a efetivação dos objetivos organizacionais. Diante deste quadro, vejamos quais são as principais funções do Administrador, segundo Chiavenato (2003):

Planejar - visualizar um estado futuro e traçar um plano de ação.

Organizar - é o processo de arrumar os fluxos de homens e materiais de trabalho, para obter o máximo resultado comum mínimo de cada recurso utilizado (meio de estruturar a execução do plano).

Dirigir - realização dos planos através das pessoas.

Controlar - assegurar se tudo ocorre de acordo com o planejado, às ordens dadas e os princípios adotados.

Entretanto, nada disso será possível se o gestor organizacional não dispuser do total conhecimento da empresa, das rotinas administrativas que a sustentam, de forma que ele possa alocar os recursos necessários para a realização eficiente e eficazmente destas tarefas.

Esta estrutura de gestão é semelhante à adotada por algumas antigas empresas familiares, a qual a "gestão paternal" prevalecia. Porém, vivemos um momento de transição, de um capitalismo de favorecimento para uma gestão mais profissional, a qual laços familiares estão sendo substituídos por relações comerciais de longo e curto prazo, visando com elas obter o máximo de lucro possível.

Diante deste cenário, qual deve ser a postura do Administrador?

Segundo Katz (1955), o papel do administrador significa uma série de expectativas da organização a respeito do comportamento de uma pessoa.

Cada papel representa atividades que o administrador conduz para cumprir as funções de planejar, organizar, dirigir e controlar, sendo definidos como: papéis interpessoais, informacionais e decisórios.

Entretanto, vale aqui abrir um parêntese para uma questão chave na gestão organizacional, a relação interpessoal dentro da empresa, como o gestor é visto pelos seus colaboradores? Como estes funcionários se enxergam dentro desta organização?

Segundo Katz (1955, p. 45), "o sucesso do administrador depende mais do seu desempenho e da maneira como lida com pessoas e situações do que de seus traços particulares de personalidade.

Depende daquilo que ele consegue fazer e não daquilo que ele é".

Katz (1955), ainda fala que o sucesso empresarial está associado a combinação das seguintes habilidades gerenciais: habilidade técnica, habilidade humana e a habilidade conceitual, as quais veremos a seguir.

Uma importante característica do Administrador é ser empreendedor. Dornelas (2007) nos ensina que Empreendedorismo é a arte de fazer acontecer, de transformar sonhos em realidade, não se contentar com a mesmice. O Administrador Empreendedor está sempre inovando, buscando novos conhecimentos, novas alternativas para gerar mais resultados para seus empreendimentos.

Habilidades Gerenciais

As habilidades gerenciais são necessárias para a gestão das organizações contemporâneas que visam alcançar vantagens competitivas, como apontado por Maximiano (2000). Nesse sentido, de acordo com McGregor (1992, p. 191), [...] "a principal finalidade da instrução formal para o gerente é aumentar a sua capacidade e ajudar os seus subordinados a aprenderem da experiência. " Isto compreende dar-lhe a possibilidade de aprender como criar um ambiente propício ao seu crescimento.

A aquisição do conhecimento intelectual, segundo McGregor, é um processo simples e direto, desde que o indivíduo deseje o novo conhecimento; caso contrário existirão muitas dificuldades para fazê-lo aprender. Para aquisição de conhecimento ou informação, é importante que haja da parte do aprendiz motivação, que pode ser intrínseca ou extrínseca.

Dessa forma, McGregor (1992, p. 194) afirma que "a educação eficaz, é sempre um processo de influência por integração e autocontrole. " Segundo esse autor, existem vários tipos de aprendizagem, como a aquisição de conhecimento intelectual, a aquisição de habilidades manuais, a aquisição de habilidades em solução de problemas, a aquisição de habilidades de interação social, entre outras. Para tanto, são necessárias técnicas e métodos distintos para atingir o aprendizado efetivo, pois devem variar conforme o tipo de aprendizado desejado. Nesse sentido, destacam-se as habilidades técnica, humana e conceitual.

Uma boa gestão é crucial para o sucesso e prosperidade dos negócios de uma organização, incluindo ai a gestão financeira. Segundo Sanvicente, Apud Archer e D'Ambrosio (2008, p.21)

> A função financeira compreende os esforços dispendidos objetivando a formulação de um esquema que seja adequado à maximização dos retornos dos proprietários das ações ordinárias da empresa, ao mesmo tempo em que

> possa propiciar a manutenção de um certo grau de liquidez". (SANVICENTE, 2008, p. 21).

Habilidade Técnica

A habilidade técnica relaciona-se à atividade específica do gestor. Consiste em utilizar conhecimentos, métodos, técnicas, tecnologia e equipamentos necessários para a realização de suas tarefas específicas, através de sua instrução. As habilidades técnicas representam o conhecimento específico de um cargo normalmente associado à área funcional de sua especialidade, de acordo com Katz (1955).

Na área funcional encontram-se os gestores de nível de supervisão ou de nível técnico. O nível técnico, também denominado de nível operacional, é onde as tarefas são executadas, os programas são desenvolvidos, as técnicas são aplicadas, onde é dada especial atenção à execução das operações de tarefas, voltadas ao curto prazo, em que se seguem os programas e rotinas desenvolvidas no nível gerencial, ou tático.

Boog (1991) explica a utilização da habilidade técnica em três áreas: produção (conhecimento de métodos, processos, matérias-primas, equipamentos, etc.), contabilidade (demonstrativos contábeis, legislação tributária, lançamentos, etc.) e recursos humanos (técnicas de entrevista, metodologia de treinamento, estatística para cargos e salários, legislação trabalhista etc.). Segundo Boog, ao afirmar-se que determinada pessoa *é do* ramo, significa que a mesma domina adequadamente as habilidades técnicas do setor em que atua.

Habilidade Humana

De acordo com Katz (1955), essa habilidade consiste na capacidade e discernimento para trabalhar com pessoas, compreender suas atitudes e motivações, e aplicar uma liderança eficaz. As habilidades humanas representam a habilidade que o administrador deveter no trato com pessoas. Se ele deve atingir resultados através das pessoas, é preciso que estas pessoas sejam lideradas, motivadas, recebam as comunicações necessárias ao seu trabalho, ora sendo valorizadas como indivíduos, ora sabendo trabalhar como uma equipe coesa.

O desempenho dos funcionários em parte é responsabilidade do gestor, o qual irá alocar estes talentos estrategicamente dentro da empresa de forma que ele possa extrair deste colaborador as habilidades necessárias para a efetivação dos objetivos organizacionais.

Esta habilidade é responsável em grande parte pelo sucesso do nível gerencial ou

administração de nível intermediário, situado entre os níveis institucional e técnico, cuidando do relacionamento e da integração desses dois níveis. Uma vez tomadas as decisões no nível institucional, o nível gerencial é o responsável pela sua transformação em planos e em programas para que o nível técnico os execute. O nível gerencial trata do detalhamento dos problemas, da captação dos recursos necessários, alocando-os dentro das diversas partes da organização, e da distribuição e colocação dos produtos e serviços da organização.

Segundo Boog (1991), no início de uma carreira gerencial, estas habilidades tendem a ser basicamente intra-grupais, ou seja, se concentram na relação do gerente com seu grupo de subordinados. Ë a habilidade humana que se exemplifica numa filial de vendas, onde o supervisor local se relaciona com a equipe de vendedores sob seu comando. Já quando o gerente se aproxima do topo hierárquico, suas habilidades humanas precisam se deslocar para seu superior e seus colegas de mesmo nível, ou seja, são habilidades inter-grupais. É a habilidade de relacionar a missão de uma gerência geral com outras e dar um sentido de unidade de ação nas operações organizacionais.

Os recursos humanos, as pessoas são muito importantes para a organização. LACOMBE (2005) enfatiza que:

> Selecionar, formar, integrar e aperfeiçoar um grupo de pessoas para trabalhar numa empresa como uma verdadeira equipe, com objetivos definidos, fazendo com que cada membro conheça seu papel, coopere com os demais e "vista a camisa" para produzir resultados é a responsabilidade mais importante dos administradores. As organizações já se deram conta da importância das pessoas e da forma como são administradas, diferentemente do que ocorria no passado, quando o foco recaía apenas na tecnologia do produto ou do processo, nos mercados protegidos ou regulamentados, no acesso a recursos financeiros e economias de escala. (LABOMBE, 2005, p. 14).

Habilidade Conceitual

Segundo Katz (1955) e Maximiniano (2000), a habilidade conceitual consiste na habilidade para compreender as complexidades da organização total e não apenas de acordo com os objetivos e necessidades de seu grupo imediato. Trata-se da necessidade do administrador de ter uma visão do todo. É a habilidade de olhar além das fronteiras de seu setor, departamento ou empresa, saber como a organização se relaciona com o meio ambiente e entender suas relações.

Para Maximiano (2000), essa habilidade envolve a criatividade, planejamento, raciocínio abstrato e entendimento do contexto, ou seja, é a capacidade de se pensar analiticamente, resolver problemas etc.

Esta habilidade é em grande parte responsável pelo sucesso da alta direção ou nível institucional, também conhecido por nível estratégico (nível mais alto da empresa) composto pelos dirigentes e/ou de altos funcionários, responsáveis pela definição dos principais objetivos e das estratégias da organização. A habilidade conceitual lida com os assuntos relacionados com o longo prazo e com a totalidade da organização. É o nível que se relaciona com o ambiente externo da organização.

O administrador deve pensar globalmente (ver o mundo) e agir localmente (atuar na empresa), se manter informado e anteceder os fatos que ocorrem fora da sua empresa, pois é lá que as determinantes irão ditar a ações intraorganizacionais. Somente assim o administrador pode conduzir sua empresa a uma situação melhor.

A responsabilidade da administração em nossa sociedade, segundo Drucker (1998), "é decisiva não só para a própria empresa, mas também para o prestígio, sucesso e posição do administrador, para o futuro do sistema econômico e social, e para a sobrevivência da empresa como uma instituição autônoma".

Na verdade, o papel do administrador desse novo milénio vai além de uma simples supervisão de recursos e efetivação de tarefas, pois com as mudanças de contexto global, muda-se o jogo, as regras e possivelmente as estratégias. Essa será a única certeza que o gestor irá ter, sendo assim a adaptabilidade será o grande diferencial deste profissional.

Percebe-se que administrar uma empresa é conduzi-la por caminhos cheios de obstáculos e perigos a cada instante. O diferencial entre uma e outra empresa está na forma de como o administrador utiliza as funções e as ferramentas administrativas a seu favor.

Segundo pesquisa feita pelo SEBRAE (2016) há no Brasil uma taxa muito grande de mortalidade das empresas que encerram suas atividades precocemente, principalmente micro e pequenas empresas que geram mais de 70% dos empregos formais no País e contribuem com cerca de 27% do PIB brasileiro. A pesquisa realizada no ano de 2016 em todo o Brasil é a mais atualizada. Foi feita a partir do análise de empresas constituídas em 2012 e com dois anos de vida, ou seja, encerraram suas atividades em 2014. Observa-se nesta pesquisa que do total de empresas abertas em 2012, 76,6% ainda estavam em funcionamento em 2014 e 23,4% fecharam as portas. Comparado com o ano de 2009, houve uma redução, já que naquele ano a taxa de mortalidade das empresas foi de 44%.

Ainda de acordo com o SEBRAE (2016), as empresas de pequeno, médio e grande porte tiveram uma taxa de mortalidade bem inferior em relação às microempresas. Uma possível explicação para isso pode ser que, as empresas maiores possuam uma estrutura mais organizada e maior capital, ou seja, já adquiriram suficiente "musculatura". Estas tendem a ter maior chance de sobrevivência.

Najberg (2000) observa que as taxas de sobrevivência tendem a ser maiores para as empresas de maior porte, em função do acesso mais facilitado ao capital humano e financeiro, além dos expressivos investimentos que servem de "colchão" para eventuais choques. Percebe-se que as organizações maiores tendem a aplicar seu retorno financeiro em outros investimentos, no entanto em momentos de crise esses investimentos servem como suporte para sua sustentabilidade no mercado.

Tabela 1 – Classificação das empresas quanto ao número de funcionários

Porte	Comércio e Serviços	Indústrias
Microempresa -ME	Até 9 empregados	Até 19 empregados
Empresa de médio porte	De 10 a 49 empregados	De 20 a 99 empregados
Grandes empresas	De 100 ou mais empregados	500 ou mais empregados

Fonte: Sebrae Nacional /Dieese Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2013, p.17

Tabela 2 – Critérios de classificação das empresas quanto à Receita Bruta

Porte da empresa	Receita Bruta Anual
Micro empreendedor -MEI	Até R$ 60.000,00
Microempresa -ME	Até R$ 360.000,00
Empresa de pequeno porte - EPP	De R$ 360.000,01 a R$ 3.600.000,00

Fonte: Sebrae Nacional, 2016

Observa-se nas tabelas 1 e 2 acima que o Sebrae Nacional classifica o tamanho das empresas pelo número de funcionários e também pelo faturamento. A grande maioria das empresas brasileiras são micro e pequenas empresas. Estas empresas geralmente pagam menos impostos do que as médias e grandes empresas, pois estas se inscrevem no SIMPLES Nacional e podem optar pelo sistema de lucro presumido ou lucro real. Tem também um tratamento diferenciado com o advento da Lei n° 123 de 14 de dezembro de 2006 - Lei Geral

das Micro e Pequenas Empresas, como por exemplo a prioridade na participação de processos licitatórios. É neste grupo de empresas que ocorrem o maior número de falências nos primeiros anos de vida.

Tabela 3 – Causas determinantes que levam uma empresa a encerrar as atividades nos 02 (dois) primeiros anos de existência.

Falta de capital de giro	45%
Falta de planejamento	30%
Falta de conhecimento de como gerir bem o negócio/Falta de experiência dos diretores	15%
Concorrência	5%
Outros	5%
Total	100%

Fonte: Pesquisa do autor, 2017, baseada em informações colhidas no SEBRAE NACIONAL.e Confederação Nacional do Comercio.

Observa na tabela 3 que os três principais fatores determinantes que contribuem diretamente para o encerramento das atividades das micro e pequenas empresas nos primeiros anos de vida são pela ordem: falta de capital de giro (45%), falta de planejamento (30%) e falta de conhecimento de como gerir bem o negócio/falta de experiência de seus proprietários ou gestores (15%). Isto vem corroborar com o tema objeto desta pesquisa, pois o administrador exerce um papel fundamental na gestão dos negócios sejam de micro, pequenas, médias e também grandes empresas, notadamente nas micro e pequenas empresas devido suas particularidades, cujo papel minimiza de uma forma muito eficiente estas causas determinantes responsáveis pelo fracasso de muitos negócios.

O que gera a falta de capital de giro é evidentemente a falta de recursos, e também a falta um bom planejamento e uma boa gestão financeira, assim como a falta de conhecimento de como gerir o negócio e a falta de experiência de quem está a frente da empresa o que resulta naturalmente em prejuízos para o empreendimento.

Em uma empresa é muito importante gerir bem o capital de giro, pois sem o capital de giro a empresa não funciona adequadamente no dia a dia dos negócios.

O SEBRAE NACIONAL (2016), define o que é capital de giro:

> Capital de giro significa capital de trabalho, ou seja, o capital necessário para financiar a continuidade das operações da empresa, como recursos para financiamento aos clientes (nas vendas a prazo), recursos para manter estoque e recursos para pagamento aos fornecedores (compras de matéria-prima ou mercadorias de refenda), pagamento de impostos, salários e demais custos e despesas operacionais (SEBRAE NACIONAL, 2016, p.7).

Para que uma empresa se torne competitiva no mercado, verifica-se que uma importante condição para sua manutenção no mercado, está ligada à clara definição de seus objetivos e ao traçado antecipado dos possíveis caminhos a serem seguidos para atingi-los.

Segundo Drucker (1997):

> Quando a empresa traça objetivos e metas, e busca alcançá-los, ela tem claramente definido do porque ela existe, o que e como faz, e onde quer chegar. Daí a importância do Planejamento para se atingir os resultados definidos (DRUCKER, 1997, p. 47)

Muitos acreditam que a prática do planejamento, só é necessário em empresas de grande porte, mas ao contrário do que se pensa, planejar é estabelecer metas organizacionais, é visualizar o futuro agora, muito relevante, não só em grandes empresas como também em toda e qualquer organização, seja ela de pequeno, médio, ou grande porte, pois, dificilmente uma organização permanecerá competitiva no mercado se não houver planejamento.

Kotler (2000() ainda complementa que:

> O segredo das empresas bem-sucedidas no mercado se deve ao fato de praticarem frequentemente a arte do planejamento estratégico, pois é uma ferramenta que possibilita ao gestor das organizações a ter uma visão clara do que acontece no ambiente interno e externo do negócio. (KOTLER,2000, p.67)

Neste sentido a presença de um Administrador a frente das empresas é extremamente relevante, pois estes profissionais são preparados e capacitados para administrar as organizações em situações adversas com uma visão estratégica do empreendimento, evitando surpresas desagradáveis que podem levar as empresas a fechar suas portas muitas vezes de uma forma precoce.

O Administrador precisa focar no futuro de uma forma estratégica. Costa (2007) fala que:

> Este processo consiste, exatamente, em um exercício de se transportar mentalmente para um futuro desejável, considerado possível, e a partir de lá olhar para trás, para o hoje, e perguntar o que deve ser feito no presente para que o idealizado no futuro se concretize (COSTA, 2007, p.13).

O planejamento é uma ferramenta gerencial primordial para as organizações contemporâneas, pois, planejar em uma organização consiste no estudo e na escolha de

alternativas para se alcançar um objetivo de forma eficiente e eficaz, a partir da situação atual da organização. Portanto, o processo administrativo deve iniciar-se pelo planejamento, delimitando os objetivos e implantando políticas organizacionais para o seu alcance, num processo sucessivo e ininterrupto, com o monitoramento e avaliação dos mesmos. O planejamento é a primeira das funções administrativas e é a que determina antecipadamente quais são os objetivos a serem atingidos e como alcança-los.

Dentro das organizações o processo de planejamento é tão importante quanto o processo produtivo, pois é ele quem encoraja os seus membros a pensar sobre o que aconteceu sobre o que está acontecendo e o que acontecerá.

Nesta perspectiva, Lacombe (2009, p. 28) afirma que:

> Planejamento é a determinação da direção a ser seguida para se alcançar um resultado desejado. É a determinação consciente de cursos de ação e engloba decisões com base em objetivos, em fatos e estimativa do que ocorreria em cada alternativa disponível. (LACOMBE,2009, p.28).

Aliando o Planejamento como uma direção a ser seguida, objetivando alcançar o resultado desejado, Lacombe (2009, p. 70) considera que "o planejamento é um poderoso instrumento de intervenção na realidade e que, se bem utilizado, constitui ferramenta fundamental para o desenvolvimento das organizações". E esclarece que em muitos casos é necessário um plano contingente, às vezes, chamado de plano B, isto é, um segundo plano para ser usado no caso do plano principal ter que ser trocado em função de mudanças nas variáveis dos ambientes externo ou interno.

Oliveira (2006) ainda define o planejamento como:

> [...] o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos empresariais que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz [...]. (OLIVEIRA ,2006, p.34)

O planejamento é um processo continuo e dinâmico que consiste em um conjunto de ações coordenadas, integradas e orientadas para tornar realidade um objetivo futuro. O bom planejamento ajuda a empresa a antecipar as mudanças, a uma melhor coordenação de seus esforços e a se preparar de forma eficaz para os eventos inesperados.

Para Frezatti (2009, p. 14),

> Planejar é quase uma necessidade intrínseca, como é alimentar-se para o ser humano. Não se alimentar significa enfraquecimento e o mesmo ocorre com a organização, caso o planejamento não afete o seu dia a dia dentro do seu horizonte mais de longo prazo. (FREZATTI,2009, p. 14)

No momento da abertura de um negócio, assim como na expansão de qualquer empreendimento o Plano de Negócio é um importante instrumento de planejamento que geralmente contribui para a geração de bons resultados para todas as empresas.

Cavalcanti (2001, p.75) assinala que na Era do Conhecimento:

> Ter um plano não é suficiente, é preciso ter um plano com estratégia e que gere pressão constante nas organizações para que as pessoas pensem até coletivamente, em grupo, dentro da organização e que em verdade, desenvolvam a capacidade de pensamento dentro das organizações, aprendendo e passando a viver pensando por si e no lugar do outro. (CAVALCANTE,2001, p.75).

Portanto, o planejamento é à base de todo trabalho da empresa, um fator determinante para o sucesso de qualquer empreendimento, pois a era do conhecimento trouxe para as organizações a globalização, a tecnologia, a competitividade e a diversificação, ou seja, trouxe mudanças constantes e significativas. Para que o planejamento realmente tenha resultados satisfatórios alguns fatores são essenciais, como a análise de cenários, análise da cultura organizacional, análise de ambientes e controle.

Procuramos dar mais ênfase falando um pouco mais sobre o planejamento, pois entende-se que a falta do planejamento nas organizações é um fator muito forte que levam muitas empresas a não ter o sucesso e prosperidade desejado. Além de instrumentos como o Plano de Negócio, o orçamento empresarial também é uma peça importante, que se bem elaborado, executado, acompanhado e avaliado produz um resultado bastante eficiente e eficaz para qualquer tipo de empresa, independente do seu porte.

Da mesma forma que é importante ter o capital de giro, a prática do planejamento conforme já mencionado na tabela 3 como sendo fatores determinantes para a falência das empresas quando falta o capital e giro e quando falta o planejamento. Na tabela 3 também é apontado como problema, a falta de conhecimento do negócio/falta de experiência por parte dos proprietários, diretores, gerentes ou daqueles que estão a frente do negócio.

Neste contexto, a presença do Administrador, de um profissional capacitado e experiente pode proporcionar resultados extraordinários para as empresas, tornando as empresas mais competitivas, mais protegidas da concorrência e com mais perspectivas de

crescimento no mercado, tornando os negócios mais sustentáveis e consequentemente menos vulneráveis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações, sejam elas privadas, públicas ou do terceiro setor geram riquezas e empregos no País, cada uma delas com seu foco, contribuem diretamente para a formação do Produto Interno Bruto brasileiro. São empresas ligadas ao comércio, a indústria, aos serviços, ao agronegócio, empresas públicas, empresas de economia mista, autarquias, fundações, órgãos do governo, sindicatos, cooperativas, igrejas entre outras.

Para realização deste trabalho, foi estabelecido a questão geradora do presente estudo: Qual é o papel do administrador na gestão dos negócios e quais são os ganhos de uma empresa tendo na sua gestão um administrador?

Todas estas organizações necessitam muito da presença do Administrador ou Gestor a frente dos seus negócios, preferencialmente um profissional habilitado e graduado. Este artigo procurou apresentar para aquelas pessoas que estão a frente dos negócios e empreendimentos, nos diversos setores e departamentos das organizações, nas áreas de direção e gerência, assim como para profissionais de administração, professores, acadêmicos, para a sociedade e para nossos leitores de um modo geral que o Administrador, o profissional de Administração com sua experiência e especialização tem um papel relevante no sucesso e prosperidade dos negócios, contribuindo diretamente para o fortalecimento e crescimento das empresas e empreendimentos, gerando ganhos para os sócios, acionistas, colaboradores, fornecedores, credores, clientes entre outros.

Podemos definir e descrever estes ganhos como: maximização do faturamento e do capital de giro, minimização de despesas, custos, inadimplência e endividamento, aumento do lucro e ativos financeiros para sócios e acionistas, manutenção dos empregos, expansão dos negócios com aumento dos investimentos, fortalecimento e melhor posicionamento do negócio em relação aos concorrentes, geração de mais empregos e oportunidade de crescimento profissional dentro da empresa, melhor qualidade no atendimento, inovação e visão estratégica do negócio, diminuição do número de falências das empresas nos primeiros anos de funcionamento, entre outros.

Os resultados obtidos neste estudo nos mostra que as organizações, principalmente as

micro e pequenas empresas tem muitos prejuízos e encerram suas atividades precocemente antes de completar dois anos de funcionamento cujos fatores determinantes são: falta de capital de giro, falta de planejamento, falta de conhecimento/experiência do negócio, concorrência e consequentemente o endividamento em virtude dos valores das despesas e custos serem muito superiores aos valores da receita, o que poderia ser evitado com a presença e o trabalho do Administrador.

É possível dizer e apontar além do que já mencionamos anteriormente, que a grande maioria das empresas brasileiras não atingem os resultados desejados por falta de boas técnicas e práticas de gestão, entre as quais, a falta de conhecimento do negócio e prática do planejamento, aliado a uma visão estratégica do negócio.

Este trabalho não está pronto e acabado. Pode ser aprimorado com novas idéias, novas pesquisas e estudos. Como sugestão para melhorar a gestão das empresas, principalmente micro e pequenas empresas, se torna relevante que órgãos como o SEBRAE, Associações Empresariais e Sindicatos que representam o comércio, serviços, indústrias, agronegócio entre outros, as Prefeituras através de seus órgãos de planejamento e desenvolvimento, instituições financeiras de fomento como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômica e Social, demais instituições financeiras públicas e privadas, Instituições de Ensino Superior entre outros, invistam mais recursos em palestras, encontros, cursos, treinamentos, capacitação etc., objetivando preparar e qualificar melhor nossos empresários, empreendedores, diretores, gerentes e gestores de uma forma geral dos mais diversos seguimentos, para culminar com maiores e melhores resultados para todo e qualquer tipo de organização.

Mesmo sabendo que o número de falências de empresas vem caindo nos últimos 5 anos, nossos empresários e empreendedores precisam ser mais bem preparados e treinados para gerenciar seus empreendimentos, assim como ser mais bem assessorados e orientados antes da abertura do negócio com os serviços prestados por empresas de consultorias, SEBRAE, Agências de Desenvolvimento, Associações Comerciais e Empresariais entre outros e também no dia a dia dos seus empreendimentos. Não menos importante, observa-se também que os empreendedores devem buscar a cada dia mais conhecimento, daí a importância de se ter a frente das empresas Administradores formados, capacitados e experientes.

Portanto, conclui-se que o Administrador exerce um papel fundamental e determinante na gestão, sucesso e prosperidade dos negócios em qualquer tipo de organizações, sejam elas

públicas, privadas ou do terceiro setor.

REFERÊNCIAS

ARCHER, S.H.; e D'AMBROSIO, C. A**. Administração Financeira**. São Paulo, Editora Atlas e Editora da Universidade de São Paulo, 1969

BOOG, G. G**. O desafio da competência**. São Paulo: Best Seller, 1991.

CASTRO, A. **A. Revisão sistemática e meta-análise**. Compacta: temas de cardiologia, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 5-9, 2001.

CAVALCANTI, M. *et al***. Gestão Estratégica de Negócios: evolução, cenário, diagnóstico e ação.** São Paulo: Pioneira, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração.** 7 ed. rev.e atul. Rio de Janeiro. Elsevier, 2003

COSTA, Eliezer Arantes. **Gestão Estratégica. Da empresa que temos para a empresa que queremos**. São Paulo: Saraiva, 2007

CROSSETTI, M. G. O. Revisão integrativa de pesquisa na enfermagem: o rigor científico que lhe é exigido**. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre**, v.33, n.2, jun/2012. Disponível em: . Acesso em: 18 jan.2018

DESLANDES, S.F., Gomes, R., & Minayo, M.C. de S.(Org**). Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo na prática.** 14 ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2007.

DRUCKER, Peter**. Fator Humano e Desempenho**. São Paulo: Pioneira, 1997

FREZATTI, Fabio**. Orçamento empresarial**: planejamento e controle gerencial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009

GIL, A.C**. Como elaborar projetos de pesquisa** .4a. ed São Paulo: Atlas, 2002

GONÇALVES, Elisa **Pereiras. Iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas-SP. Alínea Editora, 2001

KATZ, R. L. "Skills of an effective administrador." ***Harvard Business Review***, jan.fev. 1955, pp. 33-42;

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: a edição do novo milênio.** Trad. Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LACOMBE, Francisco. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Recursos humanos: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2005

LEI N° 4769 de 09 de setembro de 1965. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br. Recuperado em 04 de novembro 2017.

LEI N° 123 de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: www.planalto.gov.br. Recuperado em 12 de novembro de 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____ .Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000

McGREGOR, D. **O lado humano da empresa**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

NAJBERG, Sheila. **O ciclo de vida das firmas e seu impacto no emprego:** o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2010

OLIVEIRA, D.P.R. de**. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas.** 22. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Administração Financeira**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008

SEBRAE NACIONAL. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Capital de Gigo: O que é e como funciona o capital de giro. Disponível em https://www.sebrae.com.br/PortalSebrae/artigos/o-que-e-e-como-funciona-o-capital-de-giro,a4c8e8da69133410VgnVCM1000003b7401aRCRD . Recuperado em 06 de novembro de 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas 2000

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

GESTÃO DE PESSOAS E TALENTOS: uma organização analisada em João Pinheiro 2004 a 2017

Raiane Batista Alves Santos*
Bráulio Emílio Maciel Faria**

Resumo: O motivo principal desta pesquisa é demonstrar que a gestão de pessoas pode tornar uma ferramenta na retenção de talentos na empresa. A empresa pesquisada foi uma instituição de ensino localizada na Cidade de João Pinheiro-MG, e teve como o marco temporal o ano de 2004 a 2017. Os objetivos da pesquisa foram analisar se os gestores consideram os colaboradores como talentos, identificar como a empresa retém os talentos dentro da organização pesquisada; investigar qual a maior dificuldade que os gestores enfrentam ao identificar talentos; pesquisar o motivo pelo qual os profissionais demitem-se a empresa. O estudo foi realizado por meio de pesquisa qualitativa, sendo utilizado o instrumento de entrevistas com os três gestores que fazem a gestão da instituição. Estas foram planejadas com o roteiro previamente elaborado, levando em considerações os objetivos e os problemas de estudo. Dentre os resultados obtidos, percebe-se que os talentos são fundamentais é que faz a diferença na empresa. Com os conhecimentos dos entrevistados, os resultados foram comprovados com as hipóteses dos problemas. Na visão dos gestores, todos são talentos, cada um consegue desenvolver algum tipo de atividade que contribui para o sucesso da instituição. À medida que as diversas ações acontecem no dia a dia, é observado o talento individual de cada colaborador, assim a empresa consegue manter o capital intelectual ativo. Tão importante quanto identificar talentos, é investir em especialização, desenvolvimento e acompanhamento. Foi identificado que a organização possui vantagens para retê-los.

Palavras-Chave: Instituição. Capital Humano. Talentos.

Abstract: The main reason for this research is to demonstrate that people management can become a tool in retaining talent in the company. The research company was a teaching institution located in the city of João Pinheiro-MG, and had as the time frame the year 2004 to 2017. The objectives of the research were to analyze if the managers consider the employees as talents, to identify how the company retains the talents within the research organization; investigate the greatest difficulty that managers face in identifying talents; investigate the reason why professionals dismiss the company. The study was carried out through a qualitative research, using the instrument of interviews with the three managers who manage the institution. These were planned with the script previously elaborated, taking into account

*Bacharel em Administração pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP).

E-mail: raianebjpi@hotmail.com

**Especialista em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos pela Associação Educacional de Patos de Minas (2016), Graduação em Administração pela Associação Educacional de João Pinheiro (2012). Atualmente é Coordenador de Recursos Humanos e Professor de Ensino Superior da Faculdade Patos de Minas, Professor de ensino Superior da Associação Educacional de João pinheiro e Coordenador de Recursos Humanos. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração.
E-mail: braulioemilio@gmail.com

the objectives and the problems of study. Among the results obtained, it is perceived that the talents are fundamental is what makes the difference in the company. With the knowledge of the interviewees, the results were proven with the hypotheses of the problems. In the view of the managers, all are talents, each one is able to develop some type of activity that contributes to the success of the institution. As the various actions take place on a day-to-day basis, the individual talent of each employee is observed, so that the company is able to keep intellectual capital active. As important as identifying talent is investing in specialization, development and follow-up. It has been identified that the organization has advantages to retain them.

Keywords: Institution. Human capital. Talents.

INTRODUÇÃO

Diante da grande competitividade no mercado empresarial, empresas, instituições de ensino e indústrias buscam diferentes estratégias para sobressaírem-se. Uma dessas estratégias é a gestão de pessoas de talentos, no entanto, segundo Junior (2010), estudos apontam que o modelo de gestão de pessoas não é algo novo, contudo sobressaiu-se mais no século XXI. (NISGOSKI, 2012, p.11) aponta que "A partir da década de 90, com as profundas mudanças no cenário nacional e Internacional como a globalização, surgiu à necessidade de buscar novos paradigmas de gestão". Em busca de sucesso para permanecerem no páreo mercadológico, as empresas buscam por melhoria na qualidade de vida no trabalho, melhorar o clima organizacional entre os colaboradores, minimizar o índice de absenteísmo, doenças ocupacionais, estresse, acidente de trabalho, rotatividade de pessoal, entre outros.

Dentro dessa perspectiva, viu-se como contribuinte investigar a gestão de pessoas e talentos em uma instituição de ensino na Cidade de João Pinheiro entre os anos de 2004 a 2017. O marco temporal escolhido deu-se por ser o período em que a instituição começou a ter um setor específico de Gestão de Pessoas e por este perdurar até a presente data e ainda por considerar ser a gestão pessoas e talentos um tema rico e fundamental para o sucesso empresarial.

A instituição pesquisada está localizada na Cidade de João Pinheiro, cujo município tem a maior extensão territorial de Minas Gerais, região sudeste do Brasil, possuindo um número de 10.727,471 (km²) com aproximadamente, segundo (IBGE, 2016), 48.472 mil habitantes.

Depois da escolha da instituição para ser o campo de pesquisa, surgiram diversas inquietações, as quais são aqui colocadas nos seguintes questionamentos: Será que todos os

colaboradores são talentos? Como a instituição analisada retém os seus talentos? Existem dificuldades dos gestores ao identificar esses talentos na instituição analisada? Na visão dos gestores, quais são as razões que levam seus profissionais demitirem-se da instituição?

O presente estudo teve como objetivo geral analisar se os gestores consideram os colaboradores como talentos. Os objetivos específicos foram: identificar como a empresa retém os talentos dentro da organização pesquisada; investigar qual a maior dificuldade que os gestores enfrentam ao identificar os talentos; pesquisar o motivo pelo qual os profissionais demitem-se da empresa.

A relevância acadêmica consiste na produção de novas ideias e conhecimentos que podem contribuir para pesquisas futuras da comunidade acadêmica. A pesquisa tem grande relevância social, pois tem informações detalhadas sobre gestão de pessoas e talentos, assim como é contribuinte para gestores da análise, e ainda como motivação para outros órgãos empresariais atuarem com gestão de pessoas e talentos.

O estudo partiu da hipótese de que todos os colaboradores que trabalham na instituição são considerados talentos, porém alguns são mais interessados que os outros, pois depende da visão do indivíduo o esforço, aperfeiçoamento, interesse no aprendizado, relacionamento e atualização de cada pessoa. A instituição retém seus talentos da seguinte forma: através de oportunidade, reconhecimento, crescimento profissional, participação e ideias, renumeração de forma justa, de acordo com o mercado, qualificação, treinamento, capacitação, motivação e a obtenção da sinergia entre a equipe de trabalho. As pessoas mais talentosas se destacam das demais, são pessoas que possuem conhecimentos, habilidades e competências.

Acredita-se que a instituição pesquisada encontra dificuldades ao identificar e reter os talentos, pois o mercado de trabalho está cada vez desafiador. Busca por talentos e esses são profissionais de referência que depois de selecionados e recrutados são treinados e desenvolvidos para obter o resultado desejado da organização.

A pesquisa de campo foi realizada através de entrevistas com três gestores que trabalham na instituição, as quais foram planejadas com o roteiro elaborado previamente, levando em considerações os objetivos e os problemas do estudo. Para a realização das mesmas, foi feito o agendamento prévio. As entrevistas foram elaboradas previamente, gravadas, posteriormente transcritas e analisadas a luz de teorias.

Para a realização deste estudo, buscou-se o método qualitativo.

Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo

> real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (MORESI, 2003, p.8-9).

A qualidade nos processos é de grande importância, não basta se preocupar apenas com os resultados ou produto, pois a pesquisadora tem o interesse de verificar as ações que se manifesta nas atividades e nos procedimentos.

HISTÓRICO DO SURGIMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

A partir da década de 90, gestão de pessoas e nome que vem sendo apresentado nas organizações. Os fundamentos dessa tendência estão no reconhecimento de que o capital intelectual constitui um importante fator para determinar o sucesso nos negócios. (GIL, 2016, p. 27) aponta que "O principal desafio com que se deparam os gestores neste início de século é o da transição da Gestão de Recursos Humanos para a Gestão de Pessoas, já que o exercício pleno dessas competências requer que se considerem pessoas, e não recursos". A gestão das organizações tem se preocupado com o capital humano, pois são as pessoas e o seu capital intelectual que fazem parte da vida da organização, é preferível que os empregados sejam tratados como parceiros ou colaboradores das empresas.

Segundo Gil (2016), a gestão de pessoas vem ganhando influência, já que muitas empresas anunciam a disposição para tratar seus empregados realmente como parceiros ou colaboradores, incentivando a participação nas decisões e utilizando ao máximo o talento das pessoas para a obtenção da sinergia necessária para seu desenvolvimento. (GIL, 2016, p.24) aponta que "A gestão de pessoas assumiu formas diferenciadas ao longo da história, já que as relações que as pessoas estabeleceram no processo de trabalho variaram significativamente em função das revoluções tecnológicas e sociais". No decorrer dos anos, percebe-se que surgiu a necessidade das organizações se adaptarem ao modelo de gestão.

De acordo com o autor Nisgoski (2012), a partir da década de 90, o colaborador passou a ser participativo observado e tratado de forma diferenciada, as organizações, passaram a valorizar aqueles que se destacam em busca de realização profissional e do

crescimento da empresa. As organizações passaram a desenvolver uma política de valorização do homem, assim o colaborador passa a ser tratado de forma diferenciada, com melhores condições de trabalho e a ser considerado parceiro nos negócios. Sendo assim, foi necessário quebrar os velhos paradigmas, para adaptar a esse novo conceito.

Gestão de Pessoas: um panorama mundial

A importância do fator humano na empresa veio proporcionar harmonia entre o capital e o trabalho assim definida pelos teóricos da Administração Científica. "O movimento de valorização das relações humanas no trabalho surgiu da constatação da necessidade de considerar a relevância dos fatores psicólogos e sociais na produtividade. " (GIL, 2012, p. 20). Os estudos desenvolvidos pelo psicólogo americano Elton Mayo (1890-1949), foi uma experiência pioneira no campo do comportamento humano no trabalho. Onde o índice de acidente e fadiga prevalecia na empresa. Essa relação humana constitui a integração de indivíduos numa situação de trabalho de modo que os colaboradores interajam uns com os outros, através de uma boa liderança, comunicação e motivação.

A gestão de pessoas tem o objetivo de proporcionar a organização a realizar sua missão, aumentar a satisfação das pessoas no trabalho, o relacionamento interpessoal, incentivar a mudanças, reter as políticas éticas da empresa entre outras. (MARRAS, 2000, p.37) aponta que "Como características têm-se o aumento da pressão da competitividade e da globalização, e a consequente preocupação em relação a temáticas como o desenvolvimento de competências, a formação do capital humano etc." Para isso, é preciso que todos os líderes e colaboradores estejam engajados com o mesmo propósito, para que os resultados atendam as expectativas da organização.

A contribuição de Henry Ford (1863-1947), pioneiro da indústria automobilística americana. Ford afirmava que, para diminuir os custos da produção o trabalho deveria ser altamente especializado em grande quantidade, assim, sendo realizado cada operário uma única tarefa. (GIL, 2016, p.18) aponta que "Ford, propunha boa remuneração e jornada de trabalho menor para aumentar a produtividade dos operários". A principal ideia é que os operários trabalhem em menos tempo, aumente a produtividade, reduza os desperdícios e custos para gerar lucros para a empresa.

Com os estudos de Munsterberg, as organizações têm se preocupado com o

comportamento humano e o bem-estar dos colaboradores, principalmente, com avaliação psicológica e técnica, a qual influência diretamente nas empresas. "Nas primeiras décadas do século XX, passou muitas contribuições relacionadas á Administração de Pessoal, deve-se ao surgimento da Psicologia Industrial, graças aos trabalhos de Hugo Munsterberg (1913) " (GIL, 2016, p.19). Munsterberg foi pioneiro ao realizar trabalhos de consultoria no campo de comportamento humano, aplicou os primeiros testes de seleção de pessoal, que vem sendo realizado nas organizações nos dias de hoje.

A relação trabalhista é um meio que a organização passa caracterizar a valorização e a retenção de colaboradores contribuindo com o crescimento e desenvolvimento da organização. "Nos Estados Unidos, sobretudo no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, verificou-se notável aumento do poder dos sindicatos de trabalhadores, essa situação determinou mudanças significativas na administração de pessoal das empresas. " (GIL, 2016, p.21). As empresas passaram a preocupar-se como o desenvolvimento de seus colaboradores, dando lhe melhores condições de trabalho e a concessão de benefícios.

Gestão de Pessoas no Brasil

A trajetória da gestão de pessoas no Brasil é remota, teve seu início no Século XX e vem deixando rastro realmente marcante na história de gestão.

> Toda organização possui, em sua estrutura orgânica, uma área especifica, cuja missão consiste em responsabilizar-se pela administração dos trabalhadores. Esse papel, inicialmente restrito às questões puramente contábeis, foi se expandindo, ao longo dos tempos, em concordância com as necessidades das empresas e também dos trabalhadores. (MARRAS, 2000, p.108).

Numa organização que não tem uma política de valorização do capital humano, provavelmente, não terá um plano de carreira eficiente, um sistema de avaliação, treinamento e sistemas de apoio para dar auxílio aos colaboradores. A Gestão de Pessoas veio para criar planos que atraem e retém pessoas na organização, além de motivá-los. Segundo Pontes (1988) são:

> Políticas de valorização do homem, plano de carreiras, salário justo, benefícios, avaliação de desempenho justa, treinamento e desenvolvimento, chefias treinadas, serviço social, medicina e segurança no trabalho, integração do homem X empresa e segurança no emprego. (PONTES, 1988, p. 21-23).

Quando há elaboração de um RH estratégico na empresa é mais fácil manter os

colaboradores empenhados e engajados com o mesmo objetivo da organização. É importante a empresa possui políticas de valorização, pois o custo para repor empregados é alto.

Segundo Toledo (2003), gestão de pessoas é uma atividade que envolve todas as pessoas que faz parte de uma equipe ou grupo organizado. Assim sendo, envolve a todos que trabalham em uma empresa.

O que é Gestão de Pessoas?

A Gestão de Pessoas abrange um leque de atividades é o modelo de Gestão de estratégica de pessoas, onde proporciona o desenvolvimento, além do aspecto técnico e o intelectual à experiência que ele vai trazer para a organização. "A área de Gestão de Pessoas é responsável por ações como recrutamento, seleção, treinamento, planos de cargos e salários, contratação, remuneração e questões trabalhistas. " (RIBEIRO, 2012, p.12). Ao desenvolver profissionais talentosos é preciso de estratégica para criar um ambiente de trabalho aberto a novas ideias e sugestões dos mesmos.

O gestor de pessoas é um líder responsável pelo acompanhamento e crescimento dos colaboradores na empresa, que sabem fazer bem as coisas e fazem as coisas essenciais que movem a organização. "A gestão de pessoas abrange amplo leque de atividades, como recrutamento de pessoal, descrição de cargos, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho etc." (GIL, 2012, p. 24). O sucesso das organizações depende de investimento nas pessoas, atrair, formar, integrar e reter colaboradores que possa trabalhar como verdadeira equipe.

As organizações passaram a valorizar os colaboradores que antes eram considerados como recursos. "A importância de Gestão de Pessoas veio para selecionar, formar, integrar e aperfeiçoar um grupo de pessoas para trabalhar numa empresa como uma verdadeira equipe." (LACOMBE, 2005, p.14). Gestão de Pessoas visa substituir Administração de Recursos Humanos, que é a mais comum entre todas as expressões utilizadas nos tempos atuais para designar os modos de lidar com as pessoas nas organizações.

O modelo de Gestão de Pessoas veio para substituir o departamento de RH, este considerado o elemento burocrático que serve para contratação, demissão e pagamentos de funcionários. (GIL, 2012, p.17) aponta que "O termo Administração de Recursos Humanos e muito restritivos. Gestão de Pessoas, procuram designar as pessoas que trabalham nas

organizações como cooperadores ou parceiros. ” O modelo de gestão de pessoas veio para agregar o indivíduo em treinar, desenvolver e motivar, pois as pessoas gostam de serem motivadas, reconhecidas e valorizadas.

O que são Talentos?

O verdadeiro talento é aquele profissional que nenhuma organização gostaria de perder, faz o diferencial mostra interesse pelo seu trabalho e pela a empresa, é capaz de lidar com todas as pessoas.

> Segundo o autor, define talento como uma pessoa que possui várias competências técnicas e intelectuais, é interessado pelo seu trabalho e pela empresa, tem ampla cultura geral, adapta-se rapidamente e é flexível, além de saber lidar com pessoas e ser carismática. (SOUZA, 2011, p.12 *Apud*. MICHELETTI, 2006).

Todos os profissionais que trabalham na empresa são talentos prontos ou a serem desenvolvidos, alguns têm ambição em crescer, outros preferem continuar fazendo a mesma função, o que se torna especifico é na questão de qualidade, para se reter talentos é preciso tê-los, o individuo precisa ter algum diferencial que a valorize e que a organização não o queira perder para outras empresas.

> Talento é o conjunto de habilidades de uma pessoa, seus dons, conhecimentos, experiência, inteligência, discernimento, atitudes, caráter e impulsos inatos, e que inclui sua capacidade de aprender e aquilo que diferencia o talento é a distancia de visão, o quanto ele enxerga mais longe. (PEDRINI, 2011, p. 22 *Apud*, SARSUR, 2003, p.2).

Para que esse talento preze a organização é preciso zelar pela qualidade de vida no trabalho, manter um ambiente agradável que satisfaçam as suas necessidades pessoais e profissionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente item teve como finalidade analisar as respostas obtidas na pesquisa de campo. Foi realizada as entrevistas feitas com as três pessoas que fazem a gestão da organização. A primeira pergunta feita foi: Como é a gestão de pessoas na instituição?

> *A coordenação acadêmica juntamente com o RH faz o processo seletivo e repassa para a direção, e todas as decisões tomadas em relação à Gestão elas são comunicadas ao CONSUAD que é responsável por qualquer decisão a ser tomada. (Entrevistado 1)*
>
> *A gestão de pessoas é feita de acordo com organograma da mesma, passa pelo Conselho de Administração, que é formado pelos seus diretores gerais responsáveis pelas áreas da empresa. È nesse momento que a direção determina o que será feito, de acordo com os objetivos e metas a serem atingidos. O departamento gerencia os horários, as metas, a remuneração, os afastamentos, os processos de novas contratações vindas de novos postos de trabalho entre outras. (Entrevistado 2)*
>
> *É feito através do CONSUAD que é o conselho Superior de administração, que são formados pelos diretores, onde são definidas as estratégias a serem atingidas e os objetivos. (Entrevistado 3)*

A empresa possui um setor RH estratégico, no qual tem-se a aplicação dos subsistemas: recrutamento e seleção, cargos e salários, qualidade de vida, plano de carreira, garantia de condição agradável que vise à satisfação dos colaboradores como afirma Takeda (2009, p.32):

> A gestão de talentos abrange as práticas de identificação (recrutamento e seleção) e as práticas de retenção de talentos, tais como: remuneração, qualidade de vida, desenvolvimento, planejamento de carreira e papel da liderança, aspectos que ganham cada vez mais importância na administração de RH. (TAKEDA, 2009, p.32).

Existe uma hierarquia estruturada na empresa**,** onde o CONSUAD (Conselho Superior de Administração) define as estratégias e planeja as metas. As decisões tomadas são passadas aos coordenadores para alcançar os objetivos estratégicos da instituição.

A segunda pergunta feita foi: Existem ações desenvolvidas para identificar talentos que contribuem com o sucesso da empresa?

> *As ações são feitas geralmente pelo RH através do contato direto com os colaboradores de maneira geral com o técnico e administrativo. (Entrevistado 1)*
>
> *Como o responsável do Departamento de RH tem um trabalho muito próximo aos colaboradores responsáveis, à avaliação para retenção dos talentos é feita continuamente, acompanhando de perto o trabalho do colaborador. (Entrevistado 2)*
>
> *As ações iniciam a partir da seleção de pessoas e quando o processo é bem feito através da entrevista da dinâmica de grupo conseguimos identificar certos perfis. E á partir do momento que eles estão contratados, as ações*

> *para identificar os talentos são feitas no sentido de observação; vemos como está o andamento do trabalho dessa pessoa, além do aspecto técnico, temos o aspecto intelectual à experiência que ele vai trazer para a organização. (Entrevistado 3)*

Geralmente essas ações são feitas através do RH por ser um departamento que acompanha de perto o trabalho do colaborador. Após passar pelo processo de seleção de pessoas e ser contratado, o responsável pelo RH procura adaptar o colaborador na função que tem habilidades individuais e conhecimentos para realizar as tarefas. A identificação de talentos é feita a partir do momento que a organização atrai o candidato para fazer parte do processo de seleção.

> Reter talentos é manter o seu capital intelectual, é a articulação entre pessoas e ações onde busca-se a eficiência e a eficácia no trabalho. E utilizar técnicas para despertar e valorizar a pessoa, minimizando o risco de saída para outra empresa. (PEDRINI, 2010, p.35)

À medida que as diversas ações acontecem no dia a dia, é observado o talento individual de cada colaborador, assim a empresa consegue manter o capital intelectual ativo. A empresa dá oportunidades, investe em treinamento e desenvolvimento do colaborador, assim realiza os objetivos estratégicos.

A terceira pergunta feita foi: A empresa considera os colaboradores como talentos?

> *Sim, cada colaborador tem habilidade e consegue desenvolver algum tipo de função, todos são, desde que no lugar certo e com a capacitação correta. (Entrevistado 1)*
>
> *Sim, tem pessoas que chegam à empresa e que se torna um talento se a empresa puder e quiser a manutenção do talento traz benefícios para a mesma. (Entrevistado 2)*
>
> *Sim, cada colaborador pode contribuir para a empresa de acordo com o seu conhecimento, justamente a soma de experiência e conhecimentos façam com que a empresa atinja seus objetivos. (Entrevistado 3)*

Se os colaboradores têm propósitos, competências, conhecimentos, desafios, capacitação, qualificação, participação, atitudes procura aprender e têm motivação para trabalhar, então tem grande valor para a empresa. (NIGOSKI, 2012, p.11). Diz: “A Gestão de Pessoas é caracterizada pela participação, capacitação, envolvimento e desenvolvimento do bem mais precioso de uma organização que é o Capital Humano”. Esta deve ser a característica de uma empresa, prezar pelo capital humano, pois ele gera riqueza ou

satisfações futuras.

De acordo com as respostas dos entrevistados os gestores consideram que colaboradores são talentos, que cabe à empresa atrair e reter os talentos para o desenvolvimento e a sustentabilidade da mesma.

Os colaboradores contribuem na prática com suas capacidades, visando a atingir melhores resultados, desenvolvem bem sua função desde que esteja no lugar certo, possuem habilidades, conhecimentos, experiências, talentos precisam ser mantidos e desenvolvidos, para que contribuam com o desenvolvimento da empresa.

A quarta pergunta foi: Existe dificuldade dos gestores ao identificar e reter talentos na empresa?

> *Na identificação nem tanto, temos uma percepção boa do funcionário, reter é mais complicado pela própria concorrência do mercado, precisamos de profissionais qualificados e que tem uma titulação adequada para a instituição. (Entrevistado 1)*
>
> *Não vejo dificuldades nessa área de atuação da empresa, a educação, talvez, por isso, por ser uma cidade que a cada dia possui esses profissionais para atuarem nesse mercado, e só não fica na equipe o colaborador que possui outros objetivos pessoais. (Entrevistado 2)*
>
> *A principal dificuldade é identificar a competência de um colaborador, quando começa a trabalhar na empresa conseguimos visualizar os aspectos técnicos e também o aspecto psicológico. Hoje vivemos na era da informação que está de fácil acesso para qualquer pessoa, eles tem a gama gigantesca de escolha, então a competição fica mais acirrada, é muito difícil você reter essas pessoas quando você tem diversos concorrentes. (Entrevistado 3)*

De acordo com as respostas dos entrevistados, a instituição precisa de profissionais qualificados, que têm uma titulação adequada para atender as expectativas e necessidades da empresa, não é difícil encontrá-los diante de tantas informações existentes, porém retê-los é complicado, pois muitos possuem outros objetivos e ainda por que hoje se tem muitos concorrentes.

> A retenção de talentos tornou-se uma dificuldade nas empresas, pois os mercados aquecidos novas empresa estão necessitando de pessoas com potencial, tornando assim, o profissional assediado e solicitado por outras empresas, por isso é recomendável observar seus talentos, porque eles serão os responsáveis pelo crescimento e o sucesso da empresa. (PEDRINI, 2010, p.10)

A retenção é uma tarefa difícil. Para se reter talentos, a empresa precisa valorizar as habilidades e competências do colaborador, investir em suas capacidades. Com o mercado aquecido, a competição fica mais acirrada, perder um profissional para o concorrente representa um risco, para evitar que um colaborador de talento se demita da empresa a gestão deve ser democrática, fazê-lo sentir como parte dela.

A quinta pergunta teve como finalidade identificar se os gestores tratam os talentos de maneira diferenciada?

> *Não, precisamos de todos os colaboradores cada um com o seu setor e sua função, todas essas pessoas são importantes na vida da empresa. (Entrevistado 1)*
>
> *Acredito que todos devem ter o mesmo tratamento, até porque todos fazem parte de um processo para se chegar a um objetivo comum a toda a empresa. Não acredito em outra forma, nos dias de hoje, se busca essa unidade para a empresa se manter competitiva no mercado. (Entrevistado 2)*
>
> *Não, todos os colaboradores que entram na empresa eles são tratados da mesma forma, oportunidades têm que ser dados igualmente para todos. Existem as pessoas que conseguem e que crescem e tem aquelas pessoas que preferem continuar estagnadas fazendo a mesma função. (Entrevistado 3)*

De acordo com as respostas dos entrevistados todos os colaboradores devem ser tratados da mesma forma independente da situação. Tão importante identificar talentos, é investir em especialização, desenvolvimento e acompanhamento. Existem pessoas que conseguem e que crescem com o intuito de esforçar para permanecer na empresa, o que diferencia o talento entre os demais.

> Além de identificarem, atraírem, treinarem e desenvolverem talentos, as empresas precisam buscar formas de não deixarem que esses grandes profissionais sejam levados pelo mercado de trabalho, ou seja, minimizar a saída desses colaboradores da empresa, tendo em vista que essas pessoas têm um grande potencial, e foram investidos muitos recursos no seu processo de capacitação. (PELOSO, 2010, p.20).

Todos os colaboradores que trabalham na instituição são importantes para o crescimento e o sucesso da organização. Quando a empresa investe em pessoas, receberá o retorno do investimento em curto e longo prazo, mas para isso é preciso que todos os líderes da organização estejam engajados com o mesmo propósito.

A sexta pergunta feita teve como objetivo de analisar se a empresa está atraindo novos

talentos?

> *A empresa trabalha em manter a qualidade do que e ofertado, se o funcionário não der certo no setor, atraímos novos profissionais. (Entrevistado 1)*
>
> *A empresa está sempre em busca de atender a seus clientes da melhor forma possível e na medida em que se vê em nova situação, já inicia o processo de busca desse novo profissional. (Entrevistado 2)*
>
> *A forma de atrair esses novos talentos seriam mostrar para a sociedade que bom trabalhar na empresa e que damos total condição para que possa exercer sua profissão da melhor tranquilidade possível. (Entrevistado 3)*

Cabe à empresa atrair novos talentos, tudo isso começa com a imagem que a organização demonstra perante a sociedade.

> A retenção de talentos é um processo de atração e desenvolvimento do capital humano, por meio de diversas ações. Não há uma única solução, tais ações variam de acordo com as características e a cultura de cada organização. Mas o segredo está em aliar os desejos pessoais do profissional aos objetivos estratégicos da empresa. (TAKEDA, 2009, p.35).

Quando um talento percebe que será valorizado por uma determinada empresa ele a prefere a outra. Para que ele a escolha, ele deve sentir segurança, sentir que investirão assim como ele em sua carreira. A empresa que precisa de talentos não deve primar apenas pelo financeiro, para o retorno imediato de valores monetários, mas no que pode ganhar a médio e longo prazo, pois o que a garantirá no mercado são os talentos que a manterão por longo prazo.

A sétima pergunta foi: Na visão dos gestores, quais são as razões pelas quais o profissional pede demissão da instituição?

> *Quando o colaborador pede demissão geralmente é para se qualificar ou mora fora da cidade, também pode ser a não adaptação à função que exerce ou até mesmo as pessoas tem certa resistência em trabalhar a noite e prefere procurar um emprego durante o dia. (Entrevistado 1)*
>
> *Basicamente, por interesses pessoais. O profissional pode querer algo que não seja atendido na região e ao buscar esse novo objetivo precisa se desligar da empresa. (Entrevistado 2)*
>
> *A razão seria por oportunidades melhores em cidades maiores, existe uma faixa salarial que as empresas pagam na região, então da mesma forma a nossa empresa segue o mesmo padrão para que ela seja capaz de sobreviver, a maioria sai para buscar salário melhor ou alguma*

oportunidade em áreas diferentes. (Entrevistado 3)

A demissão do colaborador está ligada à fatores pessoais, mudança de cidade em busca de melhores condições de vida, busca de melhores salários onde os salários são maiores, pois estes são pagos de acordo com a região. Às vezes, a saída do colaborador dá-se pela troca de profissão ou ainda por não se adaptar ao horário oferecido pela instituição.

> As pessoas preferem ser leais à empresa, fatores que nem sempre são os monetários. O profissional de talento é ávido por oportunidades de crescimento profissional, por assumir novas responsabilidades e novos desafios e quando não lhes oferecem tal abertura, começam a procurar em outros ambientes. (NIGOSKI, 2012, p.48).

De acordo com as respostas dos entrevistados, o colaborador se desliga da empresa com outros objetivos pessoais. A razão seria por oportunidades melhores em Cidades grandes, pois a Cidade de João Pinheiro é pequena e não têm grandes oportunidades, a maioria sai em busca de salários melhores ou para se qualificar em outras cidades onde tem estrutura adequada.

A oitava pergunta feita teve como objetivo de analisar o que a empresa está fazendo para reter/manter seus talentos?

> *A nossa empresa possui vantagens para os colaboradores como plano de carreira e o plano de incentivo para os colaboradores se qualificarem. (Entrevistado 1)*
>
> *A empresa possui um plano de cargos e salários que atende às exigências solicitadas e mais do que isso, é uma empresa que proporciona um ambiente em que os colaboradores gostam do trabalho realizado e se sentem satisfeitos e honrados em trabalhar na mesma. (Entrevistado 2)*
>
> *Dá qualidade de vida ao trabalhador, a empresa dá oportunidade para que os colaboradores cresçam dentro da instituição esse é um fator primordial para que os colaboradores permaneçam. (Entrevistado 3)*

A instituição preza por ambiente profissional agradável, incentiva e contribui para o crescimento de seus colaboradores, pois percebe que assim o fazendo também crescerá e terá sucesso em seus objetivos institucionais. O colaborador que quer se tornar um profissional de sucesso, a instituição lhe dá total liberdade para tal atendendo aos pedidos solicitados.

> Os profissionais de talento estão cada vez mais exigentes e entendem que um salário competitivo, compatível com o atual patamar do mercado faz diferença, mas o fator que mais pode contribuir para trazer bons candidatos é

> a possibilidade de promover uma carreira bem-sucedida. (NIGOSKI, 2012, p.50).

Cabe à empresa usar de metodologias que valorizam seus talentos para fidelizá-los e assim atingirem seus objetivos, ou seja, promovendo uma carreira bem-sucedida a todos os envolvidos que fazem parte da organização, ela também terá sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como proposta analisar como era formada a gestão de pessoas e a retenção de talentos dentro da organização. Durante todas as fases da pesquisa, os resultados obtidos foram satisfatórios, todos os envolvidos contribuíram para que os resultados fossem obtidos. A conclusão dessa pesquisa demonstra que os talentos são fundamentais e fazem a diferença na empresa.

As hipóteses levantadas inicialmente foram confirmadas, pois a administração da instituição começa a identificar os talentos já no processo de seleção, e as competências são desenvolvidas no dia a dia de trabalho e, ainda, na concepção dos gestores todos os colaboradores são talentos, cada um contribui e desenvolve algum tipo de função, mas desde que esteja na função certa. Cada colaborador possui suas vontades, porém alguns têm o interesse em crescer e outros ficam estagnados com a mesma função.

Outro ponto identificado foi que a empresa possui vantagens para retê-los, o colaborador quer se tornar profissional de sucesso e a empresa da total oportunidade para que cresçam dentro da instituição.

Para permanecer no mercado é preciso de colaboradores capacitados que tenham conhecimentos, habilidades e competências. Cabe á empresa usar de metodologias que valorizam seus talentos para fidelizá-los.

A pesquisadora deixa como sugestão, a criação de programas de integração entre os colaboradores e gestores, reuniões periódicas para se interagirem; dinâmicas entre grupos; outro ponto seria a permanência do gestor na empresa para acompanhar de perto os processo de melhorias. Com esses programas, e com a valorização das competências, os colaboradores serão de grande auxilio para os gestores.

O presente estudo iniciou-se com diversas indagações e as hipóteses foram todas comprovadas como demonstra os resultados obtidos. A gestão de pessoas e talentos na organização pesquisada funciona de maneira sistêmica e eficaz, os colaboradores são

valorizados, desenvolvidos e considerados como grande diferencial no sucesso da instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de Pessoas:** Enfoque nos Papéis Estratégicos. São Paulo. Atlas, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFICA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Dados de João Pinheiro 2017**. Disponível em:<https://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home. Php?lang=>. Acesso em 19 de Abril de 2017.

JUNIOR, N. R. F. **Retenção de Talentos: consideração de aspectos determinantes na empresa Volve do Brasil Veículos S/A**. 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2010. Disponível em: <https://www.pg.utfpr.edu.br/dirppg/ppgep/dissertacoes/arquivos/160/Dissertacao.pdf>. Acesso em 04 de Abril de 2017.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Recursos humanos: Princípios e Tendências**. São Paulo. Saraiva, 2005.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos: do Operacional ao Estratégico**. São Paulo. Futura, 2000.

MORESI, Eduardo (Org.). **Metodologia da Pesquisa**. Universidade Católica de Brasília-UCB. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do conhecimento e tecnologia da informação. Brasília – DF, Março 2003. Disponível em: <https://www.xa.yimg.com/kq/groups/22703089/.../name/MetodologiapesquisaMoresi2003.pdf>. Acesso em 24 de Junho de 2017.

NISGOSKI, L. F. **Aspectos determinantes para a atração, formação e retenção de talentos na empresa**. Universidade de Tecnologia Federal do Paraná, Diretoria Especifica de pós-graduação. Monografia de Especialização, Ponte Grossa, 2012. Disponível em: <https://www.repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1448/.../PG_CEGIPM_VII_2011_15.p> Acesso em 05 de Maio de 2017.

PONTES, B.R. **Planejamento e Recrutamento e Seleção de Pessoal**. São Paulo: 1988. Gestão Estratégica de Pessoas: Conceitos e Tendências/ Jean Pierre Marras (Organizador); Ana Cristina Giuliani... [ET all.]. São Paulo: Saraiva, 2011.

PEDRINI, V. A. **Capital humano na empresa como fator estratégico para o sucesso - A importância do reconhecimento e valorização dos talentos**. Universidade Candido Mendes Pós-Graduação "Lato Sensu" Faculdade Integrada AVM. Niterói, 2011. Disponível em: <https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/N204398.pdf>. Acesso em 28 de Agosto de 2017.

PELOSO, A.C,; YONEMOTO, H.W. **Atração, Desenvolvimento e Retenção de talentos**. Encontro de Iniciação Científica. ISSN-21-76-8498,Vol.6, No 6 (2010).
Disponível em:<https://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFil/259> Acesso em 15 de Maio de 2017.

RIBEIRO, Antonio de Lima. **Gestão de Pessoas**. São Paulo. Saraiva, 2012.

SOUZA, R.M. **Retenção de Talentos e sua Importância na Gestão de Recursos Humanos**. 2011. 29 f. Monografia (Especialização em Recursos Humanos – Gestão de Pessoas e Competências). Centro Universitário Filadélfia, Unifil. Londrina, Pr., 2011.
Disponível em:<https://www.unifil.br/pergamum/vinculos/.pdf>. Acesso em 16 de Maio de 2017.

TAKEDA, R. **Retenção de Talentos:** um estudo de caso na Softplan/Poligraph. 87 p. Trabalho de Conclusão de Estágio (Graduação em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
Disponível em: <https://www.tcc.bu.ufsc.br/Adm289734.pdf>. Acesso em 01 de Março de 2017.

TOLEDO, Flávio. **O que são Recursos Humanos**. São Paulo. Brasiliense, 2003.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

AS DIFICULDADES DAS PEQUENAS EMPRESAS DE JOÃO PINHEIRO-MG EM RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Núbia Alves Dos Santos*
Renata Suzelli Gonçalves**

Resumo: A presente pesquisa teve como propósito analisar as dificuldades das pequenas empresas de João Pinheiro-MG em recrutamento e seleção, no ano de 2017, foi realizada uma pesquisa de campo, qualitativa com instrumentos quantitativos, pois o estudo versou uma pesquisa que demonstrasse resultados numéricos e informativos demonstrando como tem sido as contratações nas pequenas empresas de João Pinheiro, sendo aplicados questionários misto, com questões abertas e fechadas proporcionando maior clareza e expressão dos entrevistados, sendo os objetivos da pesquisa identificar quais as maiores dificuldades enfrentadas pelas pequenas empresas no momento de recrutar e selecionar pessoas; analisar se o salário oferecido pelas pequenas empresas é um fator que interfere no momento da contratação; averiguar se as pequenas empresas utilizam alguma ferramenta para atrair futuros colaboradores; indagar se estas empresas possuem plano de cargos e salários. De acordo com os resultados da pesquisa, pode-se verificar que apesar da evolução das tecnologias, das mudanças exigidas pelo mercado, a maioria das pequenas empresas ainda não possuem um departamento de Recursos Humanos, e não contam com profissionais adequados para fazerem as contratações, de forma com que fizesse as mesmas serem mais assertivas.

Palavras-chave: Recrutamento. Seleção. Colaboradores. Contratações.

Abstract: This research had as purpose to analyze the difficulties for small enterprises of João Pinheiro, Minas Gerais in recruitment and selection, in the year 2017, a field research, qualitative quantitative instruments, because the study dealt with research that showed numerical results and demonstrating how information has been hiring in small businesses of John pine, being applied joint questionnaires with open and closed issues by providing greater clarity and expression of respondents, being the goals of research to identify what are the major difficulties faced by small businesses when recruiting and selecting people; whether the salary offered by small businesses is a factor which interferes at the time of hiring; find out if small businesses use some tool to attract future employees; wonder if these companies have plan of jobs and salaries. According to the survey results, you can check that in spite of the evolution of technologies, the changes required by the market, most small businesses still do not have a Human Resources Department, and do not have adequate professionals to make the signings, how did the same to be more assertive.

*Bacharel em Administração pela Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP, técnico em Radiologia Médica, trabalha como Agente de Atendimento. E-mail: nubiaalvesdossantos@hotmail.com

** Especialização em Pós Didática e Metodologia Ensino Superior, pela Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP, (Brasil, 2009), professora da Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP, Brasil. E-mail: renatassg@yahoo.com.br

Keywords: recruitment. selection. contributors hirin

INTRODUÇÃO

Os mercados têm sofrido constante mudanças, as empresas para se manterem cada vez mais competitivas, precisam estar sempre inovando, e uns dos diferenciais está relacionado ao bom atendimento e qualidade nos serviços prestados. Para que uma empresa se destaque em atendimento e eficiência são necessárias contratações de colaboradores capacitados, que demonstrem habilidades para lidar com o que tem sido exigido, para que não se tornem empresas ultrapassadas e estejam caminhando juntamente com a modernidade.

A competitividade tem exigido das empresas novas técnicas no momento das contratações, sendo o recrutamento e seleção ferramentas indispensáveis, fazendo com que as mesmas sejam mais assertivas e diminuindo a rotatividade de pessoal.

Recrutamento é uma ferramenta utilizada para atrair pessoas com o perfil que é exigido para uma determinada vaga, podendo ser externo, quando se busca novos colaboradores para a organização ou interno, quando visa potencializar um colaborador já existente na empresa. Seleção é o processo de escolha do melhor candidato dos que foram recrutados, para uma vaga.

O sucesso de uma organização depende de seus colaboradores, por isso a necessidade de fazer uma seleção de qualidade, o que é confirmado pelo autor (RIBEIRO *apud* FLORY, 2009), “o êxito de uma empresa no futuro depende de sua habilidade em selecionar hoje as pessoas com potencial para terem desempenhos com alto nível de qualidade. ”

O universo de pesquisa foram 18 (dezoito) pequenas empresas, situadas na cidade de João Pinheiro- MG. A cidade de João Pinheiro está situada às margens da BR 040, com uma população estimada em 2016 de 48.472 habitantes, área territorial de 10.727,471(km²), densidade demográfica 4,22(hab/km²), com uma área de limitação de municípios de Santa Fé de Minas, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Lagoa Grande, São Gonçalo do Abaeté e Presidente Olegário. (IBGE, 2016). A região de João Pinheiro e demais do noroeste de Minas tem uma vasta área na produção agropecuária se destacando os grandes leilões de bovinos realizados nesta região.

De acordo com SEBRAE (2016), uma empresa para ser considerada de pequeno porte deve ter o faturamento anual superior a R$ 360.000,00 e igual ou inferior à R$ 3.600.000,00.

A presente pesquisa foi realizada com base no ano 2017, sendo o motivo da escolha

desse período identificar o que ocorreu durante este ano, se houve melhorias ou aumentou as dificuldades no momento de recrutar e selecionar colaboradores, uma vez que a situação econômica do país está defasada.

A pesquisadora buscou entender as dificuldades enfrentadas pelas pequenas empresas que não possuem um setor especializado em Recursos Humanos, onde os proprietários ou gerentes realizam as contratações de colaboradores, sendo de grande relevância para a pesquisadora demonstrar para os empresários a importância do departamento de Recursos Humanos, através da coleta de dados e análise dos mesmos.

Para a sociedade Pinheirense esta pesquisa é de grande relevância, levando à todos o conhecimento das ferramentas e técnicas utilizadas no processo de contratação, as vantagens oferecidas, contratações de excelência que visam beneficiar e ajudar no crescimento da empresa, juntamente com prestações de serviço de qualidade à população.

Ler e saber fazer pesquisa faz parte do cotidiano de um bom administrador, é através desse trabalho que o profissional obterá bons resultados, através de pesquisas para coleta de dados e informações precisas para um perfeito desenvolvimento nas descobertas de novas maneiras de resolução de problemas.

Segundo (DEMO, 2000, p.20) “Pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação do conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento. ”

A presente pesquisa foi conduzida com o intuito de responder as seguintes inquietações: Quais as maiores dificuldades enfrentadas no momento de recrutar e selecionar profissionais? O salário oferecido por estas empresas influência no momento das contratações? As empresas têm utilizado alguma ferramenta para atrair futuros colaboradores? As empresas possuem algum plano de cargos e salários?

Os objetivos que nortearam está pesquisa foram: identificar quais as maiores dificuldades enfrentadas pelas pequenas empresas no momento de recrutar e selecionar pessoas; analisar se o salário oferecido pelas pequenas empresas é um fator que interfere no momento da contratação; averiguar se as pequenas empresas utilizam alguma ferramenta para atrair futuros colaboradores; indagar se estas empresas possuem plano de cargos e salários.

As hipóteses iniciais do trabalho partiram do pressuposto que as principais dificuldades encontradas para realizar o processo de recrutamento e seleção é a falta de um

profissional especialista em recrutar e selecionar, o qual em muitas empresas são substituídos pelo empresário ou pelo gerente. A falta de pessoas que se enquadram no perfil da organização e a falta de estrutura da organização em realizar o processo, também e um fator que interfere no processo, pois os recrutadores devem conhecer a cultura e o perfil organizacional desejado, por isso a importância das descrições de cargos. Segundo Lacombe (2005), o objetivo é facilitar o recrutamento e seleção a fim de selecionar pessoas adequadas a cada função, pois a descrição de cargo define de forma ampla as atribuições exigidas.

Estudos afirmam que um dos fatores motivacionais de um colaborador é a remuneração, assim sendo pode-se dizer que o salário é um fator crucial no momento das contratações, pois muitas pessoas não buscam um trabalho, mais sim boas remunerações. Colaboradores produzirão mais a medida que perceberem que poderão ser melhor remunerados, o que pode-se perceber pelo que afirma Satt e Cristello (2009, p. 30) “estudos revelam que a motivação dos colaboradores é um fator que caminha junto com a produtividade, já que trabalhadores motivados e satisfeitos estarão mais predispostos para o trabalho”.

Muitas empresas desconhecem as técnicas de recrutamento e seleção, utilizadas no processo de contratações, sendo estas ferramentas de grande importância, proporcionando inúmeros benefícios que podem ser atribuídos ao sucesso organizacional. Para que a organização realize um processo de recrutamento e seleção eficiente é necessário conhecer as características, os métodos de aplicação, assim ela terá condições de agregar pessoas adequadas para cada cargo que é um fator responsável pelo desempenho organizacional. As empresas ao deixarem de utilizar as técnicas de recrutar e selecionar pessoas, podem aumentar seus riscos de contratar profissionais desqualificados o que ocasiona aumento da rotatividade, afeta o clima organizacional por motivo de conflitos internos, desmotivação dos colaboradores, comprometendo o desenvolvimento organizacional.

É necessário, que as empresas estejam atentas as habilidades de seus colaboradores, pois quando os mesmos são comprometidos e com grandes habilidades é preciso que as empresas deem oportunidades para estas pessoas, as quais acrescentarão muito para o desenvolvimento das organizações, profissionais que realmente venham a somar e contribuir para o crescimento com comprometimento, qualidade e habilidades. A empresa é responsável por desenvolver seus colaboradores, porém cada um deve se esforçar para tornarem profissionais requisitados diante das exigências dos mercados, profissionais com grande

conhecimento, onde este conhecimento será resultado do tempo de dedicação e esforço pessoal, cabendo as empresas, saber detectar e aproveitar o esforço daqueles que são mais dedicados, que com certeza ganharão melhores posições.

A metodologia utilizada para realização da pesquisa foi a qualitativa por meio de uma pesquisa de campo, onde buscou informações sobre os métodos que as empresas utilizam para recrutar e selecionar colaboradores.

> Pesquisa de campo é que se utiliza com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos sobre um problema, para o qual se procura uma resposta, ou sobre uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, com o propósito de descobrir, novos fenômenos ou relações entre eles. Ela consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes para analisá-los. (LAKATOS, MARCONI 2017, p.202)

Foram aplicados questionários a 18 (dezoito) empresários e 31 (trinta e um) a colaboradores, com questões abertas e fechadas, para que os mesmos possam expressar com maior clareza o fato em questão. De acordo com (LAKATOS, MARCONI 2017, p.218)" Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador." Através de métodos qualitativos que de acordo com DEMO (2000), é um tipo de pesquisa participante e abriga diversos horizontes.

I-REVISÃO DE LITERATURA

1. SURGIMENTO DO RECURSOS HUMANOS

Recrutamento e seleção são métodos utilizados por profissionais de Recursos Humanos para atrair e contratar colaboradores para uma determinada organização, para entender melhor sobre recrutamento e seleção, este capítulo iniciará falando sobre a origem de Recursos Humanos e a Evolução das Relações de Trabalho.

Segundo Toledo (1981), administrar recursos humanos é zelar de variadas formas de ações das relações humanas da organização, que visam à motivação da equipe. A melhor denominação das Relações Humanas seria as Técnicas de Relações Humanas do Trabalho que são as ações de avaliar corretamente os desempenhos dos colaboradores, incentivar, saber ouvir, interpretar e resolver conflitos interpessoais e intergrupais.

As relações de Recursos Humanos existem desde antigamente, em meados dos anos de

1920, onde o profissional de Recursos Humanos, era chamado de chefe de pessoal.

> Alguém deveria contabilizar as entradas e saídas, os pagamentos, os vales, os descontos e as faltas. Cabia ao então chefe de pessoal "informar" eventuais irregularidades e advertir ou despedir os faltosos. Era uma função geralmente vista pelos empregados como "de confiança" do patrão e revestida de um poder coercitivo muito grande, já que eram suas as ações punitivas em nome da empresa. (MARRAS, 2016, p.7)

Antes da Revolução Industrial, as organizações eram e são em alguns casos até hoje, sinônimo de hierarquizado, onde a participação dos subordinados nas decisões e controle de seus trabalhos eram vistos como rebeldia. Segundo (TOLEDO,2003, p.15), " Até os deuses foram utilizados, por séculos, como "avalistas" (direito divino) dos direitos absolutos das chefias a serem obedecidas cegamente, fossem elas constituídas por sacerdotes, reis, generais, mandantes etc.".

A evolução das relações humanas no trabalho e o papel da atividade de Recursos Humanos, apresenta dois polos de referência: a possibilidade de as organizações poderem ser tanto um ninho de alienação, como um ninho de humanização.

> Alienação, entendida como o conjunto de forças restritivas a auto-realização crescente dos indivíduos e grupos. Humanismo, entendido como progresso dessa auto-realização, Humanismo e alienação são os temas em torno dos quais, em meu entender, gira a evolução das relações humanas de trabalho. (TOLEDO,2003, p. 20).

Durante a evolução das relações humanas de trabalho foi dada muita atenção à questão das relações econômicas, principalmente nos problemas de distribuição de riquezas, os Marxistas colocaram o problema das relações econômicas como principal causa da alienação, pois o modelo burocrático e autoritário impediu a humanização no trabalho.

Alguns autores, acreditam que as primeiras atividades de Recursos Humanos surgiram durante a Revolução Industrial, quando ocorreu uma grande transição, deixando o artesanal, que segundo Toledo (1981), as características principais do trabalho artesanal, eram grupos pequenos de até oito pessoas que dedicavam-se à fabricação de uma determinada mercadoria, passando para produção de máquinas por influência do engenheiro Taylor que buscava a maximização da eficiência na produção, onde o mesmo tratava os trabalhadores como se fossem máquinas, os salários eram de acordo com o que se produzia, os colaboradores deveriam trabalhar cerca de 18 horas diárias sem interrupções.

> A desvalorização do trabalho é devida, em parte, à própria divisão do trabalho que embora existindo desde tempos pré-históricos, foi grandemente acentuada na Revolução Industrial, especialmente pela aplicação do taylorismo. (LACOMBE, 2005, p. 5)

O descontentamento e a falta de motivação pela atividade industrial não foi devido somente à introdução do processo mecanizado para confecção de mercadorias, mas também a mudança das equipes de trabalho. O elevado número de indivíduos na mesma atividade, os contatos entre as pessoas passaram a ser secundários, ou seja, as relações eram mantidas por interesse ou necessidade e não somente por afetividade.

A desvalorização no trabalho tornou-se objeto de estudo de vários pesquisadores que não tinham aceitação da forma como os colaboradores eram tratados.

> A corrente dos autores que enfatizavam as pessoas e seus bem-estar tem antecedentes muito antigos. Para o estudo da administração, é importante considerar que essa corrente ganhou grande força durante a Revolução Industrial. As condições de trabalho nesse período eram tão difíceis que motivaram algumas pessoas e instituições a tentar melhorá-las. Isso foi feito tanto no campo das ideias quanto no da ação pratica. (MAXIMIANO, 2008, p.209)

2. EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

A evolução da Administração de Recursos Humanos foi direcionada por movimentos filosóficos na década de trinta, especialmente o pensamento existencial aliado aos primeiros trabalhos de Sociologia do Trabalho. Um dos marcos significativos desta evolução foram os experimentos de Hawthorne, segundo (CASTRO, 2002, p. 128), “As experiências de Hawthorne conduziram um aprimoramento nos métodos de pesquisa de psicologia e na concepção do problema humano, determinando também uma reavaliação das teorias relativas à motivação social”, a importância da pesquisa levou George Elton Mayo e seus colaboradores a interpretar essas experiências realizando um estudo das condições de trabalho em relação à fadiga dos operários, introduziu uma série de variações experimentais como pausa para descanso e quantidade de horas de trabalho, com a intenção de verificar a influência da fadiga sobre a produtividade. As pesquisas de Hawthorne surpreenderam os tayloristas, pois através delas verificou-se que as relações humanas, seja em grupo ou individual, afetam diretamente a produção e quanto melhor o convívio em relação à estabilidade, consideração e bem-estar, melhor será a produtividade.

Um dos primeiros defensores da abordagem de Recursos Humanos foi Robert Owen,

empresário escocês que em 1800, defendeu a classe trabalhadora de forma a amenizar o sofrimento, das condições de trabalho que muitos eram submetidos.

> Propôs um local e trabalho ideal onde as horas de trabalho seriam reguladas, o trabalho infantil seria ilegal, seria oferecido educação pública, seriam fornecidas refeições no trabalho, e as empresas se envolveriam em um projeto comunitário. (ROBBINS, COULTER, 1998, p.27)

3. O PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL

A área de Recursos Humanos é considerada como uma das mais importantes áreas na gestão das organizações, sendo assim, contratações mais assertivas, onde as pessoas contratadas possam demonstrar suas habilidades em áreas que tenham conhecimento e que demonstre interesse pela mesma, conforme (PONTES, 1988, p.16) "Colocação de pessoal é o passo para que a organização mantenha sempre as pessoas certas nos lugares certos e nos momentos certos". Para que haja tal resultado é necessário realizar o processo de recrutamento e seleção.

De acordo com (FRANÇA, 2013, p.29) "o recrutamento e a seleção são processos que fazem parte da rotina de preenchimento de uma vaga em aberto, nos procedimentos de admissão pessoal".

Ainda segundo (FRANÇA, 2013, p.29) "O Recrutamento e a Seleção devem estar integrados à estratégia de negócios da empresa. Se a empresa está necessitando passar por mudanças ou por renovações, ela deverá buscar e atrair pessoas com esse potencial", dessa forma o processo é uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento da organização, pois de acordo com França, são os colaboradores que agregam e determinam as características e valores, diferenciando as organizações umas das outras.

O que determina a necessidade de realizar o processo de recrutamento e seleção são os índices de rotatividade e a falta de adequação de pessoal as funções.

> Uma organização é dinâmica e as vagas surgem por vários motivos: dispensas do empregador (demissões), pedidos de demissão (saídas voluntárias – demissionários), mortes, aposentadorias, promoções, transferências etc., e essas vagas podem ser supridas internamente, através de promoções e transferências, ou externamente, por novas contratações. (PONTES,1988, p. 16).

Essa dinâmica de entrada e saída é denominada rotação, uma rotatividade pequena é

normal, já o aumento é preocupante para a gestão organizacional, visto que os custos financeiros com admissões e demissões são altos, além dos custos com treinamento de novos colaboradores, gerando certa desmotivação entre a equipe.

O aumento do quadro de pessoal pode ocorrer sem um prévio planejamento, podendo ser causado por pedidos de demissão, ou mudanças no mercado.

3.1 Processo de recrutamento

O processo de recrutamento se inicia à partir do momento em que há a necessidade de contratar um colaborador, ou surge a promoção de um colaborador interno para uma determinada vaga.

> O recrutamento abrange o conjunto de práticas e processos usados para atrair candidatos para as vagas existentes ou potenciais. Ele deve ser efetuado em uma unidade centralizada, e é uma atividade permanente, sendo apenas intensificada nas ocasiões em que existem vagas. O recrutamento é apenas a primeira etapa de um processo que termina com o contrato definitivo após o período de experiência. (LACOMBE,2011, p.81)

Ainda segundo (MARRAS, 2016, p. 54)

> Recrutamento de pessoal é uma atividade de responsabilidade do sistema de Administração de Recursos Humanos que tem por finalidade a captação de recursos humanos interna e externamente á organização objetivando municiar o subsistema de seleção de pessoal no seu atendimento aos clientes internos da empresa.

Essa necessidade deve ser expressa formalmente à partir de uma requisição de pessoal, que deve constar as principais atribuições da função como as exigências e responsabilidade do cargo, tarefas a executar, habilidade exigidas e grau de instrução necessários, de acordo com (MARRAS, 2016, p.55):

> A descrição de cargos especifica, com detalhes, todas as características que o cargo exige, fazendo com que haja padronização no perfil do cargo da empresa e evitando, assim, que cada requisitante faça exigência descabidas ou com uma visão estritamente pessoal.

Devido a essas informações, a descrição de cargos define o perfil exato de cada função fazendo com que tenha organização e favoreça a realização do processo de recrutamento e seleção.

A integração ou recolocação gera custos a organização, devido a este motivo é necessário que tenha um controle do orçamento de pessoal, juntamente com um planejamento, admitindo que não siga esse padrão apenas em casos de extrema necessidade.

Existem diversas fontes de recrutamento que podem ser utilizadas, segundo Marras (2016), são: indicações dos próprios colaboradores; divulgações através das mídias; cartazes interno e externo; agência de empregos; outras empresas; faculdades, escolas, banco de dados; entre outros.

Existem dois tipos de recrutamento, interno, onde recruta-se colaboradores da organização, e o recrutamento externo, onde são pessoas que não possuem nenhum vínculo com a organização.

3.1.1- Recrutamento Interno

O recrutamento interno tem como objetivo valorizar e privilegiar os colaboradores da organização, de uma forma sustentada e transparente, uma vez que se deve levar ao conhecimento de todos os níveis hierárquicos a divulgação da vaga. Para a organização é uma vantagem, podendo diminuir custos e maior assertividade da contratação. O que pode ser comprovado segundo Lacombe.

> O aproveitamento do pessoal da empresa tem as seguintes vantagens: motiva todos os empregados, sinalizando a disposição de se promover a "prata da casa" e de se criar perspectivas de carreira; no longo prazo, facilita o recrutamento de pessoas mais qualificadas; costuma ser mais rápido, pois as pessoas estão disponíveis e as vagas são preenchidas mais depressa; o custo de admissão é praticamente nulo; se houver uma boa avaliação dos candidatos, a probabilidade de acerto tende a ser maior, uma vez que eles já estão na empresa e são conhecidos; aproveita melhor o treinamento do pessoal; diminui a probabilidade de rejeição pelos colegas. (LACOMBE,2011, p.85)

Para França (2013), existe alguma desvantagem em realizar o recrutamento interno, como o não aproveitamento do indivíduo externo, a empresa sendo vista com o aspecto de conservadora, limitada a inovações e novas ideias.

MARRAS (2016, p.58), complementa, "O raciocínio lógico indica ao administrador que o recrutamento interno é o melhor caminho a ser utilizado. Contudo, por vezes, quando não for possível conseguir internamente os resultados esperados, deve-se dar início a um

programa de recrutamento externo".

3.1.2 Recrutamento Externo

O processo de recrutamento externo é a captação de recursos humanos no mercado de trabalho com a finalidade de suprir as necessidades da organização em completar seu quadro de pessoal.

> O recrutamento externo é a busca do candidato no mercado de trabalho ou em fontes específicas para o preenchimento do cargo. A opção pelo recrutamento externo deve ser feita, preferencialmente, após avaliação sobre a alocação de pessoas que já estejam empregadas na empresa. (FRANÇA,2013, p.33)

De acordo com Lacombe (2011), o recrutamento externo permite que a organização tenha a possibilidade atrair pessoas com novos conhecimentos, experiências e percepções, pois as vezes um colaborador está a tanto tempo em um empresa que acaba por não ter uma visão mais ampla do mercado, visualizando apenas o que está "acostumado".

Existem diversos procedimentos utilizados para atrair indivíduos externos, de acordo com Marras (2016), onde será mencionado os principais:

Banco de dados: armazenamento de currículos recebidos, geralmente sendo computadorizados.

Indicações: após o surgimento de uma vaga, há indicações de terceiros e/ou conhecidos, colaboradores.

Sindicatos: onde trabalham no sentido de colocação e recolocação dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Mídia: são meios de comunicação utilizados para divulgação de uma determinada vaga, podendo ser jornais, revistas, tvs, rádio, etc., afim de atrair candidatos.

Headhunter: consultores que possuem presença constante em eventos culturais e internacionais a fim de localizar profissionais para preencher vagas no alto nível hierárquico das organizações.

Tabuletas na porta: onde a organização não tem muita exigência em relação a vaga a ser preenchida.

3.2 Processo de Seleção

A seleção tem o objetivo de escolher entre os candidatos recrutados o candidato com

melhor perfil para preenchimento da vaga.

> Recrutamento procura candidatos para ocuparem as vagas existentes, enquanto a seleção identifica o candidato mais qualificado entre os recrutados. A seleção não cria bons candidatos, apenas identifica entre os recrutados. Senão existir bons candidatos ás vagas é porque recrutamento foi falho. Portanto, não existe seleção se não houver candidatos recrutados e será tanto melhor a seleção quanto mais eficaz for o processo de recrutamento. (PONTES, 1988, p.16)

O processo de seleção baseia-se na análise corporativa de dois fatores, conforme Marras (2016), que são exigências do cargo, ou seja, as características em termo de conhecimento e habilidades para que haja bom desempenho das funções e características do candidato quanto o seu conhecimento e habilidades.

Para Lacombe (2011) existem diversos métodos de seleção, mas o primeiro passo é a triagem preliminar de currículos, onde se destina a checar se o candidato tem possibilidade de aproveitamento, verificando o perfil exigido para a vaga, é o perfil do candidato, experiências e formação. Geralmente neste processo se descarta mais da metade dos candidatos.

Após a triagem dos currículos, deve ser realizado uma análise e coleta das informações em relação ao perfil do candidato, sendo utilizado técnicas de entrevistas e aplicação de testes.

> A seleção de pessoal não pode ser feita apenas avaliando-se a experiência e o conhecimento do trabalho a ser realizado. Conhecer aspectos relacionados com a personalidade do candidato é fundamental para verificar se a contratação será positiva para ambos, empresa e empregado. Todos os métodos psicométricos preveem uma margem de acerto e erro, por isso não são a expressão do futuro, mas a predição. A utilização de técnicas que se complementam pode diminuir a possibilidade de erro na escolha do candidato. (FRANÇA, 2013, p.36)

A seleção de pessoal é um momento de grande importância, onde acontecerá a escolha do melhor candidato para compor o quadro de colaboradores de uma determinada organização, para que a seleção seja de forma mais assertiva é necessário entrevistas e aplicação de testes, após aplicação destes, analise dos resultados de forma que a contratação tenha um resultado positivo.

3.2.1 Entrevista

A entrevista de seleção tem como objetivo detectar informações a respeito do candidato. De acordo com (MARRAS, 2016, p.66), “Atualmente entre todos os instrumentos

utilizados pelo selecionador, a entrevista de seleção é aquele considerado mais importante".

Para que tenha eficiência e consiga atingir o resultado esperado é imprescindível a realização por um profissional qualificado, para que se conheça melhor o perfil do candidato.

Uma entrevista pode ser estruturada ou não estruturada. A entrevista estruturada possui um roteiro a ser seguido, planejado, sendo as questões padronizadas, garantindo uma avaliação mais precisa. A entrevista não estruturada não possui um padrão a ser seguido, ocorrendo de forma espontânea conforme os acontecimentos e situações, uma das vantagens e devido ser livre pode-se explorar mais alguns ângulos da análise.

De acordo com Hackett (2000), a estrutura de uma entrevista será determinada pela especificação da função, não existe uma padronização, mas há três estruturas gerais que podem servir como modelo que são:

Aspectos bibliográficos: essa abordagem tradicional faz com que os entrevistadores se sintam à vontade, utilizando informações da ficha de solicitação.

Fatos relevantes: ao invés de conhecer todo estágio de vida do candidato, pode ser dada mais atenção a fatos relacionados à experiência profissional, por exemplo, contratações anteriores.

Com base em critérios: conforme Hackett (2000) é a terceira e de longe a melhor estrutura, ela tem como propósito pedir ao candidato que fale sobre fatos e exemplos que demonstrem as competências e atributos essenciais. Afirma (HACKETT, 2000, p.29) "Ao abordar todos os seus critérios direta e explicitamente, você pode ter certeza de que todos os atributos que você precisa avaliar serão avaliados".

3.2.2 Aplicação de Testes

Conforme Spector (2006), são necessárias diferentes características pessoais para uma função, como: conhecimento sobre a função que será desempenhada, habilidade no que desempenha, aptidão e capacidade de aprender algo novo, e algumas características pessoais como personalidade, interesse e características físicas.

Segundo Marras (2016), existe uma grande variedade de testes que auxilia e complementa a entrevista de seleção, as organizações costumam aplicar os seguintes testes no seletivo: teste prático utilizado para avaliar o conhecimento na realização de tarefas; testes situacionais utilizado para analisar o comportamento de um candidato em determinadas

situações, colocando o candidato em uma situação problemática para saber qual o tipo de decisão e/ou ação; teste grafológico identificando dezenas de traços de personalidade através da grafia; testes psicológicos analisando características psicológicas.

De acordo com Spector (2006), os testes de aptidão podem ser cognitivas ou psicomotora, depende da natureza e das tarefas de cada função. O teste de aptidão cognitiva tem uma longa história de uso nas organizações, devido sua eficiência e validade, esse teste em geral mede a inteligência ou QI (quociente de inteligência individual), a maioria dos testes utilizam papel e lápis, e cada item um problema para solucionar, podendo ser aplicado em várias pessoas simultaneamente, possibilitando maior economia e eficiência na avaliação dos candidatos, os que apresentam melhor pontuação nos testes cognitivos, tem maior chance de apresentar melhor desempenho no trabalho e os testes de aptidão psicomotora avaliam os aspectos de manuseio de objetos e utilização de ferramentas, avaliando a coordenação de sentidos e movimentos no desempenho de tarefas motoras.

Os testes de habilidade e conhecimento têm o propósito de avaliar a capacidade aprendizagem e o potencial do candidato.

> O teste de habilidade e conhecimento, muita das vezes chamado de testes de realização, é projetado para avaliar o nível atual de competência de uma pessoa. O teste de conhecimento avalia o que a pessoa sabe, e o teste de habilidade, o que a pessoa e capaz de fazer. (SPECTOR, 2006, p.118)

3.3 Avaliação dos Resultados

Após a realização do processo seletivo é realizado um laudo dos testes aplicados, para a demonstração do melhor candidato para determinada área.

O controle de seleção é muito importante, de acordo com Toledo (1981), um dos instrumentos para este controle é avaliação de desempenho a fim de verificar se a organização fez a contratação certa, e se o colaborador está desempenhando suas atividades com destrezas e qualidades, rotatividade determina se o processo realizado está agregando de forma eficiente pessoas à organização.

Conforme França (2013) a decisão de contratação ocorre em alguns níveis: junto ao selecionador, ao departamento pessoal, aos diretores, e o principal a decisão do candidato. As decisões devem ser informadas com clareza para os não aprovados, evitando que o candidato fique com sentimento de inferioridade ou incapacidade pessoal.

Ao contratar um novo colaborador é de grande importância apresentar todos os departamentos, as hierarquias a serem seguidas, as formas de desempenhar as atividades, pois a primeira impressão é fundamental.

> O trabalho de recrutamento e seleção não termina no momento da admissão ou da recolocação de um indivíduo na organização. É necessário um processo de adaptação do indivíduo a empresa e ao cargo que e ao cargo que denominaremos de Integração. (PONTES,1988, p.120)

O controle de seleção é muito importante, de acordo com Toledo (1978), um dos instrumentos para manter o controle é a avaliação de desempenho a fim de verificar se foi feita a escolha certa. A rotatividade irá determinar se o processo utilizado está agregando de forma eficiente pessoas na organização.

II-RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na presente pesquisa para maior conhecimento do objeto de estudo foram aplicados questionários com o intuito de verificar "as principais dificuldades em recrutamento e seleção enfrentadas pelos empresários". Foram aplicados questionários a 18 (dezoito) empresários, sendo os mesmos compostos por 14 (quatorze) perguntas, sendo 01 (uma) aberta e 02 (duas) com justificativa, para uma melhor coleta dos dados, de forma que expressassem melhor suas opiniões, para dar mais ênfase nas respostas dos empresários foram aplicados 31 (trinta e um) questionários aos colaboradores. Através dos mesmos será possível averiguar se as empresas estão satisfeitas com as contratações, se possuem departamento de RH, os métodos utilizados para contratação, como tem valorizado seus colaboradores, se já houve alguma má contratação, dentre outras questões.

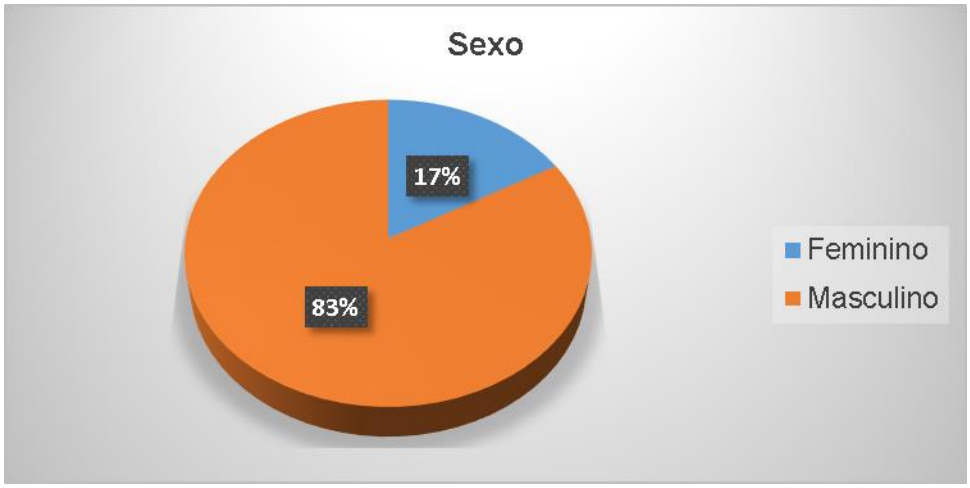


Gráfico 01: Sexo dos entrevistados
Fonte: Questionários aplicados à pequenas empresas de João Pinheiro, em 2017

De acordo com os resultados que foram apurados no gráfico 01: 83% (oitenta e três por cento) são do sexo masculino e 17% (dezessete por cento) pertence ao sexo feminino, embora o gráfico demonstre que a maioria dos entrevistados foram homens, não significa que as mulheres têm sido menos empreendedoras, apenas que nas empresas onde foram aplicados, há um número maior de homens.

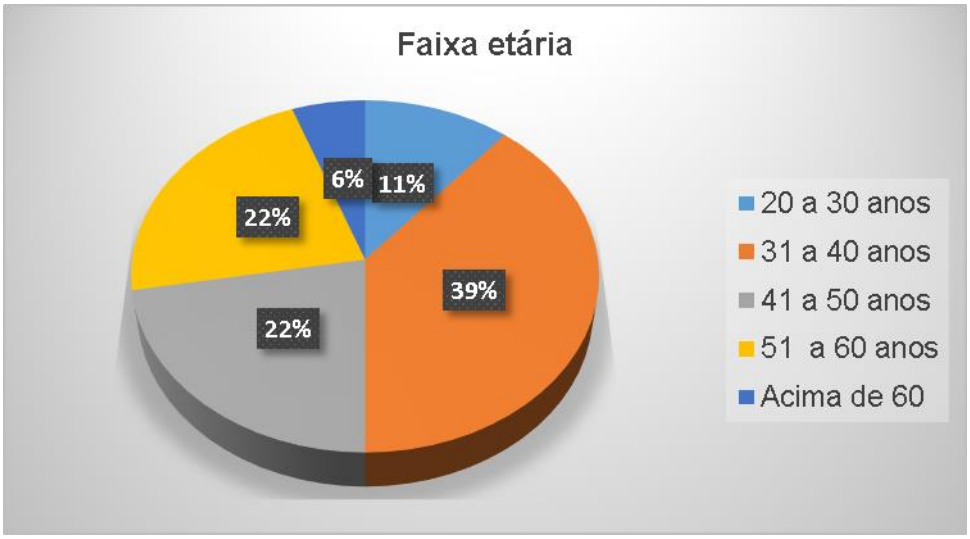


Gráfico 02: Faixa etária dos entrevistados
Fonte: Questionários aplicados à pequenas empresas de João Pinheiro, em 2017

O gráfico 02 (dois) demonstrou que: 11% (onze por cento) dos entrevistados possuem idades entre 20 a 30 anos, 39% (trinta e nove por cento) com idades entre 31 a 40 anos, 22% (vinte e dois por cento) de 41 a 50 anos, 22% (vinte e dois por cento) de 51 a 60 anos e 6% (seis por cento) acima de 60anos.

De acordo com os números que foram apresentados a maior parte dos empresários encontra em uma faixa etária mais madura, pode ser observado que as pessoas têm buscado a sua independência, buscando empreender e crescer.

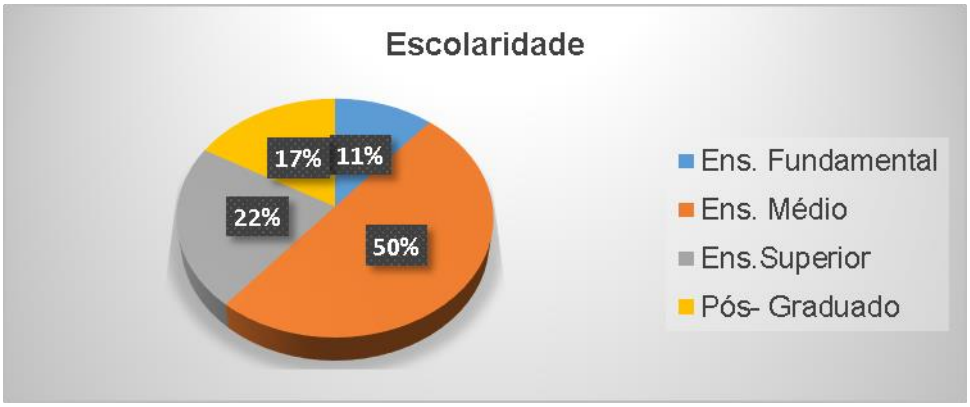


Gráfico 03: Grau de escolaridade dos entrevistados
Fonte: Questionários aplicados à pequenas empresas de João Pinheiro, em 2017

Conforme demonstrou o gráfico 03 (três): 11% (onze por cento) dos entrevistados possuem o ensino fundamental, 50% (cinquenta por cento) possuem o ensino médio, 22% (vinte e dois por cento) ensino superior e 17% (dezessete por cento) são pós-graduado.

De acordo com o gráfico o que pode ser notado é que a maioria dos entrevistados não possuem um curso superior, mesmo assim confiam em seu perfil empreendedor.

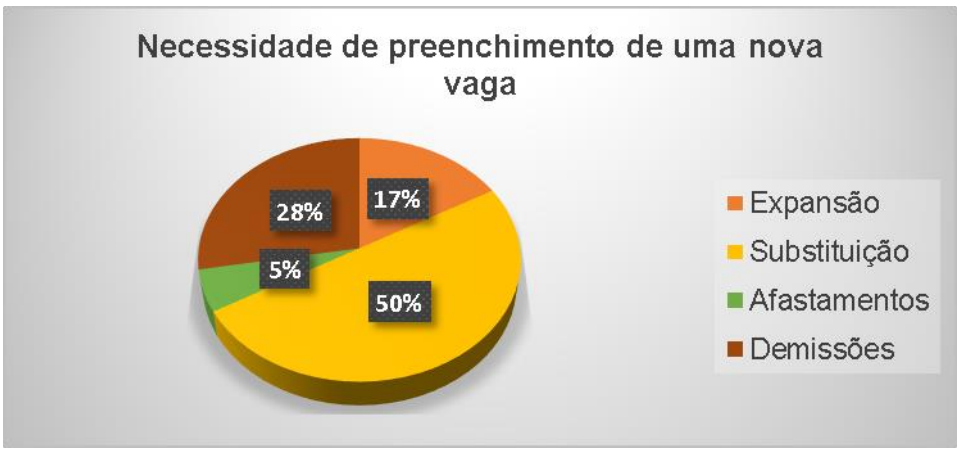


Gráfico 04: Como tem sido detectada a necessidade de preenchimento de uma nova vaga
Fonte: Questionários aplicados à pequenas empresas de João Pinheiro, em 2017

De acordo com a pesquisa a necessidade de preenchimento de uma vaga tem se dado em 17% (dezessete por cento) por expansão da empresa, 50% (cinquenta por cento) por substituições, 5% (cinco por cento) por afastamentos e 28% (vinte e oito por cento) por demissões.

Pode-se constatar que a maior necessidade de um recrutamento tem sido devido a substituições. Os motivos dessas substituições podem ocorrer devido a maioria das empresas não realizarem a avaliação de desempenho do colaborador, a fim de verificar se é necessário a recolocação, promoção ou até mesmo desligamento de colaboradores. Essa forma dificulta a análise do desenvolvimento organizacional, a fim de verificar se os colaboradores estão atendendo as necessidades e expectativas da organização. De acordo com Spector.

> Várias organizações utilizam o desempenho no trabalho como fundamento para diversas penalidades e recompensas. As penalidades podem incluir o rebaixamento de posto e o desligamento (demissão), e algumas organizações têm políticas que exigem a demissão de funcionário considerados insatisfatórios. As recompensas podem incluir a promoção e aumento de salário, e muitas empresas utilizam sistemas de pagamento por mérito, que associam tais aumentos ao desempenho no trabalho. (SPECTOR, 2006, p.84)

Gráfico 05: A empresa possui departamento de Recursos Humanos
Fonte: Questionários aplicados à pequenas empresas de João Pinheiro, em 2017

De acordo com o gráfico, é possível verificar que 28% (vinte e oito por cento) das empresas possuem um departamento de Recursos Humanos e 72% (setenta e dois por cento) não possuem. Apesar da maioria das empresas não possuírem o departamento de RH, os mesmos sabem da importância deste departamento e acreditam que se tivessem um departamento iria ajudá-los, o departamento de RH ajuda muito a empresa em vários aspectos, o que se comprova por Lacombe.

> Selecionar, formar, integrar e aperfeiçoar um grupo de pessoas para trabalhar numa empresa como uma verdadeira equipe, com objetivos definidos,

> fazendo com que cada membro conheçam seu papel, coopere com os demais e "vista a camisa" para produzir resultados é a responsabilidade mais importante dos administradores. O trabalho de formar, integrar, conduzir e aperfeiçoar uma equipe pode levar vários anos e não há seguro contra a perda desse importante ativo. (LACOMBE,2011, p. 18)

Os empresários justificaram o motivo de não possuírem um departamento de RH, e se implantando o departamento ajudaria os mesmos de alguma forma.

"Sim, ajudaria, mas por ser uma empresa há pouco tempo no mercado e um número reduzido de funcionários, as decisões fica a cargo dos proprietários." Entrevistado 2

"Sim, eu acredito que o departamento de RH, seria muito bom para a empresa. A razão de não possuir esse departamento talvez seja pela falta de profissional preparado para assumir essa função." Entrevistado 3

"O departamento de recursos humanos é fundamental para recrutamento e contratação, quando identifica o perfil e aptidão do funcionário ao cargo, bem como suas expectativas e disponibilidade frente a empresa, ou seja, auxilia encontrar o candidato correto à vaga. A empresa não possui departamento de RH por falta de capacidade financeira e o porte da empresa não comporta um departamento específico." Entrevistado 4

"No meu caso não" Entrevistado 7

"No meu caso não sinto necessidade" Entrevistado 8

"Acredito que um departamento seja necessário, em empresas de grande porte, para melhor seleção de novos funcionários. " Entrevistado 10

"O recrutamento é realizado pelos proprietários em conjunto com o gerente. " Entrevistado 11

"Sim, ajudaria para detectar a capacidade do funcionário. " Entrevistado 13

"Sim, ajudaria a selecionar o candidato". Entrevistado 14

"Com certeza, ajudaria muito. Falta de profissional qualificado. " Entrevistado 15

"Sim, creio ser a melhor forma de recrutamento. " Entrevistado 16

"A melhor forma de recrutamento é através de um departamento de RH." Entrevistado 17

Gráfico 06: Como é realizado o processo de recrutamento
Fonte: Questionários aplicados à pequenas empresas de João Pinheiro, em 2017

Os métodos utilizados para realizar o processo de recrutamento nas empresas tem sido 10% (dez por cento) internamente, 11% (onze por cento) externamente, 58% (cinquenta e oito por cento) indicações e 21% (vinte e um por cento) através de arquivos de currículos.

> As diferentes fontes de recrutamento não captam, necessariamente candidatos com a mesma qualidade. Taylor e Schmidt (1983) perceberam, por exemplo, que assiduidade e desempenho dos novos contratados dependiam de sua fonte de origem. Em seus estudos, os candidatos indicados pelos funcionários eram muito mais assíduos do que aqueles indicados de outras fontes. Perceberam que seus estudos eram de alguma maneira, diferentes dos obtidos em estudos anteriores. Portanto, parece que, embora possa haver diferenças nos tipos de pessoas contratadas das várias fontes, nenhuma fonte é superior ás outras em todas as situações. (SPECTOR, 2006, p.146)

As características como, conhecimento, aptidões e habilidades de uma determinada função devem ser buscadas em fontes que possibilitam maiores chances de encontrar candidatos que se enquadram no perfil, devido a isso, cada função possui suas particularidades, no caso da maioria das empresas pesquisadas, a busca de candidatos é feita por indicações ou arquivo de currículos, as empresas não tem buscado atrair candidatos, um ponto desfavorável, pois se houvesse um buscar maior de candidatos o processo de seleção poderia ser mais eficiente.

Questão 01: Como é definido o perfil a ser selecionado? Existe uma análise de cargo e salário?

"O perfil a ser selecionado é definido de acordo com a vaga disponível,

levando em considerações experiências anteriores." Entrevistado 1

"Necessariamente sim, mas se houver grande necessidade e rapidez na contratação, selecionamos alguém já conhecido no mercado" Entrevistado 2

"Perfil é definido por vários critérios, comunicação, experiência, aparência, confiabilidade, disponibilidade de horário, interesse em trabalho ou em "emprego" e outros." Entrevistado 3

"A definição do perfil se dá pela necessidade da empresa, qual cargo necessita de ocupação. A análise é realizada através da experiência do candidato, que para ocupação da vaga, pelo porte da empresa, geralmente dispõe de apenas um funcionário em cada função." Entrevistado 4

"Sim" Entrevistado 5

"Não, contratamos por referência" Entrevistado 6

"Conhecimento da pessoa, analise do conhecimento de acordo com a função a ser exercida." Entrevistado 7

"Geralmente tento promover aquele funcionário que esta na empresa e contrato novo funcionário para aquela vaga de iniciante." Entrevistado 8

"Boas referências e um bom papo." Entrevistado 9

"O perfil depende do cargo disponível. " Entrevistado 10

"Analise da indicação de currículos." Entrevistado 11

"Referencias anteriores." Entrevistado 12

"Se o interessado possui experiência no cargo, tempo de permanência em empresas interiores." Entrevistado 13

"Indicações e qualificações hoje é essencial na escolha do colaborador. " Entrevistado 14

"O perfil é definido de acordo com o cargo a ser ocupado, além é claro de informações profissionais e pessoais. " Entrevistado 15

"Não tem um perfil específico. Se observa se a pessoa sabe fazer o serviço. " Entrevistado 16

"O perfil é definido pelos sócios a partir da demanda da vaga. " Entrevistado 17

"Primeiramente é analisado as funções que serão exercidas e busca-se um candidato que atenda a essas características. " Entrevistado 18

Através das respostas dos entrevistados pode-se perceber que a maioria das empresas

não traçam o perfil do candidato que procuram. Através da Administração de Cargos e Salários pré-estabelecidos é possível perceber a importância de cada cargo, a variação salarial e o planejamento de carreira de seus colaboradores.

> A estruturação e descrição dos cargos constituem etapas do planejamento organizacional que procuram, a partir da missão e das áreas de responsabilidades de cada unidade organizacional, estabelecer as posições de trabalho, suas atribuições, responsabilidades e autoridades. Especifica também através das descrições, o campo de atuação de cada cargo, a contribuição esperada e os requisitos de competência profissional e pessoal necessários para o desempenho do cargo. (LUCENA, 2013, p.101)

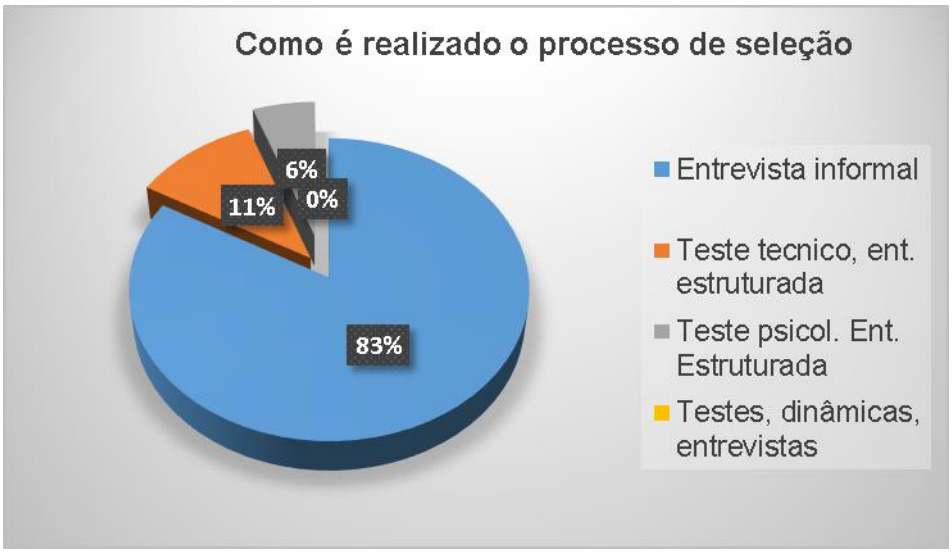


Gráfico 07: Como é realizado o processo de seleção
Fonte: Questionários aplicados à pequenas empresas de João Pinheiro, em 2017

A metodologia utilizada pelas empresas pesquisadas para realizar o processo de seleção, apresenta que 83% (oitenta e três por cento) não aplicam nenhum teste, apenas entrevista informal, 11% (onze por cento) teste de conhecimento técnico e entrevista estruturada e 6% (seis por cento) testes de conhecimento psicológicos e entrevista estruturada.

A maioria das empresas não realizam nenhum tipo de teste, apenas entrevista informal, neste tipo de conhecimento de seleção dificilmente poderá ser percebido o grau de conhecimento, habilidade, aptidão de cada candidato, fazendo com que o processo não tenha o resultado pretendido.

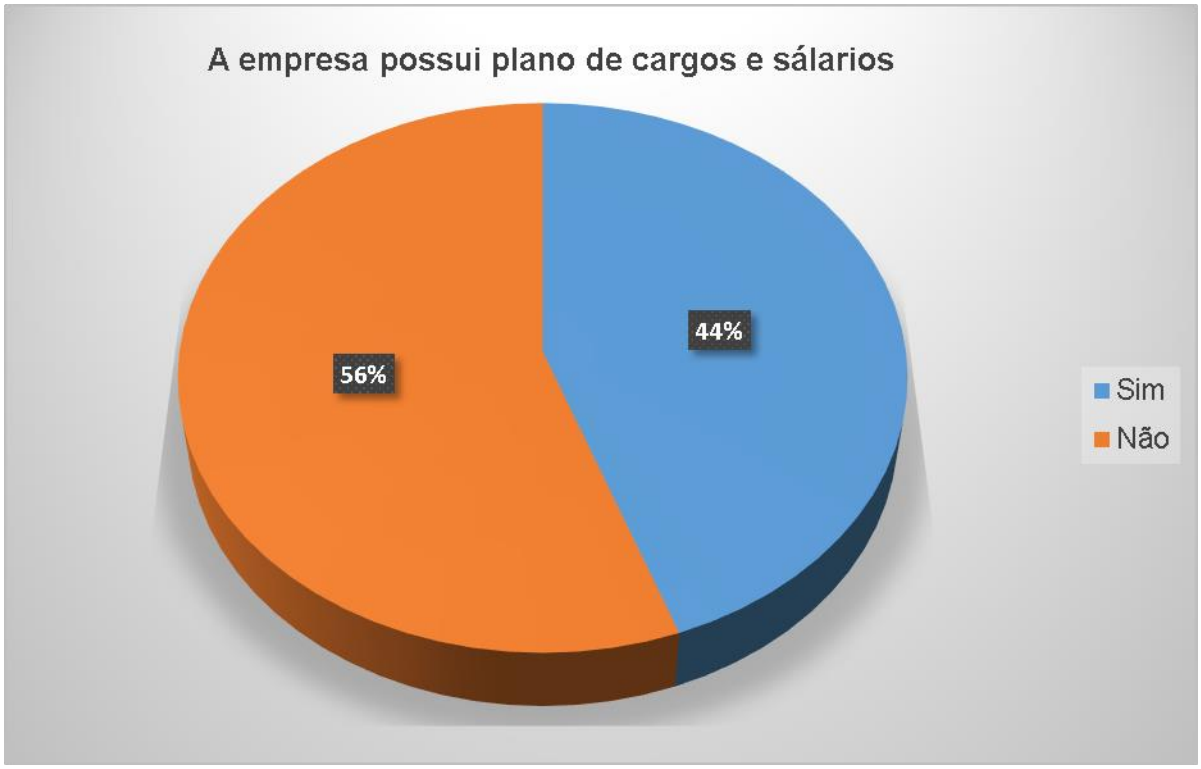


Gráfico 08: A empresa possui um Plano de Cargos e Salários
Fonte: Questionários aplicados à pequenas empresas de João Pinheiro, em 2017

O gráfico demonstra que 44% (quarenta e quatro por cento) das empresas entrevistadas possuem um plano de cargos e salários e 56% (cinquenta e seis por cento) não possuem.

Pode-se perceber que as empresas estão bem divididas onde metade faz análise de cargo e salários e metade não, o processo de descrição de cargos é de grande importância para empresa, onde é possível fazer a valorização dos cargos, fazer o organograma e descrever os salários de cada função.

> A análise da descrição de cargos é a base fundamental de todo um sistema de administração de salários, pois, das informações que seu uso deriva é que é possível estabelecer critérios e técnicas de remuneração. E tudo isto resulta de que para valorar cargos é preciso antes conhecê-los. (SOCHODOLAK *apud* ZIMPECK,2008, p. 03)

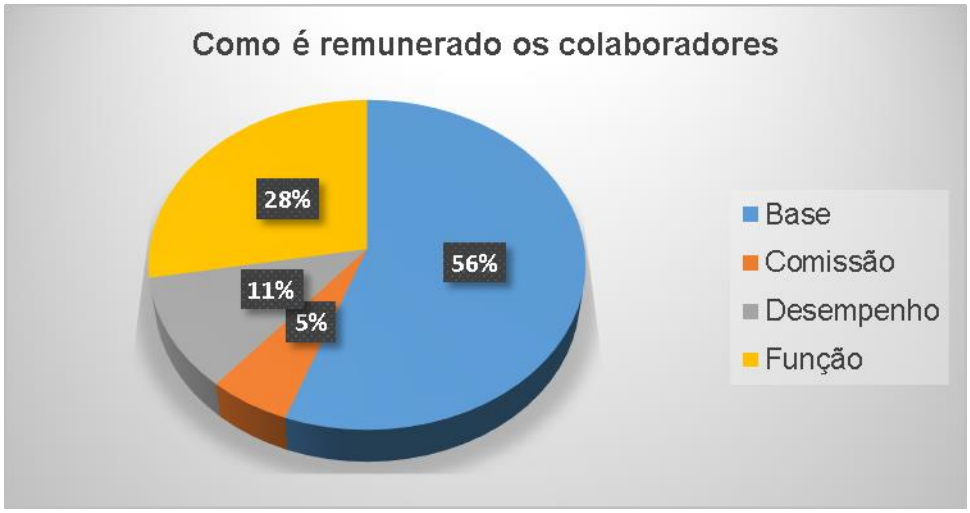


Gráfico 09: Qual a forma de remunerar os colaboradores
Fonte: Questionários aplicados à pequenas empresas de João Pinheiro, em 2017

A maioria das empresas remunera seus colaboradores de acordo com salário base, a remuneração é um fator importante na motivação dos colaboradores. Existe o sistema de remuneração e carreira, que ajuda a alinhar os salários, remunerando de acordo com as habilidades, capacidade, fazendo com que o indivíduo queira estar sempre se desenvolvendo para garantir um melhor salário.

> A remuneração pode ser valorada por uma habilidade específica, quando o nível de complexidade dessa habilidade for alto, ou por bloco de habilidades, que reúne um conjunto de habilidades mais simples. A utilização de blocos de habilidades tem a vantagem de simplificar a administração do sistema. (WOOD, PICARELLI, 2004, p.107)

Gráfico 10: A empresa possibilita ao colaborador oportunidade de crescimento.
Fonte: Questionários aplicados à pequenas empresas de João Pinheiro, em 2017

Como mostra o gráfico, 72% (setenta e dois por cento) possibilita oportunidades de

crescimento de seus colaboradores e 28% (vinte e oito por cento) não fornecem nenhuma forma de crescimento ao colaborador. Os colaboradores que apresentam maior flexibilidade costumam obter mais oportunidades de crescimento. O que é confirmado por (WOOD, PICARELLI, 2004, p. 108) "Empregados que adquirem habilidades relacionadas a diferentes funções tornam-se mais valiosos para a empresa e têm mais possibilidades de evolução. "

Gráfico 11: Má contratação que gerou reclamações ou contratos rescindidos
Fonte: Questionários aplicados à pequenas empresas de João Pinheiro, em 2017

Ao analisar o gráfico é possível perceber que 61% (sessenta e um por cento) das empresas já fizerem um má contratação, e 39% (tinta e nove por cento) não tiveram más contratações. Para se evitar as más contratações e necessário fazer avaliações da pessoa que está sendo contratada, as avaliações ajuda entender o perfil de cada pessoa.

> (...)nenhuma avaliação é totalmente objetiva, sempre haverá algum grau de subjetividade. A existência de um plano formal de avaliação deve conduzir a avaliações menos subjetivas e menos distorcidas do que as realizadas sem nenhuma estruturação. (LACOMBE, 2011, p. 46)

Gráfico 12: Principais dificuldades em realizar o processo de recrutamento e seleção
Fonte: Questionários aplicados à pequenas empresas de João Pinheiro, em 2017

O gráfico demonstra que a maior dificuldade em realizar o processo de recrutamento e seleção com 50% (cinquenta por cento) são a falta de candidatos qualificados, 11% (onze por cento) falta de um profissional de RH para realizar o processo, 11% (onze por cento) falta de conhecimento das técnicas a serem utilizadas e 28% (vinte e oito por cento) devido aos custos e tempo.

Dentre as principais dificuldades encontradas está a falta de candidatos qualificados, segundo Melo (2008), uma das principais dificuldades no processo de recrutamento e seleção é encontrar candidatos qualificados e que atendem as exigências determinado cargo, devido a demanda estar maior que o número de talentos que as empresas conseguem encontrar no mercado hoje.

Gráfico 13: O processo de recrutamento e seleção realizado satisfaz as necessidades e expectativas da empresa

Fonte: Questionários aplicados à pequenas empresas de João Pinheiro, em 2017

Em relação as expectativas do processo de recrutamento e seleção realizado, 50% (cinquenta por cento) das empresas responderam que atende as suas necessidades, 6% (seis por cento) não e 44% (quarenta e quatro por cento) as vezes. Justificaram suas respostas com os seguintes argumentos:

"As vezes, porque nem sempre o colaborador desempenha as atividades da forma como é necessário. " Entrevistado 1

"Depende muito de quem fará o processo e sua competência no mercado de trabalho. " Entrevistado 2

"Não satisfaz por completo exatamente pelo fato de não termos profissional preparado para fazer a seleção, causando então as vezes falhas no recrutamento. " Entrevistado 3

"As vezes, em grande parte as informações de experiência de trabalho dos contratados são suficientes para escolha, porém algumas características como iniciativa, criatividade, relacionamento, trabalho em grupo, liderança, entre outras não são identificadas antes da contratação e fazem toda diferença no cotidiano da empresa. "
Entrevistado 4

"Nem sempre, e esperado o resultado que é feito em pesquisa. " Entrevistado 5

"Sim, porque a empresa solicita somente funcionários altamente capacitados na área. " Entrevistado 6

"Sim. Meus três funcionários, tem mais de 10 anos trabalhando comigo, os outros 2 são novatos, contratei por necessidade. " Entrevistado 7

"Sim, sempre tive boa equipe, talvez pelo fato de sempre pagar o melhor salário possível. " Entrevistado 8

"Sim, por ser uma empresa onde a maior parte dos funcionários e da família dos sócios. " Entrevistado 10

"Somos de médio porte, os proprietários e gerente exerce essa função a contento. " Entrevistado 11

"Porque quase sempre são indicações dos próprios colaboradores. " Entrevistado 12

'Nem sempre é feito uma análise profunda. " Entrevistado 13

"Atende o necessário, diante da vaga oferecida. " Entrevistado 14

Através das respostas dos empresários, pode-se perceber que os empresários não estão totalmente satisfeitos com a forma que tem utilizado para fazer o recrutamento e seleção, o que pode acarretar em más contratações.

Questionários aplicados aos colaboradores:

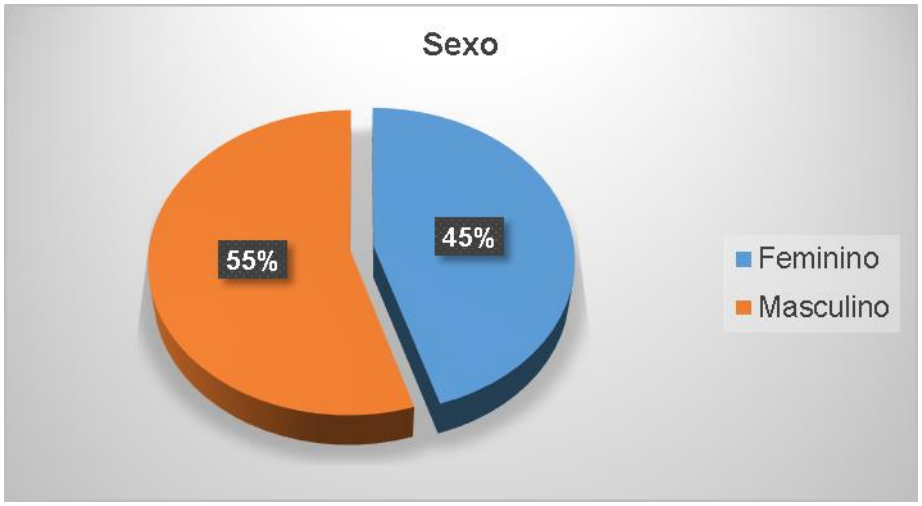


Gráfico 01: Sexo dos entrevistados
Fonte: Questionários aplicados aos colaboradores das empresas de João Pinheiro, em 2017

No gráfico pode-se observar que o sexo dos colaboradores entrevistados está bem dividido, 45% (quarenta e cinco por cento) são do sexo feminino, 55% (cinquenta e cinco por cento) do sexo masculino, as pessoas de ambos os sexos tem buscado algum tipo de ocupação.

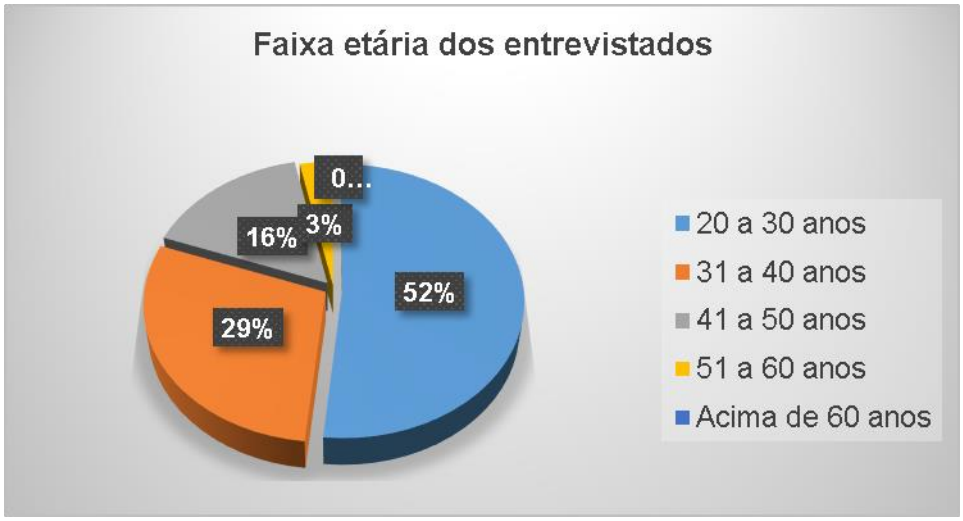


Gráfico 02: Faixa etária dos entrevistados
Fonte: Questionários aplicados aos colaboradores das empresas de João Pinheiro, em 2017

Das pessoas entrevistadas 52% (cinquenta e dois por cento) tem entre 20 e 30 anos, 29% (vinte e nove por cento) tem de 31 a 40 anos, 16% (dezesseis por cento) de 41 a 50 anos e 3% (três por cento) entre 50 e 60 anos. É possível observar que as pessoas independentemente da idade possuem algum tipo de necessidade, que os movem a trabalhar.

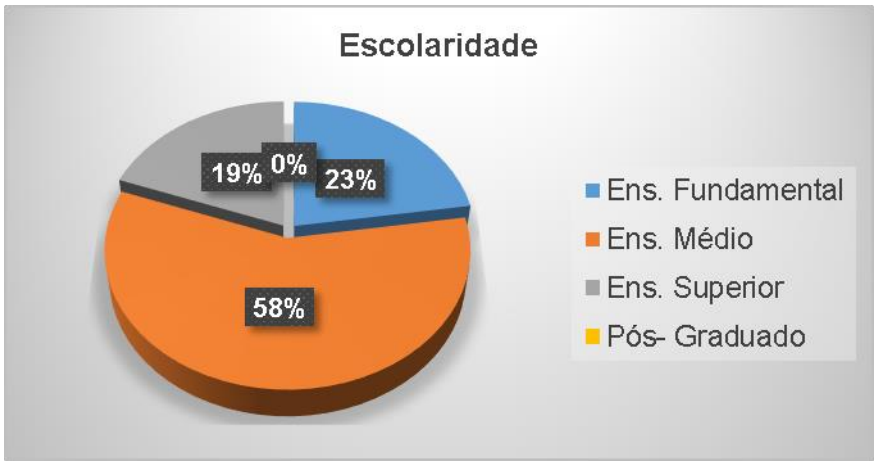


Gráfico 03: Grau de escolaridade dos entrevistados
Fonte: Questionários aplicados aos colaboradores das empresas de João Pinheiro, em 2017

O gráfico apresenta que 23% (vinte e três por cento) das pessoas entrevistadas possuem apenas o ensino fundamental, 58% (cinquenta e oito por cento) possui ensino médio e 19% (dezenove por cento) possui ensino superior.

A maior parte dos colaboradores entrevistados possuem ensino médio, as empresas têm buscado colaboradores mais qualificados, devido as exigentes do mercado.

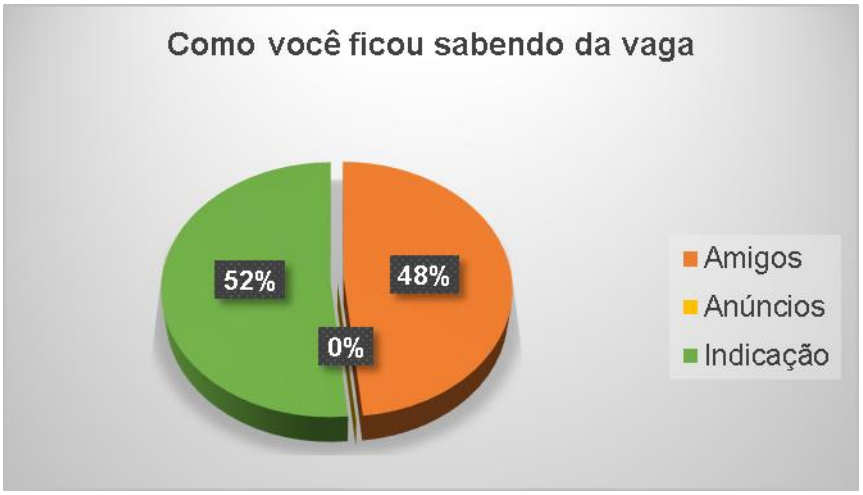


Gráfico 04: Como você ficou sabendo da vaga
Fonte: Questionários aplicados aos colaboradores das empresas de João Pinheiro, em 2017

Dos colaboradores contratados pelas empresas 48% (quarenta e oito por cento)

ficaram sabendo da vaga através de amigos e 52% (cinquenta e dois por cento) foram contratados através de indicação.

A maioria das empresas fazem as contratações através de indicações de pessoas próximas, porém deve ser observado o perfil de cada pessoa, pois o que foi bom para uma determinada função ou empresa, não significa que será bom para outra empresa.

> Em qualquer caso, é importante considerar quem indicou e o grau de idoneidade e comprometimento que essa pessoa tem com a empresa. No método de indicações, pede-se a pessoas altamente confiáveis e identificadas com a empresa a indicação de pessoas de sua confiança que tenham o perfil adequado para a vaga. O assunto fica restrito a um grupo seleto, que colabora no recrutamento do candidato com o perfil adequado. (LACOMBE, 2011, p.90)

Em alguns casos, as empresas contratam por indicação devido a necessidade de preencher uma vaga mais rápido.

> A pressa pode levar a uma definição inadequada do perfil do candidato ou à admissão de um candidato que não tenha o perfil que se deseja, mas a chefia age de acordo com o velho ditado: "ruim com ele pior sem ele. " Essa atitude somente adia problemas, quase sempre agravando-os. (LACOMBE, 2011, p.105)

Gráfico 05: Quando você foi contratado foi comunicado a você as tarefas que deveriam ser desempenhadas e a quem você se remeteria caso necessite de algo.
Fonte: Questionários aplicados aos colaboradores das empresas de João Pinheiro, em 2017

A maioria dos colaboradores sabiam as tarefas que seriam desempenhadas, sendo representada por 71% (setenta e um por cento) das pessoas entrevistadas e 29% (vinte e nove por cento) não sabiam as tarefas que seriam realizadas.

Ao iniciar um processo de recrutamento deve-se descrever o cargo o qual possui vaga disponível e no momento da seleção deve-se passar para o candidato a descrição do cargo, as tarefas que devem ser realizadas e a hierarquia da empresa.

> A descrição de cargos é um processo que consiste em determinar, pela observação e pelo estudo, os fatos ou elementos que compõem a natureza de um cargo e o tornam distinto dos outros cargos existentes na organização. De forma geral, ela define algumas responsabilidades principais e uma lista de tarefas que o ocupante do cargo deve desempenhar. (OLIVEIRA, 2017, p. 05)

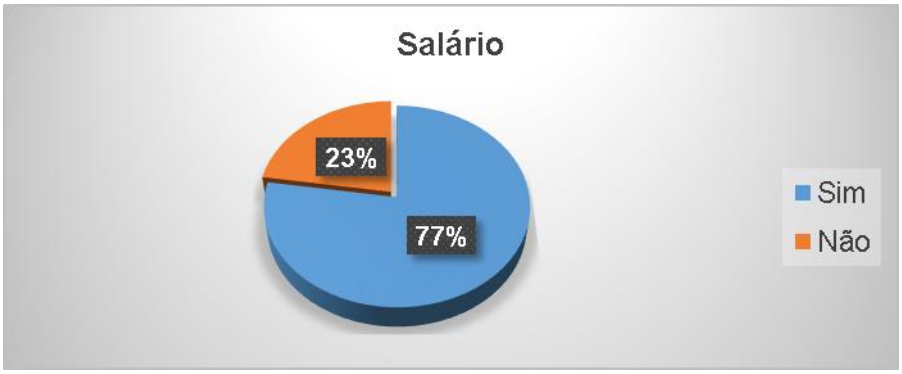


Gráfico 06: Você sabia o salário que receberia antes de ser contratado
Fonte: Questionários aplicados aos colaboradores das empresas de João Pinheiro, em 2017

De acordo com os dados 77% (setenta e sete por cento) dos colaboradores contratados sabia o salário que iria receber e 23% (vinte e três por cento) iniciaram suas atividades sem saber o salário que receberia. Segundo (OLIVEIRA, 2017, p.418) "Entende-se que salário é o valor ajustado entre as partes (empregador e empregado), seja por um acordo tácito ou expresso. " Sendo assim o empregado deve saber o salário que lhe será pago, para saber se está de acordo.

Gráfico 07: Como você considera o seu salário de acordo com as tarefas que você desempenha
Fonte: Questionários aplicados aos colaboradores das empresas de João Pinheiro, em 2017

De acordo com os colaboradores o salário oferecido tem sido razoável, apresentando 55% (cinquenta e cinco por cento), 39% (trinta e nove por cento) considera o salário bom e apenas 6% (seis por cento) considera o salário ruim.

III-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se observar com está pesquisa, que o departamento de Recursos Humanos, utilizando as ferramentas adequadas para recrutamento e seleção ajudaria muito as empresas, na evolução e desenvolvimento das mesmas.

Através das respostas dos entrevistados foi possível perceber que a maioria das empresas contratam por indicações, não utilizam as ferramentas especificas para recrutar e selecionar pessoas, o que acaba causando má contratação, sendo confirmado pelo gráfico 11, que 61% das empresas já tiveram má contratação, se as empresas utilizassem métodos específicos poderiam vir a diminuir as chances de uma contratação indesejada.

Durante a pesquisa foi possível perceber, as necessidades daqueles que ainda não possuem o departamento, independente do porte das empresas.

A pesquisa teve como o foco recrutamento e seleção, porém o departamento de RH auxilia as empresas em vários outros aspectos, como: treinamento, motivação, integração, descrição de cargos, onde pode ser percebido uma grande falha, que algumas empresas por serem de pequeno porte um único colaborador acaba desenvolvendo diversas funções, dentre outros aspectos.

As empresas que ainda não aderiram ao setor de RH, têm pensado nas despesas e no porte de suas instalações, o que devido ao tamanho não há necessidade de um profissional de RH, porém não possuem o entendimento dos benefícios que estes profissionais especializados, podem oferecer as empresas. Para que a organização cresça e se desenvolva é necessário que haja profissionais preparados dentro da organização.

Para contratar colaboradores melhores e com o perfil adequado para cada função é necessário que seja realizado o processo de recrutamento de pessoas de forma adequada, seja ele interno ou externo, fazendo aplicação de técnicas e selecionando apenas aqueles que se adequem ao cargo, para que desta forma as contratações sejam assertivas, agradando aos colaboradores já existentes, sem gerar conflitos, empresários e principalmente aos consumidores, que são os responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento das empresas.

Sugere-se as empresas que ainda não possuem o profissional de RH, que faça a contração do mesmo, para que possa fazer uma comparação e poder ver a diferença que pode haver na empresa, que o investimento feito, proporcionará à empresa benefícios superiores.

IV-REFERÊNCIAS

CASTRO, Celso Antônio Pinheiro de**. Sociologia Aplicada á Administração**. São Paulo, Atlas, 2002.
DEMO, Pedro, **Metodologia do Conhecimento Cientifico**. São Paulo; Atlas 2000.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi, **Práticas de Recursos Humanos – PRH : conceitos, ferramentas e procedimentos**. 9. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2013.

HACKETT, Penny, **Como fazer entrevista de seleção.** São Paulo: Nobel, 2000.

IBGE.http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=313630&search=minas-gerais|joao-pinheiro|infograficos:-informacoes-completas. Acesso em 24 de Março de 2017.

LACOMBE, Francisco José Masset, **Recursos Humanos: Princípios e Tendências.** São Paulo: Saraiva, 2005.

LACOMBE, Francisco José Masset, **Recursos Humanos: Princípios e Tendências,** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica,** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LUCENA, Maria Diva da Salete. **Planejamento de Recursos Humanos**. – 1. ed. – 16. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2013.

MARRAS, Jean Pierre**. Administração de Recursos Humanos: do Operacional ao Estratégico**, 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração: da Revolução Urbana á Revolução Digital.** São Paulo: Atlas, 2008.

MELLO, Pollyanna: **https://www.administradores.com.br/noticias/negocios/empresas-reconhecem-a-importancia-da-analise-de-perfil-pessoal-no-processo-de-selec**ao/ 17825/. Acessado em 04 de novembro de 2017.

OLIVEIRA, **Aristeu de. Descrição de cargos, salários e profissões regulamentadas.** 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

PONTES, Benedito Rodrigues. **Planejamento, Recrutamento e Seleção de Pessoal.** São Paulo,1988.

ROBBINS, Stephen. COULTER, Mary. **Administração.** Rio de Janeiro: Prentice- Hall do Brasil,1998.

RIBEIRO, Mariana Emídio Oliveira. **Conduzindo um Processo de Recrutamento.** Portal dos administradores, 2009. http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/conduzindo-

um-processo-de-recrutamento/34057/ Acesso em 04 de junho de 2017.

SATT, G. P. M; CRISTELLO, E. M. **Motivação versus Produtividade: o impacto do fator motivação na produtividade das organizações**. Anuário da Produção Cientifica dos Cursos de Pós-Graduação. v. IV, n. 4, 29-46, 2009.

SEBRAE. **https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/empresa-de-pequeno-portedetalhe**8,8e5713074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD. Acessado em 04 de abril de 2017.

SPECTOR, Paulo E. **Psicologia nas Organizações**. São Paulo: Saraiva, 2006.

TOLEDO, Flávio de. **Administração de Pessoal (Desenvolvimento de Recursos Humanos)**, 6 ed., São Paulo, 1981.

TOLEDO, Flávio de. **Administração de Pessoal (Desenvolvimento de Recursos Humanos)**, 5 ed. São Paulo, 1978.

TOLEDO, Flávio de O **que são Recursos Humanos**, 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

WOOD, PICARELLI, Thomaz Jr., Vicente Filho. **Remuneração e carreira por habilidades e por competências:** preparando a organização para a era das empresas de conhecimento intensivo. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ZIMPECK, B G. **Administração de salários**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PERCEBIDA EM UM INSTITUTO FEDERAL

Márcio Silva Andrade*
Pedro Henrique Tomás**
Maria Aparecida da Silva Gomes***
Raquel Barbosa Machado****
Vaston Gonçalves da Costa*****
Adriana Santos Prado Sadoyama******

Resumo: Com a expansão da educação tecnológica e dos institutos federais no Brasil, é necessário que gestores destas instituições tenham compreensão que a todo momento, os clientes avaliam a qualidade do serviço prestado. É preciso que a instituição possua sintonia no entendimento da percepção de seus principais atores, no caso, os gestores, professores e alunos. Este artigo retrata os resultados de uma pesquisa exploratória, aplicada e com abordagem quantitativa com o objetivo de avaliar a qualidade percebida nos serviços educacionais prestados pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro em um curso Superior de Tecnologia, utilizando como ferramenta básica para análise, a escala SERVQUAL, desenvolvida por Parasuraman, Zeithaml e Berry (1988). Para a coleta de dados, foram aplicados questionários estruturados com questões fechadas e pré-definidas pelos pesquisadores adaptado aos serviços educacionais. Para analisar os dados obtidos foram realizados procedimentos estatísticos. Conclui-se que o SERVQUAL é uma metodologia que possibilita a avaliação de cursos superiores com base na percepção dos estudantes, professores e gestores.

Palavras-chave: Qualidade. Educação. Escala SERVQUAL.

Abstract: With the expansion of technical education and the federal institutes in Brazil, managers in these institutions must bear in mind that customers are always evaluating the quality of the service that they provide. Therefore, it is necessary that the institution is able to understand the perception of its leading actors – managers, teachers and students. This paper shows the results of an applied exploratory research, using quantitative approach, aiming to evaluate the perceived quality of educational services provided by the Federal Institute of Triângulo Mineiro in a Superior Course of Technology, using as a basic tool for analysis the SERVQUAL scale, developed by Parasuraman, Zeithaml and Berry (1988). Structured questionnaires, formed by multiple choice questions, which were pre-defined and adapted to educational services by the researchers, were used to collect data. Statistical procedures were

* Administrador, Mestre em Gestão Organizacional. márcioandrade@iftm.edu.br

** Tecnólogo em Sistemas de Informação, Especialista em Informática na Educação, Mestrando em Gestão Organizacional. pedrohenrique@iftm.edu.br

*** Administradora, Especialista em Saúde Pública e Saúde do Trabalhador. raquelmachado@iftm.edu.br.

**** Administradora, Especialista em Saúde Pública e Saúde do Trabalhador. raquelmachado@iftm.edu.br.

***** Doutor em Informática. vaston@gmail.com

****** Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. drisadoyama@gmail.com

performed to analyze the obtained data. It is concluded that SERVQUAL is a methodology that allows the evaluation of higher courses based on the perception of students, teachers and managers.

Keywords: Quality. Education .SERVQUAL scale.

INTRODUÇÃO

É evidente que a sociedade moderna tem vivenciado mudanças estruturais significativas nos últimos anos. Tais mudanças demonstram intensidade, profundidade e velocidade nunca antes vistas. O desenvolvimento e a maturação das empresas nas últimas décadas fizeram este movimento gestor extrapolar o campo de ação empresária inicial, a indústria, e atingir novos setores, como o de serviços.

Conforme salienta Vieira (2008), a sociedade contemporânea é caracterizada principalmente pela amplitude e velocidade de suas mudanças, este fato promove o aumento dos estudos e do interesse dos pesquisadores organizacionais.

A respeito das instituições, as mais variadas formas de fidelização dos clientes fazem alusão à percepção que as pessoas têm das "características, os valores básicos, os hábitos, as práticas de uma estrutura qualquer, sem se importar se elas gostam ou não da organização" (COLETA; COLETA, 2007). Para melhorar sua performance junto aos clientes, as empresas "têm envidado grandes esforços para atender suas necessidades e exceder suas expectativas" (OLIVEIRA; FERREIRA, 2009).

De acordo ainda com Oliveira e Ferreira (2009) é imprescindível que as empresas invistam em ferramentas e sistemas da qualidade para melhorar seus processos.

Diante disso, é necessário que aos gestores de organizações de prestação de serviços tenham a compreensão de que a todo o momento os clientes avaliam a qualidade do serviço prestado, através de sua percepção (NARANG, 2012).

Esta busca por excelência também atinge a prestação dos serviços educacionais. Segundo Oliveira e Ferreira (2009), as instituições de ensino, como prestadoras de serviço, também estão em busca da satisfação de seus clientes através da melhoria da qualidade de seus serviços de ensino para satisfação das expectativas dos alunos e do mercado.

Coleta e Coleta (2007) afirmam que, "as instituições de educação superior – IES, em que pesem as enormes diferenças, guardam diversas similitudes com as organizações empresariais até então estudadas". Contudo, os serviços de educação possuem características

bastante particulares, sendo que, qualquer modelo de avaliação da qualidade percebida deve ser adaptado conforme os determinantes mais importantes (NARANG, 2012).

Vale ressaltar que, nos últimos anos, foi promovido pelo Governo Federal através da Lei 11.892/08 (BRASIL, L. D. C., 2008) a criação e expansão dos Institutos Federais de Educação no Brasil para o atendimento da necessidade na demanda por pessoal qualificado nas regiões de baixa renda e com baixos índices de desenvolvimento humano. Os institutos federais têm como missão e finalidade principal ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades.

Esse crescimento quantitativo, apesar de necessário, tem talvez negligenciado a perspectiva de qualidade na prestação dos serviços de educação.

Neste contexto, a inquietação, dúvida e observação sobre a visão dos clientes dos institutos federais a respeito dos serviços prestados, promoveu o surgimento e a formalização do objetivo central deste artigo que é avaliar a qualidade percebida dos serviços educacionais prestados pelo IFTM, sob a óptica dos graduandos, docentes e gestores do curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do Campus Paracatu, utilizando para tanto o modelo SERVQUAL como ferramenta básica para análise.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

SETOR DE SERVIÇOS

O setor de prestação de serviços, atualmente, é o mais importante segmento econômico na maioria dos países. As mudanças dos padrões de vida modernos, mudanças de hábitos e de comportamento das pessoas promoveram esse crescimento econômico baseado na enorme gama de serviços oferecidos pelas empresas prestadoras. A economia de serviços representa mais da metade do produto interno bruto mundial. Desempenha, portanto, papel fundamental no crescimento e desenvolvimento local, regional e mundial.

Segundo Tureta, Rosa e Da Silva (2007) as movimentações e diversificações dos serviços para o mundo dos negócios atestaram uma mudança de caráter estrutural na economia. Essas movimentações são caracterizadas por uma transição em direção a uma nova forma de competição: a concorrência por serviços (TURETA et al., 2007). Para o entendimento destes fatos, são necessárias análises críticas e conceituais sobre serviços e bens.

Para descrevermos o setor de serviços, é preciso definir o que vem a ser serviço. A definição de serviço é verificada como a realização do trabalho. Segundo Meirelles (2006) tanto os autores clássicos quanto os contemporâneos sempre reconheceram os serviços como a realização de trabalho. Contudo, existem diferenças de ordem conceitual e metodológica baseadas nas visões desses autores alicerçadas nos conjuntos de características formais e específicas dos serviços, principalmente quando se leva em consideração a natureza dos recursos produtivos utilizados para a prestação dos serviços e no resultado do trabalho.

Segundo Meirelles (2006) a "questão fundamental na análise conceitual dos serviços consiste em compreender que serviço é fundamentalmente diferente de um bem ou de um produto".

Essa natureza impalpável e essa intangibilidade faz com que o serviço somente seja avaliado quando combinado a outras funções, tendendo "a prestação do serviço ocorrer simultaneamente ao consumo" (OLIVEIRA; FERREIRA, 2009). Os autores ressaltam que, principalmente o setor de prestação de serviços, pelo grau de importância acumulado nos últimos anos e pela especificidade de seus processos, necessita de "metodologias específicas de gestão adequadas ao seu contexto" (OLIVEIRA; FERREIRA, 2009).

Diante disso, é necessário que aos gestores de organizações de prestação de serviços tenham a compreensão de que a todo o momento os clientes avaliam a qualidade do serviço prestado, através de sua percepção (NARANG, 2012).

QUALIDADE

Definir qualidade não é tarefa fácil. Segundo Cury (2011), devido à sua subjetividade conceitual e de suas diversas interpretações e percepções, é o modo de ser, é a propriedade considerada superior para identificar e escalonar as preferências aos mais diversos serviços, objetos, indivíduos etc.

Do latim qualitas, a palavra qualidade possui uma procedência mais profunda do grego poiotês que significa uma categorização ou classificação (CURY, 2011).

Ainda na visão do autor, a qualidade está relacionada às percepções de cada indivíduo e diversos fatores como cultura, produto ou serviço prestado. As necessidades e expectativas dos atores envolvidos influenciam diretamente nesta definição (CURY, 2011).

Segundo Dourado (2007) existem várias definições para qualidade, como o produto estar em conformidade com as exigências dos clientes, ter valor agregado, algo que produtos

similares não possuem, relação custo/benefício etc.

Segundo foi relatado por Taylor e Baker (1994) é necessário compreender, definir e avaliar a qualidade para relacioná-la com a satisfação dos consumidores na formação de intenções de compra dos consumidores. Os mesmos autores salientam que a preocupação com a qualidade é anterior à Revolução Industrial. Desde os modelos artesanais, a preocupação com aspecto físico superior dos produtos era uma constante, verificando-se materiais utilizados e padronização de processos que alavancariam um escalonamento superior aos produtos e, com isso, agregar valor final.

Parasumanan et al (1985) conceituam qualidade como a diferença entre a expectativa e o desempenho do serviço prestado. Os autores utilizam com base para suas discussões o modelo de satisfação apresentado por Oliver (1980). Cronin e Taylor (1994), através de seu trabalho, criam uma oposição ao conceito de qualidade de Parasumanan et al (1988) por afirmarem que qualidade é uma atitude em relação as suas dimensões sendo que, está intimamente relacionada ao desempenho. Os autores ainda afirmam que a qualidade percebida antecede a satisfação.

Segundo Narang (2012), a qualidade do serviço é intimamente ligada pela associação da percepção das pessoas que recebem o serviço.

Para Cury (2011) “qualidade é algo que, na linguagem comum, tem sido considerado como uma agregação que confere valor superior a um bem, a um serviço ou a um sujeito”. É o atributo ou predicado pelos quais sujeito, bem ou serviço distingue-se de seus semelhantes.

Contudo, não há uma definição única para explicar o significado de qualidade.

Cerquinho (1994) define a qualidade baseada em um ambiente sadio, dentro e fora da organização, onde todos os atores envolvidos no processo são contemplados. O autor procura afirmar com isso que, qualidade e ética devem caminhar juntas.

Segundo Cerquinho:

> Qualidade é o somatório de todas as características e propriedades dos bens e serviços oferecidos que satisfaçam as necessidades razoáveis dos clientes, juntamente com o conjunto de situações envolvidas na obtenção e uso destes produtos que favoreçam uma existência saudável e autenticamente humana a todos que são afetados (CERQUINHO, 1994).

QUALIDADE EM SERVIÇOS

Ao tratar do que vem a ser qualidade em serviços, é extremamente importante evocar o que se conhece de como a qualidade é percebida pelo cliente. Para Narang (NARANG, 2012 apud

Spreng e Mackoy, 1996; Bigne et al., 2003; Gummerus et al., 2004; Ribbink et al., 2004) as organizações precisam discutir a importância da qualidade percebida do serviço a fim de levar a satisfação do cliente, que por sua vez aumenta a confiança, o boca-a boca e a fidelização. Este fato tem sido reconhecido como um dos valores estratégicos chave nas organizações de serviço (NARANG, 2012 apud Lewis, 1991). Qualidade do serviço é essencial não só para o sucesso, mas, por vezes, para a sobrevivência da instituição, mesmo no caso de instituições de ensino superior (NARANG, 2012).

Os estudos sobre qualidade em serviços iniciam-se de forma bastante acentuada a partir da década de 80. Segundo Castro (2015) em 1984, Grönroos criou o modelo de Qualidade Total através de seus estudos iniciados desde 1982 baseados na premissa do conceito de percepção do serviço. Posteriormente Gummersson em 1988, apresentou um modelo de medição de qualidade aplicado à indústria, onde o mesmo aborda a ligação entre expectativas e percepções.

Em meados dos anos 80, Parasuraman, Zeithaml e Berry (1985) apresentam pesquisas, trazendo propostas de um modelo para a medição da qualidade, procurando também conceituar a qualidade em serviços. Ao tratar de qualidade em serviços, será enfocado o que se conhece como qualidade percebida do cliente que, segundo Parasuraman Zeithaml e Berry (1991), serve de referência para medir o desempenho de um determinado serviço. Para isto, os autores levam em consideração dois fatores: as expectativas e as percepções dos clientes. Além disto, os autores definem como qualidade em serviços o nível de discrepância entre as expectativas que o consumidor tem em relação à realização de determinado serviço e as suas percepções a respeito do desempenho do serviço realizado.

Fica claro, a partir da discussão anterior, que não há um consenso em relação ao conceito de qualidade de serviço, apesar de sua importância ser enfatizada.

Nas palavras de Sallis,

> a qualidade está no topo da maior parte das agendas e melhorar a qualidade é provavelmente a mais importante tarefa de uma instituição. No entanto, apesar da sua importância, muitas pessoas acham que a qualidade é um conceito enigmático. Ela é desconcertante para se definir e muitas vezes difícil de se medir [. . .] nunca dois especialistas chegaram à mesma conclusão quando se discute de que é feito uma boa escola, faculdade ou universidade (SALLIS, 2014).

Segundo Bateson (2001) é muito importante não confundir a qualidade em serviços

com satisfação dos clientes, pois a satisfação é uma avaliação passageira, específica de uma transação, enquanto qualidade na prestação de um serviço é uma atitude formada a longo prazo de um desempenho. O mesmo autor relata que, "a qualidade geralmente é considerada como um atributo nos processos de escolha dos consumidores que fecha o circuito entre a avaliação e o processo de escolha" (BATESON, 2001).

Para Rosalem (2013) ao avaliar a qualidade do serviço, é necessário observar e considerar alguns aspectos: a qualidade do serviço ofertado e forma percebida dessa qualidade pelo cliente que a recebe. O autor diz que, é a partir desse julgamento feito pelo cliente que as empresas começam a buscar um padrão para a determinação da qualidade na prestação de seus serviços.

Parasuramam, Zeithaml e Berry (1991), afirmam que a qualidade é definida pelo cliente. Mensurá-la de forma contínua é um grande desafio para as organizações.

QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Segundo De Castro, Sadoyama e Rosalem (2014) a educação brasileira desde os meados de 1990 está em expansão, trazendo com isso uma nova visão na cultura do país em uma maior competitividade no que tange o mercado educacional. Os autores salientam a busca essencial da qualidade na prestação dos serviços educacionais

A qualidade pode ser determinada pelos principais governantes e gestores, mas a sua transferência envolve a parte inferior, incluindo os alunos, professores, pessoal administrativo, as lideranças e a sociedade (NARANG, 2012 apud Santana et al., 2010). Os alunos têm sido tratados como clientes primários de ensino superior, enquanto os empregadores, pessoal docente, o governo e as famílias são considerados clientes secundários (NARANG, 2012 apud Madu et al, 1994, Sirvanci, 1996). Portanto, medir expectativas e percepções de alunos pode ser útil para melhorar a qualidade de serviço de uma instituição.

Segundo Cury (2011) o crescimento quantitativo da educação no Brasil tem talvez negligenciado a perspectiva de qualidade. Considerando-se que muito pouca pesquisa tem sido conduzida sobre a percepção da qualidade nas instituições de ensino no Brasil, principalmente no que tange à criação e expansão dos institutos federais.

Cury (2011) ainda afirma que, "a Constituição da República e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2013) conferem uma relevância à educação ao elevá-la à categoria de princípio e de direito articulando-a com a proteção e a dignidade da pessoa

humana". O autor ainda salienta que, "a qualidade é, assim, um modo de ser que afeta a educação como um todo envolvendo sua estrutura, seu desenvolvimento, seu contexto e o nosso modo de conhecê-la" (CURY, 2011).

A importância da qualidade na educação está em nosso ordenamento jurídico desde a Constituição de 1934 até a atual, a Constituição de 1988 (BRAZIL, 1988). É necessário rever alguns dos pontos desse ordenamento jurídico atual, para concluirmos que necessariamente, os serviços educacionais deverão estabelecer padrões mínimos de qualidade aceitável.

Cury (2011) ressalta a importância da proposta pedagógica, voltada para qualidade, faz com que o dever de ensinar, baseado em um aprendizado qualificado, seja responsabilidade de todos, inclusive como efetivação do princípio da gestão democrática. Os objetivos maiores da educação deverão ser alcançados, a qualidade da educação respeitados o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas (CURY, 2011).

Segundo Oliveira e Ferreira (2009) essas diferenças de significado em qualidade na educação levaram os pesquisadores a medi-la empregando diferentes métodos. Alguns usaram a escala de gestão da qualidade total (Total Quality Management – TQM) para a escola e ensino superior (NARANG, 2012 apud Kanji e Tambi, 1999; Barnard, 1999), enquanto outros usaram a escala SERVQUAL (NARANG, 2012 apud Chua, 2004; Tan e Kek, 2004; Mahapatra e Khan, 2007; Aghamolaei e Zare, 2008). As instituições educacionais que abraçaram o TQM têm adotado práticas de qualidade, tais como Fundação Europeia para a Gestão da Qualidade e Prêmio Nacional da Qualidade Malcolm Baldrige para melhorar seus desempenhos. Contudo, o emprego de TQM na educação não tem sido considerado apropriado (SALLIS, 2014) já que o TQM centra-se principalmente na criação de satisfação do cliente, algo que os pesquisadores acreditam não ser o propósito da educação.

ESCALA SERVQUAL

Parasuraman, Zeithaml e Berry (1985) afirmam que os consumidores avaliam a qualidade em uma prestação de serviço utilizando os mesmos critérios, independentemente do tipo e nicho de mercado da prestadora. Os autores ainda salientam que as organizações prestadoras de serviços possuem algumas especificidades na oferta de seus serviços que precisam ser observadas (PARASURAMAN et al., 1985).

A escala SERVQUAL é composta por cinco dimensões: confiabilidade, tangibilidade, responsabilidade, segurança e empatia. Para medir os Gaps e solucionar a difícil tarefa de

mensuração da qualidade, Parasuraman, Zeithaml e Berry desenvolveram uma metodologia de comparação entre a expectativas do cliente (consumidor), com suas percepções, transitadas nas mais diversas ordens e nas dimensões da qualidade do serviço (Figura 1). Esse modelo auxiliará gestores na compreensão das fontes dos problemas, facilitando a solução dos mesmos e nas ações de melhoria do serviço como um todo.

Esta pesquisa tem por objetivo medir o *GAP* 5 de qualidade de entrega do serviço.

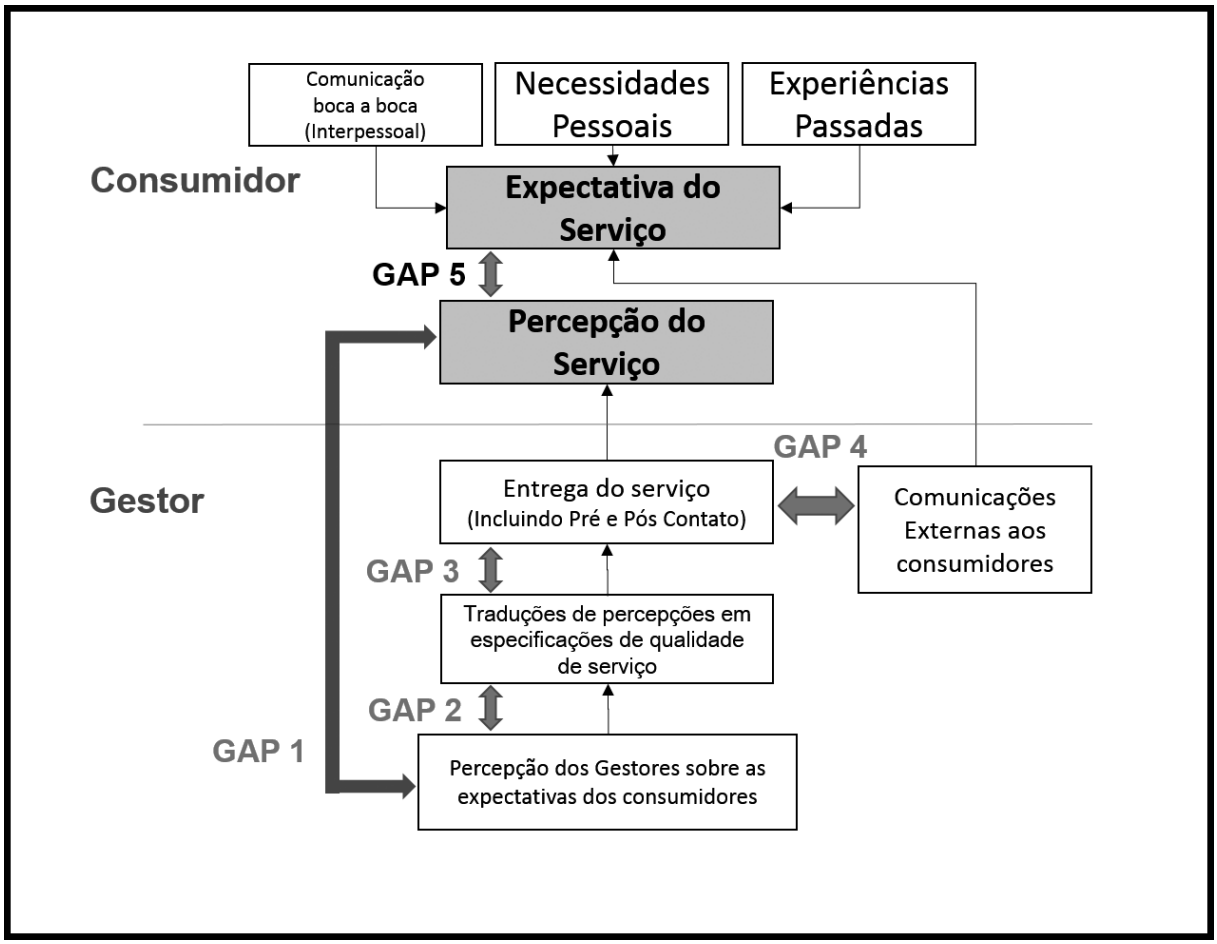


Figura 1 - Modelo de qualidade em serviços. Fonte:Adaptado de PARASURAMAN et al. (1985)

MATERIAL E MÉTODOS

Para o levantamento de dados, foram aplicados dois questionários, estruturados, ou seja, possuem questões fechadas, com questionamentos pré-definidos pelos responsáveis pela pesquisa, com um total de 44 perguntas adaptadas à educação superior tecnológica da metodologia SERVQUAL, sendo 22 perguntas buscando resposta sobre a Expectativa, e 22 perguntas sobre a Percepção do ator participante, referente à qualidade dos serviços do curso Superior em Tecnologia de Análise e Desenvolvimento de Sistemas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu, com uma amostra

intencional de 112 questionários no total, assim divididos: 41 alunos, 04 gestores e 11 professores, totalizando 56 respondentes, sendo aplicados 56 questionários sobre Expectativa e 56 sobre a Percepção. Além da aplicação da escala SERVQUAL, os atores pesquisados responderam a um questionário sócio-demográfico, o que possibilita outras pesquisas futuras.

O objeto de estudo utilizou somente alguns destes dados considerados relevantes à pesquisa. Através do cálculo do Alfa de Cronbach global num total de 0,949, foi confirmada a confiabilidade do questionário.

A coleta de dados dos alunos aconteceu nos laboratórios de informática da própria instituição de ensino, sempre agendados antecipadamente no período de agosto a outubro de 2015. Todos os questionários foram transformados em formulários e respondidos no Google Docs® e transferidos para o Microsoft Excel sob o formato de planilha. Os professores e gestores receberam os formulários no e-mail institucional. Todos os procedimentos que foram realizados nesta pesquisa atendem rigorosamente à Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (SAÚDE, 2013) e liberados pelo Comitê de Ética da Plataforma Brasil.

O projeto de pesquisa foi cadastrado na Plataforma Brasil com o CAAE: 41730715.8.0000.5083 e liberado através do parecer nº 1.018.807 com data da relatoria em 27/04/2015 antes de qualquer atividade de pesquisa em campo relativa à aplicação dos questionários.

Para tanto, os respondentes do questionário concordaram antes do preenchimento do formulário com um termo de livre esclarecimento, em que autorizaram a utilização desses dados para a pesquisa. Somente após essa concordância os questionários puderam ser respondidos.

A mensuração da qualidade dos serviços prestados é feita através da análise comparativa da expectativa com a percepção das dimensões da escala SERVQUAL. Segundo Parasuraman et al. (1991) quando a expectativa do cliente for igual à sua percepção sobre o desempenho da qualidade, a qualidade será satisfatória, e por fim, quando a percepção do cliente, for maior do que sua expectativa sobre o desempenho da qualidade, a qualidade nos serviços se aproximam do ideal.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados e suas discussões foram encontrados baseando-se nas análises das variâncias dos resultados consolidados e observados nos três atores da instituição, com o intuito de atender e responder ao objetivo da pesquisa e à sua problemática. A análise comparativa das dimensões da escala SERVQUAL onde, verifica-se a análise da variância (ANOVA) da expectativas e percepções dos alunos, professores e gestores quanto à qualidade dos serviços prestados pela instituição, e realizado o mesmo cálculo para cada uma das cinco dimensões, sendo apresentados no Quadro 1 e Quadro 2, os resultados do cálculo das diferenças entre as percepções e as expectativas e suas significâncias:

Dimensões	Questões	Desempenho	desvio padrão	Expectativa	desvio padrão	D - E	Desempenho Global	Expectativa Global	Dglobal - Eglobal
Tangibilidade	Q.1	5,0179	0,8419	6,0536	1,1188	-1,0357	5,4554	6,1116	-0,6563
	Q.2	5,0893	1,0834	6,1429	1,1666	-1,0536			
	Q.3	5,9464	0,9423	5,9107	1,1798	0,0357			
	Q.4	5,7679	0,9423	6,3393	0,9396	-0,5714			
Confiabilidade	Q.5	5,2857	1,1118	6,0893	1,0834	-0,8036	5,6027	6,2679	-0,6652
	Q.6	5,5893	1,2316	6,2143	0,9480	-0,6250			
	Q.7	6,0357	1,1406	6,4107	0,9298	-0,3750			
	Q.8	5,5000	0,9528	6,3571	0,9031	-0,8571			
Presteza	Q.9	5,0714	1,1118	6,0714	1,2039	-1,0000	5,3973	6,0804	-0,6830
	Q.10	5,5000	1,2316	6,0000	1,1282	-0,5000			
	Q.11	5,5179	1,1406	6,3393	0,9959	-0,8214			
	Q.12	5,5000	0,9528	5,9107	1,0834	-0,4107			
Segurança	Q.13	5,7857	1,3618	6,4107	0,8480	-0,6250	5,6384	6,3304	-0,6920
	Q.14	5,4821	1,2316	6,0714	1,2772	-0,5893			
	Q.15	5,7679	1,1406	6,3750	0,8216	-0,6071			
	Q.16	5,5179	0,9528	6,4643	0,8082	-0,9464			
Empatia	Q.17	5,1607	1,3618	5,8929	1,0389	-0,7321	5,5238	6,1786	-0,6548
	Q.18	5,7500	1,3465	6,1964	0,9228	-0,4464			
	Q.19	5,6786	1,1406	6,3036	0,9129	-0,6250			
	Q.20	5,5714	0,9528	6,3929	0,8671	-0,8214			
	Q.21	5,6071	1,3618	6,4107	0,7574	-0,8036			
	Q.22	5,3750	1,3465	5,8750	1,1609	-0,5000			

Quadro 1 - Análise média dos Resultados das questões do SERVQUAL - Fonte: Dados da Pesquisa

Dimensões da Qualidade						
Aluno	***Dimensões***	***Tangibilidade***	***Confiabilidade***	***Presteza***	***Segurança***	***Empatia***
	Média Percepções	5,5061	5,6951	5,5244	5,7012	5,6260
	Média Expectativas	6,1098	6,2500	6,1098	6,2988	6,2398
	Diferenças entre as médias	-0,6037	-0,5549	-0,5854	-0,5976	-0,6138
	Ranking Diferenças	***4º***	***1º***	***2º***	***3º***	***5º***
Gestores	***Dimensões***	***Tangibilidade***	***Confiabilidade***	***Presteza***	***Segurança***	***Empatia***
	Média Percepções	4,9375	4,6880	4,5000	5,4375	4,9583
	Média Expectativas	6,0625	6,6250	6,1250	6,4375	6,2083
	Diferenças entre as médias	-1,1250	-1,9370	-1,6250	-1,0000	-1,2500
	Ranking Diferenças	***2º***	***5º***	***4º***	***1º***	***3º***
Professores	***Dimensões***	***Tangibilidade***	***Confiabilidade***	***Presteza***	***Segurança***	***Empatia***
	Média Percepções	5,4545	5,5909	5,2500	5,4773	5,3485
	Média Expectativas	6,1364	6,2045	5,9545	6,4091	5,9394
	Diferenças entre as médias	-0,6818	-0,6136	-0,7045	-0,9318	-0,5909
	Ranking Diferenças	***3º***	***2º***	***4º***	***5º***	***1º***
Global	***Dimensões***	***Tangibilidade***	***Confiabilidade***	***Presteza***	***Segurança***	***Empatia***
	Média Percepções	5,4554	5,6027	5,3973	5,6384	5,5238
	Média Expectativas	6,1116	6,2679	6,0804	6,3304	6,1786
	Diferenças entre as médias	-0,6563	-0,6652	-0,6830	-0,6920	-0,6548

	Ranking Diferenças	***2º***	***3º***	***4º***	***5º***	***1º***

Quadro 2 - Médias das Dimensões da Qualidade - Fonte: Dados da Pesquisa

Ao analisar o quadro acima, observa-se que para os alunos, a dimensão da qualidade considerada mais importante foi a confiabilidade. Essa dimensão é a habilidade de se ter o que foi prometido. Confiabilidade é obter o serviço com qualidade em outras dimensões, na data combinada. Para os gestores, a dimensão da qualidade entendida como mais importante foi a segurança. Dimensão essa que aborda a percepção que o cliente tem da habilidade do empregado da instituição de ensino em responder às suas necessidades. É o desenvolvimento do trabalho aliado à técnica para a satisfação das necessidades dos clientes finais (alunos). Já os professores entendem que a dimensão mais importante é a empatia, que é a disposição que o colaborador tem e manifesta nos cuidados e atenção individualizados prestados ao cliente final. Na análise global, isto é, com os três atores analisados conjuntamente, a dimensão considerada mais importante é a mesma do professor.

Observa-se que a percepção dos professores é a que mais se aproxima em todas as dimensões da análise global, onde a diferença percebida entre a segunda e terceira dimensão é insignificante.

Os professores entendem que, a dimensão "Segurança" é a que possui o pior índice de qualidade, sendo seguida pela "Presteza" e a "Tangibilidade".

Esta visão de envolver os principais atores de uma instituição de ensino para medir a qualidade foi fundamentada por vários autores apontados no texto desta pesquisa. Mas quando verificamos através de análises globais e individuais destes mesmos atores, descobrimos que o grupo "professor" possui a noção mais precisa do alinhamento da qualidade entregue. Provavelmente pelo fato de tratar diretamente com o cliente final e também com todos os envolvidos no processo para a prestação do serviço, tendo várias informações internas do sistema de gestão.

Os professores conhecem a prestação de serviços educacionais em todo o seu contexto, pois participam de todas as ações envolvidas na prestação do serviço em si.

Evidencia-se que para os três grupos de atores, a dimensão "Segurança", é considerada como um indicador de qualidade importante, sendo que esta dimensão aborda a habilidade que a instituição possui em responder as necessidades dos clientes.

Ressalta-se que para os três grupos de atores a qualidade percebida foi negativa em todas as cinco dimensões, podemos dizer que em todas as dimensões a expectativa foi maior do que a percepção, ou seja, a qualidade experimentada ficou aquém do esperado.

Observando a Figura 2, este fato é bem explicitado.

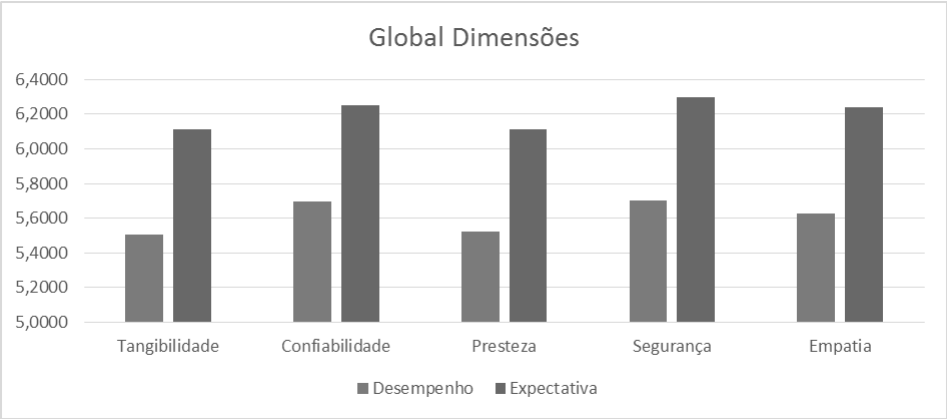


Figura 2 - Global Dimensões SERVQUAL - Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se, porém, que em relação à comunicação entre os três grupos de atores, a diferença das percepções não foi grande. Sendo que em várias dimensões o grau de importância da qualidade entendida pelos atores foi igual, não apresentando grandes discrepâncias na visão entendida pelos três grupos. Porém, a pontuação da qualidade oferecida pela instituição precisa ser melhorada, chega-se a essa conclusão através do cálculo das médias demonstrado acima e também da diferença entre a expectativa e a percepção dos três atores referentes à qualidade, pois a pontuação da expectativa precisa ser igual à pontuação da percepção para que a qualidade seja aceitável e caso seja maior, aí sim os dados demonstrarão que a instituição está oferecendo uma excelente qualidade, superando à expectativa de seus clientes.

Global Dimensões					
Dimensões	*Desempenho*	*desvio padrão*	*Expectativa*	*desvio padrão*	*D - E*
Tangibilidade	5,4554	1,0747	6,1116	1,1089	-0,6563
Confiabilidade	5,6027	1,2047	6,2679	0,9702	-0,6652
Presteza	5,3973	1,1037	6,0804	1,1096	-0,6830
Segurança	5,6384	1,0582	6,3304	0,9647	-0,6920
Empatia	5,5238	1,1918	6,1786	0,9701	-0,6548

Quadro 3 - Resultado Global das Dimensões - Fonte: Dados da Pesquisa

Diante desses resultados, torna-se imprescindível uma análise por dimensão para observar as variações item a item. Os pesquisadores orientaram os gestores para a execução desta análise item a item e inclusive na utilização do coeficiente de variação para intervenções pontuais.

Com a aplicação da escala SERVQUAL os pesquisadores conseguiram a visualização sobre o desempenho da instituição no que tange à qualidade em seus serviços, trazendo para os gestores um entendimento sobre sua prestação de serviços na visão de seus clientes, sejam

eles internos ou externos.

CONCLUSÕES

Esse estudo teve como objetivo conhecer a qualidade na prestação de serviço de um curso superior em tecnologia de um instituto federal através da percepção dos três principais atores envolvidos. Sendo seu principal instrumento a escala SERVQUAL que buscou mensurar a expectativa e a percepção na qualidade do serviço prestado pelos três atores pesquisados.

É fato que este estudo buscou conceber que para desenvolver uma educação inclusiva e cidadã é necessário discutir as visões dos atores (alunos, professores e gestores) envolvidos no processo de prestação de serviços. A qualidade percebida por esses atores é necessária para a construção de uma nova concepção dos serviços educacionais e para uma ação reflexiva dos gestores educacionais, reconhecendo a função social da escola, como agente intelectual transformador da própria instituição e da sociedade a qual se encontra inserida, alinhando ações na busca de uma prestação de serviços de qualidade.

A partir da análise dos dados coletados, foi verificado que algumas diferenças de percepções podem ser trabalhadas pelos gestores no intuito de melhorar a qualidade percebida dos serviços prestados. Foi verificado que as percepções dos atores envolvidos diferem umas das outras totalmente ou parcialmente.

Foi observado que o pior desempenho de qualidade se encontra na dimensão “Segurança”. Este fato deve atentar aos gestores da importância de seus esforços para o treinamento de seus funcionários, facilitando a transmissão dos conhecimentos necessários para execução do serviço e de seus cargos, oferecendo segurança ao cliente final (aluno), professores e técnicos administrativos.

A visão dos professores é a que mais se aproxima da visão global. Neste caso, é importante que a instituição aumente seus esforços no que tange à formação gestora de seus professores na busca de prática como instrumento de análise e reflexão do docente como alternativa ao paradigma dominante da falta de qualidade na educação.

É importante ressaltar que, a instituição precisa fazer uma análise crítica de sua prestação de serviços como um todo, pois não foi constatada nenhuma qualidade ideal em qualquer dimensão analisada.

Conclui-se que o SERVQUAL é uma metodologia que possibilita a avaliação de

cursos superiores com base na percepção dos estudantes, professores e gestores como também pode ser uma ferramenta de apoio à decisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATESON, J., HOFFMAN, D. **Marketing de Serviços**. Bookman, 2001.

BRASIL, L. Lei 9394/96–Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Disponível http://www. planalto. gov. br/ccivil_03/leis/l9394. htm. Acesso em : 13/10/2015** v. 30, 2013.

BRASIL, L. D. C. 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF,** v. 30, 2008.

BRAZIL, C. **Constituição da república Federativa do Brasil**: Centro Gráfico do Senado Federal Brasília 1988.

CASTRO, M. H. D. C. **Percepção da Qualidade na Educação na Perspectiva de Três Escolas Particulares da Cidade de Catalão (GO)**. 2015. Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão

CERQUINHO, F. **Ética e qualidade nas empresas**. 1994. Dissertação de mestrado. Escola Politécnica da USP–Departamento de Engenharia de Produção, São Paulo

COLETA, J. A. D.; COLETA, M. F. D. Cultura organizacional e avaliação de instituições de educação superior: semelhanças e diferenças. **PsicoUSF,** v. 12, p. 227-237, 2007.

CRONIN JR, J. J.; TAYLOR, S. A. SERVPERF versus SERVQUAL: reconciling performance-based and perceptions-minus-expectations measurement of service quality. **The Journal of Marketing**, p. 125-131, 1994.

CURY, C. R. J. Qualidade em educação. **Nuances: Estudos sobre Educação,** v. 17, n. 18, 2011.

DE CASTRO, M. H.; SADOYAMA, G.; ROSALEM, V. QUALIDADE NA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS PRINCIPAIS ATORES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO. 2014.

DOURADO, L. F. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2007. Universidade de São Paulo

MEIRELLES, D. S. E. O conceito de serviço. **Revista de Economia Política,** v. 26, p. 119-136, 2006.

NARANG, R. How do management students perceive the quality of education in public

institutions? **Quality Assurance in Education,** v. 20, n. 4, p. 357-371, 2012.

OLIVEIRA, O. J. D.; FERREIRA, E. C. **Adaptação e aplicação da escala SERVQUAL na educação superior**. XXIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Salvador 2009.

OLIVER, R. L. A cognitive model of the antecedents and consequences of satisfaction decisions. **Journal of marketing research**, p. 460-469, 1980.

PARASURAMAN, A.; BERRY, L. L.; ZEITHAML, V. A. Refinement and reassessment of the SERVQUAL scale. **Journal of retailing,** v. 67, n. 4, p. 420, 1991.

PARASURAMAN, A.; ZEITHAML, V. A.; BERRY, L. L. A conceptual model of service quality and its implications for future research. **The Journal of Marketing**, p. 41-50, 1985.

PARASURAMAN, A.; ZEITHAML, V. A.; BERRY, L. L. Servqual: A multipleitem scale for measuring consumer perceptions of service quality. **Journal of Retailing,** v. 64, n. 1, p. 12-40, 1988.

ROSALEM, V. **Análise das percepções dos principais atores da cadeia produtiva da saúde sobre a qualidade dos serviços prestados por hospitais no Estado de Goiás-BR**. 2013.

SALLIS, E. **Total quality management in education**. Routledge, 2014. ISBN 1135725365.

TAYLOR, S. A.; BAKER, T. L. An assessment of the relationship between service quality and customer satisfaction in the formation of consumers' purchase intentions. **Journal of retailing,** v. 70, n. 2, p. 163-178, 1994.

TURETA, C.; ROSA, A. R.; DA SILVA, V. C. Avaliação crítica de serviços educacionais: o emprego do modelo SERVQUAL. **REGE Revista de Gestão,** v. 14, n. 4, p. 33-45, 2007.

VIEIRA, A. M. **A pesquisa sobre a cultura organizacional escolar: níveis de ensino e suas peculiaridades**: Universidade Metodista de São Paulo-UMESP 2008.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

GESTÃO ESCOLAR: O perfil comparativo dos gestores de duas escolas de Patos de Minas

Unilson Gomes Soares*
Humberto Correa dos Santos**

Resumo: O presente trabalho expõe os resultados da pesquisa "Gestão Escolar: O perfil comparativo dos gestores de duas escolas de Patos de Minas" desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educación da Universidad Del Salvador, para obtenção do grau de Mestre em Educação. Este estudo buscou uma forma de adquirir conhecimento sobre o perfil dos gestores de duas escolas, uma pública e uma privada e como a gestão democrática se coloca frente a esse desafio. O objetivo principal da pesquisa foi desenvolver estudos sobre o perfil do gestor educacional e foram pesquisados o conceito, a definição, as características e atribuições, visando conhecer o perfil democrático dos administradores escolares de duas escolas do município de Patos de Minas. Buscou-se também possibilitar estudos amplos na área da educação no que se refere à gestão escolar democrática sob a abordagem integradora entre gestor e comunidade escolar, visando a educação de qualidade. A metodologia predominante é a qualitativa – englobando a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo, a análise documental e entrevistas. Temos como desafio na atualidade, buscar alternativas por meio de pesquisas e aquisição de conhecimentos, visando enriquecer nossas capacidades e competências, desta forma torna-se relevante o trabalho para a comunidade acadêmica e social. Concluiu que todo profissional deve aprimorar os pensamentos e valores, direcionando ações e atitudes como forma de se obter mudanças que devem começar por gestores com perfil democrático**.**

Palavras-Chave: Gestão. Perfil do gestor. Escola.

Abstract: The present work exposes search results "School Management: the comparative profile of the managers of two schools of Patos de Minas" developed the graduate program in Education of the University Del Salvador, for obtaining the master's degree in education. This study sought a way to acquire knowledge about the profile of the managers of two schools, one public and one private and as democratic management puts himself forward to that challenge. The main objective of the research was to develop studies on the educational Manager profile and been researched the concept, the definition, characteristics and functions, in order to meet the d profile, the democratic school administrators of two schools in the city of Patos de Minas. Possibilist also sought broad studies in the area of education as regards democratic school management under the integrated approach between Manager and school community, aimed at the education of quality. The predominant methodology is qualitative –

*Bacharel em Administração pela Universidade Santo Amaro – UNISA. Especialista em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela Universidade Santo Amaro – Mestrado Univesidad El Salvador. E-mail: unilsongomessoares@yahoo.com.br

** Licenciado em Letras – Mestre pela Universidade de Uberaba.

encompassing the bibliographical research, field research, the documentary analysis and interviews. Our challenge today, seek alternatives through research and acquisition of knowledge, aiming to enrich our capabilities and competencies, in this way it becomes relevant to the academic community and society. It was concluded that every professional should enhance the thoughts and values, targeting actions and attitudes as a means of obtaining changes must begin by managers with democratic profile.

Keywords: Management. Profile of the Manager. School.

1 – Introdução

O estudo de pesquisa aqui delineado ao qual me proponho a escrever é intitulado como "*Gestão Escolar: O perfil comparativo dos gestores de duas escolas de Patos de Minas*". Essa dissertação será apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da FCECS mantida pela USAL. A pesquisa será feita na cidade de Patos de Minas/Brasil em duas escolas sendo uma pública e uma privada onde será explorado e posteriormente explanado qual é o perfil dos dois gestores.

Justifica-se a construção desta dissertação que iniciou-se por curiosidade em saber como é o perfil dos gestores escolares e quais são as semelhanças de um gestor de uma escola pública e de uma privada.

Para a realização desta pesquisa de cunho científico, a temática da pesquisa será: Gestão Escolar: o perfil comparativo dos gestores de duas escolas de Patos de Minas.

O objeto de estudo desta pesquisa é o gestor educacional e serão pesquisados o conceito, a definição, as características e atribuições visando conhecer o perfil democrático dos administradores escolares de duas escolas, sendo uma pública e uma privada. Em Patos de Minas em toda as escolas públicas há um Diretor Escolar que responde pela gestão da instituição que dirige, sendo que o mesmo foi eleito por votação democrática. Já nas escolas privadas o diretor não é eleito, e sim indicado pelo dono da instituição, podendo em seguida acontecer ou não o processo de votação.

O problema da gestão escolar e o perfil dos gestores é um assunto novo e que traz muitas questões para debate por parte dos profissionais da educação.

O assunto sobre gestão escolar e o perfil comparativo de seus gestores é assunto fundamental nas escolas e de grande repercussão atual. Para falar sobre o tema escolhido, é preciso esclarecer o que é a gestão escolar, e o que é gestão escolar democrática ou participativa, pois são diferenciadas por alguns autores.

Gestão Escolar é a denominação atual de anteriormente nomeada Administração

Escolar, porém suas funções e atribuições tiveram sim algumas mudanças bastante significativas. Com a mudança de nome, vieram também modificações teóricas e práticas que tiveram sua transformação baseadas em leis e também no contexto sócio histórico brasileiro. Reforma-se a educação, transforma-se a realidade.

Segundo Luck (2000, p. 11) a gestão escolar é uma dimensão, um enfoque de atuação, que tem como premissa a aprendizagem efetiva e significativa dos alunos para que desenvolvam as competências que a sociedade demanda e para a prática de cidadania responsável. Busca também promover a organização dos processos socioeducacionais das instituições de modo a promover a competência necessária para enfrentar os desafios da sociedade globalizada.

Portanto, vemos que a gestão mudou para uma prática democrática de cunho participativo onde se percebe que gestão é além de administrar, é, portanto, tomar decisões em grupo, direcionar e planejar em equipe, traçar metas e objetivos executáveis visando o bom desempenho na arte de conduzir uma escola onde com um trabalho conjunto se possa ter mais compromisso com a prática.

É de grande importância o fato de as escolas poderem contar com gestores escolares eleitos por escolha democrática. De acordo com a legislação brasileira vigente, específicamente a Constituição Federal de 2008 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB nº 9394/96 de 20 de dezembro de 2006, é necessário que toda escola pública tenha um Diretor que seja escolhido por votação de modo democrático.

Segundo (GAJARDO) apud (GORE) (1999), quando começa a trabalhar em um processo de troca, deve-se estar consciente que o problema geralmente é pequeno e sempre tem todo o poder. Grande parte da gestão é incorporar mais pessoas novas ao diálogo “falamos de qualidade”, “falamos de aprendizagem” ou do que seja.

Para Gajardo (1999), “Na verdade um aspecto interessante neste processo é a ênfase que são postas em fortalecer a autonomia financeira e pedagógica das escolas para assegurar uma gestão eficiente e uma ótima utilização dos insumos. Se trata do processo de administração, onde o poder formal transfere algumas responsabilidades de gestão, de prestação de serviços e financeiros para a equipe”.

Objetivos Específicos: Entender o que é gestão e a forma democrática, analisar o perfil do gestor da escola pública e da privada e traçar o perfil comparativo entre os perfis dos gestores da escola 1 e 2.

Para a realização deste trabalho foi tilizada a Pesquisa Bibliográfica exploratória e descritiva numa abordagem qualitativa que busca oferecer maior familiaridade como o tema proposto. A abordagem metodológica foi realizada da seguinte forma: em um primeiro momento será realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema e posteriormente será aplicado um questionário em duas escolas para levantamento de dados. Foram ser coletatos dados de produções relevantes sobre a gestão escolar democrática publicada em domínio público e acadêmico de fontes confiáveis.

Um dos tipos de pesquisa adotado foi à exploratória, pois teve como objetivo principal o aprimoramento de ideias a respeito da Gestão democrática escolar. É na pesquisa exploratória que se tem a oportunidade de tomar o conhecimento pela primeira vez, e aprofundar mais sobre o assunto, por meio de entrevistas com pessoas envolvidas e que tiveram experiências com o problema pesquisado. "A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses" (GIL, 2002, p. 41).

2. GESTÃO ESCOLAR

Este item tem por objetivo apresentar o conceito de gestão, gestão escolar e gestão escolar democrática, tendo em vista elucidar posteriormente o perfil dos gestores das escolas alvo desta pesquisa. Para iniciar o capítulo faremos uma exposição sobre os conceitos, definições e características sobre gestão. Posteriormente em outro capítulo refletiremos sobre os dados coletados para analisar o tipo predominante de gestão dos dois gestores pesquisados.

2.1 Definindo Conceitos

2.1.1 Gestão

Gestão de acordo com a raiz etimológica é rica de significados, é um termo de origem latina (gero, gerere, gestum) que de acordo com Silva (2007, p. 18) está relacionado com o ato de governar, gerir, dar vida, trazer para si, executar, fazer brotar, germinar, sendo mais amplo do que o caráter administrativo. Nesses parâmetros ela é um modo novo de administrar, envolvendo mais pessoas ou equipe para o trabalho de gestar.

Chiavenato (2000, p. 10) define gestão como ato de gerir, administrar, gerenciar,

organizar, tomar decisões. No meio organizacional, a gestão é de fundamental importância, porque ela é o pilar de sustentação de uma empresa ou instituição. Ainda segundo Chiavenato (2000, p.58) a gestão é "um processo de formulação de estratégias organizacionais, no qual se busca a inserção da organização e de sua missão no ambiente em que ela esta atuando". Tal processo se torna essencial na organização, e dentro deste conceito, é primordial que as organizações alcancem seus objetivos estratégicos.

Para Laranja (2004, p.57) existe diferenciação entre os termos gestão e administração. As diferenciações são marcadas pelas mudanças sócio-políticas que aconteceram no final do século XX e início do século XXI no Brasil. Para o autor, o termo gestão é recente e substitui a denominação administração, sendo essa mais tradicional, pois, está ligada aos mecanismos operacionais de ordem e controle impostos pelo regime militar e caracterizado pelo autoritarismo.

Ainda hoje algumas pessoas se perguntam, qual é o termo correto que se deve usar: diretor ou gestor? Antigamente, o termo diretor era mais usado devido o termo vir na legislação e pelas atribuições de administrador. Atualmente o termo gestão é mais usado e está de acordo com a legislação educacional vigente e também pela evolução do mundo e do avanço tecnológico que abrange mais funções e exige trabalho de equipe.

Esse pensamento está expresso no pensamento de Libâneo que esclarece que...

> Para que as organizações funcionem, e assim, realizem seus objetivos, requer-se a tomada de decisões, e a direção e controle dessas decisões. É esse o processo que denominamos gestão. Utilizamos, pois, a expressão organização e gestão da escola considerando que esses termos, colocados juntos, são mais abrangentes que administração (LIBÂNEO, 2001, p.78)

Considerando o exposto podemos perceber que direção ou administração são processos de organização e gestão escolar. Dependendo da escola o termo ou até mesmo o significado pode mudar, isso vai depender do perfil dos gestores e de como a escola se apresenta, mais diretiva ou mais passiva. Libâneo (2001, p. 79) ressalta que "a direção põe em ação o processo de tomada de decisões na organização", de acordo com o tipo de trabalho a ser realizado e de modo que se possa executá-los da melhor maneira. Dependendo da atividade a ser executada, a direção pode ressaltar a figura do gestor mais individualizado se o trabalho for administrativo e singular. E pode se revelar uma gestão coletiva se a atividade puder ser coordenada de modo participativo por meio da comunidade escolar ou colegiado.

Quando há participação ativa da comunidade escolar e divisão de tarefas e responsabilidades, os pontos positivos crescem e ainda minimizam ou sanam vários problemas de modo substancial. Tudo isso depende do perfil e da postura do gestor, que é a autoridade máxima na hierarquia escolar.

2.1.2 Gestão Escolar

No Brasil, após a Ditadura Militar que vigorou entre 1964 e 1985, surgiram várias mudanças, entre elas houve grande redefinição na área da educação. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a gestão escolar é um processo de escolha de diretores que faz parte da democratização política brasileira criada para acabar com o tradicionalismo. (OLIVEIRA, 2010).

Segundo Paro (2001, p. 86) existe um forte laço entre gestão escolar e democracia. O autor enfatiza que dependendo do perfil do gestor, ele pode transformar uma escola, criando nela um ambiente que favoreça o compartilhamento de funções e atividades, contribuindo para o desenvolvimento da inclusão, da criatividade e criticidade e dando oportunidade para a participação democrática conforme orienta a legislação.

Nesse sentido Araújo (2000) destaca:

> A gestão democrática aqui indicada pode ser considerada como meio pela qual todos os seguimentos que compõem o processo educativo, participam da definição e dos rumos que a escola deve imprimir à educação, e da maneira de implementar essas decisões, num processo contínuo de avaliação de suas ações. E como elementos constitutivos dessa forma de gestão podem ser apontados: participação, autonomia, transparência e pluralismo. (ARAÚJO, 2000, p.18)

Diante do exposto, verificamos que existem várias denominações e significados dos diferentes termos, para a expressão gestão democrática. Mas, fica claro que em todos eles, a participação e colaboração entre gestão e comunidade escolar estão presentes, trabalhando juntas em prol da escola e influenciando positivamente para a melhoria da educação, dividindo responsabilidades e decisões.

2.1.3 Gestão Escolar Democrática

A Gestão Democrática é uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia. Esse modelo de gestão, segundo Vieira (2005), representa um importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no cotidiano da escola.

A Gestão Escolar Democrática é entendida como um trabalho, ou seja, uma atividade humana que possibilita o entrosamento do diretor da escola com a comunidade escolar formada por professores, pais, alunos, direção e equipe pedagógica que são os sujeitos ativos ou co-responsáveis de gerir a escola. Para Dourado (2002, p. 151), a gestão democrática constitui-se como um processo de aprendizado e de luta política, possibilitando a criação e efetivação de canais de participação, de aprendizado do jogo democrático, resultando em reflexão das estruturas autoritárias, visando à sua transformação.

O processo de democratização no campo educacional desenvolveu uma proposta básica fundamentada na autonomia financeira, pedagógica e administrativa da escola pública que também foi aceita, adequada e implementada em várias instituições privadas, visando o cumprimento da lei. Essa colocação fica explícita no Artigo 12 - inciso VI que dispõe - "Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino, terão a incumbência de: VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola".

Dessa forma, a denominação de gestão escolar democrática surge como uma premissa para as práticas de gerenciamento, planejamento, avaliação e recompensas, criam e mantém um ambiente profissional e positivo na organização ou instituição. Os responsáveis pela gestão escolar pública devem saber motivar os funcionários, para que estes sintam que é são peças importantes. Se isto acontecer, seguramente terão um melhor desempenho no trabalho. (CURY, 2010, p. 14).

3. PERFIL DOS GESTORES DA ESCOLA PÚBLICA E PRIVADA

Neste terceiro capítulo o objetivo é pesquisar o perfil do gestor da escola pública e privada. Para dar prosseguimento faremos uma explanação sobre os dados coletados na pesquisa bibliográfica de fontes acadêmicas seguras e em seguida iremos colocar os resultados do questionário aplicado.

Atualmente o gestor escolar da escola pública vive um período de novas exigências e

novos modos de práticas pedagógicas. O gestor escolar democrático deve atender as premissas de participação da comunidade educativa e local e ainda os segmentos da escola como instituição. Para haver o exercício da cidadania é importante a aceitação das diferenças em todos os sentidos, sem discriminação, para que a participação seja efetiva.

A gestão está ligada a diversos elementos como o caráter dinâmico de um bom gestor que leva a escola a atribuir qualidade tanto da parte administrativa quanto pedagógica. Portanto, o gestor escolar pode ressaltar de acordo com seu perfil, um modo singular e centrado, ou coletivo e descentralizado no modo de dirigir uma escola.

3.1 Perfil do Gestor da Escola Pública

De acordo com o dicionário Aurélio (2014, p. 152), perfil é um conjunto dos traços, aspecto e representação de uma pessoa ou objeto visto de lado; descrição em traços rápidos, retrato moral de uma pessoa.

O gestor escolar público deve destacar as competências de acordo com suas atribuições. Conforme Gil (1994), o profissional deve apresentar um perfil que inclui:

Perfil profissional do gestor escolar	
Visão generalista	Domínio dos conhecimentos específicos ligados à escola.
Preocupação com os resultados finais	Investir em formação continuada e organização institucional de toda a equipe escolar.
Atuar em parcerias	Descentralização de tarefas e atividades, interagindo com a comunidade escolar.
Ação estratégica	Delegação e distribuição de trabalhos, visando melhor desempenho da organização escolar.
Atualização	Atualização e capacitação constante para melhorar o desenvolvimento de gestão escolar e atendimento à legislação.
Motivação pessoal	Promover ações voltadas para motivação e incentivo pessoais de modo a influenciar o ambiente de trabalho
Capacidade integradora	Interagir com outros gestores sobre direção escolar.
Habilidade para negociar	Negociar é de suma importância para lidar com a comunidade escolar em situações diversas de relacionamento humano e políticas educacionais.

Quadro 1: Criado pelo autor da pesquisa. Fonte: Gil (1994, p. diversas)

O gestor escolar público deve estar atento ao cotidiano escolar de modo a querer sempre lapidá-lo de modo que favoreça os fatores políticos, organizacionais e sociais que levam a harmonia da integração com a comunidade escolar, buscando criar elos de cooperação que favoreça o sucesso escolar em todos os sentidos e ainda visando cumprir metas e atingir os objetivos institucionais.

Um perfil alinhado, do gestor escolar público, é um bom caminho em direção à qualidade da educação. Saviani (1980, p. 120) ressalta que a boa formação educacional e humana é um mecanismo de mediação social.

O Gestor Educacional quando eleito, passa para a segunda etapa que é a tomada de posse. As gestoras dessa pesquisa quando eleitas assinaram um "Termo de Compromisso do Diretor". No ato da posse de seus exercícios ele assina um termo onde assume com a Secretaria de Educação o compromisso de gerenciar a escola, exercendo as atribuições do cargo de acordo e ciente do disposto no artigo 28 do Decreto no 44559, de 29/06/2007:

Atribuições do Gestor Escola	
01	Representar oficialmente a Escola, tornando-a aberta aos interesses da comunidade, estimulando o envolvimento dos alunos, pais, professores e demais membros da equipe escolar.
02	Zelar, por meio das ações abaixo detalhadas, para que a escola estadual sob minha responsabilidade ofereça serviços educacionais de qualidade, conforme plano de metas a ser pactuado no prazo de dois meses com a Secretaria de Estado de Educação – SEE/MG. - Coordenar o Projeto Pedagógico, - Apoiar o desenvolvimento e divulgar a avaliação pedagógica, - Adotar medidas para elevar os níveis de profi ciência dos alunos nas avaliações externas, - Sanar as dificuldades apontadas nas avaliações externas, - Estimular o desenvolvimento profi ssional dos professores e demais servidores em sua formação e qualificação, - Organizar o quadro de pessoal, acompanhar a freqüência dos servidores e conduzir a avaliação de desempenho da equipe da Escola, - Garantir a legalidade e regularidade da Escola e a autenticidade da vida escolar dos alunos.
03	Zelar pela manutenção dos bens patrimoniais, do prédio e mobiliário escolar.
04	Indicar necessidades de reforma e ampliação do prédio e do acervo patrimonial.
05	Prestar contas das ações realizadas durante o período em que exercer a direção da Escola e a presidência do Colegiado Escolar.
06	Assegurar a regularidade do funcionamento da Caixa Escolar.
07	Fornecer, com fidedignidade, os dados solicitados pela SEE/MG, observando os prazos estabelecidos.
08	Observar e cumprir a legislação vigente.

Quadro 4: Criado pelo autor - Fonte: SEE/MG (Brasil, p. 76-77)

Uma gestão democrática requer um gestor com bons princípios e boa formação profissional, dessa forma ele poderá atender os anseios da comunidade escolar e suas conquistas certamente serão divididas e compartilhadas com todos. Os caminhos a trilhar na direção de uma boa gestão, depende, portanto, em grande parte do perfil do gestor.

O papel do gestor escolar também é de líder além da parte administrativa e pedagógica, pois é ele que gera a integração por meio da articulação de relacionamento interpessoal com toda a comunidade escolar.

No caderno "Guia do Diretor Escolar SEE/MG: instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do Diretor Escolar" da Secretaria de Educação de Minas Gerais, é possível apontar características que mostram o quanto o perfil do gestor deve ser apurado. Esse caderno é um poderoso instrumento que orienta e oferece diretrizes para o bom desempenho do gestor público.

"Ao entrarmos em uma Escola, já podemos observar as características do Diretor, pois a marca da administração e da liderança fica evidente em todos os seus espaços. Escolas que apresentam um ambiente tranqüilo e, portanto, propiciam boas condições de ensino e aprendizagem, são aquelas em que o Diretor é líder e bom administrador. "(Guia do Diretor Escolar – SEE/MG, p.12)

Segue algumas características que compõem o perfil do Diretor Escolar de acordo com o caderno acima citado.

Características do Perfil do Gestor	
Ter predisposição para o trabalho coletivo.	A participação, o diálogo, a autonomia, as responsabilidades são práticas indispensáveis ao gestor democrático. A descentralização do poder deve ser entendida como método de trabalho coletivo que delega, divide atribuições e responsabilidades;
Ser articulador.	Líder cooperativo, alguém que consegue aglutinar as aspirações, os desejos, as expectativas da Comunidade Escolar e articula a adesão de todos os segmentos na gestão dos Projetos e Planos da Escola;
Ter iniciativa, firmeza de propósito para realização de ações.	Suavidade nos modos e firmeza na ação – como posturas básicas;

Conhecer os assuntos técnicos, pedagógicos, administrativos, financeiros e legislativos.	O O diretor escolar terá que ter e demonstrar competência técnica e qualificação para exercer as atribuições da função que exerce. O Diretor deve, portanto, acompanhar o processo de ensino, analisar os resultados, fazer compartilhar as experiências docentes bem sucedidas de formação continuada entre o grupo de professores para o aprimoramento das práticas pedagógicas;
Ter espírito ético e solidário.	C Cultivar um clima de trabalho positivo, fundamentado no respeito mútuo, no reconhecimento e valorização das pessoas e da contribuição de cada uma na construção de uma Escola de qualidade;
Conhecer a realidade da Escola.	Escola que temos. Escola que queremos. Em que contexto social a Escola está inserida? Quais e quem são os usuários da Escola? O que esses usuários esperam da Escola e o que eles buscam? Os alunos estão aprendendo? Quais são os anseios e as reais necessidades dos alunos, pais e professores? Os resultados das avaliações internas e externas mostram índices de aprendizagem satisfatórios?
Defender a Educação.	Zelar pelo bom nome da Escola é desenvolver ações positivas que de fato divulguem o bom nome da Instituição. É fazer com que todos os alunos aprendam, é zelar pelo melhor ensino e pela educação de qualidade. É atingimento das metas pactuadas.
Ter liderança democrática e capacidade de mediação.	C Cultura do “querer fazer”, no lugar do “deve fazer”. Exercer uma liderança entendida como “habilidade de influenciar as pessoas para trabalharem visando atingir objetivos comuns, inspirando confiança por meio da força do caráter” (J.C. HUNTER), sabendo que “**Liderar** é comunicar às pessoas seu valor e seu potencial de forma tão clara que elas acabem por vê-los em si mesmas.”

Ser capaz de auto-avaliar-se e promover a avaliação do grupo.	Todos avaliam e todos são avaliados. Acompanhamento e avaliação sistemática com finalidade pedagógica: diagnóstico, acompanhamento dos trabalhos, reorientação de rumos e ações, tomada de decisão, Plano de Intervenção Pedagógica.
Ser transparente e coerente nas ações.	S Ser ético, correto no que se propõe a realizar e no que realiza; fazer com eficiência e eficácia.
Ser íntegro, ter presença, proatividade, entusiasmo, criatividade, iniciativa	Enfim, ter paixão pelo que faz.

Quadro 2: Criado pelo autor - Fonte: SEE/MG (Brasil, p. 12-13)

Além das características que compõem o perfil do Diretor Escolar, lista também o modo como o profissional deve desenvolver alguns princípios e valores que enriquecem também o seu perfil:

Ações que enriquecem o Perfil do Gestor	
Realizar uma gestão democrática.	É acreditar que todos possam encontrar caminhos para atender melhor aos anseios da comunidade escolar, gestão esta mediada pelos princípios fundamentais da descentralização, participação e transparência.
Compartilhar planos, decisões e ações.	É avaliando e replanejando processos, que o Diretor Escolar possibilitará a sua Escola e a todos que aí somam esforços, atingir as metas pactuadas. Isso porque o "gestor líder volta suas ações para os bons resultados da educação e esse objetivo é buscado pela divisão de tarefas, por assumir aquelas não – delegáveis, por integrar idéias e ações de forma a se solidifi car um grande compromisso com as famílias e comunidade envolvidas".

Responsabilizar-se pelas ações de natureza pedagógica, colocando-as como eixo de seu trabalho.	Essas ações dizem respeito à gestão do Projeto Pedagógico da Escola, do Currículo, do Plano de Intervenção Pedagógica, do desenvolvimento profissional e da avaliação, ou seja, a questão dos próprios elementos que constituem a natureza da atividade escolar. Todos os membros da equipe escolar devem estar envolvidos nessas ações, mas a responsabilidade direta sobre elas é da competência de quem dirige a Escola.
Respeito à gestão do Projeto Pedagógico da Escola	Currículo, Plano de Intervenção Pedagógica, do desenvolvimento profissional e da avaliação, ou seja, a questão dos próprios elementos que constituem a natureza da atividade escolar. Todos os membros da equipe escolar devem estar envolvidos nessas ações, mas a responsabilidade direta sobre elas é da competência de quem dirige a Escola.
Propor e planejar ações	Observando, pesquisando e refl etindo sobre o cotidiano escolar.
Responsabilizar-se pela administração	De pessoal, de recursos materiais, financeiros e pedagógicos, e do patrimônio escolar.
Estimular a participação dos colegiados e das instituições escolares	Valorizando a gestão participativa fortalecendo o vínculo com a comunidade local e estabelecendo parcerias que promovam enriquecimento do trabalho da Escola e da comunidade em que ela se insere.
Compreender os condicionamentos políticos e sociais	Para promover maior integração com a comunidade.
Promover ações de formação continuada de sua equipe.	Compartilhando informações, garantindo assistência pedagógica aos professores e o aprimoramento profissional de todos.
Incorporar, em sua prática, valores, atitudes e sentido de justiça.	Itens que são essenciais ao convívio social, ético e solidário.

Divulgar para a comunidade escolar os resultados das avaliações internas.	Após os resultados, planejar com sua equipe alternativas de ações de intervenção pedagógica para melhorar o desempenho dos alunos e, conseqüentemente, a qualidade do ensino na Escola.
Compartilhar e pactuar as metas estabelecidas com a comunidade escolar.	Envolvendo a todos no desafio e compromisso em atingi-las.

Quadro 3: Criado pelo autor - Fonte: SEE/MG (Brasil, p. 14)

Um perfil alinhado, do gestor escolar público, é um bom caminho em direção à qualidade da educação. Saviani (1980, p. 120) ressalta que a boa formação educacional e humana é um mecanismo de mediação social.

3.2 Perfil do Gestor da Escola Privada

Antes de enumerar algumas características do perfil do gestor da escola privada, destacaremos pontos importantes.

Para Oliveira (2001, p. 25) a descentralização do poder do gestor educacional é fundamental para que a gestão democrática se concretize, pois, a transferência e divisão de tarefas consolida o comprometimento dos agentes da comunidade escolar a participarem efetivamente na construção de uma escola de qualidade.

Não existe perfil ideal para o gestor escolar da escola privada, mas para se adquirir aceitação da comunidade escolar e dos mantenedores da instituição é fundamental haver um equilíbrio para agradar ambas as partes. Para atender a todos com a eficiência das características do cargo, a aprovação depende de vários fatores, tais como: competência profissional, liderança, transparência, disponibilidade de tempo, boa comunicação, capacidade de negociação, empreendedorismo, ousadia, dentre outras. Mas, uma coisa fica claro, do perfil do gestor depende o sucesso da escola.

3.3 As Escolas “E1” e “E2”

Escola é um lugar onde se compartilha cultura e saber, é uma instituição em espaços organizados, criada para o ensino e aprendizagem de alunos sob a direção de educadores diversos.

Sob a luz da CF e da LDB 9394/96, podemos entender que:

> O princípio da coexistência de escolas públicas e privadas é fundamental para a superação da dicotomia entre o público e o privado, sendo a educação um direito de todos, portanto, um bem comum, que abrange os processos formativos desenvolvidos em diferentes ambiências sociais, a começar pela vida familiar, passando pela convivência humana, pelo mundo do trabalho, pelas escolas, pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e chegando às manifestações culturais, não existe, a rigor, uma contradição entre a busca de uma escola pública de boa ou alta qualidade e o incentivo à expansão da escola privada (BRAGA, 2005, p. 26).

As duas escolas pesquisadas estão situadas no município de Patos de Minas, e aqui vamos nos referir a elas como: “E1” que será a escola pública e “E2” a privada.

Antes de falar das escolas faz-se necessário conhecer um pouco do município de Patos de Minas. O breve histórico da cidade de Patos de Minas e os dados da educação, foram realizados a partir do levantamento feito por esse autor, os dados foram colhidos, conferidos e atualizados na Prefeitura Municipal da cidade, nos setores de Administração, Recursos Humanos e de Educação e Cultura. Foram colhidos dados também no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/cidades), no site da Prefeitura de Patos de Minas e no Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios do Brasil.

3.3.2 As características das Escolas 1 e 2

A Escola 1 ou “E1” é uma escola do municipal que fica dentro da cidade em um bairro próximo ao centro da cidade. Os dados a seguir foram coletados na própria escola, com informações colhidas no site da escola, nos documentos e diretamente com a G1 e sua secretária.

A Missão da E1 é “Proporcionar o desenvolvimento intelectual, emocional, físico e social, formando por meio da educação, alunos éticos, solidários e aptos ao exercício da cidadania”

A Visão da E1 é “Promover educação de qualidade, alunos cidadãos críticos, criativos e inclusos no mundo do conhecimento e do trabalho, com compromisso e responsabilidade de

transformar o ambiente em que vive e construir positivamente autonomia para lutar por uma sociedade mais justa".

A Escola 2 ou "E2" é uma escola privada/particular que fica dentro no centro da cidade em área nobre. Os dados foram coletados na escola em parte pela G2, e também com informações colhidas na secretaria, no site da escola e em documentos da instituição.

A Missão da E2 é: Ser uma instituição de qualidade oferecendo ao educando amplo conhecimento biopsicossocial com visão de futuro; senso crítico; valores éticos, morais e sociais que o tornem um cidadão ético e integrado à sociedade".

A Visão da E2 é "Proporcionar ao educando um ensino de excelência, desenvolvimento integral, promovendo os valores essenciais ao cidadão com vistas no futuro da humanidade e da sociedade na qual vive e deve colaborar".

A E1 é uma escola municipal, na periferia, e atende a oito bairros próximos e alguns alunos da zona rural. Próximo da escola tem quadra e área de lazer, clubes, igrejas, hospital, postos de saúde, padaria, farmácia, lavanderia e vários comércios. É uma escola que goza de bom conceito na vizinhança e entre a comunidade escolar e social.

A E2 é uma escola privada, com localização central, e atende a todos os bairros próximos da cidade e ainda alunos de quatro municípios vizinhos. É uma escola bem-conceituada, tradicional e respeitada.

Conhecendo mais das escolas fica mais fácil entender o perfil das gestoras pesquisadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de pesquisa, vimos que o papel da gestão escolar é de grande relevância e foi possível expor os resultados sobre "Gestão Escolar: O perfil comparativo dos gestores de duas escolas de Patos de Minas", o município que se situa no estado de Minas Gerais no Brasil. O desafio foi grande, mas compensativo.

Quadro comparativo entre o perfil de duas gestoras de Patos de Minas

PERFIL COMPARATIVO POR ASSUNTO	GESTORA 1 – G1	GESTORA 2 – G2
Escola	Pública	Privada
Gênero/Idade	Feminino/45 anos	Feminino/51 anos

Formação	Graduação em Letras e Pedagogia com Pós em Literatura e Gestão Escolar	Graduação em Pedagogia com Pós em Psicopedagogia e outras na área da Educação
Horas de trabalho semanal	40 horas	40 horas
Formação continuada	Vários cursos	Vários cursos
Acesso ao cargo de gestora	Por eleição	Por nomeação
Comunicação e Relações Interpessoais	É tímida, mas comunica bem, é alegre e agradável	É extrovertida e comunica bem e é bem humorada
Delega funções de gestão	Divide com a vice, com as supervisoras e colegiado	Delega funções com as equipes e colegiado
Relacionamento com a Secretaria Municipal de Ed.	Excelente, visita semanalmente	Fraco, só vai quando convocada
Relacionamento com a Superintendência de Ensino	Bom, mão é muito ligada ao órgão	Muito bom, tem fácil trânsito e relações de coleguismo
Relacionamento com funcionários	Ótimo, faz política da paz	Ótimo, é exigente e amiga de todos
Relacionamento com Supervisores/Coordenadores	Excelente, a relação é de compartilhamento	Ótimo, mas confere todo serviço que delega, as reuniões são semanais
Relacionamento com Professores	Flui de forma agradável e prazerosa, incentiva a formação continuada	Reúne diariamente de modo informal, é muito companheira
Relacionamento com alunos	É cordial, está sempre sorridente	Muito bom, percorre os corredores todos os dias
Relacionamento com pais	É muito respeitosa e amável, mas os pais procuram mais a vice	Tem uma cumplicidade muito boa com os pais
Relacionamento com colegiado	Ouve as sugestões, mas é a palavra dela que vigora	Acontece poucas reuniões, são formais e rápidas
Reuniões	Segue planejamento e calendário de reuniões	Planeja anualmente, cumpre a maioria
Assembleia escolar	Duas vezes ao ano, presta contas com transparência e apresenta os objetivos da escola	Acontece semestralmente, apresenta os assuntos principais da escola, ouve sugestões
Dinâmica de trabalho cotidiano	Compartilha com a vice e com as supervisoras	Delega funções às supervisoras
Atribuições do cargo	Previstas no Regimento, divide funções com a vice, o compartilhamento é amigável. Gosta mais da parte pedagógica, domina bem o financeiro	Consta no Regimento, procura cumprir tudo que pode desde que dentro da lei
O que é fundamental na gestão	Diálogo e ética	Eficiência na parte pedagógica
Valores humanos	Ela tem aparência de frágil, mas é forte e determinada, é sensível, tem espírito solidário e é honesta e muito prática	Tem aparência severa, mas é alegre e otimista, é exigente, mas também é amiga e companheira
Cumprimento á legislação	Cumpre, faz tudo baseado na legislação	Cumpre, mesmo que desagrade à alguém, faz o que a lei determina

Projeto Político Pedagógico	Faz atualizações mensalmente, ouve colegiado e equipe	Faz atualizações semestrais, depois da assembleia geral
Organização interna da escola	Ótima	Excelente
Atividades estudantis	Dá muito valor aos projetos e olimpíadas	Acompanha todos e ajuda os alunos
Avaliação dos alunos	Faz planilhas de acompanhamento, incentiva e parabeniza os envolvidos	Acompanha pessoalmente as aplicações externa e fiscaliza as internas, motiva os alunos e expõe resultados para os pais
Formação continuada	Faz todas que a Semed planeja e faz cursos além	É uma estudante constante, tem muitos cursos
Dimensão do ambiente educativo da escola	Acolhedor, incentivo ao aluno e a formação continuada dos profissionais	Amistoso, estimula a aprendizagem global, a instituição dinâmica e atuante
Proposta Pedagógica	Segue a proposta e estimula ir além	Segue a proposta e vai além
Planejamento Pedagógico	Segue o que vem da Semed. É ótimo.	Ela faz com supervisora e professores. É excelente.
Serviço de registro da secretaria	É bom, fica mais por conta da secretária, deixa a desejar.	Ótimo, acompanha e supervisiona sempre.
Acompanhamento do processo ensino aprendizagem	Acompanha parcialmente, delega funções à vice e à supervisão.	Acompanha e supervisiona no cotidiano.
Compromisso e responsabilidade/conceito	Excelente	Excelente
Auto-avaliação	Acha que é competente, mas que tem que aperfeiçoar, deu nota nove no geral	Demonstra ser muito exigente consigo mesma, disse que a nota geral é nove

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

As diferenças entre os perfis das gestoras são devido ao fato de que cada ser humano possui sua subjetividade, e também porque cada escola tem seu perfil. O jeito de gestar, o contexto sócio-histórico e a missão e os valores são de identidades diferentes, de modo a contemplar os interesses da comunidade na qual está inserida e para atender a clientela de acordo com as necessidades dos alunos daquele lugar.

O resultado da pesquisa demonstra por meio do quadro comparativo que os perfis da G1 e G2 possuem características positivas e parcialmente homogêneas

9 Referências Bibliográficas

ABREU, M. **Organização da Educação Nacional na Constituição e na LDB**. 2ed. Ijuí:Unijuí, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. Disponible en:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm>. Acceso en: 17 dic. 2010a.

_____ Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educacional nacional. Brasília**. Disponible en: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acceso en: 17 dic. 2010b.

_____ Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no artigo 30, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências**. Brasília. Disponible en: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9424.htm>. Acceso en: 17 dic. 2010c.

BROOKE, N. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil.**Cadernos de Pesquisa**. v.36, p. 377-401, 2006. Disponible en: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a06.pdf>. Acceso en: 20 oct. 2011.

BURGOS, M. B; CANEGAL, A. C. Diretores Escolares em um Contexto deReforma da Educação. In: **Revista Pesquisa e Debate em Educação.** Juiz de Fora, v, p. 14- 36, 2011. Disponible en: <http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revistappgp_pesquisa/article/view/10/ >. Acceso en 09 ene. 2012.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. CAED/UFJF. **Pesquisa Nacional sobre Gestão e Liderança Educacional.** Relatório de Pesquisa. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2009.

CANEDO, M. L; LIMA, N da C. M.; RESINENTTI, P. M. Relacionamento do gestor com o corpo docente: o olhar do diretor. In: **25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**. São Paulo, 2011. <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0379.pdf>. Acceso en: 29 jun. 2012

CARVALHO, C. P de; CANEDO, M. L. **Estilos de gestão em escolas de prestígio na cidade do Rio de Janeiro**, 2008. Disponible en: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/acessoConteudo.php?nrseqoco=38925>. Acceso en: 10 feb. 2010.

CASTRO, M. L. S.. A gestão da escola básica: conhecimento e reflexão sobre a prática cotidiana da diretora de escola municipal. In: **Em Aberto**. Brasília, v. 17, p. 71-87, 2000. Disponible en<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1093/994>. Acceso en: 06 jul. 2009.

CASTRO, J. A. de; DUARTE, B. de C. Descentralização da Educação Pública no Brasil: evolução dos gastões e matriculas. In: **30ª Reunião Anual da ANPEd**. Caxambu: ANPEd, 2007. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos_encomendados/trabalho%20encomendado%20gt05%20-%20int.pdf>. Acceso en: 27 mar. 2010.

CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS. Anuário Estatístico. Disponible en: <http://www.cps.ufjf.br/wpcps/?page_id=20> Acceso en: 20 ene. 2011.

CHIRINÉA, A. M.; BARREIRO, I. M. de F. Qualidade da educação: eficiência, eficácia e produtividade escolar. Disponible en: <http://portal.fclar.unesp.br/publicacoes/revista/polit_gest/edi7_artigo3.pdf> Acceso en: 19 oct. 2011.

. **O Fundef em três dimensões**: formulação, regulamentação e implementação. Belo Horizonte: UFMG, 2000 (Dissertação de Mestrado).

CRESPO, A. M. B.**Descentralização do ensino: autonomia ou repasse de responsabilidade – experiências no município de Juiz de Fora nas décadas de 70 e 80**.2002. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da UFJF. Juiz de Fora, 2002.

FRANCO, C. et.al. Qualidade e equidade em Educação: reconsiderando o significado de. Ensaio. **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. v.15, p.277-297, 2007. Disponible en: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n55/a07v1555.pdf >. Acceso en: 06 jul. 2009.

FREITAS, K. S de. Uma inter-relação: políticas públicas, gestão democrático-participativa na escola pública e a formação da equipe escolar. In: **Em Aberto.** Brasília, v. 17, p. 47-59, 2000. Disponible en: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1093/994>. Acceso en: 06 jul. 2009.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. **Perfil dos diretores de escola da rede pública**. Relatório de Pesquisa. 2009. Disponible en<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor_escolar.pdf>. Acceso en: 10 nov. 2009a.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. **Práticas comuns dos diretores eficazes**. Relatório de Pesquisa. 2009. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor_escolar.pdf>. Acceso en: 10 nov. 2009b.

GALVANIN, B. Reforma do sistema educacional dos anos 90: breves considerações sobre os aspectos históricos, econômicos, e políticos. In: **Hórus – Revista de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas**, Ourinhos/SP, n. 03, 2005. Disponible en: <http://www.faeso.edu.br/horus/artigos%20anteriores/2005/Artigo%20Beatriz.pdf>. Acceso en: 28 oct. 2010.

GHANEM, E. Participação popular na gestão escolar: três casos de políticas de Democratização. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 3, p.31-63. São Paulo, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Cidades – Juiz de Fora.** Disponible en: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acceso en: 20 ene. 2011.

INEP/MEC. **Portal do Inep**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/provinha-

brasil/objetivos>. Acceso: 07 oct. 2011a.

INEP/MEC. **Portal do Ideb**. Disponible<http://portalideb.inep.gov.br/>. Acceso en: 06 oct. 2011b.

KRAWCZYK, N. R.. O PDE: novo modo de regulação estatal. In: **Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)**. v. 38, p. 797-817, 2008. Disponeble en: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n135/v38n135a13.pdf >. Acceso en: 10 jul. 2009a.

_____A gestão escolar: um campo minado. Análise das propostas de 11 municípios brasileiros. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 1, n. 67, p. 112-151, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n135/v38n135a13.pdf >. Acceso en: 28 jun. 2009b.

LIMA, L. A. **Ensino Fundamental de nove anos:** repercussões da Lei nº 11.274/2006 na proposta curricular da Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

LIMA, L. C. Construindo modelos de gestão escolar. **Cadernos de Organização e Gestão Escolar.** n.4. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1996.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado de Educação. Boletim Pedagógico da Escola.

_____. _____. Boletim pedagógico do PROALFA. Juiz de Fora: CAEd/Ed. UFJF, 2013.

_____. Constituição (1989). Constituição do Estado de Minas Gerais. 12. ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2005.

MACHADO, M. A. de M. Desafios a serem enfrentados na capacitação de gestores escolares. In: **Em Aberto**. Brasília, v. 17, p. 97-112, 2000. Disponible en: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1093/994>. Acceso en: 06 jul. 2009.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, 2006.

MARQUES, L. R.. Democracia radical e democracia participativa: contribuições teóricas à análise da democracia na Educação. In: **Educação e Sociedade.** v.29, p. 55-78, 2008. Disponible en:<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n102/a0429102.pdf >. Acceso en: 23 jul. 2009.

_____Caminhos da democracia nas políticas de descentralização escolar. Ensaio**.** In: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14 n.53, p. 507-526, 2006. Disponible en: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n53/a07v1453.pdf>. Acceso en: 26 mar. 2010.

MARTINS, A. M. Autonomia e Educação: a trajetória de um conceito. In: **Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas).** São Paulo, v. 15, n. 115, p. 207-232, 2002. Disponible en: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a09n115.pdft>. Acceso en: 23 jul. 2009.

_____O contexto escolar e a dinâmica de órgãos colegiados: uma contribuição ao debate sobre gestão de escolas. Ensaio. In: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação.** v. 16, p. 195-206, 2008. Disponible en: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n59/v16n59a03.pdf >. Acceso en: 01 ago. 2009.

MEC. **Portal do Ministério da Educação**. Disponible en: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_jfilter&Itemid=164&params[search_relevance]=pdde&params[search_method]=exact&params[tipobusca]=null> Acceso: 07 oct 2011.

MICHELS, M. H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 11 n. 33, 2006. Disponible en:<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a03v1133.pdf>. Acceso en: 25 mar. 2010.

OLIVEIRA, R. P. de. Da Universalização do Ensino Fundamental ao Desafio da Qualidade: uma análise histórica. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol.28 , n. 100 – Especial. P. 661-690, 2007. Disponible en:<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0328100.pdf>. Acceso en: 20 abr. 2010.

OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Gestão democrática da Educação**: desafios contemporâneos. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

OLIVEIRA, D. A. (Org.); DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira (Org.). **Política e trabalho na escola**: administração dos sistemas públicos de Educação básica. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, R. de F. Efeitos da implantação do Fundef no Estado de Minas Gerais. In: **21ª Reunião Anual da ANPEd**. Caxambu, 1998

PARO, V. H. A gestão da Educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, L. H. (org.) **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PARO, Vítor Henrique. **Administração Escolar**. São Paulo: Cortez, 2000.

PERONI, V. O estado brasileiro e a política educacional dos anos 90. In: **23ª Reunião Anual da ANPEd**. Caxambu: ANPEd, 2000. Disponible en: <http://www.anped.org.br/reunioes/23/trabtit1.htm#gt5> Acceso en: 15 oct. 2010.

POLON, T. L. P. **Identificação dos Perfis de Liderança e Características relacionada à Gestão Pedagógica Eficaz nas escolas participantes do Projeto Geres –** Estudo longitudinal geração escolar 2005 – Pólo Rio de Janeiro. 2009.

SIMAVE/PROEB – 2013. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd, v. 3, jan./dez. 2013a.

SARMENTO, D.C. Autonomia municipal: sistemas municipais de ensino. In: **Revista**

Educação em foco. Juiz de Fora: UFJF, 2004. Disponible en: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/8-Texto-para Educa%C3%A7%C3%A3o- em-Foco-Diva-abstrat.pdf>. Acceso en: 15 nov. 2010.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

PERCEPÇÃO DE COOPERADOS E COLABORADORES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO SICOOB CREDIPINHO PARA O CRESCIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM JOÃO PINHEIRO-MG

Rosimere Rodrigues da Silva Beltrão*
Renata Suzelli de Souza Gonçalves**

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar e demostrar a contribuição da Cooperativa de Credito de Livre Admissão do Noroeste de Minas Gerais Ltda - Sicoob Credipinho para o crescimento do agronegócio em João Pinheiro. A pesquisa foi realizada através de conceitos e estudos sobre o cooperativismo, o histórico do Sicoob Credipinho. Os dados para análise foram coletados por meio de questionário entregues na respectiva na Cooperativa. Trata-se, pois, de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, pois ao passo que fez revisão de literatura, analisou e quantificou-se os dados coletados. Os resultados, após o estudo, comprovaram que a Cooperativa possui resultados satisfatórios, visto que através das baixas taxas a população pode investir pagando menos juros e assim ter maior retorno, além de linhas de financiamento e empréstimos adequados para várias áreas da zona rural. A cooperativa tem um papel muito importante nas suas áreas de atuações, uma vez que os recursos são aplicados na própria região, contribuindo para o comercio local, o agronegócio e gerando emprego e renda para a população pinheirense.

Palavras-Chave: Agronegócio. Cooperativismo. Sicoob. Credipinho. João Pinheiro.

Abstract: The present article has the objective of analyzing and demonstrating the contribution of the Credit Unbundling Cooperative of the Northwest of Minas Gerais Ltda. - Sicoob Credipinho for the growth of agribusiness in João Pinheiro. The research was carried out through concepts and studies on cooperativism, the history of Sicoob Credipinho. The data for analysis were collected through a questionnaire delivered in the respective one in the Cooperative. It is, therefore, a qualitative and quantitative research, because while it reviewed the literature, analyzed and quantified the data collected. The results, after the study, showed that the Cooperative has satisfactory results, since through the low rates the population can invest by paying less interest and thus have a higher return, besides lines of financing and loans suitable for several areas of the rural area. The cooperative has a very important role in its areas of activity, since the resources are applied in the region itself, contributing to local commerce, agribusiness and generating employment and income for the population of Pinheirense.

* Bacharel em Administração pela Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP. Trabalha como Agente de Atendimento na Cooperativa de Credito de Livre Admissão do Noroeste de Minas Gerais Ltda - Siccob Credipinho. E-mail: rosimere.rodrigues10@gmail.com

** Especialização em Didática e Metodologia Ensino Superior, pela Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP, (Brasil, 2009), professora da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP, Brasil. E-mail: renatassg@yahoo.com.br

Keywords: Agribusiness. Cooperativism. Credit lines. Interest rates. Sicoob. Credipinho. João Pinheiro.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata sobre a percepção de cooperados sobre as contribuições do Sicoob Credipinho para o crescimento do agronegócio em João Pinheiro-MG. Para a realização da investigação foi feito um estudo de caso na Cooperativa de Credito de Livre Admissão do Noroeste de Minas Gerais – Sicoob Credipinho LTDA.

A pesquisa foi realizada no período de 2012 a 2017. O ano de 2012 foi escolhido por ser a data em que a cooperativa Sicoob Credipinho teve a sua Livre Admissão e a data final se justifica pelo motivo de ser o ano de conclusão do curso da presente pesquisadora.

A escolha do tema justifica-se por dois motivos. O primeiro por possuir interesse pelo meio rural e o segundo por trabalhar em uma cooperativa e perceber a procura por créditos para desenvolver o agronegócio, assim sendo, surgiu o interesse em saber e mostrar como a cooperativa vem crescendo e ajudando no desenvolvimento do agronegócio na cidade de João Pinheiro.

Essa pesquisa visa responder os seguintes questionamentos: Como o Sicoob Credipinho contribui no desenvolvimento e crescimento do agronegócio na cidade de João Pinheiro? Como a Sicoob Credipinho viabiliza o agronegócio para seus associados? Como está a satisfação dos associados com a cooperativa em relação ao atendimento? Para o associado, como a Sicoob Credipinho contribui no desenvolvimento do agronegócio em João Pinheiro? Quais as linhas de crédito oferecidas pelo Sicoob Credipinho para atender as necessidades de seu agronegócio? Por que o associado prefere Sicoob Credipinho como instituição financeira? Em relação aos princípios do cooperativismo, são proporcionados educação e treinamento aos sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários? O Sicoob, por meio de seus cooperados, possui a responsabilidade de fomentar o tripé do desenvolvimento sustentável? Como é desenvolvida essa responsabilidade?; Em qual área houve maior crescimento no agronegócio de João Pinheiro?; E quanto a agricultura familiar, a Cooperativa incentiva de alguma forma para o seu desenvolvimento?

Os objetivos desta pesquisa foram apresentar a percepção dos cooperados e colaboradores sobre as contribuições do Sicoob Credipinho para o crescimento do agronegócio em João Pinheiro-MG; analisar como o Sicoob Credipinho contribui para o

desenvolvimento e crescimento do agronegócio na cidade de João Pinheiro; apresentar como o Sicoob Credipinho viabiliza o agronegócio para seus associados; analisar como está a satisfação dos associados com a cooperativa em relação ao atendimento; apresentar como, para o associado, o Sicoob Credipinho contribui no desenvolvimento do agronegócio em João Pinheiro; Citar quais as linhas de crédito oferecidas pelo Sicoob Credipinho aos associados; apresentar como o associado considera que o Sicoob Credipinho auxilia em seu crescimento como produtor rural; apresentar porque o associado prefere o Sicoob Credipinho como instituição financeira.

Para esta pesquisa, usou-se a modalidade de pesquisa quantitativa, pois mediu a quantidade dos serviços prestados juntamente com a importância da cooperativa na região estudada para associados e colaboradores. "A pesquisa quantitativa quer fazer jus à complexidade da realidade, curvando-se diante dela, não o contrário, como ocorre com a ditadura do método ou a demissão teórica que imagina dados evidentes.[...], cuja captação exige mais que mensuração de dados". (DEMO. 2000. p.152.). Através da pesquisa de campo pode-se concluir a verdade, em evidência com os fatos buscados e analisados quantitativamente, afirmando e apresentando resultados em questionamentos levantados e abordados.

Enquanto a metodologia qualitativa, também escolhida para subsidiar este trabalho, preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. "Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamentos etc. (LAKATOS e MARCONI. 2004. p.269) ". A pesquisa qualitativa é de suma importância, pois através dela se obtém dados para ser interpretados e chegar mais próximo possível da realidade. Sendo assim facilita o estudo de caso.

Outra opção para pautar esta pesquisa foi o estudo de caso. "O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, [...], do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33)". Quando se fala em estudo de caso se tem a intenção de analisar a situação vivida e a realidade da organização, a qual se tem como finalidade interpretar e resolver os problemas identificados.

Para chegar ao resultado, usou-se como instrumento de pesquisa o questionário para 30 associados da cooperativa, os quais são produtores rurais que compareceram à Cooperativa

nos dias concedidos para a entrevista, assim como para dois colaboradores por serem estes os que trabalham há mais de 10 anos no Sicoob e ainda por serem os que conhecem e orientam todos os setores da Cooperativa. Para estes os questionários foram acrescidas quatro questões específicas. "Instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito" (Marconi & Lakatos, 2004, p.100). A abordagem foi feita na própria cooperativa, os dados foram avaliados por meio de gráficos e posteriormente analisados tanto as questões abertas quanto às objetivas. Uma parte das questões respondidas pelos colaboradores foi analisada no decorrer do desenvolvimento deste estudo e as demais logo após as dos associados entrevistados.

Este artigo tem relevância pessoal por ser um trabalho que representa uma parte do conhecimento, do aprendizado adquirido ao longo dos quatro anos do Curso de Administração da Faculdade Cidade de João Pinheiro e pelo fato do tema retratar uma das três partes importantes da minha vida: família, trabalho e formação acadêmica.

A relevância acadêmica constitui-se por, provavelmente, subsidiar teoricamente a novas pesquisas para aqueles que queiram abordar sobre o tema e por fim, terá relevância social por se tratar de um estudo de caso sobre uma cooperativa que trouxe contribuição para a sociedade e fará parte da história pinheirense.

As hipóteses levantadas durante o pré-projeto foram positivas, visto que o Sicoob Credipinho traz satisfação aos associados, possui taxas de juros menores, com isso eles podem investir mais no agronegócio, oferece também vários produtos específicos para a área rural, preza pelos princípios cooperativos voltados para a educação, sustentabilidade e informação, além de agregar valores materiais, agrega também valores humanos.

1. SURGIMENTO E CONCEITUAÇÃO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

O cooperativismo já existia no meio rural desde a antiguidade, quando os agricultores tinham ajuda uns dos outros para a colheita. Anos após anos, alguns saiam de suas casas para as terras vizinhas com o objetivo de auxiliá-los da colheita ao armazenamento. Nesses períodos, no chamado mutirão, acontecia festas para animar a quem trabalhava ou em agradecimento a Deus pelo trabalho feito, "decidia-se o calendário do trabalho de mutirões para derrubada de roças, efetivava-se a distribuição social dos benefícios da articulação coletiva da força de trabalho (FIGUEROA 2016, p. 62). Contudo o tempo passa e, cada um tem suas necessidades, com a modernidade nem todos os produtores conseguem se ascender

no mercado devido às novas exigências. Muitos dos agricultores, sem a cooperação, por um motivo ou outro, veem-se sem a ajuda de seus vizinhos, sem apoio dos órgãos governamentais para continuarem com suas produções e devido a essas dificuldades no meio rural, surge o cooperativismo de crédito.

O chamado cooperativismo, hoje, cooperativa, teve início em 1844. Três anos mais tarde, Friedrich Wilhelm Raiffeisen criou, no povoado de Weyerbusch/Westerwalda, a primeira associação para apoiar população da zona rural, a qual serviu de modelo para a cooperativa de Raiffeisen para a Associação de Caixas de empréstimo de Heddesdorf em 1864 (PINHEIRO, 2008) com o intuito de ajudar determinados segmentos em suas atividades econômicas. O ato de ajudar se torna solidário e, a necessidade de solidariedade é apresentada por CENZI (2009. p. 21) como:

> A necessidade de solidariedade e ajuda mútua surgiu a partir do momento em que o homem precisou viver em conjunto, pois desde os tempos mais remotos de sua existência viu ele que em suas ações e a sua sobrevivência dependiam um do outro semelhante. Assim embora sem a formação de conceitos, o homem já experimentava e começava a construir uma sociedade amparada na reciprocidade e começava a construir uma sociedade amparada na reciprocidade e busca de objetivos comuns.

O cooperativismo surge, então, da necessidade de os homens solucionarem alguns dos seus problemas comuns. “Essa necessidade já havia sido identificada na antiguidade, acompanhando o homem em sua evolução histórica” (BECHO, 2005, p.91). O cooperativismo é, pois, a forma mais moderna do associativismo. O homem faz tudo, mas tem a necessidade da união coletiva para solucionar e vencer os desafios do mundo, porém nesse processo é necessário segundo (PUTNAM, 1996), demonstrar confiança uns nos outros, pois assim o grupo será capaz de atingir seus objetivos.

No Brasil, a primeira associação denominada cooperativista surgiu por volta de 1847, não sendo possível precisar a localidade que a sediava, pois segundo (PINHEIRO 2008) foi em Ouro Preto, (BENATO, 2002) diz ter sido no sertão do Paraná, Já em (BENNATO, RESENDE e BARBOZA, 2008) encontra-se ter sido em Nova Petrópolis (RS) em 1902, o que vai ao encontro do que diz Schardong (2003, p. 63):

> O Cooperativismo de Crédito chegou ao Brasil, trazido da Europa pelo Padre Theodor Amstad, com o objetivo de reunir as poupanças das comunidades de imigrantes e colocá-las a serviço de seu próprio desenvolvimento. (...) foi em Linha Imperial, município de Nova Petrópolis, que o Padre precursor constituiu formalmente a primeira Cooperativa da espécie, em 28 de

dezembro de 1902

Independentemente do local exato, diversas mudanças ocorreram até chegar à modernidade. Viu-se que o cooperativismo propiciaria o desenvolvimento daqueles que queriam investir em seus negócios de forma eficiente sem estar presos às inconstâncias de outros órgãos.

Cenzi (2009, p. 34) pontua que:

> Em 1966 a OIT (Organização Internacional do Trabalho) foi um dos primeiros organismos internacionais a reconhecerem no sistema cooperativo o meio capaz de alavancar o progresso econômico e social. Em 1969, a OEA (organização dos Estados Americanos) fez incluir a carta de Buenos Aires, na qual apoia e proclama os Países cooperativismo. A ONU (Organização das Nações Unidas) aprova em sua cessão plenária de 23.12.1994 da Resolução 49/155 onde faz expressa recomendação de apoio e incentivo as Cooperativas.

Em 1966 o sistema cooperativo começou a ser reconhecido pelos organismos internacionais, foi quando o mundo começou a reconhecer também a importância do cooperativismo.

Na década de 80, princípio da década de 90, houve um forte impacto na agropecuária decorrente da instabilidade para financiamentos. Araújo (2003) destaca que: entre os anos 80, início de 90 aumentou-se muito as taxas de juros para empréstimos, o que deveria ser o contrário. Com isso a insegurança do agricultor aumenta, sem o preço acompanhar a inflação, muitos agricultores endividados perderam toda ou parte de seus patrimônios. Era necessária mudança para que os agricultores se fortalecessem.

Segundo Schardong (2002, p.78) “Diante da necessidade de se constituir um sistema alternativo de financiamento aos produtores rurais, as cooperativas do setor agropecuário introduziram a ideia de se constituir um sistema alternativo de financiamento aos produtores rurais”. Com a escassez dos financiamentos a melhor opção era a procura por uma cooperativa.

Ainda de acordo com Schardong (2002. p.84).

> A cooperativa de crédito, enquanto espécie do gênero “cooperativo” possui o objetivo de promover a capacitação de recursos para financiar as atividades econômicas dos cooperados, a administração das suas poupanças e a prestação dos serviços de natureza bancaria por eles demandas.

As cooperativas têm como objetivo administrar e financiar a vida econômica do cooperado. Com características próprias, elas têm um diferencial em relação aos bancos.

Para Ricciardi e Lemos (2000, p. 58):

> O cooperativismo utiliza um método de trabalho conjugado, ao mesmo tempo em que pode ser visto como um sistema econômico peculiar, em que o trabalho comanda o capital. É que as pessoas que se associam cooperativamente são as donas do capital e as proprietárias dos demais meios de produção (terras, máquinas, equipamentos, instalações e outros), além de serem a própria força de trabalho. Como essa disposição de se associarem tem o objetivo de realizar um empreendimento que venha a prestar serviços mútuos, é óbvio que essa união busca a elevação dos padrões de qualidade de vida desses associados.

A cooperativa possibilita a quem quer investir, a também ser dono de outro negócio sem ser o que ele está habituado a lidar, ele não investe apenas em sua "empresa", produto, terras, entre outros, ele também passa a ter participação direta como associado, o que faz com que seus investimentos cresçam.

OCB (2001, p.34) define cooperativa como:

> Cooperativa é uma organização de, pelo menos, vinte pessoas físicas unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades. Fundamenta-se na economia solidária e se propõe a obter um desempenho econômico eficiente, pela qualidade e confiabilidade dos serviços que presta aos próprios associados e aos usuários.

É um trabalho realizado para beneficiar o seu associado, dando-lhes confiança, gerando mudanças e, melhor condição para o desempenho econômico de quem a ela se associa, não beneficiando apenas um, mas um conjunto de investidores, como afirma (SCHIMMELFENIG 2010, p 04) "diferente de um banco público ou privado, as cooperativas de créditos podem ser controladas pelos seus próprios associados". Assim sendo, a regulamentação da Resolução 2.193 foi relevante para fortalecer a criação de bancos cooperativistas, dentre eles o SICOOB.

Além dos objetivos citados, as cooperativas devem seguir os sete novos princípios estabelecidos na década de 90, especificamente em 1995, no Congresso da Associação Cooperativista Internacional realizado em na Inglaterra: Adesão livre e voluntária, Gestão

Democrática, Participação Econômica dos Cooperados, Autonomia e Independência, Educação, Formação e Informação, Intercooperação, Interesse pela Comunidade.

> 1º Princípio: Adesão Livre e Voluntária As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar seus serviços e assumir responsabilidades como associados, sem discriminação social, racial, política, religiosa e de sexo. [...]
> 2º Princípio: Gestão Democrática pelos Cooperados As cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus associados, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. A gestão democrática é a essência operacional do cooperativismo.
> 3º Princípio: Participação Econômica dos Cooperados. Os cooperados contribuem equitativamente para o capital de suas cooperativas e o controlam democraticamente. Pelo menos parte deste capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os associados recebem, habitualmente, uma limitada remuneração se houver ao capital subscrito.[...]
> 4º Princípio: Autonomia e Independência. As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, geridas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações - incluindo instituições públicas - ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus associados e se mantenha a autonomia das cooperativas.
> 5º Princípio: Educação, Formação e Informação. As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus associados, eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.
> 6º Princípio: Intercooperação. As cooperativas servem de forma mais eficaz a seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, por intermédio das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.
> 7º Princípio: Interesse pela Comunidade As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado de suas comunidades, por meio de políticas aprovadas pelos seus associados. (ETGETO et al 2005, P.11)

Os princípios pautados pelo cooperativismo é outro fator que faz crescer o número de associados, pois estes se sentem valorizados pelas cooperativas, das quais fazem parte, visto que além de dar ao associado a livre escolha de a ela aderir-se, participação nas tomadas de decisões, ter participação nos lucros e permanecer autônomo mesmo aderindo a outros acordos em outras empresas, ela investe em seu interesse de conhecimento. Propicia cursos de acordo com suas necessidades, não guarda para si as informações, auxilia cooperativamente, ou seja, desenvolve a intercooperação entre as cooperativas regionais, nacionais e internacionais. Interessa-se pelas necessidades da comunidade em que está inserida.

Deve-se tomar ciência de que uma cooperativa, assim como toda empresa não se

firma, tão pouco atinge seu objetivo, pautando-se apenas em missão, valores e princípios. Ela se auto-afirma, também, de acordo com o modelo de gestão, que não é o foco deste trabalho.

2. CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE JOÃO PINHEIRO- MG

João Pinheiro, cidade do noroeste de Minas Gerais, emancipou-se politicamente em 1911. Atualmente, possui sete distritos, sendo estes: Caatinga, Canabrava, Luizlândia, Olhos D'água do Oeste, Santa Luzia da Serra e Veredas. Sua população é de 45.260 com estimativa para 48.751 mil habitantes segundo dados do IBGE (2010). De acordo com (GONÇALVES, 2010) o município se dedica basicamente à agropecuária, um dos motivos que contribuiu para a formação da cidade que hoje é pautada nos agronegócios.

Com 106 anos, a cidade ainda tem sua economia voltada para o mercado de gado, avicultura, suíno e agricultura familiar.

Figura 01: População de João Pinheiro
(Retirado de: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-pinheiro/panorama
Acesso em: 22/10/2017- Adaptação)

Segundo o IBGE, para o ano em curso, 2017, a população passaria para 48741 mil habitantes. Com o crescimento populacional, com a necessidade de expandir-se e não perderem tudo o que construíram durante longos anos, 20 produtores rurais do município uniram-se com o objetivo comum de trazer para a cidade o cooperativismo e assim ampliar o agronegócio na região.

Segundo (ARAÚJO, 2003, p.28) agronegócio "é o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários "in natura" ou industrializados", no entanto elas não acontecem de uma só vez, ou seja, cada investidor escolhe a que melhor adéqua-se à sua realidade, alguns escolhem a avicultura, outros o corte de gados, plantio de grão, entre outros.

2.1 O SICOOB (Sistema Cooperativista brasileiro-Credipinho de João Pinheiro

A Cooperativa de Crédito Rural de João Pinheiro Ltda - SICOOB CREDPINHO, situada na Praça Coronel Hermógenes, 261-Centro, com o intuito de prosperar a agropecuária e a agricultura pinheirense, teve seu início em 12 de julho de 1993.

> A ideia inicial de criar uma cooperativa em nossa cidade foi de Dario Rodrigues e Geraldo Ferreira Porto. Onde se reuniram um grupo de 20 associados que se interessavam pela abertura da mesma. Então o coordenador da comissão organizadora Sr. Geraldo Ferreira Porto convocou uma reunião no dia 12 de julho de 1993 na Avenida Batista Franco no Parque de Exposições da nossa cidade, com o propósito de fundar uma cooperativa de crédito rural. No dia da reunião se candidatou apenas uma chapa para o conselho de administração. Como presidente o Sr. Antônio de Mendonça Filho, vice-presidente Sr. Juarez Braga de Lima, secretário Sr. João Pereira da Silva, Conselheiros os Srs. João Batista Franco, Jose Ribeiro Sobrinho e Álvaro Jose da Silveira, Conselho fiscal os Srs. Paulo Roberto de Oliveira, Fernando Antônio Moreira e Flavio Rios Oliveira, para suplentes eu Ozanan Lopes do Couto, José Eduardo Simões Mendonça e Jose Antônio Cabral. Com capital inicial de 26.000,000,00 (vinte e seis milhões de cruzeiros), divididos entre os 20 associados. O sucesso da cooperativa se deu pelo motivo de que a função do produtor rural era muito mal assistida pelas outras instituições e produtores rurais. Uma instituição que tem a cara do produtor rural, junto a cooperativa veio crescendo o sistema e as estruturas que e a Central Crediminas, a Confederação e o Bancoob. (Cooperado fundador)

Como as demais cooperativas, a Sicoob Credipinho, trata-se de uma cooperativa de crédito rural constituída pela adesão de pessoas com negócios comuns com a finalidade de agregar, administrar, manter e aperfeiçoar seus recursos econômico-financeiros.

> A constituição de uma cooperativa dá-se a partir do momento que os associados, por meio de interesses comuns e almejando atingir determinados fins, unem-se para gerir democraticamente seu empreendimento, assumindo todos os benefícios e perdas advindas das atividades da cooperativa. É por

> meio dessa união de interesses que pessoas das mais diversas camadas sociais procuram, sob o olhar dos princípios de solidariedade e igualdade, concretizar desejos, dificilmente realizados individualmente. (SILVA, E. A. et al, 2005, p.137).

De acordo com a Ata de Constituição[1] da Sede própria, no dia 21 de dezembro de 2004, foi inaugurada a sede própria do Sicoob Credipinho, sendo uma grande conquista para os associados e colaboradores, oferecendo mais conforto, comodidade e modernidade. Nela se pratica todas as operações ativas, passivas e acessórias típicas da modalidade social, com obediência aos preceitos regulamentares baixados pelas autoridades monetárias, o respeito aos princípios doutrinários do cooperativismo e a valorização do bem comum.

De acordo com o Estatuto Social[2], pode se associar ao Sicoob Credipinho pessoas que desenvolvam na sua área de atuação, de forma efetiva e predominante, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas, ou se dediquem a operações de captura e transformação do pescado, entre outros.

Ainda de acordo com o Estatuto Social, Art. 28, o SICOOB CREDIPINHO é administrado por um Conselho de Administração, órgão colegiado e superior na hierarquia administrativa, eleito Assembleia Geral, nos termos do disposto no Regimento Eleitoral, caso haja, composto por um Diretor-Presidente, um Diretor-Administrativo e um Diretor-Financeiro que são os integrantes da Diretoria Executiva e 03 (três) Conselheiros Vogais, todos os membros efetivos.

Quanto à Diretoria Executiva, o referido Estatuto estabelece em seu Art. 32 que é composta de um Diretor-Presidente, um Diretor-Administrativo e um Diretor-Financeiro, comprazo de mandato de 04 (quatro) anos.

O SICOOB CREDIPINHO é fiscalizado, assíduo e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de 03 (três) membros efetivos e de 03 (três) suplentes, todos associados e eleitos para um mandato de 02 (dois) anos. (Art. 38, do Estatuto Social).

De acordo com o Estatuto Social, Art. 17, a Assembleia Geral dos associados é o órgão supremo do SICOOB CREDIPINHO. O Capital Social do SICOOB CREDIPINHO é formado com recursos dos associados e deve corresponder á pelo menos 10% (dez por cento)

---

[1] Ata de Constituição da Cooperativa de Crédito Rural João Pinheiro Ltda – Credipinho, aprovada em 12 de julho de 1993.

[2] Estatuto Social da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Noroeste de Minas Gerais. – SICOOB CREDIPINHO – Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/12/2016.

do valor total das operações de crédito mantidas pelo associado, como devedor principal, na Cooperativa.

Para Pinho (2006, p. 15):

> A política econômica brasileira dos últimos anos prioriza o crédito e a geração de trabalho e renda para a população, estimulando fortemente o empreendedorismo, a expansão do crédito cooperativo e a formalização de micro e pequenas empresas. Estimula, também, em milhões de brasileiros que vivem próximos à linha de pobreza, a renovação e a esperança de uma vida melhor por meio da atividade solidária, e a utilização de cooperativas de crédito como o mais adequado, eficiente e eficaz instrumento para atingir tais objetivos por si mesmos, sem paternalismo de qualquer tipo.

A prática de valores e princípios cooperativos incorpora o lado humano da economia, dando possibilidade de desenvolvimento para todos. O valor percebido pelo associado em uma cooperativa de crédito é determinante para a sua inclusão social, pois a partir do conhecimento dos seus direitos e deveres permitirá fazer uso mais adequado dos benefícios advindos do cooperativismo.

Nesse sentido, O SICOOB CREDIPINHO desempenha papel importante na melhoria das condições econômicas e sociais dos diversos associados no município de João Pinheiro e região.

> Cooperativas de credito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de credito, captação de depósitos à vista e a prazo, de custodia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convenio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no País, além de outras operações especificas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor. (PINHEIRO, 2006, p.7.)

A cooperativa é voltada para o público de produtores rurais, os quais têm direito a vários tipos de financiamentos que atendem suas necessidades, o que, consequentemente, contribui para o crescimento do agronegócio em toda a região. Além disso, viabiliza para o associado à prestação de serviços, concede-lhe créditos, custódias, recebimentos e pagamentos entre outros.

A cooperativa para atender a seus associados e alcançar suas metas possui como toda empresa sua Visão, Missão e Valores.

> Visão: “Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora

> do desenvolvimento econômico e social dos associados"Missão: "Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e as suas comunidades".
> Valores:
> Transparência: A cooperativa procura ser clara nas informações prestadas aos seus associados, passando assim mais confiança; Comprometimento: Ser comprometida em dar soluções financeiras para os associados; Respeito: Passar respeito seriedade; Ética: Ter discrição nas informações coletadas e manter o sigilo das operações do associado na cooperativa; Solidariedade: Praticar o ato cooperativo, não só dentro da cooperativa mais em toda a região; Responsabilidade: Ter compromisso, e cumprir seus princípios e conceitos.
> Princípios: Ação democrática; Compromisso com o desenvolvimento (econômico social e humano); Conduta ética; Cooperação e parceria; Determinação; Honestidade e transparência; Profissionalismo; Solidariedade; Valorização e respeito ás pessoas.

(BIALOSKORSKI NETO 2000, p. 242), "a cooperativa só terá sucesso social, cumprindo com sua responsabilidade junto ao seu quadro associativo, se esta for um empreendimento econômico de sucesso de forma a permitir o crescimento (...) de seus associados". A cooperativa presa por ética, transparência e tem como missão gerar soluções para seu cooperado, pois ambos dependem um do outro para consecutivamente atender a demanda do mercado, respeita para se fazer respeitada, para ter sucesso na sociedade. E este sucesso pode ser percebido nos gráficos abaixo que apontam o número de associados e colaboradores com os quais a cooperativa iniciou e tem até o presente ano.

Figura 2: Número de Associados
Fonte direta

Figura 3: Número de Colaboradores
Fonte direta

Os dados acima tiveram como início a data de 2003, data esta que foi apresentada pelo sistema interno. Neles pode-se ver que no ano de 2003 eram 1068 associados e apenas 13

colaboradores. No decorrer dos quase 25 anos, a Sicoob Credipinho cresceu. A cooperativa conta, hoje, com quatro PAs (posto de atendimento), sendo um em Cana Brava, outro em Brasilândia, outro em Luizlândia do Oeste, e o outro no bairro Maria Jose de Paula na cidade de João Pinheiro, e com previsão de abertura em 2018 de dois PAs, um em Dom Bosco e o outro em Bonfinópolis de Minas. Atualmente A Sicoob Credipinho conta com aproximadamente 8.916 mil associados e 82 colaboradores.

> Cooperativas de crédito são sociedades de pessoas constituídas com o objetivo de prestar serviços financeiros aos seus associados, na forma de ajuda mútua, baseada em valores como igualdade, equidade, solidariedade, democracia e responsabilidade social. Além da prestação de serviços comuns, visam diminuir desigualdades sociais, facilitar o acesso aos serviços financeiros, difundir o espirito da cooperação e estimular a união de todos em prol do bem-estar comum (PAGNUSSATT, 2004, p.13).

A cooperativa de crédito rural de João Pinheiro, assim como as demais, é constituída pela união de associados com interesses comuns, é voltada, principalmente, para o público de produtores rurais, que são beneficiados com várias linhas de créditos, com taxas e juros menores, além de terem participações nos lucros da cooperativa, isso consequentemente contribui para o crescimento do agronegócio da região.

O crescimento, ao que tudo indica, solucionou diversos problemas dos associados do Siccob Credipinho em João Pinheiro, dentre eles o da agricultura familiar, pois com o PRONAF, Programa Nacional de Agricultura Familiar, criado em 1995 pelo governo federal, muitas famílias viram a possibilidade de associarem-se ao Siccob Credipinho. "O PRONAF surge como uma proposta política de melhores condições materiais e subjetivas de superar as condições de dificuldades que o agricultor familiar encontra para integrar-se ao mercado e poder criar condições de subsistência de permanecer no campo" (SAVOLDI E CUNHA, 2010, p.36). Com o programa governamental e os produtos oferecidos pelo Sicoob, tornou-se mais fácil para as famílias trabalharem unidas, prosperarem seus investimentos.

3.RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Os métodos da pesquisa de campo

Para conhecer o Sistema de Crédito de João Pinheiro, optou-se pelo estudo de caso que segundo (BAUREN 2009, p. 84) "caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado

de um único caso. Esse estudo é preferido por pesquisadores que desejam aprofundar seus conhecimentos a respeito de determinado caso específico". Dessa forma temos neste trabalho um estudo de caso sobre a SICOOB CREDIPINHO de João Pinheiro.

E este foi o objetivo, conhecer a movimentação, como foi criado, o que pauta o estatuto interno, visto que este só tem acesso a ele os cooperados e funcionários da instituição, não sendo permitidos cópias ou xerox. Na oportunidade, realizou-se entrevista oral com um dos fundadores do sistema de créditos de João Pinheiro para conhecer como se deu a criação da Cooperativa na cidade de João Pinheiro. A pesquisa oral foi feita com apenas um dos fundadores, pois foi o único que compareceu ao Sicoob nos dias que foram entregues os questionários e, por falta de tempo do mesmo, fez-se necessário a mudança do instrumento questionário usado para pesquisa para entrevista oral.

3.2 Análise quanti/qualitativo dos dados coletados

3.2.1 Entrevista com os associados

Questionários foram entregues durante duas semanas, em dias e horários alternados disponibilizados ao pesquisador. Foi escolhido os produtores rurais pelo fato de serem eles que responderiam as questões de acordo com o tema pretendido na pesquisa. Para a quantidade, o critério escolhido foi a que comparecesse nos dias concedidos pela Cooperativa, o que computou 30 associados produtores rurais. Destes 60% eram do sexo masculino e 40% do sexo feminino.

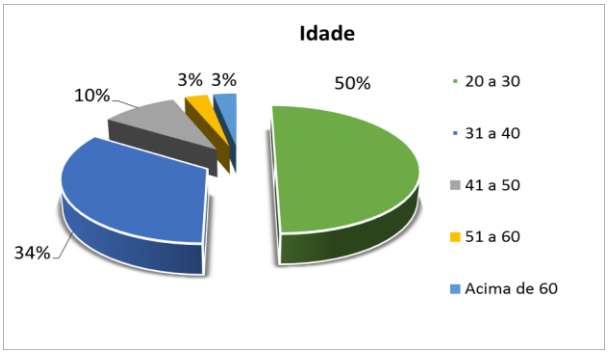


Gráfico 1 – Idade dos entrevistados
Fonte direta

As idades variaram de acordo com os dados coletados, o maior percentual, 50%, foi de

20 a 30 anos, 34% de pessoas entre 31 a 40 anos, 10 % entre 41 a 50 anos, 3% de 51 a 60 anos e acima de 60 anos 3%. Percebe-se que tem um público novo começando, são pessoas mais jovens, que com a livre admissão, começaram a fazer parte dos associados do Sicoob Credipinho, buscando soluções financeiras através do cooperativismo.

Concorda-se com Carneiro (2008, p. 265) quando ele diz que

> É possível que, se forem dadas aos jovens as condições para o desenvolvimento de atividades alternativas à agricultura e ampliadas e melhoradas as condições de acesso aos bens (materiais e simbólicos) por eles valorizados, a vida no campo passe a oferecer alternativas bem mais atraentes.

Muitos jovens, os que seguem os passos dos pais, querem administrar bem os negócios de família, a fazenda, o gado entre outros ramos de atividades para preservar, conservar o que herdou ou porque lhe é passada a responsabilidade de gerenciar os bens da família, ou ainda porque por meio de outros ficam sabendo que podem confiar na cooperativa para abrir ou expandir suas atividades monetárias.

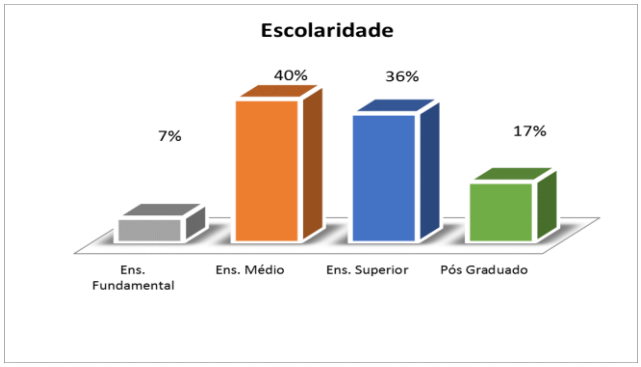


Gráfico 2 – Escolaridade dos entrevistados
Fonte direta

Quanto ao grau de escolaridade, 40% deles têm Ensino Médio, 36% Ensino Superior, 17% são pós-graduados e 7% Ensino Fundamental. As porcentagens relacionadas ao grau de escolaridade mostram que a cooperativa recebe independente do grau de instrução, cabe a análise de que as pessoas que têm mais escolaridade, possivelmente são mais críticas, menos propensas a serem enganadas e com poder maior de analisar quais as instituições podem-lhe ser mais favoráveis, e a escolha pela Credipinho provavelmente se dá pela confiabilidade,

pelas vantagens em se adquirir as mercadorias por ela oferecidas.

Para a renda dos entrevistados obteve-se as seguintes respostas:

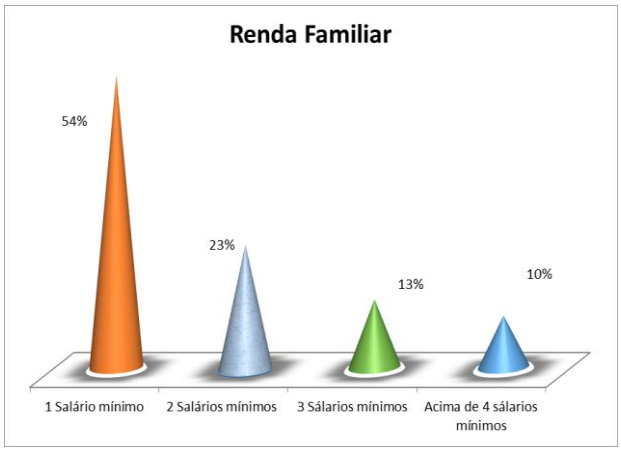


Gráfico 3 – Renda familiar dos entrevistados
Fonte direta

A maioria dos entrevistados, 54%, apresenta renda familiar de um salário mínimo, 23% atingem a renda familiar de dois salários mínimos, 13% possuem renda de três salários mínimos e 10% deles têm a renda de quatro salários mínimos ou mais.

Langoni (2005, p.38).

> Em primeiro lugar existe um grupo de fatores cuja exclusão contribui inequivocamente para um aumento artificial do grau de desigualdade: são eles o autoconsumo no setor agrícola, as transferências de renda na unidade familiar, o uso de renda corrente, as diferenças regionais no custo de vida, e a inclusão de elementos que trabalhavam voluntariamente em tempo parcial.

Normalmente, quem procura associar-se às cooperativas são pessoas com baixo poder aquisitivo. São aquelas que não conseguem com recursos próprios, ampliar seu negócio com a venda de seus produtos, devido ao custo de vida ou de altos encargos para lidar com a terra ou os frutos dela. Buscam, na Sicoob, investimentos para aumentar suas rendas.

Outra pergunta feita aos entrevistados foi sobre a satisfação do associado com o Sicoob Credipinho:

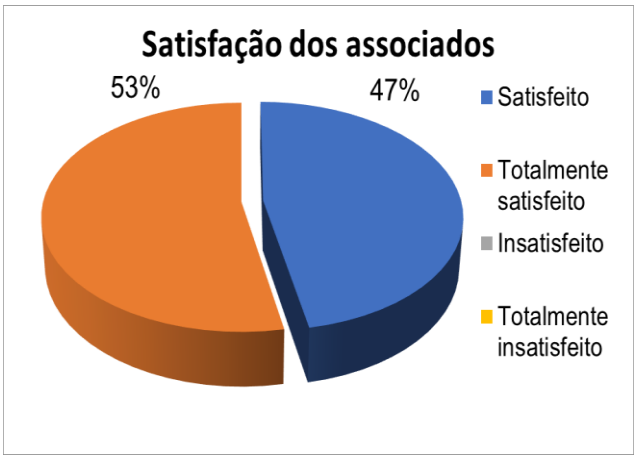


Gráfico 4 – Satisfação dos entrevistados
Fonte direta

Dos entrevistados, 53% disseram estar muito satisfeitos e 47% que estão, sim, satisfeitos com o Sicoob Credipinho.

Os entrevistados justificaram suas respostas dizendo que estavam muito satisfeitos, pois conseguiram sobressair com a ajuda da Sicoob. Os 47% que responderam que estão satisfeitos, alegaram que os juros são bons e no ensejo parabenizaram o atendimento e pediram para "inovar sempre para que o atendimento continue assim e cada vez melhor" (entrevistados 12, 01, 05, 20, 25, 26).

Kotler (2006, p. 476) corrobora dizendo que:

> A satisfação **do cliente** com uma compra depende do desempenho do produto com relação às suas expectativas. Se o desempenho fica abaixo desta expectativa, o cliente fica insatisfeito. Se o produto preencher as expectativas, ele ficará satisfeito, por isso um cliente pode ter vários níveis de insatisfação e encantamento (Grifo do autor).

Constata-se, com as respostas dos associados, que a cooperativa desempenha bem ao oferecer seu produto, visto que todos mostram positividade com relação à satisfação e é a satisfação do cooperativista que faz com que uma empresa tenha credibilidade e alcance seus objetivos.

(COBRA 2003, p.31) afirma que "a tarefa de encantar clientes por meio da qualidade, serviço e valor não é nada fácil exige um conhecimento muito grande de suas necessidades e desejos e, para tal, muito esforço e energia devem ser utilizados". Toda entidade, instituição, empresa ou quer outro seguimento, que lida diretamente com o público, deve sempre procurar atendê-lo em sua necessidade, quando não é possível totalmente, pelo menos tratá-lo bem e

com respeito.

Para a questão aberta: Na sua opinião, a Cooperativa trouxe incentivo para a população aumentar sua economia? Sim ou não? Justifique sua resposta. As respostas variaram entre:

> *Sim, Devido à instituição ser bem competitiva, boas taxas de juros, atendimento bom. A tendência é aumentar o movimento da agência e consequentemente o aumento da economia na cidade. (Entrevistado 01)*
> *Sim, antes era voltado só para produtores rurais, hoje em dia não, são para todos que quiserem se associar, fazendo com que a economia local cresça mais. (Entrevistado 02)*
>
> *No início sim, as taxas eram bastante atrativas e não havia tanta exigência para obter o crédito, dessa forma as pessoas usufruíam mais das operações e faziam girar a economia. Mas ultimamente não, a cooperativa tem passando por mudanças e exigindo dos associados uma forma muita burocrática para obter o crédito, dificultando muito. (Entrevistado 03):*
>
> *Sim, pois através dos empréstimos e financiamentos com taxas mais baixas e acessíveis aos produtores rurais, pessoas físicas e jurídicas foi possíveis maiores investimentos trazendo retorno tanto no meio rural quanto na cidade, aumentando o capital e gerando assim mais renda e mais rentabilidade. (Entrevistado 04)*
>
> *Sim, às cooperativas tem um papel muito importante nas suas áreas de atuações, uma vez que os recursos são aplicados na própria região, aumentando com isso o comercio local, o agronegócio e gerando emprego e renda. (Entrevistado 05):*
>
> *Com toda a certeza sim. Os grandes bancos sempre possuíram receio de operar com os pequenos produtores, pequenos empresários, autônomos, deixando os dessa forma sem apoio financeiro e por consequência impossibilitados de crescer. Já a cooperativa possui um olhar mais flexível e voltado para esse público, que cresceu e vem crescendo juntamente com a cooperativa ao longo dos anos. (Entrevistado 06)*
>
> *Sim, com linhas de crédito para incentivar o investimento em várias áreas. (Entrevistado 07)*
>
> *Sim, oferecendo linhas de credito com taxas e prazos adequados ao seu negócio. (Entrevistado 08)*
>
> *Sim, através das baixas taxas, a população pode investir pagando menos juros e assim com maior retorno. (Entrevistado 9)*
>
> *Estou muito satisfeito já tenho muitos anos que eu sou associado e me sinto feliz como se estivesse na minha casa. (Entrevistado 11)*
>
> *A cooperativa está de parabéns pelo seu atendimento, mas não deve parar, isso deve servir de incentivo para buscar coisas novas e inovar todos os*

dias. (Entrevistado 10)

Apenas um dos entrevistados alega que no início a cooperativa tinha serviços mais atrativos, mas ainda assim é satisfeito com os demais serviços, tais como a receptividade dos colaboradores, o respeito e a atenção com que atendem. Os demais concordam que há sim incentivo.

Para Kotler e Keller (2007, p. 142) a satisfação é:

> Satisfação é a sensação de prazer ou desapontamento resultante da comparação entre o desempenho (ou resultado) percebido de um produto e as expectativas do comprador. Se o desempenho não alcança as expectativas, o cliente ficará insatisfeito. Se alcançá-las, ele ficará satisfeito. Se o desempenho for além das expectativas, o cliente ficará altamente satisfeito ou encantado.

Provavelmente, o crescimento de número e a fidelização dos associados deve-se a satisfação que tem ao ser atendido pelo Siccob, pois ao estar satisfeito o cooperado fideliza sua participação, tem novas perspectivas, sente-se ativo e com competência para investir, satisfeito seus negócios prosperam e prospera a cooperativa e a região na qual está inserida.

Para a pergunta: O que contribui para o Crescimento do Agronegócio em João Pinheiro? Os entrevistados responderam:

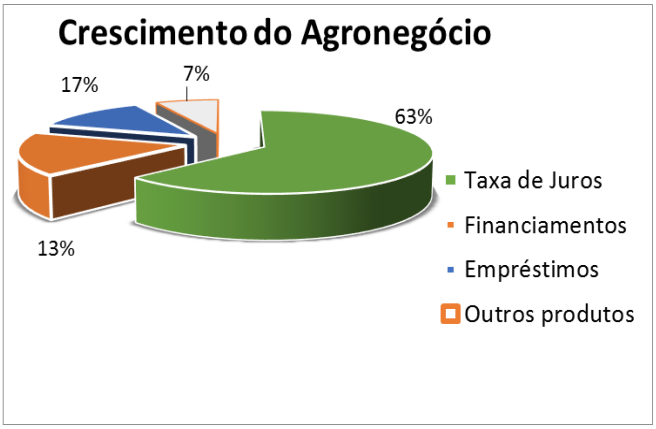


Gráfico 05 - O que contribui para o crescimento do agronegócio
Fonte direta

A maioria dos associados, 63%, considera que é a taxa de juros mais baixa do mercado financeiro e que contribui para o crescimento do agronegócio, 17% disseram ser os financiamentos, 13% os empréstimos e 7% são os outros produtos oferecidos pela

cooperativa.

Já os colaboradores responderam:

> *Atualmente o Sicoob Credipinho tem aproximadamente 8 milhões de reais emprestados para pequenos e médios produtores rurais. Esse volume movimenta e fomenta o agronegócio local, contribuindo com o aumento da produção e renda do associado, aumentando no número de empregos diretos e redução da necessidade de compra de fornecedores de outros municípios, aumentando com isso a renda do município, que por sua vez, retorna para o mesmo, através de obras e serviços da prefeitura, por exemplo, e de mais empregos para a população. Além disso, o sicoob Credipinho em parceria com outras instituições (Sebrae e Senar) disponibiliza cursos em diversas áreas contribuindo com o aprendizado e troca de experiências dos associados produtores rurais. (Colaborador 01)*
>
> *contribui de diversos aspectos, tanto financeiro, porque o retorno é rápido, com a profissionalização e auxilio na diversificação de renda os associados adquirem produtos como financiamentos, aplicam e poupam na cooperativa, tanto na fidelização do cliente, que este por sua vez fica agradecido à cooperativa e aumenta a procura do não associado em busca de se inserir nos projetos, e o mais importante: o aspecto social, pois a cooperativa cumpre o dever primordial de sua fundação, o desenvolvimento da comunidade. (Colaborador 02)*

Serra, (2009, p.143) afirma que "as cooperativas vinculadas ao setor agrícola, passaram a crescer na exata proporção das vantagens financeiras que tiveram condições de oferecer aos associados". Quando o agricultor ou agropecuarista encontra taxas de juros mais baixas e produtos que vão ao encontro de suas necessidades.

Quando lhe é propiciado diversificados produtos, que os favoreçam a obtenção de maior lucro, cursos para melhorar seu empreendimento com mais segurança, o associado sente-se motivado, influencia-o a investir mais, produzir mais, e consequentemente, também empregar mais. Esse ciclo faz tanto a região quanto o país crescer economicamente.

O Sicoob Credipinho como escolha de Instituição Financeira.

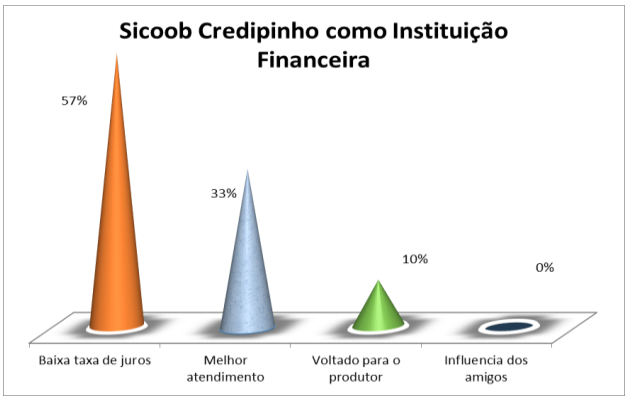


Gráfico 6 – Escolha do Siccob Credipinho como instituição

Fonte direta

De acordo com o gráfico, 57% dos associados escolheram a cooperativa como instituição financeira pela baixa taxa de juros, 33% pelo melhor atendimento, 10% por ser voltado para o produtor rural. Pode-se perceber que a preferência pela cooperativa é por ser uma instituição voltada para o produtor e que atende suas necessidades mais especificas, como a baixa taxa de juros diferenciada, os financiamentos rurais sempre possuem a menor taxa de juros do mercado, como os repasses que vêm para a cooperativa são de até 3% ao ano, é uma taxa mínima se comparando com os demais.

De acordo com Schimmelfenig (2009, p. 10)

> [...] esse crescimento se deve ao fato de que as cooperativas são dispensadas de alguns tributos federais, podendo oferecer créditos e serviços a custos mais baixos que outras instituições financeiras [...] Um outro atrativo das cooperativas está sendo o de exigir menos garantias no momento da liberação do crédito.

Outro ponto que faz com que os clientes escolham a cooperativa como instituição financeira é que a cooperativa não possui taxa de manutenção de conta mensal e, sim pacotes tarifários de produtos de acordo com que cada associado precisa. Financiamentos de maquinários agrícolas, financiamentos para plantações, de construção de cercas, compra de gado, e o atendimento diferenciado, procurando resolver mais rápido as necessidades para não tomar o pouco do tempo associado.

3.2.2 *Entrevistas com os colaboradores*

No mesmo período concedido para se entrevistar os associados, entrevistou-se dois colaboradores. O critério usado foi por serem eles os únicos que trabalham a mais tempo na Cooperativa e por serem os únicos que têm conhecimentos dos trâmites de todos os setores. A eles foram feitas quatro perguntas.

1. Em relação aos princípios do cooperativismo, Educação, treinamento e informação e Preocupação pela comunidade**,** são proporcionados educação e treinamento aos sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários?

> *Sim os funcionários fazem treinamentos, diretamente pela central crediminas e através de palestras realizadas via Sebrae e Ace, sobre excelência em atendimentos e afins. Em relação aos sócios, temos parceria tanto com a ACE e o SENAR, realizando cursos profissionalizantes no meio rural, agregando valor a comunidade em geral. (Colaborador 2)*
>
> *O sicoob Credipinho em parceria com outras instituições (Sebrae e Senar) disponibiliza cursos em diversas áreas contribuindo com o aprendizado e troca de experiências dos associados produtores rurais. (Colaborador 1)*

Roquete e Santos (2013, p. 10) apontam que:

> A educação cooperativista visa dar condições aos dirigentes, associados e funcionários de conhecer os fundamentos do cooperativismo, a história, as propostas filosóficas, econômicas e sociais, de modo a capacitar cada um para exercer suas funções com eficácia e em benefício da cooperativa.

O Sicoob não se preocupa apenas em aumentar seu número de associados, preocupa-se também em cumprir com seus princípios, o Sicoob sabe que a fidelização do associado depende da credibilidade que da instituição para dar continuidade ao seu objetivo de crescer economicamente.

Proporcionando parceria, promovendo cursos, capacitando tanto colaboradores quanto associados, a visão de ambos e da sociedade é diferenciada, voltam-se os olhares para a valorização, promove a credibilidade e a satisfação.

2. O Sicoob, por meio de seus cooperados, possui a responsabilidade de fomentar o desenvolvimento local da comunidade de forma sustentável, considerando a responsabilidade social e ética, contribuindo significativamente para a fomentação do tripé do desenvolvimento sustentável: social, econômico e ambiental? Como é desenvolvida essa responsabilidade?

> *A cooperativa Sicoob credipinho tem grande preocupação com a sociedade em geral, sempre engajada em projetos filantrópicos, sendo com participação efetiva, patrocínios entre outros. A equipe Credipinho sabe de sua responsabilidade na formação e desenvolvimento da nossa comunidade, oferecendo produtos de qualidade para facilitar a vida das pessoas e proporcionando lugar seguro para que possam guardar suas economias de maneira rentável, além de geração de empregos direta e indiretamente. (Colaborador 01)*

> *O Sicoob possui, com toda a certeza, responsabilidade no âmbito social, econômico e ambiental. Além do fato de todos serem responsáveis, de forma direta ou indireta, pelo ambiente onde estão inseridos, também pesa a condição do cooperativismo, do qual um dos pilares é o zelo pelo bem-estar dos cooperados.Esse trabalho é realizado por meio de todas as ações tomadas pelo Sicoob. Seja pelas campanhas em apoio a várias causas importantes, inclusive com a participação direta por meio do Dia C e patrocínios, seja pela concessão de crédito aos cooperados, que graças a esses recursos conseguem implantar e expandir seus projetos, promover empregos, aumentar renda e, por conseqüência, incentivar o desenvolvimento da economia local. Destacando ainda que, o Sicoob preocupa-se com a vida financeira dos associados e procura oferecer taxas de juros acessíveis com modalidades que se encaixam a realidade de cada um naquele momento, tudo isso por meio de um relacionamento mais próximo com o cooperado.Quanto à questão ambiental, o Sicoob é altamente rigoroso com as normas e exigências de cada modalidade de crédito, principalmente, com as linhas de crédito rural, onde, além de outras exigências, a aplicação dos recursos é fiscalizada para garantir que os objetivos social, econômico e ambiental sejam atingidos. (Colaborador 02)*

O colaborador 01 não deixa claro, em sua resposta, como a Cooperativa desenvolve a sustentabilidade ambiental, no entanto, o colaborador 02 diz ser o Siccob preocupado com a sustentabilidade, com o meio ambiente.

De acordo com Büttenbender e Geise (2015, p.10)

> Tornou-se imperativo a preservação ambiental. Não é mais uma luta apenas para ambientalistas e ecologistas, mas para todos os seres humanos e inclusive as cooperativas que tem como intuito o bem comum e geral de seus associados, nada mais justo e encantador do que dar o exemplo no cenário de proteção e preservação do solo e de seus recursos que tanto produz e da sobrevivência para as famílias

Com o apoio do Sicoob, um agrônomo é oferecido ao produtor rural para orientá-lo no que pode ou não fazer para que tenha seus objetivos alcançados e para que o investimento que fará possa contribuir não só para associado, mas também para a sociedade no geral. Além de verificar quais são as práticas por eles usadas e se não estão causando danos ao meio

ambiente.

Em qual área houve maior crescimento no agronegócio de João Pinheiro?

> *Foram várias áreas, porque houve inserção de tecnologia, a leiteira, por exemplo, mas a que teve grande avanço foi a agricultura, com plantios irrigados via pivô. (Colaborador 02)*

> *Considero que o crescimento mais considerável no município de João Pinheiro foi na agricultura, principalmente com as instalações de pivôs em diversas propriedades rurais. (Colaborador 01)*

Pode deduzir que, anteriormente, não havia como investir no setor agrícola, assim o crescimento indica confiabilidade no terreno que se tinha e que o resultado foi o esperado, pois quando se um atinge um objetivo, a tendência é continuar investindo e logo que este é reconhecido serve de incentivo para outros também investirem.

1. E quanto a agricultura familiar, a Cooperativa incentiva ou pratica de alguma forma para o seu desenvolvimento?

> *Posso dizer que boa parte da nossa carteira e composta por produtores de regime de agricultura familiar com certeza o sicoob credipinho não poderia deixar de privilegiar essa classe tão importante para o desenvolvimento da nossa comunidade e cooperativa. Como citada anteriormente na pareceria com s ACE e SENAR o sicoob credipinho realizou vários cursos profissionalizantes em assentamentos cujos produtores eram abertos a esse regime, foram cursos de fruticulturas, horticulturas, beneficiamentos de laticínios entre vários outros, sendo de uma importância imensurável, pois vários desses agricultores e pecuaristas participam das férias aos sábados e depois destes cursos profissionalizantes, foram capazes de produzir mais e agregar valor aos seus produtos. Outro projeto que vale a pena ser citado foi o da assistência técnica da fruticultura, onde a cooperativa em parceira com a prefeitura disponibilizou um técnico para atender os agricultores familiares que participaram do projeto de plantio de maracujá, inserindo ali mais uma variação de renda na propriedade. Além dos projetos citados o sicoob credipinho sempre disponibilizou linhas de crédito subsidiadas para que os produtores pudessem investir em suas terras. (Colaborador 1)*

> *Sim, da base de associados Produtores Rurais do Sicoob Credipinho, grande parte é de produtores em regime de agricultura familiar. Em parceira com o Senar e ACE a Cooperativa levou diversos cursos profissionalizantes e treinamentos para esta classe durante o ano, com a presença de um engenheiro agrônomo da Cooperativa. Essas ações geraram valor, aprendizado e conhecimento no ramo de atividade, sem contar as linhas de crédito próprias e de repasse disponibilizadas a estes associados. (Colaborador 02)*

Dentro dessas perspectivas, o Sicoob Credipinho viabilizou à família moradora da zona rural, que contava com pouca renda financeira, unir membros em prol de um único objetivo: aumentar a produtividade do que cultivavam em seus lotes para vender no comércio local.

"A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento". (ABRAMOVAY, 1997, p.3). O incentivo à agricultura familiar propiciou maior união entre as famílias, evitou o êxodo rural e valorizou o pequeno agricultor que agora tem recursos para trazer os produtos colhidos para a feira urbana. Outro fator benéfico foi a não terceirização dos produtos colhidos e o aumento da economia local.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As hipóteses desse trabalho apresentam que a Cooperativa de Crédito Sicoob Credipinho possui uma grande influência no crescimento do agronegócio de João Pinheiro e Região. Seus produtos e serviços contribuem e influenciam para que seus associados aumentem sua renda e capacidade de produção através das linhas de créditos específicas para a compra de maquinários, formação de pastagens e gados.

A linha de crédito é dada ao associado através de uma análise de sua capacidade de pagamento de acordo com a sua renda, os bens e sua movimentação financeira e principalmente tentando visar sempre à necessidade de cada associado.

O associado demanda determinada linha de crédito, que após todas as consultas realizadas pelo gerente, é feita a proposta de crédito que em seguida é enviada ao setor de crédito para analisar se a renda e seus bens são compatíveis com o valor da operação e são pedidos dois avalistas como garantia que também é analisada sua capacidade de pagamento.

Os associados estão satisfeitos com o atendimento dos colaboradores, sendo sempre tratados com muito carinho e respeito necessário, eles se sentem à vontade na cooperativa, não só como associados, mas também como sócios e fundadores do Sicoob Credipinho.

Para enfrentar as dificuldades e aproveitar as oportunidades, o Sicoob Credipinho vem trabalhando de forma estratégica para aumentar seu número de associados e seu volume de negócios e ficar cada vez mais competitiva no mercado que atua. Para isso a Cooperativa possui gerentes com foco em visitas estratégicas de prospecção de novos associados e de atendimento aos já associados.

As cooperativas tendem a ser mais vantajosas do que os bancos, pois as cooperativas não possuem fins lucrativos e trabalham em função dos interesses dos seus associados, com produtos e serviços com taxas e juros mais baixos e rendimentos maiores, além de participarem dos lucros da cooperativa.

São várias as formas de crescimento de uma população e também são várias as escolhas para fazê-la crescer e dentre elas uma parcela da população de João Pinheiro-MG escolheu a do cooperativismo por meio do Sicoob Credipinho. A escolha pelo cooperativismo vem dando certo, pois elevou o índice econômico da cidade, visto que a cooperativa tem um papel muito importante na vida do produtor rural, com grande potencial em desenvolvimento e com alternativas operacionais de crédito rural.

O Sicoob Credipinho, através de seus associados e colaboradores, trabalha dentro do princípio do cooperativismo abrindo as portas para novos associados, promovendo a educação, informação e preservando para a sustentabilidade da comunidade.

De acordo com os associados, a Sicoob Credipinho tem contribuído tanto para seu crescimento econômico, como para a cidade, devido as taxas de juros serem mais baixas que as cobradas pelos bancos, eles podem investir no agronegócio, gerar empregos e comprando e vendendo grande parte dos lucros obtidos continuam girando no mercado pinheirense.

A iniciativa do cooperativismo Sicoob Credipinho agrega valores, cria estratégias de negócio, diversifica a cultura local. Além de agregar valores materiais, agrega também valores humanos

De forma direta ou indireta incentiva o empreendedorismo investindo na região, estimula o empreendedorismo agrícola, agropecuário e na agricultura familiar local.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo**. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão.** São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais,1997

ARAÚJO, M.J.**Fundamentos de agronegócios**, 1ª Ed. São Paulo, Atlas, 2003

BENATO AZOLIN, João Vitorino. **O ABC do Cooperativismo**. São Paulo: OCESP – SESCOOP, 2002.

GASPARELLO, Cibele Ferreira, Resende, João Batista, Barboza, Reginaldo José.

Importância da Atuação de uma Cooperativa De Crédito Rural na Cidade de Garça e Região para atender o seguimento Agropecuário. REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO – ISSN: 1676-6822 Revista Científica Eletrônica de Administração, publicação semestral da Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais de Garça – FAEG/FAEF e Editora FAEF. Ano VIII – Número 15 – Dezembro de 2008 – Periódicos Semestral. www.revista.inf.br – www.editorafaef.com.br – www.faef.br. Acesso em 18-10-2017

BAUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade.** 3.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

BRECHO, Renato Lopes et al. **Problemas atuais do direito cooperativo** . São Paulo: Dialética, 2002.

BIALOSKORSKI NETO, S. Agribusiness Cooperativo. In: ZYLBERSZTAJN, D. e FAVAN, M (orgs.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição.** São Paulo: Pioneira, 2000

CARNEIRO, M. J**. Em que consiste o familiar da agricultura familiar?.** In: COSTA, L. F. C., FLEXOR, G., SANTOS, R. Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: EDUR, 2008

CENZI, Nerii Luiz. **Cooperativismo desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro.** Curitiba. Editora Juruá, 2009

COBRA, Marcos; TEJON, Jose L. Gestão de Vendas: **Os 21 Segredos do Sucesso.** 1ª Ed. São Paulo: Saraiva 2007

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas,2000. p.152

FIGUEROA Alba Lucy Giraldo, Guaraná, **a máquina do tempo dos Sateré-Mawé** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 11, n. 1, p. 55-85, jan.-abr. 2016. Retirado de http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v11n1/1981-8122-bgoeldi-11-1-0055.pdf- Acessado em 10/ 10/2017

ETGETO, Anderson Augusto, Et all, **OS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO E AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL.** Maringa Management: Revista de Ciências Empresariais, v. 2, n.1, p. 7-19, jan. /jun. 2005

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

GIESE Elias, BÜTTENBENDER Pedro Luís. **Gestão da Sustentabilidade Ambiental no Cooperativismo: O caso da Cooperativa Mista São Luiz Ltda – Coopermil**, UNIJUÍ – Universidade Regional Do Noroeste Do Estad O Do Rio Grande Do Sul DACEC- 2015 http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2904/Artigo. Acesso em 21-10-2017

GONÇALVES, Maria Célia Silva, **As folias de Reis de João Pinheiro: Performance e Identidades Sertanejas no Noroeste Mineiro.** Tese de Doutorado apresentada ao Instituto

de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília,2010. Retirado de http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9329/1/2010_MariaCeciliadaSilvaGon%C3%A7alves.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2017

KOTLER, Phillip, **Maketing para o Século XXI**, 2ª ed. São Paulo, Futura, 2006

KOTLER, Philip e KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Cientifica**, São Paulo: Atlas, 2004

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil.** 3 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Agropecuário 2006. **Agricultura familiar, primeiros resultados.** Brasil grande regiões e Unidades Federativas ISSN 0103-6157 Censo agropec., Rio de Janeiro, p.1-267, 2006
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf. Acesso em 20/10/2017

OBC, Organização das Cooperativas Brasileiras. **O cooperativismo no Brasil.** Brasília: OCB. 2001

PAGNUSSATT, Alcenor. **Guia do cooperativismo de crédito-organização, governança e politicas corporativas.** Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2004

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil** 6º ed. – Brasília: BCB, 2008

PINHO, D. B. Brasil – **Sistemas de crédito cooperativo pioneiro, sindical e solidário. In: O COOPERATIVISMO de crédito no Brasil: do século XX ao século XXI.** Santo André: Editora Confebras, 2004.

PUTNAM, Roberto D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RICCIARDI, luiz; LEMOS, Roberto Jenkins de **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTr, 2000.

ROQUETE, F. R, SANTOS E. M, **Práticas de gestão em cooperativas: um estudo de caso de uma cooperativa de transporte de passageiros em táxi de Belo Horizonte**. X Simpósio de Excelência em gestão e Tecnologia. Gestão e Tecnologia para a Competitividade 23.24.25 de Outubro de 2013 – Acesso em 21-11-2017
Retirado de https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/15318416.pdf.

SCHIMMELFENIG Cristiano, **COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: UMA TENDÊNCIA, RACI, Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU**, Vol.5 -

n.10 - Janeiro - Junho 2010 Semestral ISSN 1809-6212 - https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/107_1.pdf- Acesso em 20/10/2017

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de Crédito: Instrumento de organização econômica da sociedade** – Porto Alegre: Rigel. 2003

SAVOLDI, Andréia Cunha, Luiz Alexandre, **UMA ABORDAGEM SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR, PRONAF E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO SUDOESTE DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1970.** Revista Geografar , Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, jan./jun. 2010. http://revistas.ufpr.br/geografar. ISSN: 1981-089X. http://revistas.ufpr.br/geografar/article/viewFile/17780/11607.

SILVA, E. A.; PEREIRA, J. R.; BOTELHO, M. I. V. **A Organização Cooperativa e seus Princípios Democráticos. Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v.7, n. 2, p. 135-147, 2005.

VASCONCELOS, Antônio Sandoval de Vasconcelos. **Economia Micro e Macro**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

MARKETING DE RELACIONAMENTO: qualidade do atendimento ao associado da cooperativa de crédito de livre admissão do noroeste de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Credipinho

Bárbara Torres de Souza*
Unilson Gomes Soares**

Resumo: A presente pesquisa teve como finalidade avaliar a qualidade do atendimento ao associado como diferencial competitivo da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Noroeste de Minas Gerais LTDA - Sicoob Credipinho. A pesquisa foi realizada na sede matriz da Cooperativa que está situada no município de João Pinheiro – MG, no ano de 2016. Para realização do trabalho, a pesquisadora utilizou o tipo de pesquisa qualitativa utilizando instrumentos quantitativos. Foi desenvolvido um estudo de caso na empresa com a aplicação de 20 entrevistas, sendo as mesmas registradas através da escrita. No decorrer das análises realizadas foram utilizadas comprovações através de falas de grandes autores que escreveram sobre o tema em questão. De acordo com a análise e estudo dos resultados da pesquisa, verifica-se a satisfação dos associados em relação ao atendimento prestado pela Cooperativa. Os resultados demonstraram que os trabalhos desenvolvidos pela Cooperativa promovem grandes benefícios para o crescimento da cidade de João Pinheiro e região. É uma instituição que preza pelos princípios do cooperativismo, pelo atendimento de qualidade e valorização de seus associados e colaboradores. Ao final, ficou constatado que os associados acreditam na eficiência da Cooperativa, bem como na qualificação dos colaboradores que ali existem e na capacidade que seus diretores possuem para a permanência e crescimento ainda maior da Cooperativa na cidade e região.

Palavras Chave: *Marketing*. Atendimento. Qualidade. Cooperativas.

Abstract: The present research had the purpose of evaluating the quality of attendance to the associate as a competitive differential of the Free Admission Credit Cooperative of Noroeste de Minas Gerais LTDA - Sicoob Credipinho. The research was carried out at the headquarters of the Cooperative, which is located in the municipality of João Pinheiro - MG, in the year 2016. For the accomplishment of the work, the researcher used the type of qualitative research using quantitative instruments. A case study was developed in the company with the application of 20 interviews, the same being recorded through writing. In the course of the analyzes carried out, we used verbatim reports of great authors who wrote about the subject in question. According to the analysis and study of the results of the research, the satisfaction of the associates in relation to the service provided by the Cooperative is verified. The results showed that the work developed by Cooperativa promotes great benefits for the growth of the city of João Pinheiro and region. It is an institution that values the principles of

* Bacharel em Administração pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). barbaratorresjp@hotmail.com

** Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade: Universidade de Santo Amaro – SP. Pós-graduado: Gestão Estratégica de Recursos Humanos. Professor no curso de Administração da Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). unilsongomessoares@yahoo.com.br

cooperativism, for the service of quality and appreciation of its members and collaborators. In the end, it was verified that the members believe in the efficiency of the Cooperative, as well as in the qualification of the employees that exist there and in the capacity that its directors have for the permanence and even greater growth of the Cooperative in the city and region.

Keywords: *Marketing*. Customer Service. Quality. Cooperatives.

INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como tema pesquisado: *Marketing* de relacionamento e como objeto de pesquisa: avaliar a qualidade do atendimento ao associado como diferencial competitivo da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Noroeste de Minas Gerais LTDA - Sicoob Credipinho. A pesquisa foi realizada na sede matriz da Cooperativa que está situada no município de João Pinheiro – MG, no ano de 2016.

A qualidade no atendimento é de extrema importância para o crescimento e desenvolvimento das organizações. Um atendimento de qualidade, diferenciado e que satisfaçam os desejos e necessidades dos clientes são essenciais para o sucesso da empresa e consequentemente de seus colaboradores.

Colaboradores satisfeitos e motivados têm a capacidade de fornecer aos consumidores um serviço de excelência. “As pessoas constituem-se na essência do bom atendimento. Portanto, uma atenção especial deve ser dada aos recursos humanos das organizações, de modo que se obtenham melhores resultados”. (LAS CASAS, 2012, p. 40).

Conhecer melhor os clientes, qual o perfil de cada um, entender suas necessidades e atendê-las é o ponto chave para um atendimento de qualidade. O *Marketing* de relacionamento auxilia a todos os gestores das organizações, pois é um alicerce para o alcance do sucesso. “O *Marketing* de relacionamento tem como objetivo estabelecer relacionamentos mutuamente satisfatórios no longo prazo com partes–chave – clientes, fornecedores, distribuidores – a fim de ganhar e reter sua preferência e seus negócios no longo prazo”.(KOTLER, 2000, p. 51).

A competitividade existe e se sobressai aquele que inova, se diferencia em suas atividades, cria um sistema de atendimento ágil e de qualidade, com colaboradores treinados, capacitados, que conhecem o produto a ser comercializado.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Noroeste de Minas Gerais LTDA– Sicoob Credipinho, foi fundada no dia 12 de julho de 1993, em uma reunião no Sindicato

Rural de João Pinheiro/MG, coordenada pelo Sr. Geraldo Ferreira Porto, com a presença de 26 produtores rurais. É uma instituição financeira diferente das agências bancárias tradicionais, que tem como objetivo proporcionar por meio da mutualidade, a prestação de serviços de crédito aos seus associados.

O Banco Central do Brasil - BACEN denomina as cooperativas de crédito como: "A cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada por uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, constituída para prestar serviços a seus associados". Desta forma, o cooperativismo deve ser visto como a união de todos os associados que ali estão, para oferta de produtos e serviços que vão atender aos desejos de todos os envolvidos, e que seja satisfatório para todas as partes.

No dia 21/12/2004 foi inaugurada a sede própria do SICOOB CREDIPINHO, momento marcante e que trouxe grande satisfação para todos os associados e colaboradores da cooperativa, oferecendo um ambiente mais aconchegante, modernizado e confortável. Como forma de melhores condições para a comunidade pinheirense, a cooperativa recebeu em julho de 2012 a autorização do Banco Central do Brasil, para se tornar uma "Cooperativa de Crédito de Livre Admissão", e a partir daí, atender qualquer segmento econômico da cidade. Essa conquista foi um marco de grande relevância para a história da cooperativa, pois a partir daí sua participação no mercado financeiro aumentou de forma bastante satisfatória, sem que deixassem de lado os produtores rurais que iniciaram essa forma de cooperativismo na cidade de João Pinheiro.

No portfólio de produtos e serviços encontram-se as mais diversas linhas de crédito, tais como: financiamento de veículos, materiais de construção e eletrodomésticos, crédito pessoal, desconto de cheque, capital de giro, credito rotativo, cheque especial, débito automático, conta salário (folha de pagamento), domicilio bancário, módulo cedente (emissão de boletos), empréstimos para aposentados do INSS e servidores estaduais, previdência privada, aplicações financeiras, consórcios, seguros, planos de saúde, poupança sicoob, cartões de crédito, *travel money,* investimento pecuário e agrícola, custeio pecuário e agrícola, e linhas do BNDES e BDMG.

No decorrer destes 22 anos, foram inauguradas 04 agências PAs (Postos de Atendimento), para atender com mais comodidade a comunidade pinheirense. Estão situados em Cana Brava, (abertura em 03/07/2000, local onde iniciou suas atividades); Luizlândia do

Oeste, (abertura em 09/08/2007); Bairro Maria José de Paula, (abertura em 27/03/2010) e Brasilândia de Minas, (abertura em 24/02/2012).

Hoje a cooperativa conta com um somatório de 6.648 (seis mil seiscentos e quarenta e oito) associados, e um quadro de 64 colaboradores. Todo esse crescimento é dado graças ao esforço, dedicação dos funcionários, confiança dos associados e de toda a população que acredita no potencial das pessoas que ali estão. De acordo com o Estatuto social de livre admissão do ano de 2011 da cooperativa, a estrutura de governança corporativa da Cooperativa ficou composta pelos seguintes órgãos sociais: Assembléia Geral, Conselho de Administração, Diretoria executiva e Conselho fiscal.

Como definição da visão, missão e valores da cooperativa e que se faz seu diferencial, se descreve da seguinte forma:

Visão: "Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados".

Missão: "Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e ás suas comunidades".

Valores: Transparência, comprometimento, respeito, ética e solidariedade.

O universo de pesquisa está situado na cidade de João Pinheiro, município do estado de Minas Gerais, nas proximidades da BR 040 com área territorial de 10.727,471 Km². Possui densidade demográfica de 4,22 (hab/km²), com população estimada de 48.179 habitantes, dados do ano de 2015. Em divisão territorial datada de 1-VII-1983, o município é constituído de 7 distritos: João Pinheiro, Caatinga, Canabrava, Luizlândia, Olhos d`Água do Oeste, Santa Luzia da Serra e Veredas. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. (IBGE, 2014)

A pesquisadora sempre teve admiração e interesse nas áreas de *Marketing* de relacionamento, Gestão de pessoas, Atendimento, sempre teve facilidade de se relacionar com pessoas, ouvir e entendê-las e tem uma visão de que a satisfação dos clientes dentro das organizações tem grande relevância com a relação entre colaboradores e clientes. Neste mundo competitivo em que se sobressai aquele que for "melhor", o foco na qualidade do atendimento deve ser significativo, se tornando uma condição para o crescimento, desenvolvimento e sucesso da empresa. As pessoas procuram sempre atendimento diferenciado, personalizado e que vão superar seus desejos.

Boa vontade, confiança, conhecimento do seu cliente, responsabilidade, agilidade,

estabelecer uma comunicação segura são algumas qualidades que o colaborador da área de atendimento deve ter, ou até mesmo agregar às suas características. Levando em consideração a questão de que nos dias atuais o atendimento presencial está sendo mais procurado e requerido pelos clientes, a preocupação em qualificar este relacionamento requer mudanças constantes e que se adéquem aos desejos da parte mais interessada, que são os consumidores.

A pesquisadora faz parte do grupo de colaboradores da Cooperativa Sicoob Credipinho, tem grande respeito e admira muito a força, dedicação, apoio e desenvolvimento de toda equipe ali presente, para obtenção de resultados satisfatórios. Estão sempre dispostos a prestar um atendimento de qualidade aos seus associados. Com este projeto a pesquisadora buscou fornecer informações que são de interesse de toda a população, analisou a satisfação dos associados quanto aos serviços de atendimento e identificou os pontos para melhoramento, quais as sugestões para que possa melhorar o relacionamento com os associados.

A pesquisadora é acadêmica do curso de Administração e acredita que o uso da pesquisa para o curso é de grande relevância e proporciona maior entendimento do tema estudado em sala de aula. A satisfação de conhecer além, curiosidade, colocar em prática as teorias abordadas, planejamento com definições de problemas, indicam que o estudo se tornará mais completo, valioso e com maior obtenção de conhecimento.

> Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. (GIL, 2010, p. 01)

A busca dos associados por um atendimento de qualidade, em que os colaboradores ali presentes estabeleçam um relacionamento que os encante está presente na cooperativa Sicoob Credipinho. Com a pesquisa realizada a pesquisadora levou em conta algumas questões para o seu projeto de pesquisa: Qual a satisfação dos associados em relação ao atendimento oferecido pelo Sicoob Credipinho? Como é o atendimento realizado pelos colaboradores (são pacientes, educados, ágeis, atendem suas expectativas)? Os colaboradores são treinados e capacitados? Qual a importância da qualidade do atendimento para a vantagem competitiva? Quais sugestões de melhorias no atendimento ao associado?

Estas questões foram discutidas no conteúdo da pesquisa, e também analisadas por

etapas. A pesquisa teve como objetivo, avaliar a satisfação dos associados em relação ao atendimento oferecido pela cooperativa de crédito Sicoob Credipinho.

Os objetivos específicos que foram levados em consideração para o estudo foram: analisar a cortesia, educação, agilidade, atenção, iniciativa dos colaboradores da cooperativa; verificar o nível de treinamento e capacitação dos colaboradores aos serviços prestados; identificar a importância da qualidade do atendimento ao associado, como diferencial competitivo da instituição; traçar quais pontos de melhorias no atendimento prestado.

Hipótese é uma suposição que serve de ponto de partida para a realização de uma pesquisa. Consiste numa afirmação, que o pesquisador entende como verdadeira e que tentará comprovar ao longo da pesquisa". (MARTINS JUNIOR, 2013, p. 43).

Os clientes são a razão da existência de qualquer empresa, merecem ser valorizados e respeitados. Neste mundo competitivo, buscam cada vez mais atendimento de qualidade, uma empresa que se diferencie das demais, com produtos e serviços de excelência. A cooperativa de crédito Sicoob Credipinho objetiva sempre a satisfação de seus associados, visa que o valor dado aos mesmos, traz benefícios à instituição, se tornando mais competitiva.

Compromisso, transparência, respeito e ética fazem parte dos valores da cooperativa, evidenciando assim a responsabilidade e seriedade da mesma para com seus cooperados. Seus gestores buscam sempre incentivar os colaboradores a prestar um atendimento de eficiência e que vão trazer resultados para a organização, atendendo sempre as expectativas de quem procura seus serviços, com calma, paciência, agilidade, cortesia.

A cooperativa investe em seus colaboradores, oferecendo treinamentos, deixam os mesmos atualizados às mudanças ocorridas em seu portfólio de serviços, fazem reuniões, cursos de qualificação profissional, palestras, cursos pela internet. Tudo isso para desenvolvimento e profissionalismo dos envolvidos, visto que são os mesmos quem irão oferecer os produtos e serviços ofertados pela cooperativa. Todo esse investimento requer o retorno de que os colaboradores se sintam seguros e motivados para oferecer e explicar sobre determinado produto ou serviço.

Neste mundo de competitividade, a diferenciação nos processos da empresa, que chame a atenção dos clientes, é de suma importância e precisa ter uma atenção especial. Frequentemente, a cooperativa Sicoob Credipinho traz inovações em seus produtos e serviços, facilitando as movimentações e proporcionando maior segurança nas transações realizadas pelos seus associados. Oferece promoções, sorteios, eventos, praticam a responsabilidade

social, tornando-se atividades de grande valia e diferenciais da mesma.

Para atender bem o cliente é necessária a atitude própria dos colaboradores, e existem pontos a serem desenvolvidos a todo instante, como: ter postura; organização; ser cortês; ter atenção, sabendo ouvir o que o cliente tem a dizer; ter ética, partindo do pressuposto do respeito e confiança; ter iniciativa; estabelecer uma relação saudável para com os clientes. Estar sempre inovando, mudando atitudes, melhorando as formas de se trabalhar fazem com que os clientes sintam-se importantes, satisfeitos, e que voltem novamente à organização em busca dos produtos e serviços oferecidos pela mesma. Cliente satisfeito, menos stress e mais lucratividade.

Para realização do trabalho, a pesquisadora adotou o tipo de pesquisa qualitativa utilizando instrumentos quantitativos. O método qualitativo é eficiente por oferecer dados importantes e significativos, os quais facilitam a análise geral do tema em estudo, criando possibilidades de chegar a resultados mais próximos possíveis da realidade. O método quantitativo utiliza-se das coletas de informações e as desenvolve por meio de técnicas estatísticas.

Segundo Marconi e Lakatos

> O método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. (MARCONI; LAKATOS, 2004 p. 269).

A pesquisa foi realizada através de um estudo de caso na cooperativa Sicoob Credipinho, por ser uma estratégia de pesquisa que reúne grande número de informações, e que visa descrever uma situação e generalização de um fato. “O estudo de caso refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos” (MARKONI; LAKATOS, *op cit*, p.274). Os dados qualitativos se identificam com a estratégia de estudo de caso, podendo assim, ser realizado um trabalho com eficiência, e com maior índice de eficácia nas coletas de informações.

De acordo com Gil

> O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado

> conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (GIL, 2010, p. 37).

No estudo de caso, para a realização da coleta de dados, o instrumento utilizado foi a entrevista. A pesquisadora buscou compreender as ideias e experiências dos entrevistados, colhendo o máximo de informações necessárias. Segundo Marconi e Lakatos (2004) a entrevista se define como:

> Trata-se de uma conversa oral entre duas pessoas, das quais uma delas é o entrevistador e a outra o entrevistado. O papel de ambos pode variar de acordo com o tipo de entrevista. Todas elas têm um objetivo, ou seja, a obtenção de informações importantes e de compreender as perspectivas e experiências das pessoas entrevistadas (MARCONI; LAKATOS, 2004, p. 278).

As entrevistas foram realizadas com 20 (vinte) associados da cooperativa sendo através da escrita, com perguntas predeterminadas. Os dados foram tabulados e analisados na segunda parte do artigo.

I- *MARKETING* DE RELACIONAMENTO E A QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO CLIENTE

1.1 - MARKETING A NÍVEL MUNDIAL

A comercialização de produtos se iniciou na transição do período feudal para o capitalista, momento em que os povoados se transformaram em cidades. As negociações eram feitas a partir de trocas, onde era realizada a oferta de um produto com o recebimento de outro. Essas trocas realizadas são essenciais para a comercialização e com isso, a prática do *Marketing.*"Lidar com os processos de troca exige uma considerável quantidade de trabalho e habilidade. Os indivíduos tornam-se bastante astutos quando compram, a fim de satisfazer suas necessidades domésticas" (KOTLER, 1988, p. 34).

Desde os primórdios da Revolução Industrial ocorrida no século XIX as práticas do *Marketing* já eram existentes e visíveis no contexto histórico. A mudança da economia de produção à economia de consumo foi transformada através do *Marketing.* Questões começariam a ser analisadas para a adoção de uma economia estável, sendo que a mesma seria possível através do equilíbrio entre a produção e o consumo e o conhecimento da importância da existência dos mercados e para que existem produtos e serviços.

Ao final da II Guerra Mundial, os consumidores passaram a ser mais exigentes, buscando sempre a qualidade nos produtos e serviços oferecidos no mercado existente. O

período denominado de pós-guerra, trouxe grandes evoluções tecnológicas na sociedade norte-americana. Pode-se assim considerar que o termo *Marketing* apareceu pela primeira vez nesta sociedade, especificamente nos Estados Unidos na década de 1940.

De acordo com Mendes, Trevizan, Mazzo, Godoy, Ventura (2011, p. 792).

> Não se sabe ao certo quando surgiu a primeira ideia relacionada ao *marketing*; alguns atribuem o fato às primeiras relações de troca estabelecidas, outros à publicação da obra de Adam Smith "A riqueza das nações", e ainda, como uma corrente mais forte entre os autores, atribui-se o surgimento do *marketing*, às necessidades desencadeadas pela Revolução Industrial, geradora de uma grande quantidade de todos os tipos de produtos, que nem sempre conseguiam ser consumidos[...]A era do *marketing* foi impulsionada a partir do período pós-guerra (II Guerra Mundial), marcada pelo nascimento de muitas crianças e pela explosão de adolescentes ávidos pelo consumo.

1.2 – O MARKETING NO RASIL

Segundo Cobra (2002), na década de 1950 no Brasil, as pessoas responsáveis por realizar as vendas, eram as mesmas dos departamentos comerciais das empresas, não havendo neste período, profissionais na área de Marketing. Neste momento o setor industrial ainda se desenvolvia e gradativamente foi ganhando forma e adquirindo um grande mix de produtos. A concorrência já exista, pois cada um já buscava a inovação em seus produtos, visto que os consumidores já escolhiam quais os produtos iriam consumir.

Em 1954, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas, introduziu o conceito de *Marketing* traduzindo para o português como “mercadologia”. Dessa forma a Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo também passou a acompanhar o fato.

Somente a partir dos anos 1960, o Marketing começou a constar nos organogramas das empresas, porém o que ainda prevalecia era a gerência comercial. Ainda segundo Cobra, os anos de 1970 foram de grande importância para o marketing brasileiro, e os profissionais formados pela EAESP-FGV começaram a assumir postos de mando na área de marketing em grandes empresas, como na Hublein, na Souza Cruz, na Kibon, na Lever, na Johnson & Johnson, na Refinações de Milho Brasil e em outras empresas pioneiras na implantação de administração de marketing.

II - RESULTADO DA PESQUISA QUANTITATIVA E QUALITATIVA APLICADA AOS ASSOCIADOS DA COOPERATIVA SICOOB CREDIPINHO

Para avaliar a satisfação dos associados em relação ao atendimento que a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Noroeste de Minas Gerais – Sicoob Credipinho oferece, foi realizada uma coleta de dados através de entrevistas, sendo 08 questões de múltipla escolha e 02 questões abertas, totalizando 20 entrevistados.

2.1. Perfil social dos entrevistados

A primeira pergunta da entrevista objetivou averiguar, o percentual de associados do sexo masculino e feminino existentes na empresa pesquisada, conforme demonstra o gráfico abaixo:

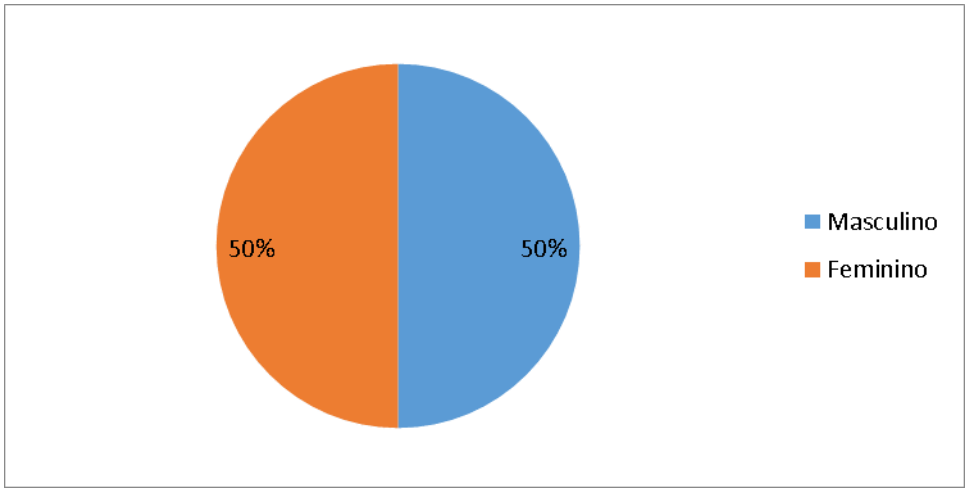


Gráfico 1 - Sexo dos entrevistados
Fonte: Pesquisa Direta, 2016.

Os resultados apurados de acordo com o gráfico acima demonstraram que a amostra da população entrevistada está distribuída em 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Os dados evidenciaram que de forma geral, homens e mulheres aderem à participação em cooperativas de crédito, em busca de melhores condições e participação no setor financeiro.

A segunda pergunta buscou identificar a idade dos associados entrevistados. Os resultados estão representados no gráfico abaixo:

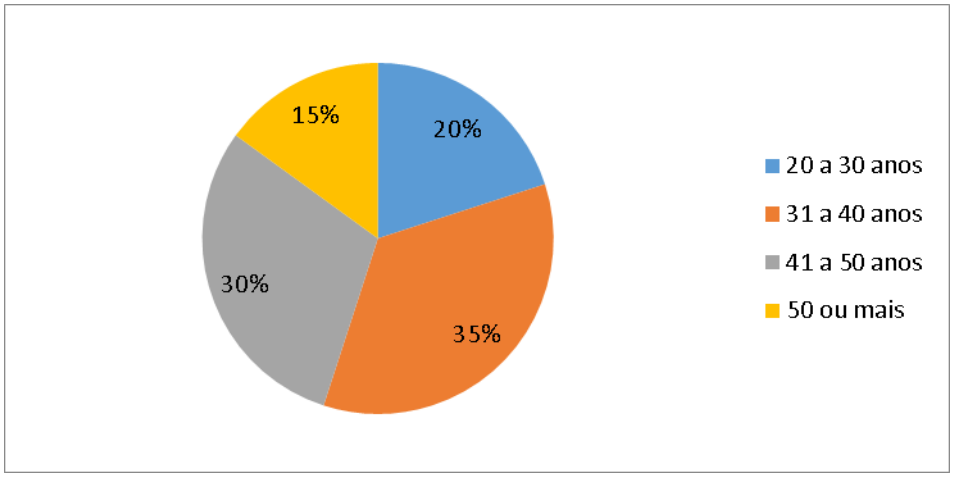


Gráfico 2 - Faixa etária dos entrevistados
Fonte: Pesquisa Direta, 2016.

De acordo com os resultados que foram apurados no gráfico 02, 20% dos entrevistados possuem idades entre 20 a 30 anos, 35% com idades entre 31 a 40 anos, 30% de 41 a 50 anos e os demais que representou 15% possuem idade de 50 anos ou mais.

De acordo com os números que foram apurados, grande parte dos associados encontrou na faixa etária de 31 a 40 anos o que indicou que existe uma grande participação desta faixa etária no sistema de cooperativas. Essa apuração demonstrou que o cooperativismo está sendo disseminado por pessoas com mentalidade aberta, experientes e com grande capacidade de auxílio para os processos da cooperativa na cidade e região.

Foi averiguado também um número considerável de jovens, que está compreendido entre 20 a 30 anos. Isto indica que os jovens estão buscando sempre o ingresso às cooperativas de crédito, em busca de taxas mais baixas e resultados para sua vida financeira, sendo que no sistema de cooperativas há distribuição dos resultados, diferente dos grandes bancos.

"Sem dúvida, o jovem é atraído pelo princípio da igualdade no cooperativismo, onde crédito e lucro são distribuídos aos associados, gerando oportunidades de forma igualitária. Bem diferente dos bancos que "enriquecem" seus donos e acionistas. " (VILARES, 2016, p. 25)

A terceira pergunta objetivou analisar a escolaridade dos entrevistados. Os dados são demonstrados no gráfico abaixo:

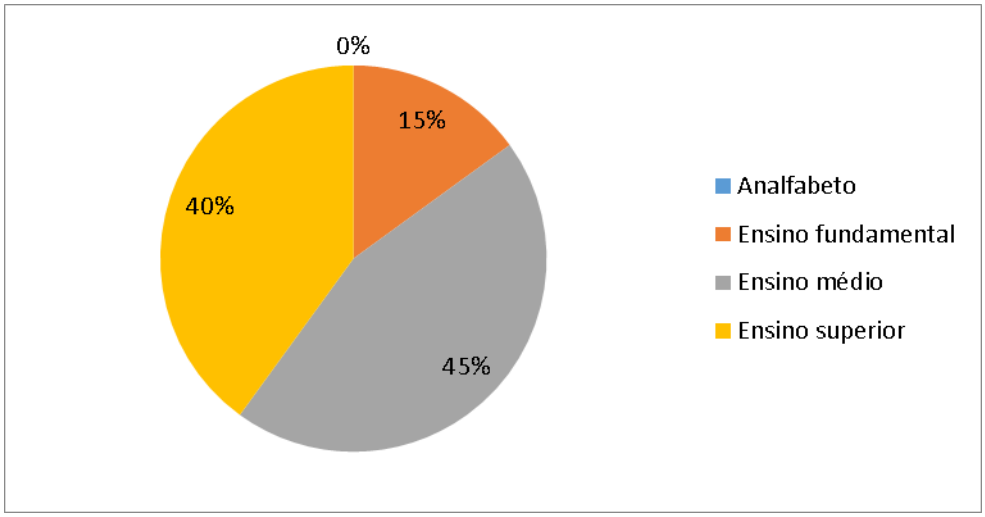


Gráfico 3 - Escolaridade dos entrevistados
Fonte: Pesquisa Direta, 2016.

Através dos dados que foram analisados no gráfico 3, nenhum associado se encontrava na opção de analfabeto, destes, 15% possuem ensino fundamental, 45% ensino médio e 40% ensino superior.

As demonstrações indicaram que maior parte dos associados possui ensino médio, ficando muito próximo do resultado adquirido na formação de ensino superior. A análise dos resultados comprovou que as pessoas estão sempre na busca por mais conhecimento, maiores formações e se preocupam com o desenvolvimento intelectual.

2.2. Avaliação dos entrevistados em relação ao atendimento.

A quarta pergunta buscou identificar a quanto tempo os entrevistados são associados da cooperativa.

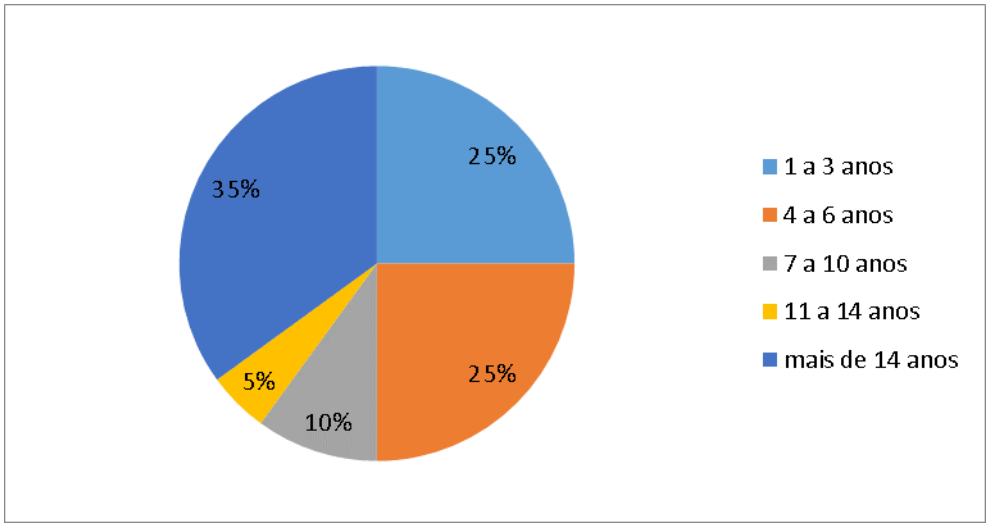


Gráfico 4 - Há quanto tempo você é associado da cooperativa?
Fonte: Pesquisa Direta, 2016.

As análises do gráfico 4, demonstraram que 25% dos entrevistados são associados da cooperativa há aproximadamente de 1 a 3 anos; 25% de 4 a 6 anos; 10% de 7 a 10 anos; 5% de 11 a 14 anos e 35% a mais de 14 anos.

Os dados indicaram que existe um número considerável de associados que estão na cooperativa há vários anos. Pode ser analisado que a instituição oferece condições necessárias para suprimento das necessidades almejadas pelo associado. Ao mesmo tempo, houve a análise de que o número de entrevistados com menos tempo de conta na cooperativa foi expressivo também, constatando que o crescimento da cooperativa é amplo, e as pessoas buscam por empresas que tem potencial e que traz benefícios ao associado. O crescimento da cooperativa é realizado dessa forma, na busca e retenção de novos associados, bem como da conservação dos existentes.

> A economista enumera as vantagens no cooperativismo com relação aos bancos tradicionais, a começar pelas taxas de juros reduzidas e ganhos normalmente superiores aos de mercado. O atendimento é diferenciado, já que ela é uma das proprietárias, sem precisar ser categorizada como VIP. Todos têm o mesmo tratamento. "Também participo das decisões na cooperativa (podendo eleger o representante), nos resultados (sobras), há facilidade de negociação, atendimento à distância e muito mais. " (VILARES, 2016, p. 25)

A quinta pergunta teve como finalidade identificar qual o tipo de atendimento os associados mais utilizam, os resultados são demonstrados no gráfico abaixo:

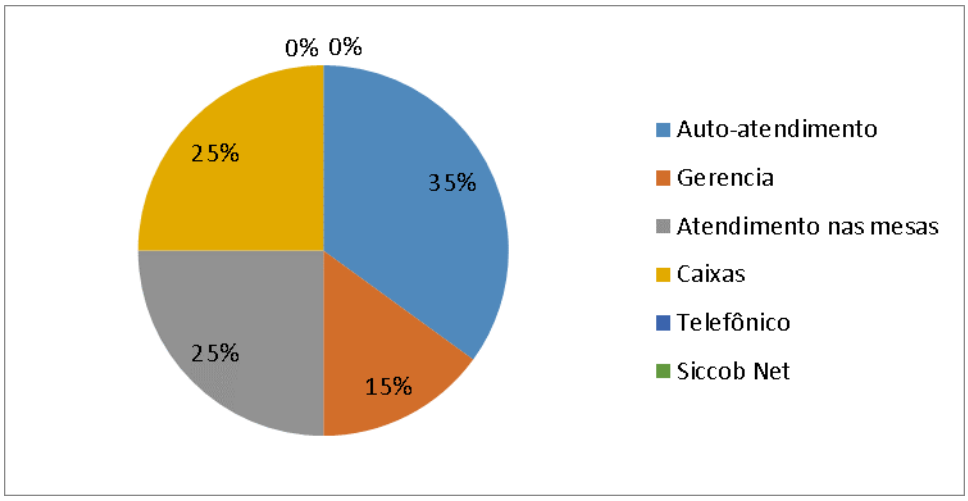


Gráfico 5 - Qual o tipo de atendimento você mais utiliza?
Fonte: Pesquisa Direta, 2016.

Como foi demonstrado no gráfico acima, o Auto- atendimento é o mais utilizado, representado por 35% dos associados entrevistados, sendo que 15% dos entrevistados frequentam mais o atendimento gerencial, 25% buscam mais pelo atendimento nas mesas e 25% atendimento nos caixas. Não houve entrevistados que utilizam com frequência os atendimentos telefônicos e Sicoobnet.

O autoatendimento vem sendo utilizado bastante pelos associados, por ser um meio mais prático, seguro, ágil e que se propicia comodidade para quem os utiliza, porém, o nível de contato do funcionário com o associado é considerado baixo. O atendimento pessoal em que o contato com os funcionários é direto é procurado por grande parte dos entrevistados. Atendimento nas mesas, gerência, caixas em que são administrados por pessoas são evidenciados, os dados representaram uma proporção de 65% de procura por esses canais. Segundo Las Casas (2012) o alto contato com os clientes, ou seja, a interação constante entre as duas partes é visível nesses canais de atendimento, momento em que o associado entra no estabelecimento, passa pelo espaço de autoatendimento, entra em filas, em busca de algo diferenciado.

> Os níveis de contato com os clientes, do ponto de vista da interação, são importantes para determinar o tipo de qualidade que deve ser perseguido, a fim de atingir os objetivos de satisfação[...] os serviços mais duráveis irão exigir a aplicação de atividades mais complexas, inclusive o *marketing* de relacionamento e a necessidade de que seus representantes demonstrem habilidades nas relações humanas para que se preserve o nível de satisfação por um período maior (LAS CASAS,2012,p. 31).

A sexta pergunta objetivou analisar qual o grau de satisfação dos entrevistados sob diferentes aspectos, em relação ao atendimento prestado pelos colaboradores da cooperativa Sicoob Credipinho. Os gráficos abaixo representam os resultados que foram adquiridos:

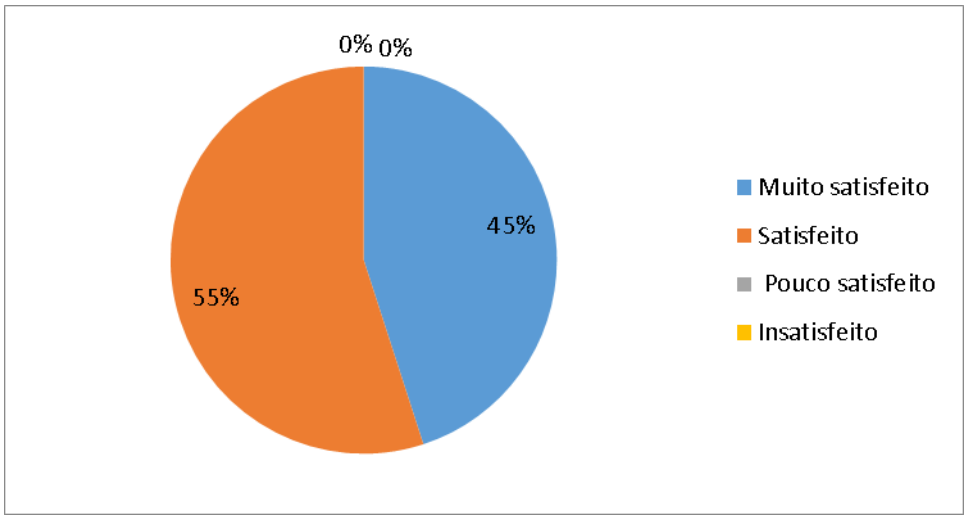


Figura 1Gráfico 6 - Iniciativa dos colaboradores
Fonte: Pesquisa Direta, 2016.

Ao analisar o gráfico 6 que indicou o pressuposto iniciativa dos colaboradores, 45% dos entrevistados se mostraram muito satisfeitos e 55% satisfeitos. É um pressuposto muito importante, e os resultados demonstraram que os colaboradores são proativos, e buscam atender os associados de maneira que haja satisfação.

O sétimo gráfico mostrou a satisfação dos entrevistados em relação à agilidade dos funcionários da cooperativa:

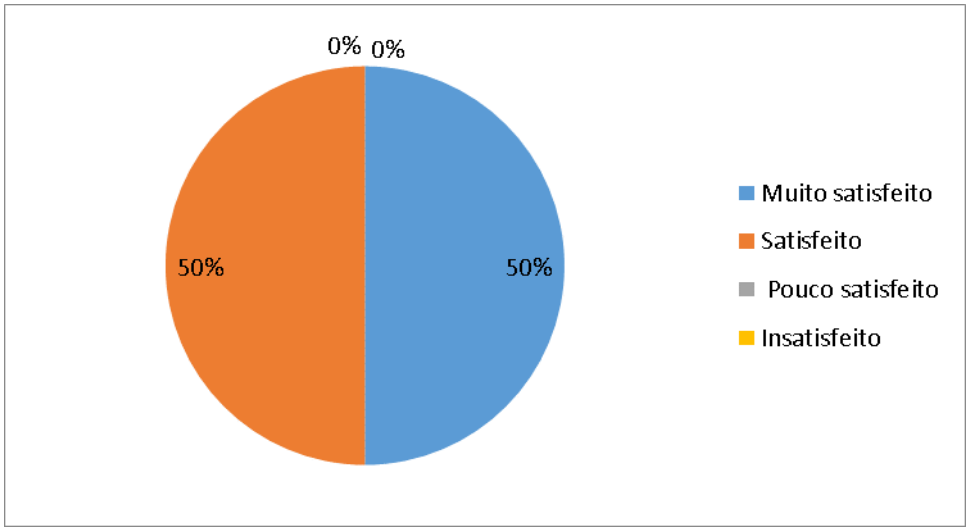


Gráfico 7 - Agilidade dos colaboradores
Fonte: Pesquisa Direta, 2016.

O gráfico acima demonstrou que 50% dos entrevistados estão muito satisfeitos e 50% estão satisfeitos com a agilidade dos colaboradores. As opções: Pouco satisfeito e Insatisfeito não foram selecionadas. Isto demonstrou que a satisfação dos associados em relação à agilidade dos funcionários é significativa, e evidencia que a melhoria deve ser contínua.

O oitavo gráfico representa os resultados adquiridos no quesito atenção dos colaboradores:

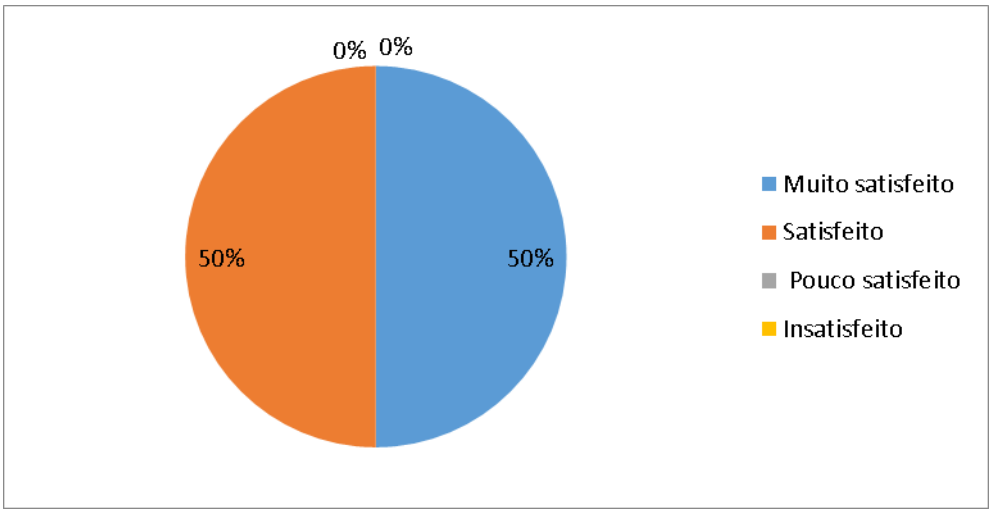


Gráfico 8 - Atenção dos colaboradores
Fonte: Pesquisa Direta, 2016.

A análise que foi feita do gráfico acima é de que 50% dos entrevistados estão muito satisfeitos em relação à atenção dada aos associados pelos funcionários e 50% satisfeitos. A

boa comunicação e atenção dada ao associado são primordiais para a retenção dos mesmos. Na empresa analisada, esta qualidade está presente nos funcionários, e pode ser trabalhada sempre mais, para que a satisfação seja sempre alcançada como os beneficiados almejam. Um dos entrevistados teve a seguinte conclusão ao avaliar o aspecto "Atenção dos Colaboradores":

> *"Gosto muito do atendimento, tenho muita intimidade com os funcionários da cooperativa, principalmente com os mais antigos. Às vezes venho muito para conversar, ficar na fila mesmo. São bastante atenciosos e muito simpáticos. "* (Entrevistado 13)

O nono gráfico representa os resultados que foram obtidos na opinião dos entrevistados em relação à prestatividade dos colaboradores:

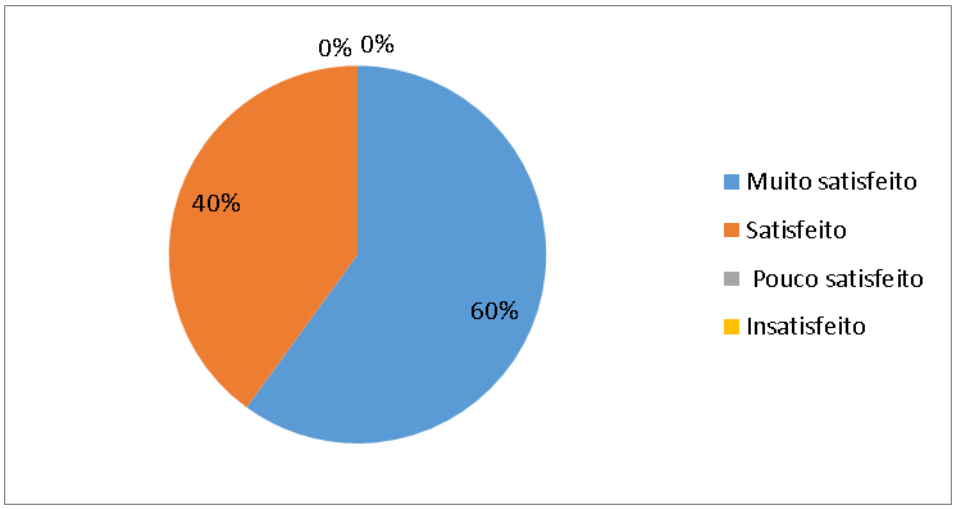


Gráfico 9 – Prestatividade dos colaboradores
Fonte: Pesquisa Direta, 2016.

Obteve-se no gráfico 9 a análise de que 60% de entrevistados que estão muito satisfeitos, 40% que estão satisfeitos.

Ao analisar esses resultados notou-se que os colaboradores da Cooperativa procuram expressar sua prestatividade no atendimento aos clientes. Os associados são atraídos pela forma em que são atendidos, e o Sicoob Credipinho procura atender a toda sociedade de maneira eficiente, pois são pessoas de todas as idades, sendo que existe um número expressivo de idosos, aposentados que frequentam muito a cooperativa em busca de um atendimento diferenciado e de qualidade. Segundo Ferreira (2015, p.7), "os profissionais devem focar na realização do que chama de vendas inspiradoras. O vendedor deve ser

apaixonado pelo o que faz e aproveitar o relacionamento para inspirar clientes. Temos que criar aquilo que o associado não pensa em ter".

O décimo gráfico retrata a opinião dos entrevistados em relação à paciência que os colaboradores demonstram ter.

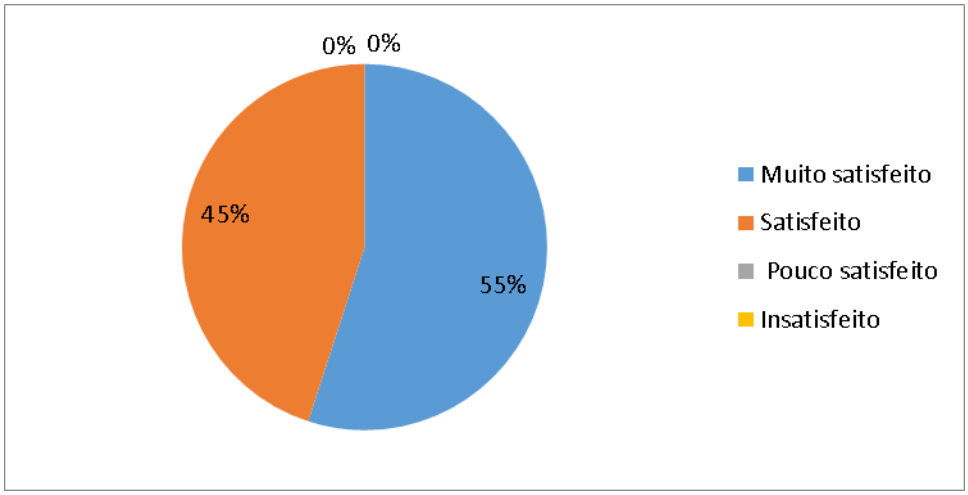


Gráfico 10 - Paciência dos colaboradores
Fonte: Pesquisa Direta, 2016.

A análise e interpretação do gráfico demonstraram que 55% dos associados estão muito satisfeitos e 45% estão satisfeitos, diante dos resultados pode-se constatar que os colaboradores em sua maioria são pacientes, sabem ouvir, tem calma e se interessam em resolver os problemas apresentados pelos entrevistados. As melhorias precisam ser contínuas, para que a eficiência nos serviços de atendimento seja sempre alcançada.

O décimo primeiro gráfico representa o Conhecimento e capacitação dos colaboradores.

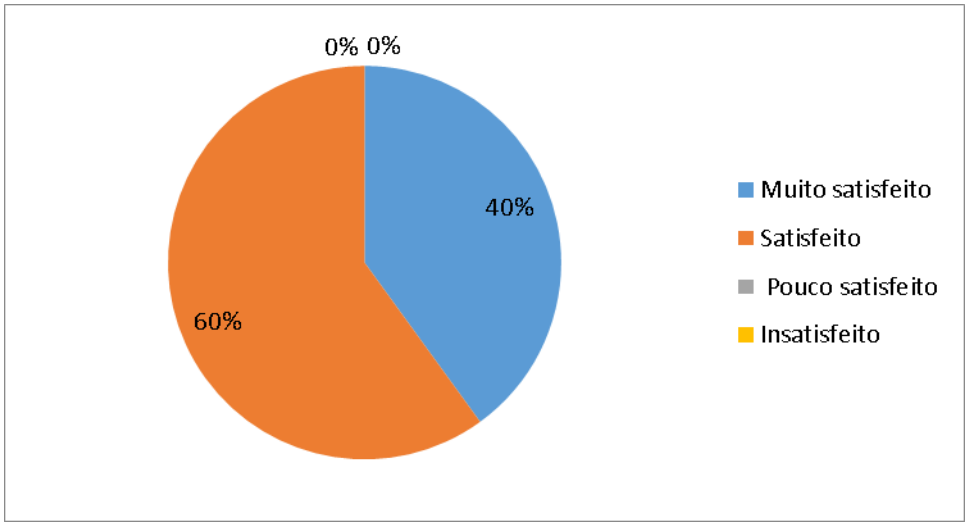


Gráfico 11 - Conhecimento/capacitação dos colaboradores
Fonte: Pesquisa Direta, 2016.

Através da análise que foi realizada no gráfico acima, notou-se que 40% dos entrevistados demonstraram estar muito satisfeito e 60% satisfeitos.

A cooperativa está sempre empenhada em desenvolver os colaboradores e mantê-los capacitados para suas tarefas diárias. Oferece possibilidades de crescimento, estimula os mesmos para aprimoramento dos estudos, treinamentos capacitações, palestras reuniões e outras, em busca de inovações e melhorias para melhor atender os associados. Em seu livro "Excelência em atendimento ao cliente", Las Casas descreve: "Pessoas capacitadas, treinadas, preparadas e qualificadas para cada tipo de atendimento: a contratação do profissional que irá atuar no atendimento, a qualidade do treinamento e o acompanhamento de seu desempenho são procedimentos essenciais para um bom atendimento" (LAS CASAS, 2012, p. 55).

O décimo segundo gráfico representa como os entrevistados avaliaram o tempo de espera na fila.

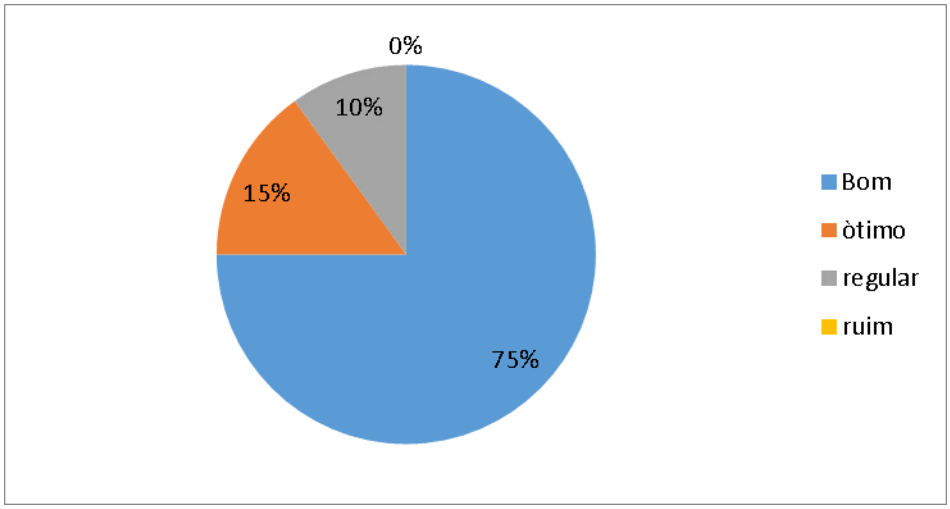


Gráfico 12 - Como você avalia o tempo de espera na fila?
Fonte: Pesquisa Direta, 2016.

Através das interpretações que foram feitas no gráfico acima notou-se que 75% avaliam o tempo de espera na fila como bom, 15% como ótimo e 10% regular. Considerando os resultados adquiridos, verificou-se que grande parte dos entrevistados considera que o tempo de espera na fila é bom e pequena quantidade considera regular. A cooperativa está sempre preocupada, desempenhada, buscando sugestões dos associados bem como alternativas para que os resultados sejam sempre positivos e que o tempo de espera na fila seja reduzido.

> Os modelos de filas dão um guia para tomar decisões acertadas e obter uma resposta "ótima". Para isto, normalmente se deve fazer uma tabulação das alternativas. De maneira geral, para reduzir os custos de serviços se baixa o nível de serviço, e para reduzir o tempo de espera, há que se ter uma alta capacidade de serviço (CORDOBA, 2002 *Apud* LAS CASAS, 2012, p. 09).

O tempo de espera na fila representa um ponto essencial para satisfação dos clientes de forma geral, em relação aos serviços prestados por todas as empresas, principalmente quando se fala em instituições financeiras.

O décimo terceiro gráfico demonstrou a opinião dos entrevistados em relação à avaliação de maneira ampla sobre o atendimento que a cooperativa oferece para a população.

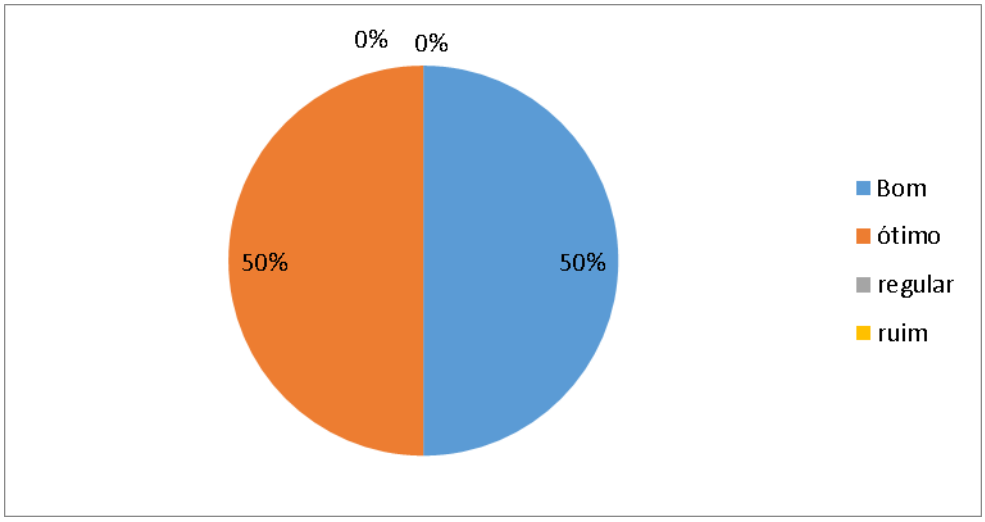


Gráfico 13 - Avalie o atendimento que a cooperativa oferece a você enquanto associado
Fonte: Pesquisa Direta, 2016.

Na avaliação que foi realizada dos associados ao atendimento prestado, 50% considera ser bom e 50% considera ser ótimo. Os resultados mostraram que a cooperativa oferece atendimento de qualidade, os entrevistados se mostraram satisfeitos e é necessário que se inove e transforme a todo instante, na busca constante de melhores resultados, para que esses números possam ser melhorados e a opção "ótima" seja mais selecionada. O Sicoob Credipinho tem o objetivo de melhorar sempre mais, garantindo a excelência em seus serviços prestados, na busca de resultados para a cooperativa e consequentemente de seus associados. De acordo com Las Casas,

> Quando uma empresa supera as expectativas de um cliente apresentando algo que extrapola o essencial e o básico, o cliente fica encantado. Atender as expectativas de um cliente durante o processo de relacionamento pode atraí-lo e mantê-lo, mas o encantamento através da superação das expectativas pode fidelizá-lo (LAS CASAS, 2012, p. 66).

Independentemente das características dos clientes é necessário conhecê-los para atendê-los bem e oferecer os produtos específicos de acordo com suas necessidades e seu perfil. Ao agir dessa forma, os resultados prováveis serão crescimento, excelência e qualidade.

Na pesquisa que foi realizada, os entrevistados foram questionados com a seguinte questão: Você considera a cooperativa Sicoob Credipinho uma instituição competitiva? Trás crescimento para nossa região? Algumas respostas estão descritas abaixo:

> *"A cooperativa é muito competitiva. Eu acredito que traz muitos benefícios para nossa região, só de atender bem, nós que somos simples está ótimo".* (Entrevistado 01)
>
> *"É muito competitiva, excelente. Traz grandes benefícios para nossa cidade e ela se empenha para isso".* (Entrevistado 04)
>
> *"Acho que é competitiva. Com toda certeza a cooperativa traz muitos benefícios para a região. Para se ter uma idéia, 90% dos cheques que recebemos na empresa é do Sicoob Credipinho".* (Entrevistado 05)
>
> *"Acredito que sim. O cooperativismo é um ajudando o outro, e vemos isso na Credipinho. A nossa cidade cresce junto com a cooperativa e isso é muito bom, porque nós pecuaristas precisamos disso: crescimento".* (Entrevistado 09)
>
> *"Sim, é uma instituição competitiva. Traz muito crescimento devido às linhas de crédito junto ao produtor rural e agora com a Livre Admissão junto aos comerciantes e pessoa física".* (Entrevistado 10)
>
> *"A Credipinho é muito competitiva, já trouxe muito crescimento e desenvolvimento para nossa cidade. Sempre morei aqui e sou muito satisfeita com o trabalho de vocês na nossa cidade".* (Entrevistado 11)
>
> *"Sim. É uma empresa de nossa cidade e temos que dar valor. O serviço está concorrendo com o mesmo de outros bancos e está sempre buscando aperfeiçoamento, com melhores taxas e serviços".* (Entrevistado 13)
>
> *"Sim. Há vários anos realizando um excelente trabalho em João Pinheiro e região e colaborando com a população urbana e rural, ajudando no crescimento do nosso município".* (Entrevistado 16)
>
> *"Com certeza. É competitiva, traz crescimento para a nossa cidade e auxilia no emprego de muitas pessoas aqui da região".* (Entrevistado 18)
>
> *"É muito competitiva, sou associada há vários anos e vejo que a cooperativa está crescendo junto com a cidade. Acho interessante que muitos me procuram para pedir opinião em relação à abertura de conta na cooperativa".* (Entrevistado 19)

Nas análises que foram feitas das respostas dos entrevistados citados acima, notou-se que os associados estão satisfeitos com o auxílio da cooperativa para o crescimento da cidade de João Pinheiro e região. Acreditam que o Sicoob Credipinho é bastante competitivo e se sobressai em relação aos outros bancos através da oferta de produtos e serviços acessíveis a toda a população.

> Como resposta aos diversos aperfeiçoamentos regulamentares, o cooperativismo de crédito no Brasil iniciou um processo de franca expansão, sem deixar de lado os aspectos prudenciais e de segurança, necessários a um crescimento em bases consistentes. De fato, cada vez mais os regulamentos aplicáveis às cooperativas de crédito estão se aproximando daqueles exigidos

> para as demais instituições financeiras, sem, contudo, deixarem de resguardar os princípios próprios do cooperativismo. (PINHEIRO,2008, p.08)

As cooperativas possuem um grau satisfatório em relação ao crescimento do país. É um sistema que auxilia a população na aquisição de produtos e serviços financeiros com benefícios a todos e de forma cooperativa, com o princípio da união.

Ao final da entrevista foi lançada uma questão aberta para os associados deixarem seus comentários e sugestões melhorias. Abaixo, algumas respostas:

> *"Que todos da cooperativa continuem contribuindo para o crescimento da nossa cidade, ajudando a todos na realização dos seus sonhos".* (Entrevistado 01)
>
> "*O atendimento da Credipinho é um dos melhores da cidade, sou satisfeito com isso, pois vejo que o atendimento de qualidade beneficia qualquer empresa para alcançar seus objetivos. Como sugestão de melhoria quero colocar o tempo de espera na fila que pode ser mais rápido. Às vezes é um pouco lento".* (Entrevistado 02)
>
> *"Gosto muito do atendimento da Credipinho, mas acredito que pode ser melhor. Uma sugestão de melhoria seria a análise do perfil de cada funcionário, com base em habilidades e competências e a adequação do perfil de cada um em seu setor".* (Entrevistado 04)
>
> *"Está tudo muito bom e quero ver o crescimento cada vez maior da cooperativa e da nossa região".* (Entrevistado 06)
>
> *"O atendimento é muito bom, mais não pode parar por aí tem que melhorar sempre mais".* (Entrevistado 09)
>
> "*Estou muito satisfeita, e acredito que devem continuar buscando melhorias no atendimento e inovações".* (Entrevistado 10)
>
> "*Sou encantado com o atendimento dos funcionários daqui, mais gostaria de deixar a minha sugestão de melhoria em relação à emissão de senhas, que às vezes é um pouco confuso, então acredito que isso pode ser melhorado, mais organizado e dessa forma o atendimento pode ser mais rápido".* (Entrevistado 13)
>
> "*Como sugestão gostaria de citar a questão do espaço físico da agência, que é um pouco limitado, poderia ser mais amplo. Acredito que os diretores já estão com projetos para essa ampliação*". (Entrevistado 14)
>
> "*Para mim está tudo muito bom e o que tenho a falar é que continuem desenvolvendo e treinando os funcionários para nos atender sempre bem".* (Entrevistado 16)
>
> *"Todas as vezes que preciso e vou até a Credipinho, sou bem atendido e*

me tratam muito bem, estou muito satisfeito com isso". (Entrevistado 17)

"Com o crescimento acelerado da cooperativa, vejo que daqui alguns dias vai ter que aumentar o espaço físico, porque o número de associados está só crescendo". (Entrevistado 18)

Como se demonstrou nas opiniões e sugestões deixadas pelos entrevistados, o desejo dos mesmos de que o crescimento da cooperativa seja constante é notável. A cooperativa está crescendo a cada dia mais e os associados esperam sempre melhorias juntamente com o crescimento, estão satisfeitos com o atendimento oferecido pelos colaboradores e objetivam a permanência dessa essência da qualidade nos serviços. Alguns entrevistados deixaram suas sugestões para melhorias e se mostraram bastante interessados e confiantes de que vão ser alcançadas. Observou-se que o espaço físico da cooperativa requer ampliação, por ocasião do crescimento e desenvolvimento da mesma. O tempo de espera na fila também foi um ponto destacado e que acreditam que é necessário ser revisado e aperfeiçoado. As questões que foram analisadas também foram relacionadas à emissão de senhas, que requer mais organização e a adequação do perfil de cada funcionário em seu setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como objetivo, avaliar a satisfação dos associados em relação ao atendimento oferecido pela cooperativa de crédito Sicoob Credipinho.

Os associados da cooperativa se encontram muito satisfeito e/ou satisfeitos com o atendimento oferecido pelo Sicoob Credipinho. A cooperativa possui grandes pontos positivos, e está sempre em busca de melhorias. O objetivo da cooperativa é de proporcionar através da cooperação, a prestação de serviços financeiros com qualidade e que atendam aos anseios de toda a população que a procuram. A disponibilização de atendimento diferenciado e que encante a todos é sempre feita por todos da cooperativa.

Os colaboradores são atenciosos, educados e pacientes. Recebem preparação, treinamentos e capacitações frequentemente para melhor atender aos que buscam os serviços da cooperativa.

Atualmente a competitividade está muito elevada, e se sobressai aquele que busca por inovações e mudanças significativas. A cooperativa é considerada competitiva devido ao seu crescimento frequente, disponibilidade de serviços de qualidade, melhores taxas para negociações, confiabilidade dos associados para com os colaboradores e seu auxílio para o

crescimento da cidade de João Pinheiro.

Dentro do Sicoob Credipinho pode-se destacar variados pontos positivos por se tratar de uma instituição que se preocupa com o associado e que busca sempre a satisfação dos mesmos. Porém é de grande valia que seus diretores estejam sempre atentos às sugestões de melhorias dos associados para o investimento em aperfeiçoamentos contínuos, para que os problemas apresentados pelos associados sejam resolvidos em tempo ágil e com qualidade.

Através dos resultados adquiridos na pesquisa, notou-se que o espaço físico requer inovações e ampliação para melhor atender aos seus associados. Os resultados mostraram também que a satisfação em relação ao tempo de espera na fila precisa ser analisado e verificado em busca de alternativas para maior agilidade e rapidez no atendimento ao associado, como exemplo a consulta, o diálogo realizado aos funcionários para, verificar se há alguma deficiência com relação à sua vida pessoal visando o alcance de maior índice satisfatório. A pesquisadora sugere também que seja realizada uma análise detalhada e cuidadosa quanto ao perfil de cada colaborador, para averiguar se há necessidade de mudanças em algum setor da empresa. Sendo que o perfil adequado em cada função é considerado fator de grande relevância para a busca de um atendimento de qualidade.

IV-REFERÊNCIAS

CHURCHILL, Gilbert A; PETER, J. Paul. **Marketing**: criando valor para os clientes. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2000. 626 p.

COBRA, Marcos Henrique Nogueira. **Marketing básico:** uma perspectiva brasileira. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1997. 552 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

KOTLER, Philip. **Marketing.** 3.ed. São Paulo: Atlas,1988. 595 p.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing:** a edição do novo milênio**.** 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000. 764 p.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing.** 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 599 p.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Excelência em atendimento ao cliente:** Atendimento e Serviço ao Cliente como Fator Estratégico e Diferencial Competitivo. 1 ed. São Paulo:

M.Books do Brasil Editora Ltda, 2012. 303 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004. 305 p.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso:** instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. 247 p.

PINHEIRO, Duda; GULLO, José. **Fundamentos de marketing:** suporte às estratégias de negócios das empresas. São Paulo: Atlas, 2011. 368 p.

PORTER, Michael E. **Vantagem Competitiva:** Criando e sustentando um desempenho superior. 33. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989. 512 p.

MAGALHÃES, Marcos Felipe. **Explicando marketing simplesmente**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. 394 p. BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?COOPERATIVASFAQ>. Acesso em: 27 de março de 2016.

IBGE.-ÍNDICE BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=313630&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>. Acesso em: 28 de março de 2016.

Estatuto Social da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Noroeste de Minas Gerais. CREDIPINHO – Aprovado na AGE de 29/12/2011.

MENDES, T. M. G. V. et. al. Marketing profissional e visibilidade social na enfermagem: uma estratégia de valorização de recursos humanos. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2011 Out-Dez; 20(4): 788-95.

COBRA, Marcos. Um resumo do percurso do marketing brasileiro. **Revista faebusiness**, n. 4, p. 28-32, 2002.

RIBEIRO, Olívio Mendes. **Qualidade no atendimento ao cliente como estratégia competitiva.** Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Cabo Verde, Outubro, 2007. 118 p.

VOLKWEIS, Adriel Angelo. **Análise do nível de satisfação dos associados em uma unidade de atendimento de uma cooperativa de crédito**. Universidade regional do noroeste do estado do rio grande do sul, 2015. 23 p.

FERREIRA, Alberto. Conheça seu associado. **Revista Sicoob Central Crediminas Conexão Crediminas,** n. 25, 11p, 2015.

VILARES, Henrique. Geração Cooperativa. **Revista Sicoob**, n. 25, 46p. 2016.

PINHEIRO, Marcos Antônio. Cooperativas de Crédito: **História da evolução normativa no Brasil.** Banco Central do Brasil, Brasília, 2008, 86p.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A IMPORTÂNCIA DO *MARKETING* PESSOAL NO MERCADO DE TRABALHO: um estudo de caso com os formandos da Faculdade Cidade de João Pinheiro

Douglas Antônio Sales Moura*
Bráulio Emílio Maciel Faria**

Resumo: O presente estudo abordou a importância do *marketing* pessoal no mercado de trabalho com os formandos da Faculdade Cidade de João Pinheiro em 2017. O *marketing* pessoal se torna importante devido às tendências de mercado decorrentes da globalização exigindo assim um novo perfil profissional. Esta pesquisa teve como objetivos estudar a importância desta ferramenta para os formandos e como irão aplica-lo no desenvolvimento de suas carreiras profissionais, averiguar as dificuldades encontradas pelos acadêmicos em desenvolvê-la, pesquisar quais são as vantagens no ensino acadêmico e profissional e identificar o nível de conhecimento e a percepção dos formandos sobre *marketing* pessoal. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi de livros, artigos e monografias, mas classificou-se como método qualitativo e com procedimentos técnicos *survey*, onde a coleta de dados se deu por aplicação de questionários. Os resultados apontam que os acadêmicos consideram o *marketing* pessoal uma ferramenta importante a se desenvolver para obter sucesso nas suas carreiras tanto profissionais, quanto pessoais.

Palavras Chave: *Marketing* pessoal; carreira profissional; mercado de trabalho; formandos.

Abstract: The present study approuch the importance of personal marketing in the job market with graduates of the Faculdade Cidade de João Pinheiro in the year 2017. Personal marketing becomes important due to the market trends resulting from globalization, thus requiring a new professional profile. This research aimed to study the importance of this tool for graduates and how they will apply it in the development of their professional careers, to investigate the difficulties encountered by academics in developing it, to research the advantages in academic and professional education, and to identify the level of knowledge and the perception of the graduantes about personal marketing. The methodology used in this research was books, articles and monographs, but it was classified as a qualitative method and with technical procedures survey, where the data collection was by application of questionnaires. The results point out that academics consider personal marketing an important tool to develop in order to be successful in their professional and personal careers.

Keywords: Marketing personal; professional career; job market; graduates.

* Graduado em Administração pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP).E-mail: douglasantonio.moura@hotmail.com

** Especialista em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos pela Associação Educacional de Patos de Minas (2016), Graduação em Administração pela Associação Educacional de João Pinheiro (2012). Atualmente é Coordenador de Recursos Humanos e Professor de Ensino Superior da Faculdade Patos de Minas, Professor de ensino Superior da Associação Educacional de João pinheiro e Coordenador de Recursos Humanos. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração. E-mail: braulioemilio@gmail.com

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como fundamento analisar o conhecimento e percepção dos formandos da Faculdade Cidade de João Pinheiro-MG em 2017 em relação ao *marketing* pessoal. A pesquisa teve este marco temporal em razão do pesquisador ser acadêmico na instituição no mesmo ano da pesquisa.

A cidade de Joao Pinheiro localiza-se no Noroeste de Minas Gerais e completa no dia 10 de setembro 2017, cento e seis anos de emancipação política. É o maior município da região possuindo uma extensão territorial de 10.727,46Km2 e há aproximadamente 49.472 mil habitantes Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016).

A Associação Educacional de João Pinheiro, desde sua fundação, é uma instituição voltada à educação superior, pois na mesma data, em 1999, criou-se também a Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP, instituição de ensino, dedicada à educação superior, através dos cursos de graduação, bacharelado, licenciatura e tecnológico, pós-graduação e cursos de extensão universitários. (PDI , 2009 – 2013)

O início das atividades desta instituição deu-se no início do ano de 2002 com a aprovação pelo DEPES(Departamento de Pessoal), SESu(Secretaria de Educação Superior), MEC(Ministério da Educação), dos cursos de bacharelado em fisioterapia e licenciatura em educação física, sendo que desde o primeiro momento estes cursos foram totalmente assimilados pela população local, ainda em 2002 foram aprovados os cursos de bacharel em enfermagem e licenciatura em letras, matemática e normal superior que iniciaram o seu funcionamento no início de 2003, já em 2003 foi aprovado o curso de bacharel em biomedicina, que iniciou no mesmo ano, ainda em 2003 o curso de bacharelado em administração foi aprovado iniciando suas atividades em fevereiro de 2004.

A presente pesquisa teve como tema: A importância do *marketing* pessoal no mercado de trabalho: um estudo de caso com os formandos da faculdade cidade de João Pinheiro em 2017.

Marketing Pessoal pode se dizer que é a arte de vender um produto chamado você, com ele você é capaz de posicionar-se no mercado e mostrar suas habilidades, a fim de criar uma percepção positiva nas pessoas a seu respeito, é uma maneira de se divulgar para promover as próprias competências pessoais e técnicas. É também uma estratégia para vender a sua própria imagem e influenciar a forma como as outras pessoas olham para quem a utiliza. Podemos dizer também, que o *marketing* pessoal é a venda de um produto que neste caso é

você, ou seja, o *marketing* pessoal é utilizado em todos os momentos e locais de nossa vida, porém não é dada a sua devida importância.

Segundo Kotler (2003), *marketing* é a função empresarial que identifica necessidades e desejos insatisfeitos, define e mede sua magnitude e seu potencial de rentabilidade, especifica que mercados-alvo serão mais bem atendidos pela empresa, decide sobre produtos, serviços e programas adequados para servir a esses mercados selecionados e convoca a todos na organização para pensar no cliente e atender ao cliente.

É preciso vender melhor a imagem que é passada a todo o instante e em todo local, onde quer estejam e é para isso que o *marketing* pessoal serve, para ajuda-los a vender o mais precioso produto que é a própria imagem, ajudando a favorecer tudo aquilo que já há de bom em si mesmo e assim satisfazer a todas as suas habilidades, competências e qualidades, trazendo uma vantagem competitiva rumo ao sucesso profissional.

O sucesso e o fracasso sempre existiram e devem ser trabalhados, cabem aos futuros gestores buscar meios para solucionarmos tal problema que terá ao longo do tempo. Nessa etapa da vida, o pesquisador estuda a possibilidade de concretizar parte dos planos e aprimorando seus conhecimentos para um melhor desempenho na carreira profissional, buscando assim compreender as condições necessárias ao autoconhecimento para construir uma imagem positiva na vida pessoal facilitando assim o sucesso no mercado de trabalho e assim podendo concretizar o período de estudo no curso de administração.

A escolha desse tema foi pelo fato que o *marketin*g pessoal vem conquistando cada vez mais espaço nas mais diversas áreas de atuação humana, contribuindo também para o crescimento pessoal e profissional no mercado de trabalho nos mais diversos contextos. Por ser mais procurado por pessoas que querem entrar no mercado de trabalho, entendem que não podem ser só mais um profissional na área, mas sim aquele que traz um diferencial nos resultados.

Essa pesquisa traz grande relevância para a sociedade, pois onde existe uma grande quantidade de pessoas que tem uma capacidade brilhante no planejar, executar e que passa uma imagem negativa, isso acontece quando as pessoas não se importam em construir uma boa marca para si mesma, assim pode vir a mostrar a importância da sua própria imagem, postura e conduta. Mostrando também a importância de ler jornais, revistas, bons livros, reportagens, fazer cursos e especializações, que possivelmente contribuirá positivamente em sua formação e marca pessoal.

A importância da pesquisa na formação profissional da administração é buscar contribuir para ampliação do conhecimento acerca das disciplinas, habilidades desenvolvidas durante o curso e maneiras adversas de pesquisa para enriquecer nosso próprio saber, de acordo com (BALLBACK, SLATER, 1999).

O presente estudo levantou os seguintes problemas; qual a importância do *marketing* pessoal para os formandos da FCJP e como irão aplicá-lo no desenvolvimento de suas carreiras profissionais? Quais as dificuldades encontradas pelos formandos da FCJP em desenvolver o *marketing* pessoal? Quais são as vantagens do *marketing* pessoal no ensino acadêmico e profissional? Qual o nível de conhecimento e a percepção dos acadêmicos sobre *marketing* pessoal?

Este trabalho apresentou os seguintes objetivos; estudar a importância do *marketing* pessoal para os formandos da FCJP e como irão aplicá-lo no desenvolvimento de suas carreiras profissionais; averiguar as dificuldades encontradas pelos formandos da FCJP em desenvolver o *marketing* pessoal; pesquisar quais são as vantagens do *marketing* pessoal no ensino acadêmico e profissional; identificar o nível de conhecimento e a percepção dos formandos sobre *marketing* pessoal.

Este trabalho levantou as seguintes hipóteses; a maioria dos formandos da FCJP não dá a devida importância ao *marketing* pessoal pelo fato de muitos não estudarem administração ou por não conhecerem a real importância do seu uso no dia a dia e percebe-se que a maioria dos cursos não trazem este contexto para sua grade curricular acadêmica, tornando assim mais dificultoso a adequação de uma nova imagem para os formandos, pois nem todos eles têm as mesmas habilidades e competências, ou não sabem que as possuem, porém há a possibilidade de desenvolvê-las de forma criativa.

É notável as dificuldades de cada formando em desenvolver o *marketing* pessoal tanto na sua postura, quanto no seu modo de agir e falar. Os formandos não estão acostumados a ser cobrados no sentido da postura, modo de agir e falar, já os formandos do curso de Administração já estão acostumados com as exigências do perfil do mercado de trabalho e de um perfil de administrador, mas mesmo assim nota-se que não dão a devida importância como os demais cursos que terão estas dificuldades até se adaptarem com este novo perfil no seu dia a dia. Pois o mercado de trabalho está cada dia mais competitivo e não poderia ser diferente para cada formando, nos dias de hoje não basta só querer, mas também correr atrás de seus ideais.

Se trabalhar de formar correta, as ferramentas do *marketing* pessoal, elas proporcionarão diversas vantagens para os formandos, tanto na adequação da imagem pessoal, quanto na profissional, melhorias também na comunicação, que é fator de grande importância para mostrar o seu potencial e suas competências. O *Marketing* pessoal irá auxiliar os formandos a vencer a timidez, a saber ouvir, utilizar adequadamente a voz, ter uma boa expressão corporal, evitar vícios como (postura inadequada, roupas, fala e gestos), ter controle emocional entre outros pequenos cuidados que fazem a diferença para uma boa comunicação.

Está questão do nível de conhecimento foi como fator predominante, pois atualmente os formandos, com exceção dos formandos do curso de administração, os demais não têm a percepção do que realmente é o *marketing* pessoal ou como aplicá-lo no seu dia a dia. Como um todo o *marketing pessoal* é visto como uma simples ferramenta de propaganda, mas sabem a importância da postura, o modo de se vestir e de se comportar no meio social e profissional, agora é questão de trabalhar o real objetivo e a importância do conhecimento desta ferramenta.

Este estudo buscou gerar conhecimentos sobre a realidade, perceptiva e importância do *marketing* pessoal dos formandos da Faculdade Cidade de João Pinheiro. Esta pesquisa bibliográfica foi desenvolvida inicialmente com base no plano provisório, ou seja, partiu-se para a busca das fontes que tratavam sobre o tema. Essas fontes foram: livros, revistas, artigos e monografias. A partir de então, avançou-se para a leitura dos textos selecionados, identificando as ideias-chaves e colocando-as no trabalho.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p.83):

> O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimento válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Assim, o método aplicado à pesquisa bibliográfica, através da leitura do material selecionado, foi iniciado com a organização lógica do assunto, fazendo com que a redação do texto fosse feita de forma gradual. Foi desenvolvida também sobre o método qualitativo, com a finalidade de gerar informações quanto ao desenvolvimento dos formandos. Já em relação aos procedimentos técnicos que foram utilizados, esta pesquisa classifica-se como levantamento (survey), que foi usado na forma de questionário.

Pesquisa qualitativa segundo Lakatos e Marconi (2003, p.203):

> Consistem em investigações de pesquisa empírica, cuja principal finalidade é o delineamento ou a análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas ou o isolamento de variáveis principais ou chave. Qualquer desses estudos pode utilizar métodos formais, que se aproximam dos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com a finalidade de fornecer dados para a verificação de hipóteses.

A segunda etapa caracteriza-se como uma pesquisa de campo, que foi coletado informações para análise. A coleta dos dados foi feita através de um questionário, desenvolvido a partir do aprofundamento da pesquisa bibliográfica, onde procurara relacionar as ações propostas pelos autores com o questionário. A coleta de dados foi através da distribuição de cópias, em cada sala dos formandos da FCJP, no mês de agosto de 2017.

Para obter a amostra, é preciso definir exatamente a população de onde será retirada e para Lakatos (2008), “a amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. Nessa etapa, (LAS CASAS, 2010) diz que “o pesquisador deverá determinar quem será pesquisado e que características estará buscando analisar”. Nesse caso, o universo da pesquisa foram os formandos do curso de Administração, Educação Física, Enfermagem e Pedagogia, no qual totaliza 112 alunos. Onde foram aplicados para um total de 84 alunos, sendo 28 acadêmicos do curso de Administração, 12 de Educação Física, 24 de Enfermagem e 20 acadêmicos de Pedagogia, os demais não puderam responder ou não foram encontrados.

Esta escolha se deu pelo fato de que nos dias atuais e com a crescente evolução tecnológica o mercado está cada vez mais competitivo, embora já tenham um conhecimento prévio sobre o assunto, pretendeu avaliar a importância do *marketing* pessoal e seu conhecimento sobre o assunto, talvez não tenham uma visão formada em relação ao *marketing* pessoal, mas as turmas concluintes deveriam ter essa visão, mesmo porque já devem ter o conhecimento de que o mercado está cada vez mais exigente.

REVISÃO DE LITERATURA

Nesta etapa apresenta uma revisão de literatura sobre o tema *marketing* pessoal sendo abordadas as suas características e principais ferramentas, que visam contribuir para o aperfeiçoamento pessoal e profissional das pessoas, de acordo com a opinião de autores

diversificados que já falaram sobre o assunto.

1.1. Evolução do *Marketing*

Segundo Silva (2008, p.12):

> O *Marketing* pessoal é utilizado há bastante tempo na sociedade, mesmo que de forma inconsciente, desde o tempo em que o homem vivia da caça e da pesca. Com a evolução e os avanços tecnológicos, o *Marketing* surge nos anos 50, no mercado, visando a satisfação do cliente e o entendimento do significado dos produtos para melhor atendê-los. Assim, o seu conceito só aparece a partir do século XX, exatamente nos anos 60, como "estilo de vida", o *Marketing* associado aos múltiplos interesses de grupos de consumo.

Segundo KOTLER (1998), o *marketing* foi inserido na sociedade como mercadologia e ao longo dos anos, foi substituído pelo termo *marketing*. A história do *marketing* é ligada à evolução e a humanidade, mas têm sofrido transformações em seus conceitos, crenças, valores e reformulando os paradigmas no que se refere ao modo de produção e às relações de troca.

O *marketing* pode ser conceituado como sendo:

> [...] a área do conhecimento que engloba todas as atividades concernentes às relações de troca, orientadas para a satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores, visando alcançar determinados objetivos de empresa ou indivíduos e considerando sempre o meio ambiente de atuação e o impacto que essas relações causam no bem-estar da sociedade (LAS CASAS, 1997, p. 26).

Sabemos que *marketing* é o processo de planejar e executar a concepção de estabelecimento de preços, promoção e distribuição de ideias, bens e serviços com intuito de criar trocas que satisfaçam metas individuais e organizacionais. Também consideram atividade sistemática de uma organização humana voltada para busca de realização com o meio profissional visando sucesso das partes da organização.

1.2. Definição do *Marketing*

Dentre os inúmeros conceitos e definições atribuídos ao *marketing* Philip Kotler define:

> *Marketing* é a função empresarial que identifica necessidades e desejos insatisfeitos, define e mede sua magnitude e seu potencial de rentabilidade, especifica que mercados-alvo serão mais bem atendidos pela empresa, decide sobre produtos, serviços e programas adequados para servir a esses mercados selecionados e convoca a todos na organização para pensar no cliente e atender ao cliente (KOTLER 2000, p.57).

Kotler em relação ao *marketing*, (1998, p. 37), comenta que "a chave para atingir as metas organizacionais consiste em ser mais eficaz do que os concorrentes, satisfazendo, assim, as necessidades e desejos dos mercados-alvos".

De acordo com COBRA (2003), a essência do *marketing* é um estudo de mente. Em *marketing* os profissionais de negócio adotam o ponto de vista do consumidor sendo que as decisões são apoiadas com base no que o consumidor necessita.

Marketing é um processo de planejar a concepção, o preço, a promoção e a distribuição de bens e serviços para criar trocas que possam satisfazer os objetivos organizacionais e individuais (SANDHUSEN, 2000).

O *marketing* pode ser abordado como uma tarefa de criar, promover e fornecer bens e serviços a clientes, podendo ser pessoas físicas ou mesmo pessoas jurídicas. Na verdade, os profissionais de Marketing envolvem-se em diversos tipos de *marketing*, como: bens, serviços, experiências, eventos, pessoas, lugares, propriedades, organizações, informações e ideias, com isso, os profissionais de *marketing* são responsáveis pela gestão da demanda (KOTLER, 2000).

De acordo com KOTLER (1998, p. 27), "*marketing* é um processo social e gerencial pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam através da criação, oferta e troca de produtos de valor com outros."

Pode-se iniciar um conceito básico de *marketing* como uma filosofia que irá guiar a atitude de todas as pessoas numa empresa para estimular e satisfazer as necessidades e os desejos de todos os consumidores.

De acordo com SILVA, *Apud*, CARVALHAL (2005), *marketing* é uma ciência ou técnica que permite o planejamento de uma clínica ou consultório de que as formas ambientais possam contribuir para o atingimento do objetivo desejado.

Já para KOTLER (1998, p. 37):

> O conceito de *Marketing* assume que a chave para atingir as metas

> organizacionais consiste em ser mais eficaz do que os concorrentes para integrar as atividades de marketing, satisfazendo, assim, as necessidades e desejos dos mercados – alvos.

Por outro lado, se perguntarmos para várias pessoas qual o conceito de *marketing*, teríamos definições diferentes. "De médico, de louco e de entendedor de *marketing* todos nós temos um pouco" (COBRA, 1997).

Na época da Idade Média, as fases de desenvolvimento do *marketing* foram divididas em fase primitiva e de mercado centralizado. A fase primitiva dividiu-se em autossuficiência, onde cada família supria inteiramente suas próprias necessidades, e em mercado descentralizado, no qual as famílias começaram a se especializar naquilo que eram mais competentes (SANDHUSEN, 2003).

Contudo, conforme a produção foi se especializando, mais eficientes se tornaram os métodos de distribuição. Assim, durante a fase de mercado centralizado, as famílias descobriram que poderiam produzir mais dos produtos em que se especializaram, tornando-as mais eficientes e produtivas (LIMA, *Apud* SANDHUSEN, 2003).

Ao falar a respeito de mercados Kotler (1998), considera que *marketing* significa trabalhar com mercados para realizar trocas potenciais com o propósito de satisfazer necessidades e desejos humanos.

A troca é a origem da atividade de *marketing*, quando há necessidade de trocar mercadorias, o resultado natural é um esforço de *marketing* por parte das pessoas envolvidas, sendo a essência do *marketing* o processo de troca, em que duas ou mais partes se dão algo de valor, com objetivo de satisfazer necessidades reciprocas (BOONE e KURTZ,1995).

Todo tipo de *marketing* envolve algum tipo de troca em que duas partes veem valor naquilo que a outra possui para oferecer, porém a troca deve dar satisfação, ou seja, o desempenho do produto ou serviço deve atender às expectativas (CILETTI, 2013).

O *marketing* ostenta uma rica variedade de conceitos e ferramentas, sendo uma resposta relacionada à maneira de competir em outras bases que não apenas o preço, tornando-se mais importante do que nunca, convertendo as necessidades cambiantes das pessoas em oportunidades lucrativas para as empresas (KOTLER, 2003).

Em 1954, surgiu no Brasil o conceito de *marketing* (BERNI, 2002) e a partir dos anos 90, passou a exigir um conceito estratégico, onde o foco do *marketing* deixa de estar no cliente ou no produto e passa para o cliente em um ambiente externo mais amplo. Essa

tendência foi causada pelos próprios objetivos do *marketing*, que deixam de ser lucros e passam a ser os benefícios para os interessados (KEEGAN, 2005).

Conforme Bidart (2006), a partir das primeiras décadas do século XX, na medida em que o *marketing* se sistematizava como um conjunto de conceitos e práticas específicas, os comportamentos, tanto do lado da compra quanto da venda, modificaram-se.

A autora CILETTI (2013), baseada na Associação Americana de *marketing*, define *marketing* como "o processo de planejar e executar a concepção, promoção e planos de distribuição de produtos e serviços para gerar mudanças que satisfaçam objetivos individuais e organizacionais". O *marketing* também envolve fazer aquele produto satisfatório tanto para o consumidor que compra como para o produtor que o faz.

KOTLER (2003, p. 11), preceitua que;

> *Marketing* é a função empresarial que identifica necessidades e desejos insatisfeitos, define e mede sua magnitude e seu potencial de rentabilidade, especifica que mercados-alvo serão mais bem atendidos pela empresa, decide sobre produtos, serviços e programas adequados para servir a esses mercados selecionados e convoca a todos na organização para pensar no cliente e atender ao cliente.

LAS CASAS (2005), colabora com a definição da temática afirmando que *marketing* é a área do conhecimento que engloba todas as atividades concernentes às relações de troca, orientadas para a satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores, visando alcançar determinados objetivos de empresas ou indivíduos e considerando sempre o meio ambiente de atuação e o impacto que essas relações causam no bem-estar da sociedade.

Nos últimos 60 anos, o *marketing* deixou de focar somente no produto ou no consumidor para expandir seu foco dos produtos para os consumidores e para as questões humanas (KOTLER, KARTAJAYA e SETIAWAN, 2010).

KOTLER, KARTAJAYA e SETIAWAN (2010) afirmam que enquanto ocorrerem mudanças no ambiente macroeconômico, o comportamento do consumidor também irá mudar, consequentemente provocando a mudança no conceito de *marketing*.

O *marketing* não é aquela embalagem, aquela promoção ou aquele comercial, como observou David PACKARD apud KOTLER (2003);

> [...] *marketing* é importante demais para ficar por conta apenas do departamento de *marketing* [...] é um processo mais amplo que consiste em determinar de maneira sistemática o que produzir, como chamar atenção dos

> clientes para o produto ou serviço, como facilitar o acesso pelo produto ou serviço, de modo que sempre queira comprar mais.

O objetivo do *marketing* é criar valor para os interessados e o principal interessado é o cliente (KEEGAN, 2005).

Uma pessoa reage ao *marketing* toda vez que compra um produto. O fato desse produto satisfazer às necessidades dessa pessoa, ser efetivamente promovido e poder ser encontrado no momento e lugar convenientes atesta a efetividade do sistema do *marketing* (SANDHUSEN, 2003).

Atualmente, os consumidores estão mais informados, podem facilmente comparar várias ofertas de produtos semelhantes, fazendo com que o valor do produto seja decidido por ele mesmo. Tendo naturalmente suas necessidades e desejos atendidos, por isso os profissionais de *marketing* tentam chegar não só a mente do consumidor como também ao seu coração (KOTLER, KARTAJAYA e SETIAWAN, 2010).

Dentro deste contexto, ROCHA e CHRISTENSEN (1999), afirmam que a adoção do conceito de *marketing* pelas empresas pode proporcionar muitas vantagens, pois a sobrevivência e a continuidade da empresa, em longo prazo, derivam de sua capacidade de atrair e reter clientes.

Mostre sempre clareza em seus ideais para que de uma forma positiva venha fortalecer sua identidade no meio social e empresarial, onde que tudo que se faz tem uma reação positiva ou negativa para quem as veem. Cada um determina seu papel na sociedade e que sempre representará um benefício, por menos que seja insignificante ou irrelevante que se possa imaginar, pois cada pessoa que sabe a devida importância de suas atividades no meio social tem uma grande chance de ter sucesso no uso do *marketing* pessoal e beneficiando em geral os grupos a sua volta.

Como faz perceber CORTEZ (2004) “Se ninguém o conhecer, ninguém o comprará.” Por isso é necessário expor suas habilidades, técnicas e conhecimentos para que se faça uma ótima exposição do produto-pessoa. Cortez (2004) ainda declara que você é um produto, possui uma marca. Seu nome é essa marca e é por isso que você deve divulgá-lo.

É preciso ter a mente aberta e saber que não passamos de meros produtos do mercado de trabalho, e deve-se crer neste pensamento, caso contrário não obterá se quer uma vaga de office boy, ficando assim na plateia vendo o sucesso dos outros.

1.3. *Marketing* Pessoal

O século XXI está marcado por transformações frequentes, em resultado da globalização seguida do avanço tecnológico e sabemos que essas transformações influenciam diretamente nossa sociedade, exigindo dos profissionais o desenvolvimento de métodos, técnicas e estratégias para adequação e destaque no mercado de trabalho.

Por mais individualista que as pessoas sejam ou por menos atuante, sempre realizará atividades por mais simples que seja, atenderá as necessidades sociais das pessoas, mesmo que seja um simples responsável por recado até o mais importante executivo de uma organização. Mas independentemente do tamanho de sua patente cada qual desenvolve individual sua parcela comum que preenche as expectativas de uma comunidade.

É importante lembrar que quando o indivíduo resolve aplicar o *marketing* para benefício pessoal ou profissional, ele precisa conhecer a si e o ambiente no qual está inserido, para assim desenvolver uma melhor atuação no mercado que está cada vez mais competitivo. Mas não basta somente conhecer a si mesmo ou o ambiente, devem também ter como prioridade atender e superar as expectativas dos clientes que exigem sempre o melhor de cada um. Essa prática deve ser desenvolvida por relações baseadas em confiança, ética, competência, honestidade e habilidade interpessoal.

Oliveira Neto afirma que:

> O processo encetado por um indivíduo, envolvendo a concepção, planejamento e execução, de ações que contribuiriam para: a formação profissional e pessoal do indivíduo (produto), a atribuição de um valor justo e compatível com o posicionamento de mercado que se queira adquirir (preço), a execução de ações promocionais de valorização pessoal (promoção), que o colocariam no lugar certo na hora certa (distribuição) (OLIVEIRA NETO, 1999, p. 23).

Para um melhor entendimento inicial do assunto em questão, apresentam-se alguns conceitos que irão facilitar o entendimento e o conhecimento da origem do *marketing* pessoal.

Segundo FRANÇA, Apud KOTLER (2010), durante a era industrial quando a principal tecnologia se relacionava a equipamentos industriais, o *marketing* dizia respeito a vender os produtos da fábrica a todos que quisessem comprá-los. Esse tempo foi a primeira fase do *marketing*, porém a tarefa do *marketing* já não é tão simples. A regra que surgiu após esse período é a de que “o cliente é o rei”, com uma era totalmente voltada para o mesmo,

mas até esta ideia voltada para o cliente está ficando ultrapassada, pois hoje estamos testemunhando o surgimento do *marketing* voltado para os valores, onde cada vez mais as pessoas estão em busca de soluções para seus anseios, em busca da satisfação plena em todas as áreas da vida e em busca da transformação do mundo globalizado em um mundo melhor.

Associamos o *marketing* pessoal com vestimenta, postura ou até mesmo o modo correto de se falar. No entanto, *marketing* pessoal vai além disso, é fundamental que ocorra uma interação com outras pessoas, para que se alcance a ascensão profissional e a conquista de sonhos e metas (RAMALHO, 2008).

Inicialmente, o *marketing* pessoal passa a ser uma forma de abordagem, pois estimula a expectativa do ambiente, reflete valores perseguidos do consumismo, mas, em determinado momento, transcende com a mensagem da importância dos elementos humanos e da alma que passam a ser parte intrínseca da imagem (RIZZO, 2011).

Conceitualmente, de acordo com RITOSSA (2009) o *marketing* pessoal é o conjunto de ações planejadas que facilitam a obtenção do sucesso pessoal e profissional, seja para conquistar uma nova posição no mercado de trabalho ou para manter sua posição atual. Ainda de acordo com RITOSSA (2009) essas ações planejadas compreendem não só a divulgação de uma melhor imagem de nós mesmos, mas também o aprimoramento de nossas deficiências e o investimento em nossas qualidades.

KOTLER (2003, p. 91) diz que: "O *marketing* pessoal é uma nova disciplina que utiliza os conceitos e instrumentos do *marketing* em benefício da carreira e das vivencias pessoais dos indivíduos, valorizando o ser humano em todos os seus atributos, características e complexa estrutura".

No contexto de *marketing* pessoal, o produto é uma pessoa, nesse caso "você", ou seja, em vez de vendermos um objeto, vendemos a nós próprios (RITOSSA, 2009).

Para RIZZO (2011, p. 54),

> O *marketing* pessoal consiste numa ferramenta para ser aplicada com o objetivo de colocar o produto pessoa em evidência, torna-lo mais competitivo e, sobretudo, permitir que, de maneira estratégica, ele transite pelos diversos ambientes transmitindo a imagem da satisfação, do conhecimento, da organização, da criatividade, da integração, entre as pessoas, com elegância, comportamento e argumentação apropriados.

Devido a isso, parte em tão de uma autoanálise e uma contínua melhoria de nossas atitudes, habilidades e competências, até chegarmos à comunicação disso para o mundo

exterior, lembrando que o exterior nunca pode ser mais importante do que o interior (PERSONA, 2010).

RAMALHO (2008) destaca que a forma com que você se expressa diz muito a seu respeito, esclarecendo que o segredo do *marketing* pessoal consiste em criar empatia, fazendo com que o outro se sinta confortável em sua presença, tornando-o receptivo a sua mensagem.

Todas as pessoas que encontramos nos ambientes em que interagimos, são considerados clientes, sendo fundamental segmentar e definir o público ao qual queremos influenciar, para que se possa desenvolver uma estratégia de *marketing* pessoal efetiva (RITOSSA, 2009).

O *marketing* pessoal remete a ideia de um lançamento de marca pessoal, o que significa a criação de sua identidade, o que o destaca dos demais profissionais. Sendo assim, o valor pago pelas empresas, será por consequência o valor que a sua marca representa, tendo a necessidade de constantes melhorias, para que se possa adquirir novos conhecimentos e habilidades (RIZZO, 2011).

O autor PERSONA (2005, p. 39), afirma que "a marca que você deixa para as pessoas é uma questão estrutural do *marketing* pessoal que começa no caráter, passa pelo comportamento e atitude até chegar à reputação".

É imprescindível que o profissional de qualquer setor organizacional, se ajuste de forma estratégica, de maneira a ser encarado como um produto a ser vendido e, portanto, apresentado a mesma velocidade de inovações e mudanças necessárias para o acompanhamento de eventos do atual ambiente (RIZZO, 2011).

O autor ainda propõe que na composição do produto pessoa, é necessário ter características como o conhecimento, administração profissional e social, criatividade e capacidade de integração e relacionamento. O melhor e mais útil produto do mundo ficará na prateleira juntando poeira e manchas, desvalorizando-se e perdendo validade caso o seu *marketing* pessoal não for feito (CORTEZ, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo tem como finalidade analisar os dados obtidos na pesquisa de campo. Os dados relacionados nos gráficos a seguir tiveram a participação de 22 graduandos do sexo masculino e 62 do sexo feminino, somando um total de 84 acadêmicos.

Pergunta de número 1: Sexo dos alunos?

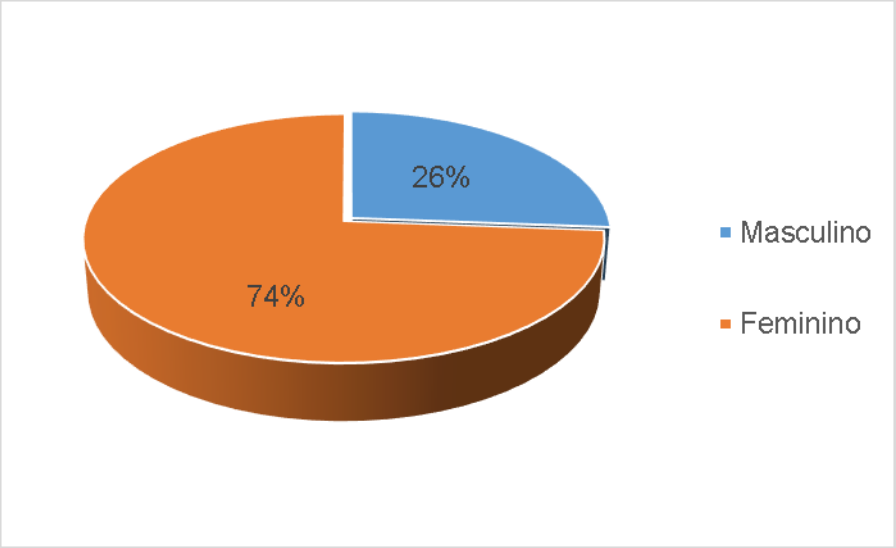


Gráfico 1: Sexo dos alunos.
Fonte: Pesquisa direta 2017.

De acordo com o gráfico 1, podemos observar que dos 84 formandos pesquisados, 74% são do sexo feminino e apenas 26% são do sexo masculino.

Os cursos de Administração, Educação Física, Enfermagem e Pedagogia são cursos de grande procura na instituição pesquisada, onde a pesquisa de campo demonstra que dois deles, Enfermagem e Pedagogia atraem mais o desejo das pessoas do sexo feminino. Sendo assim justifica-se a predominância nos dados do gráfico acima.

Pergunta de número 2: Idade dos pesquisados?

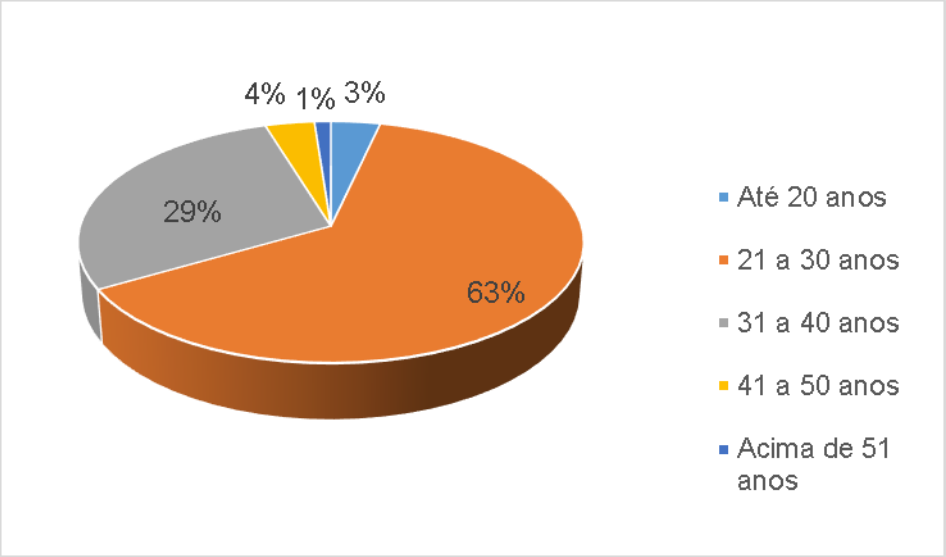


Gráfico 2: Idade dos pesquisados.
Fonte: Pesquisa direta 2017.

O gráfico 2, mostra a distribuição dos entrevistados por faixa etária. Sendo que 3% representa até 20 anos; entre 21 e 30 anos encontra-se 63%; 31 a 40 soma 29%; 41 a 50 anos 4%; e acima dos 51 com 1%. A maior parte dos formandos está entre 21 a 30 anos que se soma a 63% do total.

Pergunta de número 3: Qual curso você está concluindo?

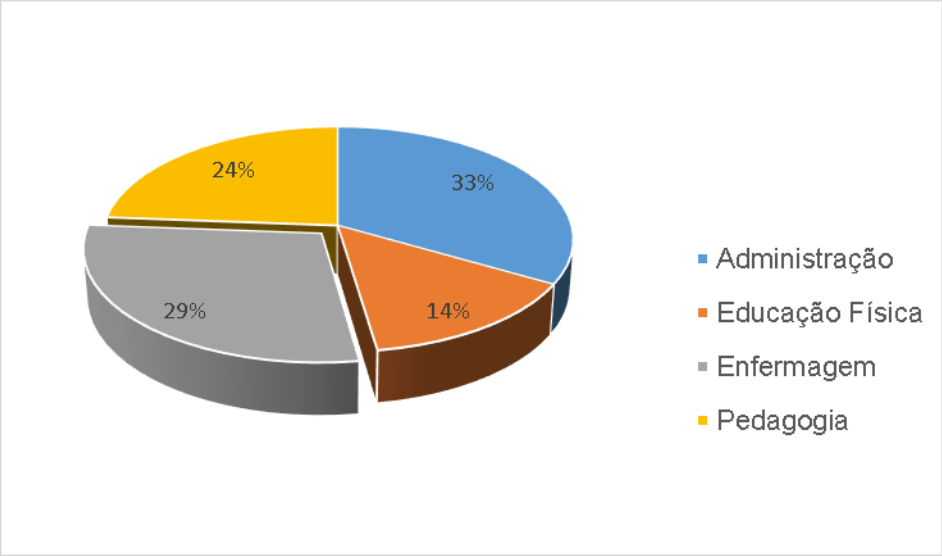


Gráfico 3: Curso a ser concluído pelos formandos.
Fonte: Pesquisa direta 2017.

O gráfico 3, representa os cursos que estão sendo concluídos pelos acadêmicos que

participaram da pesquisa na Faculdade Cidade de João Pinheiro no ano 2017, sendo 28 graduandos do curso de Administração, Educação Física 12 graduandos, Enfermagem 24 graduandos e 20 graduandos de Pedagogia.

Pergunta de número 4: Você sabe o que é *marketing* pessoal?

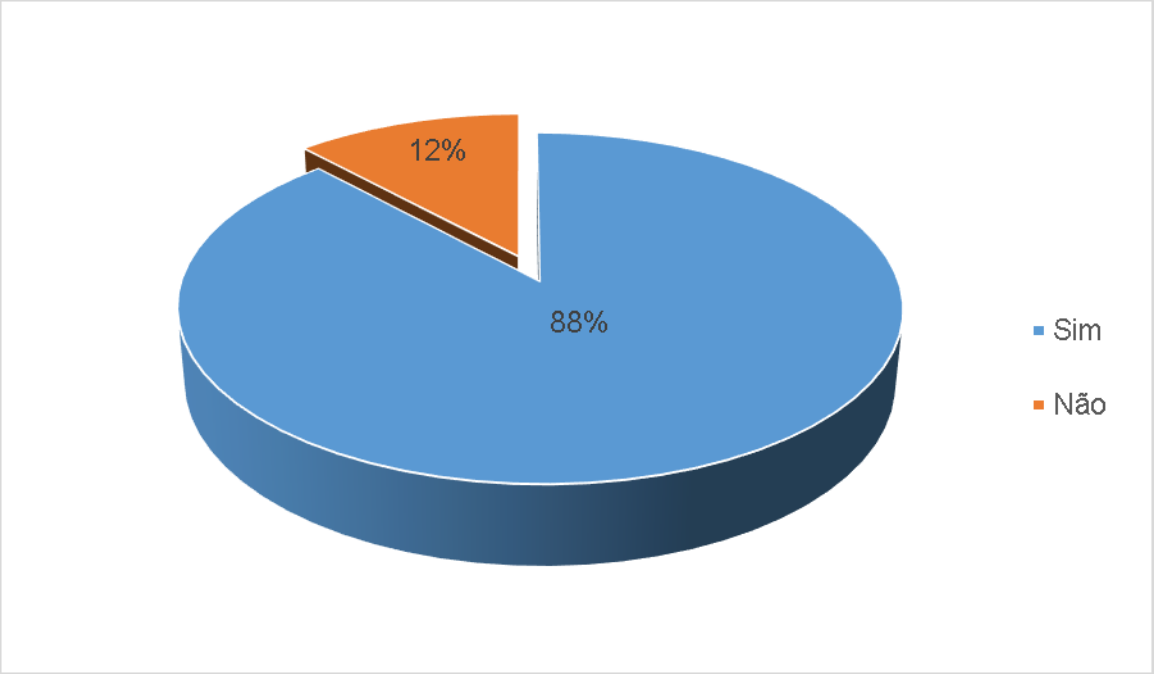


Gráfico 4: Os acadêmicos sabem o que é marketing pessoal.
Fonte: Pesquisa direta 2017.

Neste gráfico 4, foram colocados os dados referentes à concepção dos alunos quanto ao seu conhecimento referente ao que é *marketing* pessoal, onde 88% dos pesquisados disseram sim, que sabem o que é *marketing* pessoal e apenas 12% disseram que não sabem.

Pelo fato de que 88% dos alunos responderem que sabem o que *é*, então os formandos sabem também o seu significado.

Conceitualmente, de acordo com RITOSSA (2009), o *marketing* pessoal é o conjunto de ações planejadas que facilitam a obtenção do sucesso pessoal e profissional, seja para conquistar uma nova posição no mercado de trabalho ou para manter sua posição atual.

Nesta mesma linha de pensamento, pode se dizer que o *marketing* pessoal é uma ferramenta indispensável, tanto para alcançar o sucesso que todo profissional busca ou até mesmo manter-se em sua posição de sucesso, mesmo que muitos não conseguem, talvez por comodismo ou falta de interesse pessoal e profissional.

Pergunta de número 5: De acordo com seu conhecimento, *marketing* pessoal está relacionado com?

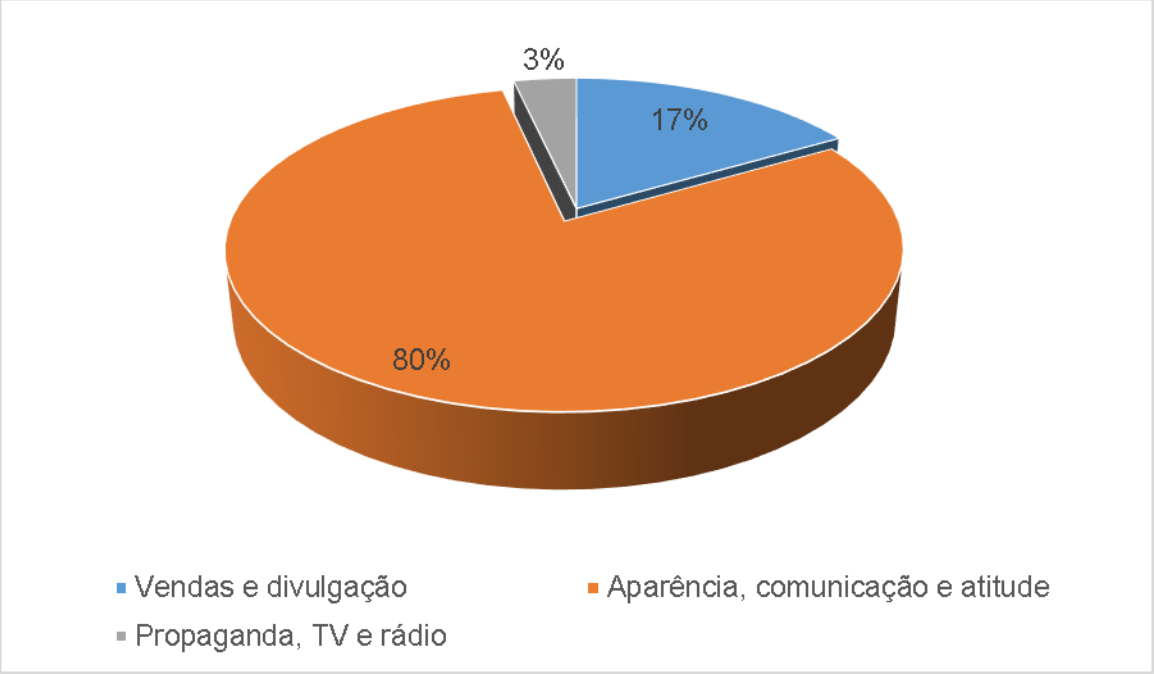


Gráfico 5: Com que o marketing pessoal está relacionado.
Fonte: Pesquisa direta 2017.

De acordo com o gráfico 5, pode se perceber que a maioria representando 80% respondeu que *marketing* pessoal está relacionado com aparência, comunicação e atitude, 17% disseram que é venda e divulgação, e 3% propaganda, tv e rádio.

O conhecimento referente a pergunta feita aos acadêmicos, pode-se perceber que eles sabem relacionar corretamente as ferramentas do *marketing* pessoal. Mas o interessante é que se compararmos o gráfico 5 com o 4, percebemos a uma discordância de resposta onde 88% dos entrevistados disseram que sabiam o que era *marketing* pessoal e 12% não sabia o que era. O resultado demostrado no gráfico 5 mostra que os 8% de diferença dos que sabiam o que era, entra na discordância de resposta no gráfico 5, mostrando que 8% realmente ainda não sabiam o que era *marketing* pessoal, mesmo respondendo que sim.

Ao associar corretamente o *marketing* pessoal, com vestimenta, postura ou até mesmo o modo correto de se falar. Como faz perceber CORTEZ (2004), "Se ninguém o conhecer, ninguém o comprará." Por isso é necessário expor suas habilidades, técnicas e conhecimentos para que se faça uma ótima exposição do produto-pessoa.

Pergunta de número 6: O *marketing* pessoal de alguma forma é importante na sua formação acadêmica e profissional?

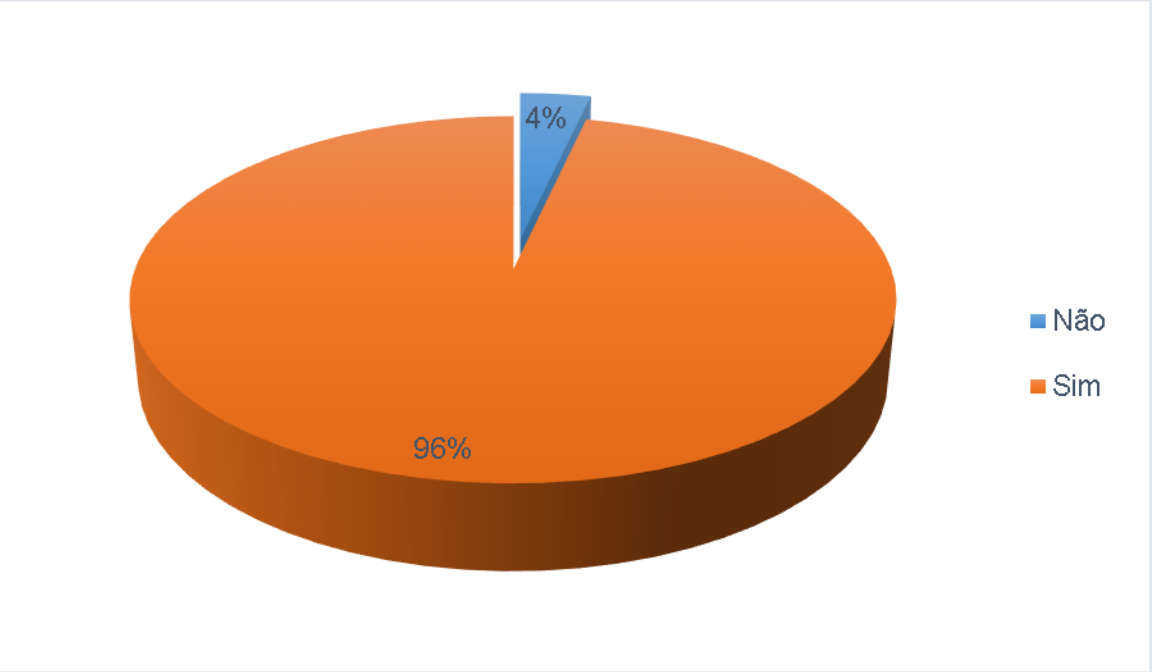


Gráfico 6: Importância do marketing pessoal para vida acadêmica e profissional.
Fonte: Pesquisa direta 2017.

De acordo com o resultado do gráfico acima, 96% dos pesquisados responderam que sim, que é importante na sua formação acadêmica e profissional e 4% disseram que não é importante. De acordo com esse resultado podemos dizer que os formandos dão a devida importância ao *marketing* pessoal tanto para sua vida acadêmica ou profissional.

O *marketing* pessoal remete a ideia de um lançamento de marca pessoal, o que significa a criação de sua identidade, o que o destaca dos demais profissionais, tanto pelo diferencial quanto pelo potencial.

Sendo assim, o valor pago pelas empresas, será por consequência o valor que a sua marca representa, tendo a necessidade de constantes melhorias, para que se possa adquirir novos conhecimentos e habilidades (RIZZO, 2011).

Pergunta de número 7: Das opções abaixo relacionadas ao *marketing* pessoal, qual lhe traz mais dificuldade em desenvolvê-las?

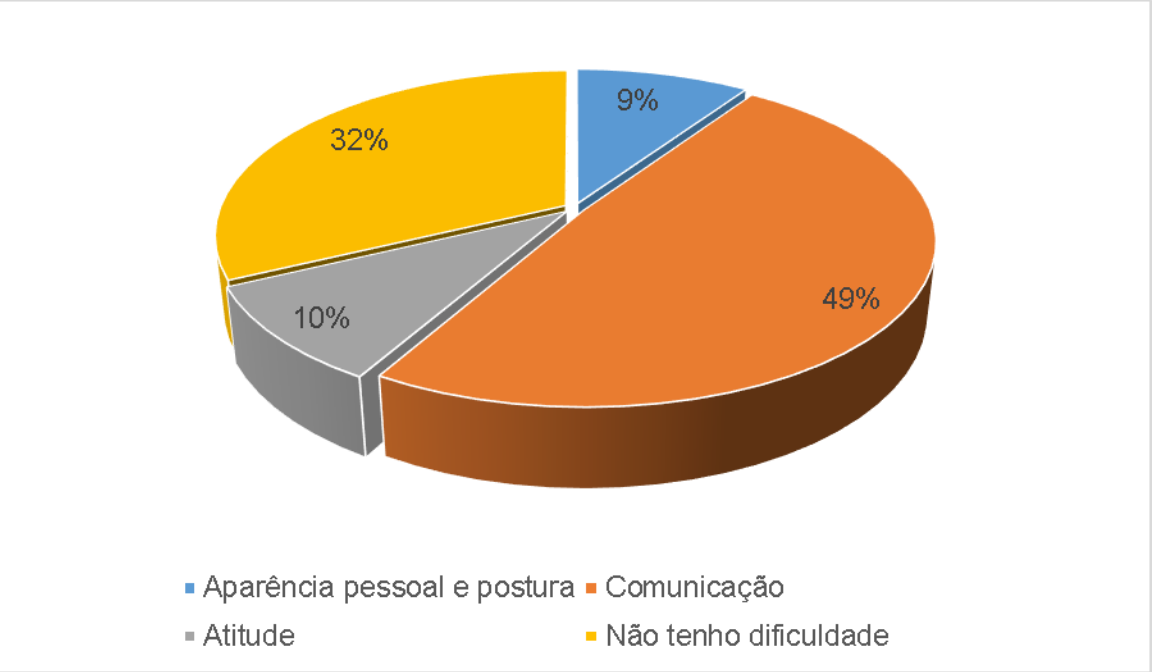


Gráfico 7: Dificuldades em desenvolver as ferramentas do marketing pessoal.
Fonte: Pesquisa direta 2017.

A maioria dos acadêmicos, representado 49% responderam que sua maior dificuldade é a comunicação e a outra maior parte que é 32%, disseram que não tem nenhuma dificuldade quando se refere ao *marketing* pessoal. Já 10% disseram que é atitude e 9% disse que é aparência pessoal e postura.

Ao analisar o gráfico percebe-se que a uma certa dificuldade para os acadêmicos quando se trata de desenvolver as ferramentas do *marketing* pessoal. Uma das maiores dificuldades é a comunicação e as outras demais dificuldades representa uma baixa porcentagem. Visto que a comunicação é uma ferramenta de grande importância, principalmente quando se trata de relacionamento interpessoal ou profissional.

Para RIZZO (2011, p. 54),

> O *marketing* pessoal consiste numa ferramenta para ser aplicada com o objetivo de colocar o produto pessoa em evidência, torna-lo mais competitivo e, sobretudo, permitir que, de maneira estratégica, ele transite pelos diversos ambientes transmitindo a imagem da satisfação, do conhecimento, da organização, da criatividade, da integração, entre as pessoas, com elegância, comportamento e argumentação apropriados.

Pergunta de número 8: Enumere de 1 a 5, com que frequência você se preocupa com as situações abaixo, sendo 1 nunca e 5 sempre?

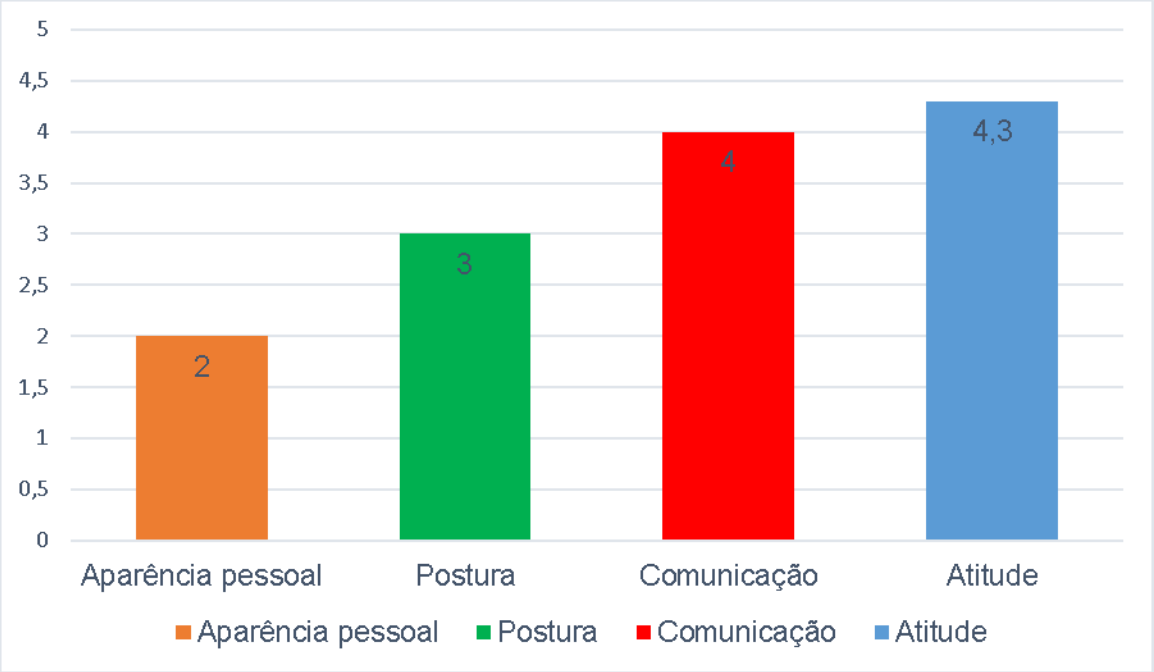


Gráfico 8: Índice de preocupação com as ferramentas do marketing pessoal.
Fonte: Pesquisa direta 2017.

De acordo como gráfico acima demonstra que atitude e comunicação foram duas das situações mais preocupante por parte dos formandos, sendo que a postura aparece em terceiro lugar em fator de preocupação e por última aparência pessoal segue como fator de menos preocupação na visão dos acadêmicos.

Com base nas informações do gráfico 8, percebesse uma variação na preocupação dos formandos, onde o correto seria ter um equilíbrio nas respostas, porque as ferramentas do marketing pessoal devem ser usadas em uma junção de equilíbrio, onde cada uma delas deve ter uma atenção por igual.

A aparência pessoal, na visão dos acadêmicos, não é fator de grande preocupação, mas deveria ser, uma vez que estão concluindo seu curso superior e buscando seu espaço no mercado de trabalho. Deveriam saber também que aparência pessoal vai muito além de roupas, mas sim como você se comporta, se está gordo, magro, se é educado, etc, que são fatores que afetam diretamente na sua autoestima e que de alguma forma altera sua aparência.

Se compararmos com o gráfico anterior, nota-se que 9% responderam que tem pouca dificuldade em desenvolver a aparência pessoal e já no gráfico 8 demostra que é a ferramenta de menor preocupação. Podemos constatar que ele não tem dificuldade porque não dão a devida importância a esta ferramenta.

Pergunta de número 9: Aparência pessoal, comunicação e atitude são ferramentas importantes e que devem ser utilizadas por você?

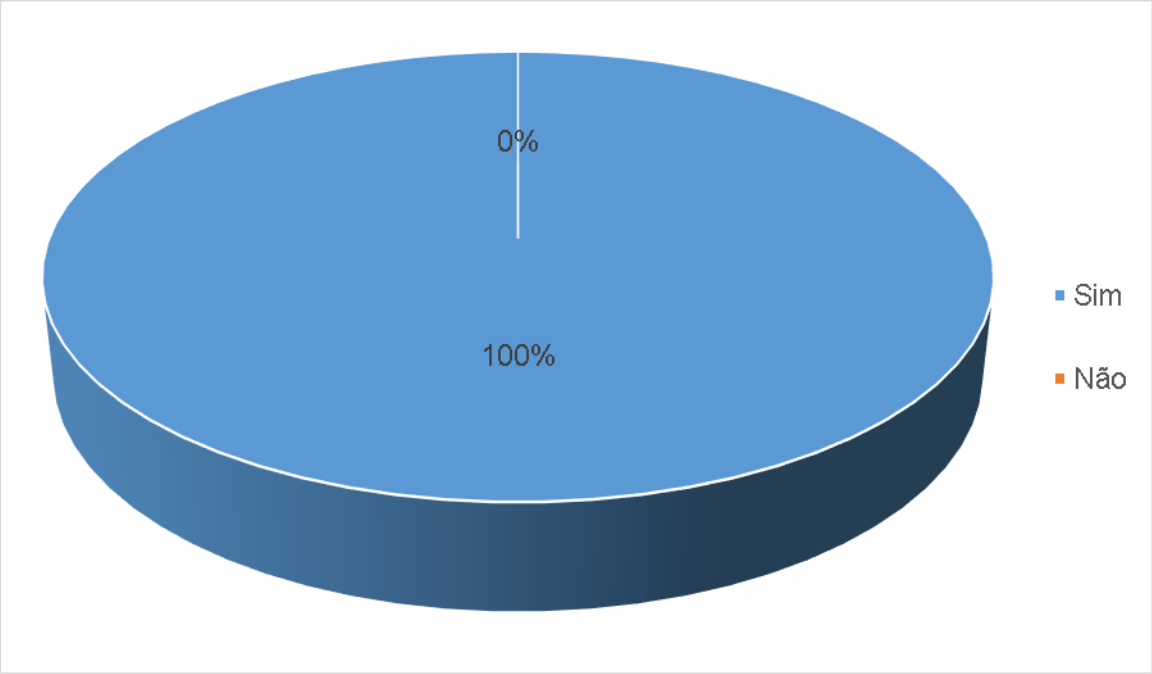


Gráfico 9: Importância das ferramentas do marketing pessoal.
Fonte: Pesquisa direta 2017.

Como demostra o gráfico 9, 100% dos acadêmicos responderam que aparência pessoal, comunicação, postura e atitude são realmente importante e que devem ser usadas por eles.

Diante deste resultado podemos dizer que os formandos sabem a importância das ferramentas do *marketing* pessoal, e que devem ser utilizadas por eles. Entretanto se eles consideram que elas são importantes, não deveriam ter essa variação de discordância nas respostas dos gráficos anteriores.

O autor Mário PERSONA (2005), afirma que "a marca que você deixa para as pessoas é uma questão estrutural do *marketing* pessoal que começa no caráter, passa pelo comportamento e atitude até chegar à reputação".

Pergunta de número 10: Para você o *marketing* pessoal é?

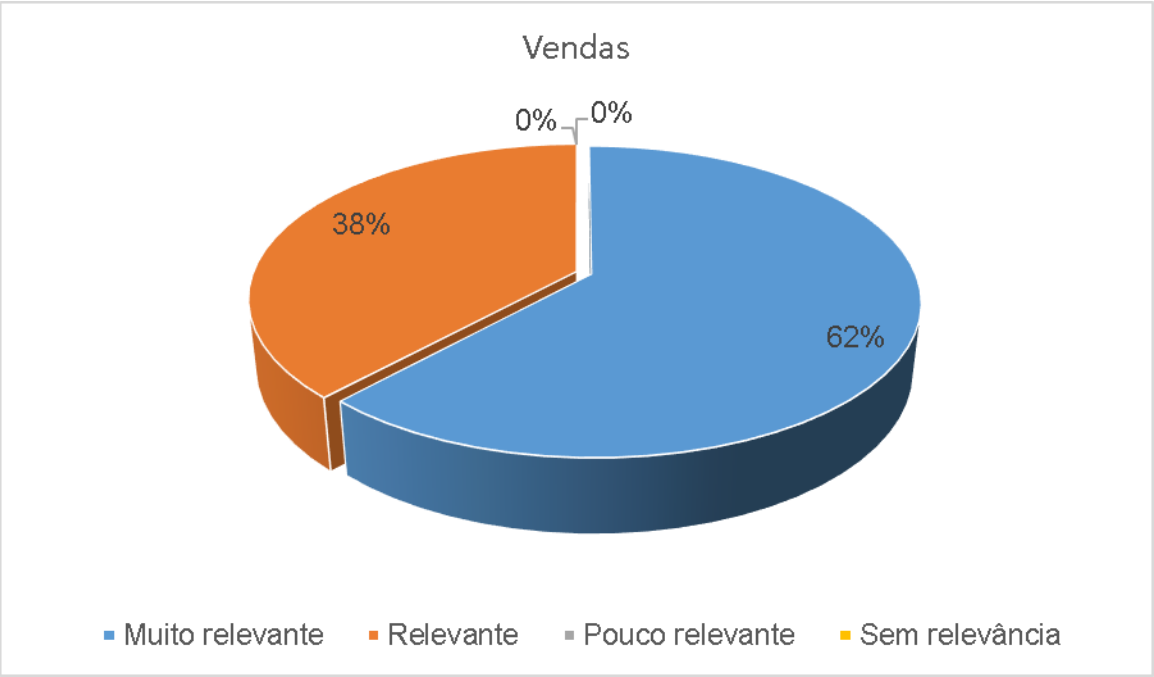


Gráfico 10: Relevância do marketing pessoal é.
Fonte: Pesquisa direta 2017.

De acordo com a relevância do *marketing* pessoal, 62% dos acadêmicos responderam que é muito relevante e já 38% disseram que é relevante, nenhum dos acadêmicos escolheu as demais opções sugeridas.

Se observarmos o resultado no gráfico, podemos dizer que todos os acadêmicos consideram o *marketing* pessoal com grande relevância, pois não houve nenhuma resposta que demonstrasse o contrário.

O *marketing* pessoal remete a ideia de um lançamento de marca pessoal, o que significa a criação de sua identidade, o que o destaca dos demais profissionais. Sendo assim, o valor pago pelas empresas, será por consequência o valor que a sua marca representa, tendo a necessidade de constantes melhorias, para que se possa adquirir novos conhecimentos e habilidades (RIZZO, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo analisar a importância do *marketing* pessoal para os acadêmicos da faculdade cidade de João Pinheiro no ano de 2017, onde foram levantados alguns problemas.

Umas das hipóteses levantadas foi que os formandos não davam a devida importância ao *marketing* pessoal por desconhecerem seu significado, a não ser os acadêmicos do curso de administração. Com base na coleta de dados da pesquisa, os resultados demostram o contrário, onde os formandos independentes do curso, disseram que o *marketing* pessoal de alguma forma é importante na sua formação acadêmica e profissional.

Em seguida foi averiguado quais as dificuldades encontradas pelos formandos da FCJP em desenvolver o *marketing* pessoal, com base nisso levantou-se a hipótese que os acadêmicos não estavam acostumados a serem cobrados no sentido de postura, modo de falar e agir, exceto os do curso de administração que já existe essa cobrança. Então pode-se perceber de acordo com os resultados que uma das maiores dificuldades é a comunicação, mas ainda há dificuldade com as demais ferramentas. Onde confirma-se a hipótese em parte, pois há uma certa dificuldade para os acadêmicos em desenvolver o *marketing* pessoal, juntamente com os da administração que já são cobrados, mas ainda não dão a devida importância.

Outro ponto levantado e que confirma a hipótese que se trabalhar de forma correta as ferramentas do *marketing* pessoal, proporcionará diversas vantagens para os formandos, tanto na adequação da imagem pessoal, quanto na profissional. Trazendo também melhorias na comunicação, que é fator de grande importância para mostrar o seu potencial e suas competências. As ferramentas também irão auxiliar os formandos a vencer a timidez, a saber ouvir, utilizar adequadamente a voz, ter uma boa expressão corporal, evitar vícios como (postura inadequada, roupas, fala e gestos), e ter controle emocional entre outros pequenos cuidados, que fazem a diferença para uma boa comunicação. Os resultados demonstram que a maioria dos acadêmicos consideram que o *marketing* pessoal é importante na sua formação acadêmica e profissional.

Por último, a hipótese levantada foi que atualmente os formandos, com exceção dos acadêmicos do curso de administração, não tinham a percepção do que realmente é o *marketing* pessoal ou como aplicá-lo no seu dia a dia e era visto como uma simples ferramenta de propaganda. Conclui que está hipótese não foi confirmada, onde podemos observar os resultados da pesquisa, que a maioria dos acadêmicos sabem a importância das ferramentas e tem conhecimento que não se trata de uma simples propaganda, mas sim de aparência, postura e atitude. Os dados também demonstram que os formandos consideram o *marketing* pessoal uma ferramenta de grande relevância.

A conclusão final dessa pesquisa foi bastante satisfatória, uma vez que os resultados apontam que os acadêmicos consideram o *marketing* pessoal uma ferramenta importante a se desenvolver para obter sucesso nas suas carreiras tanto profissional, quanto pessoal. O pesquisador deixa como sugestão que a instituição pesquisada venha a acrescentar nas suas grades curriculares o conteúdo de *marketing* pessoal, para que todos os acadêmicos tenham uma visão mais detalhada desta ferramenta em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Sandra Regina Pontes de. **A importância do marketing pessoal para os estudantes do curso de arquivologia da UEPB**. 2012. 59f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2012.

BALLBACK, J; SLATER, J. ***Marketing* Pessoal: como orientar sua carreira para o sucesso.** São Paulo: Futura, 1999.

BRUGGER, Aline Suzanne Mota Ferreira, Et.al. **A Importância do *Marketing* Pessoal para o sucesso de uma Carreira Profissional**. E3 – Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP, Volume 2, Número 2. Segundo Profissionais da área de Recursos Humanos da Cidade de Montes Claros – MG, Brasil. Disponível em: <http://www.revistae3.com/revista/index.php/revista/article/download/7/32>.

CARVALHAL, Durval. ***Marketing* Pessoal**. Revista da Fundação Visconde de Cairu**,** Salvador. Dez, 2005.

COBRA, Marcos. ***Marketing* Básico:** Uma abordagem brasileira. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

CORTEZ, Edmundo Vieira. **A Magia do *Marketing* Pessoal:** O segredo das pessoas bem-sucedidas. São Paulo: Alaúde Editorial, 2004.

COSTA, Narjara de Oliveira. ***Marketing* pessoal e gestão de carreira:** a percepção dos acadêmicos do curso de administração da UNIJUÍ. Ijuí: Unijuí, 2011, Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação.

FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO. **Plano de desenvolvimento institucional**, 2009 – 2013.

FRANÇA, Isa Priscila Cruz de. **A influência do *Marketing* Pessoal na carreira Profissional.** UFRN 2015.

INSITITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFICA E ESTATÍSTICA-IBGE. Dados de João Pinheiro 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>Acesso

em 11 de maio de 2017.

KOTLER, Philip; **Administração de *marketing***: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1998.

KOTLER, Philip. ***Marketing* de A a Z: 80 conceitos que todo profissional precisa saber**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. ***Marketing*:** conceitos, exercícios, casos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de *marketing***: Conceitos, planejamento e Aplicações à Realidade Brasileira. 1ª Ed. 3ª Reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Amanda de Barros, Et. Al., **A importância do *marketing* pessoal no processo de desenvolvimento da carreira profissional**. Disponível em: <http://www.facefaculdade.com.br/arquivos/revistas/A_importancia_marketing_pessoal.pdf>. Acesso em 24/03/2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria**. Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA NETO, Pedro Carvalho de. ***Marketing* Pessoal**: o posicionamento pessoal através do marketing. 6. Ed Fortaleza, 1999.

PERSONA, Mário. ***Marketing* Pessoal, abr/2010**. Disponível em: <http://mariopersona.com.br/entrevista-marketing-pessoal-revistaes.html>. Acesso em 21/06/2017.

RAMALHO, Jussier. **Você E Sua Melhor Marca.** Elsevier Brasil, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RITOSSA, CLAUDIA MONICA. ***Marketing* pessoal: quando o produto é você**. Editora Ibpex, 2009.

RIZZO, Claudio. ***Marketing* pessoal:** no contexto pós-moderno. Editora Trevisan, 2011.

SILVA, Kenia Dayane Melo. ***Marketing* Pessoal:** Um Diferencial Competitivo. Brasília. Uniceube, 2008.

SANDHUSEN, Richard L.; TAYLOR, Robert Brian. ***Marketing* básico**. Saraiva, 1998.

TASCIN, Joselane C.; SERVIDONI, Renato. ***Marketing* Pessoal:** uma ferramenta para o

sucesso. Revista Científica Eletrônica de Administração, Ano V, Número 9, dezembro de 2005.

VAZ, Gil Nuno**.** ***Marketing*** **institucional**: o mercado de ideias e imagens. Pioneira Thomson Learning, 1995.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

O ENSINO DE GEOCIÊNCIAS NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA NO NORDESTE BRASILEIRO

Paulo Ricardo de Lima Martins Araújo*
Bruno Ferreira**

Resumo: Sabemos o quão importante é o devido conhecimento do ambiente em que vivemos, essa percepção nos torna pessoas capazes de inferir análises do meio e realizar a partir destas ações que venham modificar e melhorar o nosso dia a dia. Partindo dessa compreensão subentende-se o grau de importância que tem o processo educacional na vida das pessoas, e consequentemente como bem preparado devem ser os professores. Neste trabalho nos propomos a realizar uma análise de como configura-se a atual formação de professores de Geografia na área de Geociências, especificamente nas disciplinas de Geologia e Geomorfologia, de todas as instituições públicas da região nordeste do Brasil. O trabalho se deu com um prévio levantamento de informações que comprovassem a necessidade desse trabalho, sendo esta abordagem, neste formato, totalmente inédita, logo após a constatação iniciamos o estado da arte, lendo diversos materiais que viessem nos ajudar a servir de base ao referido artigo. Ao chegarmos no momento da análise e tratamento dos dados pudemos notar que mesmo as instituições com boas estruturas físicas, em sua maioria, há diversas lacunas a serem preenchidas à uma real e significativa boa formação dos futuros professores na área geocientífica, como carga horária insuficiente, material de apoio e didático escassos e/ou ultrapassados, e logo foi possível concluir que tais aspectos estão ajudando e sendo decisivos na atual configuração do perfil de atuação dos docentes em sala de aula, levando em consideração o exposto anterior, conclui-se que as instituições necessitam realizar um rearranjo curricular para melhor atender a formação profissional dos graduandos.

Palavras-chaves: Geociências. Ensino de geografia. Nordeste do Brasil

Abstract: We know how important it is to properly be aware of the environment we live in. this perception makes us capable of think and analyze the world and then we are able to elaborate actions that will modify and improve our living. From there, we can acknowledge the importance that goes along with the educational process in people's lifes, and consequently, how well prepared teachers should be. In this composition, we proposed to do an analisys of how to configurate the current process of formation for Geography and Geosciences teachers, especificaly in the area of Geology and Geomorphology, in all of the public institutions all over the Northeast of Brazil. We began working raising information that showed proof of the necessity of doing this work, being this approach, in this form, totally

* Professor de Geografia. Graduado no CERES/UFRNE-mil:falecompauloricardo@outlook.com

** Possui doutorado em Geografia Humana (Universidade de São Paulo, 2015), mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Universidade Federal de Alagoas, 2000), especialização em Docência do Ensino Superior (Universidade Federal de Alagoas, 2007) e graduação em Geografia (Universidade Federal de Alagoas, 1990). Atualmente é professor adjunto II da Universidade Federal de Alagoas. Tem experiência no ensino superior, com ênfase em Cartografia Básica e Cartografia Temática. Temas de interesse: 1) Abordagens de mapas temáticos; 2) Estudos geocartográficos.E-mail: brunge2005@gmail.com

unseen, right after the realization, we began the state of art, reading a lot of material that came to help and serve as a basis to the referred article. At the moment of the analysis and data treatment we were able to notice that even the institutions with good physical accommodations, in their majority, have problems to be solved in order to deliver a better process of formation in the Geoscientifical area, problems like not enough class time, didactic material scarce or outdated, and soon was possible to find out that those aspects are helping and being decisive in the current configuration of the teacher's profile of activity in classroom, taking under consideration the previously exposed, we conclude that the institutions need to do a new arrangement to the curriculum to better deliver the professional formation in graduation students.

Keywords: Geoscience. Geography teaching. Northeastern Brazil

INTRODUÇÃO

As Geociências configuram-se enquanto uma área multidisciplinar por, de maneira implícita, estar presente no dia a dia de todo ser humano. Enquanto área voltada ao estudo e pesquisas ela tem grande importância uma vez que está apta a atender às demandas por soluções de problemas ambientais causados pela exploração demasiada de recursos naturais (BARBOSA et al. 2014 ou 2015), dessa forma pode-se entender que com uma boa base em estudos geocientíficos o homem pode estar evitando uma série de futuros ou já consolidados danos ao meio em que vive.

Mesmo diante da inegável importância das Geociências, tal área do conhecimento não é colocada enquanto uma disciplina do currículo de educação básica no Brasil, entretanto, nos Planos Curriculares Nacionais há assuntos que relacionam diretamente a referida área, como mineração, ciclo da água, recursos energéticos e outros (BACCI et al. 2011.) podendo diante disso o professor realizar ações dentro e fora de sala que proporcione um contato oportuno de seus discentes para com a área geocientífica.

Segundo Barbosa et al, (2014 ou 2015) em pesquisa realizada no estado do Rio de Janeiro, mas que segue uma linha de ocorrência a nível nacional, com 29 docentes de Geografia e Biologia, que abordam Geociências em suas aulas, os problemas mais citados por estes profissionais é a complexidade dos temas que envolvidos na área, a baixa qualificação deles, desestímulo financeiro, desinteresse dos alunos que também julgam complexos os temas e condições prediais por vezes precárias. Diante desse cenário de problemas postos e falta de ações que sanem tais dificuldades, o desenvolvimento de boas ações práticas são postas em situação complicada. Ao fim desta pesquisa os autores afirmam que somente por meio de uma boa formação profissional será possível, futuramente, a melhoria da abordagem

da área.

Segundo Compiani (2004) uma boa abordagem acerca das geociências para com os alunos de educação básica surtirá efeitos muito positivos, que, segundo ele, seria o desenvolvimento cognitivo em respeito às dimensões sociais, locais, regionais e até mesmo planetárias. Dessa forma o aluno passa a ocupar o local de um sujeito ativo na produção do conhecimento.

A importância do Ensino de Geociências na Formação do Professor de Geografia

Esse espaço está destinado à discussão acerca da importância do ensino de Geociências, seus meios e finalidades, resultados e aproveitamentos. Adiante nos deteremos um pouco mais.

O primeiro questionamento que nos surge é “o que é o ensino? ”Para responder esses questionamentos devemos nos voltar um pouco mais ao campo da pedagogia e da psicopedagogia. Segundo Santos (2001) o ensino consiste na resposta planejada às exigências naturais do processo de aprendizagem, ou seja, podemos auferir que o ensino é um retorno do aluno previamente aguardado por parte do professor, e em função disso o docente deve estar atento se de fato aquele aluno está captando e conseguindo compreender criticamente a disciplina, o assunto.

Ao falarmos de ensino de Geografia deve-se reportar ao surgimento desta área do conhecimento enquanto ciência, que é no século XVIII quando desperta na Alemanha, até então um conglomerado de pequenos reinos, a necessidade de inserção na corrida imperialista (MORMUL; ROCHA. 2013.), para tanto era necessário à unificação, e nesse período acende de forma mais sistemática o discurso geográfico, lembrando que foi o período de ascensão do sistema capitalista.

Após discutir um pouco acerca do surgimento e instituição da ciência podemos agora nos voltar um pouco mais acerca do ensino da referida área.

A Geografia no Brasil era trabalhada de uma maneira muito diferente da que hoje vemos. Em fins da década de 1970 tal área passa por algumas mudanças (BOGADO; et al, 2010.), uma delas foi a perspectiva de trabalho da ciência, que passou a ser crítica

Podemos enxergar na Geografia, e mesmo de forma explícita nos DCE’s (Diretrizes Curriculares Educacionais) que a referida disciplina tem por função tornar um aluno crítico do

mundo que vive capaz de conseguir realizar análises a partir de seu dia a dia e bagagem de informações que consigo carrega.

Precisamos nos voltar um pouco mais à importância das aulas em campo, estando-nos em uma área científica tão dinâmica quanto a Geografia é de fundamental importância o contato com o seu objeto de estudo, o espaço geográfico, e esse contato pode ser realizado através dessas referidas aula, extraclasse. Segundo Bezerra et al (2013):

> Pode-se tomar como referência a ideia de que todo trabalho de campo constitui uma narrativa, selecionada e organizada pelo professor, de acordo com critérios educacionais e segundo os objetivos pretendidos nas atividades, para levar os estudantes a estarem mais próximos de uma realidade que deve ser estudada e investigada.

No trabalho realizado em campo o educando entra em contato com tudo o que foi visto teoricamente em sala de aula, sendo assim, essa atividade fora da sala e no real local de ocorrência do fato proporciona uma incrível e essencial vivência naquele aluno, fazendo com que o mesmo consiga abstrair o real significado que o professor falou na classe, por fim, o aluno consegue criar seus métodos de análise e aproxima aquele conhecimento obtido ali às suas vivências e realidade (BEZERRA et al, 2013.).

Após discorrer acerca do que seja ensino e da importância das aulas em campo, precisamos falar um pouco sobre o uso dos métodos na Geografia, e a importância destes. No início do desenvolvimento da Geografia enquanto ciência o positivismo (método que não coloca/não enxerga o homem e suas ações modificadoras no meio) muito influenciou teórica e metodologicamente as práticas dos chamados geógrafos, principalmente aqueles do campo físico (AMORIM et al, S.d.). Segundo Amorim et al (S.d.) a falta de articulação entre as práticas da geografia física com a geografia humana teria causado esse afastamento dos dois ramos dentro da ciência, entretanto, com o passar do tempo está ocorrendo uma mudança nessa perspectiva, é que na tentativa de uma junção e integração maior o materialismo histórico e dialético, que não sobrepõe a natureza sobre o homem nem o homem esta, está tendo mais espaço de atuação, entretanto o que se nota é ainda a presença da cultura positivista na geografia física.

Atentaremos-nos agora a melhor compreender o que é o ensino de Geociências. O ensino de geociências em face de seus aspectos interdisciplinares consegue formar um aluno apto a captar os mais variados detalhes do espaço/tempo, conseguindo realizar análises

críticas do seu local ao global (SANTOS, 2013.). O ensino de geociências deve tornar o aluno capaz de compreender como surgem as modificações no meio e também em decorrências as remodelações.

Devemos nos perguntar como a educação na área das geociências ocorre e se ela é, de fato, é plausível e significativo ao contexto atual. Ao falarmos de formação de professores na atualidade devemos levar em consideração que passamos por uma revolução tecnológica e ainda assim a cada dia surgem mais e mais inovações no que o consagrado geógrafo Milton Santos deixou como conceito à ciência, o Meio Técnico-Científico Informacional. Tendo por base a nossa atual conjuntura de desenvolvimento o professor de Geociências deve ter uma formação sólida e bem embasada, transitando da visão sócio humanista àquela mais física do meio, pois, dessa forma ele conseguirá abstrair com razão plena a essência do meio.

Temos que nos perguntar como o professor deve agir em seu ambiente maior de trabalho, a sala de aula. Entendemos que esse deva ter uma visão crítica reflexiva (COMPIANI, 2005.), com atitudes que levem o despertar em seus alunos, sejam dentro da sala de aula ou mesmo, em uma possível, aula em campo.

O professor de Geografia, especificamente o da área geocientífica, tem a função de preparar o aluno e torná-lo apto a entender as transformações que estão e que ainda existirão no espaço, entretanto, levando em consideração a multiplicidade de áreas que a Geografia abarca, sabemos que não é uma tarefa de fácil enfrentamento, contudo é de fundamental importância para que a ciência esteja sendo lidada de maneira eficiente e lógico-racional. Devemos agora nos voltar um pouco mais ao olhar do aluno às geociências. Este deve a cada dia apropriando seu olhar e o tornando mais crítico acerca do ambiente em que vive, conseguindo associar os fenômenos que ocorreram para levar a formação daquela paisagem, e também, os fenômenos que estão ocorrendo naquele dito momento uma vez que ocasionarão variadas mudanças de curto, médio e longo prazo.

Materiais e Métodos

Este trabalho é uma continuação e seguimento de uma pesquisa já em andamento. A pesquisa em pauta trata e aborda o ensino de Geociências na educação superior nos cursos de Geografia em nível licenciatura ministrados em Universidades públicas que se localizem no nordeste do país, Brasil.

O primeiro passo a ser tomado foi o levantamento da temática, ou seja, previamente ocorreu uma análise da questão a ser trabalhada e discutida, os discentes juntamente com o professor orientador identificaram, após algumas leituras, que essa seria uma área interessante e passível de uma verificação um pouco mais aprofundada, minuciosa.

Já com seu campo de trabalho e pesquisa delimitado, foi necessária à realização deste trabalho uma revisão bibliográfica, o que seja, uma leitura mais densa acerca das produções que já discutem, já aborda essa temática anteriores aos presentes pesquisadores. Tal revisão é de fundamental importância para obtenção de êxito e prosseguimento no andamento do trabalho. Foi necessária uma leitura mais apurada de vários escritos e de diferentes autores para uma captação mais sólida possível e futuro tratamento dos dados.

Logo mais, torna-se necessário um dos momentos de extrema importância em sua realização, que é a identificação das universidades públicas, sendo estaduais, federais ou mesmo os institutos federais, que ofertam os cursos de Geografia em nível de licenciatura para uma possível obtenção de informações essenciais. Após a identificação das instituições a terem as grades dos cursos avaliadas, ocorreu uma visita aos sites dessas ditas instituições, uma vez que, neste caso, foi o meio possível para realização da pesquisa. A ida aos sites teve como foco a aquisição de informações necessárias, tais informações foram as grades dos cursos de Geografia, ocorrendo a filtragem das informações, uma vez que o necessário aqui é somente a disponibilidade das disciplinas da área geocientífica, sendo elas, geologia e geomorfologia especificamente. Para se tornar possível uma análise foi necessária uma contabilização dessas disciplinas, avaliando o número de cada uma e suas respectivas cargas horárias.

Dando sequência ao trabalho, logo após a contabilização, foi realizada a confecção do material gráfico, como objeto de análise e discussões práticas acerca da temática. Tais materiais foram produzidos com o uso do *software* Excel, em sua versão Microsoft 2010.

Resultados e Discussão

Diante da discussão aqui levantada e pautada podemos, desde já, inferir o quão necessário é a apreensão do conteúdo englobado nas geociências. Sabemos que para tal captação ser realizada com sucesso devem os professores ter uma boa e consolidada formação na área específica.

O levantamento das grades curriculares dos cursos de Geografia em nível licenciatura se deu de maneira gradual e analítica e após alguns dias em análises passou por uma construção gráfica e exposição dos futuros resultados. A seguir iremos trazer os resultados obtidos.

Foram visitados todos os sites das universidades e institutos públicos do nordeste, entre os nove estados membros desta região, um total de trinta e sete instituições, entre estaduais e federais, ofertam o curso necessário ao desenvolvimento deste trabalho. Foram pesquisadas quantas disciplinas de cunho geocientífico eram ofertadas nesses locais, em sumo, geologia e geomorfologia. Pode-se notar que há uma média de carga horária dominante de 120 horas, levando em conta as duas disciplinas que diz respeito à área, durante toda a graduação, que é composta de oito períodos divididos em quatro anos.

No estado do Rio Grande do Norte foram analisadas três instituições, sendo elas: a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN e Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN. Os campus que referem-se a UFRN foram os de Natal, cidade universitária, e o de Caicó, interior do estado, o curso Geografia Licenciatura em Natal tem uma carga de 120 horas tendo cada uma das disciplinas, Geologia e Geomorfologia, 60 horas aulas durante os quatro anos de cursos. Caicó por sua vez tem uma carga de 135 horas durante o curso, a diferença está em Geomorfologia, que por sua vez tem uma carga horária de 75 horas, 15 horas a mais que em Natal. A UERN possui três locais com oferta do curso, sendo estes: Mossoró, Pau dos Ferros e Assu. Nesta instituição a carga horária é uniforme, sendo 120 horas de aulas/disciplinas, ou seja, cada disciplina tem 60 horas durante a graduação. Por última, temos o IFRN, a instituição só oferece este curso no campus Natal Central e com uma carga de 160 horas/aulas, tornando-se a maior carga horária do curso no estado.

Seguindo a análise, temos a Paraíba com três instituições e ofertas em quatro campi, são elas: Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Universidade Federal de Campina Grande- UFCG e Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. A UFPB de João Pessoa tem uma carga horária que se diferencia em relação às demais, uma vez que cada disciplina tem 120 horas de carga horária durante a graduação, totalizando 240 horas. A UEPB em Campina Grande tem uma carga de 120 horas, 60 horas cada disciplina. Por fim, tem-se a UFCG ofertando o curso em dois campi: Campina Grande e Cajazeiras, no campi de Campina Grande a carga horária é de 120 horas e em Cajazeiras de 150 horas/aulas.

O estado do Ceará conta com duas instituições públicas ofertando o curso, é a Universidade Federal do Ceará - UFC e Universidade Estadual do Ceará - UECE. A UFC oferta o curso na cidade de Fortaleza com uma carga de 128 horas/aulas com 64 horas destinadas a cada disciplina, a UECE campi Limoeiro por sua vez segue a maioria, com 120 horas/aulas.

No estado de Pernambuco existem três instituições ofertando esse curso, Universidade Federal de Parnambuco - UFPE; Universidade Estadual de Parnambuco - UPE e o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Parnambuco - IFPE. A UFPE contém em sua grade três disciplinas voltadas à área, com um total de 180 horas/aulas, a UPE também oferta três disciplinas com uma carga horária de 180 horas/aulas, o IFPE por sua vez conta com duas disciplinas sendo uma com 90 horas/aulas e a outra com 72 horas/aulas.

O estado de Alagoas tem ofertas do curso na Universidade Estadual de Alagoas, localizados nos campis de Arapiraca; Palmeira dos Índios e União dos Palmares. Ambas com 140 horas/aulas, divididas em duas disciplinas de 60 e 80 horas/aulas cada.

No estado do Piauí existem duas instituições que ofertam o curso, a Universidade Federal do Piauí - UFPI e a Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Os cursos de ambas instituições em seus seis campis têm uma carga horária de 120 horas/aulas, sendo 60 à Geomorfologia e 60 à Geologia.

O estado do Maranhão tem apenas uma instituição ofertando o curso Geografia em nível de licenciatura, é a Universidade Federal do M aranhão - UFMA. Os cursos estão divididos nos campis de Buriticupu; Coroatá; M. de Almeida; Nina Rodrigues e Pinheiros, com exceção do campi de Pinheiros que tem uma carga horária de 120 horas/aulas, os outros campis têm apenas 60 horas aulas, vale salientar que tais horas são ministradas em uma disciplina que aborda a Geografia Física mais amplamente - englobando assim as duas disciplinas matéria primas à este trabalho.

No estado de Sergipe apenas uma instituição, que é a Universidade Federal do Sergipe, oferece o curso Geografia Licenciatura, em dois campis distintos, sendo: São Cristóvão e Itabaiana, entretanto, diante das demais instituições analisadas neste exposto é a carga horária mais extensa, com 240 horas/aulas, tendo a disponibilidade de quatro disciplinas, sendo uma Geologia básica e três especificações da Geomorfologia.

No estado da Bahia o curso está sendo ofertado em sete instituições, sendo a Universidade Federal da Bahia - UFBA; Universidade Estadual da Bahia - UNEB e o Instituto

Federal de Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA. Na UFBA o curso está localizado nos campis Ondina e Barreiras com uma carga horária de 170 horas/aulas, sendo a maior carga horária do estado, na UNEB o curso estão nos campis de Serrinha; Santo Antônio de Jesus; Jacobina; Caetité e Cristóvão com uma carga horária de 120 horas/aulas divididas em duas disciplinas de 60 horas cada. Por últimos tem-se o IFBA campi Salvador com uma carga horária de 120 horas/aulas também divididas em duas disciplinas.

Considerações Finais

O presente estudo se propôs a realizar uma análise bastante criteriosa e ao mesmo tempo necessária aos estudos e levantamentos da ciência geográfica. Estivemos empenhados em identificar possíveis lacunas presentes nas grades curriculares dos cursos de Geografia em nível licenciatura e que se propagam chegando à educação básica, ocasionando nos alunos um quadro de déficit na bagagem conteudista e, futuramente, enquanto cidadão crítico e consciente, em suas ações práticas.

Diante do que aqui foi exposto, pode-se perceber que para, de fato, ocorrer um ensino mais completo acerca das geociências na graduação das universidades públicas e institutos públicos do Nordeste deve-se ocorrer uma reformulação das referidas grades curriculares atuais. É notória certa discrepância entre as universidades que menos oferecem disciplinas na área, com uma carga reduzida em horas, em relação àquelas que ofertam uma carga maior e, consequentemente, que faz uma melhor e mais completa abordagem sobre a temática.

Com isso podemos inferir que a geologia e a geomorfologia não estão sendo trabalhadas de maneira tão satisfatória quanto podem e devem ser. Ficamevidentes neste trabalho tais afirmações realizadas por fim deste trabalho.

Referências:

BACCI, D.C.; OLIVEIRA, L. A.S.; SOARES, D. B.; SILVA, D. F.. O ensino de Geociências e a formação de professores: experiências de um processo de aprendizagem. In: ENDIPE, 2012, Campinas, SP. Anais do Encontro de, 2012.

BARBOSA, J. R. A.**Diagnóstico do Ensino de Geociências na Educação Básica na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro**. Novo Enfoque, v. 19, p. 5, 2015.

BEZERRA, et al. **O INCENTIVO DAS AULAS DE CAMPO NO ENSINO DE GEOCIÊNCIAS.** Rio De Janeiro : Novo Enfoque, v. 17, n. 17, 01/10/2013. Disponível em: <http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoque/files/17/14-jane-rangel-bolsista-maria.pdf>. Acesso em: 04/04/2016

BOGADO, et al. **O ENSINO DE GEOGRAFIA E O APRENDIZADO NA ESCOLA .** São Miguel do Iguaçu, 2010. Disponível em: http://www.faesi.com.br/nucleo-de-pesquisa-cientifica/75-portal-do-saber/220-o-ensino-de-geografia-e-o-aprendizado-na-escola. Acesso em: 04/04/2016

COMPIANI, Maurício.**Geol. USP, Publ. espec.**, São Paulo, 2016 . Disponível em <http://ppegeo.igc.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-78292015000100001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 maio 2016. http://dx.doi.org/DOI:10.11606/issn.2316-9087.v7i0p3-3.

MORMUL, NajlaMehanna; ROCHA, Márcio Mendes. Breves considerações acerca do pensamento geográfico: elementos para análise. **Geografia Ensino & Pesquisa,** Cascavel, v. 3, n. 17, p.64-78, dez. 2013. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/geografia/article/viewFile/7916/pdf>. Acesso em: 08 abr. 2016.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SANT´ANNA NETO, João Lima ; TOMMASELLI, José Tadeu Garcia ; AMORIM, M. C. C. T. ; PERUSI, Maria Cristina . **A INFLUÊNCIA DOS MÉTODOS CIENTÍFICOS NA GEOGRAFIA FÍSICA**.. Terra Livre, v. 2, p. 119-130, 2006.

SANTOS, Vânia Maria Nunes dos. Ensino em Geociências no Estudo do Ambiente: contribuições à formação de professores e cidadania. **Geologia USP. Publicação Especial**, [S.l.], v. 6, p. 11-18, sep. 2013. ISSN 2316-9087. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/gusppe/article/view/61960>. Acesso em: 04 abr. 2016. doi:http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9087.v6i0p11-18.

SANTOS, Sandra Carvalho dos. **O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO: E A APLICAÇÃO DOS "SETE PRINCÍPIOS PARA UMA BOA PRÁTICA NA EDUCAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR". Caderno de Pesquisas em Administração**, , v. 8, n. 1, p. 69-82. março/2001. Disponível em: http://regeusp.com.br/arquivos/v08-1art07.pdf. Acesso em: 01/04/2016

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

OS ESTUDOS DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Monique Hellen de Souza Silva*
Alesandra Pereira da Silva**

Resumo: Nos dias atuais, a segregação socioespacial enfrentada por uma expressiva parcela da sociedade, têm se tornado uma realidade cada vez mais atrelada à produção do espaço geográfico de inúmeras cidades, principalmente daquelas inseridas no modo de produção capitalista. Tal problemática é um elemento indissociável da análise científica geográfica, mas sua abordagem não se faz presente na geografia em sua vertente escolar. Com base nestas premissas, o artigo em questão se propõe a discutir a relevância dos estudos da segregação socioespacial para o ensino de geografia, com o objetivo de contribuir para a promoção de um processo de ensino e aprendizagem crítico, e voltado para a formação cidadã. Metodologicamente, este estudo é pautado em revisões bibliográficas que apontam como causas principais para a não efetivação desse conteúdo, no ensino da geografia nas escolas da rede pública de educação básica, as discrepâncias entre ciência geográfica e geografia escolar, e a precariedade do sistema nacional de educação.

Palavras-chave: Segregação socioespacial. Ensino de geografia. Educação básica.

Abstract: In the present day, the socio-spatial segregation faced by an expressive part of society has become a reality increasingly linked to the production of the geographical space of countless cities, especially those inserted in the capitalist mode of production. Such a problem is an indissociable element of the geographic scientific analysis, but its approach is not present in the geography in its scholar field. Based on these premises, the article in question proposes to discuss the relevance of studies of socio-spatial segregation for the teaching of geography, with the objective of contributing to the promotion of a process of critical teaching and learning, and aimed at citizen training. Methodologically, this study is based on bibliographical reviews that point out as main causes for the nonperformance of this content, in the teaching of geography in public schools of basic education, the discrepancies between geographic science and school geography, and the precariousness of the national system of education.

Keywords: Socio-spatial segregation. Geography teaching. Basic education.

INTRODUÇÃO

* Professora de Geografia.Graduada no CERES/UFRN. E-mail: Moniquehellen60@hotmail.com

** Professora de Geografia CERES/UFRN. E-mail: Alesandraps17@hotmail.com

O modo de produção capitalista atua nas áreas urbanas, comandando a racionalidade hegemônica que determina a organização espacial. Tal racionalidade condiciona a formação dos objetos espaciais para atender as suas demandas, por expansão do processo de acumulação de capital. Todavia, a influência crescente do capitalismo na organização das cidades tem gerado uma serie de consequências negativas, principalmente para as camadas sociais mais pobres.

Dentre essas consequências, a segregação socioespacial se constitui como uma das mais severas formas de expressão e materialização do sentimento de exclusão social, marcado, particularmente, pelas péssimas condições de vida e acesso a moradia, que caracterizam a realidade de muitos habitantes nas grandes cidades.

A preocupação com a análise da pobreza urbana, gerada pela produção do espaço das cidades capitalistas, passou a fazer parte dos estudos geográficos, em meados do século XX, com o despontar da corrente de pensamento da Nova Geografia, que trouxe para essa ciência a responsabilidade com a superação das desigualdades sociais.

Entretanto, essa mudança no pensamento geográfico, que outrora se encontrava pautado em uma metodologia positivista, e, sobretudo, preocupado com a análise do meio natural, ocorreu na geografia escolar através da pedagogia construtivista de Piaget. Todavia essa junção não conseguiu conciliar ciência e ensino, em grande parte pelo caráter tradicional conservado pelas escolas da educação básica brasileira. A passagem sem sucesso da pedagogia tradicional para a pedagogia construtivista prejudicou a inserção, no ambiente escolar, da geografia crítica, amplamente disseminada na Academia.

O método pragmático do modelo de educação tradicional, fragmentado e "supostamente neutro", que até hoje predomina na grande maioria das escolas da rede pública, mostrou-se incapaz de englobar as análises propostas por essa nova corrente da geografia que prioriza o movimento, a crítica, e a visão do espaço enquanto uma instância social. Sendo assim, faz-se imprescindível promover ações nos mais variados âmbitos, que incentivem o desenvolvimento de uma educação geográfica realmente crítica e capaz de compreender a realidade em sua totalidade desigual.

O ensino deve contribuir para o entendimento do mundo tal como ele realmente é, e a segregação socioespacial presente no espaço urbano é uma manifestação da realidade que não pode mais ser negligenciada. Para isso, a educação se apresenta como uma das mais poderosas ferramentas, capaz de traçar novos rumos para a formação da consciência social

coletiva, e com isso preparar o caminho para a superação das problemáticas sociais.

Neste sentido, o artigo em questão discutirá acerca da relevância dos estudos da segregação socioespacial para o ensino de geografia na educação básica, buscando trazer para o ambiente escolar uma proposta de ensino crítico voltado para uma formação cidadã.

A pesquisa está fundamentada em uma metodologia de revisão bibliográfica. O processo de constituição desta produção cientifica buscou compreender através de autores como *Mariana Albuquerque* e *Rafael Straforini*, como a relação entre ciência e ensino de geografia se construiu ao longo da história. Através da análise de *José Wilson Siqueira*, foi possível compreender alguns dos principais impasses para efetivação de um ensino de geografia crítico, preocupado com a abordagem do conteúdo da segregação socioespacial. Por meio da revisão bibliográfica de obras dos autores *Candido Malta Campos Filho* e *Silvio Negri*, procurou-se identificar o papel do modo de produção capitalista, da especulação imobiliária e de outros fatores, na produção de áreas urbanas de exclusão e marginalização social.

As reflexões possibilitadas pela pesquisa bibliográfica revelaram que, a não inserção plena dos conteúdos da segregação socioespacial, no ensino de geografia na educação básica, tem como causa principal a desarticulação entre a geografia científica e a geografia escolar. Além desse fator, a grande precariedade da educação nacional como um todo, ocasionada por problemas como a baixa remuneração de professores, escolas com estruturas prediais degradadas, problemas na alfabetização dos alunos, se coloca como obstáculo para trabalhar conteúdos tão importantes e complexos como o tema da segregação urbana.

1. O modo de produção capitalista e a segregação socioespacial

Para Miguel e Ortigoza (2012, p.3) “A cidade é um espaço de reprodução do capital e isso atribui uma conformação ao urbano, enquanto modo de vida que visa a acumulação capitalista”. Em grande parte do mundo o espaço urbano tem sido estruturado para atender as demandas do modo de produção capitalista, que através da ação do Estado e da especulação imobiliária, desencadeiam um processo de segregação social e espacial no território citadino.

> Quanto à segregação, Harvey (1975, p.362, apud Corrêa, 1989, p. 65.) também acredita que, a diferenciação residencial deve ser interpretada em termos de reprodução das relações sociais dentro da sociedade capitalista. As áreas residenciais fornecem meios distintos para a interação social, a partir da qual os indivíduos derivam seus valores, expectativas, hábitos de consumo.

O lugar habitado pelas pessoas possui o poder de influenciar nas relações sociais, e na maneira como tais indivíduos se inserem nas relações econômicas, através da sua participação na força de trabalho, e do seu poder de consumo. O poder de consumo reflete diretamente na escolha das localidades habitacionais, que não depende unicamente do desejo dos seus moradores, é algo que perpassa, sobretudo, pela ação do mercado de imóveis, mais especificamente, dos promotores imobiliários.

Conforme Corrêa (1989), os promotores imobiliários, junto com os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, o Estado e os Grupos sociais excluídos, integram o rol dos agentes sociais que fazem e refazem a cidade.

Avidamente auxiliados pelos investimentos em infraestrutura urbana (iluminação pública, pavimentação de ruas, rede de saneamento básico, entre outros) promovidos pelos agentes governamentais, os promotores imobiliários selecionam e definem localizações em ambientes de prestigio e valorização, e ambientes marginalizados, onde se constitui a segregação socioespacial.

Para Negri (2008, p. 10) “segregação, quer dizer, diferenciação residencial segundo grupos, significa diferencial de renda, proximidade às facilidades da vida urbana como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais”. Tais fatores promovem a disparidade entre áreas de moradia, determinando as zonas habitacionais das classes sociais alta, média e baixa, por meio dos indicadores de violência urbana, aumento do desemprego, e as condições de infraestrutura.

A segregação pode ocorrer por questões culturais, étnico-raciais, econômicas e político-administrativas. Mas no caso especifico da segregação urbana, também conhecida como segregação socioespacial e residencial, o fator econômico é um elemento chave na construção de ambientes marginalizados. Esses ambientes são localidades da mancha urbana principal das cidades, privadas de melhores indicadores de qualidade de vida, infraestrutura urbana adequada, serviços de saúde, segurança e educação.

Nos países subdesenvolvidos como o Brasil, as cidades englobam padrões de vida demasiadamente discrepantes, condições habitacionais de alto nível, e áreas residenciais precárias. Há também uma diversidade de atividades econômicas que vão desde as mais complexas, como as desempenhadas nas filiais das grandes empresas multinacionais, até as menos instrumentalizadas, a exemplo das barraquinhas de camelô.

> Segundo Miguel e Ortigoza (2012, p.4), no Brasil, aproximadamente 7,5 milhões de habitantes estão abaixo da linha de pobreza, as camadas média e média-alta têm o mesmo padrão de consumo das sociedades dos países europeus e norte-americanos, abrindo assim um abismo cada vez maior entre os extremos: os mais ricos e os mais pobres.

As cidades brasileiras refletem essa coexistência de atividades de vários níveis. As desigualdades socioeconômicas são materializadas quando um grande contingente social é privado de habitar territórios melhor estruturados, reproduzindo segregação social e espacial.

> Miguel e Ortigoza (2012, p.4) nos falam que, a fenda que se abre entre os mais pobres e os mais ricos se materializa no espaço à medida que os indivíduos mais ricos se fecham cada vez mais nos condomínios fechados, tanto verticais como horizontais, na busca de segurança e qualidade de vida. As camadas mais pobres da sociedade, por sua vez, se acomodam nas regiões mais carentes e periféricas da cidade, que crescem numa velocidade muito grande.

As disparidades entre as localidades residenciais valorizadas e as áreas em situação precária, bem como da aparelhagem urbana e dos imóveis residenciais, fazem parte da exclusão material vivenciada nestes espaços. Os sentimentos de inferioridade, descriminação, e impotência, acompanhados da ausência de melhores oportunidades de vida, é uma realidade constante no cotidiano dos agentes sociais que habitam esses lugares, materializam a sensação de segregação e não pertencimento ao que é “verdadeiramente urbano”.

O crescimento elevado das áreas de habitação precária, favelas, periferias, cortiços, loteamentos irregulares, zonas de aglomerações subnormais, de modo geral, e do percentual populacional que reside nas mesmas, é uma consequência negativa do processo de mercadorização do direito à moradia. Tal direito foi assegurado pelo capitulo III e artigo 6º da Constituição Federal (1988), como garantia social fundamental.

Quanto aos aglomerados subnormais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2010) contabiliza 15868 setores, comportando 3224529 domicílios. Os dados mostram a presença de um alto número de áreas de moradia irregular em todo país, e muitos autores acreditam que a causa desta problemática está na apropriação capitalista do espaço habitacional urbano. Santos e Ferreira (2016, p.180) destacam que, “o mercado imobiliário viu nas residências uma fonte lucrativa de renda, e morar não é mais um direito, e sim um produto. Quem tem maior poder aquisitivo, fica com o melhor produto”.

Essa conformação da sociedade urbana aos reclames do capital marca uma perda da função social da cidade em prol do desenvolvimento de sua função capitalista, função essa voltada para a potencialização do consumo, produção e circulação de mercadorias e serviços

que constituem este modelo de acumulação.

Considerando estas constatações, ao atuar em escolas onde os discentes residem em localidades de infraestrutura urbana e habitacional precárias, torna-se factível o ensino dos conteúdos da segregação residencial por meio do ensino da geografia urbana, que permite desvendar a organização das cidades e suas paisagens contrastantes e conflituosas. Por meio da promoção de um ensino articulado a realidade discente, é possível desenvolver esse aprendizado de maneira muito mais consistente.

Compreender a organização das cidades sob o viés da análise do capitalismo pode ser uma tarefa demasiadamente complexa, especialmente quando nos retratamos ao processo histórico, e as relações de poder e contradição que estão atreladas a expansão deste modo de produção. Sem o estudo de tais relações torna-se inviável entender a dinâmica espacial. Logo, ao contextualizar esse tema à realidade que é vivenciada pelos alunos, a tarefa de ensinar a cidade pode ser facilitada. O local do aluno é onde ele cresce, se desenvolve, vive grande parte das suas primeiras experiências, realiza suas relações sociais, internaliza uma determinada cultura, internaliza o apego ao ambiente, através de suas vivências, subjetividades e noções de aprendizado.

A promoção de uma educação vinculada ao cotidiano permite ao aluno identificar, em uma pequena comunidade, a representação de elementos globais, e constatar que o modo de vida precário de uma determinada camada social é demasiadamente influenciado por acontecimentos em escala global, e não restritos apenas a escala do lugar.

> De acordo com Nascimento (2012, p. 44) a partir do lugar é possível estruturar a experiência vivida e construída pelos alunos no seu cotidiano e ressignificá-la, contribuindo para que os alunos não fiquem alheios aos acontecimentos e problemáticas do seu lugar. É no lugar que se materializam os diferentes problemas vividos e sentidos pelos alunos, mas, também, as soluções. Assim, o lugar é potencializador da construção da cidadania, pois é onde, por exemplo, territorializam-se os resultados das decisões políticas. É nele que os sujeitos sociais podem se colocar opinando, decidindo, criticando e fazendo proposições.

A educação alicerçada na compreensão do lugar é um passo muito importante para a construção de uma formação cidadã, e de um modelo de ensino capaz de despertar no aluno, o desejo por reivindicar melhores condições de vida, junto às autoridades governamentais. Entender a segregação é desvendar as razões por trás da estigmatização de lugares e pessoas, e do sofrimento das classes menos favorecidas e marginalizadas dos espaços mais adequados para a habitação.

Dentre as causas do surgimento de áreas de assentamentos precários e favelas, no território nacional, está o expressivo êxodo rural em direção as cidades brasileiras de maior importância urbana no século XX. Em virtude da intensa mecanização da agricultura e consequente aumento do desemprego no campo, amplos contingentes populacionais partiram do meio rural para as cidades, em busca de oportunidades mais satisfatórias de trabalho e moradia, onde havia se iniciado um processo de industrialização e urbanização.

> Conforme o Ministério das Cidades (2010, p.13), no Brasil, como em outros países da periferia do capitalismo mundial, a atratividade exercida pelos polos industriais sobre a massa de mão de obra disponível no campo provocou, a partir da década de 1960, uma significativa explosão urbana. Entretanto, esse crescimento econômico tinha justamente como condição a manutenção do baixo valor da mão de obra, razão da nossa inserção na expansão do capitalismo internacional, sendo, portanto um crescimento estruturalmente concentrador da renda, baseado em baixos salários.

A explosão urbana foi concentrada principalmente na região Sudeste, que recebeu um elevado número de imigrantes nordestinos para trabalhar no setor industrial. O crescimento urbano desta região foi marcado pela baixa remuneração dessas pessoas. Sem recursos financeiros suficientes para arcar com os altos custos de habitar as zonas mais urbanamente estruturadas das cidades, este contingente populacional de baixa-renda passou a residir em localidades de valor mais acessível. Acessíveis, por se tratarem de ambientes em sua maioria, situados em áreas de risco, com péssimas condições de saneamento básico e abastecimento d'agua, afastados das principais atividades de comércio e serviços das cidades.

A expansão das zonas habitacionais precárias tem sido uma característica contrastante das grandes cidades capitalistas situadas em países subdesenvolvidos, pois coexistem no mesmo espaço em que ocorrem avanços, como a edificação de prédios modernos, transportes avançados e tecnologias de última geração. No entanto, tal problemática nem sempre fez parte do campo de estudos da Geografia.

É só a partir do surgimento de críticas à metodologia positivista e conservadora da geografia quantitativa, que outros métodos, como o fenomenológico e o materialismo histórico dialético, começaram a fazer parte dos estudos geográficos, principalmente no século XX. Na visão de Lencioni (2009), a inserção do marxismo na Geografia significou um redimensionamento da prática política dos geógrafos, trazendo para esta ciência a preocupação com o desenvolvimento de propostas de mudanças sociais. Mas a preocupação com a superação das desigualdades sociais, não foi a única contribuição do marxismo para a Geografia.

Conforme Lencioni (2009, p. 163) a "incorporação do marxismo à geografia verificou-se na valorização da análise urbana, revelando a perversão da cidade capitalista em face de uma acentuada segregação espacial nas cidades". Após essa transformação no pensamento geográfico, a análise do espaço urbano e das suas contradições tornou-se um dos focos do que, por volta de 1970, viria a ser a Nova Geografia. Tal corrente foi estruturada a partir das produções de geógrafos como William Bunge, David Harvey, Maximo Quaini.

Vale salientar que, essa mudança na ciência geográfica a qual passou a ser definida como geografia radical, geografia crítica, geografia marxista ou nova geografia, não refletiu em uma mudança no ensino da geografia escolar. A geografia escolar não incorporou a análise do fenômeno urbano e de suas consequências desiguais como conteúdos fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem.

2. As divergências entre a ciência geográfica e a geografia escolar

De acordo com Santos (2006), a Geografia enquanto ciência tem por objeto de estudo o espaço geográfico constituído por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, é o espaço que produz a sociedade, e por ela é produzido, uma instância social. Todavia quando nos retratamos a geografia escolar, muitas vezes há uma grande distância desses postulados teóricos e práticas científicas, da realidade vivenciada nas escolas da educação básica brasileira. Ao possibilitar a análise da relação espaço-sociedade, a Geografia se institui como um poderoso instrumento para a compreensão da realidade do mundo, e para o desenvolvimento da autonomia social.

O ensino da geografia escolar tem por objetivo preparar o aluno para compreender as bases conceituais necessárias à apreensão da ciência geográfica. No entanto, de acordo com Straforini (2001), esse ensino tem priorizado a manutenção das relações de poder e dominação das classes hegemônicas sobre as camadas sociais mais fragilizadas. Sua função tem sido naturalizar e legitimar hierarquias políticas, econômicas, culturais e classistas. Além disso, como nos fala Albuquerque (2014), por vezes a geografia é compreendida como um saber resumido ao estudo das localizações, nome de lugares e nomenclaturas de relevo e clima.

Nota-se que há uma desarticulação entre ciência e ensino, marcada pela permanência de elementos da corrente tradicional da geografia, que aborda as análises de uma maneira

mais descritiva, e não enxerga os conteúdos sob uma perspectiva crítica. Todavia, a permanência dos elementos de análise da geografia tradicional não é só herança do ambiente escolar, também se faz presente na academia.

> Como nos fala Portella (2010, p.2) A superação desta característica, de um ensino sem aplicação prática, aparentemente inútil começou a ser buscada a partir da década de 1970, no contexto do movimento de renovação da geografia. Quando a chamada Geografia crítica (de caráter marxista, pautada no método dialético) passou a ganhar maior espaço na academia.

A vertente da análise crítica só começou a ganhar força no Brasil e no Mundo no século XX, porém a geografia do país sofreu forte influencia do pensamento francês, centrado em um estudo do meio desarticulado do homem. Nos dias atuais, se faz imprescindível avaliar o espaço enquanto transformação da natureza pelo homem, que o cria, o artificializa e o reorganiza constantemente, de acordo com o interesse dos detentores dos meios de produção, proprietários de terras, agentes imobiliários, do Estado e os agentes sociais diversos.

No processo de ensino-aprendizagem é preciso levar os alunos a compreender e refletir sobre a formação desse espaço, marcado por conflitos sociais e coexistências de todo o tipo de relação e materialização humana. Para que isso se concretize é preciso superar a metodologia de análise descritiva, relacionada apenas à natureza, e predominante no ensino escolar. Segundo Albuquerque (2014, p. 2), “A geografia escolar se consolidou como aquela da descrição dos lugares, buscando identificar todos os elementos da Terra, físicos e naturais, de forma sintética, não analítica e desarticulada”.

A transformação do pensamento geográfico tem que ganhar força na educação para ser integrada efetivamente no convívio social, mas para que ocorra essa integração, a metodologia para se trabalhar a organização espacial em sala de aula deve partir de uma correspondência com a realidade do aluno.

Em escolas situadas em locais de alta vulnerabilidade social, geralmente cortiços, favelas, loteamentos irregulares, periferias e assentamentos precários, é possível lecionar a respeito das desigualdades geradas pela produção do espaço geográfico, através do estudo da segregação socioespacial que se materializa no próprio local do aluno.

Ainda assim é necessário atentar para o fato de que, a falta de correspondência dos conteúdos trabalhados em sala de aula com a realidade dos alunos, e a desarticulação entre a vertente científica e a vertente do ensino de geografia, não é o único dilema a ser enfrentado para que haja a consumação do tema da segregação socioespacial no âmbito escolar. O estado

de colapso em que se encontra a educação pública brasileira é, igualmente, um elemento decisivo no fracasso da tentativa de promover um ensino crítico a respeito das desigualdades socioespaciais.

3. A tarefa de trabalhar o conteúdo da segregação urbana em escolas situadas em ambientes de urbanização precária

Gradativamente os ambientes ocupados pela população carente foram se transformando em áreas de reprodução da pobreza extrema, com os piores indicadores de urbanização, saúde e violência social. Locais muitas vezes entregues ao domínio do tráfico de drogas, onde a cultura escolar não tem vez, e o que predomina é a cultura das ruas. Ainda que detenham uma grande quantidade de crianças e adolescentes em idade escolar, o ensino nessas áreas demanda por um suporte de políticas públicas destinadas ao aperfeiçoamento da educação, infraestrutura urbana e demais problemáticas sociais que afetam a qualidade de vida ali existente.

Desse modo, percebe-se que a ausência de uma consciência, por parte dos moradores de localidades marginalizadas, a respeito da origem desta marginalização, não é a única questão que pode ser trabalhada em aulas de urbanismo, no componente escolar da geografia. É preciso abordar primeiramente outras temáticas para que, finalmente, se torne possível a construção de um ambiente propicio ao processo de ensino e aprendizagem do conteúdo escolar da segregação.

Na visão de Batista (2013), o baixo nível de escolarização apresentado pelos familiares de alunos é um fator decisivo para que os alunos não se interessem pela cultura escolar. Em virtude da pouca instrução apresentada por seus pais, os alunos não receberiam incentivos necessários para desenvolverem práticas frequentes de estudo, escrita e leitura, enxergando por diversas vezes as práticas escolares como uma “prisão”.

Há, por parte desses alunos, uma espécie de internalização de sentimentos de incapacidade e desesperança, comum a grande maioria dos habitantes de áreas carentes, relacionada a possibilidade de ascensão social da população, que por diversas vezes é negligenciada pelo Poder Executivo, e entregue a sua própria sorte e miséria.

Na atualidade, segundo o IBGE (2011), mais de 11 milhões de brasileiros residem em favelas, e deste percentual, mais de 3 milhões está só na região Nordeste. Muitas vezes, a

permanência dessas localidades em situação de pobreza é apropriada pela especulação imobiliária, objetivando melhorar a localização de certas áreas (que não possuem aparelhagem urbana adequada) sem que haja qualquer investimento nos locais. É a valorização de certos espaços, que se da em prol da existência de espaços significativamente piores.

Conforme Campos Filho (2001), especulação imobiliária é a compra ou aquisição de bens imóveis com a finalidade de vendê-los ou alugá-los posteriormente, na expectativa de que seu valor de mercado aumente durante o lapso de tempo decorrido. Em grande parte dos casos a especulação recebe apoio da administração governamental, através de investimentos na urbanização de loteamentos. Isto posto, verifica-se que há uma apropriação do mercado imobiliário das áreas de vulnerabilidade social, a pobreza também é necessária para a manutenção do mercado, desempenhando sua função dentro do sistema capitalista.

Outro aspecto importante sobre os ambientes de vulnerabilidade social (favelas, assentamentos precários, periferias), é que parte expressiva da população das cidades brasileiras em idade escolar reside nestas localidades. Geralmente os alunos e escolas desses espaços tendem a apresentar os mais baixos resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), além de sérias dificuldades de escrita e leitura.

Para Vignoli (2001, apud Monteiro, 2011, p.32), "vulnerabilidade passa a ser compreendida a partir da exposição a riscos de diferentes naturezas, sejam eles econômicos, culturais ou sociais, que colocam diferentes desafios para seu enfrentamento". Riscos gerados pela violência urbana, áreas propensas a acidentes ambientais, contaminação por agentes patológicos, em virtude das péssimas condições de saúde e saneamento básico, e uma série de outras problemáticas.

> Na visão de Batista (2013, p. 19) com poucas exceções, as escolas localizadas nos territórios de alta vulnerabilidade social tendem a ter um Ideb expressivamente mais baixo. As que se localizam em vizinhanças não vulneráveis tendem a ter um Ided expressivamente mais alto.

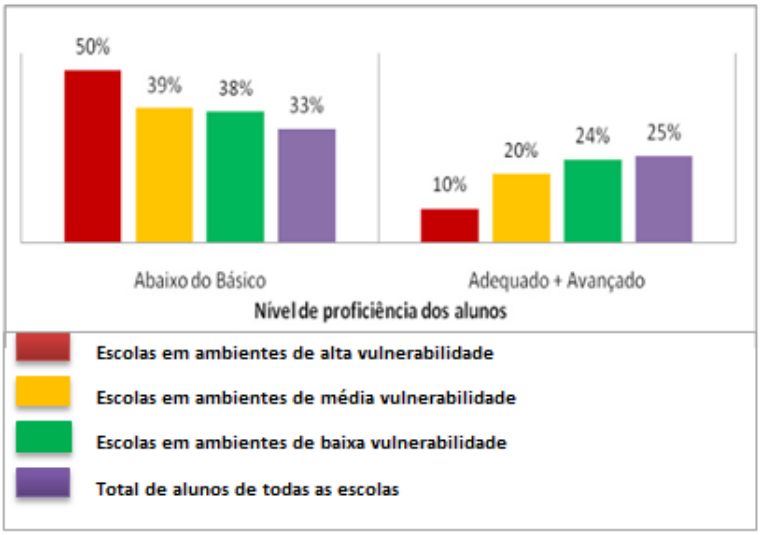
No gráfico 1, os dados do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) mostram uma baixa proficiência na prova Brasil de português do ano de 2007, realizada por 61 escolas da Zona Leste da cidade de São Paulo. O gráfico 1 exibe o desempenho de escolas situadas em zonas de alta, média e baixa vulnerabilidade social.

Os dados apresentados no gráfico 1 comprovam a incidência do que Batista (2013,

p.18) denomina de "efeito do território", que é caracterizado pela influência exercida por um ambiente vulnerável na qualidade do processo de ensino e aprendizagem das escolas situadas em seu entorno. No caso específico das escolas da Zona Leste de São Paulo, e na maior parte dos casos, a influência do ambiente é negativa, refletindo diretamente nos índices de avaliação de desempenho dos centros educacionais.

Como podemos observar, o gráfico 1 é dividido entre alunos das escolas avaliadas que ficaram abaixo da média, e alunos que atingiram ou superaram a média da prova. As barras vermelhas e amarelas são as que representam as escolas localizadas nos territórios de maior vulnerabilidade social, e também as que detêm o maior contingente de discentes abaixo da média, e o menor percentual de alunos acima ou na média exigida pela prova Brasil de português. Já na barra verde, que mostra os centros educacionais localizados em territórios pouco vulneráveis, os índices de proficiência são bem mais altos, explicitando uma diferença de bom desempenho de 4% com relação à barra amarela, e de até 14% considerando os dados apresentados na barra vermelha.

Gráfico 1: Nível de proficiência em português na prova Brasil realizada em algumas escolas da Zona Leste da cidade de São Paulo



Fonte: Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária - Cenpec (2011, p. 15).

E então? Como trabalhar temas tão complexos da geografia urbana com alunos que demonstram ter problemas básicos de alfabetização? O caminho para a efetivação da

aprendizagem é muito mais árduo do que a principio, se pensava ser. Contudo a forte ligação entre o tema da segregação socioespacial e a realidade desses discentes, pode contribuir para o aprendizado desses conteúdos geográficos, e para aperfeiçoar o processo de alfabetização, atualmente bastante deficitário. No momento em que o aluno deixa a sala de aula e retorna para o seu lugar de origem, ele passa a vivenciar o aprendizado a partir da identificação de semelhanças entre os aspectos da sua comunidade e as reflexões propostas no ambiente de ensino.

O aluno começa a viver e sentir a geografia urbana no seu cotidiano, absorvendo todas as contradições, conflitos e interesses expressos na organização espacial a sua volta. Ao gerar um diagnóstico das problemáticas urbanas durante o processo educativo, é necessário também que se apontem, no mesmo contexto, possíveis soluções para estas adversidades (ainda que se apresentem demasiadamente difíceis).

Dentre as soluções passiveis de serem apresentadas e discutidas em sala de aula, esta o conhecimento da legislação urbana do Brasil, e dos instrumentos que facultam à essa legislação, a possibilidade de desenvolver políticas públicas parar superar o subdesenvolvimento das cidades brasileiras.

Ao tomar conhecimento desses instrumentos legislativos que podem atenuar a problemática urbana e habitacional, como as Zonas Especiais de Interesses Sociais e a Regularização Fundiária, que de acordo com o Ministério das Cidades (2009), foram homologadas respectivamente em 2001 e 2009, os discentes se preparam para o exercício da sua cidadania. Ao se apropriarem do seu papel de agentes produtores do espaço geográfico, os alunos conquistam a possiblidade de intervir diretamente no desenvolvimento da sua comunidade, reafirmando o poder transformador da educação quando alcança o seu objetivo instituído.

É imprescindível resgatar esse aluno da situação de vulnerabilidade socioespacial, causada, de certa maneira, pela ausência de uma formação educacional de qualidade, e voltada para a autonomia cidadã. Dissertar sobre as oportunidades de mudança na periferia, traz certa luz e esperança para lugares que carregam em sua história, e expressam em seu espaço geográfico tanto sofrimento humano e tantas mazelas sociais.

Conclusões

As discussões aqui levantadas dão margem para a formulação de algumas inferências,

a começar pela falta de correspondência entre a geografia escolar e a ciência geográfica, que analisam o espaço por perspectivas distintas. Entretanto, vale salientar que a corrente da geografia crítica ainda é muito recente no mundo como um todo, posto que o seu surgimento data do final do século XX. Ainda assim, notam-se fortes resquícios da metodologia de investigação da escola tradicional da geografia, dentro da própria academia.

O espaço é construído para atender as demandas do capital, que é o principal produtor de desigualdades sociais, criadas e refletidas pelo modo de organização das cidades, na sua materialização em espaços pobres e espaços ricos. A coexistência de paisagens opostas no circuito urbano proporciona o desenvolvimento de um processo de segregação socioespacial, uma vez que, os lugares onde predominam o desenvolvimento urbano, científico, empresarial e tecnológico são definidos como os pontos mais privilegiados, constituindo aquilo que seria "a verdadeira cidade". As classes de baixa-renda, quando situadas em localidades muito precárias terminam por serem excluídas e marginalizadas desse desenvolvimento.

Para que se efetive o aprendizado de conteúdos tão complexos como o estudo da dinâmica urbana e a segregação socioespacial, a partir de um público de alunos que vivencia essa realidade, é preciso ter consciência de que, a complexidade do tema não é a única barreira a ser enfrentada pelo professor de geografia e pela escola. Os ambientes de alta vulnerabilidade social afetam seriamente a vida dos seus moradores, gerando problemas de naturezas diversas, tais como a desestruturação familiar, péssimas condições de trabalho, de saúde e segurança. Tudo isso interfere duramente no processo de aprendizagem dos alunos submetidos a tais condições de vida.

O abalo do sistema educacional diagnosticado pelo forte desinteresse do alunado pelo aprendizado escolar, a precarização da infraestrutura de colégios, a falta e a má remuneração de professores, dentre outras situações, constituem obstáculos que estão além da questão da complexidade dos conteúdos. Esses impasses devem ser contornados pela escola e o professor de geografia.

Sendo assim, é fundamental promover uma pedagogia vinculada ao cotidiano dos alunos, ou seja, trabalhar os temas através da analise do seu próprio lugar, que possui uma importância imensurável para os discentes, tornando o processo de ensino-aprendizagem significativamente mais atrativo e eficiente, e possibilitando a compreensão e a transformação do lugar.

Referências

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves. **Geografia na prática pedagógica**: A paisagem como ponto de partida. **Rev. Tamoios,** São Gonçalo (RJ), v. 1, n. 10, p.1-11, Jan-jun. 2014.

BATISTA, Antônio Agusto Gomes et al**. A escola e os territórios vulneráveis das grandes cidades**. Salto para o futuro, Rio de Janeiro, v. 23, n. 22, p.16-26, nov. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Ações Integradas de Urbanização de Assentamentos Precários**. 2ª. ed. Brasília: Aliança de Cidades, 2010. 210 p.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia para regulamentação e implementação de Zonas Especiais de Interesse Social**: ZEIS de vazios urbanos. Brasília. 2009. 55 p.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades Brasileiras**: seu controle ou o caos. São Paulo: Studio Nobel, 2001. 143 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço urbano**. São Paulo:Ática S. A. 1989, 95 p.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA (Brasil). **Educação em territórios de alta vulnerabilidade social na metrópole**. São Paulo, 2011. 34 p.

IBGE**. Censo 2010**: 11,4 milhões de brasileiros (6,0%) vivem em aglomerados subnormais. Disponível em: http://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso.html?view=noticia&id=3&idnoticia=2057&busca=1&t=censo-2010-11-4-milhoes-brasileiros-6-0-vivem-aglomerados-subnormais. Acesso em: 18 set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISTICA. **Censo demográfico 2010**: aglomerações subnormais. Rio de Janeiro. 2010. 251p.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. 214 p.

NASCIMENTO, Lisângela Kati do. **O lugar do lugar no ensino de Geografia**: um estudo em escolas públicas do Vale do Ribeira-SP. 2012. 265 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Física, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MIGUEL, Yaisa Domingas de Carvalho; ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. **A segregação sócio-espacial contemporânea**. 2009. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/56.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. Sociedade em Debate, Pelotas, v. 2, n. 17, p.1-12, jul-dez. 2011

NEGRI, Silvio Moisés. **Segregação sócio-espacial**: alguns conceitos e análises. Coletâneas

do Nosso Tempo, Rondonópolis-mt, v. 8, p.129-153, 2008.

PORTELLA, Erika Ribeiro. **Conceitos geográficos na construção do conhecimento**. In: Encontro Nacional dos Geógrafos. n. 16, 2010, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010. p. 1 - 14.

SANTOS, Douglas Parreira; FERREIRA, Idelvone Mendes. A segregação espacial e residencial na cidade contemporânea. In: NEVES, Adriana Freitas et al. **Estudos interdisciplinares em ciências ambientais, território e movimentos sociais**. São Paulo: Blucher, p. 175-189, 2016.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. 260 p.

SIQUEIRA, Wilson José. **O Estudo do meio urbano e a questão da segregação socioespacial no ensino da geografia escolar**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1358-8>. Acesso em: 18 set. 2016.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar Geografia Nas Séries Iniciais**: o desafio da totalidade mundo. 2001. 155 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Geociências, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

REPRESENTAÇÕES DOCENTES, O ENCANTAMENTO/DESENCANTAMENTOS: um estudo de caso Em João Pinheiro (MG)

Luciana Gomes Mariano*
Rosangela Soares Braga Indelécio**
Margareth Vetis Zaganelli*
Maria Zeneide Carneiro M. de Almeida***

Resumo: O estudo objetivou verificar os dilemas representados pelos professores no exercício da sua função na ambiência escolar, assim como verificar e se entre eles o encanto ou o desencanto interferem na sua identidade como profissionais; objetivou averiguar como os professores percebem sua preparação no âmbito da formação/profissão e identificar se os aspectos relacionados ao contexto social, como indisciplina, sobrecarga de trabalho, falta de apoio da família, são fatores geradores da insatisfação com a profissão docente.. Alguns questionamentos fazem parte deste estudo sendo eles: Quais são os dilemas representados pelos professores no exercício da atividade docente? Eles interferem na sua identidade como profissionais? Como os professores percebem a sua preparação no âmbito da formação/profissão? Para fundamentação embasamos em vários autores dentre eles Wanderley Codo, Rubem Alves, Paulo Freire e Tomaz Tadeu da Silva. A pesquisa foi realizada em um viés qualitativo, buscando conhecer os dilemas representados pelos professores, por meio de um estudo de caso com entrevistas com 10 docentes que atuam em quatro escolas públicas da cidade de João Pinheiro/MG.

Palavras-chave: Encanto. Desencanto. Identidade. Formação. Professor.

---

* Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. E-mail: lucianagmariano@yahoo.com.br

** Mestrado em Educação. Graduação em Estudos Sociais (1997), e em História (1998). Especialista em História do Brasil pela PUC - MINAS. Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela FCJP – Faculdade Cidade de João Pinheiro (2008), professora da FCJP – Faculdade Cidade de João Pinheiro. E-mail: tutoriajp-rosangela@hotmail.com

* Doutora em Direito (UFMG). Mestre em Educação (UFES). Estágio Pós-Doutoral na Università degli Studi di Milano-Bicocca (UNIMIB). Estágio Pós-doutoral na Alma Mater Studiorum Università di Bologna (UNIBO). Visiting Professor da Università degli Studi di Milano-Bicocca (UNIMIB). Professora Titular de Direito Penal, Processual Penal e de Teoria do Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenadora do grupo de pesquisa Bioethik e do grupo de pesquisa em direito e ficção (UFES). E-mail: mvetis@terra.com.br

**** Doutora em História/UNB; mestre em História e Filosofia da Educação/UNICAMP; profa. Adjunta da UFG (aposentada); profa. Adjunta/PUCGO/ Escola de Formação de Professores e Humanidades-curso de pedagogia, mestrado e doutorado em educação/PPGE(M/D) Linha de Pesquisa; Educação, Sociedade e Cultura; líder do GP: Educação, História, Memória e Cultura em diferentes espaços.“(Diretöririo no CNPq). Áreas de atuação: História da Educação; História Oral; Memória; Cultura; Cultura Escolar; Formação de professores; Educação do Campo.E-mail: zeneide.cma@gmail.com

Abstract: The aim of this study was to verify the dilemmas represented by the teachers in the exercise of their function in the school environment, as well as to verify if among them the charm or the disenchantment interfere in their identity as professionals; aimed to find out how teachers perceive their preparation in the scope of the training / profession and to identify if aspects related to the social context, such as indiscipline, work overload, lack of family support, are factors that generate dissatisfaction with the teaching profession .. Some questionings are part of this study being: What are the dilemmas represented by teachers in the exercise of teaching activity? Do they interfere with your identity as professionals? How do teachers perceive their training / profession preparation? For reasons based on several authors among them Wanderley Codo, Rubem Alves, Paulo Freire and Tomaz Tadeu da Silva. The research was carried out in a qualitative bias, seeking to know the dilemmas represented by the teachers, through a case study with interviews with 10 teachers who work in four public schools in the city of João Pinheiro / MG.

Keywords: Charm. Disenchantment. Identity. Formation. Teacher.

1. Introdução

A identidade são as representações que os indivíduos constroem sobre si mesmos e a maneira como estes desempenham o seu papel na sociedade, esta identidade diz respeito à sua história de vida, a experiência acumulada, e é construída ao longo do tempo a partir da interação com o grupo social ao qual está inserida, a identidade é o que nos difere do outro, assim como nos é mostrado nas palavras de Tomaz Tadeu Silva:

> Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato - seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. (SILVA, 2009, p. 96-97).

A partir da importância que o docente dá a sua profissão sua identidade é construída, através dos sentimentos e expectativas presentes no cotidiano, seus saberes, forma de atuação no mundo, as relações que se estabelece dentro das escolas e nas relações entre seus pares.

O desempenho do professor no cenário educativo tem incentivado a escolha pela profissão docente pela diversidade de atuações que este pode desempenhar no cotidiano educativo priorizando o processo de ensino e aprendizagem. A identidade profissional do

professor se configura a uma maneira de ser professor, ou seja, um jeito de ser professor, é construída no cotidiano de suas práxis docente, é um processo permanente de reflexão.

A discussão sob vários enfoques teóricos referentes à identidade social do professor vem acontecendo no Brasil e demais localidades: Segundo Hall,

> A identidade é uma questão que está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma coragem estável no mundo social. (HALL, 2005, p.7).

De acordo com Hall vem ocorrendo mudanças significativas na sociedade moderna, as estruturas que antes os indivíduos tinham como referências estão se ressignificando e isto acaba gerando dúvidas e incertezas e esta chamada "crise de identidade", acarretada pelo processo de desvalorização que vem sofrendo a profissão docente nas últimas décadas.

O cenário atual acaba influenciando na conduta do professor e o exercício da docência na realidade contemporânea se torna cada dia mais difícil, o ambiente escolar está se tornando um campo conflagrado e a relação entre escola, professores e alunos está mudando radicalmente, assim sendo o desencanto aqui entendido como uma espécie de frustração, tristeza ou decepção está sendo evidenciado na vida do professor se sobrepondo ao encanto existente inicialmente.

Segundo Codo (1999) o professor está sendo constantemente atingindo na sua imagem pública, tudo isso que parece questionar sua competência fere profundamente sua identidade. Diante disso tais professores se sentem fracassados e assim não manifestam nenhuma espécie de vínculo com os alunos.

A atuação na sala de aula torna-se mais rígida, o professor procura não envolver o que pensa ou que sente, reduzindo sua explicação ao âmbito dos conteúdos, sem buscar relações com o que seus alunos vivem. Reduz-lhes e impõe limites ao uso da palavra para que suas perguntas não o atinjam (ESTEVE, 1999, p. 61 apud BOHRER, 2013, p.31).

Contudo ainda há muitos professores que resistem aos dilemas enfrentados e tentam superar as adversidades, há aqueles que aferem sentido a docência, que perseveram e seguem com coragem e determinação.

Na sociedade contemporânea as discussões a cerca da satisfação profissional docente e construção da identidade, tem sido abordada na perspectiva da insatisfação ou satisfação do professor entendida aqui, como encanto/desencanto da profissão. Observa-se que o trabalho do professor exige uma relação saudável entre aluno/professor e por ser o aluno o personagem principal da interação da prática pedagógica justifica-se a gratificação com a profissão. O interesse surgiu a partir das visitas realizadas em diversas escolas no desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos como: projetos, estágios, onde podemos perceber melhor as relações interpessoais vividas pelos professores que, às vezes podem ser positivas ou não, levando-os a sentir frustações ou atração pelo ambiente escolar.

Esta pesquisa será importante para a sociedade, pois busca esclarecer o que traz o encanto ou desencanto com a profissão docente e a constituição da identidade desse profissional e os dilemas enfrentados, no exercício da sua profissão. A relevância deste trabalho está na reflexão sobre a prática docente e a necessidade de esta ser uma prática consciente do seu papel formador na vida do aluno, visto que o professor é como um espelho para jovens e crianças, e o mesmo servirá de estudos para próximas pesquisas nesta área. Partindo dessas considerações acreditamos ser relevante buscar compreender quais fatores do cotidiano escolar os levam a vislumbrarem ou desestimularem com a vivência docente.

Para realização deste estudo, partimos dos seguintes questionamentos: Quais são os dilemas representados pelos professores no exercício da atividade docente? Eles interferem na sua identidade como profissionais? Como os professores percebem a sua preparação no âmbito da formação/profissão? Qual é o papel do professor no processo de construções de identidade dos alunos? Os aspectos relacionados ao contexto social, como indisciplina, sobrecarga de trabalho, falta de apoio da família, são fatores geradores da insatisfação com a profissão docente? Os professores inseridos na pesquisa sentem-se motivados/desmotivados pela forma como é organizado o sistema educacional, e a escola como instituição pública de prestação de serviços e como local de trabalho? A qualidade das relações interpessoais no ambiente de trabalho interfere na motivação/desmotivação do professor em relação à profissão docente? Como você se vê como profissional em relação à questão do encantamento pela arte de ensinar e ser professor? Quais os fatores você atribui como significativos à sua prática docente e que são incentivadores ao encantamento do professor?

Este estudo objetivou verificar o encanto/desencanto representados pelos professores no exercício da sua função na ambiência escolar e se eles interferem na sua identidade como

profissionais; averiguar como os professores percebem a sua preparação no âmbito da formação/profissão e qual é o papel do professor no processo de construções de identidade dos alunos; identificar se os aspectos relacionados ao contexto social, como indisciplina, sobrecarga de trabalho, falta de apoio da família, são fatores geradores da insatisfação com a profissão docente; verificar se os professores inseridos na pesquisa sentem-se motivados/desmotivados pela forma como é organizado o sistema educacional, e a escola como instituição pública de prestação de serviços e como local de trabalho; analisar se a qualidade das relações interpessoais no ambiente de trabalho interfere no encanto/desencanto do professor em relação à profissão docente.

A hipótese inicial era de que o que contribui para o encanto ou desencanto é a realidade vivenciada pelos professores no exercício da docência, as dificuldades enfrentadas nas instituições de ensino, as muitas exigências no âmbito da formação na modernidade, o desprestigio da profissão, os baixos salários, a indisciplina na sala de aula, a falta de apoio das famílias traz ao professor um sentimento de inutilidade, a forma de organização do sistema educacional, em específico a escola pública, as relações interpessoais no ambiente de trabalho, tudo isto contribui para que o professor se desencante com a profissão.

Para realização da pesquisa foi adotada a metodologia qualitativa e a pesquisa de campo para conhecer os dilemas representados pelos professores. Realizamos uma pesquisa de campo com os docentes que atuam em quatro Escolas públicas da cidade de João Pinheiro/MG.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi realizado entrevistas com professores, sendo estas, agendadas previamente, gravadas, transcritas na íntegra e analisadas a luz das teorias.

Para delimitarmos a amostra, escolhemos dez professores do universo pesquisado, sendo o critério de escolha os professores que possuíam mais de cinco anos de exercício em sala de aula no Ensino Fundamental.

2.1 A Identidade do professor e sua prática na vida

Neste item do artigo será apresentada a fundamentação teórica que diz respeito aos temas e conceitos utilizados como arcabouço teórico para realização desta pesquisa. Adiante serão apresentados sob a ótica de vários autores os conceitos de identidade bem como a

definição do encanto/desencanto, enfatizando quão importante é o estudo destes para a compreensão dos dilemas enfrentados pelos docentes no cotidiano escolar.

Segundo Gadotti,

> O brasileiro desvaloriza o professor. É o que se poderia deduzir de um dito que se tornou popular nas últimas décadas não Brasil: "Quem sabe faz, quem não sabe ensina". É sinistro. Essa destruição da imagem do professor custará muito caro, dizia já em 1989, o jornalista Leonardo Trevisan7: "Todos dizem que gostam muito dos professores, mas não chegam a incomodar-se muito com o fato de que há tempos eles recebem um salário de fome. O salário é a parte mais visível de uma condição – da qual decorre um papel social que se descaracterizou por completo... Só quem não quer ver não percebe o sentimento de cansaço, de esgotamento de expectativas de quem encarava com dignidade o seu desempenho profissional". (GADOTTI, 2003, 9.4)

Como nos mostra Gadotti, a profissão docente se tornou uma profissão massificada, os professores se vêem diante de uma era cheia de incertezas, diante de muitas exigências, a profissão docente está ganhando um novo papel, assim sendo estes profissionais tentam buscar dar sentindo ao que fazem.

Gadotti (2003) em seu livro boniteza de um sonho ensinar e aprender com sentido, afirma que a realidade nas escolas e na sala de aula é em muitas das vezes bem diferente do sonho, muitos sujeitos cursam Pedagogia, Licenciatura e não pensam em se dedicar a sala de aula, não apresentam interesse em seguir a carreira do magistério, pois refletem sobre as condições concretas em que vão exercer a docência, preparam-se anos para serem professores, mas, no entanto, irão exercer outra profissão.

Ainda nas palavras de Gadotti,

> A maioria dessas professoras elas são a quase totalidade - com a diminuição drástica dos salários, com a desvalorização da profissão e a progressiva deterioração das escolas muitas delas têm hoje cara de presídio - procuram cada vez mais cursos e conferências, para buscar uma resposta que não encontraram nem na sua formação inicial e nem na sua prática atual. (GADOTTI, 2003, p. 5)

Como nos é mostrado os professores se sentem frustrados, se desencantam com a profissão docente em razão das agruras vivenciadas no dia a dia.

Segundo Christophe Dejours (1991), "executar uma tarefa sem investimento material ou afetivo exige a produção de esforço e de vontade, em outras circunstâncias suportadas pelo jogo da motivação e do desejo". (CHRISTOPHE DEJOURS 1991 *apud*, LAPO E BUENO, p. 76). Os professores se sentem motivados pelos aspetos positivos, quando adentram a carreira

aparentam estarem encantados com os aspectos sociais e econômicos, para todos é de certa forma uma conquista.

O encanto com a profissão docente está associado ao educando ele porta a valorização, o que traz prazer agregado ao trabalho do educador, um dos aspectos atrelados à autorrealização deste profissional, em relação pela dimensão relacional, ou em relação ao seu bom desempenho. O trabalho docente é uma atividade exclusivamente humana, portanto exige uma relação entre os sujeitos envolvidos e o aluno é o ator principal, assim é o aluno o principal motivo de satisfação do professor.

Os professores criam vínculos e expectativas, porém a manutenção dos mesmos depende das respostas recebidas da escola e sociedade, e quando estas não são as esperadas, quando elas não correspondem às expectativas lançadas, tendem a enfraquecer os vínculos, os elos criados ou até mesmo rompe-los.

Na visão de Bohoslavsky (1977, p.23), quando o indivíduo pensa em uma profissão, ele pensa em "algo que se relaciona com a realização pessoal, a felicidade, a alegria de viver, etc., como quer que isto seja entendido". (BOHOSLAVSKY 1977, p.23 *apud,* LAPO E BUENO, p. 76). Quando o envolvimento não traz realização pessoal, a pessoa diminui os esforços. Isso acontece em consequência das dificuldades e insatisfações acumuladas durante todo o percurso da vida profissional do educador.

Os professores desencantados se acomodam, tentam ao máximo se distanciar da atividade docente, agem com indiferença a tudo que se passa na ambiência escolar, ficam inseridos em um tipo de inércia, não buscam inovações ou melhorias na sua prática de ensino, não se envolvem com o trabalho tampouco com os problemas do cotidiano escolar. Aparentam exercerem a prática obedecendo a um limite para manterem-se no cargo. Desse modo eles se frustram ainda mais se sentem totalmente insatisfeitos e ainda acabam por deixar os que o rodeiam desmotivados e infelizes e de quebra ainda colaboram para a desvalorização da profissão docente.

O encanto é visto como algo que agrada e gera certo contentamento e prazer, e o desencanto é algo que gera descontentamento, desprazer. De acordo com Pablo Gentili e Chico Alencar (2001, p. 11-17), "o desencanto no cenário da educação é entendido como tristeza, desilusão ou decepção". Esse desconforto evidenciado na vida dos professores gera muitas incertezas, e estes profissionais entram em uma espécie de "crise de identidade".

Segundo Kathryn Woodward (2009, p.19) a identidade só se torna um problema

quando está em crise, quando algo que se supõe ser fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza. É o que acontece com esses professores que se dizem desencantados, estão em crise, pois o que antes consideravam como certo se tornou incerto, estão cheios de dúvidas.

Castells (1996) em seu livro o poder da identidade fala dos processos fundamentais para construção da identidade e sua relevância no processo de transformação ao qual a sociedade está passando, também discute os processos contemporâneos e a (re) construção da identidade.

Sobre contribuição do professor no processo de formação do aluno; Delors afirma que,

> A contribuição dos professores é crucial para preparar os jovens, não só para encarar o futuro com confiança, mas para construi-lo eles mesmos de maneira determinada e responsável. É desde o ensino primário e secundário que a educação deve tentar vencer estes novos desafios: contribuir para o desenvolvimento, ajudar a compreender e, de algum modo, a dominar o fenômeno da globalização, favorecer a coesão social. Os professores têm um papel determinante na formação de atitudes — positivas ou negativas — perante o estudo. Devem despertar a curiosidade, desenvolver a autonomia, estimular o rigor intelectual e criar as condições necessárias para o sucesso da educação formal e da educação permanente. (DELORS, 2003, p. 152)

O professor tem um importante papel na vida do educando, é um agente de mudança, é mediador do conhecimento, ajuda o aluno a compreender o mundo, o papel do professor será ainda mais importante no século XXI. A sua responsabilidade é enorme, cabe a ele formar o caráter e o espírito dos seus alunos, pois é na infância que se adquirem os valores morais necessários ao longo de toda a vida do educando.

Ainda na visão de Delors,

> A forte relação estabelecida entre professor e aluno constitui o cerne do processo pedagógico. O saber pode evidentemente adquirir-se de diversas maneiras, mas para quase todos os alunos, em especial para os que não dominam ainda os processos de reflexão e de aprendizagem, o professor continua indispensável. (DELORS, 2003, p. 156)

Para que se desenvolva integralmente, o educando necessita de uma capacidade de aprendizagem e de pesquisa autônomas e isto só é possível de adquirir após um longo período de aprendizagem com o educador. É papel do educador levar o educando a refletir, despertar-lhes o desejo de trabalhar questões profundamente, para que sejam capazes de tomar suas próprias decisões no decorrer de sua vida.

Ainda na visão de Delors, o professor deve despertar a consciência crítica do educando,

> O trabalho do professor não consiste simplesmente em transmitir informações ou conhecimentos, mas em apresentá-los sob a forma de problemas a resolver, situando-os num contexto e colocando-os em perspectiva de modo que o aluno possa estabelecer a ligação entre a sua solução e outras interrogações mais abrangentes. A relação pedagógica visa o pleno desenvolvimento da personalidade do aluno no respeito pela sua autonomia e, deste ponto de vista, a autoridade de que os professores estão revestidos tem sempre um caráter paradoxal, uma vez que não se baseia numa afirmação de poder, mas no livre reconhecimento da legitimidade do saber. Esta noção de autoridade poderá evoluir, mas, por enquanto, permanece essencial, pois é dela que derivam as respostas às questões que o aluno coloca sobre o mundo e é ela que condiciona o sucesso do processo pedagógico. (DELORS, 2003, p. 157)

Como nos foi mostrado por Delors cabe ao educador contribuir para a capacidade de discernimento dos alunos visto que na sociedade contemporânea isto se torna cada vez mais necessário, que sejam capazes de adaptarem-se as constantes mudanças e continuar aprendendo ao longo de toda a sua vida.

Furtado (2008) em sua obra aprendizagem significativa: modalidades de aprendizagem e o papel do professor afirma que o principal papel do professor sempre foi o de descrever o mundo, seus fenômenos e processos e caracterizar os métodos e estratégias de intervenção nesse mundo, construir junto com o aluno um mundo de descobertas, ser provocador da sede de aprender do aluno, a função do professor é a de gerar questionamentos, duvidas, criar necessidade, desafiar os conceitos já aprendidos, organizar os elementos que compõe a situação de ensino de forma motivante e desafiadora e cuidar da relação pessoal com os alunos para que ela possa ser suporte para despertar no universo do aluno um panorama favorável ao mergulho necessário.

O professor precisa fornecer as instruções necessárias, incentivar as decisões coerentes e questionar as decisões descabidas, a aprendizagem necessita de cuidado. Cabe ao professor fazer o educando sentir-se parte do processo de aprender, elevar sua autoestima. Desenvolver um elo, pois se faz cada vez mais necessária a relação de respeito e confiança mútua entre professor e aluno.

De acordo com Freire,

> Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua

> própria produção ou a sua construção. O educador deve estar aberto às indagações dos seus alunos, ser consciente de que o seu papel é o de ensinar e não apenas transferir o seu conhecimento para o aluno. (FREIRE, 2002, p.27)

O educador não pode adotar na sala de aula uma postura que não seja outra a não ser a de sempre estar aberto e receptível as dúvidas de seus alunos, ele deve mostrar o caminho a ser seguido aos seus educandos.

Ainda na visão de Freire, é preciso cuidar do nosso cumprimento histórico na tarefa de mudar o mundo, superando os obstáculos; nesse sentido o autor enfatiza ainda que:

> O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história. Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam. (FREIRE, 2002, p. 31)

Como nos mostra Freire o educador não pode ser indiferente na sua prática ainda que as condições em que a exerça não sejam as mais favoráveis visto que o educador tem um importante papel na vida do educando.

Rubem Alves (2004) em sua obra; Conversas com quem gosta de ensinar, afirma que para ser um educador é necessário que se tenha vocação, que esse desejo de ser educador nasça de um grande amor, de uma grande esperança, que educadores são como as velhas árvores, eles possuem uma história a ser contada, que constroem uma forte ligação com o aluno, e que isto é o que importa que um bom professor deve ser gerente de produção, controlador de qualidade, especialista no ensino de técnicas. Contudo o caminho escolhido a ser trilhado é um caminho difícil, o trabalho de educador não é como outro qualquer é um trabalho árduo, mas que tem que ser exercido com amor.

> Eu me atrevo a dizer que o fantasma que nos assusta e que nos causa pesadelos mesmo antes de adormecer, o fantasma que nos faz contar, apressados, os anos que ainda nos faltam para a aposentadoria, é a absoluta falta de amor e paixão, o absoluto enfado das rotinas da vida do professor. E por mais força que façamos, não descobrimos aí uma razão para viver e morrer. Que amante quereria aposentar o seu corpo depois de 25 anos de experiência de amor? O amor e a paixão não anseiam pela aposentadoria, porque são eternamente jovens. (ALVES, 2004, p. 28-29)

Seguindo o raciocínio de Rubem Alves não se pode exercer a função de educador sem amor, sem paixão pela profissão, como se estivesse alienado, exercendo a prática não pelo prazer, como se fosse um trabalho forçado apenas visando os seus ganhos no final de cada mês. A profissão docente deve ser exercida como se o educador fosse um artista que compõe as notas a regirem a sua prática. O educador deve ser como as feras selvagens, como as águias não reprimidas, nunca se tornarem animais domésticos, não se esquecerem dos seus sonhos, nunca deixar o educador adormecer.

Para Rubem Alves (1994, p. 10) "o mestre nasce da exuberância da felicidade. E, por isso mesmo, quando perguntados sobre a sua profissão, os professores deveriam ter coragem para dar a absurda resposta: "Sou um pastor da alegria.... " O educador deve ensinar com alegria, despertar em seus alunos a alegria de estudar, de aprender e compreender as coisas. Nunca um professor deve intimidar a inteligência de uma criança, mas sim despertar o potencial contido em cada uma delas, ajuda-las a serem felizes.

Delors (2003, p. 159-160) expõem que "melhorar a qualidade e a motivação dos professores deve, pois, ser uma prioridade em todos os países". É necessário se empenhar mais para manterem os professores motivados mesmo em situações difíceis, para que permaneçam na prática os bons educadores, que lhes sejam oferecidas condições de trabalho e remuneração satisfatórias uma vez que se exige muito dos professores, porém as necessidades a se satisfazerem são ilimitadas.

De acordo com Aguiar (2014, p.330) "ser educador é uma tarefa árdua, não pelas atividades que se tem para executar, mas por ter que executá-las sobre pressão, por ter que aceitar atribuições que ferem a sua identidade". Os tempos são outros e exercer a profissão docente não está sendo uma tarefa fácil, os professores são obrigados a aceitar coisas que afetam profundamente sua identidade.

Ainda sob a visão de Aguiar (2014, p 332) "é a motivação que leva a satisfação profissional que, possibilita alcançar o objetivo profissional tanto pessoal". O educador como outra pessoa qualquer também é guiado por diversos desejos, sonhos, todos estes variados e ligados a motivação e para ter satisfação é preciso que o educador tenha motivação diária, a sensação de ter o seu trabalho reconhecimento é o que levará a se autorrealizar, em consequência irá produzir de acordo com o seu potencial ou até mesmo se superar.

Contudo o sistema educacional não oferece estabilidade aos educadores, fator que acaba os desmotivando, diferentes formas de violência vivenciadas por eles no cotidiano

escolar acabam por deixar os professores descrentes, assim sendo não é possível que eles ofereçam uma aprendizagem satisfatória aos seus alunos.

O sucesso do processo pedagógico não depende apenas do professor e sim de vários fatores sociais e ambienciais, contudo o seu insucesso recai sobre os ombros do educador. O não reconhecimento da importância do papel do educador faz com que seu rendimento caia e consequentemente o de seus alunos.

Perissé (2011, p.17) diz que "o que mais desvaloriza e desmotiva um professor e pode fazer com que adoeça de corpo e alma é em primeiro lugar, não poder conectar-se com o valor de ensinar. Não perceber ao seu redor o clima favorável para exercer (como sonhou e concebeu) a sua profissão" (PERISSÉ 2011, p.17 apud AGUIAR, 2014, p.339). Quando uma pessoa não pode exercer sua profissão da maneira que sonhou acaba se frustrando e a exercendo sem amor.

Maslow diz que "a satisfação da necessidade de autoestima conduz a sentimentos de autoconfiança, valor, força, capacidade e utilidade. Sua frustração traz sentimentos de inferioridade, fraqueza e desamparo" (MASLOW 1985, p. 147 apud AGUIAR, 2014, p. 339). Devido a incertezas vivenciadas pelos educadores eles se sentem desmotivados.

Furtado (2008, p.56) em seu livro Aprendizagem Significativa: modalidades de aprendizagem e o papel do professor diz que a motivação é algo que afeta o sistema nervoso e determina certo comportamento, é a força motriz para a ativação e a persistência do comportamento, se relaciona com um impulso ou necessidade psicológica que nos pressiona para que ajamos de forma a atendê-la, pode advir de estímulos ou incentivos externos.

Segundo Freire, o carisma e a responsabilidade do professor são indispensáveis na formação do educando,

> O meu respeito de professor à pessoa do educando, à sua curiosidade, à sua timidez, que não devo agravar com procedimentos inibidores exige de mim o cultivo da humildade e da tolerância. Como posso respeitar a curiosidade do educando se, carente de humildade e da real compreensão do papel da ignorância na busca do saber, temo revelar o meu desconhecimento? Como ser educador, sobretudo numa perspectiva progressista, sem aprender, com maior ou menor esforço, a conviver com os diferentes? Como ser educador, se não desenvolvo em mim a indispensável amorosidade aos educandos com quem me comprometo e ao próprio processo formador de que sou parte? Não posso desgostar do que faço sob pena de não fazê-lo bem. Desrespeitando como gente no desprezo a que é relegada a prática pedagógica não tenho por que desamá-la e aos educandos. Não tenho por que exerce-la mal. A minha resposta à ofensa à educação é a luta política, consciente, crítica e organizada contra os ofensores. Aceito até abandoná-la,

> cansado, à procura de melhores dias. O que não é possível é, ficando nela, avilta-la com o desdém de mim mesmo e dos educandos. (FREIRE, 2002, p.40)

Na visão de Freire a atividade educativa exige alegria e esperança, os professores devem encontrar uma maneira de resistir aos obstáculos que os impedem de serem felizes enquanto educadores. Não se pode transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico e amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador (FREIRE, 2002, p.18-19).

De acordo com Cury,

> Ser um mestre inesquecível é formar seres humanos que farão diferença no mundo. Suas lições de vida marcam para sempre os solos conscientes e inconscientes dos seus alunos. O tempo pode passar e as dificuldades podem surgir, mas as sementes de um professor fascinante jamais serão destruídas. (CURY, 2003, p.72)

O educador memorável é lembrado por seus alunos, mas o educador ruim é lembrado mais ainda, o autor nos alerta no sentido de sermos bons semeadores para colhermos bons frutos, trazendo dessa forma a felicidade e o significado da educação.

2.2. Metodologia

A finalidade do presente artigo foi desenvolver uma pesquisa junto aos docentes que atuam nas escolas públicas de João Pinheiro - MG, a fim de investigar o encanto/desencanto com a profissão docente. Metodologicamente utilizamos uma pesquisa descritiva de caráter qualitativo. Pesquisa descritiva segundo GIL (2002, p.42) “é descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento das relações entre variáveis”. Neste tipo de pesquisa cabe ao pesquisador fazer suas interpretações sem interferir no universo pesquisado.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.31). Portanto este tipo de pesquisa se preocupa em estudar as particularidades e experiências dos indivíduos nela inseridos.

De acordo com Richardson (apud MARIANO, p.13) “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma

adequada para atender a natureza de um fenômeno social". O objetivo neste tipo de pesquisa não é contabilizar e sim compreender.

Como nos diz Freire,

> Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 2002, p. 29)

Assim pesquisar surge da necessidade de esclarecer dúvidas ou procurar resposta para determinado problema, porém a pesquisa não se limita somente a isso, é relevante na vida de todo indivíduo e não é diferente na vida do educador que tem a pesquisa como chave para a sua formação no mundo globalizado.

Segundo Gil,

> Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. (GIL, 2002, p.17)

Portanto pesquisa é a investigação para obter informações necessárias com objetivo de solucionar problemas, sendo de extrema importância na educação, pois auxilia o educador na construção de novos conhecimentos.

Esta pesquisa utilizou como procedimento técnico a pesquisa de campo. Segundo Gil (2002, p. 52) "o estudo de campo focaliza uma comunidade. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo". O objetivo da pesquisa de campo é compreender e posteriormente explicar o problema pesquisado.

O instrumento de pesquisa utilizado pela pesquisadora para identificar o encanto/desencanto com a profissão docente foi a entrevista realizada com os professores. As entrevistas foram transcritas e interpretadas contribuindo com informações relevantes à pesquisa. Cervo e Bervian (2007, p.51) "a entrevista não é uma simples conversa. É uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher, por meio do interrogatório do

informante, dados para a pesquisa". A entrevista possibilitou a coleta de dados importantes sobre o objeto foco da pesquisa, bem como a opinião dos docentes em relação aos dilemas enfrentados no exercício da profissão.

Esta pesquisa foi realizada em quatro escolas públicas da cidade de João Pinheiro-MG. Foi feito um primeiro contato com as escolas escolhidas para a apresentação do tema e os objetivos da pesquisa. Para delimitarmos a amostra, escolhemos coletar dados com dez professores usando como critério de escolha, terem mais de cinco anos de exercício em sala de aula e atuarem no Ensino Fundamental.

2. Análise de dados e resultados da pesquisa.

Podemos perceber que a grande crença na "missão redentora" da educação marca profundamente o sentido de ser professor, o que nos permite inferir que a representação do que é ser professor tem sido construída e reconstruída alicerçada nas expectativas que o conjunto da sociedade tem em relação ao professor (que também podem ser compreendidas como representações sociais) e no próprio repertório adquirido ao longo da formação inicial.

O primeiro questionamento direcionado aos entrevistados buscava saber sobre os dilemas contemporâneos encontrados no exercício da atividade docente. Quais são os dilemas que você encontra no exercício da atividade docente? Estes dilemas interferem na sua identidade como profissional? Em relação à pergunta os professores responderam:

> *Os dilemas são vários, um dos principais assim que vejo é a profissão socialmente pouco valorizada e mal remunerada, o excesso de carga horária, falta de apoio familiar, falta de compreensão dos colegas de trabalho entre outras coisas, são tantas né e sim, acho que sim acaba influenciando na minha identidade como profissional e acaba me motivando a desistir de lutar pela classe. (Professor 1)*
>
> *A necessidade de estar sempre inovando na busca de melhorar a minha prática pedagógica, isso de estar sempre sendo avaliado, o medo da incapacidade, e não! Esses dilemas não interferem na minha identidade porque eu tenho um foco a seguir, tenho um autocontrole e tento não deixar que isso me afete ou prejudique minha pratica docente. (Professor 2)*
>
> *Os dilemas que encontro é a falta de materiais didáticos na escola em que atuo e também a falta de compromisso por parte das famílias com a escola dos seus filhos, mas estes dilemas não interferem na minha vida profissional sabe, pois eu consigo ir além do planejado. (Professor 3)*
>
> *São tantos dilemas, vou começar pela falta de interesse do aluno pelo*

processo de ensino aprendizagem, falta de apoio dos governantes, e às vezes pelo corpo docente da escola, sem falar também na ausência dos pais, sim sinto que isso me afeta, acaba interferindo na maneira em que exerço minha profissão. (Professor 4)

A falta de estrutura familiar, o desinteresse dos alunos, falta de limites, perca de valores, tudo isso interfere sim na minha prática como docente. (Professor 5)

Olha nos dias atuais enfrentamos muitos problemas na educação como a falta de apoios da família, sistema com cobrança fora da realidade de nossos alunos, cursos de capacitação que não condiz com a nossa realidade. Procuro adequar para que isso não interfira na minha identidade profissional. (Professor 6)

Falta de interesse por parte dos educandos, elevado número de alunos infrequentes, a falta de participação na vida escolar do aluno por parte da família, mesmo que indiretamente acabam sim interferindo negativamente na minha prática. (Professor 7)

Olha para mim é a falta de disciplina de alguns alunos, a falta de apoio de alguns pais, a desvalorização salarial, mas não interfere na minha identidade profissional, pois foi a profissão que escolhi. (Professor 8)

A falta de interação da família com a escola, sem a colaboração da família na maioria das vezes interfere no processo ensino aprendizagem, com certeza interfere e até muitas vezes me sinto frustrada na minha prática profissional. (Professor 9)

A falta de investimento na educação, a falta de material escolar e cursos de aperfeiçoamento, a indisciplina, portanto não deixam de interferir. (Professor 10)

Observamos aqui que os dilemas enfrentados pelos professores como: a falta de apoio familiar no processo de formação do aluno, o desprestígio à profissão docente, baixo salário, a escassez do material escolar por parte do governo**,** formação continuada facilitada, a estrutura familiar entre outros, têm sido motivo de descrença com a profissão. A realidade vivenciada pelos professores no exercício da docência, as dificuldades enfrentadas nas instituições não tem sido as melhores e sonhadas por eles. Se manter motivado em tais circunstâncias se torna muito difícil.

E prosseguindo com as entrevistas indagamos como os professores percebem a sua preparação no âmbito da formação/profissão. Sabendo dos desafios que a profissão de docente a todo instante oferece, o professor deve realizar cursos de especialização e, consequentemente, participar de seminários, congressos, fóruns e palestras voltados para sua área de atuação profissional, visando a incrementar seus conhecimentos profissionais, a fim

de competir em igualdade de condições com os demais profissionais em um mercado de trabalho globalizado e competitivo.

Quando foi perguntado como os professores percebem a sua preparação no âmbito da formação/profissão? Obtivemos as seguintes respostas:

> *Me sinto preparada, sei que o professor tem um papel fundamental na vida do aluno, com as mudanças constantes nas formas de aprender e ensinar, devemos dialogar com a nova realidade da sala de aula, atuando como mediadores e designers de aprendizagem e eu sinto que faço isso.(Professor 1)*
>
> *Estou e me sinto preparada com os cursos que adquiri, mas nem por isso deixo de procurar me aperfeiçoar, professor é isso, estar em busca do novo e inovar sempre. (Professor 2)*
>
> *Eu acredito que é com o tempo que vamos nos moldando, e assim buscando estar mais presente na busca do conhecimento para poder melhorar cada vez mais. (Professor 3)*
>
> *Percebo com bastante entusiasmo, apesar das dificuldades que eu enfrento no dia a dia, mesmo assim, não posso ver como barreiras para exercer minha função. (Professor 4)*
>
> *Percebo uma mudança muito rápida da sociedade, que muitas vezes não são acompanhadas no âmbito da nossa formação e consequentemente da profissão, então sinto que não estou totalmente preparada. (Professor 5)*
> *Sempre procuro dar o melhor de mim pois é preciso formar cidadãos conscientes. (Professor 6)*
>
> *Me sinto muito bem preparada, porém existem situações inesperadas que podem fugir do controle de qualquer profissional. (Professor 7)*
>
> *Tenho boa preparação que consegui através de cursos de aperfeiçoamento. (Professor 8)*
>
> *A formação quase sempre é teórica e a prática com o aluno na sala, na escola difere muitas vezes do que se ensina na teoria e então a gente nunca está totalmente preparada. (Professor 9)*
>
> *Há vinte e oito anos lecionando, percebo que a experiência é essencial para exercer um bom trabalho. (Professor 10)*

As exigências no âmbito da formação na modernidade são muitas, e os professores não se veem realmente preparados, pois em sua formação não os ensinaram a lidar com tantas dificuldades apresentadas no cotidiano escolar, a realidade vivenciada pelos professores no cenário atual e o desprestígio da profissão, como nos diz Codo (1999, p.31) “ensinaram-lhe Piaget, cobraram-lhe Piaget; e lhes deram a tarefa de administrar a vida toda, de todos nós”. Podemos perceber melhor isto na fala do professor entrevistado n° 9 que diz “a formação

quase sempre é teórica e a prática com o aluno na sala, na escola difere muitas vezes do que se ensina na teoria e então a gente nunca está totalmente preparada".

Em relação a esta opinião, Nóvoa (1992), completa:

> Em sua caminhada e na busca por formação, o professor deve ser capaz de perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e as relações sociais, políticas, econômicas, psicológicas, históricas, culturais, entre outras, em meio ao qual o processo educacional ocorre. Tornando-se assim, capaz de com suas ações atuar como agente de transformações nessa realidade a qual faz parte, assumindo o seu papel social e o seu compromisso com a sociedade. (NÓVOA, 1992. p.67),

Na afirmação do autor analisamos os relatos dos professores e destacamos o desejo dos mesmos em estar preparados para dialogar com a nova realidade da sala de aula, como também a preocupação em aliar a teoria à prática, inovar sempre, enfrentar os novos desafios da profissão, sendo capaz de contribuir através de suas ações o espaço educacional da sociedade local.

O ensino atual deve sempre ser voltado para atender o aluno do XXI, ou seja, um ensino que eduque jovens e adultos, com qualidade, superando os efeitos perversos das retenções e evasões, propiciando-lhes um desenvolvimento cultural que lhes assegure condições para fazerem frente às exigências do mundo contemporâneo, num contínuo processo de construção/reconstrução da identidade do aluno. E dando sequencia as entrevistas perguntamos: Em sua opinião, qual é a contribuição do professor no processo de construção de identidade dos alunos?

> *O papel do professor é socializar o conhecimento, onde o professor é transmissor de normas e valores que norteiam e preparam o aluno para viver em coletividade. (Professor 1)*
>
> *Em muitos casos quase que total, sabemos que as crianças deviam chegar pelo menos com educação de berço, em muitos casos, nem isso. Somos responsáveis em formar cidadãos conscientes e críticos. (Professor 2)*
>
> *Para mim o professor tem um papel muito importante na vida desse ser, tenho que estar sempre preparada para esta missão, o professor contribui para a formação do caráter do educando. (Professor 3)*
>
> *O professor contribui com o ensino aprendizagem levando o aluno a buscar sua identidade na construção do conhecimento. (Professor 4)*
>
> *Compreender as diferenças existentes dentro da sala de aula, para que seja incorporada pelas crianças a atitude de aceitação do outro em suas diferenças e particularidades. (Professor 5)*

> *Creio que o professor é o espelho para seus alunos, tanto na sala de aula como fora. Por isso precisa ter cuidado com sua postura no dia a dia. (Professor 6)*
>
> *O professor representa papel principal nessa formação, ele é visto como um modelo a ser seguido, é como se eles se espelhassem no professor sabe, eles o tem como inspiração. (Professor 7)*
>
> *O relacionamento entre professor e aluno é de fundamental importância na forma de como o aluno se vê perante o mundo e vê o mundo perante ele. (Professor 8)*
>
> *Com a transferência da personalidade da educação para a escola, geralmente cabe a nós professores fazer esse processo de identidade. (Professor 9)*
>
> *A postura do professor contribui muito para o aprendizado do aluno. A maneira de conduzir as aulas pode deixar marcas que serão decisivas na maneira de agir e enxergar o mundo. (Professor 10)*

De acordo com os relatos dos professores, em síntese, dizemos que o professor é um profissional do humano que ajuda o desenvolvimento pessoal/intersubjetivo do aluno; um facilitador do acesso do aluno ao conhecimento.

A este respeito, Delors, (2003, p.157) afirma que, "os professores têm uma grande força e ela reside no exemplo que dão" eles devem deixar que os alunos manifestem sua curiosidade, estar sempre abertos, prontos a se sujeitar as suas hipóteses e não deixar de reconhecer seus próprios erros, o professor é como um espelho para seus alunos. Ele tem um papel muito importante na construção da identidade do educando, ele ajuda-o a ocupar seu lugar no meio social, pois sem educação o sujeito vive a margem da sociedade sem conhecer seus direitos.

O professor contemporâneo sente o peso dessa sobrecarga depositada sobre o seu fazer docente, que precisa dar resposta emergente do seu trabalho no compasso acelerado da sociedade que aguarda dos "lócus" escola devolver à sociedade cidadãos que compreendam que enquanto sujeitos situados em um determinado momento histórico precisam ser educados para compreender o mundo, buscando assim, despertar a sua consciência própria. Nota-se na fala dos entrevistados o importante papel do professor na vida do aluno, tornando-se cada vez mais um profissional comprometido no processo de formação da identidade dos alunos. Entendemos na visão dos professores que: ser professor é mais do que ensinar fórmulas e técnicas, é também educar, desenvolver. A esse respeito, Nóvoa, (1992, p. 24) diz que "não devemos confundir formar e forma-se". Formar significa gente pensante, com senso crítico aguçado capaz de perceber e combater as injustiças, que lute por seus direitos e tenha

consciência social para argumentar criticamente.

Quando perguntados sobre quais são os aspectos relacionados ao contexto social que podem afetar seu trabalho docente, os professores responderam falando de suas emoções, preocupações e frustações. No cotidiano da escola os aspectos relacionados ao contexto social, como indisciplina, sobrecarga de trabalho, falta de apoio da família e da escola, falta de reconhecimento no âmbito do trabalho e baixa remuneração, causam em você insatisfação em relação ao seu trabalho como professor?

> *Na maioria das vezes sim, evidentemente que todos nos queremos reconhecimento, almejamos ser respeitados profissionalmente, ter bons salários, sermos requisitados, admirados e deixarmos um legado que as pessoas possam sentir orgulho de nós. (Professor 1)*
>
> *Sim, me sinto frustrada e desmotivada, mas sei que preciso ser autoconfiante e fazer o melhor com meu ofício e o meu reconhecimento na verdade vem do próprio aluno, quando ele é capaz de mostrar um sorriso de satisfação por conseguir avançar cada vez mais. (Professor 2)*
>
> *Alguns sim, por exemplo, a escola e a família devem andar juntas e se isso não. Acontece quem vai perder é o aluno, e se o aluno perde a família perde e a escola também né. (Professor 3)*
>
> *Acredito que não, a falta de apoio da família interfere na aprendizagem dos educandos e o educador não olhar pela remuneração e sim ao amor a profissão. (Professor 4)*
>
> *Não, gosto muito de ser professora, vejo que neste mundo corrido em que vivemos o ato de ensinar-me trás muita satisfação, e me considero como se fosse mais um tijolo no processo ensino aprendizagem. (Professor 5)*
>
> *As vezes, pois nem sempre consigo concretizar algum projeto que acho que enriqueceria o conhecimento dos alunos, por falta de apoio tanto da família ou da escola por falta de recursos deixa de funcionar como deveria. A indisciplina também é um grande problema, os alunos pensam que tudo pode e a gente não tem direito e acaba deixando a desejar. (Professor entrevistado 6)*
>
> *Sim, principalmente quando planejo alguma ação e a falta de recursos financeiros da escola me impedem de realizá-los. (Professor 7)*
> *Todos estes aspectos me causam insatisfação sim, mas não interferem no meu desempenho como profissional. (Professor 8)*
>
> *Sim, pois o reconhecimento financeiro ou não faz muita diferença em relação ao trabalho, bem como a carga horária, se fosse bem remunerada eu poderia disponibilizaria mais tempo em apenas uma sala de aula, acho que isso me causaria menos estresse e até mesmo doenças causadas por ele. (Professor 9)*
>
> *Sinto uma enorme preocupação com relação à escola transferência de responsabilidades, tanto por parte da família como pelos governantes. Essa*

sobrecarga não deixa de me desmotivar. (Professor 10)

Como podemos perceber através dos entrevistados, ser professor não é uma tarefa fácil, os desafios são diários e constantes, apesar disso, o professor cada vez mais se afasta do seu objetivo, ensinar. São problemas com indisciplina gerados por motivos múltiplos, a falta de interesse alimentado por políticas educacionais e sociais equivocadas, a estrutura física nas escolas e por aí vai. Entretanto, acomodar-se pode ser uma decisão de alto risco, entre outras consequências à saúde. Entre vários desafios citados pelos professores buscamos destacar a fala do professor nº 1 que diz "nos queremos reconhecimento, sermos admirados e deixarmos um legado que as pessoas possam sentir orgulho de nós.". O professor almeja ser visto como um profissional que através da educação e do ensino possa ousar modificar histórias de vida.

O docente como referencial de grande valor na vida de inúmeros alunos, desejam ser lembrados como "o professor" que contribuiu na ampliação do seu conhecimento e no seu amadurecimento como pessoa. Por isso é necessário o professor ter cuidado com seu equilíbrio afetivo sentir-se motivado na trajetória profissional.

Ao perguntar: você se sente motivado/desmotivado pela forma como é organizado o sistema educacional, e a escola como instituição pública de prestação de serviços e como local de trabalho. Vejamos o que responderam os entrevistados:

> *Sim me sinto desmotivada, principalmente em relação às políticas públicas, as metas educacionais a serem cumpridas e acabam sendo deixadas de lado e acaba afetando as nossas escolas onde a falta de verba complica uma educação de qualidade. (Professor 1)*
>
> *Eu sou um pouco desmotivada, no sentido da "não" reprovação, eu acredito que o aluno fica muito sem compromisso com o ensino, desinteresse em aprender e com isso gera indisciplina, desrespeito com o professor. (Professor 2)*
>
> *Eu me sinto desmotivada com a organização do sistema educacional, porem isso não é um empecilho para que eu consiga realizar ou dar o meu melhor, só depende de mim. (Professor 3)*
>
> *Sim me sinto desmotivada, o sistema não tem nos valorizado como merecemos, a cada dia são nos retirados os direitos adquiridos. (Professor 4)*
> *Desmotivada, vejo que o sistema educacional poderia dar mais suporte as escolas e consequentemente a prestação de serviços seria melhor, portanto melhorando assim o local de trabalho. (Professor5)*
>
> *Muitas vezes desmotivada, creio que o sistema educacional precisa repensar com mais interesse em uma educação de qualidade dentro da realidade em que vivemos. (Professor 6)*

> *Desmotivada, a escola hoje deixou de ser aquele ambiente que era quando estudei hoje na escola o professor é só mais um profissional desvalorizado pelo sistema educacional. (Professor 7)*
>
> *Em parte. Assim... É muita cobrança e pouco apoio. (Professor entrevistado 8)*
>
> *Me sinto desmotivada, mas eu amo muito minha profissão, eu penso que não devo ficar presa a isso para não acabar interferindo na minha forma de trabalhar. (Professor 9)*
>
> *Totalmente desmotivada, pois a cada dia dificultam mais o nosso trabalho e oferecem menos recursos. (Professor 10)*

Os professores demonstraram-se insatisfeitos com as políticas públicas, e são muito cobrados, além do mais a escola muitas vezes não tem sido um ambiente acolhedor, o desrespeito com o docente, a falta de reprovações que se fazem necessárias deixam os alunos sem compromisso e indisciplinados. Foi citado também que os recursos oferecidos são poucos, o que dificulta em grande parte o seu trabalho, e sugerem que o sistema educacional repense com maior interesse as realidades vivenciadas na educação buscando uma educação de qualidade. Um fator muito importante e que também interfere na motivação dos professores são as relações interpessoais vividas por eles em seu ambiente de trabalho, sobre isto perguntamos aos entrevistados: A qualidade das relações interpessoais no ambiente de trabalho interfere na sua motivação/desmotivação em relação à profissão docente**?** Vejamos abaixo o que responderam os professores entrevistados:

> *Interfere, isto depende muito da equipe de trabalho, do gestor, onde juntos a escola caminha por um único objetivo uma educação adequada de qualidade quando não há união o fracasso é garantido. (Professor 1)*
>
> *Interfere sim, em parte, tanto o professor, aluno e todo o pessoal da escola precisa de um ambiente tranquilo e harmonioso, para um bom desempenho, e poder corresponder às expectativas esperadas por todos. (Professor 2)*
> *Não, acho que devemos buscar sempre estar de bem com a vida e com todos. (Professor 3)*
>
> *Não, cada profissional executa sua função de diferentes maneiras, precisamos saber lidar e aprender com situações que ocorrem. (Professor 4)*
> *Não interfere, a minha profissão de docente eu escolhi com muito carinho e responsabilidade, e tenho essa profissão como parte fundamental para minha vida. (Professor 5)*
>
> *Às vezes, mas procuro trabalhar diferenciado com meus alunos para não deixar os problemas atingi-los. (Professor 6)*

> *Não, costumo fazer o meu trabalho sem me preocupar com o que o outro pensa se é bom procuro desenvolver independente das críticas. (Professor 7)*
>
> *Em parte, pois um ambiente de trabalho agradável sempre colabora para a motivação. (Professor 8)*
>
> *Não, temos que usar da ética profissional para que as relações interpessoais não interfiram, mesmo que elas não condizem com as nossas expectativas. (Professor 9)*
>
> *Uma equipe unida pensa e trabalha melhor, mas se isso não é possível faço o que está ao meu alcance, de acordo com minhas condições. (Professor 10)*

As relações interpessoais no ambiente de trabalho interferem profundamente na motivação/desmotivação desse profissional, pois quando o relacionamento com diretores, professores, alunos e demais colegas não condizem com as expectativas e representações elas afetam o seu grau de envolvimento com a sua prática e a sua realização profissional, assim o professor assume uma postura defensiva e tenta restringir ao máximo este convívio é o que se pode ver na fala do professor n° 7 que diz "costumo fazer o meu trabalho sem me preocupar com o que o outro pensa se é bom procuro desenvolver independente das críticas". Restringem o convívio para não se deixar atingir.

No cotidiano escolar, entendemos que o educador não deve ser indiferente e exercer sua prática de maneira responsável e consciente do seu papel formador na vida do educando, educar é uma tarefa muito especial, um ato mágico, percebemos que há muitos professores que demonstram uma frieza emocional em suas ações de cuidar e educar, aparentam estarem desiludidos com a profissão, exercem a atividade docente de maneira desconfortável, e não raro aparentam exercer a docência de maneira solitária, o desencanto com a profissão parece não estar apenas em seu discurso, mas também em sua prática. E para encerrar a entrevista perguntamos aos professores:

Como você se vê como profissional em relação à questão do encantamento pela arte de ensinar e ser professor? Quais os fatores você atribui como significativos à sua prática docente e que são incentivadores ao encantamento do professor?

> *Me sinto encantada, é necessário que o professor esteja sempre interagindo com o que se passa no mundo e se mantenha atualizado em relação as inovações da sociedade, da cultura, da ciência, da politica e da essência da vida e é maravilhoso poder ensinar tudo isso para os alunos. (Professor 1)*
>
> *Sou apaixonada pelo que faço, ensinar é construir uma escultura de muito valor e com muitos desafios enfrentados, esta vai ganhando uma forma que*

me engrandece por ter feito um ótimo trabalho, é uma sensação de alivio pelo dever cumprido. (Professor 2)

Eu me sinto bem, gosto do que faço e acredito que quando eu faço bem feito posso contar com todos ao meu redor. Acredito que não é como eu faço, mas sim do jeito diferenciado de buscar coisas para aprimorar os meus conhecimentos que vai me fazer uma profissional melhor e mais encantada com a minha profissão. (Professor 3)

Como educadora que sou com vinte e três anos de carreira, já trabalhei com todos os anos do ensino fundamental e nos três últimos anos com o quinto ano, sou encantada pela arte de ensinar e aprender buscando e inovando a cada dia, acredito que é bem significativo o meu crescimento profissional com ética e gosto pela profissão. (Professor 4)

Vejo que a arte de ensinar não como uma obrigação, é significativo para mim o aluno me ver como oportunidade de ajudar ele a ser alguém melhor. (Professor 5)

Hoje posso dizer que sou uma profissional realizada com meu trabalho, procuro ensinar com responsabilidade para incentivar meus alunos aos estudos. E o que mais me encanta e ver o desenvolvimento bem-sucedido de um aluno. (Professor 6)

Posso dizer que ainda sou encantada pela arte de ensinar e aprender, me sinto realizada de ver os frutos do meu trabalho serem colhidos pelos meus alunos, eles são minha maior motivação. (Professor 7)

Me vejo apesar dos pesares amando o que eu faço. Observar o bom desempenho dos alunos me faz querer sempre bons resultados. (Professor 8)

Me vejo como formadora de opiniões, transfiro o meu saber e o aprender mesmo tempo, e ao transferir passo ao aluno o meu encanto pela profissão e os fatores que contribuem para a minha prática foi o amor pela profissão a mim passada pelos professores que tive. (Professor 9)

Preparo minhas aulas como se fossem as primeiras da minha profissão, não posso perder esse encantamento, pois é o que me faz sentir fortalecida na função de ensinar e transmitir conhecimento. (Professor 10)

A profissão docente não é como outra qualquer, é uma profissão de grandes sacrifícios e poucos reconhecimentos, é um trabalho pesado, que em muitas vezes não acaba no fim de um dia de aulas, uma profissão de poucas recompensas, mas para um verdadeiro educador a vontade de continuar na profissão é um sentimento maior. A vontade de realizar e o sentimento de certeza que vai conseguir, de que pode doar muito mais ainda de si para a educação.

O educador jamais deve esquecer que tem um nome, uma história, uma memória, deve sempre lutar contra as formas de domínio que o fazem perder sua dignidade, sua identidade e o

seu encanto com a profissão como nos diz Cury "não se cale sobre sua história, transmita suas experiências de vida. As informações são arquivadas na memória, as experiências são cravadas no coração" (CURY, 2003, p.74).

4. Considerações finais

A partir das informações levantadas verificamos que os professores têm vivenciado muitos desafios e emoções no exercício da docência na contemporaneidade tais como desvalorização profissional por parte do governo e sociedade, descaso por parte dos alunos e dos pais dos alunos e até por parte do próprio professor, como se já não bastasse o salário é um dos principais motivos da sua insatisfação o que interfere no seu encanto/desencanto com a profissão.

A preocupação dos professores é constante na sua formação, por ser esta profissão; uma missão de contribuir na formação do caráter do educando e consequentemente na sua identidade.

Com este estudo foi possível perceber que o encantamento dos professores entrevistados está ligado ao aluno, este tem papel principal no cenário educativo, como nos é explicitado por Codo,

> Um educador , quando consegue, com uma conversa ao pé do ouvido, transformar rebeldia em desafio, quando através das letras consegue transformar vergonha em orgulho, impossibilidade em desafio, anomia em história, é efetivamente um Deus. (CODO, 1999, p. 416)

Muitos professores se encantam cada dia mais pela profissão quando percebem que o seu trabalho é uma atividade de construir um projeto para o outro, quando ele percebe que pode transformar o seu aluno a sua imagem e semelhança.

Percebemos também com esta análise que muitos professores ainda não se sentem confortáveis para falar abertamente das agruras vivenciadas no dia a dia da prática docente. Consideramos por encerrada esta pesquisa e deixamos caminhos para quem queira pesquisar sobre o assunto.

Diante de todo o exposto, é imprescindível o estudo do encanto/desencanto na profissão docente para que estejamos cientes que as pessoas são diferentes, portanto o que satisfaz altamente a um docente, pode não conseguir satisfazer completamente a outro.

5. Referências

AGUIAR, Maria de Lourdes Ferreira. O processo (des)motivacional dos professores das escolas públicas estaduais com ensino fundamental II/médio da zona urbana de João Pinheiro-MG nos anos de 2012 a 2013 na ambiência educacional. **Altus Ciência revista acadêmica multidisciplinar da faculdade cidade de João Pinheiro – FCJP.** João Pinheiro, v.2. n° 2, p. 325-359, 2014.

ALVES, Rubem. **A Alegria de Ensinar**. 3. ed. ARS Poética Editora LTDA, 1994.

_____, Rubem. **Conversas om quem gosta de ensinar**: (+ qualidade total na educação), 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

BOHRER, Mirian Pereira. **Mal-estar docente**: estressores e coping em professores de ciências. Rio Grande, 2013, 101 p. (dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande – FURG, para obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências). Disponível em < http://repositorio.furg.br/handle/1/4802> acesso em 24 de abril de 2017.

CASTELLS, Manuel. Trad. Klauss Brandini Gerharde. **O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino, DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CODO, Wanderley. **Educação: Carinho e Trabalho**: Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar a falência da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CURY, Augusto Jorge, **Pais brilhantes, professores fascinantes**: a educação de nossos sonhos formando jovens felizes e inteligentes. Rio de Janeiro: Sextante. 2003.
DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. 8. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC: Unesco, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa, 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Júlio Cesar. **Aprendizagem Significativa**: modalidades de aprendizagem e o papel do professor. 1. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho**: ensinar-e-aprender com sentido. São Paulo: Grubhas, 2003.

GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GERHARDT, Tatiana Engel, SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras); **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em < http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> acesso em 02 de junho de

2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
HALL, Stuart. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAPO, Flavinês Rebolo, BUENO, Belmira Oliveira. **Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério.** Cadernos de pesquisa, n. 118, p. 65-88, março/2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16830.pdf> acesso em 24 de abril de 2017.

MARIANO, Rosângela Gomes. **Análise da satisfação dos serviços prestados, sob a percepção dos clientes: um estudo de caso em uma empresa prestadora de serviços contábeis localizada na cidade de João Pinheiro/MG no ano de 2012.** João Pinheiro, 2012, 67 p. (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP, para obtenção do título de Bacharel em Administração).

NÓVOA, A. **Profissão Professor**. 2 Ed. Porto: Porto Editorial, 1992.

_____.**Os professores e suas histórias de vida**. In: Nóvoa, A. *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora. (2000).

SILVA, Tomaz Tadeu da (organizador). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

VEIGA, Ilma Passos **A. Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas: Papirus, 2008.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

EDUCAÇÃO FÍSICA E OS PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Eliana da C. M. Vinha*

Resumo: Os paradigmas da exclusão, da segregação e da integração, ao longo dos históricos sociais, vêm sofrendo mudanças e influenciando atitudes, costumes e hábitos de vida diária de pessoas com desenvolvimento típico e atípico. Compreender o panorama de atendimento às pessoas com deficiência no campo da Educação Física, relacionar os tipos de tratamentos oferecidos às pessoas com deficiência com aspectos histórico-sociais e identificar os paradigmas histórico-sociais (exclusão, segregação e integração) de atendimento às pessoas com desenvolvimento atípico. Este estudo foi realizado por meio de revisão bibliográfica fundamentada em livros e artigos nas bases de dados Scielo, no período de 2006 a 2016. O paradigma da inclusão é o tipo de atendimento que vem sendo oferecido às pessoas com alguma deficiência ou desenvolvimento atípico. Apesar de que ainda exista a segregação, principalmente no âmbito educacional, inúmeras barreiras arquitetônicas e atitudinais, este paradigma tem contribuído para que a pessoa com desenvolvimento atípico possa viver com a maior autonomia possível. Quanto mais o significado da inclusão for debatido, demonstrado para ser reconhecido, mais as instituições (escolas, comércios, indústrias, cidades dentre outros) e as pessoas com desenvolvimento típico terão condições de refletir e conscientizar para aceitar e compreender a diversidade humana de modo global. Por mais que seja uma temática atual ainda está envolta em preconceito e descaso tanto por parte dos governos e da sociedade, por isso requer muitos estudos nesta área.

Palavras chaves: Educação especial. Exclusão. Segregação. Integração

Abstract: The paradigms of exclusion, segregation and integration, throughout social history, have undergone changes and influence the attitudes, habits and habits of daily life of people with typical and atypical development. to understand the panorama of assistance to people with disabilities in the field of Physical Education, to relate the types of treatments offered to people with disabilities with historical and social aspects, and to identify the historical-social paradigms (exclusion, segregation and integration) of care for people with atypical development. This study was carried out through a bibliographic review based on books and articles in the Scielo databases, from 2006 to 2016. The inclusion paradigm is the kind of care that has been offered to people with a disability or atypical development. Although there is still segregation, especially in the educational field, numerous architectural and attitudinal barriers, this paradigm has contributed to the person with atypical development can live with the greatest possible autonomy. The more the meaning of inclusion is debated, demonstrated to be recognized, the more institutions (schools, businesses, industries, cities, among others) and people with typical development will be able to reflect and raise awareness to accept and understand human diversity globally . Although it is a current theme, it is still surrounded by

* Fisioterapeuta, Bióloga e Bacharelanda em Educação Física. Professora da Faculdade Cidade de João Pinheiro. – FCJP. E-mail: elianafisio@gmail.com

prejudice and neglect on the part of governments and society, and therefore requires many studies in this area.

Keywords: Special education. Exclusion. Segregation. Integration

1. INTRODUÇÃO

Em todos os ambientes sociais é passível encontrar pessoas com algum desenvolvimento atípico, não somente relacionada à prática de atividade física, refere-se também à acessibilidade, seja ela nas vias urbana, residencial ou comercial, tanto público quanto privado.

Rechineli, Porto e Moreira (2008, p. 294) relatam que "desde o início da história da humanidade, os tipos de comportamento em relação às pessoas com deficiências eram de eliminação, destruição e menosprezo, caracterizados pelos corpos e suas marcas". Assim os paradigmas históricos sociais da exclusão, da segregação e da integração datam desde que o homem apresentou algum tipo de deficiência.

Para Chereguini (2016, p. 118) "ao se pensar em Educação Física sob a perspectiva da Educação Inclusiva, em contexto de atendimento individualizado ou coletivo" é importante pensar nos objetivos que se quer com seu aluno, porém é necessário pensar nos objetivos individuais conforme as características de desenvolvimento que cada um apresenta.

Esta pesquisa tem por objetivo compreender o panorama de atendimento às pessoas com deficiência no campo da Educação Física, relacionar os tipos de tratamentos oferecidos às pessoas com deficiência com aspectos histórico-sociais e identificar os paradigmas histórico-sociais (exclusão, segregação e integração) de atendimento às pessoas com desenvolvimento atípico.

Ao traçar as estratégias de pesquisa foi necessário questionar: o que caracterizam os paradigmas histórico-sociais da exclusão, da segregação e da integração que influenciam as atitudes, costumes e hábitos cotidianos? Quais as principais características do paradigma histórico-social da inclusão? Quais as perspectivas atuais de atendimento às pessoas com desenvolvimento atípico no campo da Educação Física? Como é realizado o atendimento às pessoas com desenvolvimento atípico?

Baseando nos acontecimentos históricos nota-se a evolução desde um período em que a vida humana não era valorizada, para outro em que o avanço medicinal, educacional e tecnológico mostra a preocupação do ser humano em transformar a realidade daqueles que necessitam. São as barreiras atitudinais sendo quebradas em detrimento do desenvolvimento

humano.

Neste sentido é relevante adquirir conhecimentos e repassá-los para que acadêmicos, profissionais e sociedade reflitam sobre o atendimento e convivência com as diversas deficiências das pessoas, especialmente as deficiências físicas.

Este estudo foi realizado por meio de revisão bibliográfica fundamentada em livros e artigos nas bases de dados Scielo, no período de 2006 a 2016.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste trabalho serão utilizados os termos pessoas com desenvolvimento típico (indicando pessoas sem nenhum tipo de deficiência física, intelectual, visual ou auditiva) e pessoas com desenvolvimento atípico (indicando algum tipo de deficiência).

Os paradigmas da exclusão, da segregação e da integração, ao longo dos históricos sociais, vêm sofrendo mudanças e influenciando atitudes, costumes e hábitos de vida diária de pessoas com desenvolvimento típico e atípico.

2.1 Paradigma histórico-social da exclusão

Segundo Chereguini (2016, p. 29) “o paradigma da exclusão é também conhecido como fase da negligência, e a sua característica mais marcante é a ausência de atendimento”, ou seja, a pessoa com desenvolvimento atípico era excluída de qualquer convívio social e não possuía nenhum tipo de atendimento relacionado à saúde e educação. Esta fase remonta na Antiguidade e no período pré-cristão. Na Grécia antiga, quando se valorizava a beleza e força física, qualquer tipo de deficiência ou perda de uma parte do corpo era inaceitável.

Na Antiguidade, nota-se a negligência às pessoas “com algum tipo de deficiência ou com alguma característica social ou de comunicação”, neste sentido a deficiência justificava e legitima o abandono até a morte, além de perseguições cruéis até a morte (Idem, 2016, p. 30). Atrelados à este quadro ainda havia os fatores que permitia somente a nobreza ter ascensão social, política e econômica. Dessa forma os demais cidadãos eram negligenciados, os deficientes eram os mais atingidos (RECHINELI; PORTO; MOREIRA, 2008).

2.2. Paradigma histórico-social da segregação

Já o paradigma da segregação, conforme Chereguini (2016, p. 32-33) se dá pela **"**separação, marginalização, distanciamento e isolamento" próprios da época vigente quando a Igreja atribuía a deficiência à divindade, ao pecado, à desarmonia do corpo, a causas sobrenaturais ou possuídos por demônios. Sendo assim as pessoas deficientes eram punidas pela amputação de algum segmento corporal ou eram associados às bruxarias. A característica predominante nesta época era separar as pessoas "anormais" das "normais".

Este paradigma, remota o período histórico da Idade Média e parte da Idade Moderna, recebendo influência das concepções religiosas e o início dos estudos das ciências. Neste período inicia um lento movimento para o acolhimento dessas pessoas. Envolvidos pela crença religiosa, como forma de praticar a caridade, essas pessoas que viviam à margem da sociedade e, na tentativa de evitar que contaminassem outras pessoas, foram então criados orfanatos, manicômios, prisões e outros tipos de instituições estatais. Esse caráter assistencialista à pessoa com deficiência tinha como objetivo a "salvação da alma" com fins divinos, surgindo então, as Santas Casas de Misericórdia (CHEREGUINI, 2016).

Santos e Souza (2011) relatam que no final do século XIV e XVI, com os primeiros avanços da Ciência no período renascentista, à deficiência vista como algo "sobrenatural" começa a ser substituída pela compreensão da deficiência como doença, embora as pessoas com desenvolvimento atípico ainda continuassem a serem segregadas em instituições por serem uma ameaça e colocar em risco a saúde e a ordem da sociedade. Somente no final do século XVIII sinalizava os primeiros formatos de atendimento humanitário às pessoas com deficiência, um dos exemplos refere-se à modificação da estrutura dos hospitais psiquiátricos. Já no século XIX iniciou um método sistematizado de ensino para pessoas com deficiência intelectual e social.

Após a Segunda Guerra Mundial, soldados voltavam mutilados e debilitados, houve uma expansão de instituições especializadas, para promoção da saúde, recuperação motora e lazer. Esses acontecimentos possibilitaram a aproximação social, seja por conscientização e/ou sensibilização, acerca das diferenças entre os atendimentos voltados às pessoas com desenvolvimento típico e atípico (RECHINELI; PORTO; MOREIRA, 2008).

2.3. Paradigma histórico-social da integração

Para Moreira (2006, p 391) **"**a palavra 'integração' deriva do latim integrare, do adjetivo integer, que originalmente significava intacto, não tocado, ou íntegro". Nesta reflexão, sobre o paradigma histórico-social da integração para a população social, entende-se como

característica do ser íntegro as igualdades de oportunidades e respeito às necessidades de cada um.

Em relação ao paradigma da integração, Chereguini (2016, p. 38), definir como sendo a oportunidade de todas as pessoas envolvidas (com desenvolvimento típico e atípico) viverem em um "ambiente comum à igualdade de oportunidades, nos mais variados âmbitos de atendimento possíveis: esportivo, educacional, recreacional, do transporte público, trabalho e outros". Este paradigma teve origem em alguns países da Europa e nos Estados Unidos da América – EUA, a partir de 1960.

Trabalhar este paradigma no contexto escolar, impulsionado por movimentos sociais e leis que davam algumas pessoas com deficiência os mesmos direitos de acesso a locais públicos e atendimento social e educacional que as pessoas com desenvolvimento típico, pareceu ser a melhor forma de integrar as pessoas com desenvolvimento atípico na sociedade.

Vale ressaltar a importância da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, em 1975, como um marco legal de início desse paradigma. Para Mendes (2006, p. 388) a década de 1960 "apontava um avanço científico representado tanto pela comprovação das potencialidades educacionais dos portadores de deficiências quanto pelo criticismo científico direcionado aos serviços educacional existente" tanto público privado e serviços coletivos.

Porém, conforme Chereguini (2016, p. 37) o paradigma da integração foi incorporado de fato, social e educacional, a partir da Constituição Federal de 1988, onde trata como um dos seus objetivos "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". Neste contexto a legislação prevê a educação como um direito de todas as pessoas e estabelece condições igualitárias para o acesso e a permanência na escola. Cabe ao Estado oferecer atendimento educacional especializado – AEE, de preferência na rede regular de ensino.

Uma vez a pessoa com desenvolvimento atípico esteja ingressada no ambiente escolar, as condições de atendimento e o tradicional sistema de ensino permitiam apenas que os alunos fossem inseridos (integrados) no ambiente comum, ou seja, a deficiência continuava restrita às classes especiais. O processo de integração social e educacional das pessoas com desenvolvimento atípico via determinações legais não foi adequadamente acompanhado de formação profissional condizente à este público, de falta de suporte estrutural e pedagógico além das políticas de incentivo à educação (SANTOS; SOUZA, 2011).

Moreira (2006) diz que a integração escolar não poderia ser concebida como uma

questão definitiva, mas sim como um processo em diversos níveis, através dos quais o sistema educacional seria responsável por prover os meios mais adequados para atender as necessidades dos alunos. e que melhor favorecesse o seu desenvolvimento em determinado momento e contexto. Nessa fase o pressupõe-se que as pessoas com deficiências tenham o direito de conviver socialmente, porém deveriam estar preparadas em função de suas peculiaridades para assumir papéis na sociedade.

3. RELATOS DOS PARADIGMAS HISTÓRICO-SOCIAIS E OS ATENDIMENTOS NA ATUALIDADE

3.1. Paradigma histórico-social da exclusão

O paradigma da exclusão marque a época da Antiguidade, porém no mundo contemporâneo, ainda há inúmeras pessoas em condição de exclusão em diversos âmbitos de atendimento (neste caso, ausência de atendimento), como, por exemplo, social, recreacional, esportivo, escolar, cultural e da saúde.

É possível verificar que há pessoas em condição de exclusão esportiva e no lazer, por exemplo. Considerando esta situação, uma criança com atraso no desenvolvimento da comunicação e que apresenta comportamentos agressivos provavelmente, tem dificuldade ou não tem acesso a clubes esportivos, academias, escolinhas de iniciação esportiva e, às vezes, isso não ocorre nem dentro de centros de atendimento especializado (MANTOAN, 2003).

3.2. Paradigma histórico-social da segregação

Pode-se citar como exemplo, historicamente a Instituição de "surdos-mudos", fundada em 1770 por Charles M. Eppée possibilitou o desenvolvimento da linguagem de sinais utilizado até hoje como uma estratégia de ensino. Outro método que vale citar é o Braile. No Brasil, em 1854, é fundado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (que passa a se chamar Instituto Benjamin Constant em 1891) e, em 1857, D. Pedro II funda o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Em 1926 é criado na cidade de Porto Alegre o Instituto Pestalozzi, então especializado em atender "deficientes mentais". Em 1950, é fundada a Associação de Assistência à Criança Defeituosa – AACD e, sete anos depois, em São Paulo, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos do Excepcional – APAE (CHEREGUINI, 2016, p. 35-

36).

Apesar de um suposto avanço, mesmo sob a influência de estudos científicos, em todas as áreas da saúde, pessoas com deficiência física e intelectual ainda sofrem com o preconceito. Embora, tenha acontecido evolução nos métodos de ensino, o fato é que há dificuldade do uso de metodologias e tecnologias para o processo ensino-aprendizagem voltadas para as pessoas com desenvolvimento atípico e também para profissionais que atuam neste segmento (RECHINELI; PORTO; MOREIRA, 2008).

3.3. Paradigma histórico-social da integração

As instituições que recebiam as pessoas com desenvolvimento atípico deixam de ser locais de confinamento e passam a ter a função de prepará-lo para o convívio em sociedade, preparando-os para o trabalho e desenvolvendo sua auto-suficiência. As diferenças entre as pessoas devem ser consideradas como possibilidades de troca de experiências e de aprendizagem independente de sua deficiência (RECHINELI; PORTO; MOREIRA, 2008).

Um exemplo deste paradigma é permitir às pessoas com desenvolvimento atípico o convívio social e educacional nos mesmos ambientes que as pessoas com desenvolvimento típico. Ás pessoas com desenvolvimento atípico é permitido o acesso aos serviços em bancos, academias de ginástica, escolas e aos recursos coletivos de transporte e de saúde de modo que ele se ajuste ao ambiente existente. Assim estas pessoas se adaptam aos padrões estéticos, sociais e intelectuais da comunidade.

Grande parte das dificuldades de acesso a atendimentos de qualidade que as pessoas com deficiência têm, no âmbito esportivo, Na educação ou no lazer, pode ser entendida como um problema construído historicamente. Muitas vezes essas condições limitadas de acesso a atendimentos de qualidade são evidentes, mas em outras são sutis (BERNARDES, 2010).

O que diferencia estas práticas sociais é a forma como foram aplicadas em cada época da história vivenciada pela sociedade e como as pessoas com desenvolvimento atípico eram consideradas, punidas, excluídas, segregadas e integradas.

Partindo da antiguidade quando a deficiência era negligenciada, passando pela Idade Média, quando a deficiência era associada ao pecado, chegando à atualidade, quando ela está relacionada à disfuncionalidade do corpo e/ou da mente.

Uma vez que o corpo/mente não funciona, o sujeito é perde o valor para o trabalho,

por exemplo, deixa de ser funcional para o mercado e as pessoas com desenvolvimento atípico sofrem à margem dos acontecimentos. Embora, no paradigma contemporâneo, tenha havido mudanças nas características da exclusão, segregação e integração, historicamente essas pessoas ainda são subestimadas e estigmatizadas.

3.4 Características do paradigma histórico-social da inclusão

Chereguini (201, p. 86) atendimento no campo da Educação Especial está inserido em um contexto multi, inter e/ou transdisciplinar. Cabe ao profissional de Educação Física "contribuir com o planejamento e a condução de exercícios físicos que possam produzir efeitos agregados a uma finalidade maior do atendimento coletivo". Esse atendimento acontece em ambiente segregado porque a pessoa com desenvolvimento atípico ainda não apresenta o desenvolvimento de um ou mais fatores, tais como: sociais, comunicativos, motores e intelectuais.

Os benefícios da prática da atividade física são os mesmos para as pessoas com desenvolvimento típico, o que os diferencia é o atendimento segregado às deficiências em comuns materiais e regras específicas compatíveis ao nível de deficiência.

Outra característica está relacionada com a forma de comunicação verbal, gestual e corporal com a pessoa com desenvolvimento atípico

Em todo atendimento, segundo Chereguini (2016, p. 125) pode ser individual ou coletivo, o importante é que o profissional de Educação identifique as prioridades de cada aluno. Partindo desse princípio comum, "é necessário que o profissional estabeleça objetivos particulares aos seus alunos, considerando a multiplicidade de características referentes ao seu desenvolvimento (motor, intelectual, sensorial, social, da comunicação, entre outras dimensões)", ou seja, respeitando as características de desenvolvimento do aluno.

Para Mantoan (2003) a pessoa com deficiência sensorial (Deficiente Auditiva), que não enxerga (Deficiência Visual), com atraso no desenvolvimento da comunicação (Deficiência Intelectual e Síndrome de Down) e com transtorno global do desenvolvimento (autismo) é atendida no mesmo ambiente onde há pessoas com desenvolvimento típico. O objetivo geral é comum a todos, porém a metodologia do processo ensino-aprendizagem, bem como as estratégias de ensino é diferente, conforme as prioridades, interesses e restrições individuais.

No contexto que abrange questões, sociais, recreacionais, esportivas, escolares, culturais e

da saúde, pode-se citar como exemplos de atendimento às pessoas com deficiência ou desenvolvimento atípico nos dias atuais

- As agências bancárias estão se adequando para realizar o atendimento às pessoas com mobilidade reduzida, cadeirantes, deficientes visuais e auditivos.
- As paralimpíadas incluíram atletas dos mais diversos tipos de deficiências no mundo do esporte.
- Acessibilidade garantida por lei para acesso de pessoas com deficiências em teatro, casas de festas, shows, hospitais, escolas dentre outros.
- Nas redes de ensino regular vem acontecendo a inclusão de alunos com desenvolvimento atípico. O atendimento é voltado para todas as deficiências, isto é garantido por lei n° 9.394/96 conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) onde afirma que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial e há também o aparato legal do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA assegurada pela Lei nº 8.069/90.

Nas escolas regulares, por exemplo, na rede estadual de ensino em Minas Gerais o atendimento às pessoas com Deficiência Auditiva se dá por meio de professores especializados na linguagem brasileira de sinais – LIBRAS. Dependendo do grau de surdez, de acordo com laudo médico, do aluno é oferecido o intérprete e também todo o material necessário é enviado para o aluno após o cadastro no portal da Secretaria Estadual de Educação. Essa situação está à favor da legislação, o que está aquém é a falta de profissional especializado nesta linguagem. Os professores, nem todos possuem especialização, principalmente o professor regente de turma que não tem capacitação na linguagem de sinais. A percepção atual é de o professor regente não está preparado para receber esse aluno que acaba exigindo mais do professor de apoio e acaba se distanciando do seu aluno. Há ainda a sala de recursos multifuncionais onde o aluno pode ser atendido no contra turno para suplementar ou complementar o processo ensino-aprendizagem diferenciado para auxiliar o aluno em caso de necessidade.

Pacheco et al (2007) cita Islândia, Portugal e Espanha como exemplos de países que abraçaram a inclusão de alunos nas redes de ensino convencionais. Segundo os autores as pessoas com necessidades especiais educacionais passam pelos mesmos processos de adaptações curriculares que são feitas para todos os alunos. O que diferencia são as formas de comunicação e o trabalho em equipe que são priorizados.

De acordo com Mantoan (2003, p. 16) "a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral." Chereguini (2016) descreve que para obter sucesso no atendimento é preciso que as pessoas com desenvolvimento atípico sejam expostas a estratégias de ensino que respeite as características de cada e não de forma padronizada.

O paradigma da inclusão é o tipo de atendimento que vem sendo oferecido às pessoas com alguma deficiência ou desenvolvimento atípico. Apesar de que ainda exista a segregação, principalmente no âmbito educacional, inúmeras barreiras arquitetônicas e atitudinais, este paradigma tem contribuído para que a pessoa com desenvolvimento atípico possa viver com a maior autonomia possível. Quanto mais o significado da inclusão for debatido, demonstrado para ser reconhecido, mais as instituições (escolas, comércios, indústrias, cidades dentre outros) e as pessoas com desenvolvimento típico terão condições de refletir e conscientizar para aceitar e compreender a diversidade humana de modo global.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender as principais características do paradigma histórico-social da inclusão é necessário (re) pensar para (re)construir e (re)significar as estratégias de ensino e atendimento às pessoas com desenvolvimento atípico que sejam compatíveis com as particularidades de cada um.

A Educação Física possui duas grandes perspectivas atuais de atendimento às pessoas com desenvolvimento atípico tanto por meio da prática de esportes competitivos (Atividade Física Adaptada quanto na área educacional (Educação Física Especial). O importante é promover um atendimento que se incluíam as pessoas com suas deficiências

As possíveis intervenções disponíveis aos profissionais de Educação Física estão voltadas para os benefícios físicos, sociais e emocionais de cada pessoa com deficiência.

Cabe a este profissional desenvolver competências e estratégias inclusivas respeitando as necessidades de seu aluno além de compreender o processo histórico-social das pessoas com desenvolvimento atípico. Essa compreensão possibilitará argumentos que lhe capacite a ter autonomia para escolher, à luz da ética e do conhecimento, os diversos tipos de atendimento possíveis na área da Educação Física, seja ela escolar, esportiva ou recreacional.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, A. O. **Da integração à inclusão, novo paradigma**. 2010. Disponível em <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0252.html> Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 20 ago. 2017.

_____. **Lei nº 8.069/90.** Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em 20 ago. 2017.

CHEREGUINI, P. A. C. **Atividade Física para Populações Especiais**. Batatais: Claretiano, 2016.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez., 2006.

PACHECO, J. et al**. Caminhos para a inclusão:** um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Trad. Gisele Klein. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RECHINELI, A.; PORTO, E. T. R.; MOREIRA, W. W. Corpos deficientes, eficientes e diferentes: uma visão a partir da Educação Física, **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, Mai. Ago. 2008, v.14, n.2, p.293-310. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382008000200010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 25 ago. 2017.

SANTOS, A. C. N; SOUZA, V. R. M. O paradigma da educação especial em escolas municipais de ensino fundamental na cidade de Aracaju na área da educação. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 06, jan./jun. 2011.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A MUSICALIDADE COMO RECURSO PEDAGÓGICOFACILITADOR PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NAEDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ESCOLA DA REDE PRIVADA DE JOÃO PINHEIRO (MG)

Bárbara Caroline Gomes de Sousa*
Giselda Shirley da Silva**
Maria da Conceição Ferreira***

Resumo: A música é um instrumento de se educar e viabilizar valores, sentimentos e emoções. Através da musicalidade é possível utilizar de novos métodos e conceitos não somente no ambiente escolar, mas também no âmbito familiar. Dispondo da musicalidade para inovar as práticas pedagógicas educacionais é que este estudo monográfico teve como objetivo investigar como a música enquanto recurso pedagógico contribui para o processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil. Procurou-se verificar como a musicalidade pode ser inserida tanto no espaço escolar, quanto no ambiente familiar, visando o desenvolvimento nas atividades sociais, motoras e comportamentais das crianças. A metodologia utilizada foide caráter qualitativo com recursos quantitativos Como instrumentos de pesquisa foram utilizados a entrevista com grupo focal gravada em áudio (quatorze alunos), entrevista com a representante da equipe pedagógica da escola (gestora)também gravada em áudio, a observação participante com registro no caderno de campo e os questionários (aplicados para quatorze pais), além de se utilizar da pesquisa-ação (em que o pesquisador atua também como participante e observador) para dar embasamento ás ações descritas. Esta pesquisa foi realizada em um Centro Educacional Infantil da Rede Privada da cidade de João Pinheiro, Minas Gerais. O enfoque deste estudo foi uma sala de segundo período da Educação Infantil, que possui quatorze alunos com faixa etária entre cinco e seis anos de idade. A música está presente em todas as ações do cotidiano, mesmo no silêncio pode-se constituir uma melodia, capaz de perpassar a alma e tocar a sensibilidade contida no íntimo de cada ser.

Palavras-Chave: Musicalidade. Ensino-aprendizagem. Recurso. Educação Infantil.

Abstract: Music is an instrument of educating and making possible values, feelings and emotions. Through musicality it is possible to use new methods and concepts not only in the school environment, but also within the family. Having the musicality to innovate educational pedagogical practices is that this monographic study aimed to investigate how music as a pedagogical resource contributes to the teaching-learning process in Early Childhood

* Licenciada em Pedagogia e-mail: barbaracarolynny15@hotmail.com

** Mestre em História pela UnB, Doutoranda em História pela Universidade de Évora- Portugal. Integrante do CIDEHUS- Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades- Évora. Especialista em História do Brasil pela PUC - Minas, Especialista em Educação a Distância pela Faculdade FINOM e Graduada em História pela Faculdade FINOM. E-mail giseldashyrley@hotmail.com

*** Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Evangélica Del Paraguai revalidado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN E-mail: cemjp@hotmail.com.br

Education. We sought to verify how musicality can be inserted both in the school space and in the family environment, aiming to develop in the social, motor and behavioral activities of children. The methodology used was qualitative with quantitative resources. As research instruments were used the interview with a focus group recorded in audio (fourteen students), interview with the representative of the pedagogical team of the school (manager) also recorded in audio, participant observation with registration in the field notebook and the questionnaires (applied to fourteen parents), in addition to using action research (in which the researcher also acts as a participant and observer) to support the actions described. This research was carried out in a Private Educational Center of the Private Network of the city of João Pinheiro, Minas Gerais. The focus of this study was a second period room of Early Childhood Education, which has fourteen students aged between five and six years. Music is present in all actions of the daily, even in silence can be a melody, capable of perpassing the soul and touch the sensitivity contained in the innermost of each being.

Keywords: Musicality. Teaching-learning. Resource. Child education.

Introdução

O presente estudo visou perceber de que forma a musicalidade pode ser trabalhada no processo ensino-aprendizagem. Apresenta a relevância da musicalidade para outras áreas do comportamento infantil, como a socialização, a psicomotricidade e a relação professor-aluno. Sendo também de grande importância compreender o que os autores relatam sobre a música aliada à prática docente.

Vinculada ao saber, as práticas musicais fornecem meios de construção inerentes a sua inclusão, por constituir no ato de ensinar a partir de escalas, de sons e de melodias educando e fazendo das aulas, momentos dinâmicos e interativos abrangendo as áreas: culturais, espaciais, e expressivas, principalmente na oralidade, artísticas, dentre inúmeras outras.

O objeto de estudo é a musicalidade como recurso pedagógico facilitador para o processo ensino-aprendizagem na Educação Infantil, em uma escola da Rede Privada de João Pinheiro (MG), em 2016. A escola em questão se situa em um bairro Y, da cidade de João Pinheiro, a mesma agrega um grande espaço para lazer e recreação, comporta a Educação Infantil de zero a seis anos de idade, possui oito salas de aula sendo: duas salas de maternal, duas salas de primeiro período, duas salas de segundo período e duas salas de primeiro ano, meu enfoque de pesquisa foi com as duas salas de segundo período na idade de cinco anos, a escola também possui oito professoras, todas graduadas em Pedagogia.

Nesse sentido, este trabalho se justificou pelo interesse em evidenciar a relevância da música, a contribuição para o desenvolvimento da criança, identidade e sensibilidade, bem como do seu futuro como um ser autônomo, apto a desenvolver seus deveres de cidadão

crítico, reflexivo e participativo, atuante em sua sociedade. Sendo assim a presente pesquisa refletiu como contribuição acadêmica os propósitos de buscar entender a importância da musicalidade vinculada aos recursos didáticos no espaço escolar, como ela pode ser utilizada e quais benefícios apresentam para o processo de ensino-aprendizagem de nortear pesquisas futuras abordando o referido assunto, propiciando aos pesquisadores de certa forma, mais conhecimentos incorporados a essa área.

Com o intuito de compreender as questões que permeiam o ensino firmado por meio da musicalidade, no ambiente escolar da Educação Infantil, a pesquisadora A buscou embasamento nos seguintes argumentos: Como a musicalidade enquanto recurso pedagógico facilitador contribui para o processo ensino- aprendizagem? De quais formas a música é abordada no cotidiano escolar e familiar das crianças? A musicalidade contribui para outras áreas do comportamento infantil, como para a socialização, a psicomotricidade e a relação professor-aluno? O que os autores falam sobre a música aliada a prática docente?

O objetivo geral foi observar como a musicalidade enquanto recurso pedagógico facilitador contribui para o processo ensino- aprendizagem. Nessa perspectiva, os objetivos específicos pretendiam descobrir se a musicalidade contribui para outras áreas do comportamento infantil, como para a socialização, a psicomotricidade e a relação professor-aluno; verificar de quais formas a música é abordada no cotidiano escolar, bem como no dia – a –dia familiar das crianças e estudar o que os autores falam sobre a música e a à prática docente.

A pesquisa foi realizada em uma abordagem qualitativa e por meio da pesquisa de campo, utilizando como instrumento de pesquisa entrevista com a representante da equipe pedagógica da escola (gestora) e a observação participante. O enfoque deste estudo foi uma sala de segundo período da Educação Infantil, que possui quatorze alunos com faixa etária entre cinco e seis anos de idade

O trabalho abordou a importância da inserção da musicalidade nos diversos ambientes da vida dos Educandos, com vista a proporcionar um maior estímulo ao gosto musical e a sensibilidade, enfatizando a relevância de se oportunizar situações musicais em que a criança sinta prazer em vivenciar e participar. A observação-participante através das brincadeiras, as coreografias e as histórias foram os pilares que permearam a execução do projeto “o mundo mágico da música” realizado em um período de oito meses, no ano de dois mil e dezesseis, utilizando-se da sala de aula e dos outros diversos espaços disponibilizados pela escola.

A musicalidade se conceitua nas diversas manifestações musicais como brincadeiras, jogos, dentre outras ações que possibilitam o ser humano a conhecer as diversas faces da música e como ela pode ser aplicada no cotidiano. Os princípios fundamentais que compõem a musicalidade são: o som, o ritmo, a melodia e a harmonia. O som é o conjunto de informações contábeis que a audição estabelece vínculo, através da velocidade. As vibrações não regulares são chamadas de ruídos. O ritmo é a análise de diferentes sons, sejam eles longos ou curtos. A melodia é a sucessão dos ritmos, a partir das escalas de som. A harmonia é o conjunto de prazerosos sons, especificados pelos ouvidos.

1.1- A musicalidade como recurso pedagógico facilitador para o processo de ensino-aprendizagem

A musicalidade como papel de instrumento facilitador para o processo de ensino-aprendizagem é uma grande responsável por desenvolver a mente humana, favorecer equilíbrio, proporcionar ao indivíduo estado agradável de bem-estar, entre inúmeros fatores. Portanto é preciso enfatizar a sua grandiosa contribuição para a aprendizagem e o ensino, a inserção da música em sala de aula certamente propiciará um espaço mais confortável para o saber, por meio das manifestações musicais no ambiente escolar, o aluno poderá obter uma melhor concentração e desenvolver seu raciocínio, além de exercitar a mente através da memorização e apreensão dos conteúdos.

A musicalidade tem sido entendida de vários ângulos, a medida do tempo, porém é relevante discernir o que realmente firma sua existência. Romanelli (2009) destaca o caminho que os elementos musicais percorrem até chegar ao princípio maior: o aprendizado. A música na escola é como um livro didático serve de apoio à busca de conhecimentos, e ao mesmo tempo diversão.

A música propicia um ambiente mais alegre, traz ao aluno um entusiasmo, de grande aporte, principalmente dimensionado á Pedagogia, a recreação, aos princípios básicos para um ensino-aprendizagem acompanhado e contínuo. É enriquecedor que o educador forneça aos alunos os princípios básicos da música como: a altura, a intensidade, o timbre, as batidas, e os tempos de cada nota, instrumento, pois é através de pequenos conhecimentos que pode ser garantida uma melhor compreensão dos símbolos referentes à música.

Até mesmo por meio das brincadeiras, dos jogos, das histórias, das danças, das bandas rítmicas, do faz de conta e da expressão corporal, é possível ensinar música. Nas canções de roda, por exemplo, é visível o riquíssimo estímulo do lúdico, o desencadeamento da

coordenação motora, a capacidade do saber e o conhecimento de diversas figuras de linguagem, mesmo nas notas musicais. Outro fator de grande relevância é o ritmo, o mais viável é que seja exposta a noção de ritmidade às crianças desde o início, através de trabalhos exercidos por meio do cotidiano, como: os passos das pessoas, os pingos de chuva, o barulho do motor dos carros, além das batidas do coração, sons estes que são constituintes de suas rotinas. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p.14):

> O ser humano que não conhece a arte tem uma experiência de aprendizagem limitada, escapa-lhe a dimensão do sonho, da força comunicativa dos objetos à sua volta, da sonoridade instigante da poesia, das criações musicais, das cores e formas, dos gestos e luzes que buscam o sentido da vida.

Dessa forma, entendemos que a música sendo um excelente meio integrador do saber, é, além disso, uma manifestação artística, o que desenvolve no indivíduo a desenvoltura da criatividade, do prazer, da busca pelo belo, da contemplação. Sem dizer que a sensibilidade é aguçada, desenvolvendo as manifestações mentais, exercendo um equilíbrio, disponibilizando um estado prazeroso, que facilita tanto a concentração, quanto o raciocínio, e exercitando a memória, através da visualização e prática das sequências musicais. As manifestações musicais são essenciais à vida de qualquer pessoa, pois, além de momentos de lazer e interação, proporciona, e incorpora conhecimentos valiosos para a vida. Os sons, vibrações e acordes elevam a capacidade da audição, trabalhando ainda a coordenação motora.

A música pode ser ministrada de diversas formas em sala de aula, através do canto, dança, ou da prática exercida através dos instrumentos musicais e de todas as estratégias que se voltam a ação de entender como elas são abordadas pelos professores no âmbito escolar. As manifestações musicais são de suma excelência ao meio escolar e familiar, visto que o aluno aprende a partir do convívio com seus colegas, com o professor (relação professor-aluno) e com a família no seu cotidiano, através dos movimentos corporais e até mesmo dos diferentes ritmos (culturais).

Sendo assim, é preciso enfatizar a inserção da música no currículo escolar, sendo a mesma um elemento formador de indivíduos. A partir de 2008, mais especificadamente pela aprovação da lei 11.769/08, o ensino da música passou a ser obrigatório no currículo escolar da educação básica. Com vistas a enfatizar a relevância de se ministrar a música nas escolas.

De acordo com o Ministério da Educação (2013, p.7) a obrigatoriedade do ensino da música, se encontra intrinsecamente no avanço social e histórico dos povos, e diante disso

está a relevância da inclusão da mesma no currículo escolar brasileiro.

> A obrigatoriedade do ensino de Música na escola, determinada pela Lei nº 11.769/2008, é o resultado de um processo permanente de luta histórica e socialmente construído por músicos e educadores na busca pelo reconhecimento da importância do componente curricular Música para a formação integral dos estudantes.

Já de acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), (BRASIL, 1996, art.26, par.2) [...] "O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação infantil e do ensino fundamental, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos ". No entanto, é certo que o ensino da música deve abranger não somente a técnica da mesma em si, mas da educação e seus componentes necessários á formação da criança como um todo. Sobre esse aspecto, reflete Jeandot (1993, p.21) :

> [...] uma aprendizagem, voltada apenas para os aspectos técnicos da música é inútil e até prejudicial, se ela não despertar o senso musical, não desenvolver a sensibilidade. Tem que formar na criança o musicista, que talvez não disponha de uma bagagem técnica ampla, mas será capaz de sentir, viver e aprender a apreciar a música.

E foi visando essa formação, bem como a utilização da música em sala de aula, como um instrumento facilitador do processo ensino-aprendizagem. É que desenvolvi esse trabalho, através da compreensão sobre o que é a musicalização e seus benefícios para a aprendizagem do aluno. Tal como a inserção de novos meios criativos e motivadores. Quando o aluno vivencia a partir da música os conteúdos que lhe são essências a formação, ele assume um desejo maior de se comprometer com tal ação.

1.1.2- A inserção da Musicalidade no ambiente escolar

A escola é um dos primeiros espaços habitados pelo ser humano. É no ambiente escolar que se faz e refaz as muitas faces da formação de um cidadão. Sendo assim, é na escola que se aprende, educa, ensina e principalmente descobre inúmeros fatores que abarcam uma formação integral da criança. Neste contexto, é mister enfatizar a relevância de se aplicar e vivenciar práticas lúdicas neste âmbito. A música dentro de incontáveis manifestações artísticas é um dos melhores, senão o melhor meio de se potencializar o ensino-aprendizagem em sala de aula.

Neste contexto pode-se afirmar que a música nasce por meio da exploração e ação de reproduzi-la. A música muito foi e ainda é utilizada como ferramenta pedagógica, principalmente na Educação Infantil, seja por meio de ensaios para apresentações em reuniões, seja por meio das datas comemorativas e dentre outros acontecimentos. Diante disso, Brito (2003, p.51) ressalta:

> [...]. No dia a dia da educação infantil brasileira, a música vem atendendo a propósitos diversos, segundo concepções que vigoraram (ou vigoram) em nosso país no decorrer do tempo. Ainda percebemos fortes resquícios de uma concepção de ensino que utilizou a música – ou, melhor dizendo, a canção – como suporte para a aquisição de conhecimentos gerais, para a formação de hábitos e atitudes, disciplina, condicionamento da rotina, comemorações de datas diversas etc.

Mesmo na sociedade atual, atenta as questões que permeiam a inclusão, ainda acontecem muitos casos de "favoritismo" onde não se estabelece as inteligências múltiplas, muito menos se valoriza as habilidades e preferências dos alunos. Nesse sentido é de suma relevância trabalhar com as crianças o respeito pelos gostos, bem como a diversidade e o ritmo e tempo de cada um. Assim, todos têm o direito de cantar, dançar, atuar da maneira que mais se sente à vontade. Brito (2003) aborda essas manifestações enfatizando que "a concepção europeia do século passado, possuía o hábito de "selecionar" os talentos, porém, atualmente é necessário lembrar que a musicalidade é uma linguagem na qual é edificada por meio das vivências e aprendizado do ser humano".

2-As manifestações musicais: análise de um trabalho musical com as crianças

Neste subitem apresentamos o resultado do trabalho pedagógico realizado em sala de aula pela pesquisadora "A", de forma a verificar por meio das "aulas de música" como as ações percorreram cotidianamente o caminho das crianças, nos ambientes escolar e familiar, trabalhando-se com a musicalidade de forma a desenvolver a socialização, a psicomotricidade, a linguagem musical a oralidade e o comportamento infantil, aliados ao processo ensino-aprendizagem das crianças. As imagens das crianças apresentadas obtiveram autorização dos pais, que autorizaram exibir as fotos que registraram a execução do projeto.

3- Aspectos metodológicos

O presente estudo se inscreveu numa abordagem do método qualitativo, que visou enfatizar a qualidade do trabalho intrínseco às ações pedagógicas articuladas à sala de aula e bem como as manifestações musicais como forma de facilitar o processo de ensino-aprendizagem. O tipo de pesquisa realizado foi à pesquisa-ação, que abrange em seu campo a possibilidade de haver além da flexibilidade, o conhecimento visto de perto de todo o processo estudado. A pesquisa-ação se objetiva segundo o planejamento da ação proposta, buscando salientar a compreensão e observação do objeto de investigação, daí a necessidade de elaborar um trabalho que sintetize a prática da mesma. Sendo assim, Gil (1946, p.151) acentua que, [...] "O planejamento da pesquisa-ação difere significativamente dos outros tipos de pesquisa já considerados. Não apenas em virtude de sua flexibilidade, mas, sobretudo porque, além dos aspectos referentes à pesquisa propriamente dita, envolve também a ação dos pesquisadores e dos grupos interessados. [...]

3.1- Plano de observação da pesquisa e seu o público-alvo e instrumentos de

O estudo em foi realizado em uma escola da Educação Infantil da rede privada de João Pinheiro (MG) localiza no centro da cidade, atendendo alunos entre um a seis anos de idade.

O público-alvo da pesquisa foram os alunos do segundo período, composta por quatorze alunos, com faixa-etária entre cinco e seis anos. Diante da necessidade de se pesquisar, de compreender o objeto em questão e de estabelecer dados, por meio da comunicação e das vivências que buscamos embasar nas ideias apresentadas por Demo (1941, p.39) [...] "Quem pesquisa tem o que comunicar. Quem não pesquisa apenas reproduz ou apenas escuta. Quem pesquisa é capaz de produzir instrumentos e procedimentos de comunicação. [...]".

A coleta dos dados nesta pesquisa foi feita durante todo o tempo de realização do projeto desenvolvido na escola em 2016.

3.2- O projeto

O Projeto intitulado: **"O mundo mágico da música"** iniciou-se em fevereiro de dois mil e dezesseis e foi ministrado pela professora e pesquisadora A no espaço escolar, por vezes fora do âmbito da sala de aula e às vezes dentro da própria sala. O projeto foi desenvolvido com o trabalho por meio de aulas de música, realizadas uma vez por semana, no período de

oito meses, em que foram ministrados aspectos apreciativos, psicomotores, sócios interativos e linguísticos, sendo assim, contou com diversas formas de se trabalhar o universo musical, dentre elas: brincadeiras, coreografias, histórias, atividades escritas e tarefas para casa, todas contextualizadas com a vivência musical das crianças. Na reunião de encerramento do projeto, a pesquisadora "A" e professora. Considerou imprescindível a exposição dos trabalhos confeccionados em sala de aula durante a realização do projeto, além da exposição de um painel contido a expressão das músicas prediletas de cada educando, por meio de escrita e desenho e lembrancinhas de acordo com o tema (musical) para os pais dos mesmos.

A parceria com a escola e a equipe pedagógica, foi imprescindível para a realização desse projeto. Desde a coordenação, até os professores de alguma forma auxiliaram e incentivaram as atividades musicais do projeto, reconheceram a grande relevância que a musicalidade assume para o desenvolvimento no processo ensino-aprendizagem. E não pode ser esquecida em momento algum, a parceria da família, no qual se fez presente nas atividades direcionadas para casa, todas elas no contexto do projeto, todos os pais contribuíram de forma positiva para a realização das atividades e motivação dos seus filhos quanto o exercício da musicalidade em seu processo de ensino-aprendizagem.

As figuras um e dois, retratam o painel com o nome do projeto como ornamentação da reunião de encerramento devidamente organizados pela professora e gestora da escola.

Figura 1- Painel Projeto "O mundo mágico da música. Figura 2- Decoração da reunião de encerramento. Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora A.

As figuras três e quatro retratam a professora e pesquisadora "A" preparando o local para a reunião de encerramento. Houve preocupação em decorar o espaço abordando a musicalidade e expondo alguns trabalhos realizados no desenvolvimento das atividades desenvolvidas.

Figura 3- Preparativos para a reunião de encerramento. Figura 4: Trabalhinhos das crianças expostos

3.3-Coleta de dados: Instrumentos e procedimentos

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados: questionários aplicados aos pais, com o intuito de conhecer a visão dos mesmos quanto à realização do projeto, bem como o desenvolvimento de seus filhos durante a execução do mesmo, as entrevistas foram realizadas com as crianças na intenção de compreender a opinião de cada uma sobre a musicalidade, suas manifestações, gostos e preferências, além de ressaltar o que foi trabalhado nas aulas de música que mais lhes chamaram a atenção. A entrevista executada com a diretora da escola foi realizada com o objetivo de entender na sua visão quais os benefícios esse projeto trouxe ás crianças, principalmente no enfoque da alfabetização, momento pelo qual elas estão vivenciando.

É mister destacar a importância de além de se pesquisar, incentivar a pesquisa. Conforme Fazenda (2000, p.19) [...] “O educador tem a obrigação de incentivar e propiciar a formação de novos pesquisadores [...]”. Visto que o futuro das pesquisas em educação ou até em outras áreas, poderão ser construídas por cada um deles. Ao passo de que, compreendendo a sociedade e suas manifestações o conhecimento poderá ser expandido.

Foi realizada observação participante, onde se buscou observar e participar de todo o processo ao mesmo tempo, destacando e enriquecendo sua visão de educador e pesquisador. Conforme Minayo (1993, p.70):

> Definimos *observação participante* como um processo pelo qual, um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, coma a finalidade de realizar uma investigação científica. [...] A filosofia que fundamenta a *observação participante* é a necessidade que todo pesquisador social tem de relativizar o espaço social de onde provém, aprendendo a se colocar no lugar do outro.

Essa observação participante no referido projeto foi realizada pela professora regente da sala (pesquisadora A.) que ao executar as aulas de música, observou as crianças, seus comportamentos, suas preferências, o desenvolvimento e a participação de cada uma na mesma. E em seguida a cada aula, registraram-se em seu caderno de campo, os roteiros com todas as atividades ministradas, além das observações verificadas ao longo das aulas mencionadas. Inicialmente ressaltou-se a análise segundo as observações feitas pela pesquisadora A., durante o período de oito meses no qual se deu o projeto "O mundo mágico da música". Estas observações foram aqui expostas (parcialmente) por meio de cada tipo de atividade trabalhada com as crianças ao longo de todo o processo. As atividades foram diversas, sendo divididas por coreografias, brincadeiras e histórias musicais as quais serão abordadas no próximo subitem.

4 -A dança, as brincadeiras e as histórias musicais na Educação Infantil- avaliação e resultados

O projeto "O mundo mágico da música", possuiu enfoques variados ao longo de sua realização, como teve por objetivo salientar as manifestações musicais e culturais como ferramenta facilitadora para o ensino-aprendizagem. Neste intuito apresentaram-se aqui os resultados obtidos por meio de diferentes estratégias pedagógicas musicais, as quais demonstraram grande satisfação por meio das próprias crianças, equipe escolar e os pais das mesmas. Dentre essas manifestações destaca-se a seguir detalhadamente cada uma: a dança (coreografias), as brincadeiras e as histórias.

A dança é um excelente meio de se trabalhar principalmente a psicomotricidade, ela abarca em si inúmeros fatores que eleva a capacidade do ser humano, principalmente da criança, de se socializar, exercitar-se fisicamente e emocionalmente, além de adquirir habilidades psicomotoras que certamente irá levar benefícios para todo o decorrer de sua vida. Neste contexto ressalta Barreto (2008 p.1,2):

> Dançar... um dos maiores prazeres que o ser humano pode desfrutar. Uma ação que traz uma sensação de alegria, de poder, de euforia interna e, principalmente, de superação dos limites dos seus movimentos. [...] Dançar é expressar emoções por meio do corpo. É esculpir no ar figuras harmoniosas que nascem de um pulsar da música.

Por essa razão se fez necessário, trabalhar as músicas, os ritmos, a dança e

movimentos. Entre as músicas trabalhadas (coreografias) em sala de aula, as que mais se destacaram foram:

Vem que eu vou te ensinar: Xuxa- Compositor: Xuxa. Álbum: Só Para Os Baixinhos 2 – (2011). Que ressalta a psicomotricidade por meio do exercitar o corpo. Essa música foi trabalhada de forma com que as crianças pudessem exercitar o corpo, em um trabalho de psicomotricidade. Os resultados do trabalho com essa música foram os melhores possíveis. Elas manifestaram grande interesse na reprodução dos movimentos desta música, despertou nelas o conhecimento do próprio corpo e o sentido das direções (direita, esquerda, para frente, para trás), além de se envolverem na melodia da música que é muito contagiante. Foi observada a coreografia da música citada acima, observando grande animação e envolvimento das crianças que queriam até repetir a dose de alegria.

Dança do canguru- Aline Barros- Compositor: David Fernandez. Álbum: Aline Barros e Cia 3 (2011). Que trabalha além da psicomotricidade, a socialização e a amizade. Essa música foi trabalhada de forma com que as crianças exercitassem o corpinho e a amizade pelos colegas assim como fala do amigo canguru. Os resultados do trabalho com essa música foram imprescindíveis para a socialização das crianças. Elas manifestaram grande interesse na reprodução desta música, no despertar do conhecimento do próprio corpo e no sentido das direções (direita, esquerda, para frente, para trás, girando), além de se envolver na melodia da música que é muito contagiante e expressiva. A presente música foi à verdadeira exposição de alegria e amor pela dança e o seu envolvimento artístico.

Levanta a guarda prepara como quem fosse lutar
Vai dando passos pra frente pra conquistar o lugar
Olha pro lado, olha pro outro (2x)
E vai girando, girando ôôô
Dança comigo êô

Para direita, pulando, pulando, pulando eu vou
Para esquerda pulando, pulando, pulando eu vou
E para trás, eu vou
E para frente, eu vou
Eu vou pulando, pulando, pulando
Como o canguru
Uh uh uh
O meu amigo canguru
Uh uh uh
Pulando como o canguru
Uh uh uh
O meu amigo canguru

Todo mundo pulando, todo mundo pulando, todo mundo
Pulo (4x), pulando
tudo mundo pulando (3x)
Para direita, pulando....

Na coreografia feita pelas crianças na quadra da escola, elas interagiram e formaram uma grande roda para mostrar o que cada uma sabia fazer ao som da música citada acima. Foram momentos de grande descontração e entretenimento.

O pano encantado- Lu Chamusca- Compositor: Lu Chamusca. Álbum: DVD Projeto Nas Ondas da Leitura por Lu Chamusca. (2011). Que trabalha a psicomotricidade, a socialização e a criatividade. Essa música foi trabalhada de forma com que as crianças exercitassem o pensamento no momento de criar cada pedido feito pela música e o mais importante era que o trabalho deveria ser realizado em equipe para a realização de cada uma delas. Foi entregue um pano de mais ou menos 3 metros de comprimento e com as crianças segurando nas pontas deveriam executar os movimentos para transformar, dar forma ao pano no objeto pedido na música. Os resultados do trabalho com essa música foram grandiosos, visto que desenvolveram a criatividade, o controle motor, a expressão corporal e a valorização das pequenas coisas que podem ser feitas a partir de um pequeno pedaço de tecido. Durante a realização das formas observou-se descontração e um grande esforço coletivo para conseguir realizar o proposto. Algumas formas eram mais complexas e exigiam mais atenção e o controle de movimentos específicos, mas mesmo quando saia errado era motivo para risadas e brincadeiras. Essa música fez um grande sucesso entre as crianças, tanto que foi uma das apresentações da reunião de encerramento do projeto.

A coreografia executada pelas crianças com o tecido, bem colorido e na concepção deles capaz de fazer mágicas, essa coreografia foi realizada na quadra da escola.

As brincadeiras musicais são muito utilizadas no ambiente escolar, elas possuem o objetivo de criar laços de socialização, descontração e aprendizagem, mesmo porque a ludicidade é uma ferramenta indispensável para o processo ensino aprendizagem, principalmente para a Educação Infantil. Sobre isso, enfatiza o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil volume três (1998, p.70):

> A música, na educação infantil mantém forte ligação com o brincar. Em algumas línguas, como no inglês (to play) e no francês (jouer), por exemplo, usa-se o mesmo verbo para indicar tanto as ações de brincar quanto as de tocar música. Em todas as culturas as crianças brincam com a música. Jogos e brinquedos musicais são transmitidos por tradição, persistindo nas

> sociedades urbanas nas quais a força da cultura de massas é muito intensa, pois são fonte de vivências e desenvolvimento expressivo musical. Envolvendo o gesto, o movimento, o canto, a dança e o faz-de-conta, esses jogos e brincadeiras são expressão da infância. Brincar de roda, ciranda, pular corda, amarelinha etc. são maneiras de estabelecer contato consigo próprio e com o outro, de se sentir único e, ao mesmo tempo, parte de um grupo, e de trabalhar com as estruturas e formas musicais que se apresentam em cada canção e em cada brinquedo.

Nesse sentido, foi imprescindível ministrar as brincadeiras, com o intuito de criar um ambiente mais divertido e prazeroso para as crianças. As brincadeiras trabalhadas, todas elas foram de grande contribuição para o processo ensino-aprendizagem das crianças, para a socialização, promoção da autoestima e valores. As brincadeiras citadas a frente foram as que mais fizeram sucesso com as crianças, tanto que sempre que eram realizadas o pedido era de que fossem executadas novamente.

Figura 05: A. Brincadeira “Eu vou andar de trem” Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

A figura acima ilustra a brincadeira “Eu vou andar de trem”, ao qual foi cantada pela professora e pesquisadora A. e à medida que ela citava na canção alguns movimentos, as crianças teriam que reproduzi-los tal qual foi mencionado.

Na brincadeira “O amigo bambolê” no qual foram escolhidas pela professora A. algumas duplas, que teriam que fazer todo o percurso composto por bambolês com os pés presos aos do colega. Essa brincadeira ressalta a importância da união. As duas foram realizadas em sala de aula.

Qual é a música? Esta brincadeira criada por: Viviam Rodrigues (2012) é realizada separando as crianças em dois grupos e entregue e eles um apito, ou sino. A professora inicia

uma música que as crianças conheçam e para de repente. O grupo que souber completar a música deve apitar e continuá-la do ponto em que foi parada. Caso a criança erre a letra, deve-se pagar uma prenda e passar a vez para o outro grupo. As músicas trabalhadas foram cantigas populares de domínio das crianças como podemos ver no fragmento abaixo:

A dona aranha subiu pela parede
Veio a chuva forte
E a derrubou
Já passou a chuva
E o sol já vai surgindo
E a dona aranha
Continua a subir

Essa brincadeira foi realizada com todo o grupo de crianças, tal como o item "como brincar", ela trouxe para os alunos grandes conhecimentos, aumentando o vocabulário musical, oral e fornecendo a elas meios de interação e descontração. As vezes era preciso continuar mais uma parte da música por que houve um pouco de dificuldade da parte das crianças para a continuação da mesma, e também da parte da professora para saber qual grupo teria tocado o sino primeiramente, tamanha era a vontade de participar.

A Brincadeira Da Música Animal, criada por: Sônia Jardim (2011) foi realizada da seguinte maneira: Sentaram-se os alunos em roda, explicando que um deles teria que esperar do lado de fora da sala, enquanto o professor e o grupo escolheram a música, que deveria ser cantada, como se a turma fosse um grupo de bichinhos cantores. A criança teria três chances para adivinhar e o importante foi festejar quando ela acertava e apoiar quem não conseguia. O objetivo do mesmo foi trabalhar a socialização, atenção, memória e a capacidade auditiva, além do canto das crianças. Foram cantadas cantigas populares como se pode visualizar abaixo:

Meu pintinho amarelinho
Cabe aqui na minha mão
Na minha mão
Quando quer comer bichinhos
Com seus pezinhos ele cisca o chão

Figura 06- Brincadeira da "Música animal"
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora A

A brincadeira acima retratada foi realizada com o grupo de crianças, que por meio das cantigas populares repassadas de geração em geração puderam compreender um pouco mais sobre ritmo, melodia, ao cantar as músicas na língua dos animais. Contribui para seu repertório musical, promove a socialização, o trabalho em equipe e a descontração nas brincadeiras. Cada um de nós interioriza esquemas de percepção, ou maneiras de ver/ouvir/sentir as coisas à nossa volta, a partir das relações estabelecidas com os outros desde que nascemos. Promover momentos como estes fortalece os vínculos afetivos do grupo e a autoestima.

Na brincadeira intitulada: "loja de brinquedos de corda", criada por: Teca Alencar de Brito, cada criança representa um brinquedo, escolhido livremente. Os brinquedos ficam parados até chegar o dono da loja. Usando um instrumento (reco-reco, por exemplo), ele se aproxima de cada criança tocando, e, então o brinquedo escolhido, acompanhando seu movimento com sons vocais ou instrumentais. Quando a corda acaba, o brinquedo para de funcionar e o dono deve estar atento para colocar novamente em funcionamento. Esse jogo tem o objetivo de gerar a socialização entre as crianças, além de disponibilizar o conhecimento dos instrumentos musicais, suas inúmeras possibilidades, variedades, despertando os gostos e preferências de cada criança.

Figura 7- Os compradores e seus brinquedos de corda Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora A

Nesta brincadeira foram interpretados instrumentos como: violão, tambor, acordeom, flauta, chocalho e piano. Foi realizada tal como a explicação acima, em sala de aula e cada criança que interpretava os instrumentos se colocou em certo canto da sala. Essa brincadeira promoveu muita descontração e conhecimentos sobre os instrumentos, à importância de cada um para a música, sua utilização, como tocar e quais os instrumentos favoritos de cada um.

A relevância da utilização das histórias no ambiente escolar é inquestionável, sabendo-se que, as histórias aguçam a imaginação das crianças, desperta o interesse pela leitura e expõe o exercício do jogo simbólico tão vivenciado principalmente nessa fase das crianças. Nesse contexto ressalta Brito (2003, p.161):

> Narrando a história com voz clara e limpa, valorizando cada parte por meio de mudanças de entonação: usando a voz em seu registro mais grave ou mais agudo, dependendo da situação, com maior ou menor intensidade. [...]. Esses aspectos enriquecem a interpretação e chamam a atenção dos bebês e crianças para a diversidade sonora e expressiva, assim como para a riqueza de possibilidades de exploração da voz.

Sendo assim, apresentamos algumas histórias e a contação de histórias, a interação das crianças nas histórias e a oralidade das mesmas durante a contação, estas das quais mais ensinaram e encantaram por meio de seus objetivos, valores e ações, juntamente com uma pequena demonstração é um relato de como elas foi executado em sala de aula, um pequeno diálogo entre a professora e os alunos.

As histórias sensibilizam, trabalham a percepção auditiva e sempre ficam guardadas na memória das crianças, mesmo porque deixam mensagens de alegria, de paz, valores, ética e

ensinamentos que de uma forma ou de outra fazem com que a criança viaje ao um mundo cheio de magia e entretenimento. As histórias trabalhadas na sala de aula pela professora A., serviram para despertar mais ainda o gosto pela leitura e até pela escrita dos educandos.

Figura 08 A interação com as crianças na escola: Figura 09- A oralidade das crianças durante a contação das histórias Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora A.

Além de despertar grande interesse nas crianças, principalmente pela leitura e escrita, a musicalidade inserida em cada história foi para as crianças um incentivo a mais, para a atenção e gosto para ouvir cada uma delas.

A brincadeira da bruxa chulezenta, criada por: Marcelo Serralva (2013) retrata Uma bruxa que gostava de ouvir histórias, se depara com uma princesa que tinha em sua cabeça todas as histórias do mundo e tenta seqüestrá-la, mas a princesa acaba criando uma armadilha para escapar da bruxa através de uma música. Essa história foi trabalhada juntamente com instrumentos musicais, (pandeiro, chocalho) e para sua complementação foi tocada uma música intercalando a história. Essa história trouxe muita reflexão para as crianças na questão de higiene, do bom trato com as pessoas, além de desenvolver nelas a criatividade, o interesse por histórias e músicas e a descontração. Moral da história: Tudo que é feito de mal para alguma pessoa, pode voltar contra você. Não se podem fazer maldades com as outras pessoas.

> “Agora eu vou contar uma história de um ser que causa medo em algumas pessoas! ”
> (Professora A)
> “Háa já sei! É o lobo mal!. (Aluno L)
> “Não,eu acho que é de cobra!”(Aluno C)
> “Háa, pode ser de bruxa também... elas são assustadoras”. (Aluno H)
> ‘Haan... É a história de uma bruxa que não gostava de tomar banho e nem mesmo de lavar o pé, por isso ela era muito chulezenta!”(Professora A.)

> "Vocês gostam de tomar banho? Quem aqui tem chulé?Humm... acho que estou sentindo um cheirinho desagradável".(Professora B)
> "Eu gosto de tomar banho"(Aluno R)
> "Eu não tenho chulé tia!"(Aluno K)
> "Todas as vezes que a bruxa pedia para a princesa "Cabeça de histórias" contar uma história para ela, a princesa ao final cantava uma música mais ou menos assim: "(Professora B.)
> Rá,rá,rá,ré,ré,ré
> Bruxa, bruxa tem chulé!
> Rá,rá,rá,ré,ré,ré
> Bruxa, bruxa tem chulé!

O Elefante Punca La Punca-(Criada por Marcelo Serralva, 2013) É a história de um elefante que quando andava fazia um barulho (puncalapunca,puncalapunca), tinha um medo danado de rato e de repente no meio de seu caminho aparece o ratinho Ratonildo que cantava uma canção e o elefante ficava amedrontado e pedia ao rato para desaparecer. O rato queria sempre contar algo ao elefante, mas o medo do mesmo impedia que ouvisse o que o rato lhe queria dizer. E então num certo dia, o elefante caiu em um buraco bem fundo e ficou mais amedrontado, então Ratonildo o acha e tentar ajudá-lo, mas o elefante diz que para ajudá-lo precisa ser alguém bem grande e forte, e o ratinho tem uma ideia de tocar seu tambor para chacoalhar a terra e o elefante sair do buraco. E assim ele consegue salvar o Elefante puncalapunca.

Essa história foi contada por meio de fantoche e instrumentos musicais (tambores) e para sua complementação foi tocada duas músicas, intercalando a história e por meio dela pode-se desenvolver nas crianças, sentimentos como amizade, cooperação, além de promover uma interação maior entre as crianças e a descontração e envolvimento com os personagens.A história foi finalizada focando a moral que não se pode julgar as pessoas, os animais, pela parte exterior delas. O tamanho não pode ser um obstáculo para realizar aquilo que se sonha ou que se precisa fazer.

> "Essa história que vamos ouvir agora é de um animal bem grande, que tem uma tromba gigante e que quando anda balança seu rabo para lá e para cá. Vocês já sabem de quem estou falando? "(Professora B.)"
> Ha tia eu já sei é o elefante? "(Aluno I)
> "Huum..muito bem , é o elefante sim! E o nome dele é um pouco difícil, mas muito engraçado. Ele se chama Punca la Punca."(Professora B.)
> "Punca la punca? (risos) Que engraçado tia!"(Aluno A)
> "Mais, sabe por que ele se chamava assim? Porque quando andava ele fazia um barulho desse jeito. E ele gostava de cantar assim:"

> (Professora B.)
> Puncalapunca, olhaa minha tromba...
> Puncalapunca, olhaa minha tromba!
> "Que legal tia"(Aluno P)
> ("mais sabe qual era o maior medo que ele tinha?)(Professora B.)
> "De dinossauro tia? "(Aluno B.)
> "Haa...eu acho que era de onça! "(Aluno J)
> Não, não, não. Ele tinha pavor de rato! Isso mesmo ratinho, pequenininho que não faz mal a ninguém! "(Professora B.)
> "Nossa um bicho grande desses, com medo de um pequenininho? "
> (Aluno R)
> "Hee..mais lá na floresta existia um ratinho que se chamava Ratonildo, ele gostava muito de cantar e tocar seu tambor, que sempre dizia que era mágico...Ela cantava assim:"
> (Professora B.)
> Eu sou um rato, rato, rato...
> Apenas sou um rato!

Na história da coca, criada por: Bia Bedram (2014), um menino percorre seu caminho com uma coca (abóbora) que a avó o tinha dado e no decorrer do caminho ele encontra várias pessoas com diversos objetos e coisas e ele sempre troca a coca pelos objetos das pessoas, mas sempre se arrepende pela troca. Ao final da história ele troca um pão por uma viola e não se arrepende, pois fica muito contente com ela e se põe a cantar! Essa história foi contada por meio de desenhos apresentados num papel na ordem dos objetos e instrumento musical (pandeiro) e para sua complementação foi tocada algumas músicas, intercalando a história.

Ao contar essa história percebeu-se um grande desenvolvimento na percepção das crianças no quesito da sequência em que os fatos foram acontecendo, no decorrer da contação elas sabiam dizer objetivamente qual personagem e qual objeto viria adiante. Além de auxiliar na percepção das rimas, das palavras diferentes e significados, elas também aprenderam que nunca se deve arrepender-se de suas escolhas, pois mesmo se estiver triste por algo, mais adiante poderá acontecer um fato que os deixará mais contentes. Moral da história: Não se deve se arrepender daquilo que se deu a uma pessoa, pois ela pode realmente estar precisando daquilo que foi dado. E você mais a frente terão a recompensa disso.

> "Essa é uma história que conta sobre um menino que ganhou uma coca de sua avó e ficou muito feliz. O que vocês acham que pode ser uma coca? "(Professora B.)
> "Háa..tia deve ser Coca-Cola!(Todos os alunos)
> "Humm..mais não é uma Coca-Cola não.É porque lá onde eles moram, a abobora é chamada de coca sabiam?"(Professora B)
> "Nossa tia eu não sabia disso?"(Aluno G)

> "Pois é...Mais agora vamos saber se esse menino realmente gostou da coca que ganhou. E a tia vai contar essa história cantando."
> (Professora B)

Nesse contexto ressaltamos aqui, os resultados obtidos por meio da observação, constatando-se que por meio das coreografias, os alunos puderam se libertar da timidez, se envolvendo mais nos movimentos, na expressão, bem como na descontração promovida por meio das músicas. O resultado do trabalho com as brincadeiras foi esplêndido, visto que em cada nova brincadeira apresentada ás crianças, mais curiosidade era despertada nelas, mesmo porque o desenvolvimento se faz a partir do momento em que a criança se interessa por tal método e se entrega aquela nova experiência. No que diz respeito as histórias, foi grandioso o resultado obtido através delas. Os educandos aguçaram mais o gosto pela leitura, houve um grande avanço na parte da alfabetização delas, além de proporcionar empolgação, sensibilidade, criatividade e envolvimento das mesmas com os personagens, com os instrumentos usados para a contação, com a professora e até mesmo com os próprios colegas. As brincadeiras, as coreografias e as histórias foram ministradas de forma lúdica, algumas em sala de aula e outras nos variados espaços em que a escola oferece.

As brincadeiras, as coreografias e as histórias aqui registradas fazem parte do repertório utilizado ao longo do projeto ao longo de oito meses.

5 Considerações finais

O ambiente musical oportuniza o desenvolvimento cognitivo e linguístico, das crianças, bem como o desenvolvimento psicomotor e sócio afetivo das mesmas. Além de garantir o aprendizado e a diversão, a música também leva às crianças ensinamentos de ética, bom comportamento, solidariedade, dentre inúmeros valores que possibilitam aos educandos o aprendizado das práticas morais indispensáveis à construção da sensibilidade desde os primeiros anos. É imprescindível ainda, salientar sobre a música aliada à prática docente, enfatizando-se que a musicalidade é a forma mais reflexiva de estabelecer vínculos de cunhos científicos ao ser humano, visto que é capaz de mudar ideias, estabelecer opiniões que desde a infância estabelece a personalidade e as habilidades de cada ser, exercendo principalmente nos anos iniciais de vida a originalidade das pessoas.

A música é um excelente meio para a aprendizagem, principalmente das crianças. Por

isso é indispensável sua presença no âmbito escolar e familiar. Visto que a criança absorve mais conhecimentos quando os recursos para esse aprendizado são inovadores e estimulantes. A memorização também pode ser outra forma de aquisição do saber, já que memorizando o educando grava o conhecimento em sua mente e pode expandi-lo através das práticas do dia-a-dia. A musicalidade é reflexiva e gratificante, é capaz de mudar ideias e estabelecer opiniões que desde a infância revela a personalidade e as habilidades, exercendo em cada criança a sua originalidade. As características musicais expõem ao indivíduo um mundo cheio de possibilidades, propostas a serem realizadas para a construção de mudanças e comportamentos.

As exibições de sons e imagens, através de projetores, por exemplo, prendem a atenção das crianças, por isso são de grande valia esses suportes aos educadores. Eles levam as crianças a uma viagem nas histórias, no mundo dos desenhos, nas vozes dos personagens e retratam um pouco da diversidade, através das falas, dos movimentos e das expressões físicas. A música então precisa de instrumentos de apoio, para que seja propagada às pessoas e os elementos tecnológicos facilitam essa propagação, beneficiando às práticas pedagógicas de ensino, bem como a inclusão do educando aos meios de comunicação.

O projeto “O mundo mágico da música”, contou com diversas atividades nas quais foram trabalhadas de maneira a salientar às crianças a importância da musicalidade como instrumento facilitador do processo ensino- aprendizagem, bem como uma forma divertida de se aprender. Por meio de brincadeiras, coreografias, histórias e atividades para casa, os educandos foram movidos a manifestações musicais, nas quais os fizeram navegar em um mundo de magia, encanto e beleza.

Referências:

ALVES, Rubem**. Se eu pudesse viver a minha vida novamente**. Campinas: Verus, 2004

ANDRADE, Annielly da Silva-**A música como instrumento facilitador da aprendizagem na Educação Infantil.** Guarabita, Paraíba, 2012. Disponível em: <http://dspace.bc.edu.br/jsPui/bitstream/PDFAnniely% Andrade.pdf>Acesso em: 06/2016

ANDRADE, Mário Raul Moraes de,1893-1945 - **Introdução á estética musical**/Mário Raul Moraes de Andrade. São Paulo: Hucitec, 1995.

BARRETO, Débora. **Dança: ensino, sentidos e possibilidades na escola**/Débora Barreto-3. ed-Campinas, SP, Autores Associados,2008.

BEYER, Esther, KEBACH, Patrícia, SPECHT, Ana Cláudia et al. **Pedagogia da Música: experiências de apreciação musical** /- Porto Alegre: Mediação,2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais: arte/Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: Disponível em:http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf.Acesso: 05/2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175 da Independência e 108º da República.

BRITO, Teca Alencar de. **Música na Educação Infantil: propostas para a formação integral da criança**/ Teca Alencar de Brito – São Paulo: Pirenópolis, 2003.]

DEMO, Pedro, 1941. Pesquisa: **Princípio científico e educativo**/Pedro Demo-12.ed – São Paulo: Cortez, 2006.

FAZENDA, Ivani (org). **Metodologia da pesquisa educacional**- 6ª. Ed.-São Paulo, Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários á prática educativa.** /Paulo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Bianca Ferraz, SANTOS, Eliene Rodrigues dos, MORAES, Heliete Aparecida de. **Musicalização no ensino-aprendizagem**. Faculdade capixaba da serra curso de pedagogia. Serra, 2013. Disponívelem: http://serra.multivix.edu.br/wp-content/uploads/2013/09/bianca_04.pdf>Acesso: 08/2016.

GOMES, Edméa Maria de Freitas. **A música como mediador do desenvolvimento da criança na Educação Infantil**. Universidade Cândido Mendes. Niterói, 2011. Disponívelhttp://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/N20335.Acesso: 10/2016.

JEANDOT, Nicole. **Explorando o Universo da Música**. São Paulo: Ed. Scipione, 1993. 2ª Edição.

LIMA, Thaís Campos. **Música, Afetividade e interação professor-aluno**/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:http://www.domain.adm.br/dem/licenciatura/monografia/thaislima.pdf. Acesso: 05/2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social, teoria, método e criatividade.** Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1993

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB n° 12/2013. **Diretrizes Nacionais para o operalização do ensino de Música na Educação Básica** Distrito Federal, 2013. Disponívelem: http://portal.mec.gov.br.Acesso: 05/2016.
PINTO

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

REPRESENTAÇÕES DE SUPERVISORES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS NO PROCESSO EDUCATIVO DOS ALUNOS DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO/MG

Heloísa dos Reis Pereira Rocha*
Marilda de Souza Almeida**

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar as contribuições e desafios na função de Supervisor Escolar no processo educativo na visão dos Supervisores de escolas do Município de João Pinheiro.A pesquisa objetivou conhecer as contribuições e a importância do trabalho do Supervisor Pedagógico no processo de ensino e aprendizagem e no contexto educacional de atuação, averiguar de que maneira é feita a intervenção pedagógica escolar, entender a sua eficácia e analisar de que forma o supervisor percebe a sua atuação como organizador do espaço de aprendizagem. A pesquisa foi realizada em uma abordagem qualitativa e apresentou os dados analisados por instrumentos da abordagem qualitativa/quantitativa. Os dados foram coletados por meio de entrevistas com profissionais que atuam em seis Escolas no Município de João Pinheiro, que ofertam do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, sendo a escolha dessas escolas aleatória. A entrevista foi formulada com sete perguntas,buscando garantir por meio delas, os resultados einformações necessárias para a conclusão do trabalho.A pesquisa desvelou que o Supervisor Escolar, além de motivar e coordenar o trabalho pedagógico, também exerce liderança dentro na instituição em que atua e por isso encontra algumas dificuldades no exercício de sua função.

Palavras-chave: Supervisão Escolar. Aprendizagem. IntervençãoPedagógica. Escola. Supervisão.

Abstract: This article aims to present the contributions and challenges in the role of School Supervisor in the educational process in the view of Supervisors of schools in the Municipality of João Pinheiro. The research aimed to know the contributions and importance of the work of the Pedagogical Supervisor in the process of teaching and learning and in the educational context of action, to find out in what way the pedagogic intervention is made at school, to understand its effectiveness and to analyze how the supervisor perceives his / her performance as organizer of the learning space. The research was carried out in a qualitative approach and presented the data analyzed by instruments of the qualitative / quantitative approach. The data were collected through interviews with professionals who work in six schools in the municipality of João Pinheiro, which offer from the 1st to the 9th grade of elementary school, being the choice of these schools random. The interview was formulated

* Graduada em Pedagogia pela Faculdade Cidade João Pinheiro- FCJP. E-mail: heloisareis0612@gmail.com

** Graduação em Normal Superior- Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM. Especialização em Docência do Ensino Superior – Faculdades Integradas de Jacarepaguá. Especialização em Psicopedagogia – Universidade Castelo Branco. Especialização em Supervisão Escolar – Faculdades Integradas de Jacarepaguá. Especialização em Metodologia do Ensino e Tecnologia para Educação a Distância – Faculdade Cidade de João Pinheiro. Professora Aposentada da Educação Básica –; Secretária do Estado de Educação de Minas Gerais. Professora do curso de Pedagogia da Faculdade Cidade de João Pinheiro. Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de João Pinheiro MG. E-mail: professoramarildasouza@gmail.com

with seven questions, seeking to guarantee through them the results and information needed to complete the work. The research revealed that the School Supervisor, in addition to motivating and coordinating the pedagogical work, also exercises leadership within the institution where it operates and therefore encounters some difficulties in the exercise of its function.

Keywords: School Supervision. Learning. InterventionPedagógica. School. Supervision.

INTRODUÇÃO

O objeto do presente estudo constituiu-se na análise da importância e das contribuições da função do Supervisor Pedagógico no processo escolar e ainda conhecer os desafios propostos para essa profissão.

O conceito da palavra Supervisão, segundo o sentido etimológico, vem das palavras super (sobre) e visão (ação de ver). Indica a atitude de ver com mais clareza uma ação. “Sendo assim, Supervisão Escolar é a visão global, sobre todo o processo educativo, para que a escola possa alcançar os objetivos da educação e os objetivos específicos da própria escola” (MEDINA, 1997).

O presente trabalho, buscou apresentar as representações de professores sobre o tema, sendo o conceito de representação, assentado no princípio de que o processo de produção de conhecimento é fundamentalmente uma reformulação da visão que temos de outros sujeitos, sob a forma de representações. Segundo (Gomes) “O cientista social ao deparar-se com seu ‘objeto’, precisa desenvolver uma atitude crítica de forma a ‘desmontar’ esse ‘objeto’ na forma de categorias conceituais, de modo a compreender o objeto em sua punjança e movimento”.

A pesquisa foi feita com profissionais na área da Supervisão Educacional que atuam em seis Escolas da Rede Municipal e Estadual de João Pinheiro, as quais trabalham com o ensino do 1º ao 9º ano, na zona rural e na sede do município. O estudo teve como marco inicial o mês de março de 2017, e sua conclusão no mês de novembro do referido ano.

A relevância social dessa pesquisa está em discutir e esclarecer as contribuições e dificuldades na realização do trabalho de Supervisão Pedagógica, uma vez que esse profissional exerce diversas funções, assumindo inúmeras responsabilidades no processo de ensino e aprendizagem. Acredita-se que a pesquisa irá contribuir para o reconhecimento e valorização desse profissional tão importante no âmbito escolar, pois o resultado do estudo será apresentado à comunidade escolar envolvida no projeto.

A relevância acadêmica se dá pela oportunidade de leitura por acadêmica e professora do curso de Pedagogia, que objetivem conhecer melhor o trabalho, as contribuições e os desafios do Supervisor Escolar, uma vez que a função desse profissional tem sofrido muitas mudanças na prática sócio histórica.

A pesquisa foi norteada pelos questionamentos: quais são as contribuições do trabalho do Supervisor no processo de ensino e aprendizagem? Como o supervisor percebe sua atuação como organizador do espaço de aprendizagem pesquisada? De que maneira é feita a intervenção pedagógica na escola? Quais as maiores dificuldades e desafios encontrados pelo supervisor no exercício da sua função? Como os supervisores exercem o papel de líderes no processo educacional nas instituições em que trabalham;? De que forma o trabalho do Supervisor Educacional motiva o trabalho dos professores? Qual a percepção dos supervisores na relação que eles estabelecem com os professores nas ações cotidianas da escola e no processo ensino aprendizagem?

Para a realização da pesquisa, estabececeu-se os seguintes objetivos: conhecer as contribuições do trabalho do Supervisor Pedagógico no processo de ensino e aprendizagem e no contexto educacional de atuação; averiguar como é feita a intervenção pedagógica escolar e entender a sua eficácia; analisar de que forma o Supervisor percebe a sua atuação como organizador do espaço de aprendizagem; descrever as dificuldades encontradas pelo Supervisor Pedagógico no exercício da sua função; entender de que forma o trabalho do Supervisor Pedagógico motiva o trabalho do professor; observar a atuação dos supervisores como líderes nas instituições de ensino; descobrir se na visão dos supervisores, a relação que eles estabelecem com os professores contribui para a motivação e desenvolvimento de ações no cotidiano da escola e no processo ensino aprendizagem.

A investigação partiu da hipótese de que o trabalho do Supervisor Escolar vai além de uma simples visão sobre o processo escolar. O Supervisor exerce a função de coordenar o trabalho de todos os envolvidos no processo pedagógico. Sua função não é de fiscalizador, mas de articulador das ações pedagógicas entre professores, família e alunos, obedecendo a um conjunto de normas, diretrizes e práticas das atividades. A intervenção pedagógica é a interferência do especialista sobre o processo de ensino e aprendizagem do aluno que apresenta alguma dificuldade no aprendizado. Essa intervenção é feita com um olhar voltado para novos projetos e metodologias, elaborados com vistas a um melhor desempenho no processo de aprendizagem. O Supervisor, além de supervisionar e liderar tem a função de

coordenar e organizar o espaço educacional de forma que tudo aconteça para otimizar o processo de aprendizagem dos alunos. O trabalho do Supervisor Escolar é de extrema importância e, por isso, é bastante complexo. Uma das maiores dificuldades encontradas pelo Supervisor é envolver todo o corpo docente, juntamente com as famílias dos alunos, no processo de ensino e aprendizagem.

O Supervisor é o profissional que permite uma ligação entre alunos, professores, família e direção. Tanto os alunos quanto os pais de alunos, veem o Supervisor como um profissional que representa a parte administrativa e pedagógica da escola. A relação entre Supervisor, professores e gestão, deve ser pautada no respeito e na liderança que garantem o compromisso do professor de ensinar e do aluno aprender, observando as práticas do desenvolvimento pedagógico dentro da realidade escolar. Supervisor e professores trabalham em parceria onde as posições são definidas a fim de superar alguns impasses que surgem no âmbito escolar.

O Supervisor motiva o trabalho dos professores quando trabalha definindo funções e atribuindo responsabilidades que resultam no desenvolvimento de projetos que objetivam o melhor aprendizado dos alunos. Em contrapartida, os professores se sentem desmotivados e desanimados quando o Supervisor desenvolve um trabalho voltado para o autoritarismo, onde não existe democracia e os professores têm que cumprir as regras não podendo fazer uso de suas experiências observando a hierarquia e não podendo utilizar de seu conhecimento para acrescentar junto ao desenvolvimento escolar. O relacionamento positivo entre Supervisor e professores, se assenta na motivação e preparo para um bom desempenho no processo de ensino e aprendizagem,

METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa, o estudo concretizado é classificado como estudo de campo, pois permite uma análise aceitável da realidade. A pesquisa realizada é considerada descritiva e quanto à natureza constitui-se como qualitativa. No processo de coleta de dados, foi feito uma entrevista com seis Supervisores Educacionais que atuam em Escolas na Rede Municipal e Estadual de Ensino. Ouviu-se uma Supervisora que atua em cada escola, sendo que a escolha da especialista de cada escola foi feita de forma aleatória. As entrevistas foram gravadas e posteriormente foram transcritas e analisadas à luz de referenciais teóricos cujo

foco de pesquisa foi a função Supervisora Educacional.

HISTÓRIA DA SUPERVISÃO ESCOLAR

O primeiro registro legal sobre o desempenho do Supervisor Escolar no Brasil foi em 1931. Durante esse período, esses profissionais realizaram os padrões "prescritos" pelos órgãos superiores e os corpos superiores, e foram chamados de "conselheiros pedagógicos" ou "conselheiros escolares", cuja função principal era a inspeção. (ANJOS, 1988).

Pode-se perceber, então, que a origem etimológica aproxima o surgimento do profissional com a função que deve ser exercida por ele, sendo colocado em um plano superior aos professores para inspeção, garantindo a execução de suas atribuições nesta fase da história.

De acordo com Saviani (2003, p. 26): "quando queremos emprestar à figura do inspetor um papel predominante de orientação pedagógica e estimular competência técnica, em vez de inspeção para detectar falhas e aplicar punições (...)." Este caráter não é assumido em sua essência, porque no final da década de 1950 e início dos anos 1960, graças ao acordo assinado entre o Brasil e os Estados Unidos da América para a implementação do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar, o PABAEE, o especialista tinha estritamente a função de controlar e inspecionar.

O objetivo do PABAEE era "treinar" educadores brasileiros para que pudessem garantir a execução de uma proposta educacional para educação técnica em mexilhões norte-americanos. Alguns estados brasileiros como Minas Gerais, Goiás e São Paulo foram os principais 'executores' do programa, mas "essa tendência influenciou o treinamento e operação do supervisor da escola em todo o país".(PAIVA, 1997, p. 48).

Durante este período, a educação brasileira baseou-se principalmente no PABAEE e os materiais desenvolvidos pelos profissionais que trabalhavam no programa constituíram uma fonte de especialização e melhoria dos professores dessa época.

Inicialmente, os técnicos da PABAEE sentiram que investir na formação de professores através de cursos "normais" era suficiente para garantir a implementação das práticas impostas pelo Programa. Eles então perceberam que a preparação do Supervisor da Escola, com base em seus projetos técnicos, seria mais eficaz, uma vez que esses profissionais poderiam agir: "interferir diretamente no que ensinar no ensino e avaliação, educar

professores e estudantes para uma organização escolar baseada em ordem, disciplina e hierarquia e cimentada na visão cristã liberal".(GARCIA apud PAIVA, 1997, 40).

Os supervisores desempenharam um papel multiplicador e inspecionaram a implementação das ideias impostas pelo PABAEE, o programa começou a atingir mais professores e alunos.

Para Medina (1995, p.12) "o papel do supervisor passa então, a ser redefinido com base em seu objeto de trabalho, e o resultado da relação que ocorre entre o professor que ensina e o aprendiz começa a construir o núcleo do trabalho do Supervisor na Escola. "

Com base na reflexão de Medina, é essencial que o Supervisor desenvolva o planejamento para que seu trabalho possa ser efetivo e os objetivos propostos alcançados

Ainda para Medina, (2003, p.33), "é indispensável que se entenda"que o espaço ocupado pelo supervisor na escola não lhe conceda privilégios, porque ele não é a classe dominante". Seu trabalho é importante, mas deve envolver a ação dos professores , o desejo da comunidade e dos alunos. Esta ação exige que o supervisor tenha várias habilidades e conhecimentos. Ao mesmo tempo, é importante que o supervisor observe o desenvolvimento diário da escola, para registrar os principais discursos e os gestos que revelam os pensamentos e a ações praticadas pelos professores.

Refletindo sobre o pensamento de Medina, nota-se que o Supervisor não deve se sentir privilegiado no cargo, e sim comprometido com o conhecimento que precisa ter para dirigir o processo educacional e orientar os professores.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inicialmnete, a LDB 4.024/61, já previa setores especializados para coordenar atividades pedagógicas nas escolas como meio de buscar a implementação de políticas educacionais desejadas pelos sistemas educacionais.

Reiterando essa prática tradicional, Medina (1995, p. 40), resalta o texto da Lei Federal 5.692, de 11 de agosto de 1971, capítulo V, artigo 33, que reforça a responsabilidade deste profissional em relação à prática pedagógica praticada no escola:

> (...) institucionaliza a supervisão, ao referir-se à 'formação de administradores,planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas em educação'. A supervisão passa a introduzir modelos e técnicas pedagógicas atualizadas (para a época); o supervisor, contudo, não perde o vínculo com o poder administrativo das escolas. Agora o seu papel é o de assegurar o sucesso no exercício das atividades docentes por parte de seus colegas, professores, regentes de classe.

Em 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional, Lei nº 9.394/96 que valoriza o desempenho de uma liderança, no sentido de articular ações para garantir a qualidade da ensino. A partir desse momento, tornou-se obrigatório que este profissional se especializasse, nos termos do artigo 64:

> Art. 64 _ A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a Base Comum Nacional.

Para atender à referida Lei, os Supervisores Educionais deveriam então, cursar Licenciatura em Pedagogia ou se especializar em Pós Graduação especificamente.

O Especialista em Supervisão introduz modelos atualizados e técnicas de ensino sem perder a conexão com o poder administrativo das escolas. Seu papel é garantir o sucesso na realização de atividades de ensino por seus colegas, professores, regentes de classe.

Segundo Silva Júnior, o Decretonº 5.586/75, artigo 7º, do estado de São Paulo, define essas atribuições, entre as quais se destaca:

> (...) II- Zelar pela integração do sistema, especialmente quanto à organização curricular;
> (...) IV- Elaborar os instrumentos adequados para a sistematização das informações;
> (...) X- Cumprir e fazer cumprir as disposições legais relativas à organização didática, administrativa e disciplinar emanadas das autoridades superiores;
> (...) XI- Apresentar relatório das atividades executadas, acompanhado de roteiro de inspeção (1984, p. 34-35).

Conforme o Decreto nº 5.586/75, artigo 7º, do estado de São Paulo, cabe ao Supervisor de Ensino assegurar a integração do sistema do ensino, principalmente em relação ao currículo, desenvolver instrumentos para a melhoria do ensino, participar ativamente da organização didática, administrativa e disciplinar da instituição, além de inspecionar relatórios sobre as atividades pedagógicas realizadas na instituição de ensino.

Rangel (1988, p. 14), transcreveu a Portaria nº 06/77 da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, sobre as atribuições do "conselheiro pedagógico", nomenclatura dada ao Supervisor da Escola nesse Estado neste momento da história:

> Planejamento, acompanhamento, avaliação e controle:
>
> 1.1- Planejar a dinâmica da orientação pedagógica em consonância com os objetivos da unidade de ensino;(...)

> 1.4- Acompanhar o desenvolvimento do currículo, em entrosamento direto com a Direção do estabelecimento e a equipe de orientação educacional;
> 1.5 Avaliar, continuamente, o processo de ensino-aprendizagem com vistas à realimentação do sistema;(...)
> 1.8- Elaborar, implementar ou opinar sobre projetos de caráter técnico-pedagógico.

Estes textos mostram a ação tradicional, conservadora e estreita que é atribuída ao Supervisor da Escola, que contém características do inspetor da escola que enfatizaram "controle", "execução", "aplicação".

Esta era é marcada pela desqualificação e fragmentação do trabalho docente, uma vez que o educador se torna um mero transmissor de conhecimento, prática, chamada de Educação Bancária pelo educador brasileiro Paulo Freire, que afirma que essa conceituação "distorce a criatividade necessária do educador e do educando" (1996, p.27) e limita o desempenho do Supervisor da Escola.

CONCEITUANDO A SUPERVISÃO ESCOLAR

O papel do Supervivor é promover e contribuir para a formação de professores. Seu trabalho é reconhecido como apoio ao professor e seu trabalho é potencializado para se conectar efetivamente ao contexto escolar.

O Supervisor Escolar deve trabalhar de forma inovadora e criativa, ousando na busca de alternativas, projetos e soluções para desenvolver ações pedagógicas com competência e sucesso. Atribui-se também ao Supervisor Escolar trabalhar com serenidade buscando construir uma pratica pedagógica transformadora de forma que promova situações favoráveis ao aprendizado dos alunos, sendo ele o principal incentivador e motivador do trabalho dos docentes e do aprendizado dos alunos.

O Supervisor Escolar deve sempre buscar se relacionar bem com todo o corpo docente e embora exerca uma função de fiscalizador, ele não deve permitir que os professores se sintam pressionados com a sua atuação. Essa relação deve acontecer de forma responsável e colaborativa visando a execelência no processo educativo.

O Supervisor Escolar enfrenta vários desafios no exercício de sua função, dentre eles está a formação de uma equipe que o apóie e aceite suas ideias inovadoras que sejam preparados para ajudar a resolver problemas emergenciais para que esses não prejudiquem o ambiente escolar. Esse profissional desempenha vários papéis, de acordo com as necessidades

da escola e às vezes ficam incapazes de organizar sua rotina de trabalho devido a tantas funções que lhe são atribuídas. Esse execesso de função se dá pela falta de pessoal, faltas de professores, problemas familiares de alunos, dificuldades de aprendizagem e indisciplina estudantil.

A função do Supervisor deixa de ser a de um controlador do trabalho ou de um técnico responsável pelo trabalho para assumir uma posição de liderança e coordenção, garantindo a eficiência e eficácia do trabalho pedagógico.

Segundo Dermeval Saviani, (2002, p.24), a Supervisão é a "ação de velar sobre alguma coisa ou sobre alguém a fim de assegurar a regularidade de seu funcionamento ou de seu comportamento".

O trabalho do Especialista em Supervisão está focado na ação do professor e na aprendizagem dos alunos, e não pode ser confundido com conselhos ou orientações simples, porque é um trabalho que requer muito envolvimento, conhecimento e compromisso com o sistema educacional.

Segundo Pinzan e Maccarini (2003, p, 21).

> A Supervisão Escolar, comprometida com o trabalho coletivo, contribui na formação do professor na medida em que não limita ao controle, ou ao repasse de técnicas aos professores, mas no sentido de lhes oferecer assessoramento teórico-metodológico diante dos problemas educacionais do cotidiano, criando momentos de reflexão e com o respaldo de fundamentação teórica e uma visão do ato de ensinar e de aprender, como algo articulado.

Portanto, o especialista em Supervisão deve fazer uso de sua posição para oportunizar a formação e o fortalecimento de sua equipe, desenvolvendo uma parceria coletiva que possibilita maior interação entre os profissionais, através de momentos de reflexão sobre ensinar e aprender, visando atender às necessidades dos educandos.

Nérici (1974, p. 29), afirma que Supervisão Escolar é a "visão sobre todo o processo educacional, para que a escola possa atingir os objetivos educacionais e os objetivos específicos da própria escola." Dessa forma o Supervisor se torna um articulados coresponsável pelas demandas educacionais dos educandos e comunicade escolar.

Ainda numa visão sócio histórica, anos mais tarde, já é possível observar um avanço no projeto da supervisão da escola. Rangel (1988, p.13) "admite a grande necessidade de um relacionamento entre profissionais e outros profissionais na escola: como planejar, monitorar, coordenar, avaliar e atualizar o desenvolvimento de todo oprocesso de ensino e

aprendizagem."

Essa autora considera as dimensões da relação entre Supervisor-Professor e Ensino e Aprendizagem, como o foco do trabalho pedagógico, e, desta forma, o Supervisor não é mais considerado o profissional que realiza tarefas de controle e supervisiona o trabalho realizado pelos professores, mas que participa ativamente de todo o processo ensino/aprendizagem.

Alonso, (2003, p.175), afirma que a Supervisão, nesta perspectiva relacional é construída na rotina da escola:

> (...) vai muito além de um trabalho meramente técnico-pedagógico, como é entendido com frequência, uma vez que implica uma ação planejada e organizada a partir de objetivos muito claros, assumidos por todo o pessoal escolar, com vistas ao fortalecimento do grupo e ao seu posicionamento responsável frente ao trabalho educativo.

Dessa forma, a função do Supervisor se revela como uma importante referência frente à equipe escolar. Esse profissional é responsável pela coordenação de todo o trabalho pedagógico desenvolvido na escola e assume o papel de liderança e responsabilidade em relação aos saberes dos professores e ao aprendizado dos alunos.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DOS SUPERVISORES SOBRE SUA PRÁTICA

Conforme já mencionado na introdução deste artigo, para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas com seis Supervisores Escolares e a seguir serão apresentadas as representações desses profissionais participantes da pesquisa.

Na opinião dos entrevistados, as principais contribuições do seu trabalho como Supervisor no processo de ensino e aprendizagem nas instituições em que atuam, são:

> *Entendo que o Supervisor Escolar, dentro da escola, deve ser inovador, criativo, ousado e dinâmico e além disso, também buscar alternativas e soluções para avançar e ainda precisa ter iniciativas e coragem para solucionar os problemas relacionados com autoconfiança da equipe, né? Também é atribuição do Supervisor Escolar, a serenidade para promover a tranquilidade no ambiente de trabalho além do que, precisa construir uma prática pedagógica transformadora, promovendo situações favoráveis ao desenvolvimento coletivo no ensino e aprendizagem no espaço escolar. (Entrevistado 1).*
>
> *O Supervisor contribuiu com o processo de aprendizagem dos alunos, procurando motivar os professores, trazendo ideias inovadoras, criando e*

> *orientando novos projetos que busquem o desenvolvimento dos alunos e também acompanhando individualmente o aprendizado de cada aluno. (Entrevistado 2).*
>
> *As principais contribuições enquanto Supervisor Pedagógico se dão no âmbito de mediador, uma vez que alia a teoria à prática. Nesse sentido, é necessário ser o elo entre a boa prática do professor e as necessidades resultantes do processo de ensino e aprendizagem, intervindo sempre que necessário com um respaldo condizente à sua atitude. (Entrevistado 3).*
> *As principais contribuições do Supervisor na instituição em que trabalha é orientar os professores, motivando, questionando, despertando no professor o prazer e o envolvimento nas atividades desenvolvidas no ambiente escolar, bem como compartilhar resultados satisfatórios em prol de um ensino de qualidade. (Entrevistado 4).*
>
> *Trabalhar intensamente com o grupo de professores, buscando meios de sempre deixá-los motivados a desenvolver as suas atividades. E a gente deve estar sempre atento também, é..ao nosso educando, para ver qual o nível de aprendizagem que ele desempenhou no bimestre, em cada bimestre, né? Deve também observar agregar as necessidades dos que atuam na escola, introduzir inovações para que todos se comprometam com a proposta. (Entrevistado 5).*
>
> *Assistência ao trabalho do professor, desde o planejamento até a execução do mesmo, buscando melhorias a alternativas para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça. (Entrevistado 6).*

Analisando as respostas dos entrevistados, é possível perceber a necessidade da contribuição do trabalho do Supervisor Escolar no processo de ensino e aprendizagem. Esse profissional contribui para que a escola possa redimensionar a sua prática pedagógica, desenvolvendo e criando métodos de análise para estudar a realidade e construir estratégias de ação.

Através de suas estratégias e ações, o Supervisor Escolar abre um leque de novas possibilidades de análise e compreensão dos processos de construção permanente de novos procedimentos pedagógicos que favoreçam a educação e o aprendizado dos alunos.

> O Supervisor é um agente de mudanças, facilitador, mediador e interlocutor. Um profissional capaz de fazer a articulação entre equipe diretiva, educadores, educandos e demais integrantes da comunidade escolar no sentido de colaborar no desenvolvimento individual, social, político e econômico e, principalmente na construção de uma cidadania ética e solidária. (LIBÂNEO, 2002, p. 35).

A atuação do supervisor escolar se justifica como meio de garantir o planejamento e a execução de projetos baseados em conhecimentos sólidos que possibilite às pessoas novas

perspectivas de vida e novos saberes.

Em seguida buscou saber como os Supervisores percebem a sua atuação como organizador do espaço de aprendizagem:

> *Em conjunto com os professores para que possamos organizar esse espaço de aprendizagem. Acredito que a melhoria da qualidade do ensino se dá pelo desempenho do professor em relação ao ensino e aprendizagem e também pelo apoio e suporte que o supervisor lhe dá, auxiliando nas suas dificuldades. (Entrevistado 1).*
>
> *O Supervisor organiza o espaço a partir do momento em que ele organiza as ações do processo de ensino e aprendizagem. Todas as ações desse processo passam pelo supervisor, desde as ações de ensino como as de busca pelo interesse, de acompanhamento familiar e de frequência, por exemplo. Então eu vejo a ação do Supervisor como um elo que liga as grandes ações de base da educação. (Entrevistado 2).*
>
> *No tocante à organização do espaço de aprendizagem, há necessidade de se fazer valer de uma boa relação embasada no respeito mútuo e na valorização do saber do outro. Portanto, é imprescindível que a imparcialidade e o saber do aluno assumam o papel principal, haja vista que o processo ensino e aprendizagem não se dá sem a ação de seus sujeitos principais, né? E nesse sentido, a boa prática do professor aliado a um bom acompanhamento pedagógico é o que garantirá ou ao menos fomentará um bom espaço de aprendizagem, que consequentemente resultará em uma aprendizagem significativa. (Entrevistado 3).*
>
> *Dentro de uma hierarquia, o Supervisor Escolar é um organizador e orientador dos trabalhos pedagógicos realizados pelos professores. Ele trabalha em parceria com os professores com o compromisso político, pedagógico e coletivo com o objetivo de formar cidadãos. Um exemplo de organização do ambiente escolar por parte do supervisor são as avaliações internas e externas. (Entrevistado 4).*
>
> *É muito gratificante e de uma grande responsabilidade. Primeiramente reconhecer o aluno como sujeito que constrói o seu conhecimento e assim acompanha-lo no dia a dia de sua aprendizagem, dando oportunidade para questionar e criticar o que não concorda. (Entrevistado 5).*
>
> *O Supervisor atua como Orientador dos professores. É ele o motivador e parceiro dos docentes, onde juntos buscam inovar, transformar e aperfeiçoar o trabalho pedagógico. (Entrevistado 6).*

Com base nas respostas dos entrevistados nota-se que o Supervisor tem consciência de que ele atua como organizador do espaço de aprendizagem, auxiliando os docentes na criação de métodos que favoreçam a aprendizagem dos alunos, transformando e aperfeiçoando o trabalho pedagógico.

> [...] a ação supervisora passa da condição de função para a de profissão, pela mediação da ideia de supervisão. Com efeito, para que uma função seja organizada como profissão é preciso que ela seja destacada do âmbito em que opera, o que implica um processo de abstração no qual a idéia é construída. Nesse processo a função é definida, isto é, identifica-se o que é próprio dela e que a distingue das demaisespecificando-se os seus atributos. (SAVIANI, 2003, p.14).

Na perspectiva desse autor, a função do Supervisor, passa a ser definida com características próprias, distinguindo-se da função dos demais atores da escola.

O trabalho da intervenção pedagógica escolar foi também questionado como ação coordenada pelo Supervisor Escolar. Segundo os entrevistados:

> *O trabalho de intervenção pedagógica é feito através de professores capacitados em alfabetizar e é feito um rodízio de alunos que diariamente tem o momento da intervenção, além de simulados e provas diagnósticas para avaliar o nível que estão. (Entrevistado 1).*
>
> *Ele é feito no horário em que o aluno estuda na escola, às vezes ele é retirado da sala, a gente tem o professor de apoio na escola e eu acompanho o trabalho desse professor e além de acompanhar, saber o que esse professor tá trabalhando, eu auxilio esse professor também, trabalhando diretamente com esses alunos nos horários também. (Entrevistado 2).*
>
> *A intervenção pedagógica está muito relacionada no acompanhamento de todo o processo e não apenas de resultado final. Assim, vale a premissa de que é preciso acompanhar, monitorar, avaliar, intervir e melhorar. Eu tenho alcançado bons resultados, uma vez que esse acompanhamento me permite intervir com clareza e às vezes até mesmo de forma antecipada através de recursos como jogos, brincadeiras, com o auxílio dos professores e também dos monitores que atuam fora da sala de aula. (Entrevistado 3).*
>
> *O trabalho de intervenção pedagógica dever ser feito com rotina, analisando em qual nível em que se encontra cada aluno, para que o trabalho seja feito de forma dirigida, utilizando sempre de material concreto. A intervenção pedagógica feita com continuidade sempre alcança resultados, claro que cada criança tem um desenvolvimento diferente do outro. (Entrevistado 4).*
>
> *É inovando sempre, buscando estar coligado com os professores trabalhando no coletivo através de projetos e atividades interdisciplinares. E quanto aos resultados, acredito que sim, pois são notados através dos gráficos de desempenho e notas bimestrais. Então, cada final de avaliação, a gente constrói os gráficos e a gente percebe que o resultado foi positivo. (Entrevistado 5).*
>
> *É realizada diariamente. Em alguns casos, dentro e fora da sala de aula. Trabalhamos com material concreto, valorizamos a realidade do aluno e contamos com o apoio da biblioteca também. Em alguns casos, temos*

resultados positivos, em outros não. (Entrevistado 6).

Observando e analisando as respostas dos entrevistados, percebe-se que a intervenção pedagógica é um procedimento que interfere diretamente no processo de ensino e deve ser coordenado e orientado pelo Supervisor. Porém, é uma ação coletiva, entre professores e demais profissionais da escola, que deve considerar a introdução de novos elementos facilitadores do pensamento, atenção e a reflexão do aluno resultando na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

> A multiplicidade das tarefas pelas quais responde habitualmente o supervisor é, em realidade e paradoxalmente, a razão maior de sua dificuldade em compartilhar com os demais educadores a grande tarefa da organização coletiva do trabalho na escola pública. Seus problemas iniciam-se com a não delimitação de seu próprio local de trabalho, necessariamente móvel e variável conforme as tarefas a desempenhar, e crescem exponencialmente com a ausência habitual da necessária localização do trabalho de seus companheiros professores, obrigados à fragmentação de sua jornada e à consequente multiplicação dos locais em que ela se realiza (ALVES, 2013, p.91).

O Supervisor se torna um profissional com funções diversas no âmbito escolar, sendo que o Projeto de Intervenção Pedagógica se apresenta nos dias atuais, como um dos grandes desafios da escola, uma vez que todos devem aprender a partir de suas múltiplas inteligências.

Claramente, esse profissional sê vê, muitas vezes tão atarefado e comprometido, o que pode se traduzir em resultados nem sempre tão eficientes quanto desejados.

Questionou-se ainda, se a relação que o Supervisor estabelece com os professores, contribui para a motivação e desenvolvimento de ações no cotidiano da escola e no processo de ensino e aprendizagem:

> *Sim. Eu procuro manter uma boa relação com os professores, pois sem a ajuda deles o trabalho do Supervisor fica inviável. Procuro manter um clima de abertura proporcionando trabalho em equipe, promovendo a troca de experiências e também sugerindo e trazendo contribuições para novas estratégias de trabalho. (Entrevistado 1).*

> *Eu não considero que a relação que estabelece motivação seja só entre supervisor e professor ou entre professor e diretor. Eu considero como uma relação entre a equipe como um todo na escola, ajuda na motivação, mas, não é o fator principal de motivação para o trabalho de qualquer profissional não, mas, ajuda sim, auxilia na motivação de qualquer profissional porque uma equipe que não de dá bem, eu acho que atrapalha sim, mas, não é o fator principal. (Entrevistado 2).*

> *Sim, essa boa relação fomenta meu trabalho, me motiva e me inspira a melhorar. Somos uma equipe e o resultado de um é o resultado de todos. Pode não parecer muito justo, mas é um reflexo. Se o que vejo da ação do outro não me parece o correto, ou mesmo condizente à situação, vale a reflexão: Até onde minha atuação contribui para que isso ocorresse? Fiz algo para contribuir ou impedir que acontecesse? (Entrevistado 3).*
>
> *Sim.O Supervisor e o professor devem ter um bom relacionamento e trabalharem em parceria em prol de uma educação de qualidade. (Entrevistado 4).*
>
> *Claro que sim. Lógico que a gente percebe que sempre não conseguimos envolver cem por cento, mas, a maioria dos professores, se envolve sim. (Entrevistado 5).*
>
> *Sim, pois o Supervisor deve ser o motivador do ambiente escolar e assim garantir o compromisso do professor em ensinar. (Entrevistado 6).*

Com base nos dados coletados, nota-se que não são todos os entrevistados que concordam que a relação que o Supervisor estabelece com o corpo docente contribui para a motivação e desenvolvimento de ações no cotidiano da escola e no processo de ensino e aprendizagem. Há quem pense que essa relação é importante, mas, não é o mais importante**.**

No entanto, a grande maioria confirmou que essa relação é bastante importante, contribui para o bom desempenho de todo o grupo e os motiva a trabalhar em parceria buscando uma educação de qualidade.

O Supervisor Escolar encontra várias dificuldades no exercício de sua função. Para os entrevistados, os maiores entraves, são:

> *Os desafios encontrados são diversos, desde um professor que não aceita mudanças até um aluno que não consegue aprender. (Entrevistado 1).*
>
> *A maior dificuldade, eu acredito que é lidar com o desinteresse das pessoas. Quando o professor não aceita as ideias sugeridas, quando os alunos não têm interesse no seu próprio aprendizado e a família não trabalha junto com a escola, dificulta muito o trabalho do Supervisor. Outra dificuldade que encontramos é ter que obedecermos a políticas que são desenvolvidas sem pensar na realidade e no aprendizado dos alunos. (Entrevistado 2).*
>
> *Um dos maiores desafios, fala por minha percepção na Educação Infantil, onde atuo, é quebrar paradigmas dos educadores quanto à didática e metodologia da Educação Infantil, que requer uma postura dinâmica e totalmente diferente dos anos iniciais, não é? Outro fator é aliar as atividades às novas tecnologias. O professor ainda possui muita dificuldade em aliar e lidar com as novas tecnologias. Aliado à estes temos a dificuldade de aliar nosso tempo para capacitação e fomento à estudos com a rotina da escola, muitas vezes, por falta de pessoal. (Entrevistado 3).*

> *Um dos maiores entraves da profissão de Supervisor é encontrar professores que apenas querem receber o salário no final do mês, não participam dos momentos de orientação e estudo e em alguns casos criticam o trabalho dos colegas que querem e buscam uma educação de qualidade. Outro entrave é o acúmulo de serviço para o supervisor, que às vezes tem dificuldade de concluir seu trabalho com presteza, inclusive dar continuidade, como a intervenção pedagógica. (Entrevistado 4).*

> *É quando deparamos com o professor tradicional, sabe? Aquele que resiste, fica resistindo mesmo a uma mudança, a uma nova forma de ensinar, não gosta de inovação. Infelizmente acontece muito isso. (Entrevistado 5).*

> *Os problemas disciplinares dos alunos tornaram-se um grande desafio, pois mesmo com regras muitos insistem em descumpri-las. A falta de professor eventual ou de apoio também é um desafio, pois, muitas vezes precisamos nos ausentar da função de Supervisor e atuar como professor e assim falta tempo para orientar os professores em relação às práticas pedagógicas. (Entrevistado 6).*

Ao analisar as respostas dos entrevistados, é possível surpreender-se por ninguém ter citado como entrave e desafio no exercício de sua função, o acúmulo do cargo, isto é, o fato de exercer diversas funções além do que já é específico do Supervisor Escolar. Acredita-se que a extinção do cargo de Orientador Educacional, acabou sobrecarregando o Supervisor Escolar, não permitindo que esse desenvolva seu trabalho como gostaria, no entanto, esse fato não foi citado pelas entrevistadas.

> Cabe ao supervisor, elaborar o plano do setor de supervisão, a documentação do setor, cronograma de atividades para a escola, as pautas das reuniões, controlar o horária dos professores, e as aulas dadas e previstas na grade curricular, realizar levantamentos estatísticos de rendimento dos alunos, organizar o mural da escola, controlar o preenchimento do diário escolar dos professores, providenciar substituição dos professores nos casos de absenteísmo, confeccionar material didático para os professores e entre outras [...] (MEDINA, 1997, p.19).

Embora, o Supervisor se divida entre tantas atribuições, para o universo pesquisado, as maiores dificuldades incidem sobre a resistência por parte dos professores quando se trata de novos paradigmas, inovação de metodologias e a indisciplina dos alunos.

Foi que questionado, também, se além de suporte pedagógico, o Supervisor exerce a função de líder no processo educacional nas instituições de ensino:

> *Sim. O Supervisor Escolar exerce a função de líder, pois, contribui na construção e cumprimento de projetos, promove a melhoria no processo de*

> *ensino-aprendizagem, no resgate de valores, no desempenho de professores motivados na busca de um ensino de qualidade. (Entrevistado 1).*
>
> *Concordo. O Supervisor exerce a função de líder porque tudo que diz respeito ao ensino e aprendizagem, passa pelas mãos do Supervisor. (Entrevistado 2).*
>
> *Sim. Coordenamos um processo, somos em essência, líderes, gestores por consequência das emoções, das realizações, das relações, do fazer, do ser, enfim, lideramos e mediamos um fruto que está por vir, que é a aprendizagem. Acompanhamos dando suporte naquilo que nos cabe ou negligenciamos através de nossas ações, o morrer deste fruto, ou sua colheita antes da hora. (Entrevistado 3).*
>
> *Sim. A escola tem uma hierarquia a ser seguida. O diretor é um líder dentro do ambiente escolar e o supervisor também, pois, está intimamente envolvido com a liderança pedagógica, junto com o corpo docente e também discente, com o objetivo de orientar, envolver e motivar a equipe para que o ensino e aprendizagem ocorram de forma efetiva. (Entrevistado 4).*
>
> *Concordo, porque o Supervisor Pedagógico, ele tem que ter um jeito muito especial para envolver quem faz parte da equipe, no caso, os professores. Então a gente se torna realmente um líder. A gente tem que saber, saber, sei lá, de alguma forma mostrar para eles qual é a melhor forma de ensinar, de desenvolver alguma atividade, diferenciada, para que o aluno, aquele que não conseguiu aprender, possa aprender. (Entrevistado 5).*
>
> *Sim, o Supervisor atua como líder. Pois é ele que organiza e orienta o trabalho pedagógico desenvolvido na escola, visto que não ocupa lugar de privilégio, mas sim de parceiro do professor, onde juntos podem garantir o sucesso do educandário. (Entrevistado 6).*

Considerando as respostas dopúblico pesquisado, confirma-se que que o Supervisor exerce uma função de líder dentro da instituição. Como foi relatado, o Supervisor Escolar organiza e orienta todo o trabalho pedagógico que é desenvolvido na escola, está intimamente ligado a todo o corpo docente e também discente com o objetivo de sempre contribuir com a melhoria no processo de ensino e aprendizagem.

> Confirma-se, então a ideia e o princípio de que o supervisor não é um "técnico" encarregado da eficiência do trabalho e, muito menos, um "controlador" de "produção"; sua função e seu papel assumem uma posição social politicamente maior, de líder, de coordenador, que estimula o grupo à compreensão – contextualizada e crítica – de suas ações e, também, de seus direitos. (RANGEL, 2010, p. 150-151)

A liderança, a comunicação e o olhar cuidadoso são situações inerentes ao trabalho da coordenação pedagógica. A esse profissional compete estimular positivamente, o processo de ensino e aprendizagem não só dos docentes, como também dos discentes, além de estabelecer

uma relação dialógica transparente com todos os sujeitos envolvidos na comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel do Supervisor Escolar consiste na junção de esforços e medidas tomadas para contribuir e implementar a construção do projeto educacional da escola, além de promover a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, estimular a aquisição de competências e habilidades dos professores para práticas pedagógicas exitosas em um ambiente harmonioso e motivador, cuja premissa é a busca de educação de qualidade.

A Supervisão da escola deve ser praticada com cuidado e conhecimento. É importante providenciar capacitações períodicas para o educador e comprometer-se em supervisionar, orientar e avaliar o trabalho escolar. Atualmente, o Supervisor deve ser um profissional consciente do seu papel como mediador do ensino, facilitador das ações pedagógicas e orientador de práticas consistentes e que proporcionem o trabalho coletivo e significativo para o educando.

O papel do Supervisor Escolar é de fundamental importância para a construção de um novo paradigma de educação, que prioriza o conhecimento prévio dos alunos e concilie novas teorias de aprendizagem com as práticas necessárias para o sucesso do ensino que leva à aprendizagem. Portanto, não é suficiente que o Supervisor apenas identifique as dificuldades do professor, também é necessário aumentar a conscientização sobre a importância do seu papel, tanto na motivação quanto no envolvimento com o aluno e no seu compromisso com a ação pedagógica para o sucesso, não só o ensino, mas, sobretudo, a aprendizagem do educando.

Sendo assim, o professor precisa de acompanhamento, especialmente no encontro de soluções práticas, para lidar com problemas escolares cotidianos. As dificuldades encontradas devem configurar-se como desafios a novos impulsos para uma melhoria da educação e uma nova visão da divisão do trabalho escolar.

É papel do Supervisor provocar discussão e negociação de ideias, direcionar reflexões e aprendizagens coletivas. Assumir a função de mediador e não centralizador, uma vez que sua função é interligar a escola com a comunidade escolar, afirmando assim a verdadeira gestão democrática da educação.

As contribuições e desafios no papel de Supervisor Escolar são numerosas, dentre

elas: promover mecanismo de intervenção, gerenciarr a transformação de ideias em ações concretas através de intervenção pedagógica e exercício contínuo, para transformar sua própria consciência, envolvendo reflexão-ação-reflexão, garantindo seu papel político e social no grupo em que atua.

Portanto, a Supervisão Escolar se configura no cenário escolar atual, como elemento de articulação e compromisso entre a gestão, a docência e a comunidade na qual a escola está inserida.

A demanda não é simples, ao contrário, é complexa, é tarefa de todos, não só do Supervisor, mas de todos os sujeitos envovidos no processo educacional.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Myrtes. A Supervisão e o desenvolvimento profissional do professor. In: FERREIRA, NauraCarapeto (org.). **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 167-182.

ANJOS, Almerinda dos. **Relação entre a função de liderança do Supervisor Escolar e a satisfação de professores: estudo de caso na 1ª D. E. de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre: PUCRS, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra: 1996, p. 27.

GOMES, A. A. **Formação de professores:** a dimensão do compromisso político. Marília: UNESP, 1993. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília – UNESP, 1993.

LIBANEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê**? 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p.35

MEDINA, Atonia da Silva. **Nove olhares sobre a supervisão**. Supervisor Escolar: parceiro político-pedagógico do professor. Campinas, SP: Papirus, 2013, p.19-35.

_____. **Supervisor Escolar: parceiro político pedagógico do professor.** In: SILVA Jr, Celestino Alves; RANGEL, Mary (orgs.). Novos olhares sobre a supervisão. Campinas: Papirus, 1997. p.09-35.

Supervisão Escolar – Da Ação Exercida e Ação Repensada. Porto Alegre: EDIPUCRS: 1995, p. 10-40.

NERICI, Imídeo G. **Introdução à Supervisão Escolar**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1974, p. 29.

PAIVA, Edil V. de; PAIXÃO, Lea Pinheiro. O PABAEE e aSupervisão Escolar. In:

RANGEL, Mary; SILVA JUNIOR, Celestino Alves da.**Nove Olhares sobre a supervisão**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1997, p. 37-58.

PINZAN, Leni Terezinha Marcelo; MACCARINI, Norma Barbosa Benedito;MARTELLI, Andréa Cristina. **O pedagogo numa perspectiva de trabalho coletivona organização escolar**.In: ANALECTA, Guarapuava, Paraná; v. 4., p. 21, jan/jun. 2003 (Revista do Centro de Ciências Humanas, UNICENTRO).

RANGEL, Mary. O estudo como prática de supervisão. In: **Supervisão pedagógica**: princípios e práticas. 4. ed. Campinas: 1998, p. 14.

_____; SILVA JR., Celestino Alves da (orgs.). **Nove Olhares Sobre a Supervisão.** Campinas: Papirus, 1997, p. 150-151.

SAVIANI, Dermeval. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da idéia. In: FERREIRA, NauraCarapeto (org). **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 13-38.

_____. **Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação.** In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval& SANFELICE, José Luiz (orgs). Capitalismo, trabalho e educação. São Paulo: Autores Associados, 2002, p. 24.

SILVA JUNIOR, Celestino Alves da.; RANGEL JUNIOR, Mary (Orgs.). **Nove olhares sobre a supervisão.** Campinas, SP: Papirus, 2013, p.91. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A CONTRIBUIÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA VISÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I DE UMA ESCOLA X DE JOÃO PINHEIRO MG

Marcelo Pereira de Souza*
Suênia Lima de Fátima Silva**

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise que versa sobre a contribuição da família no processo de ensino aprendizagem na visão dos professores do Ensino Fundamental I, o mesmo visa contribuir para a reflexão a respeito de atitudes educativas e suas influências, estas promovidas por ambos os responsáveis por educar cidadãos para atuarem na sociedade. Objetivou-se de forma específica, verificar as representações de professores sobre as contribuições/importância da família na formação dos alunos e no processo de ensino aprendizagem evidenciando que a participação de ambas contribui para que o processo de aprendizagem seja mais eficiente. Com uma abordagem metodológica voltada para a pesquisa de campo, foram utilizados questionários contendo questões objetivas e subjetivas para os professores. Assim, foi possível analisar a opinião dos professores do Ensino Fundamental series iniciais de uma escola pública de João Pinheiro MG, sobre a contribuição da família no processo ensino-aprendizagem do educando.

Palavras-chave: Família. Escola. Aprendizagem. Parceria.

Abstract: In this research in which the family and school relationship are in focus, an analysis is presented on the contribution of the family in the process of teaching learning in the view of the teachers of the initial series, aiming to contribute to the reflection on educational attitudes and their influences, These are promoted by both responsible for educating citizens to put up with society. The purpose of this study was to verify the teachers' representations about the contributions / importance of the family in the formation of the students and in the process of teaching learning evidencing that the participation of both contribute to make the learning process more efficient. It was decided as methodology the field research to better explain the problematic in a study that sought to analyze the opinion of the elementary school teachers would be initials of a public school of João Pinheiro MG. Data were collected in the month of September through mixed questionnaires for teachers. Thus, we conclude the need of the family in the teaching process, together with the school so that

* Especialista em História do Brasil pela Faculdade de Educação de São Luiz – Especialista em Filosofia – Universidade de Brasília – UnB. Graduado em História – Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM. Professor de História Ensino Básico; Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. Professor das disciplinas: Filosofia da Educação; Responsabilidade Social e Filosofia – Faculdade Cidade de João Pinheiro. Professor de Filosofia no Ensino Fundamental II e Ensino Médio – Colégio Cenecista de João Pinheiro. E-mail: marcelomineirojp@yahoo.com.br

** Graduada em Pedagogia pela Faculdade Cidade de João Pinheiro FCJP. E-mail: sueniaribeiro@hotmail.com

their methodologies promote a better learning of the students, so that they become quality professionals.

Keywords: Family. School. Learning. Partnership.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende fazer um estudo, que possibilite compreender as contribuições e a importância que a família tem no processo de ensino aprendizagem dos alunos na visão dos professores de primeiro ao quinto ano do ensino fundamental. O mesmo irá possibilitar uma reflexão sobre a importância da família no processo ensino/aprendizagem, certo de que como afirma Paulo Freire, “a educação é uma via de mão dupla”. E essa via não se faz apenas na escola, ela inicia e tem continuidade dentro do seio familiar, onde os valores são trabalhados antes mesmo da criança conhecer a escola.

A pesquisa tem o intuito de apresentar o que os professores do Ensino Fundamental I, pensam sobre a importância, e as contribuições da família no processo ensino aprendizagem dos alunos, e os benefícios que a mesma pode oferecer positivamente na vida escolar dos alunos e para todos que trabalhem na área da educação, pois os pais têm uma grande influência na vida de seus filhos principalmente quando crianças.

O estudo foi feito em uma escola Estadual em um bairro na cidade de João Pinheiro MG, com professores do 1º ao 5º. Ano do Ensino Fundamental. Os resultados da mesma serão inseridos na pesquisa, facilitando o entendimento relacionada às contribuições que a família deve proporcionar a seus filhos. Essa contribuição só de torna realidade, quando a escola se coloca aberta para receber e aceitar a família, criar um canal de diálogo mais aberto é constante, orientando assim o trabalho da família dentro da escola.

O interesse em fazer está pesquisa veio a partir das experiências que adquiri nos estágios, aonde pude perceber que o apoio das famílias está sendo cada vez mais o fator determinante no desenvolvimento escolar dos alunos, por isso tem que se preocupar com essa participação da família na escola que anda tão ausente nos dias atuais. Os pais são essências para que a criança cresça com valores que ultimamente andam esquecidos, fortalecendo assim essa formação. Família e escola devem se unir para formar cidadãos que se preocupem com o próximo e com a sociedade.

A relevância desse trabalho é mostrar o quanto é produtivo a boa relação entre escola/família, família/escola, uma parceria em que todos saem ganhando por possibilitar que

as crianças cresçam seguras, felizes, capazes de fazer inferências e se sentirem construtores de um mundo que as cercam. Explicitar como a criança passa a ver a escola como aliada, e não como um local ruim, sem estímulos, que lhe retira o tempo livre para brincar e viver de uma forma feliz. E isso só é possível quando não há conflito entre escola/família, família/escola.

Como se pode observar:

> A escola e a família devem andar de mãos dadas, para que a criança possa ganhar ainda mais com isso. A criança poderá ver a escola como uma aliada e não como uma rival ou algo prejudicial. E quando há conflitos entre pais e escola, os mesmos deverão ser resolvidos em particular para que as crianças não tomem partido de um e fique contra o outro. (ALVES; GONÇALVES; ZAGANELLI, 2015, p.179)

Como relevância social, esse trabalho pretende dar uma contribuição aos professores e outros profissionais da educação que fazem parte do processo ensino-aprendizagem dos alunos, mostra ainda, a necessidade de trazer os pais para o interior da escola, fazendo assim uma parceria entre escola e família na busca de resolver os problemas que atrapalham o desempenho dos alunos. Enquanto educadores nosso papel e de fundamental importância, pois podemos ter várias maneiras de trazer os pais para a realidade escolar, e juntos nessa busca de soluções que resolvam e melhoram o desempenho dos alunos.

Este estudo partiu das seguintes indagações, quais são as contribuições da família no processo ensino aprendizagem na visão dos professores das series inicias em uma escola x de João Pinheiro MG 2016? De acordo com os professores qual a importância da relação entre família e escola para formação dos alunos? Quais os métodos usados pela escola para inserir a família no seu cotidiano? Como e o acompanhamento da família na vida escolar dos alunos? Como a família influência positivamente na formação dos alunos na visão dos professores?

Tendo como objetivos específicos de refletir acerca da importância da relação entre família e escola para a formação dos alunos na visão dos professores; conhecer os métodos usados pela escola para inserir a família no seu cotidiano escolar; observar como e feito o acompanhamento da família na vida escolar dos filhos e compreender como a família influência positivamente na formação dos alunos na visão dos professores.

A hipótese chegada é de que o envolvimento dessas duas respeitadas instituições (família/escola) é de grande importância na vida dos alunos, pois tem uma grande contribuição para o seu crescimento pessoal, social e intelectual e em suas relações com o sucesso escolar, porque de acordo com pesquisadores a família tem uma grande influência na

vida de seus filhos. Isso pode ser confirmado da seguinte forma:

> A criança que vai à escola carrega toda uma história de vida que não pode ser deixada do lado de fora ao entrar. Portanto a paciência e o amor ao ensinar são fundamentais, visto que existem crianças que habitam lares desorganizados e sem estrutura e esses ingredientes podem fazer toda diferença no processo de ensinar e aprender. (ALVES; GONÇALVES; ZAGANELLI, 2015, p.179)

Portanto, família e escola devem trabalhar juntas de modo que ofereça estratégias que promovam esse crescimento nos alunos com uma preparação apropriada das atividades curriculares que levará o aluno ao sucesso escolar. A família é como uma impulsionadora da produtividade escolar, se houver o distanciamento da mesma, o aluno se desmotivará tendo como consequência o fracasso escola.

A escola foi feita para servir a sociedade, e por isso tem o dever de mobilizar os pais para melhorar a formação de seus filhos, explicar como faz e como conduz a aprendizagem de seus alunos, e criar uma ponte de convivência para que os pais saibam o que os seus filhos estão passando dentro da escola, tendo assim um acompanhamento melhor do processo escolar de seus filhos.

Com isso a escola deve apresentar-se para a família, dialogar com os pais e os alunos, expor o currículo e os projetos para todos, fazer reuniões de pais focada no ensino, marcar encontros em horários conveniente, incentivar a participação no conselho escolar, visitar as famílias em suas casas, e criar uma escola aberta que ouve opiniões e sugestões, assim, possibilitar uma melhor integração entre todos que fazem parte da vida do aluno, afinal, é ele o protagonista de toda essa história.

A pesquisa realizada foi de cunho qualitativa, pois e um estudo que induz a desenvolver conceitos e ideias, a partir de conhecimentos pré-definidos e dos dados coletados para análise dos mesmos. Essa pesquisa e de caráter exploratório, pois trata de um assunto que requer muita dedicação e vontade de pesquisar. Foi realizada em uma Escola Estadual situada em João Pinheiro MG, onde foram pesquisados os professores do Ensino Fundamental anos iniciais, com o intuito de compreender o que os mesmos pensam sobre a participação da família na vida escolar dos alunos, como podem influenciar positivamente na vida dos mesmos, em sua visão como professores. A mostra foi composta por dez professores que atuam nas séries inicias, a opinião dos mesmos foi o ponto mais importante da pesquisa, e trará transparência ao trabalho desenvolvido.

1.0 O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Família e escola são duas instituições fundamentais que fazem parte do desenvolvimento humano e são pontos de apoio que sustenta marcos de referência da existência humana, por isso e de suma importância que essas duas instituições comecem a trilhar o mesmo caminho no qual a criança sinta- se mais segura, obtendo- se assim uma aprendizagem mais significativa e um conhecimento de qualidade. É impensável uma escola sem a participação da família, e a família sem a interferência da escola, pois ambas fazem parte de nossa trajetória principalmente em nossa formação como profissionais, por isso e importante o afeto pois o emocional e muito importante para que tenham um bom processo de ensino. E é na escola que esse afeto, por meio do tempo livre é canalizado para o conhecimento, como afirma Paulo Ghiraldelli.

> A escola vem justamente do grego skholé, que tem a ver com a ócio, o lazer e o tempo livre. Por isso mesmo a escola sempre esteve articulada à reunião para uso do tempo livre. No tempo livre é possível dedicar-se aos amores, e um deles é o amor ao saber. Assim, juntos, pode-se querer saber mais, aprender e, enfim, exercer o amor ao saber. (GHIRALDELLI, 2015, p.15)

Para que a criança tenha uma base bem estruturada, e preciso que os pais tenham a consciência de suas atitudes, deem mais valor na vida escolar de seus filhos, pois e na família que a criança aprende os valores necessários para saber conviver com as pessoas da sociedade escolar e socialmente, sendo assim, os pais são de suma importância para esse crescimento da criança, para que a mesma possa realizar passar por suas dificuldades com mais força de vontade.

A família para a criança e considerada como um alicerce de confiança, onde a mesma pode contar sempre com seus pais para lhe ajudar com suas atividades tanto da escola como em seu dia a dia, e de suma importância que os pais passem para seus filhos essa confiança, assim a criança terá sempre a vontade de fazer melhor e demostrar realmente um bom aprendizado. “A família é considerada a primeira agência educacional do ser humano e é responsável, principalmente, pela forma com que o sujeito se relaciona com o mundo, a partir de sua localização na estrutura social. ” (BISINOTO, 2010, p.08). E no ambiente familiar a criança vivencia suas maiores sensações de alegria, felicidade, prazer, amor, bem como

experimenta tristeza, brigas, ciúmes, medo, ódio. Mas se a família estiver aberta ao diálogo, ao perdão, esses desencontros podem ser superados, o que será importante para o desenvolvimento do indivíduo, preparando-o adequadamente para a sua inclusão social.

Educar demanda preparar de forma eficiente os educandos, de modo a capacitá-los intelectual e materialmente, conduzi-los rumo à conquista de sua autonomia e ao desenvolvimento de sua criticidade, o que é inevitavelmente responsabilidade do educador. "A educação envolve todo esse instrumental de formas de percepção do mundo, de comunicação e de intercomunicação, de autoconhecimento, e de conhecimento das necessidades humanas. " (FONSECA, 1999, p.40). Sendo assim a escola se constitui em um espaço diversificado organizado para a promoção e o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem e, além disso, é um ambiente multicultural em que a criança aprende a conviver com a diversidade, a respeitar as diferenças e a construir laços afetivos, o que é de grande importância para o seu desenvolvimento social. Portanto essas duas instituições são muita importância para a formação da criança e do adolescente, pois e na base que os mesmos começam a construir sua história para ser um profissional de qualidade.

1.1 A importância da relação entre família e escola no processo de ensino aprendizagem

Segundo as autoras Ana costa Polônia e Maria Dessen (2007), família e escola são de suma importância para o ser humano, pois é a base para o começo de uma grande jornada na vida, ambos contribuem para esse desenvolvimento continuado da criança, por isso essa relação escola e família devem sempre andar juntas para melhor acompanhamento do desenvolvimento dos alunos/filhos.

As ações educativas devem ser funções distintas, porém com os mesmos objetivos que é o de ensinar e aprender com os alunos. Essas duas práticas devem estar sempre juntas, família com o intuito de cuidar de mostrar caminhos certos e apoiar os filhos nas suas decisões e conquistas, e a escola o ensinando o que deve fazer para realizar essas conquistas, construindo assim uma boa formação aos alunos/filhos. Pais e professores devem trabalhar juntos para que o aprendizado e o seu desenvolvimento sejam realmente concretizados, Devem pesquisar e discutir novas estratégias conjuntamente, que resultem positivamente no processo de ensino aprendizagem.

De acordo com as autoras a escola tem o dever de reconhecer a importância que a colaboração dos pais tem na formação escolar dos alunos, e nos projetos da escola e devem

sempre estimular os pais para que se faça presente dentro da escola, reforçando sua participação na vida escolar dos filhos, e no seu crescimento dentro da escola, e futuramente em seu sucesso profissional, e assim consequentemente na transformação da sociedade.

Os benefícios de uma boa relação entre família e escola passa pelas transformações evolutivas dos alunos, como nos níveis afetivos, cognitivos e crescimento pessoal. A família tem o dever de se inserir na vida de seu filho no processo de ensino aprendizado ajudando-o o mesmo nas tarefas de casa, aonde e muito importância que os pais tenham esse momento de estudo em casa, incentivar os seus filhos a fazerem leituras prazerosas no final de semana, conferindo o material escolar de seu filhos, olhando sempre os cadernos , ouvindo os professores quando for chamar atenção de algo, enfim, são atitudes onde a criança se sentirá mais segurança aprendendo sempre mais, se tornando um profissional de qualidade.

1.2 Intervenção da escola para inserir a família no cotidiano escolar

Para Edna Aparecida Santos (1997), os laços familiares devem ser afetivos, pois assim a criança terá confiança e segurança para criar laços de amizade e aprender mais dentro da sala de aula, a família deve ajudar seu filho passando essa confiança para que seus enfretamentos por dificuldades do cotidiano sejam passados com sucesso, transformando assim para melhor a formação de seus alunos/filhos. Essas relações afetivas vêm com uma rede de apoio ativada pela escola, em momentos ruins, formando assim o sentimento da persistência, e de buscar novas soluções e atividades que ajudarão no desenvolvimento dos alunos.

De acordo com Maria Dessen e Ana Costa, (2007), por mais que a escola ofereça um bom ambiente físico, materiais adequados e profissionais que fazem uma rotina que estabelecem conhecimentos, o aluno não se desenvolverá se não tiver o apoio de sua família, o acompanhamento de seus pais na sua vida escolar. Pois esse desenvolvimento depende muito dessa afetividade que a família deve estabelecer juntamente com a escola, para que se forma uma barreira de proteção para a criança ter segurança para fazer suas tarefas, favorecendo assim o seu crescimento pessoal e cognitivo para que possa criar novos conhecimentos que irá aperfeiçoar suas habilidades, construindo assim uma ótima formação. Ambas as partes devem sempre manter boas relações, pois assim a criança tem mais confiança para se desenvolver criar novos laços de amizade com o professor, fazendo assim que ocorra uma aprendizagem mais prazerosa que trará bons frutos no futuro.

De acordo com Maria de Carvalho Eulina (2004), ter uma convivência com a escola e participar de todas suas reuniões, procurar saber onde o seu filho está tendo dificuldades, sugerir sugestões, acompanhar o filho nos deveres de casa, participar de palestras oferecidas pela escola, essas ações fazem com que a família tenha uma ligação direta com a escola, pois constituem no que se diz respeito à formação do aluno/filhos.

Para que assim que os pais acompanhem a vida escolar de seus filhos a família deve ter esse controle de saber o que seu filho está passando dentro da escola, para que possa fazer uma investigação rica de conteúdos que podem ajudar tanto a escola como maneira de trabalhar, quanto o aluno como maneira de aprender melhor, para que assim seu processo de ensino aprendizagem seja sempre satisfatório para ambas as partes e para seu crescimento pessoal e intelectual.

Mesmo que a escola faça um planejamento curricular bom, a aprendizagem do aluno só ocorrerá se o mesmo estiver cercado da atenção da família, pois as famílias devem ser orientadas pela escola, para que novas abordagens que são utilizadas no ensino, procurando sempre acompanhar o progresso e as dificuldades dos alunos (EULINA, 2004). Os profissionais da educação devem sempre indicar aos pais um melhor acompanhamento sobre a educação geral da escola, com reuniões conjuntas, aonde os pais optem sobre a melhor forma de ensinar os seus filhos, promover encontros específicos, onde pais e professores se ajudem com o objetivo de trocar informações com aberturas de canais de comunicação.

Segundo Cury (1958), os pais devem ensinar a seus filhos a proteger sua emoção, pois tudo que atingi frontalmente a emoção atingem drasticamente a memória e constituirá a personalidade da criança, os pais juntamente com a escola devem ensinar seus filhos/alunos a não serem escravos dos seus problemas, ambas as partes devem se preocupar em alimentar o anfiteatro dos pensamentos e o território das emoções deles com coragem e ousadia, não devem conformar se eles forem tímidos e inseguros tem que trabalhar para que sejam pessoas com autoconfiança e críticos para que sejam respeitados pelas pessoas da sociedade.

Os pais devem sempre mostrar a seus filhos que devem ter força de vontade para que vençam na vida, pois a vida não e fácil, e para que criança tenha esse conhecimento prévio e preciso que os pais tenham uma participação significativa na vida de seus filhos. Sendo assim a criança terá mais segurança para conseguir alcançar seus objetivos e vencerá seus obstáculos dentro da escola, fazendo assim que sua formação seja realmente realizada com sucesso, tudo depende da participação da família em sua vida escolar “Leve os seus filhos a enxergar os

singelos momentos, a força que surge nas perdas, a segurança que brota no caos, a grandeza que emana dos pequenos gestos". (CURY, 1958, p.41).

De acordo com Cury (2003) "Crianças felizes aprendem a preservar os momentos de conquistas e de fracassos, ao longo de sua jornada dentro da escola". Ou seja, em todos os momentos de dificuldades as crianças felizes sempre vão achar alguma solução para resolver esse problema com a ajuda de seus pais e professores, sempre há de haver uma solução que realmente irá resolver essas dificuldades na formação dos alunos/filhos.

1.3 Participação dos pais na escola

Para Gianotti (1999), o ponto de vista da escola no envolvimento ou na participação dos pais na escola e na educação de seus filhos significa seu comparecimento às reuniões de pais e professores, que discutirá a melhor forma de trabalhar com o aluno, atenção a comunicação escola-casa, com a intervenção dos pais nos deveres de casa, esse acompanhamento e fundamental para o desempenho da criança dentro da escola, pois assim a mesma se sentirá segura ao realizar as suas tarefas escolares.

Em sua visão Gianotti (1999), pondera ainda que essa política de participação dos pais na escola gera uma concordância imediata de entusiasmo nos alunos, pois assim a criança se sente mais impulsionada para ser cada vez melhor dentro da escola, melhorando seu rendimento escolar, essa participação se baseia como obrigação dos pais, mais muitas das vezes alguns pais não têm essa participação na vida escolar de seus filhos, tendo como consequência o fracasso escolar dos mesmos. O envolvimento dos pais na escola é necessário quando as professoras se deparam com certas dificuldades dos alunos ou quando se sentem frustradas e imponentes, pois percebem que os alunos estão com dificuldades de aprendizagem e não estão aprendendo como esperado.

Maria Dessen e Ana Costa, (1999), culpam a ausência dos pais por essas dificuldades, a escola deve ficar atenta a esses problemas pois, pode ser outra circunstância que o aluno não está aprendendo, pois isso que família e escola devem andar sempre juntas, pois essas dificuldades podem ser de ambas partes, o que adianta ter o acompanhamento da família se a escola não trabalha direito. Porque isso depende de um bom instrumento teórico e prático e uma prática pedagógica afetiva que os alunos se sintam seguros para que tenha um bom aproveitamento escolar, portanto a participação dos pais na escola está ligada ao desenvolvimento escolar dos alunos/filhos, para maior aproveitamento escolar.

Considerando as condições matérias da escola e culturais das famílias e a disponibilidade de seus responsáveis para que melhor trabalhem para a formação de qualidade para seus alunos. Principalmente a participação do pai na escola e surpreendente, pois assim a criança terá mais responsabilidade nos seus estudos, pois o pai faz com que a criança tenha mais respeito a sua pessoa, fazendo assim que o mesmo se dedique mais aos estudos. "Como sabemos, participar da educação escolar dos filhos requer certas condições: basicamente, capital econômico e cultural". (FONSECA, 1986, p. 46).

Isso quer dizer que para os pais participarem das reuniões escolares, do monitoramento do dever de casa e preciso ter um tempo livre, uma boa qualidade de vida, para que o pai ou a mãe se dedique ao acompanhamento dos filhos, pois muitas vezes os pais não têm esse tempo e acaba deixando o seu filho solto sem responsabilidades, influenciando em seu fracasso escolar.

Esse capital cultural vem como um conhecimento atualizado dos conteúdos curriculares da escola, os pais devem estar sempre atualizados com as atividades da escola, suas práticas pedagógicas, para melhor seu entendimento para as necessidades de seu filho, pois se os pais não tiverem esse conhecimento para ajudar seus filhos o seu desenvolvimento não será positivo e o seu fracasso escolar será permanente, essa parceria e fundamental para que haja uma formação adequada para os alunos/filhos.

Tendo em vista Cury (2003), conceitua que é durante o processo de alfabetização da criança que a relação escola e família se destacam, uma vez que os fatores relativos às vidas extraescolares dos alunos impactam no aprendizado, a organização escolar precisa ser cuidadosamente planejada, organizada e implementada para informar aos pais sobre a vida escolar de seus filhos. Os pais que participam da educação de seus filhos, os mesmos aprendem mais e melhor, com o apoio da família se sentem mais motivados, seguros, estimulados com vontade de aprender, como o estabelecimento dos vínculos de parceria entre os educadores e os pais o aprendizado se torna mais significativo e eficiente.

Na visão da autora Tania Zagury (2002, p.12) "Ambas as atitudes contribuem para o crescimento das crianças. No entanto, são formas de agir diferentes que ocorrem em bastante frequência". Sendo assim escola e família tem a mesma função mas com tarefas diferentes, entretanto, ambas contribuem para o desenvolvimento saudável de uma criança. Na escola a criança tem o apoio dos professores para tirarem suas dúvidas sobre alguma disciplina, aprender com suas dificuldades dentro da sala de aula, tem o apoio de todos os profissionais

que trabalham na escola pra qualquer tipo de problemas. Já na família a criança deve ter aquele apoio psicológico, normas e condutas voltadas à formação moral e ética. Os pais devem sempre acompanhar o crescimento de seu filho, tirar todas as suas dúvidas que só mãe e pai sabe, como perguntas pessoais mais que são essências no crescimento cognitivo da criança.

II. APRENSENTAÇAO E ANÁLISE DOS DADOS

2.1 A participação da família no processo ensino aprendizagem, uma importante ferramenta para as professoras.

Os dados apresentados a seguir são respostas de questionários aplicados as professoras do ensino fundamenta- series inicias, sendo 10 (dez) questionários entregues pessoalmente e todos foram gentilmente respondidos, deixando a pesquisadora agradecida com tal gentileza e satisfazendo a expectativas da mesma.

Seguem os resultados obtidos:

2.2 Perfil social das professoras

O primeiro gráfico representa o resultado das perguntas relacionadas à idade de cada professora, se tinham de vinte a trinta anos, de trinta a quarenta anos ou de quarenta a cinquenta anos, mostrando os resultados em porcentagem.

GRÁFICO 1- Perfil das professoras quanto a idade

Gráfico 1- Perfil das professoras quanto a idade.
Fonte: Pesquisa de campo 2016/ aplicação de questionários.

O primeiro gráfico mostra a idade de cada professora, entre as 10 (dez) professoras pesquisadas 5 (cinco) tem a idade entre vinte a tinta anos de idade, 3 (três) professoras tem entre a idade de trinta a quarenta anos e as outras 2(duas) professoras tem entre a idade de

quarenta a cinquenta anos. Algumas professoras eram mais novas mais com muita experiência na área da educação, e conseguir todas as informações que necessitava.

O segundo gráfico representa o resultado das perguntas relacionadas ao perfil das professoras, quanto a escolaridade de cada professora, se tinham ensino médio, ensino superior, ou pós-graduação, mostrando os resultados em porcentagem.

GRÁFICO 2- Perfil das professoras quanto a escolaridade

Gráfico 2- Perfil das professoras quanto a escolaridade
Fonte: Pesquisa de campo 2016/ aplicação de questionários.

O segundo gráfico mostra qual a sua formação escolar das professoras, entre as 10 (dez) professoras pesquisadas, 4 (quatro) professoras tem o ensino superior, licenciatura em Pedagogia e não tem pós-graduação, e as outras 6 (seis) professoras todas tem o ensino superior, licenciatura em pedagogia e também tem a pós-graduação em sua área, todas com uma ótima formação e com competência para realizar seu trabalho.

O terceiro gráfico representa o resultado das perguntas relacionadas ao perfil das professoras quanto atuação na área da educação, quantos anos cada professora tem de atuação na área, mostrando os resultados em porcentagem.

2.3 Pergunta de múltiplas escolhas.

O quarto gráfico representa o resultado da pergunta relacionada se as professoras percebem que a família tem uma parceria real com a escola, mostrando os resultados em porcentagem.

GRÁFICO 3 - Como profissional da educação você percebe que as famílias têm uma parceria real com a escola?

Gráfico 3- Como profissional da educação você percebe que as famílias têm uma parceria real com a escola?
Fonte: Pesquisa de campo 2016/ aplicação de questionários.

O quarto gráfico mostra a seguinte pergunta, como profissionais da educação você percebe que as famílias têm uma parceria real com a escola? Entre as 10 (dez) professoras pesquisadas, 3(três) professoras disseram que sim que há uma parceria real entre escola e família, uma professora diz que não, essa parceria anda muito distante de sua realidade, as outras 6 (seis) professoras responderam outros e alguns justificaram suas respostas a professora de número3 (três) respondeu que: *"Alguns, pois a maioria deixa a educação de seus filhos por conta da escola.* "A professora de número 5 (cinco) responde que *"Na maioria das vezes há parceria sim mais não sempre. "*, o professor de número dez diz que *"A parceria entre ambos e razoável.* "As professoras de número 8 (oito) e 4 (quatro) responderam que *"São poucas as famílias que tem parceria real com a escola, e se comprometem com os problemas encontrados".*

De acordo com esses professores, existe sim uma parceria real entre escola e família, porem são poucas as famílias que participam cotidianamente a vida escolar de seus filhos, mais tem aquelas que têm sim uma participação mais só quando são solicitadas pela escola, que não tem muito interesse em saber do cotidiano escolar de seus filhos. Portanto concluímos que a maioria das famílias não tem o interesse em saber da vida escolar dos filhos, ou não tem tempo de participar das atividades que inclui a formação de seus filhos, e isso acaba prejudicando muito o processo de ensino de aprendizagem dos alunos.

Nesta perspectiva a autora Cynthia Bisinoto (2010) aborda que a relação entre família e escola devem ser harmoniosa e ter os mesmos objetivos que é uma educação de qualidade para seus filhos/alunos, e que com essa parceria real e possível ter essa educação que hoje em dia são tão exigidos para ser um profissional de qualidade. Essas duas instituições são responsáveis para fornecer uma educação de qualidade, a escola com os conteúdos

curriculares, que são muito importante para o crescimento de uma criança, e a família com os valores e a socialização da mesma com esse mundo cheio de novidades, para que realmente ocorra um ensino de qualidade essas duas instituições devem unir suas forças com responsabilidade e vontade de cada vez mais buscar métodos novos para melhor ensinamento desse conteúdo e desses valores que são muito importantes na formação dos seus filhos/alunos.

O quinto gráfico representa o resultado da pergunta relacionada seguinte pergunta, se as mesmas percebem se os pais estão realmente dando apoio aos filhos em seu processo de ensino aprendizagem, os resultados são mostrados em porcentagem.

GRÁFICO 4 - Você percebe que a família tem dado esse apoio aos filhos no processo de ensino aprendizado?

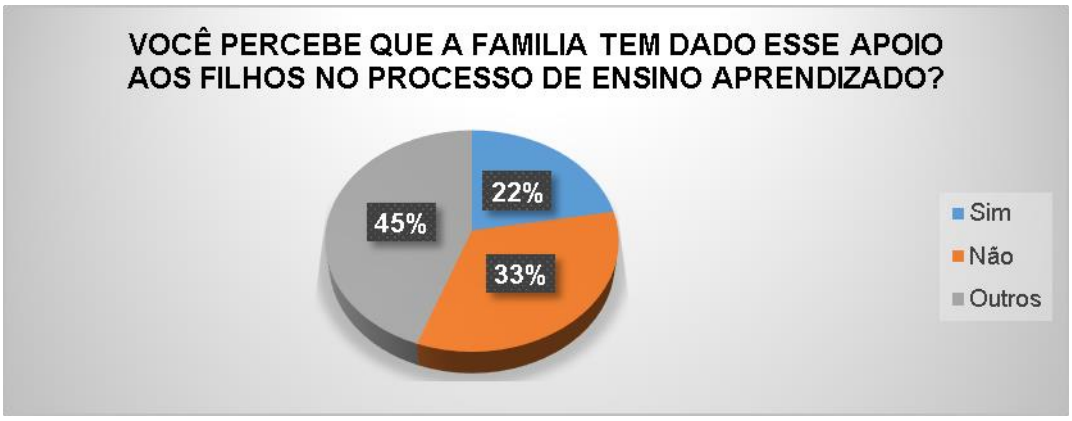


Gráfico 4- Você percebe que a família tem dado esse apoio aos filhos no processo de ensino aprendizado?

Fonte: Pesquisa de campo 2016/ aplicação de questionários.

O quinto gráfico mostra a seguinte pergunta para professoras, se elas percebem se a família tem dado esse apoio aos filhos no processo de ensino aprendizado? Diante das respostas das professoras, 2 (duas) professoras disserem que sim, que há o apoio da família,3 (três) professoras responderam que não existe esse apoio da família de maneira nenhuma nesse processo de ensino, e as outras 5 (cinco) responderam outros, todas colocaram ás vezes, pois a família só dá esse apoio quando são solicitados pela escola.

De acordo com as respostas das professoras o apoio da família ainda está muito a desejar, mais que melhorou bastante de um tempo pra cá , os pais estão ficando mais interessados no processo de ensino de seus filhos, querem ficar por dentro com tudo que

acontece com o mesmo dentro da escola , é claro que esse apoio e muito importante para a formação do aluno, sem esse apoio da família a criança fica sem chão e não consegue assimilar os conteúdos e acabam entrando para o fracasso escolar, então de acordo com as professoras esse apoio vem aumentando e isso e muito bom para o futuro de nossa educação, mais ainda tem muito a melhorar então os pais tem que entrar literalmente na vida escolar de seus filhos, para que sua formação seja mais fácil e significativa.

De acordo com Augusto Cury (2003) os pais devem ter o habito de sempre dialogar como amigos com seus filhos, pois assim os mesmos desenvolvem a solidariedade, o companheirismo, o prazer de viver, o otimismo e a inteligência emocional da criança, o dialogo vem como contar as experiências vividas para os filhos, segredar o que está oculto no coração para que a criança se sinta sempre segura e motivada a estudar e se desenvolver melhor em todas as suas dificuldades. “Conversar é falar sobre o mundo que nos cerca, dialogar é falar sobre o mundo que somos. ” (CURY,2003, pg.42.) Ou seja, para que a criança se sinta segura de suas ações com certeza o seu desenvolvimento tanto social como intelectual grandioso, se tornando uma pessoa com princípios e com vontade de sempre crescer mais em sua vida como profissional.

2.4 Questões Subjetivas: Visão das Professoras.

A pesquisadora incluiu no questionário aplicado as professoras do universo da pesquisa, 04(quatro) perguntas abertas, pois julga-se necessário que as mesmas enriquecessem com suas próprias palavras, suas opiniões sobre as suas dificuldades encontradas em seus cotidianos escolares, que tem a capacidade de alterarem os seus estados emocionais.

A pesquisadora colocou abaixo as respostas das 10(dez) professoras e as mesmas foram transcritas fielmente:

Foi, portanto, perguntado as professoras: Pergunta de número 6: No seu ponto de vista qual a importância da relação entre família e escola para a formação dos alunos?

> *É de fundamental importância família e escola caminhar de mãos dadas, a escola e responsável pelo ensino de qualidade e os pais tem a responsabilidade de apoiar a escola, fazendo com que seus filhos cumprem o dever de ser bons alunos. (Professora 1)*
>
> *É de muita importância pois quando se tem o apoio da família a criança tem mais interesse e se desenvolve mais. (Professora 2)*

A relação deve ser de confiança, troca de informações, pois ambas devem estar unidas para buscar a melhor maneira para que aconteça uma formação de qualidade para o aluno. (Professora 3)

Muito importante quando o aluno tem ajuda da família, o interesse da família na sua educação, seu desempenho cresce ainda mais. (Professora 4)

A importância é fundamental, pois a criança quer recebe em casa o apoio familiar em suas tarefas e vida escolar, possui mais chances de ser um aluno bem sucedido. (Professora 5)

É o essencial e o que ele aprende na escola tem que dá continuação em casa, para concretizar. (Professora 6)

É de estrema importância a participação dos pais para o desenvolvimento dos filhos na escola. Porque se não há apoio das famílias, a escola não consegue suprir a carência, afetividade, aprendizagem e falta de limites dos alunos. (Professora 7)

É de suma importância esta parceria entre família e escola, tendo em vista que os problemas causados principalmente por desestrutura familiar tem desencadeado baixo desempenho dos alunos e diversos outros problemas, que poderiam ser solucionados se a família tivesse uma participação efetiva. (Professora 8)

A família dentro da escola é de suma importância, ela é um suporte fundamental para o sucesso dos nossos alunos. Quando escola e família trabalham juntas em prol do bom desenvolvimento do aluno temos o sucesso garantido. (Professora 9)

O acompanhamento familiar na escola viabiliza uma aprendizagem integral e eficaz em diversos parâmetros do ensino facilitando os sujeitos envolvidos a um processo continuo e satisfatório para a vida social. (Professora 10)

Diante das respostas dos professores, a participação da família dentro da escola e sim de suma importância para a formação dos alunos ,tanto dentro da escola como fora dela, pois a família ajuda muito nos problemas que aparecem no cotidiano escolar dos alunos, que podem ser solucionados se os pais ajudarem nas tarefas escolares , ou seja, ter interesse na vida escolar de seu filhos, sendo assim a criança terá confiança em fazer suas tarefas com mais facilidade , para uma aprendizagem melhor e preciso que a mesma tenha uma base estruturada para que seus filhos possa ter um desempenho melhor dentro da escola com uma formação segura.

Pois os pais são como espelhos para seus filhos, e é preciso que essa imagem seja motivadora, para que a criança tenha vontade de aprender cada vez mais. Essa parceria e de suma importância para o crescimento de uma criança pois ambas se eternizam na vida da

mesma, a escola entra como a que ensina os conteúdos necessários para sua formação, e os pais veem como apoio de afetividade e ensinamentos básicos de uma educação de qualidade, com esse trabalho junto a criança com certeza se desenvolverá com mais facilidade e determinação. "Excelentes pais não e seres humanos perfeitos, mais são pessoas que tem serenidade para se esvaziar e sensibilidade para aprender." (CURY,2013, p..17). Sendo assim os pais devem servir de exemplos para os filhos, para que sigam no caminho certo da educação para se tornarem pessoas com responsabilidades e de uma formação que realmente seja significativa.

Portanto, concluímos que a família tem um papel muito importante na vida dos alunos, é preciso que todos os pais tenham essa consciência de ter esse acompanhamento na vida escolar de seus filhos, pois assim facilita o trabalho dos professores, e todos os alunos terão uma formação de qualidade.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver essa pesquisa percebeu-se que a família e a escola, são bases importantes para o educando nos dias atuais por isso e necessário que ambas trabalhem em parceria, no qual estas juntas possuem diversos conhecimentos e em decorrência se comprometem edificação da formação global do aluno/filho e interferem em sua performance escolar e social.

O tema estudado pode contribuir para que os familiares e a comunidade escolar reflitam sobre suas ações e reações na vida do educando, sendo que esta pesquisa evidenciou que não há como conseguir total envolvimento familiar na educação dos educandos no âmbito escolar, mas, no entanto a escola possui em mãos diversas metodologias para que o índice dessa participação aumente e a família tem conhecimento que esta parceria traz diversos benefícios para o aprendizado do aluno/filho, por isso precisam de reflexões sobre a interferência destas ações na formação de seres humanos ativos na sociedade.

Conforme foi possível observar nos resultados da pesquisa de campo, é de suma importância a participação da família no processo de ensino aprendizado, no comportamento do educando. Percebeu-se que se essa participação existisse regularmente, o rendimento escolar dos alunos seriam melhores, ao contrário, os educandos tendem a regredir em suas aprendizagens.

Outro fator importante que se destacou nesta pesquisa foi a influência desta relação na

formação dos alunos de forma integral em que a família e a escola são responsáveis por formar pessoas dignas, atuantes na sociedade e conscientes de suas ações e reações, mediante a construção de sua identidade, autonomia e cidadania, sendo que ambas as instituições são responsáveis pela arte de educar e ao formarem parceria adquirem maiores formas de interferir em seus aprendizados.

Assim, a relação família e escola podem interferir no processo de ensino aprendizagem do educando de forma positiva ou negativa, por isso considera-se importante esta ser bem organizada e planejada para obter resultados significativos na aprendizagem do aluno, na qual um ensino completa o outro e nenhum se exime de suas obrigações de forma que ambos se adaptem as vivencias do mundo moderno e evidenciem suas realidades para que sejam analisadas, refletidas e questionadas de seus valores e consequências tendo em vista formular diferentes metodologias de ensino e entender problemas encontrados visando buscar meios para sana-los.

Faz-se necessário um intercambio continuo entre família e escola, mediante a tantas inovações, pois essa comunicação se torna suporte para o aprendizado do aluno/filho em que sua aprendizagem se torna mais significativa ao receber influência do conhecimento familiar, sendo a família a primeira base na formação do ser saudável e a escola um complemento, no qual ao unir metas e realizar ações coletivas contribui para que o aluno se forme integralmente e acompanhe as transformações ocorridas na sociedade.

Quanto à participação dos pais na escola foi confirmado a partir das respostas das professoras, inseridas no trabalho investigativo que na turma com maior rendimento escolar os pais estão mais presentes no processo de ensino aprendizagem e na turma de menor desempenho não tem total envolvimento dos pais, o que ressalta a importância de ocorrer parceria entre família e escola no processo de escolarização do aluno para que o mesmo alcance rendimento satisfatório e em decorrência obtenha aprendizagem significativa para toda a vida e evidência o afastamento dos pais de maneira ativa no processo de ensino aprendizagem dos filhos, no qual os mesmos nem comunicam aos educadores sobre o motivo do distanciamento.

Existem diversos aspectos que influenciam no aprendizado do aluno, no qual estas podem ser gerados pelo professor a partir de seu perfil de educador ou pelos familiares em suas vivências e conhecimentos, fato este que evidencia necessidade de ambos se atualizarem e se auto avaliarem constantemente para não prejudicar o processo educacional promovido ao

aluno.

Finalmente, família e escola são instituições distintas, mais que possuem os mesmos objetivos, a formação de alunos participativos, éticos, reflexivos, capazes de serem senhores do próprio destino, não alienados e transformadores do meio em que vivem. São nessas duas importantes instituições que a criança aprende e reafirmar valores e desenvolve de uma forma social, psíquica e cognitiva. O que evidencia a importância de ambas caminharem na mesma sintonia para promover uma educação de qualidade para os alunos/filhos para que esses tenham uma formação digna de um profissional/cidadão.

IV- REFERÊNCIAS

ALVES. Gilberto, Noronha; GONÇALVES. Maria Célia da silva; ZAGANELLI, Margareth Vetis,. **Altus Ciência**: Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro.V.01, N.03. ..João Pinheiro:FCJP ,2015.

BISINOTO, Cynthia. A relação família- escola: Interseções e desafios. Universidade Federal de Brasília, Estud.psicol. (Campinas) Vol. 27. 2010. http://dex.doi.org.br Acesso dia 17/10/2016 ás 20h46min.

CURY**,** Augusto. **Pais brilhantes professores fascinantes.** Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2008.

DESSEN, Maria; COSTA. Ana Polônia. **A família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano.** Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil. www.scielo.br/paideia Acesso dia 25/04/2016 ás 14h40min.

EULINA, Maria de Carvalho. **Modos de Educação, Gênero e Relações Escola- Família.** Centro de Educação e Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre a Mulher de sexo e gênero- Universidade Federal de Paraíba. mepcarv@openline.com.br Acesso dia 20/04/2016 ás 15h30min.

FONCESA, Neumar Gianotti. **A influência da família na aprendizagem da criança.** Projeto de pesquisa do curso de especialização em linguagem. São Paulo 1999. www.scielo.br/paideia Acesso dia 27/04/2016.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. **Sócrates pensador e educador:** A filosofia do conhece-te a ti mesmo. São Paulo: Cortez,2015.

SANTOS, Edna Aparecida. **A importância da participação familiar no rendimento escolar da criança.** Didática e Planejamento de ensino. Leopoldina MG. www.mepcarve.@apeline.com.br Acesso dia 01/05/2016.

ZAGURY, Tania. **Escola sem conflito:** parceria com os pais. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

IRMANDADES RELIGIOSAS: reflexões e análise das confrarias portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências da investigação, na visão de Pedro Penteado.

Vandeir José da Silva*

Resumo: O presente artigo apresenta como objeto de estudo as irmandades religiosas proporcionando reflexões e análise acerca das confrarias portuguesas: problemas, resultados e tendências da investigação, na perspectiva do pesquisador português, Pedro Penteado. Tem por intenção refletir sobre as irmandades leigas religiosas no período moderno em Portugal. Justificamos este trabalho por compreendermos a relevância de discussões sobre irmandades e seu papel sócio-cultural, analisando como este autor construiu suas reflexões em relação a Portugal. Procuramos dialogar com autores que compartilham da História Cultural para melhor compreendermos o objeto de estudo.

Palavras-chave: Irmandade. Portugal. Pedro Penteado

Abstract*:* This article presents as an object of study the religious brotherhoods providing reflections and analysis on the Portuguese confraternities: problems, results and trends of the research, from the perspective of the Portuguese researcher, Pedro Penteado. It is intended to reflect on religious lay brotherhoods in the modern period in Portugal. We justify this work by understanding the relevance of discussions about brotherhoods and their socio-cultural role, analyzing how this author constructed his reflections regarding Portugal. We seek to dialogue with authors who share Cultural History to better understand the object of study.

Keywords: Brotherhood. Portugal. Pedro Penteado

Introdução:

O presente artigo procurou fazer reflexões sobre irmandades religiosas em Portugal na perspectiva de Pedro Penteado. Boschi (1986, p. 14) apresenta a importância das irmandades no contexto histórico, religioso e cultural, e afirmou que "as irmandades funcionavam como agentes de solidariedade grupal, congregando, simultaneamente, anseios comuns frente à religião e perplexidades frente à realidade social". Buscou definir afirmando que:

* Mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília. Doutorando Universidade de Évora – Portugal. Investigador CIDEUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades. Bolseiro Heritas -FCT. Fundação Ciência e Tecnologia. E-mail: vandeirj@hotmail.com

> Variada é a terminologia usada para designar essas associações: confraternitas, sodalitas, sodalitium, confraternitas laico – rum, congregation, pia unio, societas, coetos. Embora o Código de Direito Canônico estabeleça algumas distinções, ainda assim, a própria Cúria Romana, em seus documentos, não faz claras diferenciações entre elas. (*sic*) (BOSCHI, 1986, p. 14)

O Código do Direito Canônico, Can. 707§ 1º e 2º determinam que:

> As associações de fieis que tenham sido eretas para exercer alguma obra de piedade ou caridade se denominam pias uniões, as quais, se estão constituídas em organismos, se chamam irmandades. E as irmandades que tenham sido eretas para o incremento do culto público recebe o nome de confraria.

As irmandades possuíam organização hierárquica e exerceram influência religiosa e social no período pesquisado pelo autor.

Para o trabalho propomos as seguintes argumentações: Qual marco temporal e geográfico fora estabelecido pelo autor Pedro Penteado no estudo sobre Irmandades? A maneira de organização das irmandades portuguesas foi igual no território Português? Como foi a relação igreja e confraria portuguesa. Qual era o papel destas agremiações religiosas? Igreja e Estado trabalharam juntos no reforço desta identidade religiosa? Como era a relação entre Estado e Igreja no que se refere às Irmandades religiosas?

A relevância deste estudo consiste em possibilitar reflexões historiográficas sobre o papel das Irmandades Portuguesas.

A metodologia utilizada foi revisão de literatura procurando estabelecer diálogos com autores que partilham da História Cultural e da Memória.

Representações e Análise: o processo de reconhecimento sócio cultural nas Irmandades

Compreendemos aqui cultura como ato de criação/recriação, espaços onde a escrita perpetua e imortaliza ações de uma sociedade como ato responsável de dizer as narrativas destes registros históricos nos contam deste tempo. Neste sentido, concordamos com Costa (2001, p. 79), ao escrever que: “A cada minuto de nossa existência, narramos o que testemunhamos, nossas dúvidas, nossas crenças, amores e desafetos, enfim, nossa experiência pessoal e social – do presente, do passado e do futuro -, e dessa forma construímos nossa vida e a vida dos outros”. É repensando a escrita da historiadora que nos esforçamos para

compreendermos os desdobramentos construídos por Pedro Penteado.

Toda ação construída na escrita do historiador o leva a refletir suas escolhas e perdas. Pensamos neste sentido, a importância da opção do investigador quando escolhe um objeto de estudo e faz deste, sua motivação na tentativa de dar respostas as suas inquietações respostas sensíveis que perpassam por representações de alguém que em um dado tempo muitas vezes distante escreveu a partir do seu olhar e sentimento sua história e a história de outros. Se é verdade que a história não conta tudo, entendemos que na escolha de um fragmento de acontecimentos descritos em processos organizados em arquivos, podemos compreender a vida social e cultural de uma determinada sociedade. Por isto, entendemos Pesavento (2004, p. 39) que:

> As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.

Concordamos com a historiadora em suas reflexões e apontamos o mundo das construções representadas por Pedro Penteado que se ocupou com grande fôlego sobre as irmandades do período moderno.

O autor inicia suas reflexões descrevendo que as confrarias portuguesas no período moderno para os dias de hoje são instituições importantes e atestam o comportamento da vida religiosa portuguesa. Acrescenta que de norte a sul em quase todas as comunidades de Portugal houve florescimento de confrarias que se ocuparam de papeis de “assistência espiritual e material às populações” (PENTEADO, 1995, p.1), contribuindo desta maneira para o fortalecimento do catolicismo. Estas práticas como podem ser percebidas na leitura do texto, estavam ligadas a orientações de doutrina aos devotos, que por sua vez, estavam à busca dos sacramentos, cultos aos seus falecidos, práticas caridosas, bem como outras ações piedosas que passam a fazer parte deste movimento após o Concílio de Trento.

O padrão religioso desta época nas confrarias tornou-se bases principais que foram aceitas pela igreja católica no sentido de enquadrar a forma expressiva da vivência religiosa da população leiga. Refletindo sobre o papel destas confrarias pensamos que estas organizações podem ser pensadas como descreveu Boschi (1986, p.12) ao estudar as

irmandades nas Minas Gerais afirmando que:

> A riqueza maior do estudo das irmandades talvez esteja no profundo significado histórico que elas apresentam. Foram e são instituições que espelham e retratam os diversos momentos e contextos históricos nos quais se inserem. Com elas, o catolicismo e a Igreja Católica amoldam-se à realidade na qual se propagam.

Percebemos nas palavras do autor que é preciso estar atento aos significados sendo eles produtores de um tempo histórico que marcam momentos que entrelaçam irmandades e igreja católica. Esses significados são produtos sociais/culturais que atestam a realidade social da geografia da qual pertence. No entendimento de Penteado, esse papel religioso nas confrarias passaram a legitimar e se estenderam, mostrando diferenças que existiam na sociedade, por outro lado, trouxeram contribuições de definição de identidades nos grupos sociais e marcaram espaços de reforço em processos de interação e união nestas comunidades que Segundo ele, "multiplicaram os tempos, os espaços e as formas de sociabilidade" (PENTEADO, 1995, p.1), estas condições centraram-se nas organizações de festas, bem como cerimônias religiosas que conferiam condições oportunas no exercício do poder local.

Cabe-nos repensar como se deram os papeis das irmandades formadas em território português, pois, segundo Penteado, os estudos até então realizados não possibilitam margem de segurança para visão de conjunto deste movimento português nos tempos modernos. Desta maneira, as pesquisas realizadas até então no entendimento do autor, não são completas a ponto de possibilitar uma síntese com margem de garantia, afirmando que o estudo ainda é insuficiente, mas com a produção historiográfica já realizada, afirma ser possível traçar algumas tendências a dar respostas há algumas problemáticas e fazer um balanço sobre a historiografia de confrarias portuguesas do século XVI ao XVIII.

A procura de demonstrar a importância dessas associações religiosas no país escreve o pesquisador que irá tentar esboçar "alguns traços para uma geografia do movimento confraternal" (PENTEADO, 1995, p.3). São estes traços que serão os pontos para as interrogações correspondentes contemporaneamente às atuais orientações dos problemas que geraram fatores que ligam a criação, por sua vez a adesão as confrarias, bem como o papel da Igreja Católica em sua estruturação nas relações estabelecidas entre Igreja e Estado português em relação ao controle destes movimentos associativos de leigos.

Pedro Penteado teve como objetivo nas páginas que seguem responder interrogações enumeradas anteriormente.

Revisão cronológica

Na década de 40 de acordo com o autor "o estatuto menor atribuído às confrarias devocionais foi consagrado pelo próprio Estado Novo" (PENTEADO, 1995, p.18) que de acordo com o autor (PENTEADO, 1995, p.18) "procurou secundarizar as funções cultuais das irmandades, em concreto as que se encontravam ligadas às Misericórdias, durante o longo processo de secularização destas". Já nos anos de 1950/1960 afirma que esta década, foi marcada com novas perspectiva de pesquisa para o movimento confraternal que trouxeram maior atenção da comunidade científica.

Desse modo, a Sociologia Religiosa francesa nos estudos de Gabriel Le Bras, apontou para a importância de romper com as barreiras somente institucionais da Igreja Católica e pesquisar as práticas de "enquadramento religioso" (PENTEADO, 1995, p. 18) e neste sentido, passar a compreender as confrarias, suas relações com a sociedade, a Igreja e também o Estado.

Nos estudos de Maurice Agulhon nos anos de 1966, aguçava os comportamentos associativos a partir destas organizações abrindo espaços para "o uso do conceito e da problemática da sociabilidade religiosa" (PENTEADO, 1995, p. 18-19). Notadamente, de acordo com Penteado, o reaparecimento da história das mentalidades com o ampliação das temáticas tradicionais de pesquisa influenciada pela escola dos Annales, possibilitou uma incursão sobre novos objetos a serem estudados na dinâmica da sociabilidade, cotidiano, vida coletiva, festa, integração social, exercício de poder, marginalidade, pobreza, doença, morte e solidariedade, temáticas de um campo de estudo amplo que fora utilizada por este pesquisador em documentações das irmandades.

A década de 1960 mostrava claros sinais de que haviam necessidades de novos estudos para entender a pluralidade de experiências do catolicismo e a importância da religiosidade popular marcaram o interesse do estudo sobre confrarias. Os estudos centrados na História da Religião, proporcionou maneira privilegiada de compreender a dinâmica dos cultos que eram realizados personagens centrais como Cristo, Virgem Maria e Santos os mais diversos de acordo com a devoção dos fiéis que criavam as confrarias. Neste sentido, podemos observar que: a História de caráter Religiosa com orientação interdisciplinar passou a compreender as dinâmicas internas das quais os pesquisadores da área da Religião

procuravam respostas.

Já nas décadas de 1970/1980, Portugal demonstra sedução pela utilização de conceitos e maneiras metodológicas que historiadores franceses alcançavam, se deixando influenciar pelas possibilidades de novas abordagens e novas perguntas que poderiam serem feitas a este passado português confraternal. Esta nova forma de ver e fazer história sobre as confrarias trouxeram frutos de posicionamento de pesquisas universitárias a exemplo, entre os investigadores medievais. Ao finalizar esta parte reflexiva, o autor aponta para novos sentidos demonstrando que há uma complexa variedade de estudos que tem seduzido pesquisadores ganhando cada vez mais adeptos que procuram compreender a vida através destas confrarias no sentido de analisar o Antigo Regime através da sociedade portuguesa.

Para o autor, entre os muitos aspectos que influenciaram as pessoas a fazerem parte de uma confraria era que esta realidade levava o participante a integrar-se socialmente, fazer parte de uma identidade social e ter uma distinção na sociedade da qual ele fazia parte. Leve-se em consideração que estes fatores estavam ligados aos momentos de cerimônias públicas e as celebrações festivas também públicas onde as confrarias desfilavam ornamentadas de atributos que lhes conferiam poder diante da sociedade. Caso particular apontado foram os negros e os cristãos novos que de acordo com o investigador, eles procuravam fazer parte das confrarias como maneira de aceitação social. Outro motivo de entrada para as confrarias de acordo com o texto, teve haver com o exercício local de poder desses confrades e a questão de que havia um prolongamento de dias festivos trazendo espaços de sociabilidades no convívio do cotidiano.

Mesmo diante do estudo, sugere Penteado ser necessário haver novos questionamentos para compreender diferenças sendo elas espaciais e temporais que levavam as motivações de entradas de indivíduos nas confrarias, pois segundo o pesquisador às vezes pode ser enganoso o fato de algumas irmandades existirem “forçosamente” ligadas a uma causa primordial da sua adesão. A exemplo, afirma que não somente através das irmandades das Almas do Purgatório eram realizados os cultos dos mortos. Desta maneira, os fieis podiam encontrar respostas para suas necessidades em outras organizações religiosas existentes pela sua disposição as suas dimensões funcionais. Outra descrição analisada pelo autor é a irmandade do Santíssimo de Cós que em seus compromissos descreveram que após o falecimento de um irmão o funeral era acompanhado até a sepultura “pelos restantes membros” (PENTEADO, 1995, p.28). Após sepultamento no prazo de oito dias era rezado uma missa com pagamento

da Confraria a qual ele pertencia. Sendo assim, esta ação de acordo com o autor revela ser um dos motivos de entrada de irmãos nesta confraria. Isto significa que a situação de acompanhar o defunto e rezar por sua alma não e um privilégio da confraria das almas. Outra situação descrita, foi à irmandade de Nossa Senhora do rosário de Castro Verde que dizia que em caso de falecimento de um irmão ou irmã, deveria a confraria acompanhar o corpo deste sem nada cobrar até o local do sepultamento, enquanto a confraria das Almas da Junceira tinha como obrigação de seus membros rezar um terço do rosário no oitavo na "festa de todos os Santos" (PENTEADO, 1995, p.29)

Neste sentido, o pesquisador toma como base Maria Manuela Rodrigues que descreve o caso da existência do conselho do Porto em datas do XVII e meados do XVIII, existirem "mais de duas centenas de confrarias" (PENTEADO, 1995, p.29) e muitas destas fazerem parte de duas confrarias ao mesmo tempo o que demonstra que havia por parte dos participantes interesses sociais ao se associarem a estas confrarias. Diante destas reflexões o autor diz que estas condições podem ser relativas se tomarmos outros dados em consideração. Por exemplo, nos estudos apontados por Laurinda Abreu citada pelo pesquisador, as reflexões demonstram que algumas confrarias consideradas por ela como as mais importantes em seus estudos, "englobavam, em média, apenas 10% do total de fogos da freguesia" (PENTEADO, 1995, p.29). Nesta compreensão, isto explica o número reduzido de irmãos que entravam anualmente. Para Penteado, o motivo de haver intercepção de um irmão para com o outro, é uma amostra de que existiam restrições de aceitação entre os confrades, o que restringia novas entradas e demonstra a limitação de irmãos na confraria.

De acordo com Penteado, pertencer a um grupo social, profissional ou no caso de sexo, era fator de avaliação para entrada em determinadas confrarias. Os apontamentos para Porto durante o século XVII e XVIII estudadas por M. Manuela Rodrigues, constatou que todas as irmandades tanto homens como mulheres gozavam direitos para se tornarem membros. Contrária a esta situação, em Junceira numa localidade agrícola/pastoril no interior de Portugal os estatutos da Irmandade das Almas apontavam para restrições de mulheres fazerem parte da ordem, mas demonstra uma ressalva no caso das viúvas que eram incorporadas com a perda do marido. Neste sentido, Penteado faz uma crítica instigando o leitor para ver se na prática esta situação de restrição era de fato real e afirma que em muitos casos a presença de mulheres era motivo de exclusão, chegando à casa dos 5% o que acontecia em Setúbal. Nestas condições onde a sociedade masculina de movimentos

confraternais despontava, também acontecia situações inversas como na "Irmandade do Sagrado Coração de Jesus sediada no Mosteiro de Santa Maria de Semide" (PENTEADO, 1995, p.32). Esta irmandade compunha-se na sua maioria de religiosas e mulheres seculares ligadas a um padrão social de médio ou elevada condições sociais. Mas de acordo com o autor, isto pode ter sido uma situação especial por ser um local de espiritualidade monástico feminino.

Outro fator que diferencia as confrarias abertas na análise do autor, é a pouca porcentagem de clérigos e contrária a esta situação, há também nas irmandades de clérigos com inexpressiva presença de leigos. Retomando o caso das irmandades fechadas, de acordo como autor, estas por possuírem uma quantidade fixa de irmãos, contava com condições de familiaridade ou o ato de pertencimento de uma "clientela de algum irmão constituíam factor de preferência no ingresso e ajudavam à rápida integração nessas associações" (PENTEADO, 1995, p.32). De acordo com o autor a entrada de novos irmãos geralmente acontecia em dias festivos "do seu orago" (PENTEADO, 1995, p.33), dito de outra maneira, em dias do padroeiro sendo este um santo, anjo ou outra denominação religiosa a quem era dedicada uma determinada igreja, capela ou associação ou celebrações que era por vez promovida.

Na percepção de Penteado, o ritual que acontecia para a entrada de um irmão ainda não é suficientemente estudado. Descreve que no Porto, na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos de São Francisco nos nãos de 1760, houve um número maior de entrada de irmãos anuais de escravos, mas modificou esta citação em relação a entrada de homens livres. Para a mesma data reflete que em Semide aconteceu uma queda significativa de entrada na Irmandade do Sagrado Coração de Jesus se recuperando somente no século posterior ao século XVIII. Para esta situação, argumenta ser necessária uma leitura cuidadosa, pois nos primeiros anos da confraria inicialmente nos 3 a 4 anos de sua existência correspondeu a maior entrada de confrades, acontecendo seu decréscimo a partir dos anos de 1740.

Na interpretação do autor, ele assim argumenta: o século XIX com a retomada de números de adeptos, ou seja, irmãos, esta associada ao amparo das Beneditinas de Santa Maria de Semide apontada para condições liberais, anti-congressionista. Desse modo Penteado (1995, p.33) nos faz as seguintes argumentações:

> Poderá este facto ser explicado pela desagregação de fórmulas de enquadramento até então fornecidas pelas Ordens Religiosas e pela procura de respostas alternativas no movimento confraternal? Por outro lado, e se atendermos ao ponto de vista devocional, que significado deveremos atribuir

ao afrouxamento dos ingressos durante a segunda metade do século XVIII?

Neste aspecto, o autor recorda que a produção historiográfica tradicional faz contornos por uma "vulgarização do culto para o Sagrado Coração de Jesus no último quartel do século XVIII por iniciativa da rainha D. Maria I" (PENTEADO, 1995, p.34).

De acordo com Fortunato de Almeida refletido por Penteado, aconteceram tentativas de reanimar a devoção na década de 1830, mas somente aconteceram êxitos depois de 1865. Isto faz Penteado lançar uma nova pergunta. "Poderá o caso de Semide contribuir para uma nova releitura da história da veneração do Sagrado Coração de Jesus? " (PENTEADO, 1995, p.34). Após estas indagações, o autor afirma estar aberto nos estudos realizados se a criação das confrarias e os picos de aumento e diminuição de irmãos não tem haver com desempenho dos membros da igreja em proporcionar condições de enquadramento de seus fieis e o controle exercido por eles perante o eficaz trabalho de propagar o catolicismo em elevação de "determinados cultos" (PENTEADO, 1995, p.34).

Nesta linha de raciocínio, o próprio autor descreve que não há dúvidas que várias confrarias foram criadas por intermédio eclesiástico. Diante desta afirmação ele apresenta Porto e Miranda como um dos exemplos de alguns bispados onde expõe que as Constituições Sidonais constituíam referências e obrigando os padres construírem uma irmandade do Santíssimo Sacramento em suas paróquias. Desse modo, sob visita dos bispos, estes orientavam os sacerdotes na criação de irmandades e também de devoções de confrarias como foi o caso de Nossa Senhora do Rosário forçando os párocos a integrá-las.

Um acontecimento que exemplifica as condições refletidas acima é o século XVI, no ano de 1590 que descreve um visitador na Paróquia de Junceira, onde o mesmo determinava que o vigário local fizesse encomendação para seus fiéis da Nossa Senhora do Rosário e marcando data para que acontecesse a procissão no primeiro domingo do mês de outubro, havendo no primeiro domingo de maio procissão, benzeção de rosas. Notamos desta maneira que se seguia um ritual acompanhado da definição de um calendário festivo, onde orientava a metodologia que deveria ser implementação de irmandades locais. Para que o efeito fosse eficaz, deveria o vigário portar o livro de Nossa Senhora do Rosário com finalidade de informar "os dias em que os confrades ganhão indulgência plenária e muitos annos de perdam e asi pera declarar alguns dos milagres que nossa senhora fez per virtude de quem lhe rezou o rosairo" (PENTEADO, 1995, p.35). Prossegue as indicações. "E procurará como todos seus fregueses seiam confrades desta confraria de nossa senhora do rosário per virtude da qual lhes

dará nosso senhor sua graça" (PENTEADO, 1995, p.35), finalizando que Nossa Senhora do Rosário dará livramento dos perigos na vida terrena e depois lhe dará sua gloria. A orientação como podemos perceber é parte da estratégia da igreja "que apostava na promoção de indulgências e na criação da sua necessidade para desenvolver o culto do Rosário e aumentar a criação destas associações" (PENTEADO, 1995, p.35).

Percebemos que as estratégias criadas tinham múltiplas finalidades. Neste sentido, o clero secular teve importante papel na criação de confrarias incrementando e motivando o aparecimento de irmandades, a exemplo da Ordem Regular que trabalhava como representantes.

Confrarias no contexto histórico Português

O autor inicia seu texto fazendo um balanço do século XVI – XVIII e descreve sobre determinados aspectos históricos das confrarias afirmando que estes séculos assistiram um grande movimento de criação de irmandades e Confrarias sendo eles: Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora do Rosário, Almas do Purgatório. Outra constatação no estudo foram as adoções de metodologias do clero numa clara evidência de contestar o protestantismo, afirmando e reafirmando ações através das irmandades, como veneração a Virgem Maria, santos, confirmação dos sacramentos. Desta maneira, podemos observar através da leitura textual que o clero se esforçou por introduzir as confrarias numa ação quase obrigatória. Para estas criações, o clero deveria proporcionar condições básicas materiais de forma que as confrarias tivessem condições de promover com majestade a realização de seus cultos. Vale lembrar a intensificação de exaltar o sacramento eucarístico no qual estas confrarias contribuíam de maneira especial.

Outro fator refletido foi à adesão populacional que conferiu sucesso nas introduções de santos e anjos nos movimentos confracionários ligados também a expressões sendo a extensiva de momentos de procissões e dias festivos que garantiam a população sair do seu cotidiano. Por outro lado, o autor traz nos estudos de Aires de Amorim que estudou o movimento mariano contribuindo para compreendermos nas pesquisas de Aires para o século XVIII com abrangência regional demonstrando que a as invocações de confrarias introduzidas afetaram as marianas, pois estas se fizeram as custas da mesma. A esta situação preferencialmente a implementação do Santíssimo Sacramento.

Nova característica é apresentada pelo autor no sentido de demonstrar que no período moderno acontecerão supressões da associação religiosa em relação à irmandade do Espírito Santo, irmandade está de considerável número em fins do século XV. Neste sentido podemos citar os coutos de Santa Maria de Alcobaça, onde em muitas associações religiosas, ermidas, ou seja, (capelas pequenas afastadas), hospitais que tinham como invocações o Divino Espírito Santo, foram ligados a irmandades novas como a de Nossa Senhora da Misericórdia, o que se assemelha o que aconteceu em outras partes do país.

Com o desaparecimento das irmandades do Divino argumenta Penteado que houve um favorecimento de devoções voltadas a ações tridentina, como em Aljubarrota e Cós. Esta ação não foi taxativa somente para a confraria citada acima, mas aconteceram incorporações no Santíssimo Sacramento, caso como em Vestiaria e Alfeizerão. As ações do clero em de incorporar irmandades a outras, esbarrou em resistência e para acabar com elas, foram adotados mecanismos como tirar o sentido do rito e significado social das crenças considerados mais importante para a comunidade como no caso das festividades a distribuição de bodos. Outra forma de resistência para o autor é apresentado em Junceira demonstrado no "novo treslado do compromisso da Irmandade do Espírito Santo" (PENTEADO, 1995, p.37) que foi escrito nos anos de 1744, incluindo neste: "«acordos e capitullos que se achavão capazes e as cousas do vodo que não servem se não fes cazo delias»" (PENTEADO, 1995, p.37).

Segundo o autor estas expressões provavelmente estavam ligadas a maneiras de desviarem as atenções que aconteciam nas paróquias por visitadores. Estas considerações são possíveis de se fazer pela natureza de conteúdo de constantes supressões dos artigos apontados por Penteado em relação a esta cerimónia, "no acórdão 16 o livro refere-se aos oficiais do bodo e no acórdão 37 especifica que «o dinheiro que se der pellas coroas que se gaste duas partes no vodo e a terssa parte será pera a Fabrica da igreja»" (PENTEADO, 1995, p.37). Estas informações nos permitem perceber que existia conservação tradicional de ritos em festas para o Espírito Santo. De acordo com Penteado é possível que durante o período Moderno tenha havido uma cumplicidade dos clérigos com o poder régio no sentido de suprimir o culto ao Espírito Santo no sentido daqueles "que fugiam à alçada dos poderes espiritual e temporal" »" (PENTEADO, 1995, p.37-38). Percebemos desta maneira, que o poder da igreja sempre se fazia presentes cercando e procurando não perder sua influência sobre os que faziam parte da igreja.

Outro momento que o autor nos chama a atenção é em relação ao exercício do culto ao Espírito Santo, pois as irmandades que as praticavam carregavam consigo em seus cultos uma pluralidade de sentido. Também merece atenção o fato de que havia desenvolvimentos de ideais com natureza messiânica e esta de acordo com o autor, traziam perturbações para "a ordem social estabelecida" (PENTEADO, 1995, p.38). Certo é que, todas as realizações estavam ligadas ao simbólico, o que não agradava ao clero. Os folguedos com coroações de reis de acordo com Penteado era uma maneira que essa manifestação cultural ligava a atribuição do triunfo do poder civil, e isto era visto pela igreja como uma maneira de diminuir a influência papal o que levava a alta hierarquia da igreja a se descontentar. Outros aspectos das festas para o Divino Espírito Santo promovidas pelas confrarias promoções de tempos para a sociabilidade da comunidade e segundo Penteado "não só anulavam o esforço tridentino de sacralização dos espaços de culto, como ainda, muitas vezes, colocavam em causa a moral sexual católica" (PENTEADO, 1995, p.38). O autor faz uma leitura que estes acontecimentos estavam ligados ao festejo que envolviam "corridas e abates de touros, as representações cénicas e as danças e cantares rítmicos, que normalmente acompanhavam estes folguedos" (PENTEADO, 1995, p.38).

Dessa maneira para os bispos os festejos tornavam próprios de tempos onda as práticas e abusos sexuais bem como atos violentos profanavam os locais sagrados. Outros momentos que faziam também parte do festejo segundo Penteado, foram os bodos que acordo com o autor era comemorado com refeições celebrando a fertilidade e finalizando a com a vitória da fertilidade onde o momento final era a celebração com abundância de alimentos que eram distribuídos aos presentes. Se os bispos não gostavam destes rituais de cerimônia, também não eram do apreço dos representantes da igreja, que se valiam da legislação régia como maneira de coibir a importância do festejo.

Interior das Irmandades: Poder e sociabilidade

A reflexão que Pedro Penteado fez no referido texto é a de que Estado e Igreja dimensionaram seu poder na tentativa de condicionar as confrarias. Podemos perceber, diante do campo de força que os dois poderes acima citados aplicaram sobre as irmandades. Neste sentido, um dos aspectos que marcava a forma coerciva do Estado e Igreja sobre estas ordens religiosas eram as constantes intervenções em processos de aprovação ou reprovação dos

compromissos que regulavam relações de políticas e sociabilidades. Essas interferências mantinham o acentuado exercício de exclusão entre as organizações religiosas. Uma conduta que pode ser percebida é que os dois aparelhos de poder citados tinham como finalidade a coerção do poder das irmandades no que se refere às elites locais. Porém, como sempre os interesses mantiveram alternativas que puxassem para seu lado, a igreja procurou manter seu posicionamento de maneira vertical contrária a Coroa, pois desta maneira, ela ganharia estimulando os confrades a manterem suas práticas religiosas através de festas, procissões e as romarias.

De acordo com o autor, os compromissos na sua maioria eram idealizados e produzidos pelos próprios irmãos e após sua redação, levados para que houvesse aprovações superiores. Nesta expressiva ação social, podemos percebe que os aspectos inerentes às relações e força dos grupos ficaram impressos nas páginas e escritas destas associações de leigos, principalmente pelo fato de que nelas, havia irmão que sempre procuravam atender seus interesses. A exemplo destas condições, o autor sita o caso do Compromisso da "Irmandade de Santa Ana dos armadores de Lisboa de 1782, defendia os interesses dos antigos mestres desta arte, impedindo o acesso de armadores que não fossem «Professores da arte, ou as veuvas» "(PENTEADO, 1995, p.47). Esta conduta demonstra o grau de interesse no interior desta organização.

Outro aspecto refletido que se torna distinto é que tantas as viúvas como seus filhos para permanecerem na confraria, deveriam seguir esta profissão. Por isto, de acordo com Penteado*:* "Por esse motivo, não foi aprovado pela Rainha D. Maria I" (PENTEADO, 1995, p.47).

Para Penteado é frequente historiadores utilizarem de análises que perpassam por "relações interpessoais, plurisociais e pluriprofissionais desenvolvidas no interior das confrarias" (PENTEADO, 1995, p.47). Diante desta afirmação, o autor diz existir áreas de maior fecundidade e que estas podem demonstrar outras diferenças nos relacionamentos.

Cabe dizer, que havia diferenças destas relações em decorrência de uma irmandade para outra de acordo com os livros de compromissos. Cita o pesquisador, que o fato de uma confraria deixar em aberto a quantidade de joias para o ingresso de um irmão, eles já destacava deixando-se perceber o realce logo na entrada desta agremiação e de acordo com Penteado nos livros de compromissos estudados é possível perceber nos compromissos das irmandades, a definição das identidades, grupos sociais a que cada classe pertencia. Isto nos

faz refletir as palavras de Halbwachs (2006, p. 31) ao escrever que: "Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível" Neste sentido é possível perceber que as palavras dão sentido às expressões dos integrantes das diferentes irmandades. Assinala Penteado, que isto pode ser percebido nas muitas confrarias do litoral que distinguia homens de terra e homens do mar.

De acordo com Penteado no "regimento régio da Confraria de Nossa Senhora de Nazaré de 1660-1661, por exemplo, indicava que os «elleitos serão pessoas das principaes, e das de maior satisfação assim dos homens da terra como do mar na forma que he costume»" (PENTEADO, 1995, p.47). Em sua reflexão, ele chama a atenção para esta questão e descreve que neste período é justamente o momento que os homens da terra haviam conquistado áreas que anteriormente eram dos marítimos.

Outro acontecimento que assinalou estas situações é o caso das confrarias que marcavam seus espaços de separação como confrarias de brancos e confrarias de negros em Portugal que justiçava a supremacia dos brancos em relação aos escravos negros. Na cidade do Porto exemplo, os escravos precisavam apresentar uma anuência por escritos de seus senhores para fazerem parte de confrarias. Outras formas de distinguir os espaços eram determinadas atividades como a de escrever nos livros de registros como algo exclusivamente de brancos. Também segundo o autor, situações de tensões foram criadas internamente em decorrência de cargos superiores no interior das confrarias, outro aspecto é que esta atitude gerou foi o fato do número de pessoas ascenderem aos cargos mais altos nas confrarias.

Podemos perceber desta maneira que havia cargos diferentes apresentando-se uns mais outros menos importantes. Neste sentido Penteado apresenta a Confraria de Nossa Senhora de Nazaré onde o cargo de deputado que foi perdendo no século XVII e XVIII sua importância e servindo apenas como palco de passagem para conseguir o cargo de mordo e posteriormente o de administrador, sendo este o mais almejado e de maior importância, alcançando este cargo o poder de concentrar decisões da Confraria "na segunda metade da centúria de setecentos" (PENTEADO, 1995, p.49). Neste aspecto, ainda reflete que era comum os melhores cargos estarem nas mãos de irmão mais importantes, pois estes definiam decisões, sendo comum também a perpetuação destes para continuarem a exercer poder sendo extensiva a permanência nos mandatos. Era comum ainda que esses membros combinassem cargos em diferentes irmandades citado pelo autor, "como por exemplo, as Câmaras" (PENTEADO,

1995, p.49).

Um significado forte que aconteceu nesta trama, foi à maneira com que estes irmãos em momento que se deslocavam para outras confrarias e ocupavam cargos importantes procuravam serem substituídos por pessoas próximas como seus consanguíneos, amigos ou ainda um irmão favorito. Esta teia de ligação de acordo com o autor possibilitava que os destinos das confrarias sempre estivessem debaixo de suas influências.

Para Penteado as condições analisadas levam a percepção de que as confrarias serviram de palco de relações de interesse e clientelismo, servindo estes espaços para manutenção dos primeiros grupos e de seus familiares. Prosseguindo sua análise aponta que: "Na centúria de setecentos, no santuário da Senhora de Nazaré, dois representantes régios ali estabelecidos, detentores de cargos na vereação e nas confrarias" (PENTEADO, 1995, p.49). Esta constatação demonstra que os protegidos mantinham relações de significativas vantagens de cunho não somente econômico, mas também sociais. De acordo com a análise, esses lucros foram extensivos "aos serventuários da Confraria da Senhora de Nazaré, quando estes sabiam defender a posição de uma das facções locais que disputavam o poder, como aconteceu ao padre António da Rosa" (PENTEADO, 1995, p.49). Este clientelismo analisado demonstra que o fato de pertencer a uma condição de clientelista/familiar trouxe em seu seio bonança e regalias, principalmente quando se tratava da entrada de um novo membro, esta condição era decisiva na confraria e principalmente quando se tratava de irmandades restritas.

Como podemos observar, as confrarias mostravam diversos sentidos e se diferenciando uma das outras. Certo é que, a estrutura religiosa apontava também para seus momentos de exclusão conforme analisado pelo pesquisador que apresenta o século XVII como momento em que as organizações passaram a estabelecer domínio de exclusividade para os velhos cristãos, demarcando a sociabilidade para o poder econômico. Outro marco importante de acordo com o autor foi o cerco estabelecido contra os novos cristãos nas irmandades e também se dificultou a entrada de irmãos que eram pobres. Estas ações tornaram-se tão tensas e muitas vezes não surtiram o devido efeito, sendo assim de acordo com o autor houve necessidade de utilizar a violência e à intervenção da Coroa e do Santo Ofício para conseguir reduzir o peso e "a solidariedade dos cristãos-novos na vida comunitária e das confrarias" (PENTEADO, 1995, p.50).

Desta maneira, podemos perceber que as confrarias na leitura do autor serviram como espaços de sociabilidades e relacionamento de grupos que procuravam atender seus próprios

interesses, por outro lado, cabe pensarmos como se dava a relação entre os irmãos. É bem verdade que a igreja muitas vezes procurou alargar o caminho da sociabilidade em tempos de convivências religiosa, mas também sobre seus interesses.

Podemos compreender que o trabalho do autor assentou nos resultados do que ele chama de "grandes linhas que orientam a problemática da investigação da História das Confrarias em Portugal, na Época Moderna" (PENTEADO, 1995, p.51). Neste sentido foi demonstrado que as associações de confrarias em diferentes entre se de local para local no território português e também sofreu modificações no contexto histórico. Afirma também que para se ter uma noção mais aproximada desta diversidade é preciso haver mais estudos monográficos das confrarias portuguesas.

O estudo até então apontado por Penteado foi realizado por mais de 300 irmandades localizadas em quatro áreas diferentes de Portugal que marcou significativamente a presença de leigos no enquadramento de paróquias. No estudo, o pesquisador constatou que a maior parte destas confrarias eram ligadas principalmente as devoções propagadas pelo Concílio de Trento sendo elas: Santíssimo Sacramento, Almas do purgatório e Nossa Senhora do Rosário. Diante desta devoção, segundo o autor "os responsáveis da Igreja não só promoviam o aparecimento destas formas de piedade e das confrarias que lhes estavam associadas, como as orientavam e procuravam controlar" (PENTEADO, 1995, p.51). Neste sentido eles também secundarizaram associações antigas que estavam associadas aos cultos tradicionais.

Considerações Finais

Percebemos desta maneira que o período Moderno português foi marcado por confrarias as quais homens e mulheres sendo estas de diferentes camadas sociais e com motivos distintos podendo ser espiritual ou material. Estas agremiações atingiram graus de disputas e tensões pelo seu controle podendo ser citadas duas instituições de grande poder sendo elas: a Igreja e a Coroa, que sob seus interesses procuraram controlar estes espaços. Entre a disputa, não há dúvida que o Estado levou a melhor sendo esta temporalidade a segunda metade do XVIII. Para dominar este terreno, a Coroa portuguesa exigiu comprovação de todas as confrarias realizadas através da ereção Eclesiástica o que a Igreja não conseguiu apresentar.

Os dados analisados pelo pesquisador possibilitaram fazer uma síntese, lhe permitindo

em alguns destes compreender a estrutura eclesiástica e social e a maneira com que as irmandades funcionavam. Desse modo essas agremiações serviram como locais de poderes, parafraseando Michel Foucault, uma microfísica de poder que atendia interesses e hierarquizava o espaço da irmandade. Vale também lembrarmos do universo de exclusão do qual fazia parte o cristão-novo e o pobre para o qual nos leva a perceber que o contexto social e religioso era dotado de fronteiras.

Por fim, em suas palavras finais Penteado descreve que foi necessário fazer escolhas diante de um universo tão rico permeado pelas irmandades e afirma que muitos outros aspectos ficaram sem explorar sendo estes: o papel da assistência social no contexto de assistência religiosa no que se refere ao individual, o caminho que se seguiu para a privatização do cotidiano religioso, a funcionalidade do contexto que as irmandades religiosas construíram o que o autor chama de "economia da salvação" (PENTEADO, 1995, p.52). O modelo de atividade econômica e o impulso que a mesma trouxe para o Portugal, as mudanças que aconteceram internamente nas irmandades na primeira metade do século XIX. Enfim, aspectos que ficaram abertos para novas problematizações sobre o passado das irmandades de Portugal, o que nos faz repensar como construir novos objetos de pesquisas.

Referências

BOSCHI Caio César. **OS LEIGOS E O PODER. Irmandades Leigas e Políticas Colonizadora em Minas Gerais.** São Paulo, Editora Ática, 1986.

COSTA, Cléria Botelho da. et. al. (orgs). **Contar História, fazer História: história, cultura e memória.** Brasília: Paralelo 15, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro Editora, 2006.

PESAVENTO. Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Penteado, P.. **Confrarias Portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências da investigação.** 2º Encontro de História Religiosa e da Igreja em Portugal - Época Moderna e Catolicismo Tridentino (Séc. XVI-XVIII). (1995). Disponível em: http://unl-pt.academia.edu. Acesso: 15/07/2017.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

SOBRE ETNOBOTÂNICA: uma ferramenta inovadora na construção do conhecimento científico

Daisa Cristina da Silva Barbosa Almeida*
Maria Célia Veiga França**
Júlio César Rodrigues da Silva***

Resumo: A vida humana se constrói por inter-relações com os seres vivos e o ambiente, graças às quais o homem alcança um conhecimento do mundo à sua volta. Cada comunidade constrói sua cultura e estabelece as raízes que, juntas, formam a identidade dos povos. Este estudo busca retomar a trajetória do conhecimento cultural e etnobotânico ao longo da história da ciência, apontando para as sucessivas valorizações e desvalorizações sofridas por eles. Bem como mostrar em que sentido a etnobotânica poderia auxiliar na construção do conhecimento científico do aluno, sendo realizado por meio de revisão literária. O conhecimento cultural foi a base sobre a qual o conhecimento científico pôde ser construído e, apesar de ter sido desacreditado por um tempo, vem novamente ganhado espaço. Na medida em que ela é o estudo da relação que os homens de cada cultura estabelecem com as plantas e o conhecimento construído a partir daí, fica evidente que o aluno é portador de um conhecimento cultural que o acompanha, quando esse ingressa na escola. Quando devidamente reconhecido pelo professor, o conhecimento cultural não somente se torna um aliado na construção do conhecimento científico pelo aluno, como ainda ajuda a preservar os diversos saberes tradicionais.

Palavras-chaves: Conhecimento cultural. Etnobotânica. Conhecimento científico. História da ciência.

Abstract: Human life is build by inter connections with beings and the environment, thanks to which man get a knowledge of the word around him. Each community forms her own culture and establishes the roots that make the identity of people. This study retakes the trajectory of cultural and ethnobotanic knowledge throughout science history, pointing to the appreciation and devaluation they got through. It also shows in what way ethnobotanic could help in the construction of the scientific knowledge of the student. The cultural knowledge was the basis on which the scientific knowledge could be build and, even though it has been discredit for a while, it recently regains its place. Since the ethnobotanic is the study of the

* Graduanda em ciências biológicas pela Faculdade Cidade de João Pinheiro. daisacristina_jp@hotmail.com.

** Doutora em filosofia pela Université de Caen, pós-doutora em filosofia pela UFMG. Professora na Faculdade Cidade de João Pinheiro. lelavfranca@yahoo.com.br

*** Especialista em ensino de ciências exatas. Graduado em Física e Matemática. Docente de disciplinas de ciências naturais e exatas no ensino superior. Docente em física e matemática do Estado de Minas Gerais. jcrs.engenheiro@gmail.com.

relation that man in every culture establishes with plants and the knowledge build upon it, its clear that the student is a carrier of a cultural knowledge that come along with him when he get in the school. When properly recognized by the teacher, the cultural knowledge is not only an allied in the construction of the scientific knowledge, but helps to preserve the different traditional knowledge.

Keywords: Cultural Knowledge, ethnobotany, scientific knowledge, history of science.

1 INTRODUÇÃO

O homem se relaciona com o mundo e assim o conhece; transforma seus componentes em instrumentos para suprir suas necessidades. A partir das relações e interações com as diferentes espécies existentes no mundo, ele vai criando e recriando, elaborando perguntas e buscando as respostas que pode encontrar no próprio meio que o abriga. É devido a esse relacionamento do homem com os seres bióticos e abióticos que é construída sua cultura (FREIRE, 2013).

No período pré-histórico, só havia o conhecimento cultural que o homem foi construindo por meio de sua relação com o meio que habitava. Na busca pela sobrevivência, as plantas eram usadas para suprir as necessidades de alimentação, moradia e tratamento das enfermidades (ROSA, 2012).

Esse relacionamento proporcionou ao homem um conhecimento cultural vasto a respeito dos vegetais, mas no renascimento esse conhecimento foi perdendo espaço para o conhecimento científico, que começava a dar seus primeiros passos. Na revolução científica, o conhecimento cultural é privado de valor e desacreditado como conhecimento válido frente ao mundo acadêmico (ROSA, 2012).

Todavia, no último século, o conhecimento cultural botânico vem ganhando espaço novamente. O conhecimento que os diferentes povos possuíam e possuem sobre as plantas desperta cada vez mais o interesse de pesquisadores que têm como foco as pesquisas etnobotânicas (ALBUQUERQUE, 2005).

A etnobotânica é uma disciplina que estuda a inter-relação de cada povo vivendo sua cultura, com as plantas. Dentre suas finalidades, estão o levantamento de informações que possam ser usadas na fabricação de medicamentos, a descoberta de plantas desconhecidas que permitam criar remédios para enfermidades ainda sem cura e também o interesse de

identificar novas espécies de plantas. A partir desse reconhecimento, aumenta a possibilidade de catalogar novas espécies, conhecidas unicamente dos povos que habitam as regiões mais remotas, muitas vezes afastadas ou isoladas (ALBUQUERQUE, 2005).

Paulo Freire (2013), ao falar da importância do diálogo no processo de alfabetização, destaca que os conceitos antropológicos de cultura que auxiliam no desenvolvimento crítico do sujeito consistem em um caminho que conduz o aprendiz a se tornar um descobridor do mundo da comunicação escrita, uma vez que a cultura mostra o relacionamento do homem com a natureza, sendo essa cultura uma mediadora das relações e comunicação do homem. O mesmo que acontece com a alfabetização acontece com o ensino da biologia que, levando em conta o conhecimento cultura do aluno, pode ajudá-lo no processo de aprendizagem.

Cada comunidade dialoga com o mundo e fala sobre ele de forma diferente, sendo bem peculiares as atribuições de nomes e significados aos seres do meio onde vivem. Essas formas estão presentes na maneira de auxiliar na construção do conhecimento das novas gerações, por isso a importância do reconhecimento do saber cultural dos alunos pelos professores na mediação do conhecimento científico, sendo preferíveis metodologias baseadas no senso comum da comunidade em questão e não em uma cultura afastada de suas origens.

Diante do exposto, surgem os seguintes questionamentos: que contribuições a etnobotânica poderia trazer para o ensino? Como ela poderia aproximar o aluno do conhecimento científico?

Frente a essas constatações, surge a necessidade de realizar uma abordagem e análise desses questionamentos por meio de revisão literária de forma exploratória e qualitativa a partir de alguns autores relevantes. A pesquisa aconteceu entre os meses de julho de 2015 á Outubro de 2015 utilizando obras do ano de 1984 á 2015. Para a busca de materiais foram usadas palavras-chaves como: conhecimento cultural, etnobotânica, conhecimento científico e história da ciência.

Esse trabalho se encontra estruturado em três sessões. Inicialmente foi feito um levantamento da história do conhecimento cultural sobre as plantas, desde os tempos pré-históricos, até a ciência moderna. Ou seja, a trajetória efetuada pelo conhecimento cultural, mais especificamente pela etnobotânica, ao longo da história da ciência.

A segunda parte introduz o conceito de etnobotânica e oferece argumentos demonstrando sua importância para a comunidade, para a compreensão da vegetação e até mesmo para a comunidade acadêmica. Por fim, o texto procura demonstrar o valor do

conhecimento cultural do aluno no processo do ensino-aprendizado, indagando por que meio a etnobotânica poderia auxiliar na construção do conhecimento cientifico aluno.

2. BREVE HISTÓRIA DA BOTÂNICA

2.1 O saber botânico

Desde o seu nascimento, o homem começa a interagir com os seres vivos com os quais divide o mesmo ambiente, ocorrendo uma relação entre as espécies animal e vegetal. Durante sua existência, ele atribui significado para as ocorrências do meio que o rodeia, assim como para as influências que uma espécie tem sob a outra. Ele aprende ainda a comunicar e utilizar os componentes desse meio para sua sobrevivência (DELIZOICOV; ANGOTTI; PERNAMBUCO, 2002).

"O homem pré-histórico elaborava seu saber à partir de sua experiência e de suas observações pessoais" (LAVILLE; DIONNE, 2007, p. 16). Havia apenas o saber do senso comum, que não era um conhecimento sistematizado. Entretanto, tal saber incluía um conjunto de informações muito valioso, sendo naquele período suficiente para levar os homens a descobrir, no meio em que habitavam, possibilidades que proporcionariam não somente a sobrevivência, mas uma vida cada vez mais cercada de conforto.

Por meio da relação estabelecida com o meio que habitava, o homem pré-histórico descobriu o fogo. Percebeu que era possível produzir uma faísca à partir do atrito entre duas rochas ou galhos secos e, nesse momento, conquistou um novo conhecimento (LAVILLE; DIONNE, 2007). A partir dessa nova descoberta, foi capaz de se proteger de predadores, avançar para regiões frias, aquecer e cozinhar seus alimentos. O domínio do fogo possibilitou ainda conquistar novas terras férteis onde a flora era diferente da que ele conhecia antes e, dessa forma, o homem foi enriquecendo seu conhecimento sobre a flora (ROSA, 2012).

Alguns especialistas sugerem inclusive que a ampliação da complexidade das relações humanas, assim como o início da cultura, teriam sido conseqüências da descoberta do fogo. Com efeito, esse permitiu um aumento significativo das horas de vigília dos homens que deixaram de dormir com o por do sol e começaram a passar parte da noite em volta do fogo, intensificando as relações, narrando estórias e fazendo um maior uso de seu imaginário (AMEISEN, 2015).

Nesse período, a busca por novos conhecimentos ocorria apenas com o intuito de

atender as necessidades imediatas, possibilitando que os grupos desenvolvessem técnicas partindo apenas do conhecimento cultural. Assim iam somando novos conhecimentos ao longo da vida. A observação era um dos meios principais pela qual o homem chegava a obter informações sobre as plantas, e essas observações possibilitaram que começassem a cultivá-las, passando as observações a serem feitas de perto, permitindo que conhecessem cada vez mais os vegetais (GÜLLICH, 2004).

Percebe-se que, nesse período, o homem contava apenas com a memória e a comunicação para que esse conhecimento não se perdesse ao longo do tempo e alcançasse seus descendentes. A única forma para auxiliar as novas gerações na construção do conhecimento era constituída pela fala e pelo gesto. Isso fazia com que a conquista de um novo saber ocorresse de forma lenta, pois os povos viviam em locais distantes, sendo esse um obstáculo que dificultava a aproximação física, essencial para as trocas de experiências (GÜLLICH, 2004).

Já no inicio do período Neolítico, em torno de 12 mil anos atrás, o homem começou a avançar para diferentes terras, conhecendo diferentes habitats, e começou a utilizar as plantas na construção de moradias e para a alimentação. Foi percebendo aos poucos que cada planta possuía propriedades diferentes. Há registros de que nesse período já havia uma "[...] identificação de plantas venosas e de plantas medicinais [...]" (ROSA, 2012, p.44). Esse conhecimento dos vegetais presentes em meio às diferentes populações era o único conhecimento da época e possibilitava-lhes usufruir dos benefícios da natureza no combate às enfermidades.

Até o período Neolítico, as plantas locais e os peixes eram os únicos alimentos de fácil acesso utilizados para alimentar as comunidades, que estavam em constante aumento populacional. Devido a esse aumento, as plantas locais e os peixes começaram a não mais ser suficientes para suprir a necessidade de todos. Outra opção para alimentar essa população crescente foi encontrada na caça e na colheita de frutos em terras vizinhas, porém o deslocamento era cada vez mais difícil. Com isso, surgiu a necessidade de buscar meios alternativos para o sustento e foi então que começou o desenvolvimento de técnicas de cultivo de alimentos como o arroz, o trigo e a cevada. Nesse momento, deu-se início à construção do conhecimento popular à respeito da agricultura (ROSA, 2012).

O final do período pré-histórico é marcado pelo surgimento da escrita, que foi inventada devido à necessidade do homem de encontrar meios mais seguros para registrar os

avanços de uma sociedade que estava em constante crescimento intelectual. Esse trabalho foi desenvolvido por várias gerações e permitiu que a história de muitos povos começasse a ser registrada. A partir desse momento, as próximas gerações não contariam apenas com a fala para a transmissão de um saber, mas teriam acesso a informações escritas (ROSA, 2012).

Por volta de 5,5 mil anos atrás, a escrita possibilitou que as primeiras grandes civilizações (Egito, Mesopotâmia, China e Índia) fossem construídas. Nessa época, o conhecimento na área da botânica era bastante limitado, entretanto, já existiam pensamentos voltados para a necessidade de buscar melhor conhecer as propriedades das plantas (ROSA, 2012).

O conhecimento cada vez maior que o homem adquiria a respeito das plantas possibilitou, por exemplo, que os egípcios inventassem o "papel" por volta de 2500 a.C. A partir de então, o homem descobriu que havia um meio mais fácil de registrar suas informações e assim as tábuas de argila começaram a ser substituídas. Utilizava-se o papiro, uma planta muito comum na região do Nilo, para registrar as contas do império, registrar a vida dos faraós, sua história, entre outras informações. Isso facilitou não somente a escrita, mas também abriu o caminho para as futuras impressões (ROSA, 2012).

Nesse mesmo período surgiu a necessidade de dividir as plantas em grupos. "Eram classificadas em três grandes grupos: árvores, ervas e plantas rasteiras. Havia interesse no estudo das ervas, principalmente para uso na Medicina, mas o conhecimento era empírico [...]"(ROSA, 2012, p. 96). Parte do conhecimento empírico é aquele adquirido por meio da observação, baseado na experiência. (LAVILLE; DIONNE; 2007; SILVA, 1949).

A Grécia antiga foi, no que diz respeito ao ocidente, o palco para as primeiras sistematizações do conhecimento humano acumulado até então. Teofrasto foi um importante filósofo que, por volta do século IV, contribuiu para a construção da ciência botânica. Conhecido como o pai da botânica, ele escreveu 15 livros voltados para essa área do conhecimento, obras que só seriam reconhecidas no renascimento (ROSA, 2012).

Teofrasto criou o método de classificação das plantas que auxiliaria estudos posteriores, retomados por outros botânicos. Desenvolveu estudos sobre a reprodução das plantas, sobre sua duração de vida e suas moléstias, sobre a propagação dos vegetais, deu significado técnico ao pericarpo e fez ainda a distinção entre as gimnospermas, as angiospermas e as monocotiledôneas (ROSA, 2012).

2.2 A ciência botânica

As ideias construídas até a Idade Média começam a sofrer grandes transformações no início do século XIII, quando a história da ciência começa a dar os primeiros passos com o renascimento científico, que segue até o século XVI. O renascimento, assim nomeado em razão da redescoberta e da retomada dos textos dos antigos (gregos e romanos e, nos séculos 9 a 10, árabes), trouxe à tona muitos dos trabalhos feitos alguns séculos antes na área da biologia, incluindo a botânica. Com os estudos e a divulgação de livros impressos, várias obras teriam que ser revistas (ROSA, 2012).

Em sua primeira fase, houve poucos estudos na área da botânica, "limitando-se todo o conhecimento da época aos ensinamentos da obra de Plínio, autor romano que, por sua vez, compilara e traduzira (às vezes incorretamente) os primeiros autores gregos, de Aristóteles a Teofrasto" (ROSA, 2012, p. 173).

Na segunda fase do renascimento (século XV), o homem conquistou novas terras (América) e, com isso, teve contato com várias espécies de plantas até então desconhecidas dos europeus. Essas novas descobertas possibilitaram o início de pesquisas voltadas para o campo da botânica, dando inicio à ciência experimental nessa área. Com isso, houve rompimentos de alguns conhecimentos bem estabelecidos na idade média e o conhecimento cultural do homem começava a ser substituído por um conhecimento teórico (ROSA, 2012).

O conhecimento científico avança rapidamente por volta do século XV, inicio da segunda fase do renascimento, e os filósofos começam a utilizar a experimentação como método de pesquisa, e é então que "[...] surgem os primeiros ensaios de metodologia contribuindo para desenvolvimento de diversas ciências" (ROSA, 2012, p. 331). "O avanço da ciência nesse período contribuiu para o surgimento do homem consciente da sua capacidade e competência" (ROSA, 2012, p. 336).

Ainda no renascimento, o desenvolvimento da botânica teve a contribuição de Leonardo da Vinci que, paralelamente a seus inúmeros inventos, também "dedicou-se à botânica, inclusive, estudando o heliotropismo positivo e negativo (tendência de algumas plantas a se voltarem para o sol ou para o lado oposto) e geotropismo positivo e negativo (tendência da raiz de aprofundar na terra ou se afastar dela)" (ROSA, 2012, p. 400).

Ao final do renascimento, no século XVI, acontece uma evolução da botânica por meio dos trabalhos dos alemães Otto Brunfels, Jerônimo Bock e Leonhard Fuchs.

Influenciado pelos autores médicos antigos (como Hipócrates e Galeno) esse último publicou o livro *Herbarum vivae icones (Ilustrações Vivas de Plantas)* que traz 238 esboços de plantas com ilustrações de ótima qualidade, abrindo o caminho para vários outros trabalhos (ROSA, 2012).

Ainda nesse período, conhecido por suas ricas inovações, pode-se acompanhar o desenvolvimento dos primeiros glossários de ervas medicinais "com informações sobre sua forma, seu hábitat, suas propriedades, a melhor época para colheita e corte [...]" (ROSA, 2012, p. 453) e o desenvolvimento de catálogos com mais de mil espécies de plantas onde estão disponíveis as caracterizações de seus habitats, desenho das plantas, florescimento, etc. Ainda aqui, as publicações começam a deixar de trazer as plantas por ordem alfabética, e começam a apresentá-las segundo os 26 grupos dentro dos quais são ordenadas segundo suas propriedades e relações mútuas (ROSA, 2012).

A botânica se torna então bem mais sistemática e dá início à classificação em função do sistema de análise de todas as partes da planta, mais especificamente da flor, do fruto e da semente. Acontecem também as primeiras experiências de fecundação artificial feitas com tamareiras na Itália, as nomenclaturas binárias das plantas são inventadas e, nas universidades, surgem os primeiros jardins botânicos nos quais as plantas são cultivadas para fins observacionais (ROSA, 2012).

Com trabalhos voltados principalmente para a astronomia, por volta do século XVII, inicia-se a revolução científica. As ideias de Aristóteles de que a terra estava no centro do universo e que o movimento dos corpos celestes era circular e uniforme é substituída por novas teorias resultantes dos trabalhos de Copérnico, Tycho Bralhe, Kepler e Galileu (REALE; ANTISERI, 1990).

A revolução científica abre caminho para a formação de uma nova visão acerca do mundo, na qual a ciência moderna despreza a tradição hermética, a alquimia, a astrologia e a magia que, a princípio, contribuíram grandemente para sua formação. Nesse período, incide a formação de um novo conhecimento, controlável e progressivo, que reúne a teoria e a prática, a ciência e a técnica. Dessa forma, para ser válido, o conhecimento necessitava do contínuo controle da experimentação. As universidades começaram então a formar cientistas sem insistir na separação entre intelecto e trabalho manual. Diferente do que acontecia nas universidades na Idade Média, a junção dos dois resulta no cientista moderno, cuja experiência se encontrava no experimento (GERMANO, 2011).

Francis Bacon, filósofo da época industrial (1575 à 1620), contribuiu muito para a construção do saber científico, ao formular uma ética das pesquisas científicas. Ele criticava a cultura tradicional, o saber mágico-alquimista e demonstrava indignação frente aos filósofos da Idade Média, por acreditar que não tinham dado a devida atenção e o necessário respeito à natureza (GERMANO, 2011).

Apesar dos pensamentos mágico-alquimistas, de alguma forma, ainda estarem presentes na filosofia de Bacon, ele rejeitava o modo de aquisição e transmissão desses saberes. Ele considerava válido o saber que provém de "resultados obtidos por gerações de cientistas que se sucedem e trabalham em colaboração [...]"(REALE; ANTISERI, 1990, p. 330).

Para Bacon, o conhecimento válido sobre a natureza era apenas aquele alcançado por meio do método de interpretações um "[...] instrumento novo[1] e verdadeiramente eficaz para alcançar a verdade" (REALE, ANTISERI, 1990, p. 336). Ele desvalorizava o saber que o homem tinha sobre a natureza por meio de meras observações ou por obra da mente. Para ele, as *antecipações* proporcionavam uma visão limitada à respeito dos fenômenos da natureza, não proporcionando conhecimento algum e restringindo o homem ao uso dos recursos da natureza, uma vez que a mente humana necessitaria de ajuda para conhecer a natureza devido à sua amplitude.

Rene Descarte (1596-1650) foi um dos importantes filósofos que também contribuiu para o surgimento da ciência moderna. Descarte não concordava com o tradicional método de ensino ao qual foi submetido e dizia já conhecer o bastante para não mais ser enganado pelos exemplos e costumes tradicionais. Assim, criticando e desprezando a herança cultural, instituiu em um tipo de saber voltado para o raciocínio, e procurou por ele próprio um método que alcançasse o verdadeiro conhecimento (DESCARTE, 1996).

O método de Descarte é apresentado em sua obra *O discurso do método*. Aqui ele enfatiza que, para alcançar o verdadeiro conhecimento, bastaria que somente quatro regras fossem seguidas. A primeira regra seria evitar os julgamentos antes da evidência, pois somente a evidência pode demonstrar a veracidade. Em seguida, seria preciso começar a dividir os problemas em quantas partes fosse possível, para começar a revolvê-lo à partir da menor parte. Feito isso, para conhecer os objetos, também seria necessário começar do mais

[1] Método novo na época industrial

simples, para depois chegar a conhecer os mais complexos. Por fim, enumerar e revisar tudo que tinha sido feito (DESCARTE, 1996).

Esse ideal construído sobretudo pela filosofia não se limitou a esse campo do saber, mas se fez obviamente sentir inclusive nas áreas que hoje pertencem à biologia. "No decorrer do século XVII, um novo espírito e um novo enfoque de buscar e entender a flora prevaleceriam nos estudos e pesquisas, permitindo avanço na evolução da Botânica" (ROSA, 2012).

Nesse século, surgem estudos sobre a anatomia vegetal, graças ao uso dos microscópios. Passa a haver uma melhor compreensão da estrutura dos vegetais, os estômatos (estruturas localizadas nas folhas) são descobertos, estudos detalhados das sementes e germinação são desenvolvidos, as plantas com flores passam a ser divididas em monocotiledôneas e dicotiledônea, acontece a definição dos órgãos das plantas (a raiz, caule, flor, fruto e folha), os órgãos sexuais ou estame e pistilo (sendo o masculino o estame) são descobertos, a presença de células é percebida e ocorrem estudos aprofundados sobre o movimento das seivas. As plantas deixam de ser classificadas como árvores e ervas, passando a ser classificadas de acordo com seus órgãos (ROSA, 2012).

Todos esses estudos e descobertas do século XVI e XVII eram geralmente desenvolvidos por médicos e voltados para o conhecimento de plantas que seriam usadas na medicina. As pesquisas exclusivas da área da biologia só surgiriam no século XIX (ROSA, 2012).

Durante o século XVIII, os estudos na área da botânica prosseguiram intensamente. Graças aos estudos de anatomia, fisiologia e taxonomia, ocorre a evolução da botânica e a expansão do conhecimento científico sobre as plantas. Inúmeros trabalhos foram desenvolvidos sobre a fecundação e, no final desse período, ocorrem as primeiras pesquisas sobre a fotossíntese. Dentre tantos os que contribuíram para as pesquisas na área da botânica, nesse século, está Karl Linneu, que apresentou a nomenclatura binominal das plantas, aceita em todo mundo até os dias de hoje (ROSA, 2012).

O conhecimento da flora expandiu consideravelmente nos diversos continentes ao longo do século XVIII, e no século XIX, o abandono da alquimia no meio científico acontece de forma absoluta. A botânica ganha um caráter científico e a sistematização do conhecimento botânico se impõe de forma definitiva (ROSA, 2012).

3 ETNOBOTÂNICA

Cada povo possui suas particularidades na forma de se relacionar no mundo e com o mundo. Com uma cultura riquíssima no que diz respeito ao conhecimento sobre a natureza, os povos mais isolados, sobretudo, despertam hoje em dia o interesse de pesquisadores que têm como foco o estudo das etnociências. Por meio desses estudos se conhece de perto os componentes da cultura em questão, e assim é possível atribuir o devido valor às contribuições que tais grupos prestam à humanidade, por meio de seus conhecimentos culturais. Nesse contexto, os autores Rosa e Orey (2013, p. 4) lembram que as investigações na área da etnociência vêm

> [...] indicando a identidade de origem e as condições socioculturais, que incluem a identidade de crenças, valores, símbolos, mitos, ritos, morais, linguagem, códigos, ideias, procedimentos e práticas. Nesse direcionamento, o termo *éthos* [sic] está relacionado aos costumes e aos hábitos desenvolvidos pelos membros de um determinado grupo cultural. Então, as etnociências auxiliam na promoção de uma revisão lógica, epistemológica e metodológica das ciências conhecidas visando documentar, estudar e valorizar o repertório de conhecimentos, *fazeres*, *saberes* e práticas dos grupos culturais nativos e locais.

Entre as várias *etnociências*, a etnobiologia possibilita conhecer a ciência de grupos culturais quanto à relação homem/natureza, já que cada comunidade classifica os seres vivos de forma peculiar. É uma disciplina que tem como foco elevar as relações entre as ciências naturais e sociais com outros sistemas científicos, buscando mediar as diferentes culturas, sendo destinada à compreensão e ao respeito mútuo entre os povos (POSEY, 1987).

Albuquerque (2005, p. 4) refere-se à etnobiologia como "[...] o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer cultura sobre os seres vivos e os fenômenos biológicos". Corroborando essa definição, Posey (1987, p. 25) esclarece que a etnobiologia é

> [...] o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e da adaptação do homem a determinados ambientes. Nesse sentido, a etnobiologia relaciona-se com a ecologia humana, mas enfatiza as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo

A etnobiologia abraça outras sub-áreas voltadas para o etnoconhecimento como a etnozoologia, etnoecologia e a etnobotânica, sendo essa última o objeto desse estudo. A princípio, a etnobotânica foi compreendida como o estudo do uso das plantas pelos indígenas, mas a partir de meados do século XX, foi redefinida como "[...] o estudo das inter-relações entre povos primitivos e plantas, acrescentando-se uma componente cultural e sua interpretação pelo engajamento cada vez maior de antropólogos" (ALBUQUERQUE, 2005, p.4).

Atualmente, a etnobotânica é compreendida como o estudo da inter-relação direta dos seres humanos, que vivem suas culturas, com as plantas do seu meio. Ela busca compreender o relacionamento das pessoas com a flora e o aproveitamento que a cultura em questão faz do mundo vegetal. Nesse sentido, é uma disciplina de caráter interdisciplinar que estabelece o limite entre o estudo da botânica e o da antropologia cultural (ALBUQUERQUE, 2005).

A etnobotânica "[...] pode ser considerada como uma concepção cultural específica sobre o mundo vegetal, ao invés de ser considerada somente como uma descrição sobre as plantas e a sua utilização organizada com base em uma taxonomia binominal" (ROSA; OREY, 2013, p. 3).

Dentre os objetivos das pesquisas em etnobotânica, estão o fornecimento de informações preciosas que podem ser usadas em áreas de pesquisas como a fitoquímica e a farmacologia, favorecendo, por exemplo, a descoberta de novos remédios. Por meio dessas investigações, são descobertas ainda espécies usadas na alimentação e também espécies cujo uso "mágico" pode provocar visões, ser usado para rituais religiosos, no embalsamento e na mumificação de cadáveres. Elas possibilitam conhecer melhor a explicação que cada povo oferece para a realidade, permitem conhecer o dia a dia de povos muito antigos e fornecem dados para estudos comparativos entre culturas diferentes (ALBUQUERQUE, 2005).

O conhecimento etnobotânico contribui para o conhecimento científico das espécies vegetais, mas seu estudo também focaliza a reversão do conhecimento fornecido pelos informantes para sua própria comunidade (PIMENTEL, FRAXE, 2013, p. 7). Além do mais, ao buscar compreender a relação das pessoas com as plantas em diferentes culturas, os trabalhos etnobotânicos possibilitam o aprendizado da harmonia com o ecossistema, através de técnicas que compatibilizem um manejo e uma exploração em conjunto com a conservação dos recursos (ALBUQUERQUE, 2005).

Dawkins (2007) afirma que, no aspecto da evolução, o ser humano se distingue das

demais espécies de animais, devido ao fato de serem os únicos a evoluírem culturalmente. A evolução do homem moderno não se atribui exclusivamente ao gene, mas conta com a transmissão da cultura para seus descendentes. A transmissão cultural é paralela à transmissão genética, uma vez que a cultura possibilita que costumes e tradições prevaleçam com tempo.

Segundo o autor supracitado, com o passar dos séculos, a comunicação e a compreensão que o homem tem do mundo não se limitam a transformar-se, mas vão se aprimorando. Para Rosa (2012, p. 22), "é importante reconhecer a importância da fase da evolução do intelecto do homem, que reflete o próprio processo do avanço dos antecedentes empíricos da Ciência".

5. VALORIZANDO O CONHECIMENTO CULTURAL DO ALUNO

Em vários momentos do processo de ensino aprendizado, o professor pode se deparar com situações em que o conteúdo apresentado em sala de aula já é do conhecimento do educando. Durante os debates realizados por Paulo Freire, muitos dos seus alfabetizandos (assim ele designa as pessoas analfabetas), afirmaram estarem felizes e autoconfiantes pelo fato do conteúdo que lhes era apresentado naquele momento não ser "nada de novo" (FREIRE, 2013, p. 144). Pelo contrário, não faziam nada mais do que "refrescar a memória" (Ibidem).

De acordo com Rubens Alves (1984, p. 14), "a ciência é uma metamorfose do senso comum. Sem ele, ela não pode existir. E esta é razão por que não existe nela nada de misterioso ou extraordinário". Corroborando com essa linha de pensamento, Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2002, p.136) enfatizam que "a cultura primeira e o conhecimento sistematizado convivem e se alimentam mutuamente [...]".

Paulo Freire (2013) utilizava o conhecimento prévio dos seus alfabetizandos para levá-los a conhecer o mundo da escrita. Dessa forma, ele demonstrava valorizar o conhecimento cultural de cada participante de seus 'círculos de cultura'. Durante um de seus debates, é possível perceber essa valorização pela fala admirável de um dos alfabetizandos, quando disse: "Faço sapatos [...] e descubro agora que tenho o mesmo valor do doutor que faz livros" (Ibidem, p. 144).

Freire (1999) comenta que as pessoas que lidam no campo onde não há um conhecimento científico, mas possuem habilidades surpreendentes, para muitos são consideradas ignorantes e o seu trabalho é visto com menor importância do que aqueles

exercidos por pessoas que possuem formação acadêmica. “Se num grupo de camponeses conversamos sobre colheita, devemos ficar atentos para a possibilidade de eles saberem mais do que nós” (Ibidem, p. 28). Eles adquirem, durante sua vida, técnicas específicas para trabalhar a terra e facilitar sua lida, portanto não são ignorantes, são portadores de um outro tipo de saber.

Durante o processo de aprendizagem na escola, o aluno busca, na sua própria história cultural, as respostas de que precisa para alcançar o objetivo traçado pelo professor. Sendo assim, é preciso que o professor utilize o conhecimento cultural do aluno para alcançar os objetivos, quando não os consegue através do conhecimento científico (VYGOTSKY, 1991).

Paulo Freire (2008 e 2013) chama a atenção para o fato de que o ser humano não é um espaço vazio a ser preenchido, mas durante sua vida vai construindo o conhecimento do objeto e/ou participando de sua construção à medida em que se relaciona com o mundo. Dessa forma, vai somando à sua bagagem de conhecimento um novo conteúdo, indispensável para suprir as necessidades de um determinado momento. Às vezes passa aquela necessidade, mas o conhecimento firma raízes, tornando-se parte da cultura. Desse modo, ao chegar à escola, o aluno já apresenta certo conhecimento acerca do mundo.

Vygotsky (1991) enfatiza que durante a infância surgem as raízes do desenvolvimento cultural, sendo parte fundamental desse processo a fala e o uso de instrumentos. Quando a criança chega à escola, já apresenta certo conhecimento acerca do mundo, e é capaz de realizar grandes proezas por intermédio do conhecimento cultural.

No processo de ensino-aprendizagem, é de suma importância o respeito entre os envolvidos, principalmente o respeito da bagagem de conhecimento que cada ser humano possui. O respeito aos educandos implica em reconhecer o conhecimento que os mesmos carregam para o ambiente escolar, respeitar o aluno significa não “[...] zombar do saber que ele traz consigo para a escola [...]” (FREIRE, 2008, p. 64).

O professor não deve se comportar de forma automática ao chegar à sala de aula, despejando informações sobre os alunos e esperando que todo o conteúdo apresentado fique arquivado nas mentes daqueles, acreditando que essas estão vazias e prontas para serem preenchidas por conhecimentos novos. Na visão de Paulo Freire (2003), se o professor age dessa maneira, o ensino e a aprendizagem equivalem a uma concepção “bancária”, na qual ele é o depositante e o aluno o depositário. Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2002, p. 131) exemplificam essa ideia afirmando que “nenhum aluno é uma folha de papel em branco em

que são depositados conhecimentos sistematizados durante sua escolarização".

É importante que o professor ofereça ao aluno a oportunidade de ser ele mesmo, não se deve estabelecer em sala de aula que todos se comportem da mesma maneira, ou imitem culturas diferentes de suas origens. O incentivo para a exigência de que o aluno venha a ser como o outro pode levá-lo a uma busca que o afaste cada vez mais de ser ele mesmo (FREIRE, 1999).

Para Rubens Alves (1981, p. 12), "aprendizagem da ciência é um processo de desenvolvimento progressivo do senso comum. Só podemos ensinar e aprender partindo do senso comum de que o aprendiz dispõe". Em todos os processos de construção, é fundamental uma base bem construída, evitando assim resultados frágeis que tragam insegurança. O senso comum do aprendiz é como uma base, onde o conhecimento científico vai sendo construído passo a passo, com o auxilio do professor.

Paulo Freire (2008) diz que cada comunidade faz uma "leitura do mundo" de forma peculiar e destaca a importância de considerar o conhecimento cultural do aluno. O reconhecimento da "leitura do mundo" que cada indivíduo faz no meio que o abriga é uma demonstração de respeito à sua vida. Não é, portanto, correto, impor ao sujeito a aceitação de um novo conhecimento sobre um fato que não é novo para a comunidade e ao qual já foi atribuída uma explicação. Porque, na verdade, quando dois conhecimentos se chocam, isso se deve ao fato de as explicações sobre ele estarem em contradição.

Albuquerque (2005) enfatiza, na mesma direção de Freire, que a valorização do conhecimento cultural reduz as diferenças entre o saber popular e o saber científico, na medida em que a pessoa já parte de um conhecimento para atingir outro conhecimento, não tendo que partir do zero para alcançar um conhecimento, o que seria mais difícil.

Ao respeitar o conhecimento cultural do aluno, o professor demonstra valorizar a história da comunidade que só pôde ser construída por meio da leitura que aquele determinado povo fez do meio em que habita. Quando ocorre esse respeito, o professor está se portando de maneira humilde e "recusando a arrogância cientificista" (FREIRE, 2008, p. 122).

O respeito à historicidade cultural não implica em concordar com ela, mas sim em usá-la como ferramenta no processo de aprendizagem, instigando a curiosidade do aluno, que é fundamental na formação do conhecimento, porque o leva além da sua "leitura do mundo". "[...] É preciso saber reconhecer quando os educandos sabem mais e fazer com que eles

também saibam com humildade" (FREIRE, 1999, p. 29).

Para Vygotsky (1991, p. 56), "qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia". Nessa acepção, Freire (1999, p. 67) afirma que "posto diante do mundo, o homem estabelece uma relação sujeito-objeto da qual nasce o conhecimento, que ele expressa por uma linguagem". Essa linguagem comum carrega a história do homem, suas experiências de vida. O uso dessa linguagem no processo de ensino e aprendizado pode proporcionar um ensino mais acolhedor e mais produtivo. Quando o professor utiliza o conhecimento cultural como ponte para o conhecimento científico, o aluno pode vir a sentir-se mais confortável, porque está perto de suas origens.

Delizoicovi, Angotti e Pernambuco (2002) comentam que o aluno é portador de saberes e experiências que adquire em sua vida e que, ao ingressar na escola, leva com ele um vocabulário típico do meio em que vive. Através desse léxico, ele apresenta definições e explicações de tudo que engloba a natureza e seus componentes materiais. A compreensão do conhecimento cultural é um caminho que facilita o entendimento da ciência, na medida em que ambos buscam esclarecimentos sobre o mundo, "para viver e sobreviver melhor " (ALVES, 1984, p. 20).

O conhecimento cultural botânico é uma forma válida de conhecimento, rico em conteúdo, que compreende uma ciência onde diferentes grupos sociais, através de suas descobertas próprias, explicam sua forma de ver o mundo e de utilizar a vegetação (ALBUQUERQUE, 2005). Se bem trabalhado em sala de aula, ele pode ser um aliado na construção do conhecimento científico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aluno chega à sala de aula com informações riquíssimas sobre as plantas, com explicações sobre a reprodução, o habitat, o tempo de vida, propriedades, e tantas outras formulações que auxiliaram seus antepassados na alimentação, na cura das enfermidades e para suas moradias. Um conhecimento não sistematizado, mas obtido por meio da experiência de vida, passada de geração para geração. O que o aluno encontra de novo na escola são os nomes, as classificações, uma linguagem diferente da do senso comum. Ou seja, a sistematização de um saber que, em parte, ele já possui.

A etnobotânica em sala de aula abre oportunidades para que informações preciosas

sobre a flora venham a ser compartilhadas entre os alunos, mas também com o professor. A aprendizagem, por meio da etnobotânica, se torna mais participativa, atraente e dinâmica, o aluno passa a sentir-se acolhido pela disciplina e passa a fazer parte da aprendizagem.

A partir do momento em que o conhecimento etnobotânico do aluno é aceito pelo professor, o professor deixa de considerar esse conhecimento como inútil. Ao utilizá-lo no processo de ensino-aprendizagem, o professor adquire uma ferramenta eficaz que auxilia o aluno na construção do conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, U. P., **Introdução à Etnobotânica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciências, 2005.

ALVES, R. **Filosofia da Ciência***:* Introdução ao jogo e suas regras. 5ª Ed. Brasiliense, 1984. p. 01-30.

AMEISEN, J.C. **O gelo e o fogo**. Programa "Sur les épaules de Darwin" da Radio France. Exibido dia 18 de julho de 2015.

GÜLLICH, R, I. C., A BOTÂNICA E SEU ENSINO: ASPECTOS HISTÓRICOS, 2004, Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads> Acesso em 14 de Nov. de 2015.

DAWKINS, R. **O Gene Egoísta**. Editora Companhia das Letras: São Paulo, 2007.

DELIZOICOV, D. ANGOTTI, J. A e PERNAMBUCO, M.M. **Ensino de Ciências**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

DESCARTES; René: **"Discurso do Método"**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____ **Educação e mudança**. 23. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 37. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 57-75.

GERMANO, MG. Uma nova ciência para um novo senso comum [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 400 p. ISBN 978-85-7879-072-1. **Available from SciELO Books**. Disponível em <http://books.scielo.org> Acesso em 14 de Nov. de 2015.

LAVILLE, C. DIONNE, J. A **Construção do Saber**: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. Editora UFMG, 2007. p. 1- 101.

PIMENTEL, S. F.; FRAXE, T.J. Saberes de populações tradicionais: etnociência em processos de bioconservação. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Agosto 2013. Disponível em: <www.eumed.net/rev/cccss/25/biodiversidade.html> Acesso em: 14 de out. 2015.

POSEY, D. A. Introdução — etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, D. (Ed). **Suma Etnológica Brasileira**. Petrópolis: Vozes: FINEP, 1987. p. 15-25.

REALE, G. ANTISERI, D. **História da Filosofia**: do humanismo a Kant: São Paulo: Paulus,1990.

ROSA, C. A. P. **História da ciência**: da antiguidade ao renascimento científico. Ed. Brasília: FUNAG, 2012. V.1, t.1 do V.2.

ROSA, M, OREY, D, C. Aproximando diferentes campos de conhecimento em educação: a etnomatemática, a etnobiologia e a etnoecologia, **Vidya**, v. 34, n. 1, p. 1-14, jan./jun., 2014 - Santa Maria, 2013. ISSN 2176-4603 Disponível em: <http://www.cead.ufop.br/images/NOTICIAS_2014/30-05-14_Artigo%20Vidya.pdf> Acesso em: 14 de out. 2015.

VYGOTSKY, L. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

O TEOREMA DE PITÁGORAS, E SUA CONTRIBUIÇÃO NA HISTÓRIA DA MATEMÁTICA

Leandro Gontijo Rodrigues*
Túlio Guimarães**
Roseline Martins Sabião***

Resumo: Este trabalho apresenta o Teorema de Pitágoras e sua contribuição na história da matemática, envolvendo algumas demonstrações, aplicações e a progressão de um objeto de aprendizagem, do qual objetivo é apoiar, de modo lúdico, no entendimento geométrico do Teorema no ensino básico. Nessa perspectiva a proposta, é uma abordagem deste teorema em sala de aula onde incluem os materiais didáticos manipuláveis que fortalecem a motivação do aluno para a aprendizagem, aumentam a autoconfiança e a concentração e contribuem no desenvolvimento das competências cognitivas e lógicas. Além disso, será exibida a parte da geometria dos triângulos para o acordo do estudo em questão. Portanto, o presente estudo será dividido em três objetivos: Apanhado histórico sobre Pitágoras, demonstrações do Teorema de Pitágoras e aplicações. A pesquisa é de forma descritivo-qualitativa e para a realização desse estudo, foram feitas consultas em monografias especializadas, artigos científicos, Google Acadêmico e site Scielo. Dessa forma, serão produzidas demonstrações que abrange comparações de áreas, como também no campo algébrico onde são evidências baseadas nas ligações métricas do triângulo retângulo.

Palavras chave: Pitágoras. Matemática. Triângulo retângulo.

Abstract: This work presents the Pythagorean Theorem and its contribution in the history of mathematics, involving some demonstrations, applications and the progression of a learning object, whose objective is to playfully support the geometric understanding of the Theorem in basic education. In this perspective, the proposal is an approach of this theorem in the classroom where they include the manipulative didactic materials that strengthen the motivation of the student for the learning, increase the self-confidence and the concentration and contribute in the development of the cognitive and logical competences. In addition, the geometry part of the triangles will be displayed for the agreement of the study in question. Therefore, the present study will be divided into three objectives: Historical survey on Pythagoras, demonstrations of the Pythagorean Theorem and applications. The research is descriptive-qualitative and for the accomplishment of this study, consultations were made in specialized monographs, scientific articles, Google Scholar and Scielo site. In this way, demonstrations will be produced that encompasses comparisons of areas, as well as in the algebraic field where evidence is based on the metric connections of the right triangle.

* Discente do curso de graduação em Licenciatura Plena em Matemática pela FPM.

** Docente do curso de Matemática pela FPM com graduação em Matemática pela UNICERP (2007),

*** Docente do curso de Matemática pela FPM com graduação em letras pela UEMG, especialização em Língua Portuguesa, Linguística e Artes FIJ e especialização em Docência e Didática do Ensino Superior FPM. E-mail: roselinemartins@yahoo.com.br

Keywords: Pythagoras. Mathematics. Triangle rectangle.

1 INTRODUÇÃO

Há mais de quatro milênios as pessoas, aprendem, estudam e utilizam-se da matemática, apesar de que, o seu ensino pode ser recente, para grande parte da população em vários países.

Em seu trajeto, vários acontecimentos, bem como grandes protagonistas, contribuíram para sua melhora sendo mencionados e tidos como menção até os dias de hoje. Dentre eles pode-se mencionar Pitágoras o que segundo Boyer (2010), está envolto em exaltações e lendas.

Pitágoras tornou-se um místico e profeta, nato da ilha de Samos entre 570 a.C. e 571 a.C. A história a respeito da existência de um personagem tão importante no mundo da matemática não parece muito clara, devido à perda de informações daquela época. Na antiguidade foram escritas diversas de suas biografias, mas se dissiparam com o tempo (OLIVEIRA 2008).

Fundador de uma escola de pensamento grega nomeada em sua homenagem de "Escola Pitagórica" e a ele também está aliado o Teorema o qual relaciona as linhas de um triângulo retângulo, que é universalmente conhecido pelo seu nome, Teorema de Pitágoras. Mesmo sendo pelos babilônicos já experimentado dos tempos de Hamurabi, com mais de mil anos antes de Pitágoras é creditado a ele a primeira demonstração deste teorema (CYRINO 2006).

Barbosa (1993) menciona o professor de matemática Elisha Scott Loomis, do estado de Ohio nos Estados Unidos, o qual agregou 230 demonstrações do teorema num livro publicado em 1927, e na segunda edição do livro, de 1940, ampliou esse número de demonstrações para 370. Assim, é substancial que cada professor de matemática conheça, pelo menos, algumas demonstrações, para que utilize em suas aulas aquela ou aquelas que melhor se encaixem ao seu curso e, de preferência permitam a participação dos alunos.

Sendo assim, o propósito deste trabalho foi buscar compreender e difundir a história de Pitágoras e algumas demonstrações do teorema de Pitágoras presentes na geometria, além das comprovações clássicas, a fim de que os professores de matemática e áreas similares valham de alicerce.

Justifica-se este estudo, por perceber a grande importância da aplicação do teorema de Pitágoras no dia a dia, e também a grande dificuldade que os estudantes demonstram em resolver questões básicas de matemática, já que, ás vezes, não conseguem nem identificar o triângulo retângulo e qual seria seu ~~o~~ ângulo reto. Além disso, o trabalho faz uma importante discussão sobre um tema de peso dentro da área, pois visará um estudo sobre a história de uma pessoa importante, bem como suas contribuições ao longo do percurso histórico.

O objetivo deste trabalho é ressaltar o desenvolvimento e a história do Teorema de Pitágoras, fazendo assim um apanhado histórico sobre ele, enfatizando as principais aplicações de seu Teorema.

Com um propósito de relacionar práticas pedagógicas ao ensino de matemática, e mostrar algumas estratégias de ensino que possa contribuir para esse propósito.

Existem algumas tendências pedagógicas que facilitam o processo de ensino-aprendizagem, como por exemplo a história da matemática, essa, tem por finalidade auxiliar esse processo com o intuito de melhorar o ensino, fazendo com que o aluno possa sentir fascínio pelo o que está sendo estudado.

A partir do instante em que um professor de matemática decide trabalhar a história da matemática é necessário um cuidado redobrado na forma de abordagem que ele destina fazer. Buscar referências confiáveis e escolher bem a forma de colocação da história da matemática em conteúdos programáticos, poderá ser bastante eficaz e produtivo para um aprendizado.

Em se tratando de Pitágoras, é importante apresentar algumas demonstrações de seu teorema e suas aplicações dentro da história da matemática.

Assim, as contribuições de Pitágoras e as demonstrações do teorema de Pitágoras são consideradas hoje como uma das contribuições mais importantes para o mundo da matemática. Considerava como propósito de sua existência um observador da natureza, este seria na visão de Pitágoras sua destinação.

Conquistas na área da matemática, astronomia, música, medicina e científicas são cominadas a Pitágoras, além do célebre Teorema de Pitágoras, que cataloga os lados do triângulo, comprovando que a soma do quadrado dos catetos é igual ao quadrado da hipotenusa, o que aprovou a descoberta dos números irracionais e o surgimento do conceito de raiz quadrada no decurso da aplicação do Teorema de Pitágoras. (KAMERS 2008).

O presente estudo trata-se de uma pesquisa descritivo-qualitativa e para a realização desse estudo, foram feitas pesquisas em monografias especializadas, artigos científicos,

Google Acadêmico, biblioteca digital, site Scielo e leituras bibliográficas de autores pertinentes à temática. Para tanto, artigo seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma revisão de leitura.

Este artigo seguiu os preceitos de um estudo exploratório, por meio de uma revisão de leitura, a partir de pesquisas bibliográficas em meios eletrônicos, artigos, trabalhos científicos e livros.

2 UM POUCO SOBRE PITÁGORAS

Pitágoras foi um filósofo grego importante, nato da ilha de Samos, por volta do ano 572 a.c., ~~os~~ seus progenitores em tributo a pitonisa (mulher que tinha a profissão de adivinha) que havia prenunciado para ele uma vida inusitada o nomearam Pitágoras. A vida de Pitágoras é cercada por várias lendas, uma delas afirma que, ele na verdade não era um homem cotidiano, mas um deus em forma de humano que veio para melhor guiar a humanidade e ensinar filosofia, as ciências e a arte (SOUSA, 2012).

Cogita-se que Pitágoras era filho de Menesarco, um rico comerciante. A princípio, Pitágoras estudou filosofia com um discípulo de Tales, o filósofo Ferecídio, que posteriormente seria aluno do próprio Tales, em Mileto. Este sendo maior sábio daquela época, onde sabe-se que era considerado o pioneiro na matemática grega (KAMERS 2008).

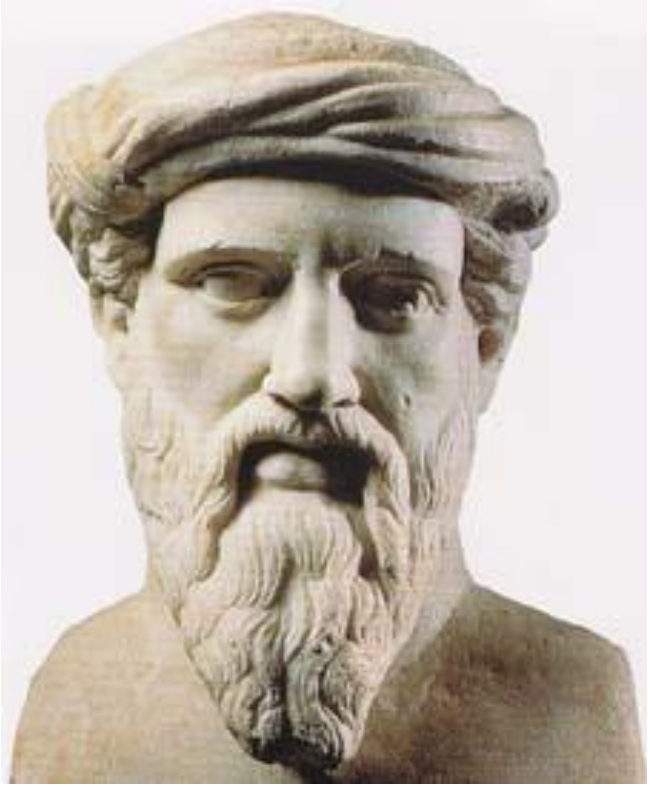
Ainda bem novo, e instruído por Tales viajou para o Egito para estudar geometria, onde esteve também na Babilônia e Caldéia. Mas em suas viagens ele não procurava diversão, desejava apenas aprender matemática, pois os Egípcios e Babilônios construíam seus prédios utilizando de cálculos complexos. Para os Egípcios e Babilônios, os cálculos precisavam dar a resposta certa, e porque isso acontecia, para ele, era algo sem importância nenhuma. Esta maneira de pensar importunava Pitágoras, ele queria compreender os números e não apenas utilizá-los. Foi então para Creta a fim de obter os princípios do filósofo Epinêmides e por fim retornou a Samos em 532 a.C. (KAMERS 2008). Para Singh(2008):

> Pitágoras adquiriu suas habilidades matemáticas em viagens pelo mundo antigo. Algumas histórias tentam nos fazer crer que Pitágoras teria ido à Índia e a Inglaterra, mas o mais certo é que ele aprendeu muitas técnicas matemáticas com os egípcios e os babilônicos. Esses povos antigos tinham ido além da simples contagem e eram capazes de cálculos complexos que lhes permitiam criar sistemas de contabilidade sofisticados e construir

> prédios elaborados. De fato, os dois povos viam a matemática como uma ferramenta para resolver problema práticos. A motivação que conduziu à descoberta de algumas das leis básicas da geometria era a necessidade de refazer a demarcação dos campos, perdida durante as enchentes anuais do Nilo. A palavra geometria significa "a medida da terra (SINGH, 2008, p.29).

Como citado pelo autor percebe-se que a matemática na visão de Pitágoras veio para resolver problemas do cotidiano. A figura, a seguir, mostra o busto de Pitágoras.

Figura 01- Imagem de Pitágoras



Fonte: Mundo físico (2012).

Quarenta anos após ter deixado sua ilha natal, Samos, Pitágoras retornou repleto de conhecimentos e a capacidade de julgamento amadurecido, onde ele tinha a esperança de ai fundar uma escola para divulgar seus conhecimentos, porem foi uma iniciativa fracassada em virtude da oposição do tirano Polícrates, que era o governante da ilha, em meio a essa oposição, Pitágoras migrou-se para colônia grega de Crotona, no sul da Itália. Onde fundou a Escola ou Sociedade de Estudiosos, que o tornou conhecido em todo o mundo (SOUSA 2012).

Então nasce a célebre "escola pitagórica", conhecida também como 'Irmandade

pitagórica", já que esta escola possuía também uma característica religiosa e era cercada de mistérios e lendas, que dentre elas destaca-se:

Muito conservadora a academia de Pitágoras e tinha um código de conduta muito firme. Por exemplo, o vegetarianismo era cobrado a seus componentes, ao que tudo indica o pitagorismo aceitava a doutrina da metempsicose, (termo genérico pra a transmigração da alma, de um corpo para outro, seja este do mesmo tipo de ser vivo ou não), com isto havia a preocupação que consequentemente se podia matar um animal que fosse a nova moradia da alma de um amigo morto. E também o tabu de não comer feijões (BOYER 1996).

Possivelmente, influenciado pelos costumes budistas, Pitágoras, desenvolveu a ideia de comunidade fraternal. Com atributos monásticos, instituiu ritos de renúncia, pureza e o vegetarianismo, que era colocado ou aceito pelas pessoas que quisessem participar da sua escola (CYRINO 2006).

Ao adentrar para a escola, ou seja, a irmandade, cada adepto precisava doar tudo o que tinha para um fundo partilhado. E se qualquer pessoa quisesse partir ganharia o dobro que tinha doado e uma lápide seria levantada em sua memória. A irmandade era uma escola igualitária (condições de igualdade entre todos os membros), (SINGH 2008). A seguir apresenta-se uma figura do símbolo da escola de Pitágoras.

Figura 02- Símbolo da escola de Pitágoras

Fonte: Link matemático (2013).

Os discípulos da academia pitagórica constituem duas classes: os Auditores ou Pitagoristas, cujo ensino se fixava à música, apontada como medicina da alma, e os

Matemáticos ou Pitagóricos, iniciados nos principais descobrimentos da escola e nos segredos dos deuses (CYRINO 2006).

Estas descrições de algumas histórias que envolviam a escola pitagórica. O caso é que a escola possuía cerca de seiscentos adeptos que estudavam e desenvolviam a matemática orientada por Pitágoras. O interesse deles de ir além da aplicação dos números. Eles desejavam entende-los sobremaneira, tanto que o lema da escola pitagórica é que "tudo é número" (CASTRO 2013).

Os autores têm várias definições para Pitágoras. Para Boyer (2010) é difícil desmembrar história e lenda no que refere ao homem Pitágoras, uma vez que ele era considerado como um astrônomo, filosofo, matemático, abominador de feijões, homem sagrado, adivinho, milagreiro, mágico e charlatão.

Segundo Russel (1997) apud Strathern (1998, p. 02), "Pitágoras era intelectualmente, um dos homens mais importantes que já viveram. A matemática, como pressuposto dedutivo-demonstrativo, começa com ele e, nele, está relacionada uma forma específica de misticismo. A interferência da matemática sobre a filosofia, em parte devia a ele".

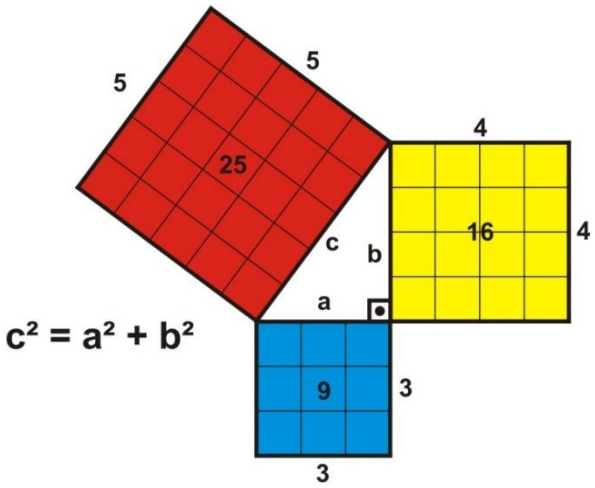
De acordo com Strathern (1998), Pitágoras foi a pessoa que inventou e usou pela primeira vez as palavras; matemático, filósofo e metempsicose. Também engenhou a palavra cosmos, que sobrepunha ao mundo. (Em grego, Kosmo significa "ordem" e Pitágoras usou a definição para denominar o mundo por causa de sua "perfeita harmonia").

3 DEMONSTRAÇÕES DO TEOREMA DE PITÁGORAS

3.1 Demonstração do teorema de Pitágoras através de quadriláteros

A asserção é utilizada com o triângulo isósceles, isto é, a soma da áreas dos quadrados formados pelos catetos é igual a área do quadrado formado pela hipotenusa deste triângulo. Por exemplo, averiguando num triângulo retângulo de catetos 3 e 4, consequentemente a hipotenusa medirá 5. Logo construí-se quadrados sobre a hipotenusa e os catetos e fazendo quadriculados em cada quadrado construído, e examina-se a autenticidade da preposição.

Figura 03: Demonstração do teorema de Pitágoras através de quadriculados.



Fonte: As narrativas e a matemática (2013).

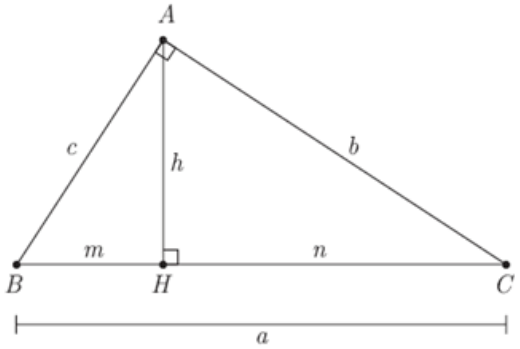
Contando os quadrinhos em cada quadrado chegamos a 9, 16 e 25 quadrinhos de área, e então como 9+16 = 25, chegamos ao mesmo resultado, ou seja, $3^2 + 4^2 = 5^2$.

3.2 DEMONSTRAÇÃO POR SEMELHANÇA DE TRIÂNGULOS

Uma das demonstrações mais empregadas em livros didáticos para demonstrar o teorema de Pitágoras, utiliza semelhança de triângulos. Dante (2012) emprega esse tipo de demonstração inclusive para determinar outras relações métricas. Vejamos:

Consideremos o triângulo ABC, retângulo em $\hat{A}$, com altura $\overline{AH}$ relativa à hipotenusa $\overline{BC}$, conforme a figura 04.

Figura 04: Triângulo ABC, retângulo em Â.



Fonte O baricentro da mente (2015)

Demostração:

Veja que $a = m + n$ (1)

Vamos dividir o triângulo ABC em dois triângulos, HBA e ABC.

Os dois triângulos têm um ângulo reto (são ambos os triângulos retângulos) e têm o ângulo $\hat{B}$ comum. Logo temos ΔABC ~ ΔHBA. Onde "~", significa que os triângulos são semelhantes.

Como os triângulos ABC e HBA são semelhantes, os lados homólogos são proporcionais, logo, temos que:

$$\frac{a}{c} = \frac{b}{h} = \frac{c}{m}$$

Dessas proporções, tiramos as relações:

$c^2 = am$ (2)

$$ah = bc \ (3)$$

$$ch = bm \ (4)$$

Agora, vamos analisar os triângulos ABC e HAC.

Esses dois triângulos tem ângulos retos, e o ângulo $\hat{C}$ é comum, portanto, são semelhantes: ΔABC ~ ΔHAC.

Como os lados correspondentes são proporcionais, atingimos as relações:

$$\frac{a}{b} = \frac{b}{n} = \frac{c}{h}$$

Daí segue que:

$$b^2 = an\ (5)$$

$$bh = nc\ (6)$$

$$ah = bc\ (3)$$

Adicionando-se dois membros das igualdades demonstradas, (5) e (2) temos:

$$\left.\begin{array}{l} b^2 = an \\ c^2 = am \end{array}\right\} b^2 + c^2 = an + am \rightarrow b^2 + c^2 = a(n + m)$$

Como a = m + n (1), temos:

$$b^2 + c^2 = a.a$$

$$a^2 = b^2 + c^2$$

Essa é uma das demonstrações do teorema de Pitágoras. Mas há muitas outras maneiras de prová-lo.

4 APLICAÇÕES DO TEOREMA DE PITÁGORAS

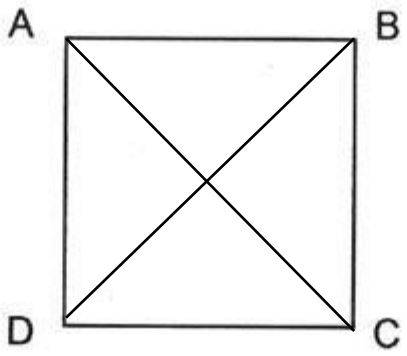
Muitas são as aplicações do teorema de Pitágoras, encontradas em (DOLCE; POMPEO 1993).

4.1 Diagonal de um quadrado.

O quadrado é um quadrilátero regular, ou seja, uma figura geométrica com quadrado lados de mesmo comprimento e quatro ângulos retos. Calcular a diagonal de um quadrado ou de um retângulo é uma tarefa útil que pode ser necessária em muitas situações da vida real (JÚNIOR 2015).

As diagonais de um quadrado de lado com medida igual a 'l' medem $l\sqrt{2}$.

Figura 05: Quadrado ABCD



Fonte: Autoria própria (2017).

Demonstração:

Se ABCD é um quadrado de lado com medida l e com diagonais $\overline{AC}$ e $\overline{BD}$, conforme a figura 05, então o triângulo ABC é retângulo em $\hat{B}$ e isósceles $\overline{AB} = \overline{BC} = l$, portanto,

$$\overline{AC}^2 = \overline{AB}^2 + \overline{BC}^2 = l^2 + l^2$$

Então: $\overline{AC} = l\sqrt{2}$

Análogo para $\overline{BD}$.

Também para as diagonais de um retângulo ABCD, de lados com medidas iguais a e b temos a medida da diagonal d = $\sqrt{a^2 + b^2}$. Vejamos:

Demonstração:

Se ABCD é um retângulo de lados com medidas a e b, e com diagonal $\overline{AC} = d$.

Usando o Teorema de Pitágoras já que triângulo ABC é retângulo em A, decorre em seguida que $d = \sqrt{a^2 + b^2}$, que se torna análogo para outra diagonal.

4.2 Altura do triângulo equilátero

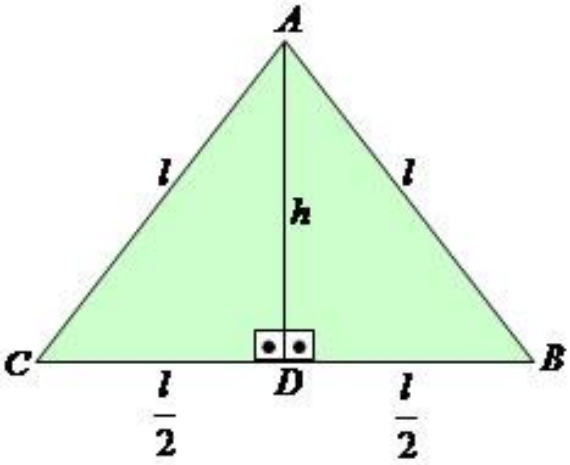
Triângulo equilátero é todo triângulo em que os três lados possuem medidas iguais, triângulos equiláteros também são equiângulas, isto é, todos os três ângulos internos

são congruentes entre si e medem 60°.

As alturas de um triângulo equilátero de lado com medida l medem $\frac{l\sqrt{3}}{2}$.

Demonstração: Se ABC é um triângulo equilátero de lados com medida l, e medida h da altura $\overline{DA}$ relativa ao lado $\overline{CB}$ e D $\in \overline{CB}$, conforme figura 04. Então o triângulo *ADC* é retângulo em $\hat{D}$.

Figura 06: Altura do triângulo equilátero.



Fonte: Mundo educação (2017).

Pelo teorema no triângulo ADC,

$$l = h^2 + (l/2)^2$$

Concluímos que,

$$h^2 = l^2 - \frac{l^2}{4} \rightarrow h = \frac{l\sqrt{3}}{2}.$$

As demais alturas são análogas.

4.3 Diagonal de um bloco retangular

O paralelepípedo retângulo (ou simplesmente um bloco retangular) é um poliedro formado por 6 retângulos.

A medida d da diagonal de um bloco retangular cujas arestas medem a, b, c é igual.

$$d = \sqrt{a^2 + b^2 + c^2}$$

Demonstração: Se *ABCDEFGH* é um bloco retangular de arestas $\overline{EH} = \overline{FG} = \overline{AD} = \overline{BC} = a$, $\overline{AB} = \overline{EF} = \overline{DC} = \overline{HG} = b$ e $\overline{AE} = \overline{BF} = \overline{DH} = \overline{CG} = c$, e a medida da diagonal do bloco $\overline{BH} = d_2$ conforme a figura 05.

A diagonal d_1 do retângulo *EFGH* mede $\sqrt{a^2 + b^2}$.

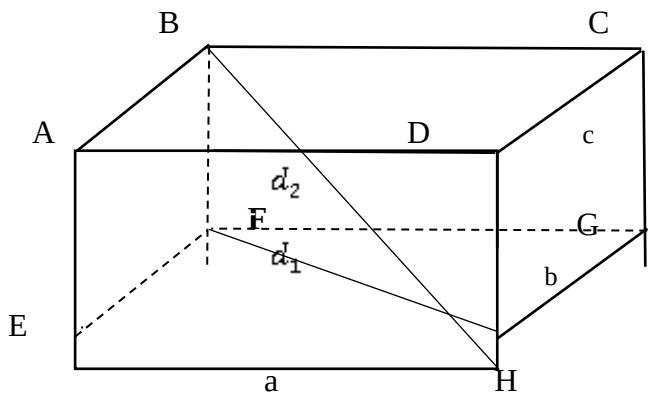
O triângulo BFH é retângulo em $\hat{F}$, pelo teorema.

$$BH^2 = \overline{FH}^2 + \overline{BF}^2 \rightarrow d_2^2 = d_1^2 + \overline{BF}^2 = d_2^2 = (\sqrt{a^2 + b^2}) + \overline{BF}^2$$

$$d^2 = \sqrt{a^2 + b^2 + c^2}$$

As demais diagonais são análogas.

Figura 07: Diagonal do bloco retangular

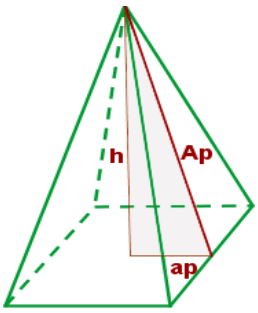


Fonte: Autoria própria (2017).

4.4 Relação entre altura, apótema da base e apótema de pirâmides regulares

As relações entre os elementos de uma pirâmide regular decorrem diretamente do teorema de Pitágoras, de acordo com a figura 06.

Figura 08: Apótema da pirâmide.



Fonte: Tudo de concursos e vestibulares (2012).

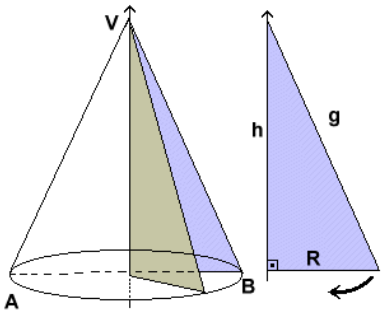
Conclusão: Em uma pirâmide regular o quadrado da medida AP do apótema é igual a soma dos quadrados das medidas h da altura e ap apótema da base.

$$AP^2 = h^2 + ap^2$$

4.5 Relação entre altura, geratriz e raio do cone reto

A relação entre altura, geratriz e raio do cone reto decorrem diretamente do teorema de Pitágoras, de acordo com a figura 09.

Figura 09: Altura, geratriz e raio do cone reto.



Fonte: Tudo de concursos e vestibulares (2012).

Conclusão: Em um cone reto o quadrado da medida g da geratriz é igual a soma dos quadrados das medidas r do raio e h da altura.

$$g^2 = r^2 + h^2$$

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta o que foi observado o propósito deste trabalho foi buscar compreender e difundir a história de Pitágoras e algumas demonstrações presentes do teorema de Pitágoras, além das comprovações tradicionais, para que sirvam de alicerce a professores de matemática e áreas similares.

Pela observação dos aspectos analisados objetivou-se ressaltar o desenvolvimento e a história do Teorema de Pitágoras, bem como, algumas de suas aplicações, principalmente em outras figuras planas e espaciais.

Podemos observar também que esse trabalho retrata a grande importância de um nobre matemático e suas contribuições para o desenvolvimento no campo da história da matemática universal, contribuindo para as práticas pedagógicas utilizadas no ensino da matemática em geral.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. M. **Descobrindo padrões pitagóricos**: geométricos e numéricos. São Paulo: Atual, 1993. 93p.

BOYER, C. B. **História da matemática**. 2. Ed. São Paulo: Blucher, 1996. Acesso em: 10 de Maio de 2017.

BOYER, C.B. **História da matemática**. Tradução Elza F. Gomide. 3. Ed. São Paulo: Blucher, 2010. 496p.

CASTRO, W. M. F. **Sobre o Teorema de Pitágoras.** Universidade Federal Fluminense, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/Lucia/Desktop/TCC/tcc%20(retirados%20da%20net)/2011_00409_WEVERTON_MAGNO_FERREIRA_DE_CASTRO.pdf. Acesso em: 12 de Junho de 2017.

CYRINO, H. F. F. **Matemática & Gregos**. São Paulo: Editora Átomo, 2006.

DANTE, L. R. **Projeto Teláris:** Matemática – Volume 04. São Paulo: Ática, 2012.

DOLCE, O.; POMPEO,J. N. **Fundamentos de Matemática Elementar**: Geometria Plana-Volume 9.7.ed.São Paulo: Atual, 1993.

EDUCAÇÃO; M. **Teorema de Pitágoras: Altura e área do triângulo equilátero**, 2017. Disponível em: http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/matematica/teorema-pitagoras-altura-

area-triangulo-equilatero.htm. Acesso em: 31 de outubro de 2017.

FíSICO; M**. Centro de Ciências Tecnológicas – CCT**, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDSC, 2012. Disponível em: http://www.mundofisico.joinville.udesc.br/; Acesso em: 30 de Outubro de 2017.

JÚNIOR; V. R. B. **Teorema de Pitágoras: Aplicações em Objetos de Aprendizagem,** Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho",2015, Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/138454/000864558.pdf?sequence=1; Acesso em: 05 de Setembro de 2017.

KAMERS; F. **Pitágoras de Samos e o teorema de Pitágoras**. Universidade Federal de Santa Catarina,2008. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96613/Fernando.pdf?sequence=1. Acesso em: 08 Maio 2017.

KILHIAN; K**. Relações métricas no triângulo retângulo,** 2015. Disponível em: http://www.obaricentrodamente.com/2015/04/relacoes-metricas-no-triangulo-retangulo.html. Acesso em: 31 de outubro de 2017.

LIMA; M. **A escola Pitagórica,** 2013, Disponível em: http://linkmatematico2013.blogspot.com.br/2013/02/a-escola-pitagorica.html. Acesso em: 31 de outubro de 2017.

OLIVEIRA; J. A. **Teorema de Pitágoras.** Universidade Federal de Minas Gerais, 2008, Disponível em: http://www.mat.ufmg.br/~espec/monografiasPdf/Monografia_Juliane.pdf. Acesso em: 05 de Setembro de 2017.

SILVA; C. **Cálculo da apótema lateral de uma pirâmide,** 2012. Disponível em: http://tudodeconcursosevestibulares.blogspot.com.br/2012/12/uma-cuja-base-e-um-qualquer-e-cujas.html. Acesso em : : 31 de outubro de 2017

SINGH, S. **O Último Teorema de Fermat: a história do enigma que confundiu as maiores mentes do mundo durante 358 anos**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUSA, K. N. **História da matemática no processo de ensino e aprendizagem do teorema de Pitágoras.** Universidade Estadual da Paraíba, 2012. Disponível em: %20K%C3%A9ssia%20da%20N%C3%B3brega%20Sousa.pdf. Acesso em:06 de Maio de 2017.

STRATHERN, P. **Pitágoras e seu teorema em 90 minutos**. Tradução Marcus Penchel, Rio de Janeiro : Jorge Zahar, ed. 1998. 82p.

TINEREL; S. L. S. **Plano de aula – O teorema de Pitágoras,** 2013. Disponível em: http://asnarrativaseamatematica.blogspot.com.br/2013/06/plano-de-aula-o-teorema-de-pitagoras.html. Acesso em : 31 de outubro de 2017.

Caderno de Resenhas

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

AMOR E FRAGILIDADE DOS LAÇOS HUMANOS NA SOCIEDADE LIQUIDA: visitando a obra de Zygmunt Bauman

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. ISBN 978-85-7110-795-3

Resenhado por / Reviewed by: **Carlos Eugenio Veloso Novelino***
Maria Célia da Silva Gonçalves**

O sociólogo Polonês, naturalizado inglês, Zygmunt Bauman traz em toda sua obra o que nomeia de modernidade líquida, como uma continuidade da Idade Moderna ou, segundo o autor, modernidade sólida, que trouxe transformações geradas pelo capitalismo e pela revolução industrial fazendo gerar tramas sociais diferentes das que existiam anteriormente. Na teoria da liquidez as relações tornam fluidas e incertas tanto nas relações com instituições tradicionais ou interpessoais, fazendo valer a incerteza, perdendo assim o sentido dos planos de longo prazo, antes tão palpáveis.

Sob essa ótica da fluidez, Bauman traz em sua obra "Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos" um denso debate sobre a mudança dos paradigmas do amor nos dias atuais com o surgimento das mídias sociais e das relações em rede, problemáticas mundiais que tem por objetivo satisfazer desejos passageiros e sem alicerces firmes. Aliás, sem sequer conjecturar a possibilidade de solidez, restando tão somente o presente e a satisfação imediata.

O autor começa sua obra citando grandes autores da literatura e da filosofia em uma complexa conceituação de desejo, amor e afinidade. Sobretudo, o autor relaciona o amor liquido ao consumismo existente nos dias atuais e na maneira como é tratado. O amor deixa de ser um sentimento altruísta para seguir o padrão de consumo como fruto do desejo e do impulso, sendo o desejo e o amor de natureza igual, contudo opostos e diferidos pelo autor no que se refere à perpetuidade.

* Graduando em Direito. Email: knovelino@bol.com.br.

** Pós-doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Pós-doutoranda em História pela Universidade de Évora em Portugal. (EU) possui doutorado em Sociologia e mestrado em História pela Universidade de Brasília (UnB). Professora de TCC na Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). E-mail: mceliasg@yahoo.com.br

Para Bauman, em nossos líquidos tempos, o "longo prazo" está cada vez mais curto e a exigência de celeridade é um reflexo da insegurança externa que retine nos relacionamentos interpessoais, comparando o desejo ao impulso de comprar, marca do sistema de consumo do capitalismo. Não havendo assim o compromisso de semear, cultivar e se alimentar, rito tão celebrado na literatura e nos costumes.

A crítica do autor de um amor equiparado com uma transação comercial é segundo o mesmo fruto do fracasso na comunicação que, por conseguinte traz o falho dos relacionamentos. Bauman descreve ainda o que chama de "relações de bolso", onde não é necessário empreender grandes esforços para "manter" esse relacionamento que em suma são breves e passageiros, sem envergadura, sem grandes emoções e arrebatamentos. "Uma relação de bolso é caracterizada pela instantaneidade e da disponibilidade" (p. 37.)

No amor líquido, produzido pelas redes de massa ensina-se a sobreviver aos desenlaces e não a tornar os relacionamentos duradouros em nosso mundo líquido que revela grandes dilemas sobre os elos construídos e quando os personagens se alicerçam em algo sólido, logo submergem na trama.

"A afinidade nasce da escolha" (p. 46). Assim o autor difere afinidade de parentesco e a luta diária de reafirmar os vínculos faz com que a afinidade torne-se parentesco e "viver juntos" ganha um novo significado. De forma brilhante, Bauman propõe alegoricamente, uma ponte para que se possa caminhar de maneira a aprimorar a afinidade, ainda que "esse mundo líquido deteste tudo que é sólido e durável. " (p. 46)

Ao finalizar a primeira parte do livro o autor, rememora que há cerca de 30 anos Richard Sennet previu que as relações sociais evoluiriam para os moldes formatados que conhecemos hoje por redes sociais, estabeleceu ainda arquétipos "comunidade imaginada" e "identidade compartilhada", criando uma sensação de estarmos conectados e incluídos em relacionamentos que começam e terminam com a rapidez dos tempos líquidos.

Bauman revela-se a necessidade de um "tecer de redes", para assim imprimir uma sensação de pertencimento em um universo inconciliável do "desprendimento irreparável e de uma irrevogável vinculação". (p.52). Onde não importam os interlocutores e sim estar conectado.

Em um segundo momento o autor recorre ao mito de Eros e inicia considerações acerca do sexo à luz do mito grego e de sua evolução no meio social que antes era mistificada sua prática; encontrando hoje pouco significado neste diapasão.

De acordo com Bauman a medicina evoluiu e passou a competir com o sexo no que se refere à reprodução, quando passa a traçar possibilidades de consumo para escolha e geração de filhos em nosso mundo líquido consumista. Os filhos passam a ser objetos de um "consumo emocional".

Com o surgimento de novos moldes familiares " a depressão e as crises conjugais pós-parto parecem enfermidades específicas de nossa modernidade líquida, da mesma forma que a anorexia, a bulimia e as incontáveis variedades de alergia". (p. 62) Com isso separa-se o sexo da reprodução.

O autor compara o orgasmo sexual aos vícios porque está fora do contexto do amor, tentando aquele apartar-se deste, na medida em que se torna autossustentável e um mero evento fisiológico.

O slogan do "sexo seguro" tomou contornos publicitários e contribuiu para desqualificar o sexo, fazendo-o ansioso e inseguro no contexto dos relacionamentos apresentando várias facetas nos resultados gerados no mundo líquido.

Bauman faz observar o desconforto no mundo fluido que faz procurar alento no inexplicável e, em dias de liquidez os celulares distanciam os olhares e alcançam as pessoas em distâncias incalculáveis, ainda que ladeadas umas nas outras. Inaugurando uma proximidade virtual, desconsiderando fronteiras, não exigindo "laços estabelecidos de antemão, não resultando necessariamente em seu estabelecimento". (p. 83) Invertendo assim o protagonismo da realidade pelo seu poder de coerção externa.

Os relacionamentos alimentados em redes sociais trazem "segurança", pois não geram repercussão no mundo real, não avaliam perdas e, sobretudo, tem direitos sem pressupor deveres.

A obra de Bauman considera ainda que o consumo interfere no rendimento das nações e a esse pretexto as empresas de marketing enveredam em todas as cearas fazendo valer o homem consumidor sem vínculos e sôfrego por adquirir a felicidade em um supermercado.

O autor finaliza a segunda parte da obra colocando em xeque o risco do convívio humano, quando o homem visto como mero consumidor de mercadorias e sentimentos que se confundem, perde a capacidade de ser solidário.

Adiante, Bauman traça considerações pertinentes sobre a "inatingível" pureza de amar ao próximo. E sua aquisição distante é que faz o amor ao próximo um desafio a nossa natureza e por essa razão é um preceito transformador, para que sejamos vistos como seres

morais, sendo "condição *sine qua non* da sobrevivência". (p.100).

O autor passa a descrever o amor próprio como a expectativa de sermos descobertos na multidão de relacionamentos e alcançarmos o reconhecimento para que possamos nos sentir únicos e insubstituíveis. Do contrário alimenta-se o que há de pior em nós.

Bauman relata ainda atrocidades históricas cometidas pela humanidade em razão do amor próprio para a manutenção de si mesmo em detrimento do outro. Isso aconteceu e acontece em guerras demonstrando que "aquele que busca a sobrevivência assassinando a humanidade de outros seres humanos sobrevive à morte de sua própria humanidade". Pag.105.

Assim sendo, para Bauman a dignidade para os seres humanos é o mais importante dos valores, e os tempos líquidos e fluidos a têm minimizado à custa de manter-se vivo e pungente.

O mundo líquido tira nossa ética fazendo desconfiar de todos, sem distinção, até prova em contrário. É o oposto daquilo visto por ético onde deveríamos pressupor serem todos confiáveis?

O que existe hoje, para o autor, são parcerias enfraquecidas onde todos são substituíveis inaugurando um conceito de flexibilidade que "marcam todas as espécies de vínculos sociais". (p. 114.) Perdendo a durabilidade de tudo e por imediato a referida confiança.

Assim, passamos a ser espectadores dos acontecimentos através das mídias e perdemos a capacidade de ação. Isso posto, cria-se uma necessidade de proteção, quando nossos lares e bairros inteiros são feitos para nos proteger e não mais são destinados a interação local. Para o autor surge daí uma questão central de contraditório, pois passamos a coexistir com demandas globais que vem a ser necessariamente dirimidas em espaços locais.

Esses novos contornos sociais, no olhar Baumaniano, trazem novas distâncias e segregações nos sítios urbanos deixando cada vez mais difícil amar ao próximo quando guiados pelo medo somos estranhos acompanhados.

Em última análise, Bauman faz apreciações acerca do "convívio destruído" através de discurso xenofóbicos que ganham força em território global com vistas a garantir a segurança, com endurecimento de leis, mudanças em códigos, principalmente após os grandes ataques terroristas. Tais discursos fazem crescer a intolerância ao outro.

Os deslocamentos humanos ocorridos criam uma grande massa de refugiados e fazem

nascer, segundo o autor uma "quantidade de lixo humano" e não tendo onde mantê-los esses escoam e "crescem ao longo das linhas defeituosas da desordem mundial, e se multiplicam os primeiros sinais de uma tendência a autocombustão". (p.152.)

O autor relembra Kant e suas advertências quanto ao convívio e a dinâmica de expansão em nosso planeta. Bauman, nas palavras de Kant, diz que "mais cedo ou mais tarde não haverá uma única nesga de espaço vazio onde possam procurar abrigo" (p.152). Antevendo a unidade da espécie humana sobre o nosso planeta.

Prosseguindo, a autor delineia o conceito de soberania que é excludente e exige do novato que pede permissão para entrar seu desnudamento social, para que possa ser aceito e incluído, retirando dos mesmos sua identidade antes definida. Comparando assim os acampamentos de refugiados a aterros sanitários, onde os países hospedeiros sentem sua "trindade território/nação/Estado"ameaçados por terem de lidar com diferenças em um tempo onde as pessoas cada vez mais saem de seus lugares por motivos mil.

Bauman expõe que em busca de asilo muitos marcham itinerantes, sendo recusados ou separados enquanto os Estados balizam o problema. No entanto, as novas elites passeiam pelo mundo e os refugiados ficam contidos sob a escusa de controle de segurança biológica, jurídica ou econômica.

Zygmund Bauman conclui a obra com a perspectiva da filósofa Hannah Arendt sobre a verdade guardada para o fim. Afinal, a verdade "nasce do confronto entre crenças que resistem à conciliação e entre seus portadores relutantes em chegar a um acordo". (p.182.)

Vivemos em uma fase decisiva da globalização no que se refere à "unidade da espécie humana", antevista por Kant e agora crucial para o convívio mundial. Pois

> A incerteza é o habitat natural da vida humana – ainda que a esperança de escapar da incerteza seja o motor das atividades humanas. Escapar da incerteza é um ingrediente fundamental, mesmo que apenas tacitamente presumido, de todas e quaisquer imagens compósitas da felicidade. É por isso que a felicidade 'genuína' adequada e total sempre parece residir em algum lugar à frente: tal como o horizonte, que recua quando se tenta chegar mais perto dele. (p.182)

Por tudo isso, essa é uma obra que vale a pena ser lida e analisada por aqueles que se preocupam com o ser e o viver em uma era de modernidade e amores líquidos!

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Os trabalhos para publicação deverão ser apresentados em CD (devidamente etiquetado, com título do texto, nome do autor e e-mail; editor Word for Windows 6.0 ou superior), acompanhados de duas cópias impressas. A identificação do autor e da instituição deverá constar apenas no *arquivo* em CD, que deverá apresentar claramente o título do trabalho científico. Os artigos devem ter entre 12 e 15 laudas e os ensaios entre 20 e 25 páginas (Times New Roman tamanho 12, folha A4), com espaçamento entrelinhas de 1,5. As resenhas e sínteses não devem ultrapassar a 5 laudas. Os trabalhos científicos devem ser normatizados da seguinte forma:

1) Título com as letras maiúsculas, centralizado, tamanho 12, em português e inglês;
2) Identificação do autor logo abaixo do título, tamanho 12;
3) Identificação e endereço da Instituição a qual pertence (m) completos. Todas as notas deverão constar no rodapé.
4) Resumo em português, tamanho 12 e espaço simples, no máximo de 10 linhas;
5) Palavras – chave (máximo de cinco);
6) Abstract, tamanho 12 e espaço simples, reproduzindo o resumo em português;
7) Keywords;
8) Texto de acordo com as normas da ABNT, sem numeração nos subtítulos. A diagramação dos textos obedecerá às normas da Revista ALTUS CIENCIA. As citações devem ser feitas no corpo do texto: (SOBRENOME DO AUTOR, data) ou (SOBRENOME DO AUTOR, data, página). Ex.: (SAQUET, 2000) ou (SAQUET, 2000, p.31). Caso o nome do autor esteja sendo mencionado no texto, indicar somente a data. Ex.: "Desta forma, Santos (1997), mostra elementos da ...".
9) Referências Bibliográficas conforme a ABNT. Bibliografia: deve constar no final do trabalho científico e em ordem alfabética. a) Livros: SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local de publicação: Editora, data. Ex.: CORRÊA, Roberto. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989.; b) Capítulo de livro: SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org). Título do livro. Local de publicação: Editora, data. Página inicial-final. Ex.: IANNI, Octavio. Dilemas da integração regional. In: SOUZA, Álvaro (Org*)*. Paisagem território região: em busca da identidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000. p.133-136.; c) Artigo em periódico: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico, local de publicação, volume, número, página inicial-final, mês(es). Ano. Ex.: MACHADO, Lucy. Cognição ambiental, processo educativo e sociedades sustentáveis. Faz Ciência, Francisco Beltrão, vol. 5, n.1, p.131-146, dezembro, 2003.; d) Dissertações e teses: SOBRENOME, Nome. Título da tese (dissertação). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração). Ex.: RIBAS, Alexandre. Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP):uma leitura a partir da COCAMP. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002. 224p. (Dissertação, mestrado em Geografia).
10) Os textos deverão ser enviados após a revisão gramatical e ortográfica.